FRANCO NOGUEIRA

SALAZAR

VOL. V

A RESISTÊNCIA

(1958-1964)

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA
PORTO

FRANCO NOGUEIRA

SALAZAR

V

A Resistência (1958-1964)

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA

DO AUTOR:

Jornal de Crítica Literária — 1954
A Luta pelo Oriente — 1957, 2.ª ed. 1962
As Nações Unidas e Portugal — 1961, 2.ª ed. 1962
Política Externa Portuguesa — 1964
Terceiro Mundo — 1967, 2.ª ed. 1969
Debate Singular — 1970
As Crises e os Homens — 1971
O Vento e as Grades (poemas) — 1975 (fora do mercado)
Salazar — Volume I — *A Mocidade e os Princípios (1889-1928)* — 1977
Salazar — Volume II — *Os Tempos Áureos (1928-1936)* — 1977
Salazar — Volume III — *As Grandes Crises (1936-1945)* — 1978, 2.ª ed. 1983
Diálogos Interditos — Volume I — 1979
Diálogos Interditos — Volume II — 1979
Salazar — Volume IV — *O Ataque (1945-1958)* — 1980
A actualidade de Camões e a consciência nacional (conferência) — 1980
História de Portugal (1933-1974) — 1981
A crise de 1383-1385 e a independência nacional (conferência) — 1983
Salazar — Volume V — *A Resistência (1958-1964)* — 1984

A seguir:

Salazar — Volume VI — *O Último Combate (1964-1970)*

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

(com cerca de 71 anos)

DO AUTOR:

Jornal de Crítica Literária — 1954
A Luta pelo Oriente — 1957, 2,ª ed. 1962
As Nações Unidas e Portugal — 1961, 2.ª ed. 1962
Política Externa Portuguesa — 1964
Terceiro Mundo — 1967, 2.ª ed. 1969
Debate Singular — 1970
As Crises e os Homens — 1971
O Vento e as Grades (poemas) — 1975 (fora do mercado)
Salazar — Volume I — *A Mocidade e os Princípios (1889-1928)* — 1977
Salazar — Volume II — *Os Tempos Áureos (1928-1936)* — 1977
Salazar — Volume III — *As Grandes Crises (1936-1945)* — 1978, 2.ª ed. 1983
Diálogos Interditos — Volume I — 1979
Diálogos Interditos — Volume II — 1979
Salazar — Volume IV — *O Ataque (1945-1958)* — 1980
A actualidade de Camões e a consciência nacional (conferência) — 1980
História de Portugal (1933-1974) — 1981
A crise de 1383-1385 e a independência nacional (conferência) — 1983
Salazar — Volume V — *A Resistência (1958-1964)* — 1984

A seguir:

Salazar — Volume VI — *O Último Combate (1964-1970)*

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

(com cerca de 71 anos)

ÍNDICE

Volume V — A Resistência (1958-1964)

Capítulo I — A PREPARAÇÃO 1
Capítulo II — A GUERRA 191
Capítulo III — GOA 311
Capítulo IV — AS FRENTES 389
Capítulo V — A RESISTÊNCIA 513

CAPÍTULO I

A Preparação

1

Naquele Verão de 1958, e por hábito já arreigado, Oliveira Salazar encontra-se no Forte de Santo António do Estoril. Está à beira dos setenta anos. Para trás, ficam mais de três décadas de governo, cerzidas de actividade criadora, de êxitos pessoais, de triunfos políticos, e também de crises, de guerras, de sombras, de erros, mesmo de desaires. Nos últimos meses, fora atribulada a sua vida, e mortificaram-no cuidados e amarguras: o desgaste do regime na opinião pública; o seu enfraquecimento pela luta entre grupos rivais; a perturbação dos ânimos com a demagogia e a truculência de Humberto Delgado na sua campanha para a presidência da República; o desprestígio de valores e instituições que eram alicerce do *Estado Novo*. Oliveira Salazar sente a erosão do seu carisma, tem consciência de que a sua autoridade fora afectada pela batalha eleitoral: de momento, não era única, nem suprema. Está o chefe do governo, como em 1945, perante o rescaldo de um sobressalto político: há que reconstruir as bases em que se firma a situação. No seu discurso de 1 de Julho de 1958 traçara o que, em seu juízo, deveria ser o caminho do futuro: aperfeiçoar o sistema, aumentar a sua representatividade sem o subordinar ao pluralismo partidário, repudiar a luta de classes, robustecer uma estrutura económica em que se conjugassem

cada vez mais os interesses patronais e operários e em que o socialismo e o comunismo não abafassem a liberdade de uns e outros. Dissera-o também ao seu velho admirador belga, Gérard Hupin, advogado e escritor, que o publicara nos *Aspects de la France:* na crise do mundo, importa é salvar o essencial, ou seja, *«a família, a profissão, a autoridade, a ordem, a moral»*. Por si, e embora a tenha proposto, Oliveira Salazar não tem forçado a sua saída: espera sempre alcançar para as instituições um grau de solidez que lhes permita singrar sem tropeço de monta. Em qualquer hipótese, afirmara-o aos portugueses, é um homem que está sempre pronto a partir: com desgostos certamente, sem desilusões também. Depois, há que atentar na conjuntura: o país acaba de eleger um novo presidente da República, Américo Thomaz, e fora empossado um novo governo. Decerto: Thomaz reiterara a sua confiança a Salazar; o governo, em que haviam entrado alguns homens de alto valor, começara a trabalhar; mas num caso e noutro impunha-se um tempo de adaptação. Por outro lado, o ambiente do país continua turvado: há inquietação nas Forças Armadas, e o novo ministro da Defesa, Botelho Moniz, prevenira mesmo o presidente da República da possibilidade de um golpe militar, tendo inicialmente como alvo o anterior ministro da Defesa, Santos Costa (1), mas que poderia acaso visar ainda outros objectivos; há dificuldades nos sectores económicos e industriais, que depositam agora as suas esperanças no novo ministro da Economia, Ferreira Dias; há o ataque internacional ao ultramar português; e há uma cena mundial carregada de interrogações e perigos. Tudo isto aconselha o chefe do governo a permanecer, ao menos pelo tempo que baste à acalmia dos espíritos e à rodagem dos novos responsáveis. Perante si próprio, no entanto, Salazar formula a pergunta: não estará à vista o termo da sua vida política? Pelo mundo, correm novos valores e princípios: o internacionalismo; a fraternidade universal; o pacifismo; o desenvolvimento acelerado; o progressismo no seio da Igreja Católica; os conceitos de diálogo, de contestação, de abolição das hierarquias; a ânsia pela sociedade de consumo, ou de abundância; e uma confiança cega na ciência e na técnica para resolver problemas morais, sociais e mesmo políticos.

(1) Ver volume IV, pág. 520.

Oliveira Salazar tem outro acervo de valores: o mundo baseia-se nas sociedades nacionais, no amor pela pátria, nas raízes cristãs, na hierarquia entre os homens, na ascensão por esforço próprio e competência, no engrandecimento de Portugal e na defesa dos seus direitos e do seu património. Vê o chefe do governo a incompatibilidade entre um horizonte e outro, e repisa a si e aos íntimos a questão: deverá partir, regressar a Santa Comba, volver às origens, fechar enfim o círculo de uma vida que, sobre ser longa, tem sido intensa? Pelo país, na massa do povo, tem curso livre a mesma pergunta. Entre os partidários do regime, ou por parte dos que fiam deste a defesa dos interesses criados, entende-se que Oliveira Salazar tem de permanecer até ao extremo limite das suas forças. Entre os oposicionistas, a opinião é a de que o chefe do governo está gasto, ultrapassado, incapaz de compreender os novos tempos e as novas ansiedades; e mesmo os mais moderados, se não se acanham de recordar os serviços prestados à nação e o alto valor pessoal do homem, afirmam que o interesse do país está na saída de Oliveira Salazar, com dignidade, honras, e agradecimentos se se quiser. Mas, como há três décadas, Salazar *está,* e comporta-se como quem *continua a estar.*

2

Atenuados os aspectos mais agudos do sobressalto dos meses de Junho e Julho de 1958, e terminadas as consultas e as combinações políticas que levaram à constituição do novo gabinete em 14 de Agosto, Salazar pôde reentregar-se à rotina do governo e da administração, com a serenidade e a calma que lhe são caras. De repente, dir-se-ia que o país regressara à *habitualidade* salazarista. Pelos oficiais superiores da Armada são oferecidas as *estrelas de ouro* a Américo Thomaz, como símbolo de apoio e de júbilo por haver sido eleito presidente da República um *homem da Marinha;* e Portugal reconhece o novo governo do Iraque, saído de uma revolução san-

grenta (1). Em plano diverso, e para sublinhar o ambiente de tranquilidade em que se trabalha, o ministro das Finanças, ao outro dia da remodelação governamental, anuncia a conclusão de estudos sobre problemas de âmbito nacional, deixando entrever algumas medidas próximas: revisão dos vencimentos do funcionalismo público; habitação para os servidores do Estado e assistência na doença; reforma tributária; reorganização e maior abertura do crédito comercial e agrícola; mais estrita fiscalização de sociedades anónimas; criação de um banco de investimentos; estruturação de um mercado português único de seguros; e reforma da Casa da Moeda. Oliveira Salazar mantém-se pelo Forte de Santo António, e está em contacto diário com membros do governo e os seus conselheiros políticos. Dedica-se à revisão minuciosa, com o ministro das Finanças e o novo ministro da Economia, de um segundo *Plano de Fomento,* que ainda em Agosto é tornado público. Causa sensação no país: prevê a eventualidade de ser construída uma ponte sobre o Tejo em Lisboa, que tem constituído sonho de gerações; encara o lançamento de um grande estaleiro naval na margem sul do mesmo rio; e, entre outras melhorias, destacam-se o alargamento da rede de electrificação, o impulso a novas indústrias e estruturas básicas, a modernização dos caminhos-de-ferro. No Porto, nesta segunda quinzena de Agosto, com setenta e três anos morre José Domingues dos Santos (2), vulto grado da I República: presidente do Ministério entre 1924 e 1925, como representante da ala radical do *Partido Democrático;* exilado depois em França, fora elemento aguerrido da oposição e organizara o *Grupo de Buda* e a *Liga de Paris;* autorizado a regressar a Portugal, cessara a sua actividade política e dedicara-se à advocacia. Dias mais tarde, também no Porto, morre com setenta e um anos Armando Marques Guedes (3): ministro das Finanças na I República, fundara

(1) Tem importância este ponto. Lisboa desejava marcar vontade de boas relações com o Iraque, sem embargo da posição de ataque que este tomava contra Portugal na ONU. Razão fundamental: tinha origem nos petróleos do Iraque uma das principais fontes de rendimento da Fundação Calouste Gulbenkian, estabelecida em Portugal em 1956. Ver vol. IV, pág, 385.

(2) Podem ver-se, entre outros passos, vol. I, pág. 261, vol. II, págs. 123 e 130,vol. IV, págs. 6 e 7.

(3) Ver vol. I, págs. 293 e 294.

depois um *Grupo de Estudos Democráticos,* que «*não era nem seria um embrião de partido*»; e abandonara ulteriormente a vida política, entregando-se ao ensino universitário, onde era mestre respeitado pela competência e integridade, e em que colaborara com o *Estado Novo* nas tarefas que fossem estritamente profissionais e apolíticas. E a morte destes dois homens serve de pretexto à oposição para recordar os tempos idos: através do elogio das suas figuras elogiam-se as instituições que serviram: e no enterro de ambos incorporam-se velhos marechais de antigamente, como Hélder Ribeiro, Barbosa de Magalhães, Jaime Cortezão, Azevedo Gomes, Nuno Simões, outros ainda, sempre fiéis a um ideal, todos também já numa grande idade, e como sobreviventes de si mesmos. Salazar, por seu lado, volta a receber os seus visitantes estrangeiros. Ao Forte de Santo António acorre Elko Van Kleffens (1), sempre grande admirador do chefe do governo; Salazar recebe luso-americanos, que lhe falam dos numerosos portugueses trabalhando nos Estados Unidos; e com o mais vivo interesse escuta Louis Joxe, enviado especial do general De Gaulle, e que vem a Lisboa expor a política que este procura imprimir à França. Mas nos últimos dias de Agosto de 1958, Oliveira Salazar vai a Lisboa, ao seu gabinete no Palácio de S. Bento, para receber Serge Groussard, redactor do *Figaro* e repórter de nome internacional. A Groussard, o chefe do governo concede uma longa entrevista (2).

Groussard estivera em Madrid, visitara o general Franco. Este fizera-lhe o caloroso elogio de Salazar, que o jornalista francês torna público; e o chefe do governo português escreve uma palavra de agradecimento ao caudilho espanhol. Depois Groussard desloca-se a Bona, está com o chanceler alemão Konrad Adenauer; e vem então a Lisboa. Salazar não oculta a sua admiração pelo político germânico, pelo seu «*equilíbrio intelectual e físico*», considerando-o um «*homem excepcional*», em suma. E a propósito de Adenauer fala-se da partilha da nação alemã, e da situação da Alemanha Oriental, integrada no sistema de satélites da Rússia. «*Que tragédia!*», exclama Salazar. E pergunta: «*E como acabará tudo isto?*» Depois comenta:

---

(1) Fora ministro dos Estrangeiros da Holanda, presidente da Assembleia Geral da ONU, ministro do seu pais em Portugal, onde depois fixara residência.

(2) O texto é revisto por Salazar, que o aprova.

«Quando leio os apelos dos russos a favor do desarmamento e os oiço proclamar o seu desejo de apaziguamento, gostaria de me sentir confiante. Mas não tenho o direito de esquecer as lições do passado. Quem ousaria hoje pedir a demolição do sistema de protecção do Ocidente?» Num ponto apenas, diz o chefe do governo, reside a esperança: *«é que do outro lado não se lancem numa horrível aventura»*. Como explicar tudo isto? — pergunta o jornalista. Responde Salazar: *«trata-se de instaurar progressivamente o marxismo-leninismo em todo o mundo»; «e tudo obedece a esta determinação»*. Aventa o representante do Figaro: não existirá, entre os *«actuais senhores»* da União Soviética, o medo do capitalismo, pensando que este, que julgam historicamente condenado, procurará deter o curso da história lançando-se numa guerra? Não: o chefe do governo não o crê: um tal raciocínio deveria levar os responsáveis russos a ter confiança e não a sentir medo, e a não seguir uma política que, pelos seus riscos, pode comprometer os ganhos já adquiridos. Pergunta Groussard: será então o medo da Alemanha e da sua reunificação? Decerto: depois de 1945, os soviéticos julgaram que a Alemanha ficaria esfacelada durante séculos; a divisão da nação germânica, em que os aliados ocidentais têm graves responsabilidades, criou uma situação perigosa para o Ocidente, na medida em que *«o germano é tradicionalmente o escudo da Europa perante a pressão eslava»*. Como francês, Groussard pondera: tudo estaria perfeito, com a condição de a Alemanha se contentar com as suas fronteiras. Salazar comenta: as lições dos factos são mais bem compreendidas pelas nações do que pelos homens: e o grande erro consistiu em destruir o império austro-húngaro, que *«ajudava a Alemanha a preservar o Ocidente da pressão russa e obstava às tendências prussianas para o Anschluss»*.

Groussard aborda então problemas portugueses. Não é Portugal um país pequeno, afirma o jornalista, porque o seu império é vasto e está presente em quatro dos cinco continentes, e no quinto continente há o Brasil, que recebera um cunho português indestrutível; e além disso *«Portugal constitui o tipo de potência colonial»*, com possessões ultramarinas que ocupam 2 160 000 quilómetros quadrados e habitadas por 12 500 000 pessoas. *«Não há possessões portuguesas»*, replica Salazar, *«mas pedaços de Portugal disseminados pelo mundo»*. Sem dúvida, reconhece o repórter do *Figaro*, a

Constituição portuguesa dispõe que Portugal é uma república unitária; mas é também certo que em alguns territórios o estatuto da população negra não é idêntico ao da metrópole. Neste ponto, o jornalista nota uma quebra na impassibilidade de Salazar e «*o seu olhar sombrio parece frio e um pouco enevoado*». Diz o chefe do governo: «*A cada um segundo o seu grau de evolução. Um iletrado não pode votar, tanto faz em Lisboa como em Lourenço Marques*». E perante a vaga de anticolonialismo no mundo? «*Guia-nos a nossa tradição*» de descobrir terras longínquas, desbravá-las, metamorfoseá-las; e «*assiste-nos o direito de enjeitar as lições dos fariseus*». Com firmeza, com «*as mãos alongadas*» sincronizando as afirmações, o chefe do governo pormenoriza o seu pensamento: não basta saber utilizar uma bomba de hidrogénio para se ser civilizado; há que possuir, por detrás, um património de espírito acumulado por uma longa teoria de gerações; de contrário, pode criar-se o «*bárbaro científico de amanhã*»; e «*esse bárbaro sem património pode ter-nos à mercê dos seus erros e dos seus excessos*» (1). Não: adulterou-se e degradou-se o sentido das palavras *colónia* e *colonialismo;* não se trata, ao invés do que sugere Groussard, de uma colonização de autoridade, ou de haver chegado ao fim a missão dos pioneiros, mas de uma obra de educação e de progresso material e moral. Há uma orquestrada propaganda, falsa e mentirosa? Há. «*Que os comunistas procurem por todos os meios, neles incluída a propaganda anticolonialista, entravar o progresso e semear a discórdia, é normal e isso corresponde às suas intenções: provocar por conflitos e pelo caos o aniquilamento da civilização ocidental*». Que outros «*imperialismos se conjuguem para tentar destruir as posições do Ocidente onde eles as possam atacar*», é também natural (2). Mas o facto de aqueles que são pro-

(1) Vinte a trinta anos mais tarde, este problema apresentou-se à comunidade internacional com grave preocupação dos governos de grandes potências: como evitar que uma arma nuclear ou uma bomba atómica possam ser «*roubadas*» e usadas por um grupo terrorista ou pelo governo irresponsável de um qualquer pequeno país? E também este outro problema, em ligação com o anterior: como evitar que grandes potências e todo o Ocidente fiquem à mercê do domínio de fontes de energia — o petróleo, por exemplo — por nações inimigas?

(2) Neste ponto, Salazar quereria referir-se às ameaças expansionistas da União Indiana sobre Goa.

duto da «*nossa civilização*» colaborarem nessa obra de destruição, «*constitui um crime*». Estes problemas levam Groussard a levantar outra questão: o direito dos povos a dispor de si próprios. «*Que hipocrisia, o direito dos povos!*», exclama o chefe do governo. E pergunta: «*a Hungria de 1956 gozou desse direito?*» E comenta as contradições na aplicação daquele princípio: «*ao mesmo tempo que novos impérios se formam e se preconiza a aglutinação de várias nações independentes, prega-se em relação a povos já integrados em grandes aglomerados nacionais a sua fragmentação e dispersão*». Salazar põe então a nu a verdadeira raiz da questão: «*Reflectindo nestes dois movimentos contraditórios, não posso fugir a pensar que o fundo do problema está, afinal, mais na pretensão a substituir soberanias do que no interesse das populações*».

Depois de o chefe do governo se confessar nacionalista sem ambiguidade, o jornalista do *Figaro* pergunta se aceitaria, apesar de tudo, a integração numa eventual federação europeia. Oliveira Salazar está sempre calmo, «*nunca se excita, jamais improvisa*». Entende, naquele particular, que não se trata de problema a encarar de momento. Está a Europa dividida em dois blocos hostis cujas fronteiras dividem mesmo uma das suas principais nações; e a própria Europa Ocidental é demasiado heterogénea, e não se vê como poderia fundir-se numa união efectiva. Mas as nações da Europa Ocidental não têm como património comum a civilização cristã? Sim, e «*foi a consciência dessa solidariedade ocidental que nos levou a aderir à OTAN*». Não estará Portugal, todavia, mais interessado no Atlântico Sul, dadas as suas ligações com o Brasil e com a África, sendo por isso que os portugueses gostam de designar aquele oceano por *mar lusitano?* Não se leve o exagero da divisão, observa o chefe do governo, ao ponto de fragmentar os próprios oceanos: «*o Atlântico, na sua unidade, é ou deve ser a chave do Ocidente*». É diferente e desempenha um papel diverso do Pacífico ou do Índico: «*apenas o Atlântico pertence de facto ao Ocidente até nova ordem*»; «*constitui um indispensável, um formidável traço de união entre a Europa e o continente americano*», «*um ideal instrumento de vigilância que se prolonga até aos dois pólos*»; e «*se neste mar se criassem bases comunistas, se uma das nações litorais fosse hostil à nossa concepção de civilização, o Atlântico, em vez de uma ligação capital, transforma-*

va-se numa barreira». Então Groussard debruça-se sobre a África, a segurança das costas africanas. «*Não pode haver segurança no Atlântico sem existir segurança em África*». Há que recordar o encerramento do canal de Suez em 1956: «*os ocidentais puderam então desviar as suas frotas pela rota do Cabo e receber de novo, tranquilamente, o petróleo da Arábia e do Irão*». Mas Salazar torna à Europa: acha que esta, entregue à solidão, seria estrangulada: e «*as suas garantias principais são, de um lado, a vitalidade das nações que a compõem, do outro lado, o Atlântico e a África*», e esta é «*o maior, talvez o último recurso da Europa*». Mas «*se as nações europeias interessadas directamente em África se revelarem cansadas do seu esforço e não estiverem dispostas a prossegui-lo*»; «*se essas nações não acreditam já nem na superioridade dos seus princípios civilizadores nem no valor dos sacrifícios que as gerações passadas fizeram para os acreditar e impor, a construção acima não terá viabilidade e a história não só da Europa como da América seguirá rumo diferente*». Conclui Salazar neste ponto: «*assistir-se-á de facto a uma viragem da história e penso que a civilização retrogradará em vastas zonas*».

Mais concretamente, Groussard levanta o problema das «*possessões africanas portuguesas*» e o da Índia Portuguesa. Estão tranquilas? «*Completamente*», afirma Salazar, «*e estes territórios continuarão a progredir em plena harmonia se não houver manejos estrangeiros*». Quanto à Índia Portuguesa, «*as dificuldades vieram de fora, da União Indiana*», e o chefe do governo descreve com minúcia a geografia, a dimensão, o carácter de Goa, Damão e Diu, e sublinha as dificuldades suscitadas nas relações com o governo de Nova Deli. No conjunto, como encarar a política do governo perante o problema de Goa? Salazar faz uma síntese: «*Sei que há pessoas que, inclinadas a reduzir a questão a contas de deve e haver, criticam a atitude do governo de Lisboa ou pelo menos a não compreendem inteiramente. Em suma, a operação seria ruinosa. Mas não se trata disso. Trata-se de saber se os povos têm ou não o dever de manter o seu património histórico e moral, mais que as riquezas materiais, e se os que são filhos da Nação podem ser alienados ou deixar de ser defendidos*». E o chefe do governo salienta: «*Ninguém contesta a soberania secular de Portugal em Goa que é uma fracção de Portugal também. Mas*

se se insiste em querer que a sociedade internacional se organize em termos de direito, é Portugal quem tem razão». Para mais: *«A questão foi por nós posta ao Tribunal Internacional da Haia: esperemos a sua justiça»* (1). Depois são suscitados outros problemas da política externa portuguesa: Timor, a sua ocupação pelos japoneses durante a guerra e o seu regresso à soberania legítima; a neutralidade de Portugal, mantida, de acordo com os aliados ocidentais, como única forma de assegurar também a da Espanha; o acordo luso-britânico, de 1943 (2), concedendo à Inglaterra facilidades nos Açores contra os ataques dos submarinos alemães; e, finalmente, as relações de Portugal com a Espanha. Salazar considera-as cordiais, sem prejuízo de sublinhar que o *«republicanismo espanhol é essencialmente federalista ibérico, quer dizer que tenderá sempre a englobar Portugal na república espanhola»*, e acentua que, embora houvesse em Portugal quem defendesse a mesma tese, *«os responsáveis actuais pela política portuguesa e pelos interesses de Portugal desejam uma Espanha próspera, amiga, colaborante na independência das duas nações peninsulares»*. Groussard toma então alguns problemas da política interna portuguesa, e pergunta de chofre a Salazar: *«Considera-se um ditador?»* Responde o chefe do governo: *«não sou nem posso considerar-me tal»*. E explica: o presidente da República tem, no plano da lei e dos factos, liberdade de nomear e exonerar o chefe do governo; e o poder legislativo está partilhado entre o gabinete e uma assembleia eleita por sufrágio universal. E como julga Salazar a democracia? É nítido o chefe do governo: *«se a democracia consiste no nivelamento pela base e na recusa de admitir as desigualdades naturais»*, e na ideia de que o governo deve ser obra da massa e não do escol, então *«eu considero a democracia uma ficção»; «não creio na igualdade mas na hierarquia»; «os homens, na minha opinião, devem ser iguais perante a lei, mas considero perigoso atribuir a todos os mesmos direitos políticos»; «não creio na liberdade, mas nas liberdades»; «a liberdade que não se inclina perante o interesse nacional chama-se anarquia e destruirá a nação»;*

(1) Ver Vol. IV, págs. 400-403.
(2) Ver Vol. III, págs. 437-439 e 454-475.

todavia, «*um Estado de soberania não limitada pela moral e pelo direito é totalitário e nós não o admitimos*»; e o Estado português «*permite a todos recorrer contra os abusos da autoridade e proíbe a pena de morte*» (1). E está chegada ao seu termo a já longa entrevista. Mas Groussard lança ainda umas últimas perguntas. Mantém a cultura francesa a sua tradicional influência em Portugal? Sim, e «*eu próprio devo à cultura francesa uma grande parte da minha formação*». Interroga o representante do *Figaro*: Portugal está consigo? Em Junho passado, efectuaram-se eleições para a Presidência da República e, perante uma «*alvoraçada candidatura da oposição*», o almirante Thomaz, candidato do governo, recebeu quatro quintos dos votos. E o direito à greve? «*Somos pobres de mais para permitir-nos esse luxo*»; mas admite-se «*que os interesses patronal e operário são no final coincidentes e não contraditórios*»; e por isso, em Portugal, o direito à greve «*não é um meio de conseguir maiores vantagens para os trabalhadores, mas só uma arma da política comunista*». E Groussard remata então a entrevista, e atira a derradeira pergunta: quando suprime a censura? Responde Salazar com alguma minúcia. Para garantia da liberdade de pensamento não há uma panaceia: «*uns, como nós, têm procurado antes de tudo evitar preventivamente que os meios de publicidade causem dano social; outros procuram reprimir o dano causado, através dos tribunais; ainda outros multiplicam as medidas de carácter administrativo que dão a impressão de não tocar no direito mas limitam de facto o seu exercício*». Em qualquer caso, «*não há no mundo um sistema inteiramente satisfatório; o problema em parte alguma está resolvido*». Mas «*quem, como nós, aceita constitucionalmente que a opinião pública é elemento fundamental da política e da administração do país, não pode deixar de atribuir ao Estado a incumbência de defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade e a justiça*». Salazar mostra compreender os riscos que, para a liberdade, pode comportar aquele ponto de vista, se praticado em absoluto e sem factores de

(1) Esta súmula corresponde à doutrina que desde o início enforma o *Estado Novo* e consta do diploma constitucional básico, aprovado em 1933. Ver Vol. II, págs. 206-212.

correcção. Por isso acrescenta: «*o grande problema está em saber qual a melhor defesa*», sobretudo «*quando se trata de garantir o direito de expressão do pensamento, e até o interesse público, que pode ser atingido pela ausência de crítica aos actos da Administração*». Mas acaba por defender o sistema existente: se «*a censura não intervier na apreciação da vida administrativa e política, e se limitar a evitar as campanhas de excitação, os insultos pessoais, os ataques injuriosos, então podemos dizer que ela trabalha sem prejuízo para o bem público, na profunda dignificação da inteligência*». E o chefe do governo remata com um pensamento de resignação perante a paisagem humana e social: «*não se governa no espaço e para anjos, mas na terra e para homens que são como são e não como alguns queriam que fossem*». Salazar olha o relógio, dá por finda a conversa: durara três horas e meia.

Transcrita do *Figaro*, que a publica nos primeiros dias de Setembro de 1958, a entrevista é reproduzida com largo destaque pela imprensa portuguesa. Surgem artigos de elogio. Na alta-roda da política, o texto é apreciado, estudado, interpretado, e a conclusão é sempre idêntica: Salazar nada concedera, não transigira em nenhum ponto básico, mantinha-se numa posição ideológica que não sofrera desvios de raiz desde os primórdios do *Estado Novo*. Também sublinham a entrevista alguns órgãos importantes da imprensa estrangeira, e são particularmente calorosos o *Arriba* e o *ABC* de Madrid. Mas na massa da opinião pública não são fundas as repercussões. No povo português não se desvaneceu ainda o rescaldo da candidatura de Humberto Delgado; e sem embargo da serenidade recuperada pelos órgãos e departamentos do Estado, muitos círculos políticos e sociais mantêm-se agitados, numa inquietação que nalguns subentende receio, noutros traduz desorientação, e em terceiros significa novo plano de luta e acção política. Para além de tudo, nestes fins do Verão, Salazar retoma com vigor a sua actividade. Não se exime a qualquer acto público a que deva comparecer. Sente a morte de Joaquim Diniz da Fonseca, antigo companheiro de lutas e de ideal em Coimbra; e fora em sua casa que Salazar se aposentara por uns dias quando viera para Lisboa, em 1928, e ingressara definitivamente no governo. Mas a vida continua. No Brasil, o presidente Kubitschek de Oliveira lança a *Operação Pan-Americana*, com o objectivo de acele-

rar o desenvolvimento e o progresso da América Latina. Salazar envia uma mensagem de felicitações, de aprovação e de votos de bom êxito. Responde o presidente brasileiro invocando o Ocidente cristão, e afirma que a solidariedade de Portugal tem valor idêntico ao de uma «*aprovação paterna*».

3

Não se podem considerar de somenos os acontecimentos além fronteiras, e a paz parece de novo em perigo. São espectaculares os sucessos de França: na confusão, no descrédito, na futilidade, desagregam-se as instituições políticas da IV República, dissolve-se o regime de assembleia, demite-se o Estado na impotência e no tédio geral; do seu retiro de Colombey-les-Deux-Églises, onde se mantivera durante uma larga *travessia do deserto,* é chamado o general Charles de Gaulle; este dota a França de novo estatuto constitucional, inicia a V República, e fica aberto o caminho para a sua ascensão à chefia do Estado. Ao mesmo tempo, e perante a pressão a que está submetida no Norte de África, Paris lança uma nova política que, embora defenda de momento uma *Argélia francesa,* leva desde logo à retirada das tropas francesas da Tunísia e de Marrocos. No Médio Oriente, produzem-se sobressaltos de monta: o Egipto e a Síria resolvem formar um só país, a República Árabe Unida, de que Nasser é presidente; depois da proclamação da República no Iraque, com o assassinato da Família Real, seguem-se convulsões que se repercutem na Jordânia e no Iémen; e no Líbano desencadeia-se uma guerra civil em que o governo dos Estados Unidos, para evitar uma tomada do país por elementos comunistas, intervém dramaticamente com um desembarque maciço dos seus fuzileiros navais. Pelo mundo, sucedem-se os golpes de Estado: no Sudão, no Paquistão, na Tailândia. Na Hungria, Imre Nagy, que em 1956 estivera à frente do movimento de independência, é executado; e em Cuba, a guerrilha de Fidel de Castro ganha terreno e torna precária a situação do governo do general Batista. Na Rússia, Nikita Kruschev (1), depois de áspera luta nos

(1) Ver Vol. IV, pág. 379.

centros de decisão do Estado, elimina os seus rivais, acumula os cargos de secretário-geral do partido e de chefe do governo, e em fins de 1958 é senhor da União Soviética. Nos Estados Unidos, decorre o segundo mandato do presidente Dwight Eisenhower, homem de medida e de compromisso que, no entanto, se vê arrastado a uma confrontação com o governo do Kremlin; e Harold MacMillan, primeiro-ministro da Grã-Bretanha (1), prepara o Partido Conservador para conquistar em novas eleições mais um mandato, ao mesmo tempo que deixa antever alterações na estrutura do que subsiste do velho Império Britânico. Desta atmosfera internacional são uma ressonância as Nações Unidas. Repetem-se as reuniões do Conselho de Segurança, e a violência dos debates reflecte o choque entre a Rússia e a América, que procuram aliciar para a sua órbita as demais nações, em particular as do *terceiro mundo;* e também se multiplicam as sessões da Assembleia Geral, extraordinárias ou de urgência, para prolongar ou ampliar uma altercação permanente que todavia não conduz a qualquer resultado de mérito. Noutro plano se manifesta também o embate russo-americano: na exploração espacial. Continuando os seus programas, os Estados Unidos lançam os seus próprios satélites — os *Exploradores,* os *Vanguardas,* e, dirigidos à Lua, os três *Pioneiros* — enquanto a União Soviética coloca no espaço o *Sputnik Terceiro* (2). E no terreno literário um sucesso de escândalo atrai as atenções do mundo culto: o poeta e novelista russo Boris Pasternak escrevera o *Doutor Zhivago,* cuja publicação é proibida na União Soviética; o manuscrito alcança o Ocidente, no entanto, e é traduzido e editado em dezoito línguas; ao autor é atribuído o *Prémio Nobel da Literatura,* no ano de 1958: mas o governo de Moscovo, havendo a obra por anti-revolucionária e anti-social, move uma campanha violenta que obriga Pasternak a declinar o galardão. No Ocidente, o episódio recebe prolongada publicidade, e é aproveitado para vincar a falta de liberdade de criação artística e literária na Rússia.

---

(1) Sucedera a Anthony Eden em 1957, após o drama da intervenção britânica (e francesa) no Suez.

(2) Em 1957 lançara a Rússia o Sputnik I e o Sputnik II.

4

Continuam os círculos militares portugueses a revelar desassossego e perplexidade. Nos últimos tempos do mandato de Craveiro Lopes, desenhara-se uma divisão no corpo de oficiais: de um lado, o grupo partidário da reeleição, não por admirar o presidente ou lhe ser pessoalmente devotado mas por ver na sua figura um ponto de convergência de oposicionistas a Salazar dentro do regime; do outro lado, o grupo dos que contrariavam a reeleição e davam apoio ao ministro da Defesa, Santos Costa, e o seu aval político ao chefe do governo. Afastado Craveiro Lopes, e assente a candidatura de Américo Thomaz, fica mais aguerrido o primeiro grupo; e Botelho Moniz, então chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, parece integrado ou pelo menos em contacto com os seus elementos. Eleito Thomaz, esgotada a campanha eleitoral, exonerado Santos Costa, nomeado Botelho Moniz como ministro da Defesa Nacional (1), pacificam-se os mais exaltados; o novo presidente tem o apoio da corporação da Armada e não suscita animosidade noutros sectores militares; e o prestígio e autoridade política de que Salazar ainda beneficia acabam por se impor aos mais moderados, que constituíam maioria. Dir-se-ia que tudo tornava à rotina; mas não é assim. Regressado à vida privada, Craveiro Lopes não fica inactivo. Se no exercício das suas funções em Belém se mantivera sempre dentro dos seus deveres constitucionais e observara correcção escrupulosa para com o chefe do governo, sente-se agora livre de exprimir as suas opiniões, formular as suas críticas, provocar encontros, mobilizar vontades, acaso esboçar um princípio de organização: a coberto da sua imunidade de antigo presidente da República, conduz uma acção quase conspiratória. Nessa prática, Craveiro Lopes não encontra oposição frontal de Botelho Moniz: não obstante ter ingressado no governo, o novo

(1) Ver vol. IV, págs. 518-520.

ministro da Defesa sente-se na verdade mais próximo do grupo dos oficiais *craveiristas*, e tem com muitos destes relações íntimas, de confiança pessoal e política: mas em razão precisamente das funções que agora ocupa, Moniz pensa que domina os dissidentes e que poderá, a prazo, fazer inflectir o rumo da política nacional a contento seu e dos que o seguem. Para além de tudo, e para tornar o ambiente mais carregado, não deixa de se agitar Humberto Delgado, numa constante turbulência política. E do Hospital de Santa Maria, onde continua detido, Henrique Galvão consegue alimentar os seus amigos com ideias, planos, esquemas revolucionários para derrubar o governo de Oliveira Salazar e as instituições políticas.

Com a subida de Botelho Moniz a ministro da Defesa Nacional, abre-se vaga no cargo de chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas. Posto supremo da hierarquia militar, o cargo reveste-se da mais delicada importância na orgânica das Forças Armadas, pelo prestígio que o rodeia e pela autoridade de que pode usar. Quem escolher? Botelho Moniz considera vários nomes e avista-se repetidas vezes com Oliveira Salazar no Forte do Estoril. Sabe que não pode escolher um partidário do grupo dissidente, nem próximo de Craveiro Lopes, ou de Galvão e Delgado. Moniz procura um oficial de carreira estritamente militar, de competência profissional acatada pelos seus pares, de idoneidade política, e sobretudo de sua absoluta confiança pessoal. Recai a escolha no general Beleza Ferraz (1), oficial distinto, estudioso, com conhecimento e experiência dos problemas militares internos e externos de Portugal. Oliveira Salazar aprova-a. Beleza Ferraz toma posse nos primeiros dias de Setembro de 1958. No acto, faz declarações de natureza política. Invoca o nome de Oliveira Salazar, e afirma «*o tributo da minha maior admiração, reconhecimento, dedicação e indefectível lealdade, deixando aqui bem claro o desejo que formulo para que Sua Excelência continue à frente dos destinos do nosso país, a fim de que ele possa conquistar e manter o lugar que merece entre as nações do mundo ocidental*». Beleza Ferraz faz assim uma profissão de fé e de apoio político ao chefe do governo.

---

(1) José António da Rocha Beleza Ferraz.

Ao mesmo tempo, é designado o general Luís Pina (1) para o cargo de chefe do Estado-Maior do Exército: este participara com Humberto Delgado nas conversações luso-britânicas para a defesa do continente português, durante a guerra, e com aquele e com Botelho Moniz conduzira algumas das negociações técnicas, também luso-britânicas, que levaram ao acordo dos Açores (2); fora adido militar em Londres; e por ligações de família está muito em contacto com a alta-roda da sociedade e dos meios progressistas da *Acção Católica.* Se Luís Pina é nome que suscita algumas reservas nos seus pares, Beleza Ferraz é aceite pacificamente. Por seu turno, Botelho Moniz, ao dar posse aos dois oficiais, declara que se propõe proceder à reorganização das Forças Armadas na Metrópole e no Ultramar, reestruturando-as para as contingências que hajam de enfrentar. E de momento o novo ministro da Defesa, com reserva mental ou sem ela, parece assegurar a estabilidade do sector militar, garantir a sua unidade, afiançar o seu respeito pela política do governo.

Para além do sector militar, há perturbações graves no âmago da sociedade civil portuguesa, e em círculos que não podem mesmo ser havidos por oposicionistas ao governo e à situação. Antes de mais, entre os católicos. Como reacção contra as medidas anti-religiosas da I República, e sob o impulso da nova escola de Coimbra, de que o então estudante Oliveira Salazar e o então padre Gonçalves Cerejeira haviam sido os grandes mentores, o *partido católico* apoiara sem restrições o *28 de Maio* e catolicismo passara a ser identificado com *Estado Novo;* e este firmara a *paz religiosa* em Portugal. Fora regulada em termos dignos e livres a separação entre a Igreja e o Estado; fora celebrada a *Concordata* de 1940; e na sua actuação do dia-a-dia, o Estado acarinhava e auxiliava a Igreja. No terreno político, as duas ordens, temporal e religiosa, mantinham-se independentes, ambas ciosas dos seus domínios próprios; e Oliveira Salazar levava a extremos de rigor a máxima de dar *«a César o que é de César, a Deus o que é de Deus»* (3). Eram decerto muito afectuosas as relações entre o chefe do governo e o cardeal-patriarca de Lisboa; mas os dois homens raras vezes

(1) Luís Maria da Câmara Pina.
(2) Ver vol. III, pág. 468.
(3) Ver vol. II, pág. 152.

se encontravam em plano de intimidade; e o tom daquelas relações nunca travou Oliveira Salazar para proceder quanto à Igreja no modo que julgava mais convir ao interesse do Estado, nem inibiu o prelado de fazer chegar aos mais altos centros do poder os queixumes que considerava parte do seu mandato pastoral. Mas a identificação entre catolicismo e *Estado Novo* é posta em causa a partir das eleições de 1945; faz depois algum caminho a ideia de um grupo ou partido de *democracia cristã,* e a sugestão ressurge em todos os pleitos eleitorais; e, no rescaldo da última campanha presidencial, uma cisão no meio católico é agora nítida, e acaso profunda. De uma análise do sufrágio e do cotejo das forças políticas, há a concluir que muitos católicos apoiaram Humberto Delgado, pelo menos com o voto quando não por palavra e acção política; e outros alhearam-se da candidatura de Américo Thomaz, e encontraram na abstenção a resposta a dúvidas da sua consciência. Alguns consideram que o *Estado Novo* poderá entrar numa *terceira fase,* com risco de um «*totalitarismo*» que deve causar preocupações aos católicos. É o pensamento do sector progressista da Igreja. E no entanto, contraditoriamente, para este é quase nula a diferença ou distância entre socialismo e cristianismo ou catolicismo, e quando não vai ao ponto de os considerar compatíveis, tem como imprecisa ou indefinível a fronteira entre ambos; e assim não se perturba perante a inevitabilidade do totalitarismo socialista, em que parece não acreditar, e fica insensível perante temas caros ao governo, como defesa da civilização ocidental e cristã, perigos de um regime de extrema-esquerda, manutenção do património histórico português, ordem e autoridade, e outros de igual conteúdo ideológico. Constitui este sector uma minoria entre a massa católica; mas é audaz a sua actividade; e esta reflecte-se em algumas estruturas católicas. É o caso da *Acção Católica,* da *Juventude Operária Católica,* da *Liga dos Homens Católicos,* do *Centro da Informação Católica,* e de alguns órgãos da imprensa católica, como as *Novidades, O Trabalhador,* outros ainda. Encontram-se reflexos da mesma orientação em elementos do clero diocesano. No conjunto da hierarquia, no entanto, não se notam sinais de mudança e de intervenção política. Duas excepções de relevo têm ressonância na opinião pública. Dom António Ferreira Gomes, bispo do Porto, depois da longa carta de áspera crítica que escre-

vera a Salazar (1), passa a polarizar grande sector da oposição na metrópole; além disso, o prelado divulga a sua carta; homens da situação atacam vigorosamente o bispo, e o chefe do governo, havendo-se por ofendido com a difusão de um documento que lhe era destinado, recusa qualquer contacto com o prelado; e o azedume de relações entre o bispo e o governo conduz este a privar o prelado do exercício efectivo das suas funções na diocese (onde a Santa Sé, sem o destituir do título, o substitui por um Administrador Apostólico) e leva Dom António a ausentar-se para o estrangeiro, não sendo autorizado depois o seu retorno ao país. E como segunda excepção avulta o bispo da Beira, em Moçambique. No seguimento do seu conflito com o ministro do Ultramar Raul Ventura (2), Dom Sebastião de Resende endurece o seu proceder, e torna-se claramente uma figura de oposição; homem de boa virtude, iluminado, e impregnado de amor a Moçambique, a Dom Sebastião falta prudência de governo numa diocese melindrosa e concentra, no Ultramar, toda a simbologia do movimento anticolonialista, toda a crítica à administração portuguesa, e permite que seja cultivado e acaso aproveitado por alguns círculos norte-americanos. Para com Salazar, sente-se possuído de grande ressentimento; e em carta ao seu colega do Porto refere-se ao presidente do Conselho, e trata-o de «*chefe manhoso e terrível*» (3). Dom Sebastião de Resende, todavia, permanece à testa da sua diocese. Mas, pelo país, entre os católicos e entre o próprio clero abrem-se partidos, formam-se solidariedades opostas: uns, ainda que discordem das atitudes dos dois prelados, entendem que o governo não deve actuar contra um bispo, revestido como é de carácter sacrossanto; outros não só condenam os prelados como afirmam que estes, tendo assumido posições políticas para além da sua esfera religiosa, têm de ser responsabilizados como qualquer cidadão; e a minoria progressista entende, na sua lógica, que em tudo têm razão os prelados.

---

(1) Ver vol. IV, pág. 512.

(2) Ver vol. IV, pág. 458.

(3) Nem sempre fora assim. Em cartas pessoais, com cumprimentos de Natal ou Ano Novo, o bispo da Beira pedia «*nas suas orações as bênçãos de Deus*» para Salazar com «*os protestos da mais alta consideração e respeito*». Encontrei muitas cartas destas entre o espólio de Salazar.

Para Oliveira Salazar, todavia, a verdadeira preocupação é causada pelas divisões entre as forças políticas e sociais que apoiam o governo. Entre os homens do *Estado Novo* debatem-se duas tendências: perante o estremecimento infligido à opinião pública, uns advogam a firmeza, mesmo a dureza se necessário; e outros recomendam a moderação, acaso alguma transigência sem sacrifício de princípios, e habilidade para ganhar tempo e de novo aliciar os ânimos. Esta dissemelhança de vistas repercute-se nos amigos políticos e conselheiros do chefe do governo: Mário de Figueiredo, Soares da Fonseca, José Nosolini entendem que podem ser fatais ao regime quaisquer indícios de frouxidão, de dúvida, de temor; e Albino dos Reis, Costa Leite, Supico Pinto, julgam que a borrasca será mais facilmente dominada com paciência, compreensão, e uma calma que seja «*havida por todos como prova de força e de confiança*». Por si, Oliveira Salazar sente-se tolhido de espanto, desilusão, mágoa profunda. Acaso a opinião pública é, ao fim de tudo, insusceptível de aprender, de ser educada? Não são os portugueses capazes de fixar lições que lhes permitam ao menos evitar os mesmos erros? Como em 1945, também agora, durante a campanha de Humberto Delgado e apesar do claro aproveitamento que forças internacionais haviam feito da oportunidade, o povo português parecera haver esquecido dificuldades, perigos e desaires por que passara em tempos não remotos; decerto, dos povos não cabe esperar gratidão, ou simples reconhecimento; mas Oliveira Salazar considera que a memória colectiva, o sentido prático, o mero instinto de defesa, deveriam ter levado o povo português ao menos a rejeitar caminhos já percorridos e a não repetir experiências que tinham conduzido a desastres tormentosos. Neste quadro, o chefe do governo pensa que o regime falhara no seu esforço de educação cívica e formação política.

Através de tudo, a oposição clássica — republicanos históricos, democráticos, velhos socialistas desgarrados, partidários de uma renovada democracia cristã, homens de profissões liberais e dos círculos da cultura e da inteligência — não deixa de manter viva a luta, a agitação constante, e de aproveitar quantos pretextos possam ser usados politicamente. Num ponto encontram apoio os quadrantes políticos oposicionistas: na figura e na acção

do embaixador do Brasil, Álvaro Lins (1). Este considera do seu dever contribuir para derrubar o governo e o regime. Precedido de prestígio intelectual, Lins é acolhido na sociedade portuguesa com a amizade dedicada a brasileiros, e também com muito do servilismo que dobra muitos portugueses perante estrangeiros; o enviado do Brasil em pouco se torna figura de consequência em reuniões, de homens do governo ou de oposicionistas; e é convidado obrigatório em jantares da burguesia, nos saraus de escritores e artistas, nas tertúlias de intelectuais e políticos. Como representante do maior país da América do Sul, e que é ao mesmo tempo uma nação irmã de Portugal, Álvaro Lins tem peso junto dos demais embaixadores latino-americanos em Lisboa: estes reconhecem a sua posição especial, admitem que tenha da vida social e política portuguesa uma ideia mais profunda e exacta do que a dos demais representantes diplomáticos, aceitam o parecer do embaixador brasileiro sobre problemas internos portugueses. Álvaro Lins deixa que o adivinhem sempre bem informado. Sem recato ou peias, Lins assevera que Salazar está esgotado, atingira o fim da sua vida pública, e estava no seu termo o regime político. Era dever dos representantes de países democráticos, portanto, auxiliar os oposicionistas portugueses a atingir os seus objectivos. Neste intuito, a embaixada do Brasil passa a ser, desde aquele mês de Setembro de 1958, um centro de encontro dos adversários do governo e de coordenação de esforços. Entre quantos se concertam com Álvaro Lins, sobressaem Humberto Delgado e os seus partidários ou devotos mais próximos; e estes e outros são por seu turno veículo dos contactos com Henrique Galvão, que continua detido no Hospital de Santa Maria. Mas, além destes conluios, outros motivos são usados para combate político. Como pretexto mais verosímil, invoca-se o próximo dia *5 de Outubro,* em que ocorre o quadragésimo-oitavo aniversário da proclamação da República. Em torno daquele pretexto, agita-se o grupo de Delgado, e movimentam-se os nomes clássicos da oposição, desde Cunha Leal a Jaime Cortezão, desde Cabeçadas a Quintão Meireles. Pretendem organizar celebrações por todo o país, com o

(1) Ver Volume IV, págs. 434-435, 456, 486. Quando chega a Lisboa, Lins já tinha atrás de si uma obra relevante de ensaísta e crítico literário.

aspecto exterior de inocência política, e para o efeito solicitam as autorizações apropriadas; mas o governo não ignora que por detrás do propósito ostensivo estão outros desígnios, e que às manifestações dos democratas se somariam as da extrema-esquerda; e por todo o país ressurgiria o ambiente de sobressalto e de crise que caracterizara os meses de Junho e Julho. Por outro lado, devem efectuar-se naquele Outono de 1958 novas eleições para as Juntas de Freguesia; e os mesmos elementos, segundo informações que chegam ao governo, propõem-se explorar o facto no âmbito das autarquias locais. Resolve o governo adiar essas eleições para data a marcar ulteriormente: não julga conveniente a realização de mais de um acto eleitoral em cada ano: e entretanto são prorrogados os mandatos dos designados no último sufrágio. De novo circulam panfletos clandestinos de acerba crítica ao governo, que é acusado de prepotência, arbitrariedade, opressão.

Perante as tácticas da oposição e os meios de que dispõe, e lembrando o estado de espírito criado no país e o carácter volúvel e impressionável do povo português, Oliveira Salazar desabafa com os seus colaboradores: «*Se a campanha de Delgado se tivesse prolongado por mais um ou dois meses, ele tinha ganho a eleição*». Incrédulos e cépticos, reagem alguns contra a afirmação. Salazar repisa: «*Tinha ganho, tinha, digo-vos eu*».

5

Não se desapega Salazar dos negócios do Estado. Regressado de Londres, depois de ter ido a Balmoral despedir-se da rainha Isabel, chega a Lisboa Pedro Theotónio para assumir as funções de ministro da Presidência. Dá-lhe posse o chefe do governo: faz o elogio do homem que há trinta anos serve o país: e, além de outros títulos, apresenta-o como «*velho companheiro de ideal*» de Marcello Caetano. Salazar recebe depois o cardeal Spellman, arcebispo de Nova Iorque, que nas suas passagens por Lisboa considera de seu dever cumprimentar o chefe do governo português; escuta atentamente Eduardo Leitão sobre os problemas da polí-

tica belga; e sobre política espanhola interroga minuciosamente o ministro do Exército de Espanha, Sanchez Guerra, que vem a Lisboa em visita oficial. Segue com atenção os debates da Assembleia Nacional, que está reunida para apreciar o *II Plano de Fomento,* e que aprova com alterações, ao mesmo tempo que vota a confiança ao governo. Insiste a oposição em querer celebrar a data de *5 de Outubro,* dentro de um ângulo partidário. Então Salazar combina com o ministério do Interior uma atitude firme. No último dia de Setembro, é difundida uma nota oficiosa: ficam proibidas as manifestações que «*elementos subversivos*» pretendem realizar: e serão restringidos a Lisboa quaisquer actos comemorativos. Em 9 de Outubro de 1958, o mundo católico estremece. Naquele dia, quando na sua residência de Castel Gandolfo, morre Pio XII. Este papa, no seu pontificado de quase vinte anos, atravessara grandes crises da vida mundial: a expansão do nazismo e do fascismo, a cujo nascimento assistira quando núncio em Berlim; a Grande Guerra de 1939-1945; a guerra fria. Nunca empreendeu uma verdadeira cruzada anticomunista; mas promulgou severas medidas contra os católicos que acaso se dispusessem a colaborar ou mesmo a aceitar a ideologia marxista ou colectivista; e ascético e místico, imprimiu à Igreja, sobretudo nos últimos tempos do seu governo, uma orientação tradicionalista, conservadora, não ecuménica nos seus horizontes, e por vezes politicamente intervencionista para travar uma democracia-cristã havida por muito aberta, na Itália do após-guerra, a algumas orientações de extrema-esquerda. Com Pio XII, e sem embargo de todas as dificuldades do momento, negociara Salazar a *Concordata* e o *Acordo Missionário* de 1940 (1), que o papa considera textos exemplares do que deveriam ser as relações entre o Estado e a Igreja; depois, no decurso dos anos, por intermédio dos representantes diplomáticos e sobretudo do cardeal de Lisboa, os dois homens trocam mensagens de cordialidade, de admiração e de discreto apoio; e Pio XII não deixara de oferecer a Salazar, com rica moldura de prata, uma fotografia sua, dedicada e assinada, que o chefe do governo conserva no seu escritório. Oliveira Salazar

(1) Ver vol. III, págs. 261-267.

lamenta o desaparecimento de um pontífice cujo espírito e atitudes se quadravam com as suas ideias e o seu sentir; e conhecedor da onda de progressismo que lavra em alguns sectores da Igreja, receia pela unidade e coesão desta e pelos sobressaltos que possam sobrevir na sociedade civil. Pelo mundo, é respeitosa a homenagem prestada à memória de Pio XII. Salazar comparece na Nunciatura, a assinar o livro de condolências, e está depois presente nas exéquias solenes celebradas na Sé em memória do pontífice. E todos se perguntam: quem será o próximo papa? na crise moral e espiritual do Ocidente, e dado o papel central que ocupa a Igreja, que orientação imprimirá a esta o novo vigário de Cristo? Dias depois, Salazar abandona o Forte do Estoril, e na segunda quinzena de Outubro está na sua Beira. Do Vimieiro e de Santa Comba, vai de visita ao Caramulo para ver os Lacerdas, a Papízios, a Oliveira do Conde, às terras enfim que constituem o seu mundo telúrico.

Entretanto, está reunido o Sacro Colégio em conclave. Logo transpira um afrontamento de tendências entre os cardeais eleitores: travam batalha as alas conservadora e progressista. Correm duas semanas, e não há papa. Oliveira Salazar continua na sua Beira. Mas em 28 de Outubro o colégio cardinalício elege um novo pontífice: é o cardeal Ângelo Roncalli, antigo patriarca de Veneza, que agora está por núncio em Paris: e toma o título de João XXIII. À beira dos setenta e sete anos, prelado obscuro até à sua elevação ao cardinalato em 1953, João XXIII é desde logo havido como papa de compromisso ou transição: nenhuma das grandes correntes em luta no conclave saíra triunfante: e assim, na sua sabedoria milenária, a Igreja escolhia um pastor sem personalidade vigorosa, sem posição ideológica ou doutrinária vincada, e que pela sua grande idade não deveria ter longo pontificado: apenas o bastante para que, no seio da alta hierarquia da Igreja, se definissem melhor as tendências em choque e se apurassem as linhas preponderantes em futuro conclave. Mas ao tempo em que é proclamado o novo pontífice já Salazar regressa a Lisboa, e logo saúda o novo chefe da Igreja, em telegrama para a Cúria. Fica no entanto apreensivo: como se haverá João XXIII com as divisões que enfraquecem a cristandade e com a onda de progressismo que ameaça muitos valores? Mas logo absorvem Salazar preocupações de outra ordem. Porque, com efeito, em 30 de Outubro de 1958

chega a Lisboa em visita oficial Paul Henri Spaak, figura grada da política belga, e que de momento exerce as funções de secretário-geral da NATO. Spaak vem a convite de Marcello Mathias, de quem é velho conhecido, e por admiração pessoal pelo chefe do governo português. Salazar ganhara a gratidão pessoal de Spaak desde os tempos da guerra. Na altura, com o seu país invadido e ocupado pelos exércitos germânicos, o político belga quase caíra nas mãos das forças nazis em França; no meio de perigos e dificuldades conseguira passar à Espanha, viajando escondido num camião; e daquele país, alcançara Portugal, onde retomou a luz do dia. Não foi de início acolhido com prazer pelas autoridades portuguesas; mas Oliveira Salazar, como fosse informado da presença de Spaak, intervém para facilitar em tudo a estadia do político belga e ajudar a sua partida, a bordo de um hidro-avião britânico, com destino a Inglaterra. Salazar recebe cordialmente o secretário-geral da NATO e agora, dezoito anos cumpridos quase dia por dia (1), Spaak recorda com o chefe do governo aqueles momentos dramáticos da história da Bélgica, de Portugal e da Europa. É em S. Bento a conversa, e depois os dois homens praticam da actualidade: a ameaça soviética, a coesão indispensável da aliança atlântica e as suas dificuldades, a atitude crescentemente hostil das Nações Unidas, e sobretudo o agravamento de todos os problemas do continente africano. Salazar convida Spaak para almoçar; e Mathias oferece nas Necessidades um banquete dos grandes dias. Spaak convoca uma conferência de imprensa e, reflectindo a entrevista com Salazar, afirma: «*a ameaça comunista é hoje mais africana do que europeia e talvez mais económica e social do que militar*».

Neste meio tempo, e não tendo sido viável explorar a oportunidade das celebrações do *5 de Outubro,* os oposicionistas tomam outra iniciativa: convidam o político britânico Aneurin Bevan (2)

---

(1) Fora em 24 de Outubro de 1940 que Spaak embarcara em Lisboa com destino a Inglaterra.

(2) Aneurin Bevan (1897-1960). Representava a ala esquerda e mais radical do Partido Trabalhista. Ministro da Saúde em 1945 e do Trabalho em 1951, nos governos de Attlee, demitiu-se naquele último ano como protesto contra o rearmamento da Inglaterra. Derrotado por Hugh Gaitskell para a chefia do par-

para proferir uma conferência em Lisboa. Bevan simboliza na altura, sem embargo da moderação para que tendia, a ala esquerda do Partido Trabalhista britânico, e é na Inglaterra o grande defensor do pacifismo, do anticolonialismo, do socialismo radical; e nunca escondera a sua hostilidade ao governo de Lisboa e seu regime. Na origem do convite estão o grupo que cerca Humberto Delgado, e os velhos nomes de Quintão Meireles, Cunha Leal, António Sérgio, Jaime Cortezão, outros ainda. Ao abrigo da conferência de Bevan, e na sala em que fosse proferida, efectuar-se-ia uma manifestação contra o regime, e para o governo abria-se um dilema: alheia-se da sessão, e deixa aos promotores o benefício da propaganda política; ou intervém e suspende a reunião, acaso usando a força; e na imprensa britânica e mundial os reflexos haveriam de ser desagradáveis, ainda que transitórios. Para mais, uma palestra e um debate de censura à política portuguesa, conduzidos em Portugal por um homem de Estado estrangeiro, constituíam interferência em assuntos internos nacionais; e este facto era intolerável. Sobre todo o problema, no entanto, surgem divisões no seio do governo de Lisboa: alguns ministros pensam que se deveria autorizar a conferência, limitando-a a um recinto exíguo: inclina-se em sentido oposto a maioria. Oliveira Salazar não tem dúvidas de cortar na raiz a dificuldade: há que recusar a Bevan autorização para entrar em Portugal. Nesta atitude é apoiado pelo ministro do Interior, Pires Cardoso. E a embaixada em Londres é encarregada de transmitir ao político britânico, com a cortesia apropriada, a decisão portuguesa: a posição ideológica do convidado, os objectivos dos promotores da conferência, a desproporção entre o tamanho da sala a utilizar e o reduzido número de pessoas aptas a compreender a língua inglesa, demonstravam um propósito de usar Bevan para fins a que aquele era de certeza alheio e em que não desejaria colaborar: e por isso o governo português, lamentando-o embora, não podia consentir no projecto, sem prejuízo da consideração pessoal que o estadista lhe merecia. Em Londres, Bevan é comedido e não explora o episódio, e em Lisboa,

---

tido, Bevan assume a partir de 1955 uma atitude crescentemente moderada. Não confundir com Bevin (Ernest), ministro dos Estrangeiros em 1945, e que foi dos maiores homens de Estado produzidos pelo trabalhismo britânico.

por nota oficiosa de 11 de Novembro, o governo informa a opinião pública da decisão tomada, e seus fundamentos. Ao outro dia, o governo anuncia que o antigo presidente da República, Craveiro Lopes, fora elevado ao posto e à dignidade de marechal. Não perdem os adversários do regime, contudo, o ensejo de aproveitar o caso Bevan. Humberto Delgado mantém-se numa agitação permanente; acusa o governo de o perseguir, de o ameaçar; continua a afirmar que lhe fora roubada a eleição; e declara dramaticamente que está em risco a sua liberdade e em perigo a sua vida. Agora protesta contra a recusa do governo à vinda de Bevan; juntam-se-lhe Azevedo Gomes, Vieira de Almeida, Jaime Cortezão, António Sérgio. Em fins de Novembro, corre a notícia de que estes homens haviam sido presos, àpenas por criticarem a decisão do gabinete; e efectivamente, em nota de 26 daquele mês, o governo confirma a sua detenção, por tempo breve e para averiguações. Não foram detidos pelo motivo alegado, sustentam as autoridades, mas por distribuírem panfletos subversivos. Então a imprensa inglesa dá relevo à notícia, e nalguns órgãos o governo de Lisboa é desfavoravelmente comentado. A Delgado, por haver subscrito alguns dos panfletos, é instaurado processo disciplinar; e três dias mais tarde são libertos os presos, e os autos remetidos a tribunal competente.

Neste momento, demite-se o ministro do Interior, Pires Cardoso. São inteiramente de saúde, e graves, as razões do afastamento do ministro; mas tudo é atribuído, na opinião pública, a divergências insanáveis com o chefe do governo. Para substituir aquele, e numa solução um tanto improvisada, Salazar recorre a Arnaldo Schultz, oficial das Forças Armadas, homem sem passado político vincado mas havido como firme nos seus princípios conservadores e nacionalistas. Entre a oposição, porém, atribuem-se-lhe tendências totalitárias, e alguns não se acanham mesmo de o apodar de nazi, sem que exibam prova. Perante o sobressalto, todavia, o chefe do governo não modifica a sua rotina. Em 29 de Novembro recebe Sir Roy Wellensky, primeiro-ministro da Federação das Rodésias e da Niassalândia, e por quem tem particular apreço; e toda a problemática da África Austral é passada ao crivo. Mas nesse dia está em Coimbra o cardeal Gonçalves Cerejeira: como catedrático da Faculdade de Letras, e ao dobrar os setenta

anos, vai à velha Universidade dar a *última lição*. Cerejeira regressa aos seus tempos de humanista, de sociólogo, de cultor da história; e na sua aula derradeira fala do cristão perante o mundo contemporâneo, o liberalismo, o marxismo, «*que é a grande mistificação dos tempos modernos*». Salazar não se alheia, em Lisboa, do acto que decorre em Coimbra: além do mais, respeita ao seu antigo companheiro dos *Grilos*, ao seu colega no *C. A. D. C.*, ao seu camarada nas lutas do *Imparcial* e dos comícios turbulentos e arriscados em S. João de Almedina. E então Oliveira Salazar telegrafa para Coimbra: também desejaria estar presente, como muitos outros roubados à cátedra pelo exercício de outras funções; não o podendo fazer, «*apresento-me por este meio ao meu Reitor e permito-me partilhar em espírito no regozijo de todos os colegas e da Universidade, congratulando-me com o acto de tão elevado significado*». Na sala dos actos grandes, perante uma assistência emocionada, o reitor Maximiano Correia lê o telegrama do chefe do governo.

6

Em paralelo com a agitação dos círculos políticos portugueses, continua em debate no Tribunal Internacional da Haia a queixa de Portugal contra a União Indiana, que permitira e apoiara, em 20 de Julho de 1954 (1), a invasão dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli, parte integrante do distrito de Damão. Portugal requer o direito de passagem para os enclaves. Pretendera o governo de Nova Deli que o tribunal se houvesse por incompetente para conhecer do feito; mas, ouvidas as partes em instrução contraditória, aquele órgão rejeita a aspiração indiana. Suscitam depois os advogados indianos excepções, de fundo ou de forma, a que os advogados portugueses respondem, e o tribunal também as repudia. Surgem as réplicas, as tréplicas, os pedidos indianos de adiamento, de prorrogação de prazos para submissão de provas, de documentos, de respostas a teses e alegações portuguesas. Em

(1) Ver vol. IV, págs. 349 e 401.

24 de Novembro de 1958, devia ser entregue a última resposta de Nova Deli; mas o embaixador indiano na Haia pede ao tribunal nova dilação; e os juízes, depois de conferência com os advogados de ambas as partes, marcam o dia 26 de Janeiro de 1959 para uma nova tréplica da Índia. De seu lado, o governo de Lisboa não deduz objecções de fundo ao desejo indiano: o lento arrastar do processo da Haia, durante anos, constitui escudo para defesa de Goa: o chefe do governo de Nova Deli, primeiro-ministro Nehru, não ousará atacar o Estado Português da Índia ao mesmo passo em que a demanda portuguesa, que está pendente da mais alta jurisdição internacional, não estiver julgada. Entretanto, na fronteira dos três distritos portugueses — Goa, Damão e Diu — continuam a produzir-se incidentes quase diários: incursões de agentes da polícia indiana ou de elementos desgarrados, roubos de bens através das linhas raianas, agressões contra goeses, colocação de explosivos, passagem de terroristas, outros actos de força e de violação da soberania de Portugal. Entre Lisboa e Nova Deli, por intermédio da representação brasileira (que protege os interesses portugueses na Índia) e da representação egípcia (que tem a seu cargo os interesses indianos em Portugal), são constantes os protestos e os contraprotestos. Do lado da União Indiana, quanto ao fundo do problema, não se altera a atitude: Goa faz parte da União: deve ser integrada nesta, pura e simplesmente, por mera transferência de soberania, sem consulta aos Goeses. Por Portugal, é igualmente mantida a sua posição: os problemas decorrentes da vizinhança—comunicações, transportes, uso de portos goeses pela Índia, garantias de segurança para esta, comércio, relações económicas e financeiras, e outras semelhantes — são negociáveis; mas a soberania portuguesa de Goa, legítima e irrestrita, não é passivel de negociação. Esta política é classificada de intransigente pelo governo de Nova Deli, que atribui a Portugal a recusa obstinada de *negociar*. Para o governo de Lisboa, é de há muito claro, todavia, que o primeiro-ministro Nehru deseja negociar somente o *calendário da entrega de Goa à Índia*.

Com o estado de tensão existente na fronteira de Goa, e enquanto prossegue o julgamento da Haia, é lançado nas Nações Unidas um novo ataque contra a posição assumida por Portugal quanto aos seus territórios ultramarinos. Com efeito, logo que

admitido na ONU, em 1956, Portugal é perguntado sobre se administra territórios não-autónomos, nos termos e para os efeitos do Art. 73 da Carta da ONU, e se se propõe fornecer à organização de Nova Iorque informações sobre a forma como os administra; o governo de Lisboa respondera negativamente às duas perguntas; e com esta sua resposta está a notificar a ONU de que o ultramar português não tem vocação para uma independência separada de Portugal e de que nega àquela qualquer direito a intervir em matéria de alçada exclusiva da jurisdição interna portuguesa (1). Esta atitude vai ao arrepio da que fora adoptada pelas potências europeias com responsabilidades em África. No entanto, firmado no critério que a própria ONU respeitara até então, o governo de Lisboa arroga-se a faculdade de ser único intérprete e executor da sua Constituição; e não reconhece à Assembleia Geral das Nações Unidas capacidade legal para intervir no assunto. Há assim o choque frontal com o movimento anticolonialista, com as teses de autodeterminação dos povos tal como passam a ser entendidas e aceites pelas potências ocidentais para fins políticos do momento, com os objectivos prosseguidos pelos países do *terceiro mundo;* e o bloco dos países afro-asiáticos e socialistas reage com vigor. É impugnada a resposta portuguesa logo em 1956, primeiro ano em que Portugal, depois de admitido, participa nos trabalhos da Assembleia; e o ataque repete-se em 1957. Nos dois casos, foram apresentados por aquele bloco projectos de resolução em que se solicitava que Portugal prestasse informações sobre a administração dos seus territórios ultramarinos, submetendo estes, por conseguinte, à censura internacional. Com enérgica defesa e contra-ataque, e com o apoio de países amigos, ocidentais e latino-americanos, haviam sido derrotados aqueles projectos de resolução. Não se conformam os adversários com esse desar. E nova impugnação é feita da posição portuguesa enquanto decorre em Nova Iorque, nos fins deste ano de 1958, a XIII Assembleia Geral da ONU. Assume o debate um tom de aparência moderada; e as acusações frontais contra Portugal — de colonialismo, de exploração económica, de agres-

(1) Dou aqui como conhecida toda esta questão, que foi tratada em pormenor no volume IV desta biografia. Foram aí expostos os argumentos portugueses e os dos adversários de Portugal.

são, de imperialismo — são agora temperadas de manobras processuais que todavia tendem a atribuir à ONU competência para impor aos países membros as directrizes que entender. Pretende mais uma vez o bloco afro-asiático, com o apoio dos países comunistas, entregar à Assembleia a faculdade de definição teórica de território não-autónomo; e estar-se-ia assim num terreno puramente doutrinário, sem discriminação contra qualquer Estado ou país.

Em Lisboa, Oliveira Salazar não se deixa ludibriar, nem tão-pouco os delegados portugueses em Nova Iorque: sob um aspecto teórico, que se diria abstracto e processual, o objectivo é claro: firmar uma nova competência da Assembleia, alargar os seus poderes, dar à Carta uma interpretação extensiva: e, munida dessas armas, a Assembleia poderá então contrabater a atitude portuguesa à luz da nova legalidade que se forjara. Alegam os adversários da política de Lisboa: de modo algum está em causa Portugal, nem se pretende contra este qualquer discriminação: e trata-se apenas de obter um estudo quase laboratorial, muito desapaixonado, muito isento, como de juristas ideais. Replicam os representantes portugueses: é no contexto dos ataques anteriores que tudo há-de ser encarado: foi a réplica portuguesa que desencadeou o processo: e quando agora se pretende que a Assembleia altere o critério adoptado há uma dúzia de anos, é Portugal, e só Portugal, que se quer alvejar. Não pode o governo de Lisboa aceitar a impugnação de uma atitude soberana, e rejeitará qualquer interferência em assunto que, segundo a interpretação da Carta sempre acatada até agora pela ONU, constitui matéria de jurisdição interna. Sem embargo, os delegados dos países afro-asiáticos não deixam de submeter à Assembleia um projecto de resolução nas linhas sugeridas durante o debate: dar à ONU competência para declarar não-autónomo um qualquer território, e para enunciar as regras que a devem guiar nessa declaração. Na ONU e junto de governos amigos, desenvolvem os delegados e as representações diplomáticas portuguesas intensa actividade, procurando esclarecer, argumentar, persuadir. Quando é posto à votação o projecto afro-asiático, a delegação portuguesa recorre à regra processual invocada no ano anterior: propõe que se pergunte à Assembleia se tem a matéria por importante, requerendo por isso

dois terços dos votos para aprovação de qualquer texto; obtida uma resposta da Assembleia, será apresentado então ao voto o projecto afro-asiático. Submetido o ponto à Assembleia, esta vota, por maioria simples, uma resposta afirmativa à primeira pergunta, e com isso significa que o texto antiportuguês apenas será havido como aprovado se obtiver dois terços dos votos dos delegados presentes. Apresentado ao voto o próprio texto, não reúne os dois terços que a Assembleia acaba de considerar indispensáveis. Fica assim derrotada a nova ofensiva dos círculos afro-asiáticos.

Não obstante o resultado favorável alcançado em Nova Iorque, a opinião pública portuguesa volta a emocionar-se, e são muitos os impressionados. Na sua larga maioria, o povo apoia a política ultramarina do governo, e tanto na metrópole como em círculos esclarecidos dos territórios de além-mar exprime-se um sentimento genuíno de indignação pelos ataques das Nações Unidas. Como de hábito, na alta-roda da política, mesmo entre adeptos do regime, ocorrem os timoratos que perguntam se, sem a menor cedência às imposições da ONU, não se poderia no entanto, com habilidade e flexibilidade, evitar os ataques e os debates. Mas é nos arraiais da oposição que, como em anos anteriores, o problema é explorado para objectivos políticos partidários. Decerto: os direitos portugueses em África são irrefutáveis, cumpre a Portugal não se apartar de territórios que são sua pertença secular, importa portanto defendê-los em todos os planos. Simplesmente, tem de se atribuir ao governo e ao regime a responsabilidade do que acontece. E de boca em boca correm os argumentos: a política é demasiado rígida; não é exposta e defendida em Nova Iorque com suficiente vigor e eloquência; deveria negociar-se um acordo ou arranjo com as Nações Unidas. Sobretudo, o governo e o regime têm-se por culpados supremos: não são ditatoriais, repressivos, e ao arrepio do pensamento moderno? Se fossem democráticas e pluralistas as instituições políticas portuguesas, com partidos e liberdade absoluta de expressão; se não se praticasse a censura à imprensa; se o povo português, na metrópole e no ultramar, não vivesse oprimido — a organização de Nova Iorque, de base democrática, não se permitiria ataques à política de Portugal em África, e respeitá-la-ia.

Oliveira Salazar considera toda a argumentação dos oposicio-

nistas, e exclama para os seus colaboradores: «*São delegados de governos ferozmente ditatoriais os que nos atacam, e são então eles que não têm outro propósito salvo o de vir em nosso socorro e instaurar aqui uma democracia? É curioso!*»

7

Continuam revoltos os círculos políticos, e no centro da agitação mantém-se o grupo de Delgado, apoiado e inspirado por amigos de Henrique Galvão; também está activa a roda que envolve Craveiro Lopes; e os elementos mais firmes do governo e do regime pensam em mèdidas mais drásticas que finalmente ponham cobro àquele estado de coisas. Considera o chefe do governo, todavia, que o problema é sociológico e é moral: há o reaparecimento do clima de divisão política com raízes profundas no corpo social português; há o fermentar em torno de ideias que se supõem novas; há a fuga de muitos elementos — católicos, monárquicos, republicados moderados, outros ainda — que abandonam as fileiras do *Estado Novo;* há crise de espírito e de ideal entre vasta parte da juventude; e há crise de consciência, cívica e religiosa, em todas as classes. Salazar cuida que se impõe retomar a actividade doutrinária entre os portugueses, de maneira a curar as feridas deixadas pela campanha eleitoral de 1957 e pela campanha presidencial de 1958. Como primeiro passo, pretende reorganizar a *Comissão Executiva* da *União Nacional.* Costa Leite, que preside, quer cingir-se à vida inteiramente privada; Tito Arantes e Camilo de Mendonça há muito que se alheiam do organismo; e é incerta a posição de outros, como Domingos Braga da Cruz ou César Moreira Baptista. Há que nomear uma nova *Comissão Executiva.* Que nome escolher para seu presidente? Entre os mais escutados conselheiros do chefe do governo há unanimidade: Costa Leite, Mário de Figueiredo, Luís Supico Pinto, sugerem o nome de Castro Fernandes (1). Este encontra-se de momento em Moçambique, onde

(1) António Júlio de Castro Fernandes. Recorde-se que fora subsecretário das Corporações e Previdência Social de 6-9-44 até 6-10-48, e ministro da Economia desde esta última data até 2-8-1950.

se ocupa de assuntos do Banco Nacional Ultramarino, de que é administrador; e Luís Supico é encarregado de o convidar. É formulado pelo telefone o convite, em nome de Salazar, e Castro Fernandes aceita. No seu regresso a Lisboa, examina com o chefe do governo os demais nomes para a *Comissão Executiva,* e são sondados Costa Brochado, Vargas Moniz, e António Pinto de Mesquita, que aceitam, enquanto Henrique Tenreiro, que pertencia à comissão demissionária, se dispõe a continuar. Oliveira Salazar deseja dar posse com urgência à nova *Comissão Executiva.* Mas os mais íntimos amigos políticos do chefe do governo entendem que é tempo de se dirigir aos portugueses. Desde Julho, a opinião pública não lhe escuta uma palavra; e o seu aparecimento numa reunião desfaria rumores sobre o seu estado físico, a sua saúde, a sua lucidez. Cada vez é mais intensa a repugnância de Salazar pelo discurso, pela presidência de sessões políticas, pelo contacto com grupos de homens e o seu bulício. Mas prevalece o juízo dos seus conselheiros, e nos últimos dias de Novembro o chefe do governo começa a compor o seu discurso. Propõe-se ser breve, e aflorar somente alguns dos problemas que sente afectarem o estado de espírito do país. Em 6 de Dezembro de 1958, Oliveira Salazar comparece na sede da *União Nacional.* Estão as grandes figuras tradicionais do regime: o veterano Albino dos Reis, Mário de Figueiredo, Luís Supico Pinto, Soares da Fonseca, antigos membros do governo, homens das comissões concelhias, adeptos dispersos da situação. Costa Leite despede-se, e protesta a sua fidelidade a Salazar e aos princípios que este simboliza. Castro Fernandes promete a sua colaboração esforçada nos trabalhos do futuro. Depois Salazar fala aos homens da *União,* e aos portugueses: que lhes diz?

Agradece aos membros cessantes, e saúda os nomeados, e a estes avisa de que não serão risonhos os tempos que se aproximam, e que serão mesmo bem duros, ao menos até que se despertem os adormecidos, se encorajem os tíbios, se reacenda por toda a parte a fé. No mais, qual é o quadro? Tanto a campanha para eleição de deputados em 1957 como a eleição presidencial de há meses foram somente um sintoma de mal antigo, *«senão crónico por triste infelicidade»:* as discussões políticas. Há dois remédios para esse mal. Um primeiro caminho consiste em aceitar a divisão entre portugueses como irremovível, alargando-a pelo facto de a reconhecer,

conceder-lhe direitos, torná-la parte da orgânica estatal. «*Assim se viveu durante muitos anos, a desperdiçar valores, a incendiar ódios, a enfraquecer os governos até à impotência, a amesquinhar a Nação até ao descrédito*». Mas há outro caminho: não empolar divergências ocasionais, pôr de lado dissídios ideológicos sem repercussão válida na vida colectiva, chamar à colaboração a máxima parte das vontades e das inteligências para serviço do interesse nacional. No fundo de quantos receberam uma herança de oitocentos anos de vida independente, de ideais praticados, de tradições morais comuns, deveria ser «*possível encontrar, admitidas umas tantas excepções, o sentimento de fidelidade a meia dúzia de princípios incontroversos, de linhas de acção indiscutíveis no que respeita ao futuro e portanto ao governo da Nação Portuguesa*». Porque o povo, como povo, e sobretudo se está na raiz de uma velha nação, «*tende para a unidade, apreende quase por instinto o interesse colectivo e só aspira a ser bem conduzido e governado*». Para este efeito se tentou uma «*frente nacional*», pondo de banda questões de regime, preconceitos, particularismos, e resolvendo a questão religiosa. Mas há que reconhecer a ameaça de brechas abertas pelas paixões desencadeadas nos últimos períodos eleitorais. Quem a rompeu? Responde Salazar: «*Essa frente uns tantos, poucos, monárquicos a quiseram romper; alguns católicos se jactam de a haver rompido e com tal desenvoltura que lograram o aplauso não só de liberais com quem se irmanaram pela sua pretensão partidária como dos comunistas que diríamos estar no pólo oposto aos princípios e interesses da Igreja*». Este último facto é havido pelo chefe do governo como da maior gravidade: pela perda de elementos que individualmente se afastem da frente nacional e pela perturbação lançada em muitas consciências acerca da legitimidade das suas posições religiosas e políticas. Este aspecto, em virtude da atitude assumida por alguns círculos católicos, apresenta tão sérias implicações quanto à *Concordata* e mesmo quanto ao futuro das relações entre o Estado e a Igreja «*que tenho entendido dever manter para público completo silêncio*». É conhecida a doutrina da Igreja, e «*não duvidamos de que as autoridades competentes, repetindo-a aliás quantas vezes forem necessárias, a farão seguir com inteira fidelidade nos organismos onde se têm verificado desvios*». E neste ponto Oliveira Salazar é então claríssimo, durís-

simo, com máxima firmeza: «*ser-me-ia sumamente penoso, a mim que alguma coisa contribuí para a pacificação religiosa e a liberdade da Igreja em Portugal e para o regime de prestigioso carinho de que a mesma tem sido cercada nos últimos trinta anos, ter de apresentar reparos e, em nome de um poder igualmente legítimo na sua esfera de acção, dizer quais os limites que de todos os modos se fariam respeitar a bem do interessse nacional*».

Todos estes fenómenos e outros semelhantes podem traduzir desvairos episódicos de base emocional. Mas podem estar ligados ao clima de transformações que, aos olhos de todos, se estão operando no mundo político, económico e social; e a vertigem da rapidez traz perturbada e enlouquecida a humanidade. Tudo hoje tende a ser colocado em termos de revolução, e mesmo de revolução catastrófica. «*E podem então verificar-se solidariedades estranhas, senão criminosas cumplicidades*». Como podem aqueles para quem o homem é centro e chave da criação associar-se àqueles que o rejeitam por exigências revolucionárias? Como podem os que aderem ao quadro nacional aliar-se com o internacionalismo de outros? Como podem os que julgam insuficientes as liberdades de que usufruem acamaradar com os que redondamente as negam todas? Não julga Salazar que possam ser duradouras estas incongruências, e por isso a reconstituição da frente nacional, além de exigência do interesse colectivo, é também imposição da lógica. Com este objectivo incumbe à *União Nacional* trabalhar. Como? Nem a *Comissão Central* nem a *Comissão Executiva* puderam dar ao movimento o impulso indispensável; e é agora preciso que a nova *Comissão Executiva* despenda o tempo necessário à reorganização dos corpos anquilosados ou descrentes, à orientação política de todas as comissões, e ao esclarecimento constante dos problemas. Não tendo querido e não querendo ser um partido, a *União Nacional* padece de uma inferioridade, uma vez que não faz política no fornecimento de serviços, provimento de cargos, distribuição de benefícios. Mas o facto supõe e exige uma contrapartida: os favorecidos com aquela renúncia não devem fazer política contra o regime. Não se fazem favores pessoais, não se captam influências com obséquios, não se compram dedicações; mas é um dever a valorização da obra realizada; e dentro do meio termo justo em que se deve trabalhar, há que fazer compreender a todos o

valor dos benefícios e até nalguns casos a razão de adiamentos ou recusas. Importa não confundir política com governo: «*este pode ser excelente e, como se tem visto, péssima aquela, por falta de compreensão ou por falta de fé*». E assim é preciso levar a toda a parte uma dupla crença: «*nos fins e nos métodos, fazer que a Nação colabore naqueles e tenha a convicção de que só por estes últimos os pode atingir*».

Para Oliveira Salazar outro problema se apresenta grave sobre todos: a juventude. «*Tenho ouvido*», diz o chefe do governo, «*que alguma juventude de hoje, especialmente universitária, sofre de uma espécie de angústia, se lamenta de sentir a alma vazia e que bastantes jovens procuram preencher esse vazio absorvendo as doutrinas comunistas*». Tem esperança em que essa angústia, mais do que um sofrimento de alma, seja antes uma atitude. Decerto: assiste-se a grandes transformações na vida do mundo: e tudo se vai passar sob o signo do económico e do social, num esforço gigantesco para criação de novas riquezas e sua distribuição equitativa. Mas isto não deve ser causa de ansiedade; e apenas deve ser incitamento para trabalhar mais e produzir melhor. E Salazar recorda com melancolia o seu próprio passado: «*Também nós os que chegamos agora ao fim da jornada vivemos em jovens épocas de tristeza e de amargura, menos por motivos de ordem mundial do que pela situação em que se encontrava o país*». Lembra depois os dramas de consciência da sua geração: «*Alguns de nós foram ainda empolgados pela euforia que então despertava o regime republicano e pela esperança depositada nos seus homens de governo. Mas, se bem me recordo, depois de perdidas muitas ilusões, o ambiente geral da juventude universitária de 1910 a 1930 também não era optimista, mesmo depois de passada a guerra, que podia aliás ser um estímulo, e para pequeno escol o foi. No entanto, os que pertenciam a estas gerações, quando tiveram de responder pela coisa pública, tomaram-na corajosamente nas mãos e, porque tinham ainda fé, podem orgulhar-se de transmitir a essa juventude que me dizem angustiada uma situação mais esclarecida, uma actividade mais intensa e uma nação mais prestigiada do que a que lhes fora entregue*». Deve causar satisfação, apesar de confrontos que entristecem e deficiências, o surto de vida nacional nos últimos trinta anos, e isso «*tanto na pequena casa lusitana, como na vasti-*

dão dos territórios ultramarinos apesar dos temporais que os ameaçam e devemos estar preparados para enfrentar de todos os modos».

Em tudo — na política seguida, nas atitudes tomadas — partiu-se de uma premissa: «*a pátria e os nossos deveres para com ela*». Neste particular, contudo, é de pensar que não esteja em crise a juventude: «*porque se essa angústia começa por desconhecer que nós só somos porque os nossos antepassados foram e só continuando o seu esforço e os seus sacrifícios somos senhores da nossa terra e do nosso destino, então verdadeiramente estamos em face, não de uma juventude angustiada, mas de ramos mortos da árvore nacional*». Se é assim, então esses tais serão inúteis para o progresso e grandeza da nação, ou mesmo da humanidade, sem embargo de alguns acenarem com esse eufemismo. Há aqui uma miragem materialista, que deslumbra os povos com esplendores de riqueza, e que constitui perigo se desacompanhada de actuação moral. Mas por que terá a juventude a alma vazia? Nem o amor da pátria, e a dedicação familiar, a história dos antepassados, as crenças e as ambições, o trabalho e os estudos, ou as preocupações presentes e a alegria dos 20 anos — preencherão aquele vazio? Não se sentem esses jovens empolgados por sentimentos generosos, amizades e camaradagens fraternas, dedicações até ao sacrifício, amor da vida, um grande sonho, a honra, o brio? Se é negativa a resposta, então «*alguma coisa não está certa na nossa obra de educação, se os vinte anos, vigorosos e sãos, dão à juventude uma alma desesperada e lânguida, em vez de um espírito viril, e lhes não inspiram uma palavra de singela mensagem a transmitir ao seu mundo*».

Admita-se que se abriu esse vazio nalgumas almas: poderá o comunismo enchê-lo? Não: «*o seu materialismo condena-o; ele não foi construído à escala humana, porque para o fazer triunfar é preciso rebaixar o homem até caber dentro dele*». Responderá aos problemas do tempo no plano materialista; mas «*a fé e a liberdade não podem coexistir com ele*». «*Na ordem prática*», comenta Oliveira Salazar, «*o comunismo é na verdade a maior revolução e talvez a maior experiência político-social de todos os tempos e, se não fora a enormidade dos sofrimentos que tem causado, quase poderíamos regozijar-nos de que um grande país fizesse essa expe-*

riência para lição da humanidade». Mas quando se lhe segue o curso, vê-se como avança, muda, retrocede, inutiliza o já feito para tomar outra direcção; vê-se como essa imensa revolução só pode fazer-se diminuindo o homem a que se destina; e essas limitações tornam-se patentes quando o homem russo enfrenta homens cuja personalidade não pode adulterar ou vencer. *«Veja-se a Polónia»*, exclama Salazar, *«lembre-se a Hungria, não se esqueça Berlim»*. Se alguma da juventude perdeu a fé e o amor da Pátria, não será de estranhar que se refugie *«nos mistérios do comunismo»;* mas então não pode esperar que este substitua os valores morais permanentes que definem a nossa civilização. Não se pode perder a juventude: é preciso chamá-la e interessá-la na acção. E então Oliveira Salazar conclui com um apelo e um aviso: *«Colectivamente, a Nação precisa de crer em alguma coisa e em alguém. Senão, pode facilmente correr desvairada atrás de mitos, cerrarem-se-lhe horizontes de névoa, despenhar-se em abismos. Simplesmente, a recuperação é dolorosa e difícil, e os tempos presentes não permitem experiências que podem ser decisivas para a integridade da Pátria e viver futuro da gente portuguesa»*. E conta com a *Comissão Executiva* para manter a compreensão, o entusiasmo, a fé — e *«também um pouco de espírito combativo necessário para certas ocasiões»*.

Não é este o discurso de âmbito global que muitos esperavam. Deixam as palavras do chefe do governo um travo de insatisfação: é nítido que Salazar não se quis pronunciar sobre alguns problemas — económicos, financeiros, sociais — que preocupam o povo português. Nem tão-pouco sobre o desassossego político de algumas camadas. Mas três pontos sobressaem do discurso, e quanto a esses foi categório o presidente do Conselho. Antes de mais, um solene aviso aos católicos, à *Acção Católica,* à própria Hierarquia. Recorda a sua qualidade de militante católico dos seus tempos de Coimbra, alude ao papel de doutrinador e estruturador ideológico do *Centro Católico,* lembra que foi o negociador de uma *Concordata* havida por exemplar pelo Vaticano; e com a autoridade deste passado diz aos católicos e aos prelados que, além dos limites que ao Estado cabe definir, não será consentido mais um passo, e o poder civil, cuja legitimidade proclama com vigor, intervirá com a firmeza que for necessária para fazer

respeitar esses limites. De novo, e com uma rudeza sem precedentes, Salazar concede a Deus o que é de Deus mas reivindica para César o que é de César, e tudo o que é de César; e não considera que a ordem política temporal esteja subordinada à ordem teológica. E o chefe do governo deixa cair um subentendido: o magistério da Igreja ensina o acatamento do poder civil constituído, desde que este por seu lado não restrinja a liberdade religiosa; acontece que esta tem sido garantida com amplitude sem precedente; mas se a Igreja se propõe discutir, desobedecer ou desrespeitar o poder civil, então fica em causa toda a política religiosa, que o Estado terá de rever. É profundo o sobressalto e viva a ansiedade dos meios católicos, e da alta Hierarquia: não ficam isentos de alguma inquietação os meios da Cúria de Roma; e em alguns prelados portugueses, segundo informações que chegam ao governo, esboça-se a ideia de um gesto de apaziguamento. De momento, são postos em surdina os casos do bispo do Porto e do bispo da Beira. E por outro lado atenta-se noutro ponto do discurso: os temporais anunciados sobre o Ultramar português. Na opinião pública está decerto presente o caso de Goa e o dissídio com a União Indiana; há repúdio pelos ataques da ONU, que se tem por injustos, ou motivados por ignorância; mas não há ideia de iminência ou possibilidade de perigos mais graves; e o aviso de Salazar não é compreendido por alguns ou suscita noutros um temor nebuloso. Por último, o anticomunismo do chefe do governo. Mas aí não se descobrem elementos novos, além de uma preocupação alarmada pelo estado de espírito da juventude. Num particular do discurso, todavia, estão de acordo situacionistas e oposicionistas: as palavras de Salazar não são as de homem que pensa retirar-se da vida pública e aposentar-se quando dentro de alguns meses completar setenta anos. Mas, atendendo à sua visão de homem de Estado que encara os problemas deste na sua intemporalidade — não será assim?

8

Três dias depois do discurso de Salazar, a 9 de Dezembro de 1958, chega a Lisboa o novo embaixador da Argentina, Ernesto Pablo Mairal. É homem correcto, urbano; mas ingénuo, de acabada inexperiência; e sem horizonte internacional. Partidário de Frondizi (1), auxiliou este na sua campanha presidencial, e em compensação dos serviços políticos é-lhe oferecida a embaixada em Lisboa. Mairal representa um grande país da América do Sul, logo após o Brasil, e nessa qualidade tem posição de relevo no corpo diplomático latino-americano acreditado em Lisboa. Desde logo, estabelece contacto com o embaixador brasileiro, Álvaro Lins. Este não se acanha de sublinhar a influência de que disfrutaria em Lisboa, e traça logo, para Mairal, um painel sombrio da situação política portuguesa. Segundo Lins, esta atingia o seu termo. Estava esgotado o regime e exausto o chefe do governo; o novo presidente da República não dispunha de autoridade ou prestígio próprio; as Forças Armadas tinham de ser havidas por hostis; e o povo sentia-se divorciado do sistema. Mairal confia em Lins; e, com grande candura e ligeireza de espírito, aceita a visão que lhe apresenta o embaixador do Brasil. Depois, em conversas sucessivas, Lins pormenoriza o quadro: está em grande intimidade com os oposicionistas, que o escutam e a quem apoia; tem ligação estreita com o general Delgado e o grupo que o rodeia; e alguns contactos discretos tem com Henrique Galvão, por intermediários, uma vez que este se encontra na situação de detido. Gradualmente, Lins domina Mairal. Em pouco, emerge um plano. Brasil e Argentina, os dois maiores países da América do Sul, são também grandes amigos de Portu-

(1) Arturo Frondizi. Chefe radical argentino que, com o apoio dos *peronistas* e das Forças Armadas, ganha a eleição presidencial (1958) e a maioria no Congresso. Mais tarde, as Forças Armadas retiram-lhe o seu apoio, dissolvem o Congresso, depõem Frondizi e entregam o governo provisório ao presidente do Senado (1962).

gal, e o Brasil sente por seu lado que é fraternal essa amizade; são ainda dois países democráticos, e cabe-lhes fomentar e apoiar esses ideais; Portugal enfrenta uma crise, uma encruzilhada; o povo português apenas a poderá vencer derrubando o actual regime e enveredando pelo sistema democrático; e assim não caberá ao Brasil e à Argentina, e portanto aos seus representantes em Lisboa, contribuir para alcançar esse objectivo e desencadear mesmo o processo político que o permita?

Na superfície, dir-se-ia que a vida portuguesa reganha no entanto a sua normalidade. Encerrados os debates na ONU, nestes fins de ano, nada sucedera nos territórios, e dentro em pouco tudo é esquecido na opinião pública. É aprovada pelo governo a execução do *II Plano de Fomento* para os anos de 1959-1964. São havidos por baixos os salários, de forma global; reconhece-se que se aprsentam estáveis os preços; mas o Conselho de Ministros de 17 de Dezembro aceita a revisão dos vencimentos dos servidores do Estado. Um tremor de terra no Norte do país atemoriza algumas povoações; temporais desfeitos devastam largas áreas; e as águas do Tejo inundam muita terra, com dano de tomo para lavoura e comunicações. Mas de súbito tudo parece agitado pela mensagem de Natal do cardeal-patriarca de Lisboa. Cerejeira dirige aos portugueses os votos cristãos de uso; equaciona a ordem cristã e o totalitarismo; liga a ordem cristã e o homem novo. Depois, aborda o tema clássico das relações entre o Estado e a Igreja; e refere-se à Constituição política portuguesa para acentuar que esta declara o estado limitado pela moral e pelo direito. Cerejeira aceita que os dois poderes, que regem a vida do homem no reino temporal e no reino espiritual, são soberanos cada um no seu domínio. Mas então Cerejeira sublinha: *«é legítimo dizer que é a ordem espiritual que julga a temporal — e não vice-versa»*. E eis que surge celeuma: todos interpretam a mensagem do patriarca como resposta ao discurso de Salazar de 6 de Dezembro. Como se entende o que disse o cardeal? Decerto Cerejeira admite a existência das duas ordens, mas com independência absoluta; e sem a menor subordinação da ordem espiritual à temporal. Quis Salazar sugerir uma hierarquia entre ambas? Então pertence a primazia à ordem espiritual porque é a esta que cabe julgar a ordem temporal: Cerejeira está a recordar ao chefe do governo que é Deus que julga os

homens, por muito exaltada que seja a estação destes, e não os homens que se podem permitir ajuizar de Deus. Salazar responde no seu íntimo com uma distinção, de que nada o apartará: não se propõe julgar Deus: mas não abdica, na defesa dos interesses do Estado, de julgar os homens que servem Deus. Dias mais tarde, a 30 de Dezembro, há uma cerimónia de esplendor e aparato. É nos salões da Ajuda: o presidente Thomaz vai impor, em nome do papa, o chapéu cardinalício ao núncio em Lisboa, Fernando Cento, que acaba de ser elevado à púrpura. Está álgida a manhã, e de nevoeiro denso; mas Salazar não falta. É solene o momento, entre vestes de numerosos prelados, as casacas, as fardas dos dignitários e dos notáveis. Trocam-se saudações, discursos. Diz o novo cardeal: «*Pátria de Heróis e de Santos, terra privilegiada de Santa Maria, Portugal ficará para sempre no meu coração*». Salazar e Cerejeira encontram-se, falam com demora: ninguém descobre que entre os dois homens haja outro sentimento além da cordialidade antiga. Álvaro Lins e Ernesto Mairal, que entretanto apresentara as suas cartas credenciais ao presidente Thomaz, estão presentes: e são observados a procurar avidamente cumprimentar e conversar com o chefe do governo. E no último dia do ano desembarca em Lisboa o novo embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. Há curiosidade: dado o poderio americano, e o teor das relações luso-americanas, é importante o carácter do novo enviado: que sorte de homem será?

Por detrás de tudo, Delgado e o seu grupo, em ligação estreita com Álvaro Lins e os demais oposicionistas, não dão tréguas ao governo e às autoridades. São constantes as acusações, as críticas, as afirmações de natureza política; o governo entende que, uma vez concluída a campanha presidencial, Delgado é um oficial que regressa às fileiras; e as autoridades consideram que, por esse mesmo facto, tem de estar submetido aos regulamentos de disciplina militar. Nesta base, o subsecretariado de Estado da Aeronáutica repetidas vezes chama a atenção de Delgado para os preceitos legais que proíbem declarações políticas a oficiais em serviço activo. Delgado desobedece, e é de desafio a atitude que assume: considera que um candidato à presidência da República, para mais «*defraudado*» como fora de uma eleição que «*ganhara*», fica sempre acima de constrangimentos disciplinares. Oliveira Salazar

reconhece que estão sendo ultrapassados os limites toleráveis, e a passividade, a manter-se, terá de ser havida por fraqueza, e mesmo impotência, com os prejuízos políticos inerentes. Tornam-se mais virulentos os ataques de Delgado, proferidos perante numerosos ouvintes ou em reuniões, e no abrir de 1959, o governo resolve actuar. Depois de elaborados relatórios de factos e instruído o auto, o subsecretário da Força Aérea, Kaulza de Arriaga, em despacho de 7 de Janeiro, manda afastar Delgado do serviço, e determina que seja compulsivamente aposentado; é mantida a sua qualidade de general, mas passa a ser-lhe defeso o uso de uniforme e condecorações; de harmonia com a lei são-lhe atribuídos setenta e cinco por cento do vencimento; e em nota oficiosa de 8 daquele mês, a opinião pública é informada de que, no termo do processo disciplinar, aquele oficial fora colocado na «*situação de separado do serviço*». Cinco dias mais tarde, Delgado apresenta-se na embaixada do Brasil, alega ameaça à sua liberdade e à sua vida, e solicita asilo político. Álvaro Lins concede-lho. Delgado instala-se na missão diplomática brasileira. Está sendo cumprido o plano concertado. Por sua parte, o governo português difunde uma segunda nota oficiosa em que define a sua posição: não existe qualquer perseguição contra o general Delgado; este foi objecto de medidas disciplinares consoante o regulamento militar, mas não existe qualquer outro procedimento contra o mesmo oficial, nem está ameaçado de prisão; é livre de sair do país, se o desejar; e as autoridades não se propõem interferir no assunto e lamentam a situação criada por um cidadão português a um país amigo. No dia seguinte, a 13 de Janeiro, um porta-voz de Álvaro Lins confirma a concessão do asilo político, e a sua manutenção. Ao outro dia, o secretário nacional de Informação, Moreira Baptista, reitera em conferência de imprensa a atitude do governo: Delgado pode ficar ou partir, como entender, e as relações entre Portugal e Brasil não serão afectadas. Está criado um incidente luso-brasileiro sensacional, no entanto, e grave. Causa agitação no país o gesto audaz e inesperado. São múltiplas as interpretações: é de um louco a atitude de Delgado; o governo é sincero nas suas declarações, e Lins e Delgado não têm razão; o governo mente, e Lins e Delgado jogaram uma hábil cartada para evitar a prisão do general. E são várias as soluções sugeridas:

o governo deve ceder; o governo não deve ceder; ou ceder sob condições a negociar; ou ser firme e, desconhecendo o asilo concedido, apoderar-se de Delgado pela força, seja qual for a reacção do Brasil. No plano bilateral, inicia-se um debate entre os gabinetes de Lisboa e do Rio de Janeiro, conduzido pela embaixada do Brasil e pelo ministério dos Estrangeiros. Em qualquer caso, forma-se um consenso generalizado: do episódio resulta desde já um desprestígio para o governo de Oliveira Salazar. Mas justamente, em face de tudo, o gabinete mostra uma serenidade olímpica. Em conselhos de ministros dos mesmos dias 13 e 14 de Janeiro é debatido a fundo o problema da construção da ponte sobre o Tejo em Lisboa. Contra a construção votam o ministro das Finanças, Pinto Barbosa, e Oliveira Salazar. Votam em favor os demais ministros. É aprovada a construção (1).

A este tempo está reunido no Seminário dos Olivais o Episcopado Português. Correm boatos, notícias contraditórias: na linha da *resposta* de Cerejeira a Salazar, o Episcopado vai tomar uma atitude áspera, proclamando o divórcio entre a Igreja e o *Estado Novo;* ou vai afirmar, pelas formas subtis ao gosto da Igreja, a neutralidade no embate entre o progressismo e o governo; ou, segundo terceiros, tentará sem transigir lançar um gesto de apaziguamento para com o regime. E no dia 18 de Janeiro de 1959 publica a Hierarquia a sua *carta pastoral.* Que diz? Exprime os votos que os bispos fazem para que Deus «*ilumine, guie e conforte o Chefe da Nação Portuguesa, a bem de todos os portugueses*». Ao fazê-lo, o Episcopado afirma a «*sua independência espiritual*»; e é até «*por imperativo do poder espiritual (que não só por devoção patriótica) que presta homenagem ao Poder civil que Sua Excelência representa*»; e isso porque, segundo o preceito de Cristo tão recomendado por São Paulo, «*todo o poder vem de Deus*».

(1) Salazar votou *contra,* baseado na sua ortodoxia financeira: o financiamento da ponte poderia e em rigor deveria ser usado em projectos que, se executados, teriam uma rentabilidade *mais imediata* e contribuiriam para um *mais rápido aumento* do produto nacional. Mas o projecto da ponte era o mais espectacular e o Conselho sucumbiu a uma tentação política. Salazar, no fundo, também *desejava* a ponte; mas não queria que historicamente ficasse comprometida a integridade da sua ortodoxia financeira, nem que se pudesse dizer que transigira para conquistar popularidade.

Sempre tem a Hierarquia tributado às autoridades públicas a expressão do respeito que lhes deve; tem participado nas manifestações oficiais mais significativas; e, sem confusão de competências, tem colaborado com as autoridades civis naquelas tarefas mistas em que «*os dois Poderes ordenados para o bem dos mesmos homens*» se encontram ambos ao «*serviço do bem comum*». Está o Episcopado a cumprir o Evangelho e a seguir Leão XIII na sua Encíclica *Immortale Dei*. Mas não tem faltado quem, em face desta atitude, «*acuse a Igreja em Portugal de estar enfeudada à situação política, esquecida da pureza e liberdade do mandato que recebeu do seu Divino Fundador*», como também não falta quem acuse a Igreja de «*não interpor a sua autoridade espiritual em favor dela, em momentos de crise, apesar dos reais benefícios feitos à Igreja*». Mas não tem base a acusação: esta confunde a missão própria da Igreja, toda religiosa e moral, com uma missão política de tutela sobre o Estado ou de subordinação a este, que é contra a natureza da Igreja: e num caso e noutro estaria a politizar-se o espiritual e a sacralizar-se o temporal. E mesmo para a acusar de comprometimento político, seria preciso definir o que se entende por Igreja. Será preciso excluir da acusação os leigos católicos que, embora sendo Igreja, estão situados como cidadãos no terreno temporal e são livres na sua acção política e social, de que lhes cabe inteira iniciativa e responsabilidade, desde que respeitados os princípios cristãos que enformam toda a vida humana. Verdadeiramente, por isso, é o Episcopado, ou seja a Hierarquia eclesiástica, que se procura atingir com a acusação. Ora acontece que é precisamente à Hierarquia, detentora como é do Poder espiritual, que cumpre definir a doutrina e defender a acção religiosa e moral, devendo «*ficar de fora do terreno concreto, contingente, das soluções e opções políticas*». De outro modo, o Episcopado «*trairia a autoridade divina de que está revestido, pondo-se ao serviço daquilo para que não a recebeu, como seria culpado de negligência ou fraqueza se deixasse de pregar, prudente mas firmemente, a doutrina católica com todas as suas exigências na vida individual, familiar, social, política e cultural*». Depois, a *carta pastoral* lembra aos católicos que, na sua acção política, só podem usar processos cristãos, e sintetiza a amplitude e os limites da acção política: «*É na verdade, na ordem e na paz que se pode realizar a justiça sem causar injustiça, desenvolver a li-*

berdade sem cair na desordem, preparar o futuro sem sacrificar o presente, conservar o bem adquirido sem ficar na estagnação». Depois de afirmar que na consciência cristã existe a «*aspiração dinâmica*» de um reino ideal de «*maior justiça, liberdade, fraternidade e paz*» e após citar a carta de Pio XI ao patriarca de Lisboa (1), a pastoral resume a doutrina social da Igreja: esta é «*mãe de ricos e pobres, e entre eles só premeia a virtude; a todos exorta que se amem fraternalmente; prega-lhes uma lei comum de justiça e de amor; condena a luta de classes; mas, sem cair num igualitarismo que não honrasse as distinções naturais e fecundas da virtude, do saber, do mérito, da glória, da função social, a Igreja ama com predilecção os mais humildes, todos os que têm fome de pão ou de justiça, nos quais vê a imagem do Senhor. Não só lhes leva a mensagem redentora que dá sentido à vida, valor ao sofrimento, amor ao trabalho, estima a própria condição, a mensagem divina da esperança, da alegria, da paz, mas também anima e bendiz toda a obra de promoção humana requerida por esta mensagem*». E invocando Santo Agostinho, na *Cidade de Deus*, que mostrou como a Igreja serve o progresso da sociedade e o bem comum, a pastoral regressa a Leão XIII e à *Immortale Dei*, para advertir: «*É necessário que haja harmonia entre os dois poderes que, não sem razão, se compara à da alma com o corpo*». Deste modo a *Acção Católica* não pode ser um partido político, nem identificar-se com qualquer, ou ter uma acção política. E a pastoral conclui com uma antecipação do que há-de ser a inauguração do monumento a Cristo-Rei na margem sul do Tejo defronte de Lisboa. Dizem desde já os bispos portugueses: «*do alto do monumento, os bispos reunidos de todo o mundo português lançarão, ao mesmo tempo, a sagrada bênção sobre todas as partes dispersas de Portugal*» (2). E como é interpretado este documento?

---

(1) Em data de 10-XI-1933. Recomendava o papa a necessidade de salvaguardar os benefícios espirituais e temporais da Redenção de Cristo, «*principalmente em favor dos mais débeis*».

(2) Cerejeira deu conhecimento a Salazar, com vinte e quatro horas de antecedência, do teor da *carta pastoral*, num cartão «*com afectuosos cumprimentos*». O resumo que faço baseia-se no texto enviado pelo prelado a Salazar. Alguns jornais publicaram uma outra variante. Publicado em 18 de Janeiro, o documento tem a data de 16 e é «*dado no Seminário de Cristo-Rei*».

Escapam à massa da opinião pública as subtilezas e os conceitos cultistas ou abstractos. Mas os círculos da oposição tomam a *carta pastoral* como hostil ao regime: não se sublinha enfaticamente o bem comum como única base legítima de governo? não se fala em desenvolver a liberdade e preparar o futuro? não se proíbe à *Acção Católica* qualquer colaboração política com a situação? não se afirma a não-subordinação da Igreja ao Estado, assim se reiterando a independência da primeira? A estas perguntas respondem com outras os partidários do *Estado Novo:* não abre a *pastoral* com uma saudação respeitosa e efusiva ao chefe do Estado, que é o representante supremo da ordem estabelecida? ao proibir a actividade política da *Acção Católica* não estão os bispos precisamente a proibi-la de actividade contra o governo? não nega a luta de classes e não admite como natural a hierarquia de valores na sociedade? ao citar expressamente «*todas as partes dispersas da Pátria*» não está o Episcopado a aprovar e a endossar a política do governo naquilo que nesta altura é mais sensível e importante, ou seja, a política ultramarina? E o debate não tem fim. Mas José Nosolini, muito informado nos meios católicos, escreve a Salazar e afirma-lhe que a pastoral deve ser vista como um largo gesto de apaziguamento: não quererá Salazar retribuir com um gesto semelhante? Salazar não responde.

Enquanto se discute acaloradamente nas tertúlias, tanto de elementos do regime como de oposicionistas, corre de súbito, menos de três dias após o asilo de Delgado, outra notícia que deixa estupefacta a alta-roda da política: Henrique Galvão, graças a um disfarce, evadira-se do Hospital de Santa Maria, onde se encontrava detido, e o seu paradeiro é um mistério para a polícia. Desde logo se lançam todas as conjecturas. Como fora possível a fuga? Esta não seria viável sem conivência: de quem? E por que meios consegue Galvão ocultar-se sem que a polícia o descubra? De que protecções ou cumplicidades beneficia? Que ligações tem a fuga de Galvão com o asilo de Delgado? E os dois casos estão isolados ou constituem prelúdio a manifestações mais amplas por parte de outros sectores políticos? Sendo Delgado e Galvão membros das Forças Armadas, e mantendo ligações com estas, estar-se-á então em face de um vasto movimento, acaso revolucionário, de que o golpe dos dois oficiais constitui apenas um sinal avançado? E que actuação é a do governo? Nos círculos próximos do poder, entre deputados e homens da

União Nacional, estão divididos os pareceres: uns pretendem rigorosos inquéritos, põem em dúvida a lealdade da polícia de segurança do Estado, acusam de negligência o ministro do Interior, e reclamam medidas drásticas; outros advogam calma, moderação e recomendam que se não agravem paixões nem despertem ódios. Mas a atenção e a curiosidade da opinião pública incidem noutros pontos: visita oficialmente Lisboa o subsecretário de Estado da Defesa dos Estados Unidos; é anunciada a vinda a Portugal da princesa Margarida de Inglaterra, para o mês de Junho; chega o novo núncio apostólico, Monsenhor Giovanni Panico; chuvas torrenciais alagam Lisboa; por entre criticas e insatisfações, causa agrado geral um aumento de ordenados aos funcionários públicos, entre 10% e 44%, consoante nível de vencimentos e categorias, cumprindo assim o governo a promessa feita em Agosto do ano anterior; e a Assembleia Nacional assume poderes constituintes. Decorrem os dias, e de novo a política interna reganha prioridade. António Sérgio pretende convocar uma conferência de Imprensa no Centro Republicano António José de Almeida para *explicar* a situação de Delgado. Mas o governo declara que, não sendo fundada a alegada ameaça de prisão e podendo aquele seguir para o estrangeiro se o desejar, não há necessidade de explicação. É proibida a conferência. Em meados de Fevereiro, mais uma notícia de sensação sacode toda a opinião pública: Henrique Galvão reaparecera, apresentara-se na embaixada da Argentina, solicitara asilo político alegando a injustiça de que é vítima, a perseguição de que é objecto, o perigo que corre a sua vida. Em 17 de Fevereiro de 1959, o embaixador Pablo Mairal informa oficialmente o governo português de que concedera o asilo político pedido por Galvão. Continua a executar-se o plano gizado por Lins com os oposicionistas.

É considerável a impressão causada no país. Às conjecturas quanto ao significado dos dois episódios, junta-se agora a especulação sobre o sentido da atitude conjunta dos representantes do Brasil e da Argentina. Decerto, concluem os círculos políticos, aqueles não actuaram sem instruções, ou ao menos o assentimento dos seus governos; e deverá assim entender-se que se está perante uma posição concertada entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires para derrubar o governo de Lisboa, de conluio com os oposicionistas em Portugal, dando-lhes crédito e audiência internacionais. Na

imprensa mundial, por outro lado, é largo o espaço dedicado à situação dos dois oficiais; e nos jornais brasileiros e argentinos o caso é logo tratado em termos da política interna dos dois países. Delgado e Galvão continuam instalados, respectivamente, na embaixada do Brasil e na da Argentina; e o governo português considera que ambos são *hóspedes* daquelas missões diplomáticas. Em 19 de Fevereiro de 1959, dois dias depois de cumprir noventa anos, morre o almirante Gago Coutinho: desaparece o homem que, com Sacadura Cabral, efectuara havia quase quarenta anos a primeira travessia aérea do Atlântico Sul e que se transformara num herói, já lendário, disfrutando do carinho do povo. Tem âmbito nacional o seu enterro, e não há partidarismo político na participação de todas as classes. Pedro Theotónio, para a imprensa, faz a distinção entre o *caso Delgado,* que é cidadão livre, e o *caso Galvão,* que está cumprindo pena; e acima das controvérsias políticas, Erico Veríssimo está em Portugal e percorre o país, de Guimarães a Vila Viçosa. E ao contrário do que pretendia, Oliveira Salazar não pôde estar presente no funeral de Gago Coutinho, e faz-se substituir por Pedro Theotónio Pereira: está prostrado com forte gripe e um toque de pneumonia que inquietam o seu médico assistente, Eduardo Coelho, e o médico seu amigo, Bissaia Barreto.

9

Ao tempo em que Portugal está embrenhado na intriga, no boato, na especulação política, acentua-se no mundo a crise. Deixa um sabor amargo a XIII Assembleia Geral das Nações Unidas: decorrera em clima de guerra fria e de confronto virulento entre blocos ideológicos: às acusações comunistas de imperialismo e belicismo contra os países do Ocidente, opusera este a recordação do esmagamento da Hungria e a negação da democracia e da liberdade. Em França, fica definitivamente instalada a V República: Charles de Gaule é eleito presidente: e designa um governo que tem Michel Debré como primeiro-ministro, com

Couve de Murville nos Estrangeiros. Nestes princípios de 1959, produz-se o colapso do governo do general Fulgêncio Batista (1) em Cuba; triunfa em todo o território a guerrilha de Fidel de Castro; e este assume o poder, instalando na ilha um regime revolucionário cuja inspiração ideológica está ainda envolta em ambiguidade. Recusado o auxílio ocidental ao Cairo, por americanos e ingleses haverem como inaceitáveis as exigências egípcias, Nasser entende-se com o governo de Moscovo, e este concede apoio à construção da barragem de Assuam; e é aberta mais uma porta à penetração soviética no Médio Oriente. Por todo o continente africano, multiplicam-se os focos de crise, de luta, de tensão social e política. No Congo Belga, os agitadores nacionalistas provocam uma situação de revolta e desordem; e o governo de Bruxelas vê-se compelido a reforçar com tropas regulares os efectivos existentes na colónia, levantando um clamor dos meios anticolonialistas. Há perturbações na Nigéria, e no Tanganica, que o governo inglês encaminha para a independência. Mais grave é a situação na África Central. Tendo o gabinete de Londres constituído uma vasta unidade territorial e política, designada por Federação das Rodésias e da Niassalândia, esta dá indícios de se desagregar, e parece difícil fundir os seus elementos: uma Rodésia do Sul dominada por brancos, uma Rodésia do Norte dominada por negros, e uma Niassalândia que por exigências tribais pretende vida à parte.

---

(1) Fulgêncio Batista constitui elemento incómodo para os Estados Unidos e para os países latino-americanos: não querem dar-lhe asilo político no seu território, porque constituiria um elemento de perturbação, nem querem recusar-lho, porque estaria contra as suas tradições e daria azo a críticas. Então, os governos dos Estados Unidos e do Brasil resolvem pedir ao governo português, e com empenho, que receba Baptista. Lisboa responde que o fará se o pedido for formulado por escrito. Duas notas, americana e brasileira, são recebidas nas Necessidades. Batista vem para Portugal, e fixa-se discretamente na Madeira. Em alguma imprensa americana e brasileira surgem violentas críticas ao governo português: este estaria a proteger um ditador, havia um conluio de fascistas, etc. Chamados às Necessidades os representantes dos dois países, é-lhes dito que têm de cessar imediatamente todas as críticas. Aqueles desculpam-se com a liberdade de imprensa nos seus países. «*Muito bem*», conclui-se nas Necessidades, «*serão publicadas as duas notas*». Como por milagre, não surgiu mais uma linha de crítica na imprensa brasileira ou americana. Não houve precisão de publicar os textos.

Nesta última, produz-se forte agitação contra a autoridade do governo central, e o gabinete britânico vê-se obrigado a prender o chefe nacionalista Hastings Banda. Pela África negra de expressão francesa é mais tranquilo o clima social e político; Paris toma medidas afeiçoadas às reivindicações dos vários territórios; e nesse caminho se empenha o governo do presidente De Gaulle.

Noutro plano, produz-se um sobressalto de âmbito mundial. João XXIII, o novo pontífice há pouco eleito, convoca um Concílio Ecuménico, que será designado por Vaticano II, e anuncia a sua preparação (1). Fala o papa de *modernização*, de *actualização*, de *renovação* da Igreja e da comunidade cristã. No seio da cristandade, nos meios religiosos e laicos, pelo mundo além, sopra de súbito a ansiedade, a agitação, como uma tempestade sôfrega e cega que não deixa pedra sobre pedra. Nalguns, há receio; há júbilo, noutros. Em Portugal, logo se precipitam muitos elementos da *Acção Católica*, sobretudo entre os círculos femininos, e muitos julgam-se perante uma revolução na Igreja. Afirma-se com euforia toda a ala progressista; e esta cobra novo alento, e vê no Concílio um reforço da sua oposição ao governo. Estudioso da história da Igreja e com ligações na Cúria e na Roma dos Papas, José Nosolini, sempre afadigado informador político de Salazar, assinala a este os perigos que antevê; e o chefe do governo, sabendo que a um Concílio se seguem sempre conflitos doutrinais e dramas de consciência entre os católicos, não oculta dos seus colaboradores mais próximos as apreensões quanto ao futuro. Em qualquer caso, tem consciência de que, em nova fase da vida da Igreja e por muito transitório que seja o actual pontificado, Portugal deparará com sérias dificuldades em Roma, em particular quanto à política de África.

Com admiração do mundo e temor também, os Estados Unidos e a Rússia intensificam o seu afrontamento militar e tecnológico. Washington lança submarinos atómicos, armados de mísseis, e para o espaço envia o *Pioneiro IV*. Moscovo inicia o treino de astronautas, e despacha agora os *Luniks* I, II e III, que observam e fotografam a Lua.

---

(1) O primeiro Concílio que tem o nome de Vaticano foi aberto em 8 de Dezembro de 1869 sob o papa Pio IX.

10

Por virtude do asilo político concedido a Humberto Delgado e a Henrique Galvão, mantém-se vivo o debate entre Lisboa, por um lado, e o Rio de Janeiro e Buenos Aires, por outro. Recusa o governo português a procedência da atitude dos embaixadores brasileiro e argentino: não a considera como legítima, nem justificada. Segundo a tradição e a doutrina europeias, o asilo político em embaixadas estrangeiras apenas deve ser reconhecido quando no país local haja subversão da autoridade e da ordem pública, e não estiver garantido o funcionamento regular dos tribunais, da polícia, e de outras instituições de justiça e protecção individual, nem assegurado o respeito pela integridade física, a liberdade e a propriedade das pessoas. Nada disto se verifica em Portugal: há ordem pública, os órgãos do poder actuam normalmente, a vida e os bens das pessoas não correm perigos: e assim o asilo político concedido não constitui defesa de direitos humanos mas interferência em assuntos de jurisdição portuguesa. Para mais, Humberto Delgado goza de plena liberdade, e as medidas de que foi objecto são de natureza funcional ou disciplinar; e Henrique Galvão estava cumprindo pena decretada por tribunal regular, onde dispusera de todas as garantias de defesa, e a sua vida e integridade física não sofriam a menor ameaça. Não pode assim o governo português considerar como fundados os asilos, e os dois homens têm de ser havidos como *hóspedes,* acolhidos à generosidade dos embaixadores do Brasil e da Argentina. Mas a esta argumentação respondem os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Na América Latina, a tradição é a do asilo político concedido a critério e pedido dos interessados. É havido por ameaçado o indivíduo que se afirma ameaçado. Não importam as condições do país local, que podem ser de perfeita normalidade; contam as circunstâncias de que uma pessoa se julga rodeada; identifica-se o asilo político com o gozo de direitos humanos e com a efectiva imunidade de que beneficiam as missões diplomáticas; está-se perante

um acto de soberania praticado por uma representação política; e não se pensa que esse acto implique qualquer interferência em negócios internos de terceiro país uma vez que todos os países latino-americanos estão ligados por tratados, que todos firmaram, e por doutrina, que todos aceitam, e por tradição, que todos respeitam. Não se duvida no Rio e em Buenos Aires do que o governo português afirma quanto a Delgado e a Galvão; mas o que estes alegam constitui o factor determinante; e a opinião pública no Brasil e na Argentina não compreenderia que, uma vez solicitado, não houvesse sido concedido asilo, ou que este não fosse respeitado pelo Estado local. Replica o governo português: a tradição e a doutrina europeias não são menos valiosas do que as latino-americanas, e são pelo menos bem mais antigas; e a alegação da existência de tratados que ligam os países da América Latina não impressiona o governo português, que não foi parte na negociação desses documentos, não foi ouvido na sua elaboração, não os firmou, nem a eles jamais aderiu, pelo que para si são perfeitamente irrelevantes. Neste quadro decorre o debate com o Brasil, assíduo e vivo dada a intimidade de relações e as afinidades dos dois países; e o governo de Buenos Aires conserva-se mais na sombra, aguardando o desenlace do dissídio luso-brasileiro. Pelos jornais brasileiros o assunto é tomado com vigor e paixão; e o governo do presidente Juscelino de Oliveira é «*intimado*» pelos seus oposicionistas a não ceder, a não transigir perante a «*ditadura portuguesa*», sem embargo de alguma imprensa de S. Paulo apoiar o governo português. Nos círculos do *Estado Novo*, se muitos defendem a firmeza, alguns aconselham a cedência, a minimização do problema, para evitar que se degrade a situação política, e o assunto seja explorado contra o regime; e a oposição portuguesa, inspirada por Álvaro Lins, lança as mais vivas críticas ao governo, acusado de opressor no plano interno e de inimigo do Brasil e da Argentina no plano externo. Por seu turno, Oliveira Salazar, embora preocupado com o teor das relações luso-brasileiras, não vê por que deverá ser o governo português a transigir.

Em surdina, nos recantos da política, outro cuidado se apresenta ao governo com mais gravidade. Não está apaziguado o desassossego do Exército, nem parece que Botelho Moniz, à frente da Defesa Nacional, tenha prestígio ou força política que bastem para

refrear ânimos mais impulsivos, dirimir conflitos mais vivos, clarear dúvidas mais profundas, dominar em suma a situação militar. Entre fins de Fevereiro e princípios de Março de 1959, a polícia de segurança do Estado colhe indícios iniludíveis de que se forja uma *conspiração* militar. Multiplicam-se reuniões de oficiais; e há contactos com altas hierarquias militares, embora não se apure o envolvimento directo de nenhum oficial de alta patente. Suspeitam-se ligações com o general Lopes da Silva, antigo subsecretário de Estado da Guerra, em 1947, e agora presidente do Supremo Tribunal Militar; mas as suspeitas não se confirmam, e não têm verosimilhança. Afiguram-se mais plausíveis os sinais de simpatia ou mesmo de adesão por parte do marechal Craveiro Lopes, junto de quem é oficial de ligação o capitão Almeida Santos: mas a sua patente e a qualidade de antigo chefe do Estado conferem àquele oficial uma imunidade a ser quebrada só em casos extremos. De outros oficiais, de patente intermédia, não tem dúvidas a polícia. Estão neste caso os majores Augusto Pastor Fernandes, Alvarenga, Luís Calafate; os capitães Amílcar Domingues, Vilhena, Fernando Romba; e alguns comandantes e oficiais de menor graduação. Segundo o ministério do Interior, seriam cerca de nove os oficiais mais forte e directamente implicados. Com estes trabalha um número restrito de civis, sob a orientação do oficial da marinha mercante Manuel Serra, e que encontram algum apoio ou têm a simpatia de meios católicos progressistas, de oposicionistas clássicos, de republicanos históricos. Pela sua categoria intelectual, pela sua personalidade moral, pelo seu valor profissional, o major Pastor Fernandes é aceite como chefe militar e político da conspiração. Que impelia os conspiradores? De harmonia com os relatórios sucessivos da polícia ao ministério do Interior, eram vários os motivos: preocupação com os problemas ultramarinos e com a situação económica do país; divergência quanto à atitude do governo para com os católicos progressistas, e em particular no caso do bispo do Porto; discordância de algumas das reformas militares decididas por Botelho Moniz; solidariedade com Delgado e Galvão; e, nalguns casos, puro ressentimento pessoal por ambição frustrada, ou ofensa recebida, ou simples desnorteamento político. Estão os conspiradores convencidos de que dispõem de apoios importantes: de algumas unidades militares, de quadros

influentes da hierarquia, de círculos políticos civis de prestígio, da massa generalizada da opinião pública. Ficam também persuadidos de que é nula ou escassa a capacidade de defesa do regime e frouxa a vontade política do governo; e de que, para subverter as instituições e derrubá-las, bastará um pequeno empurrão ou solavanco. Arnaldo Schultz, ministro do Interior, não é homem tíbio; e Oliveira Salazar não sente hesitações, nem se deixa perturbar. Nos últimos dias de Fevereiro e inícios de Março de 1959, a polícia detém alguns elementos de extrema-esquerda que poderiam acaso auxiliar os conspiradores coligados. De momento, porém, estes não são inquietados. Tudo parece tranquilo. No dia 11 de Março, Salazar está calmo, e sem preocupação aparente recebe o embaixador dos Estados Unidos, Elbrick. Botelho Moniz permanece em Lisboa; o ministro do Exército, Almeida Fernandes, encontra-se em Abrantes, de visita à 3.ª Região Militar; não há sintomas de anormalidade na Armada e na Força Aérea; e pelo país cumprem a sua rotina as unidades militares e comandos territoriais. Mas naquele dia 11 de Março, pela noite, em dependências da Sé de Lisboa, junto aos claustros, reúnem-se os conspiradores para ajustar os últimos pormenores e iniciar a revolta. Então intervém a polícia: rapidamente efectua a prisão dos implicados, e estes são distribuídos pela Trafaria e pelo Forte de Elvas. Ao outro dia, a 12, o chefe do governo acolhe o embaixador do Paquistão. Nos círculos da alta-roda política e na massa popular poucos se apercebem do que se havia passado.

Quase à luz do dia, continua o debate em torno de Delgado e de Galvão. Prolongado, o episódio começa a corroer e a perturbar as relações luso-brasileiras. Portugal não tem nisso interesse; nem tão-pouco o tem o Brasil. Álvaro Lins tudo agrava, porém; e em 18 de Março emite um comunicado para afirmar que a demora das negociações se deve à falta de uma convenção sobre direito de asilo político entre os dois países, sendo entretanto respeitado o que fora concedido a Delgado. Portugal propõe que se tente negociar essa convenção: uma vez firmada, apenas haveria que cumpri-la. Não dá o Brasil seguimento à ideia. Mas o assunto adquire nova complexidade: tendo fugido dos seus locais de detenção, dois dos conspiradores da Sé — Calafate e Serra — dirigem-se à embaixada da Venezuela e solicitam asilo político, que lhes é con-

cedido. Há assim mais um pais latino-americano envolvido no problema. Por sua parte, o governo português, em face do claro plano de conjunto, resolve endurecer a sua posição: desde que o Brasil e os demais latino-americanos não querem negociar com Portugal um tratado sobre a matéria, porque em nada se dispõem a transigir, o gabinete de Lisboa também o não fará: e Marcello Mathias, nos Estrangeiros, comunica aos enviados daqueles países em Lisboa que os asilos políticos serão simplesmente ignorados e os «*hóspedes*» ficarão indefinidamente, se o desejarem, nas embaixadas que os receberem. Então, o governo do Rio de Janeiro, por decisão do presidente Juscelino Kubitschek, toma uma iniciativa: enviar proximamente a Lisboa, como negociador especial, o embaixador António Mendes Viana, secretário-geral do Itamaraty. Entretanto, desenrola-se normalmente, noutros planos, a vida portuguesa. António de Faria, que do Rio de Janeiro passara a Paris onde acumula agora as funções de representante junto da NATO com as de embaixador junto do governo francês, apresenta as suas credenciais ao presidente De Gaulle, e este declara: «*a França e eu próprio admiramos a obra exemplar que Salazar realizou e realiza para bem do seu país e de todo o mundo*». Assinala-se, na segunda quinzena de Março de 1959, o decurso de duas décadas sobre a data em que foi assinado o Pacto Peninsular; e Marcello Mathias parte para Washington, a participar em mais uma reunião dos membros do Pacto do Atlântico. Na entrevista a um jornal espanhol, Pedro Theotónio classifica Delgado de «*peça de reclamo à americana*», e aproveita a oportunidade para *chamar* ao governo a carta pastoral dos bispos, dizendo que o documento «*aqueceu o coração de todos os católicos*». Em Nova Deli, o entrevistador de Salazar, Serge Groussard, é recebido pelo primeiro-ministro Nehru, e este diz-lhe sem ambages: «*não haverá compromisso sobre Goa, que há-de regressar à mãe-pátria*». Depois de parecer favorável da Câmara Corporativa, entra em debate na Assembleia a proposta de alteração do processo eleitoral para escolha do presidente da República, a fazer por um colégio eleitoral de deputados, procuradores, representantes municipais e distritais da metrópole e do ultramar. Salazar recebe a Comissão da Queima das Fitas, de Coimbra; e preside ao Conselho Superior de Defesa Nacional e ao Conselho Aeronáutico. No

Brasil, na miséria e no abandono, morre o poeta António Boto; desaparece Barbosa de Magalhães, antigo ministro dos Estrangeiros e figura de destaque na I República, e o seu enterro é pretexto para que se congreguem em manifestação pública os oposicionistas; e pelo seu livro *Quando os Lobos Uivam* é instaurado processo contra mestre Aquilino Ribeiro, sob a acusação de ofender as autoridades judiciais. Neste tempo, por meados de Abril de 1959, chega então a Lisboa Mendes Viana. Toma as suas informações, entra em contacto com brasileiros de Lisboa e funcionários da sua embaixada. Viana vem acompanhado de João Ribeiro Dantas, do *Diário de Notícias* do Brasil, e do advogado brasileiro Gama Filho; e estes, por seu turno, procuram avaliar da situação. Mendes Viana compreende em toda a sua extensão a realidade crua. Diz a Mathias, já regressado dos Estados Unidos: «*Sinto-me esmagado com o que observo. Álvaro Lins está de cabeça perdida, droga-se, e é óbvio que estão afectadas as suas faculdades mentais. Delgado é um paranóico, um despropositado que perdeu todo o senso comum. Entre os dois homens são constantes os insultos, as injúrias, as cenas violentas, e não vou jurar que não tenham já chegado a vias de facto*». E Mendes Viana conclui: «*Não se trata de uma embaixada, mas de uma casa de loucos*». Está o secretário-geral do Itamarity repassado de boa-vontade pelo ponto de vista português; e em nome da amizade entre os dois países pede somente que Mathias ajude a *salvar a face* do gabinete do Rio perante a sua opinião pública. Mendes Viana está pronto a deixar cair as exigências de Lins: salvo-conduto para Delgado, protecção deste por Lins até ao avião, transporte em carro oficial da embaixada eximindo o antigo general às formalidades legais. Em troca, que pode o governo português conceder em espírito de boa-vontade? Mathias, depois de obter acordo de Salazar, sintetiza a posição portuguesa: Delgado está livre de sair para onde desejar, e portanto para o Brasil, sem que haja de ser protegido; poderá viajar com passaporte português normal; não há reparo a que se transporte em carro da embaixada, a título de cortesia, e por isso mesmo poderá ir acompanhado de um secretário da missão brasileira; mas todas as formalidades legais portuguesas têm de ser cumpridas. Sob sua honra, o governo português garante que, nestas bases, Delgado poderá partir, e não será

molestado. Consultado o Rio, Mendes Viana aceita. Na noite de 20 para 21 de Abril de 1959, acompanhado por um secretário e num táxi de praça, Delgado segue para o aeroporto, é rapidamente desembaraçado das formalidades legais, embarca num avião da carreira regular, e sai para o Brasil. Em nota oficiosa, assinada por Mathias, Viana e Lins, declara-se que a resolução da partida de Delgado é testemunho da amizade que liga os dois países. Chega o antigo general ao Rio, é cercado de jornalistas, afirma-lhes que estivera em risco de ser preso e em perigo de vida; confidencia que escreveu um romance e que vai compor as suas memórias; e nega que se considere um asilado. É categórico quanto ao futuro: *«o governo de Salazar está por semanas, por dias, ou até por horas»*. Mas a colónia portuguesa do Brasil dirige a Delgado uma mensagem: que seja um português do Brasil, cordato e sereno, e não um transviado ou recalcado, e então poderá haver cooperação e ser *«um dos nossos»;* se entender, porém, que é *«aqui e e daqui que há-de enfrentar o governo do seu país, mesmo que isso custe o desassossego dos seus compatriotas e a desarmonia da Comunidade Luso-Brasileira, não se iluda, general, os portugueses de cá também sabem lutar contra os arruaceiros e traidores»*. Mas no plano bilateral está de momento concluído o episódio; e Lins põe o seu lugar em Lisboa à disposição do seu governo. Salazar e Mathias escrevem a Juscelino e a Negrão de Lima para se congratularem com a solução do assunto em espírito cordial; e estes respondem no mesmo tom.

Reúne-se de permeio o Conselho de Estado, e o chefe do governo, já refeito do seu resfriado e da sua pneumonia, comparece para recomendar que seja convocada em sessão extraordinária a Assembleia Nacional. Dá o seu assentimento o Conselho. Depois, Salazar comenta para os seus colaboradores mais próximos: *«nalguma coisa transigimos no caso Delgado. Não sei se fizemos bem, oxalá não nos venhamos a arrepender»*.

11

Oliveira Salazar completa, em 27 de Abril de 1959, trinta e um anos de governo. Ao outro dia, a 28, cumpre setenta anos de idade. Mentalmente, está o mesmo homem de sempre. Absorve a totalidade do que ouve ou lê; concentra-se sobre cada problema, episódio ou facto com absoluta tensão de espírito, como se em torno de si e no mundo nada mais contasse ou sequer existisse; apreende com lucidez, e é rápido na síntese do essencial; deduz conclusões que se não explicam apenas pelos dados objectivos que lhe são fornecidos, dando a sensação de que descobre uma outra realidade para além da que está patente aos olhos comuns; para negócios do Estado, tem memória fiel e pronta que abarca o que se passou há trinta anos ou na véspera; exprime-se com rigor de palavras; e embora fale com fluência e naturalidade, pesa quanto diz e apenas diz rigorosamente quanto quer. Com os ministros e visitantes, para assuntos de Estado ou simples conversa, tem afabilidade meticulosa; é sempre igual e serena a voz, lentos os gestos, compassada a sua maneira; tem a atenção desperta, não mostrando momentos de lassidão ou afrouxamento mental; não se abandona; adere em cada momento à realidade que lhe é trazida ou que o circunda, não o enfada o pormenor ainda que miúdo ou insignificante; nada o surpreende, nem o arrasta ou se sobrepõe a si próprio; e nunca está ausente ou distante, mas preparado a reagir. Escuta sem interromper, não perde uma minúcia, formula perguntas que verrumam o seu interlocutor. Comporta-se sem preocupações aparentes, ou problemas imediatos, ou dramas, como se em cada minuto tivesse à sua frente a eternidade. Pode assistir, sereno e tranquilo, ao ruir do mundo. Fisicamente está sempre nítido, escanhoado, apurado, sempre sem uma ruga, um desalinho. Não tem um cabelo preto; o rosto é pálido, e a pele muito lisa dir-se-ia transparente; e as mãos, brancas e longas, estão sempre em movimento, a sublinhar uma frase, a acariciar os braços da poltrona, ou com os dedos enclavinhados num gesto de conclusão

de narrativa ou remate de ideia ou pensamento. Em todo o seu ser há fragilidade, delicadeza quebradiça e subtil, que um toque bem pode derrubar e uma viração bem pode destruir. É sadio o aspecto; mas o seu corpo é somente a envoltura de uma inteligência, de um espírito, de uma vontade. Não se arrasta, nem se move com dificuldade ou peso; não é lesto, todavia, mas está desembaraçado; e parece muito cuidadoso no pisar, no apanhar, no tocar, por receio de esforço que possa alterar uma rotina física a que o organismo se habituou e de que apenas se pode desviar com perturbação, dor ou mesmo risco. Isolado no seu gabinete de trabalho, ou acompanhado de outros, ou rodeado de gente em acto ou cerimónia pública, Oliveira Salazar é o vulto do solitário, do que vive num ermo, do que não tem comunhão com os seres e as coisas da superfície: atento, bem consciente, crítico perante tudo em função da sua personalidade, fica alheio ao mundo, para lá dos homens, acima dos acontecimentos, em paz consigo e os séculos, e com a terra antiga.

Na residência oficial, à Rua da Imprensa, tudo está igual com o aspecto de haver surgido ali, e de permanecer ali para sempre. Oliveira Salazar é fiel à rotina. Não se levanta cedo: pouco antes das nove horas. Pelas dez horas toma chá com torradas. Percorre então a imprensa, repete a leitura das mesmas notícias nos vários jornais, extrai conclusões da forma por que um jornal ou outro apresenta ou descreve o mesmo acontecimento. Pelas onze horas, entra no seu gabinete de trabalho. Em anos e anos, este não sofreu uma alteração. Grandes janelas dão para o parque que cerca a residência; e as paredes estão tapadas de estantes pesadas de livros. É rude e sem estilo a secretária, de castanho claro; e chegado a esta, do lado de fora, continuam os dois cadeirões de couro escuro, com tons de ruína, já manchados, já puídos, dispostos frente a frente. A um canto, uma mesa quadrangular condiz com a secretária. Com dedicatórias, estão as fotografias de Pio XII, do duque de Kent, do generalíssimo Franco, da rainha de Inglaterra. No canto oposto, um grande crucifixo de prata. Oliveira Salazar apenas muito raramente se senta à secretária. Prefere o cadeirão que fica de frente para a porta de entrada do gabinete. Junto, numa banqueta, tem três telefones, blocos para notas, envelopes, cartões-de-visita, papel de carta; e pelo chão, amontoam-se e espalham-se

processos, relatórios, documentos soltos, telegramas. Um secretário traz ao chefe do governo o correio, submete-lhe papéis para assinatura, dá-lhe conta dos pedidos de audiência, que Salazar regista na agenda. De manhã, não são frequentes as visitas, e mais raras ainda são as entrevistas com ministros. Lê sobretudo os telegramas dos Estrangeiros, os relatórios e informações departamentais, e despacha os documentos que carecerem de decisão sua. Recebe no entanto alguma personalidade, para informações quanto ao momento político, e faz longos telefonemas para um ministro ou outro sobre assunto urgente, ou para casa dos Lacerdas no Caramulo, ou para sua irmã Marta em Santa Comba. Muito além das duas horas, almoça; desce ao parque, num breve passeio para cá e para lá, salvo se o não permite o tempo; e depois deita-se, descansa até às três e meia. Dedica então umas duas horas a receber senhoras da sociedade que insistem em vê-lo, e lhe trazem noticias, e são portadoras de comentários e ditos. Pelas cinco e meia, de novo toma o seu chá com torradas. E às seis horas inicia as audiências da tarde: recebe então os ministros, os embaixadores estrangeiros que pedem para o cumprimentar, os homens que em Portugal têm responsabilidades na economia e no trabalho, os escritores, jornalistas e políticos de outros países, os altos funcionários portugueses que partem para os seus postos, como governadores ultramarinos ou embaixadores de Portugal. Dependendo dos negócios, pode ocupar uma tarde com um só ministro ou uma só personalidade, ou receber quatro, cinco ou mais. Consoante a matéria, e se esta respeita a mais de um departamento, pode receber em conjunto três ou quatro ministros. É nesta altura que Oliveira Salazar tem os momentos mais intensos de responsabilidade política e de esforço mental. São os mais graves e complexos problemas do Estado que se discutem e apreciam, e as grandes decisões de fundo são tomadas então. Cerca das dez horas da noite dá por concluído o seu dia de trabalho. Janta muito frugalmente. Depois, escuta as notícias da telefonia ou da televisão, relê algumas páginas de clássicos portugueses seus preferidos, ouve música de alguns discos seus escolhidos. Deita-se perto da uma hora da manhã.

Gradualmente, a vida de Oliveira Salazar tem-se no entanto modificado nos últimos anos. Vai agora menos ao Vimieiro e a Santa Comba Dão. Está sem dúvida apegado ao seu torrão de

outros tempos, à sua aldeia antiga, às suas casas, onde com seus pais passava longos períodos quando estudante e depois professor em Coimbra. Decerto: continua a ter em mente os seus quintais e as terras que tem comprado com as suas economias e com o empréstimo feito pelo Carneiro de Mesquita. Mas é à distância que trata de tudo, por carta ou telefonemas para sua irmã Marta que, apesar dos seus quase oitenta anos, ainda vai rija e lúcida. Nem a Marta nem as outras irmãs têm gosto pela lavoura, que seguem com descaso. E é com repugnância que Salazar encara a ideia de um salto ao Vimieiro: já não sente ali o seu mundo, as casas na vila e na aldeia são outras, e os caminhos e os moradores são outros, e tudo é cada vez mais diferente. Sobrevivem as suas irmãs: Marta e Maria Leopoldina aguentam os anos, Elisa está sempre doente, e Laura, depois que enviuvou, veio habitar também nas casas à beira da estrada. Sobrevive o pedreiro Ilídio. E lembra-se de poucos mais. Também raramente se desloca agora a Coimbra. Estão mortos os grandes mestres do seu tempo: Álvaro Vilela, José Alberto dos Reis, Carneiro Pacheco, Fezas Vital, Manuel Rodrigues, outros ainda. Ou estão aposentados e vivem em Lisboa, como José Gabriel Pinto Coelho ou Caeiro da Matta. Parecem *outros* os alunos. E mal reconhece a Universidade com os seus novos casarões, nem se identifica com os *Grilos* reconstruídos, diferentes daqueles onde estudara e lutara pela causa que depois triunfa. Acima de tudo, Oliveira Salazar está agora preocupado com a morte. «*Já vivi muito, já vivi de mais*», diz aos seus íntimos amigos. Não sente terror, nem aflição; e na vida de todos os dias e no terreno político age e resolve como se ante si jamais surgisse a morte. Pretende arrumar as coisas, todavia, e os seus papéis; verifica, porém, que nunca dispõe de tempo. Num ponto se empenha: na preparação do seu túmulo. Mais: no arranjo dos túmulos de todos os seus. Nas traseiras do casebre que fora de seus pais, no termo do quintal, há um rochedo. Deste fez Salazar cortar sete pedras tumulares. Combinou com os Lacerdas, contratou o trabalho com pedreiros de Viseu que estão construindo no Caramulo uma estalagem, e no Caramulo são as pedras talhadas e polidas. Oliveira Salazar, na estadia em Santa Comba no Outono passado, examinou as lápides repetidamente, afagou-as com as mãos vezes sem conta, e nunca as achou suficientemente bem polidas. Sobre os túmulos dos pais foram assen-

tes duas das pedras, em campa rasa; acordou com a Junta de Freguesia e com o pároco do Vimieiro os lugares para si, e para a Marta, a Leopoldina e a Elisa, e exclui a Laura, que pertence à família Pais de Sousa; todos os túmulos ficam paralelos aos dos pais; as lápides foram dispostas no cemitério, à entrada, pela esquerda, deitadas e encostadas contra o muro de vedação; e na que lhe é destinada mandou lavrar somente as letras *A.O.S.*. Oliveira Salazar considera que assim resolve bem as coisas: cumpre um dever para com os seus maiores: e, para si, indica a vontade de evitar honrarias e de ser sepultado em campa rasa, entregue à terra humilde de onde veio, perto da Igreja de Santa Cruz, lá no fim da estrada, solitária entre pinhais, baixa, pobre, sem estilo, onde fora baptizado pelo padre António e pelo carpinteiro Francisco Alves da Silva e sua mulher Luísa da Piedade, em representação dos seus padrinhos, os Perestrelos. Através de tudo, Oliveira Salazar repete, mais amiúde que de hábito: «*Estou com pressa de me ir embora. Não quero morrer nestas funções*».

Setenta anos constituem idade que marca e, coincidindo com mais de trinta anos de governo, são motivo para celebração. Na imprensa portuguesa são destacados os dois aniversários, e alguns jornais usam o pretexto para considerações políticas ou pessoais. Muitos órgãos da imprensa internacional não deixam de aludir ao facto. Sobressai o *Times*, de Londres, com uma fotografia do chefe do governo português. Chefes de Estado ou de governo estrangeiros — Isabel II, Eisenhower, MacMillan, Francisco Franco, De Gaulle, Debré, Konrad Adenauer, Juscelino de Oliveira, outros ainda — telegrafam felicitações. Afluem de amigos pessoais e políticos as mensagens, os cartões, os telegramas: e os homens da velha guarda e companheiros de jornada não faltam com a sua palavra, desde Mário de Figueiredo a José Nosolini, desde Cerejeira a Bissaia Barreto. Dedica a *União Nacional*, pelo país, sessões ao acontecimento; e para o marcar, o ministério das Obras Públicas abre concurso para construção da ponte sobre o Tejo em Lisboa. E multiplicam-se os actos de celebração. Destaca-se a Universidade de Coimbra. Além do mais, o chefe do governo cessa os seus vínculos funcionais: atingira a idade legal de aposentação: e o afastamento de um mestre, com nome e cargo de relevo, é momento a vincar. Num gesto de fraternidade académica, a Universidade e a Faculdade de Direito dirigem ao antigo professor um convite para vir à velha escola proferir simbolicamente a «*última*

lição», precisamente em 28 de Abril, por ser a data em que se torna professor jubilado, como o fizera Cerejeira em relação à sua Faculdade de Letras. Mas Oliveira Salazar, alegando afazeres inadiáveis, declina o convite, e a recusa é mal acolhida de mestres e alunos, e também da gente de Coimbra, e esfria muitas das homenagens projectadas. Sem embargo, a Faculdade de Letras concede a Salazar o grau de doutor *honoris causa*, sublinhando que homenageia um clarividente condutor de homens na Europa Ocidental e o professor de direito; e o tributo dá particular satisfação ao cardeal Cerejeira, também mestre da mesma faculdade e sobretudo velho companheiro dos mesmos caminhos. Colabora também no preito a Salazar o Senado Universitário; é cunhada uma medalha para assinalar os setènta anos jubilados; e na sala joanina é aberta uma exposição salazariana. Desce a Lisboa uma delegação de professores a saudar o chefe do governo; e no cabeçalho da *Revista de Legislação e Jurisprudência* continua a figurar como redactor *temporariamente afastado* o nome de Oliveira Salazar. Ainda que discretamente, a tudo se associa o Senado Universitário de Lisboa. Mas a homenagem que levanta maior emoção é feita em Lisboa, e provém de representantes de mulheres portuguesas. Naquele dia 28 de Abril, pelo parque e jardins da residência na Rua da Imprensa reúnem-se alguns milhares de mulheres, de todos os acasos sociais, que são portadoras de mensagens, de prendas ingénuas, e de flores, de braçadas de flores. De uma janela, Salazar agradece em palavras breves. «*Pediu-se que nenhuma manifestação se realizasse nestes dias, para que pudessem ser, como todos os outros, dias normais de trabalho*» (1). Mas foi inútil: «*não só vós estais aqui, como trazeis, com as vossas flores, ricas ou modestas, pouco importa, a abundâncias dos vossos corações. Isto quer dizer que não é possível lutar contra o coração feminino, se portador de um ideal, dedicações firmes e amizades desinteressadas*». No entanto, «*não estão bem as coisas assim*»; e «*havia de ser eu a ofertar-vos as mais lindas flores, não tanto como recordação desta hora, mas em reconhecimento de quanto se deve nesta cruzada nacional à mulher por-*

(1) De notar que Salazar fala no plural: «nestes dias» e «para que pudessem ser». Ampliou assim a manifestação do aniversário natalício ao aniversário *político*.

tuguesa». Continua Salazar: «*São as mães, as esposas, as irmãs, as filhas dos portugueses que com o calor do seu afecto e a fortaleza do seu ânimo nos amparam na luta. Elas servem de apoio aos que são tentados a descrer e hesitam e se perturbam com dificuldades que vós receais e nós estamos seguros de vencer.*» E o chefe do governo conclui: «*Agradeço do fundo da alma a todas as Senhoras que tiveram a bondade e o incómodo de vir, e a todas as que sentem o pesar de não estar aqui, o carinho e os sentimentos de fidelidade de que desejaram dar neste dia tão tocante demonstração. Bem hajam*». Na Assembleia Nacional, Sarmento Rodrigues, Venâncio Deslandes, Lopes de Almeida, Albino dos Reis, fazem o elogio do chefe do governo. Fazem-no também os notáveis do regime; e fora deste alguns homens independentes — como Azeredo Perdigão, Norberto Lopes, Afonso Queiró, além de alguns intelectuais como António Duarte, Natércia Freire, Luiz Forjaz Trigueiros, Eduardo Malta, outros ainda — não deixam de destacar com isenção as qualidades pessoais do homem. E o cardeal-patriarca de Lisboa, amigo mais íntimo que todos, escreve uma carta de afecto: «*Possa a homenagem espontânea, nacional, do dia glorioso de hoje tornar-te doce o cálice amargo que mãos ingratas te têm oferecido*» (1). Depois, na noite de 28, os dois homens jantam na residência da Rua da Imprensa, e estão sós.

12

E Henrique Galvão? Resolvido com o Brasil o problema imaginado por Álvaro Lins e Delgado, mantém-se o ponto morto com a embaixada da Argentina: esta continua a *asilar* Galvão. Pablo

---

(1) Carta do cardeal Cerejeira na íntegra: «28-IV-59. *António: Já ofereci, na S.ª Missa, o Cálix do Sangue de Cristo, para que Deus te guarde e avivente e faça feliz na terra e no céu, ao mesmo tempo que dava graças por tudo o que, por teu intermédio, Ele tem maravilhosamente operado em Portugal. Possa a homenagem espontânea, nacional, do dia glorioso de hoje tornar-te doce o cálix amargo que mãos ingratas te têm oferecido. Tive uma grande alegria com a homenagem que te presta a Universidade de Coimbra e, em especial, a minha Faculdade. Abraço-te afectuosamente. a) Manuel*».

Mairal sustenta a analogia dos dois casos, e pretende que se aplique critério idêntico. Oliveira Salazar opõe-se: Delgado era um homem livre, sujeito apenas a medidas disciplinares, e nenhum processo criminal corria contra a sua pessoa; Galvão está cumprindo pena a que fora regularmente condenado; e, se sair da embaixada, fica sob a alçada da lei, tendo qualquer autoridade a obrigação de o deter para entrega ao foro competente. Permitir que Galvão siga para o estrangeiro é reconhecer o asilo político, nos termos exigidos pela Argentina, e é aceitar que a ordem legal portuguesa seja subvertida por acto de terceiros, postergando decisões de tribunais. Mas Salazar está consciente de que o problema é politico, e a solução tem de frisar com o momento interno português. E este não é isento de preocupações, acaso de riscos. Mantém-se turbulência nos círculos militares, conhecedores das prisões feitas em Março; e os grupos de oficiais ligados a Delgado e Galvão estão activos nas censuras ao governo, nas sugestões de golpes militares e civis, nos rumores que disseminam. Vê-se o ministro do Interior obrigado a declarar a *O Século,* em 7 de Maio de 1959, que por participarem numa tentativa revolucionária, em Março, haviam sido presos vinte e dois civis e nove militares, e destes os mais graduados não eram de patente superior a major; a tentativa fora de inspiração comunista; e militares e civis seriam julgados consoante a sua qualidade e no foro próprio de cada um. Por outro lado, estão empenhados em não dar tréguas ao governo os homens da oposição democrática clássica. Entre outros, Jaime Cortezão e Acácio de Gouveia pretendem autorização para uma conferência de imprensa destinada a apreciar o momento político e, sobretudo, a defender o regresso de Delgado a Portugal. Mas o ministro da Presidência, Pedro Theotónio, responde-lhes: Delgado saiu para o Brasil por sua livre vontade, claramente expressa, pelo que não há motivo para tratar do seu retorno: e assim à reunião com os jornalistas falta objectivo. Dá-se por encerrado o incidente. Mas é mais grave, e inquietante, o estado de espírito nos meios católicos: no baixo clero, na *Acção Católica,* em sectores do laicado. Conjugam-se vários factores: os horizontes abertos por João XXIII, ou o que muitos entendem ser esses horizontes; a atitude crescentemente progressista adoptada pela Cúria do novo papa; a convicção de que do Concílio Vaticano II resultará uma nova política da Igreja;

a infiltração dos meios católicos portugueses por elementos revolucionários; e, por último, a reacção contra o remoque e a ameaça com que Salazar fustigou os católicos e uma parte do clero no seu discurso de 6 de Dezembro de 1958, e estes, não obstante a carta pastoral, não lho perdoam (1). Acontece, para mais, que neste mês de Maio de 1959 os meios católicos se encontram particularmente emocionados na perspectiva da breve inauguração do Monumento a Cristo-Rei, que fica a dominar o estuário do rio e a cidade de Lisboa, e foi erguido pelo esforço de uma cruzada espiritual: e desde estes inicios de Maio está lançada por todo o país a ideia de uma consagração do monumento que se pretende não só *cristã* como *nacional*. E contribuindo para maior perturbação do ambiente, e em consequência das declarações de Schultz, circulam rumores e informações fidedignas sobre o que teria sido a tentativa revolucionária de Março, se houvesse triunfado: civis armados tomariam conta das ruas; existiriam listas de personalidades a abater sumariamente por tribunal popular; as cadeias transbordariam de presos; seria a subversão da ordem social, drástica e sangrenta. Por detrás de tudo, muitos julgam ver o fantasma de Henrique Galvão: por isso uns sustentam que é preferível o regime desembaraçar-se da sua presença e deixá-lo seguir para o estrangeiro; naquele mesmo facto, porém, outros encontram motivo para defender uma atitude firme e intransigente, mantendo-o indefinidamente na embaixada da Argentina.

Neste quadro, estão reunidos em Fátima, em conferência e retiro espiritual, os prelados portugueses metropolitanos. Está presente o cardeal-patriarca de Lisboa. Nesta reunião da Hierarquia há plena consciência do antagonismo entre alguns sectores católicos e o regime; à congregação dos bispos, por outro lado, chega o empenho de outros sectores da *Acção Católica* no sentido de usar a cerimónia inaugural do monumento para diminuir ou mesmo

---

(1) Recorde-se a frase de Salazar transcrita atrás: «*ser-me-ia sumamente penoso, a mim que alguma coisa contribuí para a pacificação religiosa e a liberdade da Igreja em Portugal e para o regime de prestigioso carinho de que a mesma tem sido cercada nos últimos trinta anos, ter de apresentar reparos, e, em nome de um poder igualmente legítimo na sua esfera de acção, dizer quais os limites que de todos os modos se fariam respeitar a bem do interesse nacional*».

sarar aquele antagonismo; nesse propósito pretendem que seja o chefe do Estado a ler, no acto de inauguração, uma fórmula que consagrasse não só o monumento mas Portugal a Cristo-Rei; e esses desejam a participação do governo e do presidente da República, em forma ostensiva e com relevo, no programa das solenidades e em particular na missa pontifical dos Jerónimos. Consideram os bispos estes pontos e, acima de tudo, desejam colmatar a brecha aberta pelo discurso de Oliveira Salazar. No Episcopado, repetem-se autênticas pressões: que o acto de consagração seja lido pelo chefe do Estado e que este compareça no pontifical de Santa Maria de Belém. Não deixam alguns dos prelados de se dirigir directamente a Américo Thomaz. Destaca-se o arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro. Este é homem de alto valor moral e intelectual; nos seus tempos de Coimbra frequentara a casa de Serras e Silva, à Estrada da Beira, onde Gonçalves Cerejeira e Oliveira Salazar eram também convivas assíduos; e existe agora grande intimidade entre o arcebispo e o presidente da República. Salgueiro escreve a Thomaz: «*Como V. Ex.ª sabe, faz-se no dia 17 do corrente a inauguração e a bênção do monumento a Cristo-Rei. Há já vários dias — ainda eu estava em Lisboa — fui procurado por uma Comissão de Senhoras que me pedia a Consagração de Portugal, feita pelo Chefe do Estado, ao Coração de Jesus*». À parte este desejo nacional, estaria o presidente na disposição generosa de ler uma mensagem à Nação depois de inaugurado o monumento e ainda junto dele? Todos os católicos lhe agradeceriam. Se a mensagem for lida após o encerramento da cerimónia, então aquela perde muito do seu significado. Sofre o chefe do Estado os «*desvairos das gentes*», mas tem a «*fina sensibilidade dos cristãos*». E Trindade Salgueiro oferece um compromisso: «*Mas, talvez sem V. Ex.ª ler a fórmula da Consagração, talvez tudo pudesse harmonizar-se dentro do plano estabelecido se, ao findar o discurso, sem dúvida impregnado de sabor religioso, V. Ex.ª ratificasse, como Chefe da Nação, a Consagração anteriormente lida por Sua Eminência*». E o arcebispo de Évora conclui com um subtil *acordo político:* «*Sob todos os aspectos, ao menos este encontro das duas Autoridades mais altas de Poder religioso e civil da Nação, seria uma bênção para Portugal*». Salgueiro diz ainda que escreve com o conhecimento do cardeal-

-patriarca, e que este já enviou ao chefe do governo o texto da consagração que se propõe ler.

Efectivamente, na mesma altura, o cardeal Cerejeira remete a Oliveira Salazar uma carta íntima, também escrita do Santuário de Fátima. Diz ao seu antigo companheiro dos *Grilos: «Mando-te aqui o texto do «Acto de Consagração», redigido para ser lido por mim em Almada»; «levantou-se aí certo alvoroço, para que fosse o Senhor Presidente a ler o Acto de Consagração»; «claro que a lê-lo ele, teria este que ser refeito, mais breve e mais conciso»; «entre os que estão rezando e fazendo penitência p.ª q. fosse o Senhor Presidente, o que há de essencial é que o Senhor Presid.e comprometa como Chefe da Nação a Nação no Acto Consagratório»* (1). E que diz o patriarca no seu texto de consagração?

---

(1) Tem interesse documental, como expressão das relações entre o Estado e a Igreja no momento, o teor da carta do cardeal a Oliveira Salazar. Segue na íntegra, respeitando as abreviaturas: *«10-V-59. António: Mando-te aqui o texto do Acto de Consagração, redigido pa. ser lido por mim em Almada, perante o SS.mo exposto, no dia da Inauguração do Mon.º. Talvez gostes de o ler primeiramente. Saiu comprido, mas não tenho tempo já p.ª o reduzir. Não te posso mandar o texto da alocução que eu farei a abrir a cerimónia, q. não está passado ainda a limpo, e não será mais longa que este Acto; a alocução é noutro estilo, e com tonalidade mais patriótica. Levantou-se aí certo alvoroço p.ª que fosse o Senhor Presidente a ler o Acto de Consagração. Claro que a lê-lo ele, teria este que ser refeito: mais breve e mais conciso. Entre os que estão rezando e fazendo penitência p.ª q. fosse o Senhor Presidente, o que há de essencial é que o Senhor Presid.e comprometa como Chefe da Nação a Nação no Acto Consagratório, diga alguma coisa de equivalente a isto: Como Chefe da Nação cuja religião é católica, em nome dela, confirmo ou ratifico a Consagração feita pelos Bispos de Portugal, ou acabada de ser lida pelo Cardeal Patriarca. Ligam aquelas pessoas especial graça a Consagração Oficial, seg.º as promessas do Sag. Coração de Jesus, e tem medo que sem uma declaração oficial seja essa graça retirada a Portugal. É amor de Portugal e solicitude e gratidão por ti que as move, por importuno q. seja o movimento. O Rei dos Belgas leu um pequeno acto depois da Consagração feita por Card. Van Roey. Se as palavras do Senhor Presidente tivessem o carácter de uma Consagração ou Ratificação ou Confirmação da Ratificação, talvez fosse de considerar pô-las a seguir às minhas, deante do SS.mo exposto, mesmo proferidas no lugar em que o Sr. Presid.e se encontre (se se julgar isso preferível). O programa da Inauguração está assim previsto: 1 — Bênção do Mon.º (3-5 m); 2 — Alocução de abertura por Card. Pat. (10-12 m); — 3 — Breves palavras do Card. do Rio (5-7m); — 4 — Alocução e Bênção de Sua Santidade (7 m); 5 — Exposição do SS.mo (5 m); 6 — Acto de Consagração por*

Fora o monumento erguido pela «*gratidão e piedade dos portugueses espalhados pelo mundo*», como se fosse «*Portugal ajoelhado para solenemente ratificar e renovar a sua consagração ao Vosso Coração adorável*». Depois, em nome dos prelados, é agradecida a liberdade da Igreja e a obra de restauração da vida cristã; mas Portugal cristão sente hoje, mais fortes do que nunca, «*desencadeados os poderes das trevas*»; «*a Rússia continua a espalhar os seus erros deicidas por toda a parte*»; tantos, que até «*trazem o nome de cristãos*», negam na sua vida a lei de Cristo; mas Portugal, «*consciente da sua missão providencial de soldado da Cruz e de missionário*», «*quer continuar a sê-lo, na metrópole e no ultramar*»; escolhido por Cristo, Portugal «*quer ser fiel à sua vocação*», e em particular ao apostolado em nome de Cristo e de Maria; e nesse reino, no Reino de Cristo, «*se encontram todos os portugueses*». E o cardeal continua o seu acto de consagração colocando-se num terreno puramente religioso e espiritual. Mas, remetidos os textos a Salazar para seu conhecimento prévio, o cardeal-patriarca não deixa de pensar no assunto que o apoquenta. Em Fátima continuam irresistíveis as pressões para que a Hierarquia force o governo a endossar o acto consagratório; amplia-se o movimento nesse sentido; e o patriarca receia que, se isso não for feito, se agravem os atritos entre o regime e importantes sectores católicos. E no dia seguinte ao da carta anterior, Cerejeira volta a escrever a Salazar, e insiste em «*que me fico na ideia de que o Senhor Presidente deve falar a seguir a mim*» (1).

Oliveira Salazar considera o assunto com o presidente da República, e é resolvido participar nas cerimónias previstas, mas com alguma reserva, e em todo o caso sem euforia. Em carta a Amé-

---

Card. Pat. (12 m); 7 — Te Deum e Bênção aos 4 pontos cardeais, encerramento do SS.mo (10 m); 8 — Discurso de S. Exia. o Senhor Presid.e da Rep.; 9 — Hastear da bandeira nacional pelo Sr. Presid.e) e hino nacional. Com votos de muita saúde. Teu mto. am.o + Manuel».

(1) Texto integral da carta: «*11.V. António: Volto a escrever-te p.a te dizer q. me fico na ideia de que o Senhor Presidente deve falar a seguir a mim. O que Ele vai dizer é com certeza coisa q. fique bem naquela altura. No fim de tudo, cantado o Te Deum e encerrado o SS.mo Sacramento, não te parece q. é dar um carácter inteiram.e profano às palavras do Senhor Presidente, sem relação nem comunhão com o Acto de Consagração? Teu + Manuel*».

rico Thomaz, escrita antes de ler os documentos de Cerejeira, o chefe do governo julga de manter o critério assente: o presidente não comparece no pontifical dos Jerónimos, embora possa fazer-se representar; mas comparece na solenidade da inauguração (1). Estuda depois as cartas do patriarca e o texto do Acto Consagratório. Oliveira Salazar encara estes documentos à luz da situação política interna. Mas a verdade é que não agradou ao chefe do governo a *carta pastoral* de 18 de Janeiro: encontrou-a muito prudente, vaga, um tanto ambígua, parecendo-lhe que os prelados desejaram colocar-se num ponto equidistante da verdade e da mentira, da ordem e da subversão, do bem político e do mal político. Não se lhe afigura, deste modo, que a inauguração do monumento deva ser motivo para um *gesto,* para uma *atitude* de apaziguamento, como queria Nosolini e que os prelados ambicionam com empenho, mas que poderia ser tomada como transigência, ou admissão de culpa, ou fraqueza. Terá outro pensamento o chefe do Estado?

Neste meio tempo, e paralelamente, corre o debate sobre Henrique Galvão. De parte argentina, são reiteradas as mesmas exigências. E invoca-se a solução do caso Delgado. Repisa-se do lado português o mesmo estribilho: não vinculam Portugal as normas latino-americanas na matéria; não cabe asilo político porque as instituições do país funcionam normalmente e não há ameaça ou risco para a vida e integridade física do asilado; este cumpre pena decretada por tribunais. Fixadas estas posições por

---

(1) Texto integral da carta: «*Senhor Presidente—Falei há tempos a Vossa Excelência nas solenidades da inauguração do monumento a Cristo-Rei e nos convites para a eventual assistência do Chefe do Estado e do governo. Pareceu então — mas é necessário defini-lo agora — que não havia razão para o Senhor Presidente assistir à missa de pontifical dos Jerónimos podendo no entanto fazer-se representar ali e que conviria assistir pessoalmente à inauguração do monumento. Aos Jerónimos irão pouco mais ou menos 6 membros do governo e o representante do Chefe do Estado, se se fizer representar, e à inauguração suponho que irão quási todos os ministros (alguns estão ausentes nesse dia). Para não incomodar mais Vossa Excelência e como é preciso dar hoje a indicação das presenças nos Jerónimos, perguntar-se-á da Presidência para o Pereira Coutinho quais as ordens que o Senhor Presidente tiver dado. Com a mais subida consideração, de Vossa Excelência mto. att. e grato. Ol. Salazar. 12-V-59*».

natureza irredutíveis, não se descobre solução, a menos que seja política. Oliveira Salazar defende apesar de tudo o critério da firmeza: não se reconhece o asilo, Galvão fica indefinidamente como *hóspede* da embaixada da Argentina, o problema simplesmente *não existe* para o governo português. No gabinete e em alguns círculos da *União Nacional,* há partidários desta atitude. Mas são em maior número os de parecer oposto: será seguro que, a coberto da imunidade diplomática, a embaixada argentina facultará a Galvão os contactos que desejar, e o asilado receberá quem entender, ficando livre para organizar um centro conspiratório; em meios militares, enquanto se prolongar a situação, agrava-se o desagrado, que aliás Galvão se encarregará de aguilhoar; e assim, por todos os títulos, a presença de Galvão é espinho que convém suprimir com urgência. Sentença de tribunal? Inexistência de tratado? São minúcias jurídicas, de que a opinião pública mal se apercebe; e têm de ser havidas por irrelevantes no plano político. E para que seja adoptada esta orientação, prática e flexível, aumentam as pressões junto do chefe do governo. Invoca-se a repercussão internacional do caso, as dificuldades com os latino-americanos, as acusações de alguma imprensa contra o regime português, que dava prova de ser *totalitário* e *opressivo*. Tudo isto cairia por terra, se Galvão partisse; e até se poderia sustentar que o governo português dera prova de força. Salazar não repudia as razões alegadas, e vê um outro aspecto: o actual estado de coisas equivale a atribuir a Galvão a arbitragem das relações luso-argentinas e, por implicação e dada a importância e a influência da Argentina na América do Sul, das relações entre Portugal e os países latino-americanos. Neste quadro, o chefe do governo concorda em que Marcello Mathias procure explorar o terreno para encontro de uma solução que, sendo de compromisso, não sacrifique princípios essenciais. Mathias verifica que a Argentina também está ansiosa de se desembaraçar da questão. Ao cabo de mil conversas, nesta primeira quinzena de Maio de 1959, chega-se a acordo: Portugal não reconhece o asilo político concedido; não emitirá qualquer salvo-conduto; autorizará Galvão a partir sem ser incomodado; como não há asilo, e há a palavra de honra do governo português, é dispensável que no embarque esteja presente o embaixador; mas não há objecção a que um secretário da embaixada acompanhe o

hóspede, para se ocupar de problemas materiais; e o governo de Buenos Aires, sem insistir numa situação de asilo, compromete-se a proibir que Henrique Galvão exerça na Argentina actividade política contra o governo de Lisboa. Aparentando extrema relutância, Salazar não se opõe a este entendimento. Galvão é aprazado, pelo embaixador Mairal, para seguir viagem; e antes de partir dirige a Oliveira Salazar uma carta aberta, nos termos mais duros e violentos, em que pessoaliza todo o episódio e em que atribui este, não a divergências políticas, mas a perseguição e ódio antigo (1). Nas primeiras horas do dia 12 de Maio de 1959, num avião da carreira regular das linhas aéreas argentinas, e acompanhado por um funcionário da embaixada da Argentina, Galvão deixa Lisboa com destino a Buenos Aires. Por nota oficiosa do governo, a opinião pública é informada do desfecho de uma situação que suscitava curiosidade.

Pouco depois, em 14 de Maio, Oliveira Salazar escreve a Américo Thomaz uma longa carta. É ainda a inauguração do monumento a Cristo-Rei que o preocupa. Agora já estudou os documentos remetidos pelo cardeal. Diz a Thomaz: «*Envio, junto com o projecto de consagração que S. Em.ª o Cardeal Patriarca se propõe ler, as cartas que dele recebi ontem e um folheto referente a actos semelhantes realizados noutros países*». Mais adiante, circunscreve o âmbito da intervenção do presidente da República: «*Na ideia de que o Chefe do Estado diria apenas umas palavras alusivas*

(1) Como é natural, os serviços de censura não permitiram a publicação da carta, que circulou entre meios restritos mas só veio a lume depois de 1974. Ao contrário do que parecia e do que era de pensar na altura, Salazar tinha por Henrique Galvão a benevolência, a compreensão e a admiração que sentia por todos os homens muito inteligentes, como era Galvão. Não conheço qualquer documento que o prove ou que permita essa conclusão: mas das numerosas conversas que tive com O. S. sobre o caso, ficou-me a ideia de que Salazar *fechara* os olhos à fuga de Galvão de Santa Maria e *transigira* com oculta bonomia na questão do asilo. Já depois da morte de S., tive com o professor Bissaia Barreto uma conversa em que este não excluía aquela possibilidade. Bissaia Barreto foi sempre, aliás, o protector de Galvão junto de Salazar. Bissaia Barreto disse-me na altura que Galvão lhe fizera chegar às mãos, fechada, uma volumosa carta para ser aberta depois da sua morte. Bissaia Barreto declarou-me que não havia aberto tal carta, que conservava numa gaveta da secretária da sua casa de Coimbra, e que não se propunha abri-la. Deixaria esse encargo aos seus herdeiros.

ao acto e de certo modo confirmativas da consagração, como insistentemente se pede, redigi um projecto que pode servir de base às palavras que Vossa Excelência entenda dever escrever, substituindo ou corrigindo as que envio». Num só ponto julga Salazar que é lícito satisfazer o cardeal-patriarca: «*A sugestão do Senhor Cardeal Patriarca de que as palavras do Chefe do Estado se sigam imediatamente às suas é que me parece de seguir e aproveitar, mas ignoro ainda neste momento o que o Protocolo dos Neg. Estrangeiros dirá a este respeito*» (1). Que palavras alusivas propõe o chefe do governo para serem pronunciadas pelo presidente da República? O monumento é «*exclusivamente devido à piedade dos católicos*» e ficará sendo, «*na capital do mundo português, uma afirmação de fé e de esperança*»; e Portugal, «*cuja religião é a católica e que reconhece a divindade de Cristo, e tem a Mãe de Deus como padroeira, e tem procurado difundir a mesma fé nos seus territórios de Além-mar*», não podia deixar de associar-se «*a este acto, ao mesmo tempo piedoso e patriótico*». No mais, «*Portugal deseja firmemente manter-se fiel à tradição da sua história e aos propósitos agora enunciados, em nome dos fiéis, nesta consagração*». E assim, na sugestão de Oliveira Salazar, o presidente da República não empenha Portugal na consagração do monumento,

(1) Tem interesse documental o texto da carta. Segue na íntegra: «*Senhor Presidente: Envio, junto com o projecto de consagração que S. Em.ª o Cardeal Patriarca se propõe ler, as cartas que dele recebi ontem e um folheto referente a actos semelhantes realizados noutros países. Pode ser que Vossa Excelência tenha interesse em passar os olhos por eles. Na ideia de que o Chefe do Estado diria apenas umas palavras alusivas ao acto e de certo modo confirmativas da consagração, como insistentemente se pede, redigi um projecto que pode servir de base às palavras que Vossa Excelência entenda dever escrever, substituindo ou corrigindo as que envio. Se a fórmula da consagração dever ser lida pelo Chefe do Estado, então o texto que vem do Patriarcado deverá ser refundido. No folheto impresso vê-se que o corrente é haver um texto litúrgico lido pelo superior eclesiástico e umas palavras breves a serem lidas pelo Chefe do Estado. Mas Vossa Excelência resolverá. A sugestão do Senhor Cardeal Patriarca de que as palavras do Chefe do Estado se sigam imediatamente às suas é que me parece de seguir e aproveitar, mas ignoro ainda neste momento o que o protocolo dos Neg. Ext. dirá a este respeito. Com a mais subida consideração, de Vossa Excelência mtto. att. e grato, Ol. Salazar. 14-V-1959*». A alusão a actos semelhantes noutros países referia-se a cerimónia da mesma natureza efectuada na Bélgica com a participação do rei Balduino.

nem ratifica esta em nome do país; e cinge-se a associar-se à solenidade, na tradição missionária e apostólica de Portugal, aquém e além-mar. Passa por Lisboa o presidente Sukarno, da Indonésia, e no banquete que lhe é oferecido na Ajuda encontram-se os três homens; mas sobre o assunto, e o que está por detrás, não é trocada uma palavra.

No dia 17 de Maio, é a inauguração do monumento. Ao pontifical em Santa Maria de Belém, pelas dez horas, não assiste o chefe do Estado. Pela tarde, há congregação de muito povo em torno do monumento, e pelas dezassete horas desenrola-se a cerimónia prevista. Estão o presidente da República, Oliveira Salazar, quase todo o governo, os cardeais de Lisboa, de Lourenço Marques e do Rio de Janeiro; o patriarca de Goa; arcebispos e bispos. Cerejeira dirige-se aos portugueses de aquém e de além-mar e diz que está ali representada a *«Igreja portuguesa da Europa, da África, da Ásia e da Oceania»*. São lidos os documentos litúrgicos; é difundida uma mensagem gravada de João XXIII. Falando em português, saúda o papa todos os portugueses, recorda a sua vinda a Fátima como cardeal e dá à nação portuguesa *«a nossa especial e larga bênção apostólica»*. Américo Thomaz diz então as palavras preparadas por Salazar. Introduz uma pequena alteração—fala da sua *«presença»* e das *«palavras que profere em nome da Nação»* — que suaviza a secura do projecto do chefe do governo sem lhe modificar a substância e o sentido. Salazar não comparece em qualquer das outras cerimónias (1).

Da luta surda entre Oliveira Salazar e a Hierarquia não se apercebeu a opinião pública, nem a compreenderam os círculos da alta política; tudo se passou como se fosse excelente a harmonia entre o governo e o mundo dos católicos portugueses no seu conjunto; e apenas os prelados — em particular o patriarca de Lisboa e o arcebispo de Évora — tinham plena noção da firmeza que estava por detrás dos actos e das palavras do chefe do governo. Portugal católico estremeceu de emoção com a monumental estátua de Cristo-Rei erguida na margem sul do Tejo. Outros acontecimentos, todavia,

(1) O cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, é condecorado depois pelo presidente da República.

logo prendem a atenção dos portugueses. E sobretudo comenta-se a partida de Galvão para a Argentina. Correm vários os rumores e as interpretações: o Exército português fizera uma pressão invencível; Salazar fora traído por alguns ministros; Galvão e a polícia de defesa do Estado entendiam-se; o Brasil e a Argentina haviam ameaçado o governo de Lisboa de represálias, que se não indicavam; e estavam mesmo envolvidas no assunto vultosas quantias para subornar agentes e intermediários. Mantém-se dentro da sua rotina calma o chefe do governo: recebe um correspondente do *Times,* MacDonald, e fala-lhe do perigo comunista e da amizade luso-britânica; conversa com o alcaide de Madrid; e regulariza o seu processo de aposentação na Faculdade de Direito de Coimbra, por limite de idade, ficando com direito a uma aposentação cujo pagamento é todavia suspenso enquanto for membro do governo. Para os seus colaboradores mais próximos, Salazar comenta o problema de Galvão: «*Vamos arrepender-nos mil vezes. É muito mais perigoso que Delgado*».

13

Todos os conselheiros e amigos políticos do chefe do governo estão de acordo num ponto: é mais do que tempo para Salazar se dirigir à Nação. Jogam na política interna factores contraditórios que trazem perplexa a opinião pública: as frustradas tentativas de revolta em Março, e a situação dos oficiais que foram detidos; os *asilos* de Delgado e Galvão, e o seu desenlace; a agitação, a ansiedade ou o antagonismo de meios católicos; os incidentes com vultos da oposição; as correntes diversas no âmago do próprio regime e que trazem desorientados muitos dos seus fiéis; e um clima internacional de preocupações em que o ultramar português parece constituir alvo cada vez mais procurado. Por entre os cuidados do dia-a-dia, Oliveira Salazar começa a compor um discurso: mas que pretexto haverá para o proferir? José Nosolini, sempre pronto com sugestões e avisos, recomenda que se aproveite o próximo dia 28 de Maio, em que se cumprem trinta e três anos

de regime. Não aceita Salazar a ideia: não deseja falar da situação política como regime, nem de momento se sente com ânimo para o discurso largo que o assunto impõe. Castro Fernandes, como presidente da Comissão Executiva da *União Nacional,* tem outra ideia: provocar uma reunião dos cabeças do movimento e convocar para Lisboa os seus principais elementos da província. Oliveira Salazar aprova. Em 23 de Maio de 1959, estão reunidos na sede do movimento, além das figuras gradas do regime e de alguns homens do governo, os presidentes e outros membros das comissões distritais. Comparece o presidente do Conselho.

Declara desde logo que se não ocupará da «*pequena política doméstica*» porque «*os meses que temos passado, de agitação, de exacerbação de paixões, e incitamento à sublevação e à desordem social, devem ter sido suficientes para convencer o maior número da sua esterilidade ou do seu risco*». Se o governo e as instituições estagnassem, desviando-se dos seus planos e do seu trabalho para se engolfarem em discussões sem fim nos termos em que os adversários as desejam, ver-se-ia como a vida nacional era afectada: «*perdidas as certezas sobre que havemos tentado reerguê-la, a Nação deixar-se-ia minar da dúvida acerca dos seus próprios interesses e destino, e por este mesmo facto se diminuiria*». Mas o governo tem estado sereno perante os sucessos dos últimos meses, ainda que estes hajam sido muito desagradáveis; e essa serenidade provém da segurança dos princípios que defende e da força de que dispõe para sustentá-los. «*Com efeito, nos dois campos em que tais divergências costumam esclarecer-se e decidir-se — e se tentaram esclarecer e decidir — nenhuma dúvida subsistirá de que lado esteve o sinal da vitória*». Outras dificuldades hão-de surgir, porque são parte de um plano, de cuja execução, neste ano de 1959, o governo fora em seu tempo prevenido; e é esse plano que está em curso. Essa campanha desenvolve-se em numerosos órgãos comunistas da imprensa mundial, e noutros afins, e até naqueles que «*fazem no comunismo o seu seguro de vida*». Um qualquer «*preme aqui um botão*» e tudo aparece publicado, e de igual forma, em muita parte pelo mundo. «*Há portanto ligações subterrâneas e certamente poderosas que explicam e aproveitam estas conivências e cumplicidades*». Há pessoas ingénuas que não compreendem os motivos dos ataques contra Portugal. Nação que

não afronta qualquer, de boas contas, livre no seu comércio, colaboradora e pacífica — por que suscita tais campanhas? É que «*este abraço mortal que se desenha e mais e mais se aperta em relação ao Ocidente não pode fechar-se sem que a Península seja nele envolvida*»; e «*o que se intenta é desintegrar valores eficientes de uma civilização e libertar posições essenciais para avanços necessários noutras direcções*». Este género de guerras, que se qualificam de psicológicas, substituem hoje as lutas armadas; mas estas só produzirão resultados «*se a Nação não tem temperados os nervos, como se faz mister*». Que se impõe? «*Aguentar! aguentar! e nada mais é preciso para que amaine a tempestade e se nos faça justiça*» (1).

Mas o chefe do governo desce a algum pormenor. Quer aludir «*às dificuldades que pretenderam criar-nos com o Brasil a propósito de um mais que simulado refúgio político*». Neste particular, dois pontos convém distinguir: o apelo de alguns a governos estrangeiros para os levar ao poder; a ideia de que, por aquele caminho, se suscitaria um conflito entre Portugal e o Brasil. A este último aspecto opunha-se o afecto de irmãos; e também vastos interesses recíprocos. Que é o Brasil e quais os seus objectivos? Na América do Sul, e sem melindre para os demais, é o Brasil uma «*sorte de conselheiro e guia*». Decerto a América do Sul está económica e politicamente muito ligada aos Estados Unidos, que constituem mercado consumidor fundamental; mas por formação espiritual, religião, língua, os países daquele continente são latinos, um de origem portuguesa, e de base espanhola os demais. Julga o chefe do governo que «*nem o Brasil nem as repúblicas sul-americanas desejarão tão cedo — e será de lastimar que um dia o façam — desligar-se das suas origens, esquecê-las ou menosprezá-las*». E assim impõe-se o planeamento de uma larga política ibero-americana que aliás tem de ser havida como delineada triangularmente na comu-

---

(1) Este grito de combate—«*Aguentar! aguentar!*»—causou na altura funda impressão, ficou célebre na literatura política da época. Podemos considerar, no entanto, que a fonte remota da expressão está na carta de Charles Maurras a Salazar, de 1951, em que o doutrinador francês escreve: *Restez! Tenez!* (Fique! Aguente!). Salazar deve ter-se recordado da carta e aproveitou a expressão à sua maneira. Ver Volume IV, pág. 224.

nidade luso-brasileira, no bloco peninsular, nas íntimas relações da Espanha com as repúblicas sul-americanas. Talvez alguns portugueses e alguns brasileiros não se dêem conta destas realidades; mas aqueles que no Brasil elaboraram o *Tratado de Amizade e Consulta* que criou a comunidade luso-brasileira — porque foi do Brasil que veio o primeiro projecto — sabiam bem que larguíssima acção poderia estar aberta aos dois países e povos. Neste quadro, que pode em Portugal ou de Portugal interessar ao Brasil? Quando se olha a imensa costa brasileira e o seu peso e domínio no Atlântico, logo se vê que não podem deixar de interessar à segurança da vida e da expansão do Brasil, não apenas as ilhas portuguesas daquele oceano, mas todas as costas africanas de Portugal, com os seus portos e bases, com toda a sua presença e a sua força no continente negro. Há assim um vasto espaço marítimo em que é inegável o ascendente luso-brasileiro. «*Mas é evidente que quaisquer reticências em relação a Portugal ultramarino*», por parte do Brasil, «*já não se enquadram nesta construção*». Estas ideias pertencem ao grupo das que «*levam tempo a amadurecer na consciência dos povos*», e para que vinguem há muitas vezes que emprestar-lhes uma base política, ou não se alcançará solução que valha.

Daqui parte Oliveira Salazar para questões de África. «*Literalmente*», a África arde; arde mesmo nas adjacências das fronteiras portuguesas; não arde por iniciativa própria ou fatalidade histórica; «*arde porque lhe deitam o fogo de fora*». Aliás, ninguém já formula reparos à acção subversiva conduzida por Estados que ao mesmo tempo se afirmam pacíficos e que consideram a subversão em terra alheia como contributo útil para «*a formação de um novo mundo*». Mas, em torno da África, que pontos fundamentais há a reter? Primeiro: a África é o complemento da Europa, o que «*quer dizer que grande parte da potência europeia se pode perder com os territórios africanos ou, o que é o mesmo, a Europa pode ser batida em África*». Segundo: os povos africanos, à parte o alto valor intelectual de alguns dirigentes, não possuem quadros, nem técnicos que bastem, nem capacidade económica autónoma para sustentar uma independência solvente ou progressiva. Terceiro: se os povos africanos não puderem contar com o eventual apoio das antigas soberanias, duas alternativas apenas lhes restam:

a repressão ou a submissão a novos dominadores. Sem disporem de capitais, que decerto não acorrem perante situações instáveis, os novos países africanos poderão ser tentados à socialização geral dos meios de produção e ao trabalho escravo; e por este meio, ao menos em teoria, poderá surgir uma África comunista, com todas as ilações políticas do facto. Tudo isto explica o papel que os estados comunistas têm desempenhado na campanha de África: trata-se de «*diminuir, enfraquecer, desintegrar as forças do Ocidente*», e isso está «*dentro do seu objectivo e imediato interesse*». E se puderem utilizar o novo estado de coisas para «*instalar-se e instalar os seus poderosos meios de acção, fomentar outras desintegrações, dominar até onde seja possível a economia e a direcção política*», então deverá dizer-se que «*o comunismo estende de facto o seu domínio e cria novas formas e zonas de colonização*». E em face desta situação é pena que, por seu lado, os Estados Unidos não se tenham encontrado em condições de definir uma política para a África, tão claramente como a dos comunistas, pois «*não é uma política seguir os acontecimentos mas evitá-los ou dirigi-los*». Essa definição de uma política americana para a África, no caso de não se opor à Europa Ocidental de que a América é aliada, seria só por si factor decisivo de aquietação no continente africano. E «*sendo possível que nestes termos os Estados Unidos tivessem de desagradar a muitos, acrescentarei que para os povos como para os indivíduos há momentos na vida em que é preciso escolher*». Estas reflexões são só para portugueses; não convencerão «*os agitadores doutrinados para os quais uma independência mesmo nominal e a importância de uma chefia política sobrelevam todos os bens da Terra*». Para as potências com o sentido das responsabilidades, contudo, «*do que se trata, e imediatamente, é de salvar a África do assalto combinado dos interesses a que me referi e de evitar a sua destruição através de fórmulas que sabemos lhe seriam fatais. Uma política ajustada dos territórios da África Central e Meridional pode facilitar a acção*».

Na campanha contra Portugal, não é poupado o ultramar português; e ao fim e ao cabo é este o visado com especial acrimónia. Alega-se: «*a nossa pretensa incapacidade colonizadora, a deficiência de capitais, a falta de dinamismo na produção, a lentidão da difusão do ensino, os baixos salários pagos, a deficiência da pro-*

tecção sanitária e muitas coisas do género se lêem hoje, não já nas críticas ligeiras da imprensa diária mas em discursos formais, conferências, teses de universitários e relatórios de institutos internacionais». Não se pensa em negar o «*relativo atraso*» de algumas regiões e a «*deficiência*» de certos serviços; é evidente que há faltas; e até faltam «*elementos de polícia e forças de defesa*». Mas então por que milagre há paz de Timor a Cabo Verde? Por que pode atravessar-se Angola ou Moçambique de lés a lés sem risco? Por que dizem os naturais de Angola ou Moçambique, quando no estrangeiro, que são portugueses? Ou como sabem, embora não hajam saído do seu torrão natal, que são portugueses? É que não se pode reduzir uma obra colonizadora a índices económicos e a estatísticas; também importam os valores morais; e embora estes estejam a ser depreciados, «*nós continuaremos contando com eles*». Mas há que contar também com as «*circunstâncias exteriores*» e «*contra elas se tem de lutar por todos os meios apropriados*». Há que resolver muitos problemas, designadamente de defesa, ainda que a mais eficaz «*seja a confiança recíproca e a solidariedade das populações do mundo português*».

Para além destes problemas, acrescenta Oliveira Salazar, haveria que tratar do momento económico. Mas está findo «*o tempo que me destinara*». Importa assinalar, no entanto, as preocupações de ordem interna e internacional. Da execução do *II Plano de Fomento* não se vão obter todas as melhorias desejadas, em matéria de salários ou novos postos de trabalho; a maior parte dos empreendimentos destina-se ainda a dotar o país das infraestruturas necessárias «*à mais correcta e produtiva organização do trabalho, e com esta à distribuição mais equitativa do rendimento nacional*». «*Se eu pudesse mentir-lhes não diria isto, mas isto é a verdade*». Na ordem externa, verifica-se que as economias dos países estão esmagadas pelos gastos de defesa; nas reuniões internacionais não se apuram soluções pacíficas; vão mudando os teatros de guerra ou de agitação; «*mas a paz está longe de nós*». E por isso, «*quer hajam de bater-se quer não, as gerações presentes são gerações sacrificadas, e é certo que mais o seriam ainda se os governos descurassem a defesa das nações*»; «*mas em tais problemas não são livres os governos que têm consciência das suas responsabilidades*». E em Portugal qual é a situação? Há

muitos anos, em Braga, «*perguntei quem tinha coragem de nos acompanhar*» nas difíceis tarefas necessárias à obra de valorização nacional. «*A imensa multidão que me escutava respondeu em uníssono — todos*». Desde essa hora, «*alguns porventura terão achado demasiado o fardo que se lançava sobre os seus ombros, longínqua a esperança de melhores dias, excessiva a confiança na sua rota*». Mas a grande massa dos portugueses, empenhados na integridade material e moral da nação e porventura, nalguns casos, com sacrifício de sentimentos ou soluções por que mais convictamente se bateriam, «*tem vindo a dar-nos o seu apoio e colaboração*». E Salazar conclui então as suas palavras: «*E se a todos esses perguntasse agora se desertamos ou prosseguimos, com o mesmo entusiasmo responderiam: prosseguimos. É bem assim: a nossa marcha não poderá nunca comportar nem paragens nem regressos*».

Pelo país, perante as palavras de Salazar, há alguma desilusão: confusamente, há o sentimento de que o chefe do governo não disse o que se esperava ou o que agradava escutar. Nos círculos mais esclarecidos, reconhece-se a altura com que abarca e analisa problemas, avalia acontecimentos, encara perspectivas; mas do seu teor emana um tom sombrio, e para o futuro próximo aponta-se um caminho somente de agruras e esforços. Pelos oposicionistas, o discurso é havido por duro e intransigente. No fim de tudo apela somente para a Nação, mais do que para forças políticas particulares. Sem embargo das críticas, os homens mais responsáveis e lúcidos não deixam de ponderar os perigos sublinhados e os embaraços inevitáveis; mas não deixam também de se perguntar qual a capacidade do regime para enfrentar uns e outros. No mesmo sentido se orientam os órgãos mais isentos da imprensa internacional. Sobressai o *Times* de Londres. Em dois artigos sucessivos, o jornal regista que em Portugal a autoridade se mantém nas mãos dos professores; e recorda o passado, descreve o presente, enumera os melhoramentos materiais, destaca o sentido social do regime. «*O que caracteriza Portugal*», escreve o *Times*, «*é um novo sentido de direcção, um novo propósito suscitado pelo regime. Pode este ser desviado por séria insegurança política ou por dificuldades financeiras*». Quanto aos oposicionistas, o jornal considera que é mínima a sua importância ou a sua aceitação. E con-

clui: os portugueses são um povo razoável, «*mas podem perder a cabeça facilmente*». É esse o receio de Salazar, transparente nas entrelinhas do discurso.

14

Pelas palavras do chefe do governo não foi apaziguado o mal-estar de uns, nem desfeito o sentimento de dúvida ou incerteza de outros. Mas em pouco a curiosidade e o interesse da opinião pública são transferidos para os sucessos do dia-a-dia. São anunciadas as visitas do imperador da Etiópia e do presidente do Brasil. Passa o trigésimo-terceiro aniversário do *28 de Maio,* que a imprensa e os meios políticos assinalam; e pela Avenida da Liberdade em Lisboa, numa prova de força, perante o presidente da República e o governo, desfilam vinte mil homens das Forças Armadas, com tanques e carros de combate. Concluído o debate na Assembleia Nacional, esta aprova finalmente a lei que estabelece e organiza um *colégio eleitoral* para a eleição do chefe do Estado (1); e na votação abstêm-se alguns monárquicos. São condenados elementos do Partido Comunista por acusação de pretender derrubar o governo por meios violentos, distribuir propaganda, recolher fundos para acção subversiva, em particular na região de Alhandra. E chega finalmente a Lisboa a princesa Margarida de Inglaterra. É acolhida em Belém por Thomaz e Salazar; este assiste a um festival militar em honra da princesa e ao banquete na embaixada da Grã-Bretanha; Margarida desloca-se depois pelo país; à sua juventude e beleza mistura-se a auréola de um amor contrariado por razões de Estado; e a imaginação meridional dos portugueses, provinciana e simples, segue embevecida a visita da princesa britâ-

(1) Assim se dava execução ao projecto de evitar o que Salazar chamara um *golpe de Estado constitucional,* e a que se referira em público depois da campanha de Delgado, designadamente no seu discurso de 1 de Julho de 1958. Ver vol. IV, págs. 523 e segs.

nica, num enlevo infantil a que não escapa a alta-roda social e política. E verdadeiramente Margarida vem numa missão: criar ambiente, dar prestígio, fazer a propaganda de produtos do seu país expostos na Feira das Indústrias Britânicas, que acaba de abrir ao público português em Lisboa.

Mas de súbito agrava-se a atmosfera política, e uma tempestade abala a sociedade portuguesa. Na Assembleia Nacional, e aproveitando os poderes constituintes de que a presente sessão dispõe, o deputado Carlos Moreira submete à câmara uma proposta de lei: que na Constituição da República seja alterado o respectivo preâmbulo e que neste passe a figurar e seja invocado o nome de Deus. Torna-se evidente que o governo não pode eximir-se a tomar uma atitude, e em Salazar se concentram as atenções. Que vai fazer? Católico, militante católico, organizador e doutrinador do partido católico na I República, negociador de uma concordata modelo com a Santa Sé — que posição vai o chefe do governo definir? Em Conselho de Ministros é debatido o problema, que por outro lado Salazar trata também em sucessivas conversas com Mário de Figueiredo, líder do governo na Assembleia Nacional. São divididos os pareceres dos membros do gabinete e dos conselheiros do chefe do governo: alguns não fazem reparo à proposta: na sua maioria, julgam-na inconveniente, mas recomendam a aceitação por temor das consequências políticas e sociais de uma recusa num país católico, onde a Igreja é força poderosa e a opinião é mal esclarecida; e terceiros pensam que o governo deve declarar a sua oposição, por princípio, dando contudo aos deputados liberdade de voto, não se comprometendo assim com qualquer resultado da votação na câmara. Mas Oliveira Salazar é de outro aviso. Não é confessional o Estado Novo; a separação da Igreja e do Estado é princípio há muito consagrado nas leis e nos costumes portugueses; reconhece-se a eminência da Igreja católica, mas o Estado português aceita a liberdade de outras religiões ou cultos; a invocação constitucional do nome de Deus, se um dia houver uma profunda modificação de regime em Portugal, pode por si desencadear uma onda nova de anti-Igreja e de anticlericalismo; e que pensariam, se a palavra Deus for incluída, as vastas populações muçulmanas e de cultos nativos nas províncias ultramarinas? Logo na Câmara Corporativa, a que o projecto de Carlos Moreira é

submetido, se suscita controvérsia. Mas Afonso Queiró, designado relator, colabora com o governo; e no seu parecer *«recomenda a rejeição»* de *«uma invocação religiosa»*. Através de dificuldades, Luís Supico consegue que a Câmara aprove o parecer, ainda que com protestos de muitos procuradores. É esta a posição que Mário de Figueiredo, ainda que sinta alguma relutância pessoal, se compromete a defender no parlamento. Mas aqui o debate é vivo. Surge um abismo entre as duas facções da câmara; são veementes os discursos, há incidentes, afrontamentos pessoais; e em alguns lances os deputados quase perdem a sua compostura. Defendem a proposta com vigor e mesmo virulência os deputados Franco Falcão, Agnelo do Rego, Melo e Castro, Nunes Barata, Pinto de Mesquita, Santos da Cunha, outros ainda. Opõe-se Mário de Figueiredo, em nome do governo, e usa de todos os argumentos de Salazar, com a dialéctica apropriada. Todos cremos em Deus, somos todos a favor de Deus, mas não é esse o problema, nem é isso que está em causa, diz Figueiredo ao jogar todo o peso do governo contra a proposta de Carlos Moreira. E passa-se à votação: a câmara rejeita a proposta por 43 votos contra 37. Comenta Salazar em privado: *«Foi, é e vai ser uma crise de alto bordo»*. E efectivamente pelo pais é desencadeada uma nova onda antigovernamental: nos meios progressistas, nas paróquias, entre o laicado da *Acção Católica,* nos círculos da alta sociedade, nos sectores oposicionistas redobram as críticas ao governo e o seu chefe é alvo central. Parece a ponto de se desagregar o regime.

Contra este estado de espírito reagem alguns que timbram em ser somente nacionalistas. E é sob esta inspiração, e por impulso dado pela *União Nacional,* que um grupo resolve organizar uma reunião de apoio ao governo e, por implicação, de combate aos críticos de Salazar por se haver oposto à invocação de Deus no preâmbulo do diploma constitucional. Em 12 de Julho de 1959, reúnem-se num vasto pavilhão da Feira das Indústrias cerca de quatro mil nacionalistas, para exprimir, no decurso de um jantar de confraternização, o seu aplauso ao governo e ao regime. Preside o ministro do Interior, Schultz. São vibrantes nas suas afirmações homens como Boto de Carvalho, Pinto de Meneses, Carlos Lima, e Sebastião Ramires, da geração que já pertence à guarda velha do regime. Salazar não está presente. Mas envia um telegrama

de agradecimento e solidariedade, que Schultz lê entre aclamações entusiásticas. Diz o presidente do Conselho: «*toda a exultante manifestação de um são nacionalismo me alegra e conforta. Este é na verdade o laço que nos une, o sentimento que nos define, a expressão que nos tem permitido, sem perda de ânimo, vencer as maiores dificuldades*». Por outras cidades, ainda que em menor relevo, surgem manifestações semelhantes. E a sociedade portuguesa adquire por um momento um tom de radicalismo que a enfraquece e a transfigura.

Em fins de Julho de 1959, a 26, chega a Lisboa Hailé Selassié I, imperador da Etiópia. Mostrara desejos de vir ao país que estabelecera os primeiros contactos da antiga Abissínia com o Ocidente, e depois firmara ali o cristianismo, deixando marcos vincados da sua ajuda técnica e militar; e que, em tempos modernos, patrocinara a admissão do velho império na Sociedade das Nações. Figura grada e prestigiosa do *terceiro mundo,* Hailé Selassié I tem influência junto dos chefes que contam na paisagem política africana e, do mesmo passo, é acolhido e cultivado pelas grandes potências, tanto a Oriente como a Ocidente; e por estes títulos tem interesse para Portugal e sua política a visita do imperador. Para corresponder à vontade deste, logo um convite oficial é formulado. Empreende o soberano uma larga digressão que o leva à União Soviética, Checoslováquia, Bélgica e França. Recorda Hailé Selassié I o passado naval dos Portugueses, e é com empenho que deseja entrar na barra do Tejo a bordo de navios de guerra de Portugal. Estão disponíveis a fragata *Nuno Tristão* e os contratorpedeiros *Vouga* e *Lima;* e é esta esquadrilha, sob o comando de Sarmento Rodrigues, que aporta a Baione, no Sul de França, para tomar o imperador da Etiópia. Este vem acompanhado de sua neta, a princesa Aida, e de imponente comitiva civil e militar. Hailé Selassié desembarca no Terreiro do Paço, é acolhido por Américo Thomaz e todo o mundo oficial, e perante todos desfilam largos contingentes de forças armadas. Depois são os números clássicos: banquetes na Ajuda e em Queluz, visitas turísticas e a estabelecimentos militares. Selassié recebe a banda das Três Ordens, Thomaz recebe o Grande Colar da Ordem da Rainha do Sabá. Na Ajuda, diz o presidente português: «*Vossa Majestade Imperial é soberano de uma grande nação de um desses continentes onde*

igualmente nos encontramos e para o qual convergem as atenções do mundo». Responde o imperador, recorda com gratidão o auxílio prestado à Etiópia, invoca Cristóvão da Gama e Pêro da Covilhã, e diz: «*Este papel histórico desempenhado pelos homens do vosso país foi devidamente reconhecido pelos nossos antecessores quando ofereceram os seus préstimos para a defesa do Cristianismo na África*», e «*viemos portanto numa peregrinação quase religiosa auscultar o génio deste povo que tão grande papel desempenhou na história universal*». Salazar janta em Queluz com o imperador, na intimidade, e Mathias é o outro único conviva. É assinado um acordo cultural; e o ministro dos Estrangeiros etíope, contra o apoio português na questão entre a Etiópia e a Somália, promete a moderação dos delegados etíopes nas Nações Unidas. Selassié visita Santa Margarida, e perante uma guarda de honra constituída por sete mil soldados, aceita das mãos de Botelho Moniz a espada e as estrelas de general do Exército português. Selassié convida Thomaz a deslocar-se oficialmente à Etiópia. Saudado por populares e alguns locais, o imperador distribui às crianças que se aproximam moedas de oiro com a efígie do rei Salomão. Pelas chancelarias estrangeiras e pela Imprensa internacional não se sabe explicar a visita de Hailé Selassié I.

Noutro plano, o governo português está preocupado com o problema da divisão económica da Europa. Para além de motivos só económicos, há circunstâncias políticas — a nova política francesa do general De Gaulle, o entendimento deste com o chanceler Adenauer da Alemanha—que exacerbam o antagonismo entre os países da Comunidade Económica Europeia ou Mercado Comum e os outros ocidentais. Para Salazar, o Mercado Comum e a integração europeia aparecem como mitos, construções efémeras de movimentos que surgem e morrem em torno de frases literárias, de impulsos sentimentais que se esgotam, de expedientes políticos de ocasião. Não convém a Portugal, portanto, empenhar-se nesse sentido, e envolver-se numa política da Europa Central, ao arrepio do rumo permanente da política externa portuguesa. De momento, porém, a existência do Mercado Comum, com a sua pauta exterior unitária, está a levantar problemas; mas estes não afectam apenas Portugal; e outros países, também na fímbria

da Europa, estão igualmente apreeensivos (1). Neste terreno, toma a Grã-Bretanha sobre si a chefia dos países periféricos; e não convindo aos seus interesses entrar para o Mercado Comum, além de enfrentar a oposição da própria Comunidade, o gabinete de Londres empreende com outros europeus a formação de uma outra estrutura económica internacional, menos pesada e menos formal. Com este objectivo, correm negociações entre os governos interessados; e o gabinete de Lisboa, por intermédio do ministério dos Estrangeiros e do secretário de Estado do Comércio, José Correia de Oliveira, participa activamente nas conversas (2). Sem compromissos ainda definitivos, Portugal apresta-se a ingressar no agrupamento económico dos países da periferia europeia. Entretanto, e para reforçar a sua posição económica e financeira no plano internacional, o governo de Lisboa apresenta a candidatura portuguesa ao *Fundo Monetário Internacional* e ao *Banco de Reconstrução e Desenvolvimento,* e aquela é aceite.

Sem embargo das correntes subterrâneas que agitam a política portuguesa, e das tensões surdas que perturbam os círculos do poder ou da oposição, a vida dos portugueses parece desenrolar-se no clima de normalidade em que se empenha Oliveira Salazar. Abdalah Ibrahim, primeiro-ministro de Marrocos, vem a Lisboa em viagem informal; e Geneviève Tabouis, sobrevivente do grande jornalismo europeu de antes da guerra, é acolhida por Marcello Mathias. Do governo, há um ano em funções, emana uma sensação de eficiência, de trabalho, de esforço pelo bem comum. Pinto Barbosa, nas Finanças, mantém com rigor o equilíbrio orçamental, o valor da moeda, a estabilidade financeira; nas Obras Públicas, Arantes e Oliveira comprova o seu dinamismo e alta competência técnica; José Ferreiras Dias, na Economia, preocupa-se sobretudo com a estrutura industrial do país, seu crescimento e produtividade; Veiga de Macedo, nas Corporações, con-

---

(1) Convém recordar que a Comunidade Económica Europeia ou Mercado Comum fora instituída pelo Tratado de Roma, assinado em 25 de Março de 1957, entre a França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, o Luxemburgo. Ver vol. IV, pág. 452.

(2) Em todas estas negociações e contactos desempenhou papel destacado o embaixador Rui Teixeira Guerra.

tinua a assegurar a paz social; e Martins de Carvalho, na Saúde e Assistência, estrutura o ministério e impulsiona-o num papel político que conquista popularidade para o regime em meios de província e rurais. Não obstante a sua inteligência e o seu conhecimento dos problemas, Vasco Lopes Alves dá sinais de frouxidão no Ultramar; mas Marcello Mathias, nos Estrangeiros, e apesar da sua dispersividade, procura renovar e dar maior ímpeto às relações internacionais de Portugal. Dos demais departamentos não sente a opinião uma acção directa.

Na noite de 12 para 13 de Agosto de 1959, um incêndio destrói a Igreja de S. Domingos, templo da tradição religiosa de Lisboa e de devoção particular para muitos fiéis. Logo se levantam rumores: acaso? fogo posto? Nada de criminoso se apura, todavia. Oliveira Salazar estanceia ainda no Forte em Santo António do Estoril. E de súbito é despertada a curiosidade da opinião pública: a 18 de Agosto, em Londres, um alto funcionário do Partido Trabalhista britânico anuncia que Humberto Delgado e Henrique Galvão haviam sido convidados a visitar a Inglaterra, como hóspedes de alguns membros do Partido. Salazar comenta para os seus colaboradores: «*Já estava admirado de não fazerem nada*».

15

Naquele Verão de 1959 agrava-se a tensão internacional, e tudo parece desencadear uma nova guerra. Atinge perigosa dureza o afrontamento entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Nikita Krushev, à frente do governo soviético, é uma força da natureza, tão primário como subtil, tão rude e precipitado como astuto e hábil. Durante uma visita oficial à União Soviética, o vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, é tratado com brutalidade por Krushev, num encontro público, em que o chefe russo ataca o sistema capitalista, ameaça os Estados Unidos e o seu povo, e tenta humilhar pessoalmente o vice-presidente. Causa o episódio indignação na massa dos americanos, e o governo de Washington endurece a sua atitude para com a

União Soviética. Eisenhower, presidente norte-americano, empreende viagens ao estrangeiro, para expor e defender a posição da América e sondar o ânimo dos seus amigos e aliados; e visita a Alemanha, a França, a Inglaterra. Encontra-se com os homens responsáveis pelo Ocidente: Konrad Adenauer, Charles de Gaulle, Harold MacMillan. Eisenhower procura concertar-se com estes, de modo a opor à turbulência de Krushev uma frente sólida. Na verdade, as desenvolturas do chefe soviético criam um clima de excitação, um levantamento anti-ocidental e sobretudo anti-americano. Não obstante, Eisenhower regressa ao seu país com a solidariedade do Ocidente. Krushev, em Moscovo, nega o estalinismo e a sua violência sanguinária; procura cercar de respeitabilidade o regime soviético; e lança a ideia-força da *«competição pacífica»* com o Ocidente e com o sistema capitalista, afirmando todavia que dentro de uma década este será vencido e enterrado pelo comunismo. Pelos países do *terceiro mundo,* vibra uma euforia de vitória, e a muitos parece que estão do lado da União Soviética o poder e o futuro. Anuncia Krushev o seu propósito de se deslocar às Nações Unidas, e de participar na XIV sessão da Assembleia Geral, com início em meados de Setembro de 1959. E o governo americano, como gesto de apaziguamento e numa tentativa de o impressionar, convida-o a visitar oficialmente os Estados Unidos.

Em Portugal, tudo se desenrola como num mundo à parte. Jânio Quadros, já candidato à presidência da República do Brasil, vagueia pelo país a título privado, percorre em particular a região do Norte, espera em Vila Nova de Cerveira que chegue Carlos Lacerda. Depois é Sara Kubitschek, mulher do presidente brasileiro, que vem para curtas férias. É uma entusiástica admiradora de Salazar, que a visita no Hotel Ritz; e Thomaz convida-a para um banquete em Queluz. Por empenho de Correia de Oliveira, é criado o cargo de subsecretário de Estado do Comércio, e para a função Salazar convida João Dias Rosas, que aceita. Pelas livrarias surge uma reedição do volume III dos *Discursos e Notas Políticas* de Oliveira Salazar, e do mesmo passo aparece o volume V, que abarca os anos de 1951 a 1958. Como rotina, dão entrada nos cofres do Banco de Portugal mais dez milhões de dólares em ouro. Numa rápida fuga, na segunda quinzena de Setembro,

o chefe do governo vai ao Vimieiro, descansa entre Santa Comba e o Caramulo, e não obstante o grave estado de saúde de sua irmã Elisa faz aos Lacerdas as suas clássicas visitas. Mas já está de regresso em 29 de Setembro, para receber em S. Bento os filiados da Mocidade Portuguesa da Guiné e de Cabo Verde.

A este tempo, chega Krushev a Nova Iorque, e a sua estadia logo se processa em tumulto e confusão: as suas deslocações são inesperadas e imprevistas, o público fica perturbado, as autoridades de segurança sentem-se perplexas. Na tribuna das Nações Unidas, é tão pitoresco como brutal. Dirige-se a uma Assembleia Geral compacta. Ataca o capitalismo, lança a maldição sobre o Ocidente, repete o pacifismo soviético; renova os desejos de uma competição pacífica, que conduza no entanto ao funeral dos sistemas ocidentais; injuria homens e países, e trata-os de reaccionários, de agressores, em qualquer caso de lacaios dos Estados Unidos; e numa linguagem de sabor popular, que se diria emergir do que há de mais profundo no camponês russo, zomba de tudo e de todos. Entretanto, o chefe soviético percorre a América, consegue a simpatia de alguns meios americanos que o acham festivo na sua extravagância original; e tem com o presidente Eisenhower, no retiro de *Camp David*, perto de Washington, para os fins de Setembro, longas entrevistas, que se supõem intimas, em que os dois homens procuram imprimir às relações russo-americanas um novo clima, espírito construtivo, não-agressividade. Krushev convida publicamente Eisenhower para uma visita à União Soviética. Sempre espectacularmente, o chefe russo sai de Nova Iorque, parte para a China, vai avistar-se com Mao-Tse-Tung.

Em Inglaterra, o Partido Conservador, sob a chefia de Harold MacMillan, alcança larga vitória em eleições gerais, e é confirmado no poder.

16

Quase em surdina durante o Verão, a actividade política retoma os seus direitos em Portugal com a entrada do Outono. Nos pri-

meiros dias de Outubro de 1959, o ministro dos Estrangeiros, Marcello Mathias, está de visita à Alemanha Federal. Avista-se com Adenauer, com o vice-chanceler e ministro da Economia Ehrard, com o ministro dos Estrangeiros Von Brentano, e com Strauss, que ocupa a Defesa. É compreensiva, e mesmo de admiração, a atitude dos responsáveis alemães: não tendo intervenção directa em África, e não compelida a definir uma posição nas Nações Unidas, de que não é membro, a Alemanha Federal sente-se livre de prosseguir a sua politica que consiste, neste particular, em reforçar as suas ligações com Portugal e apoiar as posições da Europa no continente africano. Entre o mais, os responsáveis alemães oferecem ajuda financeira a Portugal, se este a desejar, e estão prontos a vender ou mesmo a ceder o material de guerra de que necessitar o governo de Lisboa; e desejariam em contrapartida usar, para treino de tripulações, uma base aérea que construiriam em Portugal, e que seria evidentemente propriedade portuguesa, a enquadrar no sistema defensivo de Portugal (1). Em todos os contactos com os governantes alemães não se suscitam dificuldades de tomo: além da coincidência de interesses, Adenauer e Strauss sentem respeito pessoal pelo chefe do governo português. Mathias convida Adenauer a visitar Lisboa; aceita o chanceler, apesar dos seus muitos afazeres, e as visitas previstas, e acima de tudo a sua grande idade. (2) Mas fica desde já aprazada uma visita do vice-chanceler Ehrard. Em Portugal, no entretanto, correm para outros pontos as atenções. São pronunciadas sentenças de um a cinco anos de prisão contra indivíduos acusados de actos contra a segurança do Estado, e erram boatos de alarme que afirmam extenso e profundo o movimento comunista. Está em crise a viticultura portuguesa, sobretudo na região do Douro, e o problema é explorado pelos oposicionistas, que culpam o governo. Apesar de tudo, no dia 18 de Outubro, que é um domingo, decorrem sem incidente as eleições para as Juntas

---

(1) É esta a origem da Base Aérea de Beja, negociada entre as autoridades militares dos dois países.

(2) Nascido em 5-1-1876, Adenauer está neste momento, com efeito, com mais de oitenta e três anos de idade.

de Freguesia, e Oliveira Salazar vai sem cuidado aparente votar na freguesia da Lapa. Suscita curiosidade entre os intelectuais a visita de Gregório Marañon a Lisboa, num plano particular; mas não lhe atribui o governo qualquer significado. No dia seguinte ao das eleições, Salazar recebe os jornalistas da *Província de Angola*, e por seu intermédio transmite à população angolana uma mensagem de confiança no futuro da província, e de necessidade de coesão, de fé, de fidelidade à tradição e à história como garantia da unidade nacional. Nesse mesmo dia, o chefe do governo recebe o escritor inglês Kenneth Rose. Este retém uma imagem nítida, traça um retrato de Salazar: «*inteligência penetrante, palavra comedida, hábitos sóbrios, rosto de asceta, voz firme que com frequência faz ouvir uma gargalhada; usa botas como em Manchester ou Aberdeen*». E que diz Salazar a Rose? Queixa-se da oposição, ataca as suas atitudes. «*Mentiu*», comenta o chefe do governo, «*e fez promessas que nunca podia cumprir*»; mas «*muita gente votou contra o meu governo simplesmente porque queria uma mudança*»; e isso porque «*queriam um caminho novo embora não soubessem sequer em que direcção ele se dirigia*». Mas nestes últimos dias de Outubro e primeiros de Novembro de 1959, Salazar encontra-se embrenhado em pequenos retoques no gabinete. João Ubach Chaves quer abandonar o subsecretariado de Estado da Indústria. Tanto Ferreira Dias como Correia de Oliveira recomendam o nome de Rogério Vargas Moniz, que Salazar convida; e Vargas Moniz assume funções em 22 de Outubro de 1959. Depois, é o ministro das Finanças, Pinto Barbosa, que deseja substituir Manuel Jacinto Nunes, desde há tempo desejoso de abandonar as funções; Pinto Barbosa escolhe Francisco da Costa Farelo; e este toma posse nos primeiros dias de Novembro. Justamente neste momento, estão em Lisboa dois escritores, que são dois velhos amigos do chefe do governo. Pierre Goemaire é o belga que se dedica a divulgar no seu país a história de Portugal, e vem agora recolher do chefe do governo sugestões para assinalar na Bélgica as celebrações henriquinas de 1960. Mas Salazar aprecia sobretudo a visita de Henri Massis, seu devotado de há muito, e recebe-o ainda no Forte do Estoril, onde prolonga a sua estadia neste final de Outono. Massis é um velho

amigo (1), e Salazar fala-lhe com franqueza. Massis encontra Salazar sorridente, mãos estendidas em gesto amistoso, com simplicidade; em torno de si, espalha uma espécie de paixão e de generosidade tristes; no seu perfil agudo, os traços parecem vincados pela meditação, pelo estudo; e do seu rosto magro, de lábios finos e músculos imóveis, emana um esforço de concentração. «*Está louco o mundo*», afirma Salazar, «*e no curso da história poucos períodos terão dado o espectáculo de uma perturbação mental tão profunda como aquela a que assistimos*». Vivem-se tempos apocalípticos, uma época de regressão, de transições violentas. Depois, o chefe do governo fala da sua preocupação pela África, e volta às ideias do seu discurso de há meses, de 23 de Maio. Está um vulcão o continente, e assiste-se à destruição de grandes conjuntos euro-africanos. «*Não me canso de repetir*», sublinha Oliveira Salazar, «*que a África é o complemento da Europa, indispensável à sua defesa, necessária à sua economia, o que quer dizer que uma grande parte do potencial europeu pode perder-se nos territórios africanos ou, o que é o mesmo, a Europa pode ser batida em África*». Acrescenta vivamente: «*Sem a África, a Europa e o Ocidente não poderão sobreviver*». Tudo em nome de quê? Do anticolonialismo. Esse anticolonialismo em que os russos possuem uma política própria e em que os Estados Unidos, lamenta Salazar, acabam por servir uma orientação contrária aos interesses ocidentais e aos seus próprios. «*Integrar os povos africanos na organização moral e jurídica das Nações Unidas é internacionalizar o problema, mas este não se resolve desta maneira*», remata Salazar neste particular. Mas o chefe do governo recebe então uma notícia que, nem por esperada, não deixa de o atristar: morre no Vimieiro, em 19 de Novembro, sua irmã Elisa. E tudo Salazar suspende para correr a Santa Comba, assistir ao funeral, e estar umas horas com suas irmãs sobrevivas. Mas a notícia pública que suscita curiosidade e motiva especulações é outra: correspondendo ao convite feito

(1) Ver volume IV, em vários passos, em especial, págs. 224 e 262-263. Nesta sua visita a Portugal, Massis profere no Círculo Eça de Queirós conferências sobre o Humanismo de Salazar e sobre Frederic Mistral.

pelos trabalhistas, Humberto Delgado chega a Londres, em 22 de Novembro de 1959, e logo no aeroporto realiza uma conferência de imprensa. Declara que confia numa *«revolta breve»* do Exército Português para derrubar o *«regime totalitário»*. Visita Hugh Gaitskell, chefe trabalhista, e Aneurin Bevan, cuja vinda a Lisboa para uma conferência fora proibida pelo governo português; e pronuncia uma palestra perante a comissão dos Negócios Estrangeiros do Partido. Nessa reunião, e em contactos com jornais britânicos, Delgado apela para a Inglaterra e os Estados Unidos, e solicita-lhes ajuda financeira; e repete que a via para destruir a *«ditadura»* somente se encontra numa revolta do Exército. Prepara-se um almoço em honra de Delgado no Clube Liberal Nacional; mas aquele adoece, é atacado de forte gripe; e não pode assistir. Do seu quarto no Saint Ermin's Hotel, escreve ao *Times* uma carta, que o jornal publica, em que agradece a recepção e se afirma um democrata. E segue para a Holanda. Por instruções de Lisboa, a embaixada de Portugal faz no *Foreign Office* os seus reparos à visita. Em resposta, são alegadas as tradições liberais da Grã-Bretanha, que a leva a acolher homens de todos os credos. Em Lisboa, a rádio e a imprensa perguntam, com ironia, se Delgado teria discursado no *Canto dos Oradores* em Hyde Park (1); e o *Diário de Notícias* publica um artigo de protesto. De seu lado, o *Times*, sob clara inspiração do *Foreign Office*, insere um quase lacónico editorial: em tom de desculpa, o jornal invoca também a longa tradição do liberalismo inglês para com exilados políticos de todos os credos, sem que isso implique, no caso actual, que o povo ou o governo britânicos aceitem os argumentos de Delgado ou condenem o regime português; e o interesse da visita de Delgado provém do facto de que, *«assim como a economia de Portugal se desenvolve sob o Dr. Salazar, a sua vida política parece também agitar-se»*. (2) E é então *A Voz*,

(1) Como se sabe, trata-se de um canto de Hyde Park que a polícia de Londres reserva a comícios de idealistas pitorescos, de loucos inofensivos, de utopistas desgarrados de todo o mundo, e que constituem atracção turística. Faz parte do folclore londrino.

(2) Alguns jornais britânicos, com notícias da estadia de Delgado, viram retardada a sua circulação em Lisboa, salvo o *Times*. Correu a notícia de que

de Lisboa, que por seu turno ataca o *Times*. Escreve: não pense o jornal britânico que para os portugueses fora embaraçosa a visita: apenas se estranha que houvesse sido tomado a sério aquele antigo oficial português: e, para que tudo seja reposto na perspectiva própria, confia-se no bom senso do povo britânico e no do governo de Sua Majestade. Entretanto, Delgado chega à Holanda, e é logo avisado pela polícia de que deve abster-se de actividade política. É assim apagada a visita aos Países Baixos; e quando pretende, conforme o plano inicial, passar a França, à Alemanha e à Suécia, Delgado verifica que os governos destes países lhe proibiram a entrada. Regressa ao Brasil.

Em meios portugueses produz impressão a estadia de Delgado em Inglaterra. Para alguns, o antigo candidato à Presidência da República dispõe de amigos no estrangeiro, apesar das proibições de alguns países europeus; e os oposicionistas avultam o caso, tecem especulações, e falam do apoio de que Delgado disfruta além fronteiras. De todos os modos, trata-se de mancha que embacia o regime. Para mais, e depois da partida de Delgado e Galvão, e além dos *asilados* na embaixada da Venezuela, mais indivíduos solicitam também *asilo político* em outras missões sul-americanas. Concedem-nos sobretudo os brasileiros, argentinos e venezuelanos; outros, em particular os mexicanos, recusam-se a colaborar na farsa. Para resolver o assunto, o governo português retoma junto do Brasil a sugestão de um tratado sobre a matéria; mas o Brasil não lhe dá seguimento. Lisboa assume então atitude dura, e final: não reconhece nenhum *asilo político*; e quem quer que se acolha a uma embaixada estrangeira permanecerá ali como seu *hóspede*, indefinidamente, até que essa embaixada o expulse ou decida sair por sua vontade (1). Todo o pro-

---

haviam sido apreendidos. Verificou-se depois que o atraso na distribuição proveio do facto de os importadores, por sua iniciativa, os haverem submetido à censura, antes de os porem à venda.

(1) Chegou a atingir largas proporções o número de asilados, e contaram-se por algumas dezenas os que se acolheram à embaixada do Brasil, que teve de alugar várias residências para os alojar. Passaram meses, nalguns casos mesmo anos. Foi-se ao ponto de pedirem asilo político indivíduos sem a menor actividade política: alienados, criminosos de direito comum, desem-

blema transpira para a opinião pública, onde é comentado, avolumado, distorcido; e conclui-se que os países da América do Sul se empenham em destruir o governo de Lisboa. E uma pergunta é lançada, de quando em quando, nos círculos políticos: que faz Henrique Galvão? Sabe-se apenas que, depois de um curto período em Buenos Aires, viaja por países da América do Sul, procurando congregar apoios dos governos e aliciar os portugueses residentes; mas é no Brasil que permanece mais longamente. Entretanto, Álvaro Lins, cuja demissão fora aceite, é substituído por Francisco Negrão de Lima, antigo ministro da Justiça e chanceler do Brasil, e figura destacada na sociedade brasileira. Através de tudo, uma notícia parece fundamentada: Delgado e Galvão estão desavindos: e com a desavença entre ambos cava-se o desentendimento entre os respectivos grupos ou partidários.

Se o governo se mostra eficaz no plano técnico e da administração, já no terreno da acção política parece indiferente, ou passivo. Salazar não se aparta da sua rotina: assiste ao *Te Deum* em homenagem a João XXIII; conversa prazenteiramente com o general Norstad, por quem sente alto apreço; quando Massis lhe vai apresentar as suas despedidas, o académico francês acha-o com a boa disposição habitual; e passa uma hora tranquila com Xavier Vallat, dos *Aspects de la France,* e também seu velho admirador. Mas dir-se-ia que pertencem à oposição, em exclusivo, as iniciativas, os gestos de audácia, os golpes de demagogia que mobilizam espíritos e aliciam a imaginação popular. Sentem-se perplexos alguns meios da *União Nacional* e outros círculos afectos ao governo e ao regime. E tudo é explorado pelos adversários políticos que ferem constantemente a mesma corda sensível: Oliveira Salazar está velho, exausto, ultrapassado: e sobretudo está só, e abúlico. Pela metrópole, ventos ciclónicos devastam regiões, sobretudo ao Norte, e Lisboa não se exime também aos seus efeitos.

---

pregados que resolviam instalar-se confortavelmente. Tudo se transformou em ridículo: as missões latino-americanas decidem então rejeitar todos os pedidos de asilo: e o problema acaba por si mesmo.

17

Continua na Haia, perante o Tribunal Internacional de Justiça, o debate entre Portugal e a União Indiana. É dado mais um passo no processo que se arrasta além de quatro anos. Apresentadas por ambas as partes as réplicas e as tréplicas, entregues os memoriais e os contramemoriais, está concluída a fase escrita. E nestes fins de 1959 são produzidas as alegações orais. De novo os advogados portugueses precisam a natureza e o conteúdo do pedido de Portugal: não se reivindicava uma parcela da soberania indiana no território situado entre Damão e os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli: e apenas se pretendia a passagem de uns territórios portugueses para os outros. Conservaria a Índia jurisdição total sobre o seu território, incluindo a faculdade de regulamentar as condições em que poderia realizar-se o trânsito português. Em refutação, os advogados de Nova Deli repetem argumentos das alegações escritas e destacam agora, em particular, o significado dos acontecimentos do Verão de 1954; a «*insurreição*» dos enclaves pusera fim à autoridade portuguesa, e por esse mesmo facto extinguira os títulos que Portugal acaso possuísse quanto a direito de passagem. Ao mesmo tempo, os representantes indianos formulam acusações contra a administração portuguesa, que seria opressiva e exploradora. Replicam os advogados de Portugal: aqueles argumentos não são de ordem jurídica mas factual ou política, e são portanto irrelevantes, além de que se não produzira uma «*insurreição*» mas um ataque organizado e lançado de fora: precisamente está em debate a violação de uma ordem jurídica que compete ao Tribunal repor. Escutadas as alegações das duas partes, o Tribunal declara que vai deliberar. Não marca data para sentença; mas nos círculos próximos do pretório indica-se uma demora de alguns meses, nunca antes de Março ou Abril de 1960. Até então, pensa-se em Lisboa, o primeiro-ministro Nehru está *politicamente* manietado no desígnio de conquistar Goa, Damão e Diu. Através de tudo, no entanto, continuam amiudados os incidentes na fronteira com a União Indiana; são de

todos os dias as declarações agressivas de responsáveis indianos, as ameaças, os actos de propaganda e intimidação junto das colónias goesas no estrangeiro; e de uma parte e doutra sucedem-se notas e memoriais de protesto e contraprotesto, atribuindo-se reciprocamente culpas e responsabilidades. Mas a opinião pública portuguesa toma já como rotina o conflito com a União Indiana, e por isso está generalizada a convicção de que o governo de Nova Deli não atacará territórios portugueses: trata-se de guerra de palavras que se diluirá a pouco e pouco.

Muito maior cuidado e emoção causam entre os portugueses os novos ataques desencadeados nas Nações Unidas contra o Ultramar. Está em curso a XIV Assembleia Geral que retoma o seu trabalho depois da partida de Krushev; e, sem embargo da derrota dos projectos de resolução apresentados na sessão anterior, os blocos afro-asiáticos e comunista voltam a terreiro, e de novo impugnam a posição do governo de Lisboa. Este mantém a mesma atitude: todos os territórios portugueses, porque possuem o mesmo estatuto constitucional, têm de ser havidos por autónomos, e independentes com a independência da Nação; nenhum tem assim vocação para independência separada; e nestas circunstâncias não cabe a Portugal prestar às Nações Unidas informações sobre qualquer território, tendo de considerar-se como intervenção em assuntos internos, e portanto contrária à Carta, qualquer atitude diferente assumida pelo organismo de Nova Iorque. Não podem conformar-se com a tese os países do terceiro mundo, nem o bloco comunista, sob pena de sofrer um rude golpe o movimento anticolonialista; e passar ao ataque, além de um imperativo ideológico e doutrinal, constitui sobretudo uma necessidade política e estratégica. Nas Assembleias anteriores, Portugal fora directamente agredido, e posto em causa o Ultramar português. Conseguira o gabinete de Lisboa mobilizar em seu favor os países ocidentais e a maioria dos países latino-americanos, e obtivera a neutralidade dos moderados da Ásia; e nessa base fora viável frustrar os ataques. Mudam agora de sistema os adversários. Decerto: nos discursos da Quarta Comissão (1) e nos debates da

(1) Recorde-se, como já foi acentuado anteriormente, que a Quarta Comissão era, das seis comissões por que se distribuia a Assembleia Geral quando

Assembleia não deixa Portugal de ser visado: e mais uma vez, repetidas até à saturação, são lançadas as acusações de colonialismo, exploração económica, imperialismo, opressão, genocídio, semelhantes outras. Mas no plano parlamentar e processual, a táctica usada é diversa: tratar-se-ia agora de examinar o problema no plano abstracto, da doutrina e dos princípios, sem ter em mente um país ou uma política; de elaborar um estudo teórico, isento e desapaixonado, quase científico, sobre a forma de interpretar e cumprir o artigo pertinente da Carta da ONU; de estabelecer enfim as grandes coordenadas teóricas; e firmadas estas seria depois fácil, sem debates acrimoniosos, enquadrar as realidades na nova lei que resultasse do trabalho feito. É neste sentido que afro-asiáticos e bloco comunista conduzem o ataque. Propõem a criação de um *comité especial* de seis membros, eleitos pela Assembleia, com o encargo de assentar as normas a observar na aplicação da Carta neste particular; pedem ao secretário-geral que prepare um extracto de opiniões expressas por governos e tratadistas que se hajam ocupado do assunto; e convidam todos os membros da ONU a comunicar por escrito os seus pontos de vista, para consideração pelo *comité dos seis*. E nesta base apresentam os adversários de Portugal um projecto de resolução. Como este não menciona Portugal, nem o ataca directamente, as solidariedades do passado julgam-se desobrigadas perante Lisboa, e correm a alinhar com o terceiro mundo, na esperança das suas boas graças em almoeda de popularidade; e é em vão que os delegados portugueses em Nova Iorque, e o governo de Lisboa junto de outros salientam a manobra em curso, que tem rigorosamente o mesmo objectivo dos anos anteriores, limitando-se a contornar alguns obstáculos. Depois de debate, áspero como no passado, e que se arrasta em tempo, e com a oposição cerrada dos representantes de Lisboa, o projecto afro-asiático é aprovado por larga maioria na Quarta Comissão.

Nos primeiros dias de Dezembro, a 6, Marcello Mathias parte em viagem oficial à Bélgica, com o objectivo de vivificar as relações externas portuguesas. No caminho, passa em Paris, e avista-se,

---

não funcionava em Plenário, aquela onde eram debatidos os problemas designados por coloniais.

a título privado, com Paul Henri Spaak, secretário-geral da NATO, e com Couve de Murville, ministro dos Estrangeiros da França. São ambos amigos velhos. De um lado e outro, há a compreensão para a atitude portuguesa na ONU; e Murville convida Mathias a visitar a França em data ulterior. Mas é em Bruxelas que Mathias tem confirmação, de forma autêntica, dos rumores sobre a próxima concessão de independência ao Congo Belga. Mathias avista-se com o primeiro-ministro Eyskens, com o ministro dos Estrangeiros Pierre de Wigny, e com o ministro das Colónias de Schrijver; e é recebido pelo rei Balduíno. Das conversas com os responsáveis belgas, Mathias conclui existirem graves divisões nos círculos políticos e no seio do governo belga quanto ao Congo; justamente por esse facto, o anterior ministro das Colónias, Van Hemmelrijck, fora substituído por Schrijver, que é partidário de uma independência apressada; no Congo, agitam-se com violência alguns elementos, sob a chefia de Patrice Lumumba, que reclama independência imediata, total e não por fases, e rejeita eleições prévias; em Bruxelas, nem o rei nem o governo encontram apoio para o uso da força no território; e como consequência de tudo, e de pressões múltiplas, em especial por parte de Washington, o gabinete belga é compelido a encurtar de trinta anos para um ano o prazo para outorgar a soberania ao Congo. Mathias fica apreensivo com a informação: prolonga-se por centenas de quilómetros a linha de fronteira entre o Congo Belga e Angola: em muitos troços são idênticas as etnias que habitam de um lado e outro: são intensas as relações comerciais e humanas entre os dois territórios: e assim que repercussão terá naquela província portuguesa a independência de um vizinho rico e poderoso onde, para mais, se hão-de jogar as forças e os interesses dos grandes movimentos internacionais e das grandes potências? Mathias formula uma pergunta: qual o destino da poderosa base militar e aérea que os belgas possuem em Kamina, não longe da fronteira portuguesa? Wigny é categórico: no tratado a celebrar com o Congo, a base permanecerá belga, com guarnição belga e sob exclusiva responsabilidade belga, durante vinte anos. Mathias fica estupefacto: Wigny parece acreditar ser possível o que está a dizer. Como gesto político, o ministro português convida o rei Balduíno a visitar Portugal, e o soberano aceita,

para época a fixar. No regresso a Lisboa, Mathias expõe a Salazar as conversas de Bruxelas e os projectos belgas sobre o Congo: os dois homens não têm dúvidas de que se vão abrir para Angola momentos cruciais.

Entretanto, em Nova Iorque, o debate do texto antiportuguês aprovado na Quarta Comissão transfere-se para o plenário da Assembleia; e, em termos mais breves mas igualmente ásperos, repetem-se as acusações e os ultrajes a Portugal. Submetido o texto a voto do Plenário, é aprovado, em 12 de Dezembro de 1959 (1). E a Assembleia elege os países que passam a constituir o *comité dos seis:* Índia, México, Marrocos, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos da América. Tem significado a escolha destes países: a Índia, dada a sua hostilidade a Portugal, não quis estar ausente num processo destinado a atacar e a desmantelar o Ultramar Português; o México é extremista no seu anticolonialismo, mas a sua inclusão satisfaz os latino-americanos, e ao espírito público é apresentado como um país que podia compreender Portugal; Marrocos simboliza todos os árabes, e tinha de ser havido como país moderado, vizinho de Portugal, sendo entre ambos normais as relações; e não eram a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos, amigos de Portugal e seus aliados no Pacto do Atlântico? Como podia o governo de Lisboa suscitar objecções contra a *comissão dos seis?* Mas no domínio dos factos os membros da comissão tinham sido escolhidos com má índole. Na verdade, a Índia carregava consigo todos os complexos anti-ocidentais e antiportugueses do primeiro-ministro Nehru, aguilhoado pela sua obsessão em conquistar Goa. Justamente, o presidente Eisenhower está neste momento em visita oficial à Índia; pressente os intuitos agressivos de Nehru contra Goa; e numa cerimónia em que é feito doutor *honoris causa* pela Universidade de Nova Deli,

---

(1) A resolução aprovada recebeu o n.º 1467 (XIV). Fora votada na Quarta Comissão por 53 votos a favor, 9 contra, 15 abstenções. Foi votada no Plenário por 54 votos a favor, 5 contra, e 15 abstenções. No Plenário votaram *contra* a resolução e *portanto a favor* de Portugal os seguintes países: Peru, África do Sul, Bélgica, França e naturalmente Portugal. Brasil, Chile, Honduras e Luxemburgo, que na Comissão haviam votado contra a resolução, alteraram a sua atitude no Plenário, ausentando-se.

o presidente dos Estados Unidos diz publicamente ao primeiro-ministro que *«é melhor perder uma questão num tribunal mas ganhar um mundo em paz e de harmonia com a lei»*. No mais, o México é um país latino-americano, sem dúvida, mas representa entre todos os latino-americanos o mais radical anticolonialismo; Marrocos é moderado na aparência mas não iria decerto, por causa de Portugal, prejudicar a sua imagem junto dos outros países árabes; a Holanda tem o pavor de ver reaberta a questão das Antilhas Neerlandesas (1) e para o evitar não dá um passo que possa desagradar aos afro-asiáticos; e a Inglaterra e os Estados Unidos, embora possam prevenir na comissão a tomada de decisões extremas, não alteram decerto a sua política de apoio ao que a ONU considera autodeterminação dos povos, prejudicando por esse facto objectivos globais de Londres e Washington. Todos estes aspectos são compreendidos por Lisboa, e os delegados portugueses em Nova Iorque, além de votar contra a resolução, exprimem desde logo todas as reservas sobre as conclusões da *comissão dos seis*.

Como em anos anteriores, de novo há na opinião pública portuguesa um sentimento de repúdio e mesmo de indignação. Alguns julgam que diminuiu a virulência do ataque, porque Portugal não é directamente mencionado nos textos; e outros raros, mais esclarecidos, compreendem o alcance do que foi votado em Nova Iorque, e estão apreensivos com a amplitude do movimento anticolonialista. Não deixam os oposicionistas de explorar os debates nas Nações Unidas: de tudo são culpados o governo de Lisboa pela sua política e o regime pelo seu carácter opressivo e não democrático: e apenas a estes dois factores, e a nenhuns outros, se deve a atitude da ONU contra o Ultramar Português. Na imprensa portuguesa, da metrópole e do ultramar, é todavia muito viva a reacção: Portugal é réu de nada. Por outro lado, dir-se-ia que

---

(1) Colónias holandesas na América Central. Anos atrás, antes do movimento anticolonialista, e de harmonia com os critérios então vigentes, as Nações Unidas haviam aceite que as Antilhas Neerlandesas tinham atingido a autonomia e faziam *parte integrante* do Reino da Holanda, pelo que esta não tinha mais obrigação de prestar informações à ONU. Mas se as Nações Unidas quisessem, podiam resolver aplicar àqueles territórios os novos critérios que queriam aplicar a Portugal, e todo o problema seria reaberto. Daí o pavor da Holanda.

no seio da comunidade portuguesa a vida se processa à margem da ONU. Salazar não modifica os seus hábitos, nem altera os seus passos; informa a Assembleia Nacional de que o governo prepara uma Lei de Imprensa; e como o metropolitano de Lisboa está prestes a ser inaugurado, Salazar visita-o, e viaja no comboio da Rotunda a Entre-Campos e no regresso desce nos Restauradores. Pelo ministério do Interior, em nota oficiosa, são postos em ridículo os *asilados* nas embaixadas estrangeiras; e Palmira Bastos é condecorada com a Ordem de Santiago de Espada.

Paralelamente, as atenções são desviadas para outro problema: o da divisão da Europa em dois blocos económicos. Estão preocupados círculos portugueses da economia, do comércio e das finanças. Depois de um entusiasmo inicial pelo *mercado comum,* e perante o desenvolvimento deste, começam a ser melhor compreendidos, por se tornarem mais aparentes, a natureza e o objectivo daquele. Na essência das coisas, o *mercado comum* é uma construção franco-alemã em que os dois países se vigiam com *reserva mental* recíproca: a França quer manter a partilha da Alemanha, como enfraquecimento permanente desta; a Alemanha pretende, através da sua poderosa economia, conquistar uma ascendência sobre a França; e ambas aspiram à hegemonia na Europa. Todos os países europeus periféricos *esfriam* no seu interesse inicial pelo *mercado comum.* Em especial a Inglaterra vê neste um atentado às suas instituições políticas, um obstáculo às suas relações privilegiadas com os Estados Unidos, um corte dos seus vínculos políticos e económicos com a comunidade britânica. Sentem receios análogos, por motivos de cada um, países como a Suécia ou a Noruega, a Suíça ou a Áustria. Congregam-se todos e elaboram a *Convenção de Estocolmo* que cria a *Associação Europeia de Comércio Livre;* e esta apresenta-se perante o *mercado comum* como um bloco concorrencial e de desafio.

Em repetidos Conselhos de Ministros, Oliveira Salazar debate o problema. Está dividido o gabinete: há uma *corrente europeia,* há uma *corrente ultramarinista.* Para a primeira, Portugal deve mesmo solicitar a admissão no *mercado comum:* seria a participação na riqueza de uma Europa altamente desenvolvida. Para a segunda, é perigoso abandonar a posição histórica de Portugal, sempre de costas para o continente e de frente para o mar. Salazar

considera que o enquadramento de Portugal se assemelha ao da Grã-Bretanha. Para o chefe do governo, é de afastar uma opção somente europeia, que implique o abandono do Ultramar ou em que este fique ao dispor e aberto aos interesses económicos do mercado comum, que em pouco seriam dominantes; noutro plano, Oliveira Salazar vê que a economia portuguesa não poderia resistir aos propósitos integracionistas do *mercado comum;* a participação, por si mesma, não trará para Portugal qualquer benefício, quando é certo que há vastas regiões, de paises membros, e que continuam pobres; quando se der a reunificação da Alemanha, poderá desaparecer o *mercado comum* e Portugal iria aceitar servidões permanentes por uma construção efémera; e este facto seria grave, e levaria ao sacrifício da própria independência portuguesa, se a Espanha se tornasse também membro, dada a superioridade da economia espanhola e uma vez que a economia mais fraca, se desprotegida por barreiras pautais, fica à mercê da mais poderosa. Além de tudo, se Portugal tem grandes interesses comerciais nos países do *mercado comum,* também os tem nos de Estocolmo; é entre estes que se apresentam mais largas possibilidades de expandir mercados consumidores; não é viável harmonizar com as exigências do *mercado comum* as políticas fiscal, social e económica; ao invés do que impõe o *mercado comum,* não é possível dispensar protecção pautal se se quiser firmar em bases sólidas e desenvolver uma indústria portuguesa moderna e competitiva; e assim o crescimento industrial português ficaria asfixiado, e o país condenado a viver de uma terra escassa e sáfara e em crónico subemprego rural. Em face de todos estes aspectos, Oliveira Salazar entende que se impõe uma opção: aderir à *Convenção de Estocolmo* ou *zona do comércio livre.* Apresentam os ministros da corrente europeia, como Ferreira Dias, que é apoiado pelo secretário de Estado do Comércio, Correia de Oliveira, algumas objecções: os grandes investimentos e a grande tecnologia provêm do *mercado comum.* Respondem os da corrente contrária: não é rigorosamente assim: e trata-se de aspectos conjunturais que não podem sobrepor-se a interesses permanentes do país. E o Conselho de Ministros resolve a adesão de Portugal à *Convenção de Estocolmo.* Em 30 de Dezembro de 1959

é assinada em Lisboa a acessão de Portugal àquele Tratado (1).

Sem embargo dos acontecimentos externos que respeitam a Portugal, a opinião pública portuguesa continua neste final de ano perturbada pelos rumores, intrigas e vicissitudes da política interna. De novo são julgados elementos de extrema-esquerda, de obediência comunista, e cerca de treze pessoas são condenadas a penas de dezoito meses a dois anos e meio de cadeia, com suspensão de três anos quanto a alguns, e privação de direitos políticos por quinze anos quanto a todos. Agitam-se alguns círculos políticos: os do governo julgam benévolas as sentenças: e os oposicionistas apontam o facto como exemplo da opressão do regime. E a mesma cisão de pareceres se produz quando se consideram medidas disciplinares a aplicar a Humberto Delgado, pela sua actividade no estrangeiro. Clamam os oposicionistas que o governo persiste no caminho da vingança; mas muitos partidários do regime aventam mesmo que Delgado deveria ser privado da nacionalidade, por serem antiportuguesas as suas atitudes. Oliveira Salazar, no entanto, julga que se devem evitar medidas extremas, e em aturada correspondência com alguns ministros — Obras Públicas, Estrangeiros, Educação Nacional — está sobretudo preocupado com as celebrações do IV Centenário da morte do Infante D. Henrique, a realizar no decurso de 1960.

18

É sempre grave a crise mundial, e na esquina de 1959 para 1960 tudo parece enredado em desorientação perigosa. Como factor central, está a truculência imprevisível da política soviética conduzida por Krushev. Concertam-se entre si os responsáveis ocidentais. Adenauer visita Londres para conferenciar com MacMillan,

(1) Essa acessão é assinada formalmente por todos os governos apenas em 4 de Janeiro de 1960. À Associação Europeia de Comércio Livre ficam a pertencer sete países: Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Reino Unido e Suíça.

triunfante nas últimas eleições gerais; e depois procura consolidar em Paris, com o presidente De Gaulle, uma nova colaboração franco-germânica. Por seu lado, Dwight Eisenhower empenha-se em reforçar a *imagem* externa dos Estados Unidos e em persuadir outros governos e povos do poderio e da resolução americana de se opor ao expansionismo russo. Contra os protestos do Partido Comunista Italiano, visita a Itália, onde a esquadra americana do Mediterrâneo usa importantes bases, e reafirma a aliança entre os dois países; conclui a sua viagem pelo subcontinente indiano e é recebido no Afganistão e no Paquistão, com vivo clamor de Moscovo, que acusa Washington de cercar a União Soviética; e no retorno da Ásia, Eisenhower passa ainda pela Grécia, Espanha, Marrocos. E justamente quando Portugal assina a *Convenção de Estocolmo* reúne-se em Paris uma conferência da mais alta hierarquia ocidental: De Gaulle, MacMillan, Eisenhower, Adenauer. É tomada uma decisão básica: convidar Krushev para se encontrar com aqueles quatro homens na próxima Primavera, deste ano de 1960, em Paris. Em princípio, o chefe soviético aceita. Mas de toda esta agitação, é no continente africano que, de momento, são mais vastas as repercussões. Ponto nevrálgico da África Negra, o Congo Belga concita as atenções das grandes forças políticas e económicas internacionais, e o território está dilacerado por lutas internas que reflectem a rivalidade entre as potências. Sobem de tom as reivindicações dos nacionalistas congoleses; o governo de Bruxelas sente dificuldade em manter a ordem pública, e a administração é já uma sombra que não tem vigor nem impõe respeito; o prazo de um ano para a independência é havido pelos congoleses extremistas como demasiado; e quando o rei Balduíno visita o Congo, escuta do chefe radical Patrice Lumumba palavras humilhantes, e é vítima de violência física. Todo o Congo Belga é uma fogueira imensa, e é a jorros o ódio contra os belgas, os europeus, os brancos. Por causa do Congo Belga, e da avidez das potências em seu derredor, parece o mundo a ponto de se precipitar numa guerra. E nos primeiros dias de Janeiro de 1960, o primeiro-ministro MacMillan parte para uma longa, demorada viagem pelos domínios britânicos em África. Por seu lado, o presidente De Gaulle indica que se prepara para uma viragem na política africana da França. Surgem sinais de uma eventual *comu-*

nidade francesa englobando todos os territórios da África Ocidental e Equatorial francesa: De Gaulle parece assumir o papel de grande descolonizador que no entanto se propõe manter sob hegemonia e direcção de Paris os novos Estados que possam ser criados: mas a guerra da Argélia, e a paixão que esta suscita na metrópole francesa, embaraçam De Gaulle na nova linha política. E mais do que nunca, no duelo leste-oeste, a África se transforma em pedra decisiva: para uns e para outros, manter a África na sua órbita ou conquistá-la para a sua esfera política, económica e militar, passam a constituir objectivos de alta prioridade: e os povos africanos, compreendendo-o, sentem renovado impulso para aproveitar a fundo a situação mundial. Entretanto, para agravar as dificuldades gerais, Fidel de Castro declara-se em Cuba abertamente marxista, proclama um Estado comunista: e o mundo atenta estupefacto na existência de um país socialista à ilharga dos poderosos Estados Unidos.

19

Naquele mês de Janeiro de 1960, Oliveira Salazar está particularmente activo. Preocupa-o a visita que o ministro da Presidência, Pedro Theotónio, vai fazer a Goa e ao Paquistão: conversam longamente os dois homens: e quando o ministro parte, está habilitado com todo o quadro político, interno e externo, que rodeia o problema de Goa. A este tempo é recebida uma carta de Juscelino Kubitschek para Thomaz: anuncia que o Poder Legislativo brasileiro o autorizou a deslocar-se a Portugal, no decurso de 1960, para participar nas celebrações henriquinas, como expressão «*da fidelidade da Pátria às suas origens e à ufania do passado comum*». Salazar atribui significado ao gesto brasileiro: para além dos aspectos sentimentais, o Brasil está a notificar os latino-americanos e sobretudo os Estados Unidos de que, na sua política externa, é importante o espaço ocupado por Portugal, de que se considera solidário. Mas logo Oliveira Salazar é solicitado por visitantes estrangeiros. É Jacques Chastenet, homem da

história e da Academia Francesa, que se ocupa com o chefe do governo das relações leste-oeste. Depois, é Franz Joseph Strauss, ministro da Defesa da Alemanha Federal e figura dominante na política da Baviera, que visita Lisboa a título oficial, por convite de Botelho Moniz. É prolongada e franca a conversa entre Strauss e o chefe do governo: o ministro alemão reconhece a importância estratégica de Portugal, afirma a decisão germânica de auxiliar a política portuguesa em África, promete ajuda económica directa ou através do aumento de compras alemãs de munições e armas ligeiras de fabrico português: e Salazar mantém as facilidades de que a Alemanha deseja usar em Portugal para treino de homens e experiência de material. Dias mais tarde, é André de Staerck, representante belga na NATO e protegido político de Spaak, que vem informar o chefe do governo das minúcias da política interna belga: e expõe o drama do rei Balduíno por causa do Congo, a angústia de alguns políticos belgas que pressentem a perda do território sem que o povo belga pareça dar-se conta: e assegura que Spaak continua fiel à amizade antiga por Salazar. E no fim de Janeiro, a 29, vem a Lisboa outro visitante de marca: é Dag Hammarskjold, secretário-geral das Nações Unidas. Muito orientado pela política dos Estados Unidos, é a essa luz que Hammarskjold encara a atitude portuguesa em África: mas o secretário-geral é homem frio, já experimentado, de maneiras acabadas: e, evitado um confronto, a conversa entre os dois homens cinge-se às generalidades em que há acordo, não sem que Salazar deixe cair uma palavra de reprovação pelos atropelos afro-asiáticos, que Hammarskjold desculpa pela imaturidade: mas a entrevista é fácil e corredia. Pouco mais de uma hora dedica Salazar ao secretário-geral. Muito mais tempo consagra a Arnold Toynbee. Este vem para proferir conferências nos Altos Estudos Militares; mas pede audiência ao chefe do governo. Salazar tem pelo grande ensaísta e especulador da história um apreço de excepção, e recebe-o sem limite de horas. Recai sobre a cultura e o espírito a fala de ambos, e Salazar escuta o elogio que Toynbee faz da obra portuguesa em África, que incita a prosseguir.

Na superfície, e ao observador de acaso, decorre normalmente o dia-a-dia dos portugueses. Pelos ataques na ONU, fora viva a emoção, mas fugaz; e agora é o regresso à *habitualidade*, tão do agrado

de Salazar. Nos subterrâneos da sociedade, todavia, mantém-se acesa a luta, ainda que surda. Destacados elementos do Partido Comunista fogem da prisão, e entre eles sobressai Álvaro Cunhal, personalidade vincada, chefe histórico e carismático do movimento; e na opinião pública circulam rumores de agitação generalizada, ou de conivência da polícia política, ou de cumplicidade de homens que se dizem afectos ao governo. Depois, é o julgamento de elementos havidos como subversivos, e que são condenados a penas que oscilam entre oito meses e dois anos de cadeia, com perda de direitos políticos por dez anos. Nota a polícia alguma excitação entre o pessoal da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, e apreende panfletos de propaganda política que circulam nas oficinas e nos depósitos de material; e também parece haver perturbação entre os operários comerciais do Porto e de Matosinhos. Em inícios de Fevereiro, novos julgamentos de autores de actividades revolucionárias provocam comentários no público. Mais grave, no entanto, se apresenta o estado de espírito que, segundo a polícia, lavra entre alguns oficiais do Exército. Seriam múltiplas as causas: insatisfação com a atitude do ministro da Defesa, Botelho Moniz, que desejariam mais ousado e agressivo; solidariedade para com os oficiais envolvidos na conspiração abortada em Março de 1959; discordância frontal da política do governo; e nalguns o ressentimento, ou o despeito, ou a ambição frustrada. Através de tudo são acompanhados com curiosidade os movimentos de Delgado e Galvão: incessantemente, estes cruzam os países da América do Sul: e fala-se de uma rede conspiratória que estariam a organizar dentro do país. E Lisboa corre, açodada e divertida, a utilizar o novo metropolitano de Lisboa que acaba de ser inaugurado e aberto ao público.

Continua o primeiro-ministro MacMillan a sua digressão política pela África britânica e conferencia demoradamente com os principais vultos que, com apoio tribal, se apresentam como chefes nacionalistas; e demora-se pela Serra Leoa, pela Costa do Ouro (1), pela Nigéria. Em Salisbúria, e contra a opinião do primeiro-ministro Roy Wellensky, chefe do governo local, Mac-

(1) Futura República de Gana.

Millan conclui pela necessidade de dissolver a Federação das Rodésias e Niassalândia e de criar, para substituir aquela construção política, os Estados da Rodésia do Norte, da Rodésia do Sul e da Niassalândia (1). Mas é na sua visita à União da África do Sul que o primeiro-ministro britânico causa sensação e surpresa, numa atitude do maior alcance político. Discursando em 13 de Fevereiro de 1960 perante o parlamento sul-africano, na Cidade do Cabo, MacMillan diz: «*De todas as impressões que recebi desde que deixei Londres há um mês, a mais profunda respeita à força da consciência nacional africana. Toma formas diversas em diferentes locais, mas verifica-se por toda a parte. O vento da mudança sopra através do continente. Quer seja ou não do nosso agrado, este surto da consciência nacional constitui um facto político. Todos temos dè o aceitar como um facto. As nossas políticas nacionais têm de o tomar em consideração*». A estas palavras reage com vigor o governo da África do Sul: o primeiro-ministro Verwoerd e o ministro dos Estrangeiros Eric Low consideram que MacMillan veio apoiar a maioria negra contra a política de *apartheid* e, por essa via, interferiu abusivamente em problemas internos da África do Sul: e tornam-se tensas as relações entre Pretória e Londres. Mas por toda a África negra é aplaudido e celebrado o discurso de MacMillan; entram no vocabulário político as expressões de «*consciência nacional africana*» e «*vento da mudança*», que passam a ter uso diário desde os círculos da ONU até aos governos de todos os países, e são adoptadas pelo terceiro mundo como chaves sagradas para abrir novos horizontes; e pelo continente africano erra e vibra um levantamento, uma ebulição, um ânimo de cruzada que quer destruir tudo, reivindicar tudo, formar o centro de tudo, invocando direitos novos e nova legitimidade.

Em Lisboa, Oliveira Salazar dedica atenção concentrada ao contínuo agravamento dos problemas de África, e à tempestade que varre o continente. Fiel à sua tese antiga, sobre a complementaridade entre a Europa e a África, o chefe do governo português vê na atitude da Inglaterra, da França e da Bélgica, um golpe

(1) Que seriam, respectivamente, as Repúblicas da Zâmbia, do Zimbabwe e do Malawi.

profundo na política euro-africana; e tudo pode ser destruído por uma atitude dos Estados Unidos, que é hesitante e não sabe compensar nem travar a hostilidade da União Soviética e a intervenção ideológica que esta pratica por toda a parte. Para mais, tudo está envolto por um clima emocional que perturba os espíritos, cega a razão dos homens e desencadeia um racismo negro virulento e radical como jamais o fora o racismo branco. Além dos perigos para o Ocidente, todavia, Salazar considera sobretudo os perigos para Portugal. Com a independência dos territórios vizinhos de Angola e de Moçambique, surge a insegurança de extensas fronteiras, que ficam abertas à infiltração de homens, material de propaganda, armas, para mais facilitada em muitas áreas por pertencerem à mesma tribo populações de um lado e outro da raia; tornados independentes esses vizinhos, é de presumir que o caos, a desordem, o racismo, levem os elementos brancos a abandonar os seus haveres e posições, e a fugir, e essa circunstância não deixará de influenciar e acaso de lançar algum pânico nos portugueses brancos de Angola e Moçambique. E tendo a Grã-Bretanha alterado a sua política, como acaba de o anunciar MacMillan, e sendo de crer que a França se apresta a adoptar orientação semelhante, é inevitável que influenciem a atitude de outros países ocidentais: estes, embora sem responsabilidades directas em África, serão levados a assumir, no plano dos princípios e na ONU, uma posição que terá de ser hostil à política portuguesa; e assim, além de dificuldades com Londres e acaso com Paris, serão de prever atritos com os demais membros da NATO, e acima de tudo com os Estados Unidos. Haverá então de tornar-se emaranhada e complexa a situação de Portugal, e tudo quanto está acontecendo será decerto aproveitado por muitos como preparação para ataque em força. Aos seus colaboradores, Salazar aparece sereno, lúcido, tranquilo, como imune à realidade que corre ao seu lado, como alheio aos homens e às coisas. E diz: *«Olho, e à minha volta só vejo nevoeiro»*.

20

Em 14 de Fevereiro de 1960, Marcello Mathias parte em viagem oficial a Madrid. Recebe-o Fernando Maria Castiella, ministro das Relações Exteriores de Espanha, e um dos homens que representam a tradição imperial espanhola mais activa e que considera como mentira política, a corrigir, a divisão da Península em dois Estados independentes e soberanos. Mas Castiella acolhe Mathias com o grande aparato de hospitalidade sumptuosa e sob a capa de uma fraternidade luso-espanhola. Reafirma-se o *Pacto Peninsular;* recorda-se a guerra civil e a ajuda vital do governo de Lisboa; Mathias convida a Espanha a participar das *Comemorações Henriquinas;* Castiella sublinha os laços da Península com a América Latina; Mathias acentua a comunidade luso-brasileira como realidade diversa e autónoma da comunidade hispano-americana; e se Castiella vinca a fraternidade entre a Espanha e Portugal, Mathias destaca a independência de ambos, o carácter inviolável e permanente da fronteira, a personalidade irredutível de cada país, o repúdio de qualquer ambição castelhana de iberismo. Mathias é recebido pelo *caudilho* de Espanha, Francisco Franco, e este exprime o desejo de um encontro com Oliveira Salazar. Regressado Mathias, logo é anunciada uma sua visita oficial a Inglaterra (1).

Neste tempo está já activo Negrão de Lima em Lisboa. Negrão é homem de encanto pessoal, tem o culto das boas maneiras e do compromisso, só deseja em torno de si uma atmosfera sem atritos nem problemas; é sincero amigo dos portugueses e de Portugal;

---

(1) Não é ocasional este paralelismo de visitas. Foi sempre política tradicional da Espanha separar Portugal da Grã-Bretanha, por ver na aliança luso-britânica um impedimento a uma *fraternidade* peninsular a caminho do *iberismo.* Indo a Madrid e depois a Londres, Mathias significou o desejo de boas relações com a Espanha e reafirmou ao mesmo tempo a política de aliança com a Inglaterra, nos termos que sempre desagradam a Madrid. É a posição portuguesa de sempre.

e no seu íntimo é um moderado e um conservador. Desde logo o problema dos *asilados* na Embaixada do Brasil toma outra cor: o novo embaixador torna mais austeras as condições materiais de vida dos *hóspedes,* que assim se apresentam menos atraentes a futuros *asilados,* e corta-lhes os contactos e ligações com o exterior. Na opinião pública é já escassa a curiosidade que causa o problema. Mas suscita sensação a chegada a Lisboa de um representante diplomático do governo de Cuba, enviado por Fidel de Castro, e que é acreditado junto do gabinete português. Circulam interpretações contraditórias: para uns, trata-se de uma viragem subtil na política externa de Oliveira Salazar, que assim revelava flexibilidade e realismo; para outros, o gesto constitui uma expressão de desagrado e aviso para os Estados Unidos; mas tanto os círculos oposicionistas como os homens da *União Nacional* se sentem, por razões contrárias, surpreendidos e embaraçados. Justamente, Veiga de Macedo e Castro Fernandes acabam de relançar a actividade do *Centro de Estudos Político-Sociais* da *União Nacional,* e o anticomunismo estrutural do regime tem de ser conciliado com as relações luso-cubanas naquele momento. De novo há perplexidade em ambos os sectores, dias após: chega a Lisboa uma larga missão parlamentar mexicana, sob a chefia do senador Manuel Sanchez: e este, homem radical e expressão de um regime radical, declara a sua admiração pelo gabinete de Lisboa, o seu desejo de melhor compreensão recíproca, e o seu propósito de expandir as relações comerciais, económicas e culturais entre o México e Portugal. Mas outro ponto recebe também atenção, em especial dos círculos ultramarinos: correm boatos de que existe em Angola, sobretudo em Luanda, um mau estado de espírito, de insatisfação indefinida, de agitação sem propósito apurado. Como precaução, o ministro da Marinha desloca para a província alguns navios de guerra; e o *Diário de Notícias, O Século,* o *Diário da Manhã* procuram sossegar a opinião pública, negam fundamento aos rumores, que atribuem a manobras da oposição. Salazar está preocupado. Conselheiros e amigos políticos insistem em que o chefe do governo se dirija aos portugueses mais amiúde; mas aquele sustenta que nada tem para dizer de novo, e acima de tudo confessa a sua *falta de pachorra.* Segue com atenção, no entanto, as notícias de Angola,

e cuida com Lopes Alves da reorganização do seu governo. Para o efeito, é escolhido um novo governador-geral, e este é Álvaro da Silva Tavares, que por este motivo deixa vago o cargo de subsecretário de Estado da Administração Ultramarina; e chegado a Luanda, Silva Tavares acentua o interesse do governo central pelos assuntos da provincia, e restabelece alguma acalmia política. Mas convém agora preencher o cargo de subsecretário: por quem? Fixa-se Salazar em Adriano Moreira (1). Trata-se de homem novo, ideologicamente oriundo da esquerda moderada, de alta inteligência, de cultura política acima do comum, e que granjeara alguma fama como estudioso de questões ultramarinas; e além disso é nome que nos sectores políticos não aparece ligado a interesses ou forças económicas, nem é tido por *queimado* por actividades dentro do regime. Moreira aceita; mas a escolha causa sensação em círculos ultramarinos e militares, e mesmo alguma perplexidade. Nos primeiros dias de Março de 1960, a 3, assume funções o novo subsecretário. Em discurso de posse, acentua Moreira: «*a vontade nacional tem-se revelado fiel às responsabilidades históricas do país*» e «*não nos é permitido fazer menos e já é uma força muito grande sabermos claramente qual é o nosso dever*». Mas neste momento Lisboa e Portugal metropolitano estão em sobressalto, quase em terror: acaba de chegar notícia de que na noite de 2 para 3 um terramoto medonho arrasara a cidade marroquina de Agadir: fizera dezenas de milhares de mortos e feridos, e deixara outros tantos por estropiados, ou sem abrigo e sem pão. Logo explicam os sábios que Agadir faz parte do mesmo anel de fogo sísmico a que pertence Lisboa, e espalha-se algum pânico, no pavor de que se abata sobre o país maldição parecida com a de 1755. Sentem-se alguns abalos, sobretudo ao sul do Tejo. Apresenta o governo português condolências ao rei de Marrocos; e organizam-se muitos socorros para os sobreviventes de Agadir. Mas nada acontece em Portugal; e para alguns são mais preocupantes as inundações que estão a apoquentar o Ribatejo. Para o governo, porém, tudo segue sem alteração: no dia 3 de Março, em sessão solene na Assembleia Nacional

(1) De seu nome completo Adriano José Alves Moreira.

presidida por Thomaz, e com um *Te Deum* nos Jerónimos celebrado por Cerejeira, iniciam-se oficialmente as *Celebrações Henriquinas.*

Em 8 de Março, Marcello Mathias parte na sua visita oficial a Londres. É acolhido nas tradicionais instituições britânicas e luso-britânicas: a *City,* centro financeiro do mundo; o Banco *Baring Brothers,* instituição velha de mais de século e há muitas décadas banqueiros do Estado português na praça de Londres; o *Anglo-Portuguese Bank,* a que estão ligados interesses financeiros portugueses; a *Anglo-Portuguese Society,* que tenta sempre acomodar interesses britânicos e portugueses; a *Apsley House,* que foi residência do duque de Wellington e onde se conservam memórias portuguesas, desde as condecorações atribuídas ao duque pelo rei de Portugal até aos quadros e esculturas de Domingos Sequeira. Almoça Mathias com deputados conservadores e trabalhistas na Câmara dos Comuns. Avista-se demoradamente com MacMillan no seu gabinete no parlamento, e encontra o primeiro-ministro apreensivo pela situação internacional e preocupado com a sua próxima visita a Paris, para onde está prevista, uma semana mais tarde, a chegada de Krushev, numa fase crucial das relações leste-oeste; e sobre as relações bilaterais luso-britânicas mostra-se MacMillan distante, frio, acaso desinteressado, talvez lembrado do seu discurso sobre os ventos da mudança proferido no seu périplo africano de há pouco. Mais caloroso se apresenta Selwyn Lloyd, secretário de Estado no *Foreign Office.* Sem embargo da nova política africana enunciada pela primeiro-ministro, Lloyd não esconde a sua compreensão pela *tipicidade* do caso português, e promete o apoio possível no plano internacional, em particular nas Nações Unidas; e o secretário de Estado atribui importância relevante à antiga, tradicional aliança entre Portugal e a Inglaterra. Pelas atitudes tomadas e as afirmações feitas, em discursos e na imprensa, com a visita de Mathias são alcançados os objectivos políticos que se pretendiam: mostrar o bom relacionamento externo de Portugal, calar críticas internas dos oposicionistas, equilibrar a viagem a Madrid.

Volta Mathias a Lisboa, e logo se empenha num outro objectivo. Tem o chefe de Estado americano, Eisenhower, aprazada uma deslocação à Europa, justamente para participar na confe-

rência cimeira de Paris; e a Mathias ocorre aproveitar o momento para provocar a vinda de Eisenhower a Portugal. Neste intuito, com a aprovação de Thomaz e de Salazar, é feito o apropriado convite junto da embaixada americana em Lisboa, e em Washington também: no seu regresso de Paris, o presidente dos Estados Unidos poderia descer em Lisboa e demorar-se pelo tempo que quiser. É aceite por Eisenhower o convite, e logo é anunciado ao público. Considera a oposição que o governo norte-americano está traindo a causa da liberdade em Portugal, e algumas cartas de protesto são dirigidas a Elbrick; mas o gabinete americano não modifica a sua decisão. Entretanto, passa por Lisboa o presidente do Peru, Manuel Prado, com quem Salazar conversa longamente em Belém; e o chefe do governo recebe um largo grupo de portugueses de Goa, e diz-lhes: «*Não estais sós, convosco está a nação inteira*». Mas nestes fins de Março de 1960, o chefe do governo está sobretudo ocupado em responder, por escrito, às perguntas que lhe foram submetidas por jornais estrangeiros.

Por parte do *Corriere della Sera*, de Milão, o jornalista italiano Indro Montanelli faz numerosas perguntas. O que é o salazarismo? é este um regime totalitário de modelo fascista? Responde Salazar: não há salazarismo; há um regime estruturado que pode subsistir «*por si e sem mim*». Importa não confundir uma presença física, ou uma confiança, ou um apoio da Nação, com poderes constitucionais de governo, que não existem. Não: «*nem poder pessoal nem Estado totalitário*». E Salazar recorda que, em 1934, enquanto pela Europa triunfavam o nazismo e o fascismo, escrevera palavras claras sobre a matéria, que agora cita a Montanelli: «*é preciso afastar de nós o impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário*»; «*o Estado que subordinasse tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça por ele representada, na moral, no direito, na política e na economia, apresentar-se-ia como ser omnipotente, princípio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas, e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecedera os regimes liberais, porque ao menos esse outro não se desligara do destino humano*» (1). De modo que em Portugal, conclui

(1) Esta passagem, agora de novo invocada por Salazar e dita em discurso

o chefe do governo, há apenas um Estado nacional e autoritário. E Montanelli pergunta: quais as relações entre o Estado e a Igreja em Portugal? Portugal é um país católico, ou pelo menos o catolicismo constitui a formação religiosa básica do povo português, ainda que este se revele na vida civil um tanto ou quanto anticlerical. Este duplo facto explica que se haja adoptado o regime de uma *«concordata de separação»*, ou seja, de uma separação acordada com Roma; e Pio XII considerava a concordata portuguesa de 1940 como modelo que desejaria copiado por outros Estados. Este regime, porém, não vai sem riscos *«em tempos em que alguns homens da Igreja estão a sentir-se solicitados por aspirações de intervencionismo na vida política»; «há os padres jovens que vão a Roma estudar e de lá voltam com vontade louca de remexer na política»; «esses não me perdoam tê-los longe desta tentação e não compreendem que o faço também para o bem deles»; «não têm o sentido do Estado e arruiná-lo-iam se dele se apoderassem, e na sua inevitável catástrofe arrastariam também a Igreja»; «enquanto eu estiver aqui, isso não acontecerá»;* tudo isso apenas representaria desvio do *«bom caminho»;* e em Portugal, *«ressalvado o veredicto moral de que a Igreja é depositária, não parece que houvesse vantagem em imiscuir-se a Igreja, como tal, na política e na governação do país, onde só interviria com prejuízo da sua função, da unidade da consciência religiosa e portanto do bem comum».* Montanelli continua: não conhecia Salazar, este produz-lhe uma impressão de *extraordinária frescura:* qual o segredo dessa vitalidade e qual a *filosofia do poder* adquirida ao cabo de trinta anos? Sim, replica Salazar, o poder corrompe os homens, como os corrompe a riqueza: o poder degenera em prepotência, a riqueza transforma-se em jactância e dissipação. Há que procurar um equilíbrio entre a acção corrosiva do poder, que cabe prevenir, e o receio exagerado ou a desconfiança da estabilidade, que é benéfica para a governação; *«mas sejamos prudentes, cercando o poder de instituições moderadoras ou limitativas, quando não seja o caso de tomar garantias quanto à duração do seu exercício».* É doentia uma agitação revolucionária constante; mas é necessário um

---

de 1934, constitui no fundo uma descrição mordaz do *Estado Nazi*, tal como existia na Alemanha da altura. Ver Volume II, págs. 268 e 269.

esforço intenso e permanente; e há pessoas fechadas a novas ideias logo desde a sua primeira formação como há outras, sem dogmas ideológicos e sem abstracções doutrinárias, que são capazes de enfrentar de espírito aberto as reformas do dia-a-dia e as viragens da história. Montanelli formula uma derradeira pergunta complexa: que interpretação tem da história e do destino de Portugal o «*seu maior representante*» actual? Nas suas aspirações foi modesto o regime: integrar a tradição no tempo. Salazar reflecte: «*Hoje há a preocupação máxima do económico a que se segue a preocupação do social, que é ainda o económico em distribuição. Já se sabe que seria impossível e indesejável alhear-nos do movimento. Mas quando se perscruta a colectividade nacional na sua marcha através da história e se lhe descobre uma bem vincada personalidade e determinada missão, não se pode deixar de atender a outros valores — esses sobretudo de ordem moral — que é necessário revitalizar para sobreviver e prosseguir*»; «*nós somos um país estranho, em vários sentidos contraditório*»; «*pequeno no continente europeu, vasto no Ultramar*»; e que é capaz de lutar bravamente, apesar de doce e pacífico, pela integridade do território e a liberdade do povo. «*Mas eu estou tão longe das ideias correntes a este respeito e dos factos a que assistimos — que não vale a pena continuar*». E Oliveira Salazar remata: a época em curso está cheia de palavras sem sentido, e infelizmente é com tais palavras que do lado do Ocidente se pretende conduzir os negócios do mundo; e «*por isso somos batidos, tendo razão, e nos arriscamos a perder; estando a justiça por nós*». Montanelli comenta: a fraqueza do salazarismo está na sua integridade. Salazar ri: «*talvez tenha razão. Trinta anos de ordem, de segurança, de tranquilidade: os homens não perdoam facilmente a quem nada tem que perdoar. Mas que quer? Daqui a poucos dias completo setenta e um anos. Nesta idade não posso de maneira nenhuma iniciar uma vida de pecador*».

Outro conjunto de perguntas é apresentado, na mesma altura, por Rodrigo de Llano, enviado do jornal *Excelsior*, da cidade do México. Llano levanta uma primeira questão: como encara Salazar a situação europeia, e que resultados se podem esperar da prevista reunião de chefes do governo ocidentais perante a intransigência da União Soviética? A Rússia pretende conseguir a

consolidação e legitimação dos seus ganhos da última guerra; a menos que o Ocidente se disponha a colaborar com a União Soviética nesse propósito — e não parece ser esse o estado de espírito geral — nenhuns resultados substanciais são de prever. E deverá a Alemanha decidir do seu destino através de um plebiscito? Diz Salazar: *«é uma ilusão pensar que a Rússia aceitaria um plebiscito para a reunificação da Alemanha»;* e por isso *«nem mesmo em relação à Alemanha os aliados ocidentais podem já dizer que ganharam a guerra, visto que não podem ditar a paz».* E quanto à recuperação económica europeia? o maior bem-estar do povo não constituirá o melhor baluarte contra o comunismo? Sim, decerto é esse o pensamento do lado americano: recuperação económica e aumento dos niveis de vida são os antídotos para o comunismo. *«Tem-me sido difícil aderir inteiramente a este modo de ver».* Sem dúvida: a miséria é excelente *«caldo de cultura»* para as ideias de subversão da sociedade; e há por isso que prestar cuidado ao progresso económico e à justa distribuição das riquezas. Mas não basta. E em muitos países o *«comunismo entra pela via intelectual, é por snobismo sustentado pelos detentores da fortuna, e tem pouco que ver com a história ou a pobreza».* Enfim, difunde-se como uma religião ou filosofia; e o *«pior é que, à parte o catolicismo que pode parcialmente contrariá-lo, o mundo ocidental perdeu muitos dos sãos princípios que adoptara no passado e não foi ainda capaz de formular um sistema que validamente se oponha ao comunismo»;* e *«o que nos vale é que, como todos os erros, depois de uma ascensão brilhante, ele irá perdendo forças e submergir-se nas suas contradições».* Rodrigo de Lano lança outra pergunta: que pensa do sistema parlamentar? Parece a Salazar que o sistema, no tempo presente, esgotou as suas virtualidades e se encontra por toda a parte em decadência. Como substituí-lo, sem cair nos riscos do totalitarismo, eis o problema. Por si, o sistema parlamentar não constitui necessariamente uma expressão dos interesses nacionais nem uma garantia da liberdade dos homens, acentua o chefe do governo; e o que *«é preciso é encontrar a fórmula de governar com eficácia um povo livre de verdade».* Quanto ao regime português, este não se apresenta como modelo para ser imitado: é *«experiência que nós próprios vamos aperfeiçoando e está por-*

tanto sujeita a uma certa evolução». E quanto à situação africana? Uns atrás dos outros, estão-se formando em África novos Estados, que se apresentam como condição de progresso e afirmação de liberdade. «*Se não há no caso precipitação, quero dizer, se estes novos Estados africanos possuem estrutura administrativa, económica e técnica, suficiente para suporte da sua vida independente; se possuem ou estão a ponto de possuir as elites necessárias à condução do governo, à eficiência da administração, à direcção da economia, à manipulação das finanças; se essa é além disso a vontade real das populações e não só de alguns agitadores políticos, não vejo por que não saudá-los alegremente e não mostrar o nosso contentamento pela formação dos novos Estados*». Mas «*se as condições acima não estão realizadas de facto, podemos ser chamados a ver, depois de um período convulso, uma grande parte da África em leilão, e outras soberanias despontarão a substituir, sob várias modalidades, algumas que actualmente têm a responsabilidade daqueles territórios*». E uma última questão é suscitada pelo jornalista mexicano: que pensa Salazar das relações da Península Ibérica com os países da América Latina? «*Penso ter já sustentado que, sem se desprender dos negócios de África, a Europa Ocidental, e muito especialmente a Península Ibérica, deve ter os olhos postos no grande mundo em desenvolvimento que é a América Latina*». Trata-se de uma grande família étnica e cultural. E «*consideraria contrário aos interesses de umas e de outras nações, não digo já o desconhecimento ou indiferença pelo seu progresso, mas a falta de uma política de bom entendimento, mútua ajuda e apoio, em todos os domínios*».

São publicadas na imprensa portuguesa as entrevistas ao *Corriere della Sera* e ao *Excelsior*, e alguns jornais comentam-nas com elogio. Mas não causam impressão particular nos círculos políticos a que parece escapar a importância doutrinária e o realce que no momento político têm alguns dos problemas abordados, e pouco se repercutem na opinião pública. Dois franceses de marca que visitam Salazar — d'Estailleur de Chanteraine e o general Béthouard — aplaudem calorosamente as entrevistas. Morre Marañon, que há tempo estivera em Lisboa, e a um discípulo seu que vive em Portugal, Manuel Tapia, Salazar manifesta pesar pela morte de «*um dos homens mais ilustres de Espanha*».

21

Em 12 de Abril de 1960, no termo de mais de quatro meses de deliberações, profere a sua sentença o Tribunal Internacional de Justiça da Haia. E também mais de quatro anos são passados sobre a data em que Portugal, perante aquela jurisdição, demandara a União Indiana pelo ataque feito ou apoiado por esta contra os enclaves de Dradá e Nagar Aveli (1). Que decide agora a sentença daquele pretório? (2) Três são os pontos capitais: o Tribunal, ao invés do que alegara a União Indiana, julgou-se competente para conhecer do litígio; o Tribunal considerou como boa a plenitude da soberania portuguesa em Dadrá e Nagar Aveli; o Tribunal reconheceu o princípio do direito de passagem que cabe a Portugal, por território indiano, entre Damão e aqueles enclaves. Destes pontos extrai o governo de Lisboa, sem perda de tempo, todas as conclusões legais e políticas. Se o Tribunal se julgou competente no litígio, este tem carácter internacional: não se está em face de um problema de exclusiva alçada da jurisdição indiana, mas de um conflito que joga com interesses de terceiros e que afecta uma soberania estrangeira: e esta, segundo o direito e os tratados, só pode ser a portuguesa. Do segundo ponto, Lisboa deduz que o Tribunal, ao reconhecer a perfeição da soberania portuguesa, rejeitara a tese indiana de que, por virtude da *insurreição* verificada em 1954, Portugal perdera essa soberania. Finalmente, se é legitima a soberania, ao seu detentor hão-de ser facultados os meios do seu exercício: e assim o governo de Nova Deli tem que aceitar o direito de passagem por território indiano que o Tribunal proclama a favor de Portugal, sem dependência de vontade ou acto de outrem. Quanto a este último particular, todavia, considera o Tribunal que, tra-

(1) Ver Vol. IV, págs. 349 e 350 e 400 e 401.

(2) Desde o dia 8 de Abril tem o governo de Lisboa, mercê de uma comunicação confidencial do juiz português, Manuel Fernandes, conhecimento completo do teor da sentença.

tando-se de um direito a ser exercido através de uma soberania alheia, cabe à União Indiana uma regulamentação administrativa, que no entanto não o negue; deste modo, não são lícitas as restrições quanto ao trânsito de pessoas, funcionários civis e mercadorias em geral; mas pode a União, quanto a passagem de forças armadas ou para-militares, fazê-la depender de autorização prévia sua (1).

Causa surpresa na opinião pública, e profunda emoção, o julgamento da Haia. No próprio dia 12 de Abril congrega-se defronte da Assembleia Nacional uma manifestação popular. Dirige-se à multidão, dos balcões do Palácio de S. Bento, o presidente Thomaz, que tem a seu lado Salazar e os altos vultos políticos do regime. Diz o chefe do Estado: «*Portugueses! Eu sei que as vossas manifestações traduzem os sentimentos que, neste momento de nobre entusiasmo, estão na alma de todos os Portugueses*», por «*todo o Mundo vibrando connosco*» porque «*a sentença do Tribunal Internacional de Justiça consagrou a razão de Portugal*». Para os «*nossos irmãos da Índia Portuguesa*» vão os «*pensamentos mais fraternos*». Devem os portugueses congratular-se, todos os que nasceram em Portugal d'aquém e d'além-mar, e saber continuar «*unidos e solidários*» porque sobre essa coesão moral da Nação «*repousa a salvaguarda do seu glorioso património*». E então, num gesto dramático para ferir a imaginação popular, o presidente Thomaz volta-se para Oliveira Salazar, e exclama: «*No abraço que lhe vou dar vai toda a minha gratidão, como português e como Chefe do Estado. Sinto que vou abraçar um grande da História da nossa Terra. E sinto mais ainda: que nele abraço o próprio Portugal*».

No largo em frente e por ruas adjacentes, o povo vibra de entusiasmo, e pela noite há celebrações em muitas zonas da capital. É genuíno e espontâneo o júbilo de muitas cidades e vilas da pro-

(1) As decisões do tribunal foram tomadas por maioria que oscilou consoante os pontos em apreço: desde a rejeição das excepções indianas por 13 votos contra 2, até à possibilidade de Portugal fazer transitar forças armadas, que foi negada por 8 votos contra 7. Registaram opiniões divergentes favoráveis a Portugal os juízes francês, uruguaio, mexicano, chinês, grego, australiano, e naturalmente o português; registaram opiniões divergentes favoráveis à Índia os juízes argentino, egípcio, russo e naturalmente o indiano.

víncia; é particularmente intenso o orgulho patriótico no Ultramar; e a população e os órgãos de governo em Goa, Damão e Diu sobressaem entre todos nos seus tributos ao governo central.

Passados os primeiros momentos emocionais, manifestam-se os meios de imprensa e os círculos políticos. São unânimes os aplausos ao governo. Homens da oposição não julgam afrontados os seus princípios políticos, que mantêm com intransigência, e colocam-se num plano só nacional e patriótico. Diz Adelino da Palma Carlos: «*O triunfo alcançado não pode deixar de regozijar-me profundamente, como português e como jurista. Como português, por ver reconhecida a nossa razão e assegurada a integridade do território nacional; como jurista, por verificar que o direito é ainda a maior das forças*»; e tudo ressalta em «*prestígio da advocacia portuguesa*». Azeredo Perdigão, patriota, oposicionista responsável e democrata de sempre, declara: «*Todos os portugueses devem agradecer ao governo a forma nobilíssima como defendeu os nossos direitos. Na ordem interna, todos os portugueses, seja qual for o seu credo político, devem agradecer ao governo da nação a forma nobilíssima, ao mesmo tempo prudente e corajosa, como defendeu os nossos direitos históricos sobre Dadrá e Nagar Aveli, e consequentemente o prestígio de Portugal no mundo*». Ramada Curto, para quem a irreverência cáustica é uma necessidade de espírito, não se exime a um momento austero: «*Ainda há juízes na Haia e nós estamos legitimamente triunfantes. Se há quem queira ficar fora da lei, não será Portugal*». Em nome do ministério do Ultramar, pronuncia-se Adriano Moreira: «*os que assistiram à manifestação ao venerando Chefe do Estado e ao sr. Presidente do Conselho sentiram que todo o povo português estava ali legitimamente representado e que, na verdade, o princípio da unidade nacional é o mais sagrado dos nossos valores*», e seguramente há que «*continuar a lutar pelo nosso direito, indiferentes à hostilidade do ambiente, certos de que estamos com a razão, intransigentes em tudo quanto se refira à unidade nacional*», sendo o «*nosso direito*» o mesmo em relação a todas as parcelas do território nacional. Outros homens ligados ao regime ou independentes também se exprimem no mesmo tom: Marcello Caetano, Benard Guedes, Armando Gonçalves Pereira, Cabral de Moncada. E homens e mulheres de caminhos muito afastados

da política não deixam de sentir orgulho português, de proclamar o seu júbilo: é o caso de figuras gradas da cena portuguesa como António Silva, Palmira Bastos, Hermínia Silva, outras ainda. E manifestam-se os órgãos de soberania. Na Assembleia Nacional, consagra-se à sentença da Haia toda uma sessão. Preside Albino dos Reis, geronte da política e do parlamento. Abre a sequência de discursos um dos deputados pelo círculo de Goa, o cónego Castilho de Noronha, que afirma: *«Se o Tribunal da Haia assegurou a soberania portuguesa sobre Dadrá e Nagar Aveli, que pertencem a Portugal desde 1779, implicitamente ficou muito mais assegurada a soberania portuguesa sobre Goa, que foi definitivamente integrada nos domínios de Portugal em 1510»*. Depois é Sarmento Rodrigues, que faz o elogio do povo de Goa: *«valoroso povo da Índia Portuguesa»* que está no princípio e no fim de tudo, confiante e corajoso, leal à Mãe-Pátria, da fortaleza de Diu às muralhas de Damão e à sempre *«saudosa Goa portuguesa»*. Nunes Barata pensa que a sentença da Haia é *«a coroa de glória do estadista que, há trinta anos, preside à grandeza de Portugal»;* e Mário de Figueiredo, falando como *leader* do parlamento, sugere que a Câmara deve louvar o governo pelo modo como soube defender o direito de Portugal. Remata Albino dos Reis, saudando os portugueses esparsos pelo mundo, *«mas especialmente os nossos irmãos da Índia Portuguesa»*, e quantos concorreram para o *«brilhante êxito»* da política seguida. Para executar os votos da Assembleia uma delegação da câmara, composta de Albino dos Reis, Mário de Figueiredo, Castilho de Noronha, Sarmento Rodrigues, Cotta de Morais, Aquiles de Oliveira, Ramanata Quenuri, Cid Proença e Rodrigues Prata, cumprimenta o presidente da República e depois o presidente do Conselho. Salazar diz aos delegados parlamentares: *«Todos ficamos contentes. Venceu, como não podia deixar de ser, tão inequívoca ela é, a razão de Portugal»*. E representações das Forças Armadas depõem palmas nos túmulos de Gama e de Albuquerque.

Para explicar a substância da sentença, o principal advogado português no Tribunal, Galvão Teles, responde a perguntas da agência de notícias ANI. Sublinha os pontos fundamentais da decisão, e repisa um aspecto: o reconhecimento do direito de passagem para os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli implica, na

lógica e no direito, o reconhecimento da soberania portuguesa não só nesses territórios como naqueles de onde parte o exercício desse direito. Por sua vez, Paulo Cunha, ministro dos Estrangeiros ao tempo do início da acção, publica no *Diário de Notícias* um longo artigo para salientar o êxito que é a sentença da Haia e para recordar os esforços, intensos e constantes, despendidos em intermináveis vigílias desde 1954 pelo Ministério dos Estrangeiros e depois, na Haia, também por advogados e juristas de Portugal. E pergunta: «*Valeu a pena? Sim, valeu a pena*». Na União Indiana, nos círculos restritos que se dão conta do problema, o estado de espírito é de surpresa, e sobretudo de irritação. Como órgão de imprensa influente, e que recolhe os pontos de vista governamentais, sobressai o *Times of India*. Afirma o jornal que o gabinete indiano tem «*poucos motivos para estar satisfeito*», uma vez que o julgamento reconhece a soberania portuguesa e o direito de passagem, e acrescenta: «*O facto de que esse direito não pode nem poderá ser exercido e de que o Governo Português não está em condições de reimpor a sua administração nos enclaves, não diminui as implicações embaraçosas do julgamento que vem complicar uma clara questão política com um ardil legal, e transformou numa disputa internacional uma questão que envolve o exercício da soberania deste país sobre território seu*». E o *Times of India* conclui que foi um grave erro, à luz do que acaba de se passar, ter o Governo Indiano aceite a jurisdição do Tribunal. De seu lado, o *Indian Express* reconhece que não há motivo para júbilo. Se alguns do governo apresentam o caso como vitória da Índia, então trata-se de «*uma vitória pírrica*». Escreve: «*Foi sem dúvida uma derrota para a Índia o facto de haver sido rejeitado o argumento de que o Tribunal não era competente*». E com uma lógica análoga à do *Times of India*, o jornal, embora aceite que as decisões da Haia são vinculativas para as partes em litígio, conclui que a única solução para o problema consiste em Portugal aceitar as realidades do mundo actual e abandonar os seus territórios, seguindo o exemplo da França. E por informações de fé recebidas em Lisboa, sobretudo vindas de brasileiros e ingleses, o governo português sabe que é de exaspero o estado de espírito do primeiro-ministro Nehru. Sem embargo, este declara no seu parlamento: «*Devemos curvar-nos perante a majestade da lei.*».

Por todo o país, durante semanas, multiplicam-se as manifestações, os actos de graça, as expressões de regozijo patriótico. Algumas, pela sua humildade, são significativas: mil rapazes da Casa Pia resolvem desfilar perante o monumento a Afonso de Albuquerque. Para os partidários do regime, trata-se de uma vitória de tomo; e na opinião pública a figura de Oliveira Salazar, a quem se atribui a orientação superior das coisas, aparece envolta de um prestígio novo e de nova autoridade politica. Sobre o chefe do governo chovem as felicitações, os telegramas, as mensagens. Não fica alheia a Hierarquia católica. São particularmente efusivos na expressão da sua a alegria o cardeal-patriarca de Lisboa, o arcebispo de Mitilene D. Manuel Santos Rocha, o arcebispo de Évora D. Manuel Trindade Salgueiro (1), ainda outros prelados. Na generalidade dos círculos oposicionistas, entre os democratas tradicionais aferrados ao ultramar, saúda-se a decisão da Haia como um bem para Goa, talvez mesmo a sua salvaguarda definitiva, e nos demais adversários do governo, ainda que com relutância, admite-se que tudo fora conduzido com destreza.

22

Pelas doze horas do dia 21 de Abril de 1960, repicam em festa os sinos das igrejas de Lisboa. Naquele momento, no Brasil, é inaugurada a nova capital que o presidente Juscelino Kubitschek fizera erguer no planalto: Brasília. Na véspera, seguira por avião o cardeal-patriarca de Lisboa. Gonçalves Cerejeira desloca-se como Legado Pontifício, designado pelo papa João XXIII, e é recebido com o esplendor das grandes ocasiões: estão a acolhê-lo o presidente Juscelino e o seu vice-presidente, os cardeais e bispos do Brasil, os presidentes da Câmara dos Deputados e do

(1) Salgueiro, homem de alto valor e virtude, fora contemporâneo de Salazar em Coimbra e, como este, frequentador das reuniões de Serras e Silva. Salgueiro escrevera a Salazar: «*De há muito considero V. Ex.ª em sacrifício permanente*».

Senado, o Governo. Numa cerimónia cívica, Juscelino declara: «*Com a maior humildade, voltado para a Cruz da Descoberta e da Primeira Missa, que Portugal nos confiou para este dia solene, agradeço a Deus o que foi feito*»(1). Depois, durante a missa rezada perante a mesma Cruz da Descoberta, é o cardeal de Lisboa que afirma, como emissário do papa: «*Hoje, na primeira hora da existência de Brasília como nova capital, vem um legado do vigário de Cristo, o qual declara querer de algum modo estar presente neste acto histórico — histórico para o Brasil e para o Mundo: é um acto que precede o tempo — vem um legado do Papa a consagrar e a abençoar a nova capital, e com ela e nela o Brasil novo*»; «*nova epopeia de civilização a espera: dar ao Brasil, para a Igreja e para o mundo, mais de oito milhões de quilómetros quadrados, cristianizados*». É escutada em gravação uma mensagem pontifícia que João XXIII pronuncia em português. Paralelamente, ao som dos campanários de Lisboa, no Palácio de Belém, o encarregado de negócios do Brasil, Sérgio Frazão, à frente de toda a embaixada, saúda o presidente Thomaz, e lê uma mensagem especial do presidente brasileiro. Diz este: «*Neste momento, em que damos o passo mais arrojado no sentido do nosso desenvolvimento económico e da criação de um grande país com a instalação da capital em Brasília, é comovido que declaro a Vossa Excelência que o Brasil guarda intacto o muito que lhe transmitiu a Nação Portuguesa, a fé em Deus, a unidade alcançada com heróico esforço que foi considerado milagroso, e a língua que hoje falam quase setenta milhões de brasileiros*». Recorda Juscelino que o Brasil foi descoberto e formado «*pelos*

(1) Trata-se da Cruz de ferro perante a qual Frei Henrique de Coimbra, na presença de Pedro Álvares Cabral, celebrou a primeira missa na terra do Brasil. Aquela relíquia está confiada ao Cabido da Sé Primacial de Braga, de que é propriedade. Foi preciso o empenho do governo português, em apoio do pedido do governo do Brasil, para que o Cabido cedesse a Cruz para a inauguração de Brasília. Mesmo assim, e com razão, o Cabido fez transportar a Cruz por um cónego de sua confiança; e este, como era seu dever, não se apartou da Cruz um só instante, ficando esta sempre ao seu alcance físico ou sob o seu olhar noite e dia durante todo o tempo no Brasil. A Sé de Braga queria ter a certeza de que a Cruz autêntica não seria substituída por uma qualquer imitação forjada à pressa.

nossos avós comuns» e trabalhado por *«gerações e gerações de lusíadas»*, e remata: *«Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa encarna neste momento, além da sua inexcedível dignidade de Legado Pontifício, a união dos nossos maiores que hoje no seio do eterno nos acompanham com a sua presença invisível»*. Responde Américo Thomaz: *«Na verdade, Senhor Presidente, a Nação Portuguesa sente bem a transcendente importância do acontecimento»; «congratula-se com a grande Nação Brasileira e dirige ao mais destacado obreiro de tão magnificente obra as efusivas saudações que tanto merece»;* Portugal é sensível à invocação das *«nossas comuns e heróicas tradições, nas terras de Santa Maria e nas terras de Santa Cruz»*, e sente legítimo e igual orgulho ao ver *«erguer a nova capital do Brasil à sombra da mesma Cruz, levada há 460 anos por Pedro Álvares Cabral e agora igualmente empunhada por mãos portuguesas, as do Eminentíssimo Patriarca de Lisboa, Legado de Sua Santidade o Papa»*. Na Assembleia Nacional os deputados Mário de Figueiredo e Henrique Jorge exaltam o significado do acontecimento. E comungam nas palavras ditas pelo almirante Thomaz: tratava-se de uma nova *Alvorada* (1) que surgia para a Comunidade Luso-Brasileira.

Escrevera-se uma página emotiva nas relações luso-brasileiras, e de efeito político, e que sempre impressiona a opinião pública portuguesa. Mas outros acontecimentos distraem as atenções do povo. Krushev visita entretanto Paris, De Gaulle desloca-se a Londres, e as duas visitas emprestam um matiz dramático aos negócios do mundo; e a Assembleia Nacional portuguesa, no meio da expectativa dos círculos económicos, financeiros e comerciais, aprova e ratifica o decreto de adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre. Nos primeiros dias de Maio de 1960 inicia-se o julgamento de 22 acusados na conspiração frustrada do mês de Março de 1959. Há curiosidade, e excitação em muitos círculos. Acorrem oficiais ao Tribunal Militar, a Santa Clara; mas as audiências são suspensas porque o seu presidente, coronel Assunção Marques, é vítima de ataque cardíaco; e o julgamento só prossegue quando feita a substituição, que recai no

(1) Alusão ao *Palácio da Alvorada*, que passava a ser a residência oficial do presidente brasileiro em Brasília.

coronel Rui da Cunha. E com surpresa é anunciada a visita oficial do presidente da República da Indonésia, Sukarno. Entretanto, continua em preparação, na capital francesa, a conferência máxima: esta deve reunir Eisenhower, De Gaulle, MacMillan, Adenauer, e Krushev: e depositam-se na reunião esperanças ansiosas, de paz e de prosperidade. Mas, no momento, um sucesso deixa todos estupefactos: um avião militar americano de reconhecimento, equipado para espionagem aérea, é assinalado pelos serviços russos quando voa a grande altura sobre os Urais e fotografa objectivos e instalações militares soviéticas: e as forças aéreas russas abatem o aparelho que cai em território soviético e aprisionam o piloto, Gary Powers. Moscovo levanta pelo mundo um clamor: a União Soviética fora ofendida, o seu espaço aéreo fora violado, o povo russo fora humilhado, a soberania da Rússia fora vítima de uma agressão. É geral a perplexidade, e a angústia: todos estão conscientes da crise grave que se abre: a que consequências a conduzirá o génio impulsivo de Krushev e como reagirão os Estados Unidos? Terão os acontecimentos finalmente escapado ao domínio dos homens e estarão estes em vésperas de cometer um erro de cálculo fatal?

Sukarno chega a Lisboa, também nos primeiros dias de Maio de 1960, a 5. Um governo amigo e aliado protesta contra a visita: o gabinete holandês. Há divergências graves entre os Países Baixos e a sua antiga colónia, e em público têm-se trocado acusações e protestos; considera o governo holandês que Portugal, ao receber Sukarno, está a tomar partido por este e a ofender a Holanda; mas Salazar e Mathias repelem a diligência da Haia, e sublinham que, sendo Timor contíguo da Indonésia, não era viável recusar a visita sem pôr em risco a segurança daquele território português; e, para mais, Sukarno era um vulto internacional, de consequência no *terceiro mundo,* e a sua vinda a Lisboa tinha interesse para Portugal. Sukarno é acolhido com a pompa e o aparato de uso, reforçados por exigências suas, muito cioso como é em pormenores de etiqueta e de prestígio. Alojado em Queluz, convidado para banquete na Ajuda, recebido na Câmara Municipal de Lisboa, Sukarno visita a Escola de Infantaria em Mafra, e admira monumentos e paisagens. Nas suas afirmações, procura ser comedido mas não foge à demagogia que lhe é inerente; e fala

da revolução mundial, do acesso imediato dos países subdesenvolvidos ao progresso e à civilização, e das expectativas crescentes dos povos, que os governos e a comunidade internacional têm obrigação de satisfazer. Salazar desloca-se a Queluz para cumprimentar Sukarno, e os dois homens travam longa conversa a sós. Tem interesse o encontro por um ponto capital: o presidente indonésio assegura Salazar de que não reivindica o Timor português, nem tem reclamações a apresentar: os pequenos incidentes de fronteira, que acaso se produzam, serão resolvidos amigavelmente: e também assim o declara em público. Depois, de Lisboa, o chefe indonésio segue para a Havana, a continuar o seu périplo político. E deixa em Oliveira Salazar a impressão de um radical aquietado no poder, de um impulsivo capaz de por vaidade ou ódio cometer loucuras políticas, de um homem que aos olhos do seu povo devia surgir como detentor de um carisma inigualável.

Poucos dias mais tarde, reúnem-se então em Paris o presidente dos Estados Unidos, o chanceler alemão, e o primeiro-ministro britânico. Com o presidente da França, abrem a conferência cimeira do Ocidente. Conforme resolução anterior, o secretário-geral do Partido Comunista Russo está convidado a juntar-se àqueles, para discutir a tensão leste-oeste e procurar negociar o seu abrandamento. Krushev chega a Paris, e desde logo se lança num rude ataque contra os Estados Unidos, ainda por causa do incidente com o aparelho-espião: renova contra o governo americano as acusações de espionagem, de agressão, de hipocrisia, de duplicidade. Dwight Eisenhower assume uma atitude digna: declara publicamente que toma a responsabilidade pessoal pelas instruções dadas ao piloto. Krushev é recebido por De Gaulle, avista-se com MacMillan; mas recusa-se a conversar com Eisenhower. E então o chefe soviético põe em conferência de imprensa as suas condições: o presidente dos Estados Unidos terá de apresentar as suas desculpas formais, e públicas, e de prestar garantias de que não se repetirá o incidente: o convite para o chefe do Estado americano visitar a Rússia está anulado: e entretanto o piloto continuará preso para ser julgado como espião. Eisenhower considera que se lhe procura impor, e ao cargo que desempenha, e sobretudo ao seu país, uma humilhação vil, a que os Estados Unidos não podem curvar-se; e recusa. Durante quarenta e oito horas, De

Gaulle e MacMillan, para salvarem a conferência, actuam como intermediários, e tentam apaziguar Krushev e dissuadi-lo de impor o que é por de mais inaceitável. Krushev é intransigente; e Eisenhower não pode ceder. Simultaneamente, o chefe russo emite comunicados oficiosos anti-americanos, e a imprensa soviética lança-se em virulentas críticas ao Ocidente em geral; e a opinião pública norte-americana levanta-se indignada e colérica em apoio do seu presidente, e contra a União Soviética. Também o governo japonês faz saber que considera prudente adiar a visita que Eisenhower deveria fazer a Tóquio: perante a ameaça de violência, o gabinete nipónico não quer assumir a responsabilidade de segurança pessoal do presidente. Estupefacto, o mundo assiste à crise que parece mais grave do que todas, e os ânimos tremem no pavor de uma nova guerra. São improficuos os esforços de MacMillan e de De Gaulle, e acabam por se solidarizar com Eisenhower. De 16 para 17 de Maio de 1960, os homens de Estado ocidentais perdem as suas ilusões: a reunião cimeira de Paris está frustrada, e é um desastre político. No meio da maior truculência demagógica, Krushev regressa ao seu país.

Está prevista para 23 de Maio a visita de Dwight Eisenhower a Portugal porque o Departamento de Estado americano calculava numa semana a duração do encontro de Paris; mas porque tudo se consuma em desastre, é antecipada a viagem do presidente dos Estados Unidos; e propõe-se chegar a Lisboa, vindo de Paris, na manhã de 19 de Maio. Há algum embaraço: decorre precisamente em Lisboa uma reunião dos ministros dos países membros da *Associação Europeia de Comércio Livre:* e os serviços portugueses e o governo já estavam mobilizados para o efeito. Mas Salazar determina um esforço suplementar para receber Eisenhower. O presidente Thomaz, Oliveira Salazar, Mathias, outros membros do governo, altas autoridades, saúdam o chefe de Estado norte-americano à descida do avião. Grande massa de povo concentra-se na área do aeroporto, e Eisenhower é vitoriado no percurso para Queluz como quem merece uma reparação pela afronta de Paris. Aos seus compatriotas residentes em Lisboa, e que se congregam no Palácio de Queluz, o presidente dos Estados Unidos diz: «*Nós estamos certos de que Portugal é um grande amigo. Temos de fortalecer essa amizade. Sempre que enfrentamos um desaire*

no nosso esforço de criar melhores condições entre os dois campos opostos em que se divide o mundo, o nosso próprio campo tem de reforçar a sua solidariedade por esforço voluntário, por convicções mais profundas, por maior devoção à grande causa da paz com justiça e em liberdade». Depois é o almoço na Ajuda, oferecido por Thomaz. Diz o presidente português: *«Está V. Ex.ª entre amigos e, para que o fôssemos, seria suficiente, além das tradicionais relações de cordialidade entre os dois países, que comungássemos, como o fazemos, nas mesmas raízes profundas da civilização ocidental e em idênticos ideais de respeito pela pessoa humana».* Eisenhower saúda a *«amizade luso-americana para que seja no futuro como tem sido no passado — calorosa, firme e duradoura».* A meia-tarde, pelas seis horas, Oliveira Salazar chega a Queluz para cumprimentar Eisenhower.

Eisenhower e Salazar conhecem-se desde a visita do primeiro a Lisboa, quando comandante-chefe das forças do Pacto do Atlântico, e da longa conversa de ambos em S. Bento (1). Eisenhower, que então parecia constrangido, está agora à vontade, e jovial. À entrevista entre os dois homens assistem o embaixador dos Estados Unidos, Burke Elbrick; o subsecretário de Estado norte-americano, Livingston Merchant (2); o general Goodpaster, conselheiro militar da Casa Branca; o major Eisenhower, ajudante-de-campo e filho do presidente; e por intérprete, como em S. Bento nove anos atrás, está o coronel Vernon Walters. Salazar encontra-se só. Está falador o presidente norte-americano, e o chefe do governo português deseja sobretudo ouvir e ser esclarecido. Pergunta Salazar: como se explica o que se passou em Paris? Eisenhower não sabe. Decerto Krushev tem razões internas, de luta politica nos conselhos do Kremlin, que o levam a assumir atitudes violentas como forma de manter ou reforçar a sua posição perante rivais; também é concebível que pretenda impressionar os seus satélites e os partidos comunistas noutros países; parece seguro que Krushev não quer a guerra, nem mesmo uma confrontação mais séria com os Estados Unidos; mas formar uma ideia exacta dos motivos do

(1) Ver vol. IV, págs. 210-211.

(2) O secretário de Estado, Christian Herter, ficara em Paris para comunicar ao Conselho do Atlântico (NATO) as *«vicissitudes»* da frustrada reunião cimeira.

chefe russo, que o arrastam a uma recusa de entendimento ou pelo menos de negociação com o Ocidente, não se afigura viável. Depois, Eisenhower fala da Europa Ocidental e da NATO. Na sua opinião, há que manter a estrutura defensiva do *Pacto do Atlântico,* e reforçá-la; no plano económico, a O. E. C. E. continua a desempenhar um papel útil; mas a criação do *mercado comum* e da *associação de comércio livre* veio suscitar problemas para a Europa, e mesmo para os Estados Unidos; neste particular, é preocupante o endurecimento da atitude francesa, muito anti-britânica e anti-americana; e uma guerra económica europeia teria as maiores repercussões e os maiores perigos políticos. Oliveira Salazar lança então na conversa a questão de África. Para Eisenhower, a independência dos povos africanos tem de ser havida como inevitável. Mas esse facto levanta riscos óbvios para a segurança do Atlântico; a esses povos faltam condições de estabilidade; e desde o Norte de África ao Médio Oriente podem surgir situações embaraçosas, e mesmo graves. Em todo este quadro, há que distinguir a posição britânica, a francesa, e a belga, que se assemelham; a posição sul-africana, que é um mistério, não se podendo saber se a África do Sul permanecerá na *comunidade;* e a posição norte-americana, cujo pragmatismo resulta de muita hesitação. Em qualquer caso, e de imediato, Eisenhower julga que a viagem africana de MacMillan tem tido e continuará a ter profundas consequências políticas e sociais; a Federação das Rodésias e da Niassalândia parece destinada ao desaparecimento; e das atitudes de De Gaulle haverá que esperar uma nova política francesa na Argélia. Quanto a Portugal, que pensa Eisenhower? Diz o presidente americano que tem por útil a presença de Portugal em África (como a da Espanha), e que admira os esforços portugueses; mas receia que nas Nações Unidas se caminhe, quanto a Portugal, para uma situação de isolamento e crescente agressividade. De tudo, extrai Oliveira Salazar, para orientação do seu espírito, um resumo que anota: «*o que me pareceu deduzir da conversa com Eisenhower: a independência como fatalidade da solução política (para a África); reconhecimento da falta de preparação e de maturidade; esforço do Ocidente para manter esses países* (africanos) *na sua órbita — é o caso dos capitais necessários ao seu desenvolvimento*». E Salazar pergunta-se: «*Os Estados Unidos*

têm uma política? não têm?» (1). Aprazada para quarenta e cinco minutos, a conversa entre os dois homens prolonga-se por hora e meia, e tem algum atraso o banquete que naquela noite o presidente americano oferece em Queluz ao presidente português. Ao outro dia, 20 de Maio de 1960, pela manhã, Eisenhower regressa ao seu país, com escala pela Base das Lajes. Autografado e dedicado, deixa um retrato seu, emoldurado em prata, para Oliveira Salazar (2). E na chegada aos Estados Unidos, Eisenhower declara que considera Salazar um homem de estatura mundial e que *«o Ocidente tem de facto razão, disse-me Portugal»*.

Pouco depois de despedir Eisenhower no aeroporto de Lisboa, Salazar torna a Queluz. Vai presidir ao almoço que oferece às delegações ministeriais da EFTA (3). Parece bem-humorado; e sempre muito atento a pormenores. Ao cabo, no remate do almoço, dirige-se aos ministros estrangeiros participantes. Saúda-os, e às

---

(1) Como é evidente, neste sumário da conversa Eisenhower-Salazar guiei-me pela minuta manuscrita deixada pelo chefe do governo português. Na mesma minuta, depois de umas páginas em branco, Salazar anotou este pensamento: *«O Século chamado da libertação da África melhor se denominará o século das convulsões africanas»*.

(2) Assim o recomendara o embaixador Elbrick dias antes, em telegrama para o Departamento de Estado. Depois da visita, Elbrick telegrafa ao seu governo: *«Visita do Presidente Eisenhower provocou extraordinária manifestação de sentimento popular sem inibições por parte do povo português»; «a imprensa e o governo exprimiram a sua satisfação pelo facto de o Presidente não haver anulado a visita a Portugal em virtude do fim abrupto da conferência cimeira. Todo o governo português está encantado com os resultados e como consequência da visita o prestígio e a popularidade dos Estados Unidos subiram a grande altura»*. Eisenhower deixa também fotografia idêntica para Américo Thomaz. E antes de partir escreve duas cartas. Na que dirige ao chefe do governo afirma: *«Muito me impressionaram os sinais de progresso que pude observar desde a minha última visita, e felicito-o como a todos os membros do governo por quanto tem feito pela prosperidade e bem-estar do seu povo»*. Na carta que endereça a Américo Thomaz, diz: *«Estou particularmente grato pela gentileza e facilidade com que se adaptou, quasi de um dia para o outro, à minha alteração de viagem. Apesar de ser limitado o tempo de que dispunha por sua parte, só encontrei, desde a minha chegada ao aeroporto, comoventes e agradáveis sinais de cuidadosa prepardação* (da visita)».

(3) Iniciais por que passa a ser conhecida em Portugal a *Associação Europeia de Comércio Livre*, e que correspondem à nomenclatura inglesa: *European Free Trade Association*.

nações que representam; e pede desculpa por faltas que se não tenham podido evitar dadas as «*circunstâncias um tanto ou quanto embaraçantes em que a reunião foi obrigada a desenvolver-se*». Mas Salazar quer ter uma palavra sobre a posição de Portugal na EFTA. «*Nós somos dentre os Estados europeus o mais afastado do centro de gravidade política e económica da Europa*»; olhando um mapa, quase se tem a impressão de que Portugal tenta despegar-se da terra firme e lançar-se pelos oceanos além; e pode dizer-se que, pelo maior peso de territórios e populações noutros continentes, é quase uma nação extra-europeia. Donde o interesse português pela EFTA? «*Quando Portugal, em África ou no Oriente — e o mesmo podemos dizer de outros — faz à sua maneira obra de civilização, apresenta-se como representante ou expressão do espírito europeu*», convicto de que a vitalidade da velha árvore europeia é essencial para que nos trópicos possa vicejar a civilização. Há que conduzir a política de modo que as questões económicas não atinjam a unidade moral da Europa. Há quem não julgue assim, e pense ser mais fácil garantir a unidade moral pela unidade política e esta pela unidade económica. Mas há quem pense não ser necessário sacrificar a independência política para se chegar a um entendimento económico, «*e entre estes estamos nós*». E se se pretendem salvaguardar altos interesses morais, ninguém por certo assumirá a responsabilidade de enfraquecer e dividir ainda mais, sem uma razão superior de justiça ou de vida, o pouco que as calamidades das guerras deixaram intacto.

Esta actividade internacional de alto nível — Sukarno, Eisenhower, reunião ministerial da EFTA — não deixa de impressionar a opinião pública: sente algum orgulho a arraia-miúda, vibra em muitos o brio nacional. Nos meios do regime, nos partidários do governo, tudo se exalta como triunfo de uma política, como afirmação do prestígio pessoal de Oliveira Salazar. Entre os oposicionistas são diferentes as interpretações: para uns, Sukarno veio precisamente reivindicar Timor e Eisenhower veio formular exigências não especificadas; outros persistem na opinião de que as visitas, emprestando ao governo uma quanta legitimidade, em termos de aceitação internacional, constituem traição aos ideais democráticos e à causa da liberdade do povo português. Com a volubilidade de uso, porém, a breve trecho outros motivos excitam a curio-

sidade da opinião pública. Prossegue o julgamento de Santa Clara, sob a presidência do coronel Rui da Cunha, e causa impressão o facto de aparecerem a abonar os acusados alguns militares de alta patente, homens de integridade e havidos como oficiais fiéis às instituições: general Benard Guedes, antigo governador-geral de Goa; general Silveira Machado; brigadeiros Pires Barata e Rafael Alves; comandante Nuno de Brion, antigo governador civil de Lisboa; outros ainda. Motivo de todas as conversas, contudo, é a notícia que corre sobre a situação em Angola: como resultado das perturbações do vizinho Congo, ter-se-iam verificado também perturbações no território português: e haveriam embarcado oitocentos soldados para reforço da guarnição. Na generalidade da imprensa, os rumores de desassossego em Angola são atribuídos à oposição e a forças exteriores; e o *Diário da Manhã* acrescenta que em África se assiste a uma lamentável abdicação do Ocidente, e que as independências africanas hão-de trazer desilusões. Por decisão de Marcello Mathias, é apresentada a candidatura de Portugal a membro do Conselho de Segurança da ONU, e quando a notícia é transmitida de Nova Iorque para Lisboa, causa sensação nos meios políticos. Mais do que tudo, porém, pesa no ambiente um mal-estar que erra em surdina. Não se desvaneceram os sulcos abertos pelos casos Delgado e Galvão, e as sessões de Santa Clara contribuem para os avivar em círculos militares restritos. Alguns ministros — em particular da Educação Nacional, Ultramar, Corporações — têm decaído no favor público. Nos homens políticos afectos ao governo e ao regime há um receio do futuro. E na opinião pública mais esclarecida parece existir o sentimento de véspera de crise grave, de tempestade de âmbito nacional. Trabalha o governo na sua rotina: em Conselhos de Ministros de 24 e 27 de Maio de 1960 são examinadas propostas para a construção da ponte sobre o Tejo em Lisboa, e é aprovada a que é submetida pela *United States Steel Company*.

23

Oliveira Salazar passou os setenta e um anos, e concentra-se mais e mais na ideia da morte breve. Cita Vieira com frequência: não há maior indício de se durar pouco do que haver durado muito. E diz, repisa aos seus íntimos: «*já vivi muito, já vivi demasiado*». Há precisamente meio século fora a sua primeira matrícula na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; e desde então havia sido árduo o caminho e, por entre luzes e sombras, muitas as vicissitudes. Julga que se aproxima agora o fim. Repete: «*Todos os dias me sinto declinar*». Não fez ainda testamento; mas pensa nisso amiúde. Preocupa-o a situação em que ficará a governante, a Maria de Jesus; e não se fixou ainda em qualquer decisão. Nos últimos meses sente uma obsessão: pagar ao Carneiro de Mesquita os cento e cinquenta contos que este lhe emprestara, em 1954, para comprar uma terra de milho, regadio e sequeiro, com videiras, árvores de fruto, casa de habitação e palheiro (1). A pouco e pouco, foi pondo de lado, tiradas ao seu vencimento, pequenas quantias; e agora aforrou o bastante para liquidar a soma na íntegra. Faz o pagamento, e pede a Carneiro de Mesquita para calcular os juros pelo tempo em que conservou o dinheiro e o valor do que se produzira entretanto na propriedade, em feijão, milho, outros géneros. Há que entregar a verba equivalente a tudo isso. «*Aliás foi tolice comprar a propriedade*», escreve Salazar, «*salvo o caso da Maria de Jesus, a ver mais adiante*». Além disso, as *suas terras* no Vimieiro, e em Santa Comba, são fonte permanente de arrelias, e de despesas. Arruinara-se para abrir um poço no extremo da Quinta das Ladeiras, e instalara um motor para subir a água; mas a máquina avariava-se constantemente; e depois o vizinho escavara mesmo junto ao muro, da outra banda, um outro poço que chupou toda a água do que mandara furar com tanto

(1) Ver vol. IV, págs. 332-334.

sacrifício. Continuam as suas irmãs sem o menor interesse pela lavoura, e parece que depois da morte de Elisa ainda ficaram mais alheias a tudo, tanto a Marta como a Maria Leopoldina; e o que poderia constituir um remedeio e fornecer para o dia-a-dia caseiro ao menos o trivial — as batatas, as vagens, alguma criação, o vinho novo, umas tantas broas, a lenha — tem-se transformado num sorvedouro das pequenas poupanças. Também vê que as suas casas à beira da estrada, no caminho para a Igreja de Santa Cruz e o cemitério, precisam de reparo e pintura; há muros com buracos, há alpendres que ameaçam ruína; e em frequentes cartas e telefonemas para a Marta e o pedreiro Ilídio dá as suas instruções para as obras de conservação indispensáveis. Mas Salazar, ausente do Vimieiro e de Santa Comba por períodos cada vez mais longos, não tem ilusões: nada será feito com o alinho e o esmero que deseja. Em Lisboa e no Estoril, como descanso, recorre à leitura de escritores portugueses. Manuel Bernardes e Alexandre Herculano continuam os grandes preferidos: são lidos e relidos. Volta a percorrer a *Crónica do Imperador Clarimundo;* compra uma nova dição da *Peregrinação,* dos *Sonetos* de Antero de Quental, das *'iagens na Minha Terra;* da *Divina Comédia,* numa edição de Já da Costa; e debruça-se com interesse sobre a *Correspondence secrète de Staline avec Roosevelt, Churchill, Truman et Attlee.* Na rotina da administração dedica particular cuidado às *Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique.* Está em correspondência assídua com José Caeiro da Matta, que preside à Comissão Executiva, e recebe-o para conversas minuciosas. Anota comentários, sugestões, reparos: está de acordo com a designação de *Congresso Internacional da História dos Descobrimentos;* quanto à secção da *Expansão Ultramarina,* chama a atenção para o facto de as várias subsecções tratarem exclusivamente de matéria e interesses portugueses, o que contraria a orientação que se quis firmar com a mudança de nome do próprio congresso, parecendo que a expansão ultramarina de outros países devia também ser considerada; acha que se devem moderar as despesas, reduzindo banquetes e festas em benefício de estudos e trabalhos de tese, concursos literários e científicos, e dos prémios de música, rádio e de cartazes, e do monumento ao

Infante (1). Através dos seus meses e semanas, Salazar submete-se com frequência a exames dos seus médicos: electrocardiogramas por Eduardo Coelho, análises por Manuel Nazaré: notam-se umas palpitações cardíacas, um toque de esclerose muito ligeira em algumas zonas: mas nada de grave que requeira terapêutica especial além de tónicos. Salazar comenta os achados dos médicos: «*Vou morrer cheio de saúde, há-de ser um caso falado*».

Além fronteiras, Salazar transformou-se num facto político intemporal: está de há muito *institucionalizado* a título que se diria perpétuo. No espírito dos seus adversários políticos no estrangeiro, entre as correntes ideológicas que o têm por anátema e uma das maldições que mortificam o mundo, o chefe do governo português é tratado como se possuísse a perenidade dos fenómenos naturais; e é um ser aziagó a exterminar, uma causa de mau agouro a destruir. Assume a categoria de um símbolo. Sentimentos paralelos, em direcção oposta, desperta nas correntes ideológicas afins. Para estas, cercadas de um universo revolvido por novas ideias e novos valores, tudo parece ruir com fragor, num descalabro de perdição e fim; Oliveira Salazar surge como depositário das grandes ideias, dos grandes valores, das grandes certezas que estão sob ataque; é tomado como ponto de referência para avaliar atitudes; e a sua palavra constitui apoio moral de posições políticas e inspiração de orientações doutrinárias. No fundo, tudo reflecte o facto de os homens, ao menos os que pertencem ao mundo livre, se sentirem perante duas concepções de vida, duas visões da sociedade civil, duas civilizações: de um lado, os princípios que traduzem e incorporam os interesses reais e permanentes dos povos e das nações; de outro lado, os que se apresentam em nome de uma revolução, de um progresso, de uma nova felicidade, de uma nova arrumação das pessoas. Salazar cultiva os primeiros; e como detentor de um poder político efectivo, a sua figura atrai atenções, concita apoios, comanda vontades e alicia espíritos.

---

(1) São numerosos e minuciosos os despachos de Salazar relativos às *Comemorações Henriquinas*. Seria impossível e sem interesse reproduzi-los todos. Deixa-se acima um curto resumo de um desses despachos, para documentar o empenho de Salazar no problema.

Assume este aspecto particular relevo entre intelectuais e políticos franceses. Henri Massis, autor de vasta obra e que acaba de ser eleito para a Academia Francesa (1), é amigo de muitos anos e um dos mais fiéis devotos e propagandistas do chefe do governo português; vive no pavor de que algum mal possa cair sobre Salazar; e está continuamente a prevenir este de sucessivas conspirações. Philippe d'Estailleur de Chanteraine, ensaísta e comentador político, colaborador de *La Revue des Deux Mondes,* depois de uma primeira visita, vem agora a Lisboa com frequência, e diz sem ambages: «*Venho avistar-me com o Presidente do Conselho para saber o que hei-de pensar nos próximos meses*». Paul Berger é recebido por Salazar, e publica depois no *Rivarol,* a propósito de um volume de Jacques Ploncard d'Assac sobre *L'État Corporatif,* um artigo de vibrante elogio ao chefe do governo. Xavier Vallat, director dos *Aspects de la France,* é um convicto *salazarista;* e também Pierre Boutang, escritor e jornalista; e Jacques Maurras, sobrinho do antigo polemista e doutrinador da *Action Française;* e Robert de Larosière, ensaísta e jornalista. Jacques Ploncard d'Assac, incompatibilizado com De Gaulle, mudou a sua residência para Lisboa, onde lança publicações periódicas e desenvolve tenaz actividade contra o presidente francês, que considera personificação do demónio e a quem acusa de perseguir e desmantelar a direita francesa. Assac comporta-se em Lisboa como jornalista, sob a capa de correspondente, que efectivamente é, de órgãos de imprensa francesa; mas está num contacto assíduo, discreto e mesmo confidencial, com Oliveira Salazar, junto de quem desempenha o papel de intermediário com figuras políticas e literárias francesas. Por intermédio de Assac e de Massis, é estabelecido contacto com o general de Benouville, que dirige *Jours de France,* e este envia a Lisboa o fotógrafo Saurin, que Salazar recebe e por quem é retratado para uma reportagem daquela revista. E outros homens, que personificam a oposição de alguns sectores da direita a De Gaulle, procuram também o chefe do governo: estão neste caso Jacques Soustelle, político, e erudito; e Tixier de Vignancour e Jacques Isorni, havidos entre os maiores advogados

(1) Salazar, sempre atento ao mínimo pormenor, não deixa de felicitar calorosamente Henri Massis pela sua eleição.

da França e de fama internacional em processos políticos; e escritores como Saint-Pierre e Saint-Paulien. Gaullistas moderados, no entanto, tomam também a iniciativa de vir a Lisboa, a título privado, para visitar Oliveira Salazar; e este, que já ficara particularmente agradado do general Béthouard, recebe com prazer a Edmond de Michelet, colaborador fiel de De Gaulle. Depois de escutar todos estes homens, Salazar comenta para os seus íntimos: «*Oxalá não venha a ser grave para a França o desmantelamento das direitas francesas pelo Presidente De Gaulle. Para a França e para a Europa*».

Por entre visitas e negócios do Estado, Oliveira Salazar recebe numa tarde Leite Pinto, ministro da Educação Nacional, que desabafa as graves dificuldades financeiras que tivera de enfrentar há um mês. Reage Salazar: «*Homem, se me tem dito tinha-lhe podido emprestar dois contos*».

24

Nos começos daquele Verão de 1960, têm-se acumulado os acontecimentos: o desastre da conferência cimeira de Paris, o grave abismo nas relações russo-americanas, a viagem de Sukarno e a sua vinda a Portugal, a reunião da EFTA em Lisboa, a deslocação do presidente Eisenhower à Europa e a sua visita aos portugueses. Parece fazer bom caminho a candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança; e a Holanda, que também apresenta a sua, retira-a em favor da de Portugal. Tudo isto interessa a Porugal; mas a Espanha sente-se também preocupada; e Madrid julga, nos termos do *Tratado* entre os dois países, que será oportuno o encontro dos responsáveis supremos. Repete a iniciativa o generalíssimo Francisco Franco: reitera em Lisboa o seu empenho de uma entrevista com Salazar. Este acede prontamente. Não esconde aos seus íntimos, todavia, o sacrifício que para si constitui uma ida a Espanha, ainda que pouco além da fronteira: detesta dormir fora de casa, os estremecimentos do automóvel tornam-lhe dolorosos os cálculos da vesícula, tem horror ao chá e às torradas de Espanha.

Mas a entrevista dos dois homens fica aprazada para Mérida, na segunda quinzena de Junho. Entretanto, Salazar não se alheia dos cuidados da política interna. Está longe de apaziguado o ambiente. Continua em Santa Clara o julgamento dos *conspiradores da Sé:* arrastam-se as audiências, por entraves processuais e burocráticos não imputáveis a alguém: mas a lentidão irrita alguns sectores do corpo de oficiais. Por outro lado, não deixa de ter reflexos na opinião pública o frenesim de Humberto Delgado pelo mundo; e o subsecretário de Estado da Aeronáutica entende que, pelas suas atitudes antipatrióticas, deve aquele oficial ser demitido. Oliveira Salazar concorda, e é preparado um despacho para desligar Delgado da Força Aérea. Pela polícia são levados a julgamento indivíduos acusados de actividade subversiva; e são pronunciadas novas condenações, sendo em muitos casos, no entanto, suspensas as penas. De maior significado são os rumores de conversas ou entendimentos, informais e acaso clandestinos, entre Botelho Moniz, ministro da Defesa, e o antigo presidente Craveiro Lopes, e a que também não seria estranho Marcello Caetano. Segundo notícias vagas recebidas por Salazar, não se trataria ainda de uma conspiração, nem de um golpe, mas de criar um grupo ou uma frente de pressão para, pelo menos numa primeira fase, conseguir alterações na política interna e sobretudo na política ultramarina. Nada disto, porém, distrai Salazar da sua cuidada atenção a problemas externos. Informa-se com minúcia das conversações entre brasileiros e portugueses que decorrem em Lisboa. Estas têm por objectivo estabelecer uma regulamentação do *Tratado de Amizade e Consulta* (1), há muito firmado pelo Brasil e Portugal, e ampliar com base naquele instrumento os domínios de actuação da comunidade luso-brasileira; e é assim que, entre outros aspectos, se tenta elaborar um estatuto de dupla-nacionalidade, assentar um princípio de representação exterior comum, organizar uma colaboração no plano económico e industrial, e articular leis luso-brasileiras sobre extradição, cooperação cultural, funcionamento de empresas mistas. Na mesma altura, por carta ao presidente Thomaz, faz o presidente Juscelino a proposta de

(1) Ver volume IV, pág. 319.

criação de um Instituto Astronáutico Luso-Brasileiro, para exploração do espaço intersideral, no mesmo espírito de Sagres; mas a Salazar não parece viável a sugestão. Por igual acompanha o chefe do governo os encontros militares luso-belgas, que num quadro bilateral procuram organizar uma cooperação militar defensiva entre Angola e o Congo Belga. Precisamente neste ponto incidem fundas preocupações de Oliveira Salazar. No contexto do movimento anticolonialista, o Congo Belga será proclamado independente dentro de pouco, como em Bruxelas fora dito a Mathias, e o estado convulso do território deixa prever desordens, lutas tribais, ataques às populações brancas com violência e sangue, e decerto agitação na extensa fronteira com Angola. São ainda responsáveis no Congo as autoridades belgas; mas estas, perante diligências locais portuguesas, não têm sido colaborantes, e mostram-se indiferentes à protecção dos muitos milhares de nacionais portugueses residentes há gerações naquele território. É de encarar um vasto e cruel drama; e Salazar combina com Marcello Mathias a prática de instâncias formais em Bruxelas. Em todo o caso, escreve directamente ao enviado português na Bélgica, Eduardo Leitão; e pede a este que faça «*um pouco de pressão para que se lembrem de que existimos ali e ajudámos nalguma coisa a fazer o que está feito*» (1). Passa em Lisboa o cardeal Giovanni Montini, e Nosolini, que é seu íntimo desde os seus tempos de Roma, vai esperá-lo e conversam no aeroporto; e depois Nosolini diz a Salazar que o prelado considera o chefe

(1) Tem interesse documental esta carta de Salazar para Eduardo Leitão, que segue na íntegra: «*Ao Dr. Eduardo Leitão — Não cheguei a agradecer-lhe as palavras de felicitação que me enviou pelo julgamento da Haia. Sou-lhe muito grato por elas. Creio que o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros lhe pedirá telegraficamente se aviste com as pessoas do Governo sobre a protecção das pessoas e bens dos portugueses no Congo. Antes de 1 de Julho* (data prevista para a independência daquele país) *não podemos pedir isso ao Governo congolês e só a esse Governo, cujos representantes no Congo se mostram um tanto ou quanto reticentes ou receosos. Nós não podemos aconselhar os nossos a que partam, abandonando tudo. Não seria razoável nem prudente. Mas precisamos de fazer um pouco de pressão para que se lembrem de que existimos ali e ajudámos nalguma coisa a fazer o que está feito. Veremos como vamos entender-nos com os futuros governantes. Com respeitosos cumprimentos, Oliv. Salazar — 2-VI-1960*».

do governo «*um homem extraordinário e um estadista de grande nobreza e inteligência*». Através de tudo, no entanto, Salazar mantém-se no Forte do Estoril. Recebe os ministros, os seus visitantes. Mas tenta algum descanso: sabe que nos meses vizinhos será agitada a vida.

Em 17 de Junho de 1960, vindo dos Estados Unidos, chega a Lisboa o rei Mahendra, do Nepal. Acompanha-o a rainha Ratva Devi, que a todos impressiona pela beleza. Não é oficial a visita, e não vai além de vinte e quatro horas a sua duração. Mas o presidente Thomaz, com alguns membros do governo, desloca-se ao aeroporto para saudar os soberanos; e depois, pela tarde, em Belém, acolhe-os numa recepção sem cerimonial de aparato, mas com uma cortesia antiga e fidalga que é timbre do regime. Representando um país do *terceiro mundo*, é útil para Portugal a boa-vontade do soberano nepalês; e é decidido atribuir-lhe a Grã-Cruz de Santiago da Espada, que o presidente português lhe entrega numa cerimónia sóbria. Oliveira Salazar está presente, conversa longamente com o rei Mahendra, que não oculta o interesse, quase a sedução com que encara a figura do chefe do governo; e depois, bem-disposto, Salazar senta-se e conversa numa roda de convívio em que estão Paulo Cunha, Augusto de Castro, Luís de Pina. Ao outro dia de manhã, a 18, partem para Paris os soberanos.

Naquele fim-de-semana conserva-se Salazar pelo Forte do Estoril. Mas na manhã do dia 20 de Junho, que é uma segunda-feira, parte de automóvel em direcção à fronteira com a Espanha. Acompanha-o Marcello Mathias. Consoante o aprazado, Salazar vai avistar-se com o caudilho espanhol. Pela tarde atravessa o Caia, onde o espera Fernando Castiella, e chega à pousada de Mérida, e ali o aguarda Franco. É o sexto encontro dos dois homens, no espaço de dezoito anos (1). Comparecem o embaixador de Espanha em Lisboa Ibañez e o de Portugal em Madrid, general Deslandes, que há pouco assumira funções. Franco parece vigoroso, risonho, e é efusivo no abraço a Salazar; e este corresponde, com sobriedade, com gesto temperado e lhano. Depois, os dois homens conversam

(1) Recorde-se que o primeiro encontro se efectuou durante a guerra mundial, em Sevilha, no ano de 1942. Ver vol. III, págs. 373 e segs.

a sós até ao jantar. Franco confessa-se ávido de escutar o chefe do governo português, e de obter informações sobre os acontecimentos de Paris e as conversas de Eisenhower em Lisboa. Salazar faz o seu relato, transmite lealmente os dados que possui. No espírito dos dois homens paira uma interrogação: haverá guerra mundial? Ambos se inclinam para uma resposta negativa: a opinião pública ocidental não está disposta a um conflito, a União Soviética não o quererá, até porque o Ocidente vai cedendo sem luta as suas posições: e os dirigentes soviéticos jogarão com dureza e sempre à beira do abismo, mas procurando evitá-lo. Franco reitera um ponto de vista já antigo: na crise tem grandes responsabilidades os Estados Unidos, sem política e sem firmeza, e o comunismo, cujo objectivo é o de agravar os males de todos em proveito do poder soviético. Franco formula perguntas sobre o *Pacto do Atlântico;* Salazar levanta dúvidas quanto à coesão e eficácia da aliança; e o chefe espanhol reafirma o desinteresse do seu país em se tornar membro da NATO. Depois a conversa é interrompida. Participam os ministros e os embaixadores no jantar, que se prolonga. Então recolhem-se, e ao outro dia, pela dez horas, são retomadas as conversas, agora com os ministros Franco fala sempre o espanhol da Galiza; Salazar fala sempr português, e só português. Abordam-se questões relacionadas com as Nações Unidas, a África; e, por entre encómios e apoios à posição de Portugal, Salazar julga adivinhar um elemento equívoco, ou de ambiguidade na atitude de Franco e de Castiella. É sublimada, no entanto, uma politica peninsular de vinte anos. Saem para um passeio: visitam o teatro romano, o Alcazar, outros pontos. Depois do almoço, bem pela tarde, Salazar e Mathias tornam a Portugal. Foram sempre cordiais as conversas, e por vezes com um toque de afectuosidade por parte de Franco. E essa nota de cordialidade é destacada para o público.

Na viagem de regresso, diz Salazar a Mathias: «*Não consegui dormir nada. Deram-me o melhor quarto, decerto, mas era um quarto de esquina com duas janelas, e por baixo destas cruzam-se duas estradas calçadas de pedra. Pois senhores: pareceu-me que os rodados de ferro de todas as carroças de Espanha passaram a noite a rolar debaixo das janelas. Toda a noite! Um inferno!*»

25

Salazar retoma a sua estadia no Forte do Estoril. Entra o Verão, e dir-se-ia frouxa a actividade política; mas justamente o chefe do governo observa alguma efervescência nos círculos políticos e nos meios militares. Duas parecem ser as origens: as diligências de Delgado e Galvão no exterior, e suas ramificações dentro do país; e o julgamento de Santa Clara. Nos últimos dias de Junho, precisamente, é publicado o despacho que coloca Delgado na situação de «*separado do serviço*» da Força Aérea; e logo os oposicionistas clamam que o governo está a consumar a sua vingança. Mas é o processo de Santa Clara que os militares seguem com mais atenção. Reconhecem a isenção do governo: garantia máxima de defesa concedida aos arguidos; escolha de oficiais de alta dignidade e valor para as funções de juízes e promotores de justiça militares; generosidade no regime a que os oficiais presos — na Trafaria ou em Elvas — têm estado submetidos. E agora, na segunda quinzena de Julho de 1960, enquanto o ministro da defesa, Botelho Moniz, está de visita à França e à Alemanha, profere o tribunal militar a sentença, sempre pela voz respeitada do coronel Rui da Cunha. São diversas as penalidades: dezasseis meses para Pastor Fernandes, vinte para Alvarenga, três a doze meses para outros. No entanto, ficam suspensas por três anos todas as penas. E alguns oficiais e civis são absolvidos. Uns e outros saem em liberdade, e não são decretadas demissões ou outras medidas disciplinares. No termo do processo, o coronel Rui da Cunha esboça algumas considerações sobre o dever militar: obediência às autoridades civis constituídas, sem prejuízo de representar perante os superiores as dúvidas ou problemas de consciência; e se não obtiver ganho de causa, abre-se ao oficial o caminho digno da demissão. Remata Rui da Cunha lembrando o conselho de um antigo general do Exército português: «*Perante os perigos de toda a ordem que ameaçam o nosso País, só pode neste momento haver uma política para nós Portugueses — esquecer tudo o que nos divide,*

perdoar os agravos recebidos e unirmo-nos firmemente em torno da bandeira de Portugal». Por sua parte, o chefe do governo manifesta reservas quanto aos termos da sentença; mas não interfere no foro militar, ou na independência do tribunal, nem tão-pouco no destino ulterior dos oficiais dentro dos quadros a que pertencem. Se o desfecho do processo de Santa Clara causa boa impressão nos círculos políticos, mesmo entre alguns oposicionistas, e na roda militar, nem por isso, todavia, parece menos anuviado o ambiente. Continua um mal-estar indefinível, e pressente-se uma atitude de dissensão, de crítica, de ansiedade; mas não se precisam ideias ou fundamentam alegações, nem se apontam objectivos ou advogam políticas diversas. Muitos põem em causa, além do regime, a pessoa do chefe do governo. Entre alguns partidários, e mesmo entre devotos incondicionais, considera-se Oliveira Salazar, que justamente cumpre agora vinte e oito anos na chefia do governo, como havendo chegado realmente ao termo da sua vida política: estava indiferente, alheio, exausto, puído pela idade e mil trabalhos, incapaz de esforço físico ou mental, abúlico, exânime em suma. Sentem-se perplexos os que assim pensam, e desorientados, sem saber a que se arrimar, ou como fazer a *passagem* para outro estado de coisas. Entre os inimigos do regime e os que vivem de ódio contra Salazar, há regozijo, alívio, próprios de quem vê próximo o fim de um tormento. Para os mais serenos de um lado e outro, o chefe do governo está pelo menos ultrapassado: aferrado a conceitos velhos, os *novos tempos escapam ao seu entendimento das coisas.* Ao arrepio destes sentimentos, Botelho Moniz declara no seu regresso do estrangeiro: «*se nós quisermos e estivermos à altura da nossa antiga e gloriosa missão histórica, Portugal poderá atravessar incólume a presente tormenta internacional*».

Oliveira Salazar está consciente do estado de espírito que erra pelo país, e vê com fria lucidez a situação. Mas nestes fins de Julho de 1960, permanece obcecado acima de tudo com o agravamento da política internacional. Chega a seu termo o mandato de Eisenhower, e realizar-se-ão eleições presidenciais no Outono; atravessam assim os Estados Unidos, desde já, um período de incerteza e portanto de frouxidão na conduta dos negócios externos; e Moscovo explora esta aberta para redobrar a virulência dos seus ataques, acusando Washington de agressão, de imperialismo, de

incitamento à guerra. Revolucionário triunfante, Fidel de Castro, que anunciara já a sua ideologia marxista e o carácter marxista do seu governo, declara agora Cuba uma *República Popular,* integrada no bloco comunista de nações e aliada da União Soviética; e confisca bens e empresas norte-americanas em território cubano. Fica alterado o equilíbrio político e estratégico no mar das Caraíbas e no golfo do México; e como guarda avançada, Cuba leva o próprio poder soviético às portas dos Estados Unidos e rasga caminhos revolucionários para toda a América Latina. Nos meios oficiais e na opinião pública norte-americana é profunda a emoção, e a perplexidade. Para além das Américas, abre-se em África outro foco de agitação, de guerra civil, de conflito entre poderosos interesses mundiais. Trata-se do antigo Congo Belga. De harmonia com as negociações de *mesa redonda* em Bruxelas, está a este tempo proclamada a independência da República do Congo. Kasavubu é eleito presidente da República, e aparece como representante de forças moderadas; mas os elementos extremistas impõem a nomeação de Patrice Lumumba como primeiro-ministro, e este irrompe como um génio da demagogia, da violência, da destruição. Nas cerimónias da independência, insulta o rei Balduíno dos Belgas, que quase é agredido; e depois, em poucos dias, lança o país na agitação, no tumulto, na luta tribal. Há um colapso da *força pública* herdada dos belgas; e os militares congoleses, que Lumumba promove e maneja arbitrariamente, tomam partido por linhas e ódios tribais. Na nova república, é o caos e é a anarquia, e estão ameaçados de massacre dezenas de milhares de brancos. Resolve o governo de Bruxelas intervir militarmente: na vasta província de Catanga, depois na região do Cassai, enfim em Léopoldville. São catastróficas as consequências: Catanga declara a sua secessão, e constitui-se em Estado independente sob a chefia de Moisés Tshombé (1), que mobiliza os seus gendarmes e rompe com Léopoldville; o governo central, por seu turno, rompe as suas relações com a Bélgica; surgem ameaças de intervenção estrangeira, feitas por outros países africanos com o apoio de Moscovo; e o secretário-geral das Nações Unidas,

(1) Tshombé era o chefe do Partido Conakat (Confederação das Associações Tribais do Catanga), baseado na grande tribo dos *Lundas.*

Hammarskjoeld, declara que está em grave risco a paz internacional. Em Lisboa, Salazar não oculta dos colaboradores mais íntimos a sua ansiedade: corre por muitas centenas de quilómetros a fronteira do Congo com Angola; e é a segurança desta, além da dos portugueses que vivem no Congo, que estão em causa. Justamente, o consulado português em Matadi acaba de ser saqueado; e está em operação uma autêntica ponte aérea entre Léopoldville e Luanda para transportar milhares de belgas e portugueses que, perante a violência sangrenta e tendo já perdido os haveres, procuram no êxodo salvar as vidas. Para mais, pela sua grandeza e situação geográfica, a República do Congo desempenha na África Central um papel de destaque; tendo raia comum com uma dúzia de países, poderá influenciar largamente o destino destes; e, sendo um território riquíssimo em matérias-primas, suscita as ambições e provoca as rivalidades de poderosas forças internacionais. Washington e Moscovo *sabem* que o domínio da República do Congo significa o domínio de toda a África Central. Por si, Oliveira Salazar receia que, por atitude precipitada ou acontecimento imprevisível, possa desencadear-se um conflito de proporções mais vastas. Para lá do Congo, também não está tranquila a restante África Negra: novas independências — desde os Camarões ao Mali, desde o Senegal à Costa do Marfim — vêm emprestar um novo impulso ao extremismo negro, aos ódios tribais, ao racismo anti-branco, e ao aproveitamento que destas forças assim desencadeadas é feito pelos interesses imperiais exteriores ao continente africano. Está em plena execução a política dos *«ventos da mudança»*, de MacMillan, e da descolonização de De Gaulle. Pelo mundo além, não é também tranquila a atmosfera: há vivo debate ideológico entre a China e a Rússia, perturbações no subcontinente hindustânico, golpes de Estado na Turquia, no Laos, na Etiópia. É remodelado o governo britânico, e no *Foreign Office* Selwyn-Lloyd é substituído por Lord Home, figura grada do Partido Conservador. No deserto do Sara, a França faz explodir a sua primeira bomba nuclear. E no penúltimo domingo de Julho, a 24, Salazar dá um longo passeio de automóvel: acompanhado de Marta e Luís Pina, vai até Évora: e visitam o Convento da Cartuxa, os Lóios, o Palácio dos Condes de Basto.

Nesta atmosfera, Portugal celebra o *V Centenário da Morte do*

Infante D. Henrique (1). Convidado pelo governo português, e para fazer as *honras da casa* a título igual ao do presidente de Portugal, chega a Lisboa o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, do Brasil (2). É sábado, dia 6 de Agosto de 1960, e pela meia-manhã, escoltado por unidades da Marinha Portuguesa e por entre salvas de artilharia do Alto do Duque, do Bom Sucesso e de Almada, fundeia em frente ao Terreiro do Paço o cruzador brasileiro *Almirante Barroso* (3). Desembarca Juscelino Kubitschek de Oliveira, com uma vasta comitiva (4), e aguardam-no Américo Thomaz, Oliveira Salazar, cardeal Cerejeira, os presidentes da Assembleia e da Câmara Corporativa, o governo, o grande funcionalismo, embaixadores Manuel Rocheta e Negrão de Lima, toda a alta-roda da política. E depois é um programa carregado de cerimónias, de festejos, de afirmação de grandes valores nacionais. É de aparato o desfile militar no Terreiro do Paço, e entre ondas de entusiasmo popular, rompendo pelo centro da Baixa Pombalina e a Avenida da Liberdade, segue o chefe do Estado brasileiro para Queluz, onde se aposenta. Pela tarde, os dois presidentes tomam o comboio do Algarve. Salazar permanece em Lisboa. No Domingo seguinte, 7 de Agosto, estão na Fortaleza de

---

(1) Verdadeiramente, as comemorações abrangem o ano de 1960. O ciclo foi iniciado em 4 de Março e fechará em 15 de Novembro. Mas o período mais espectacular e de maior significado político decorre em Agosto de 1960.

(2) O convite fora formulado em carta pessoal do presidente Thomaz, levada e entregue ao chefe do Estado brasileiro por Caeiro da Matta. A resposta de Juscelino Kubitschek, entregue em Lisboa por Negrão de Lima, é eloquente. Entre outras passagens afirma: «*Aqueles* «cristãos atrevimentos» *não se limitaram a um heroísmo pioneiro que rasgou para a civilização os horizontes até aí encobertos. Demarcaram nas novas terras áreas imperiais; e, nesses amplos espaços, o trabalho, a tenacidade rija, a energia indomável, a fé e a lealdade da gente portuguesa edificaram os seus padrões de convivência e de prosperidade, criando, para exemplo do seu admirável poderio, este Brasil que foi, desde a era manuelina, a realização mais considerável do esforço português*».

(3) O presidente brasileiro atravessa o Atlântico de avião e aterra na Base Aérea do Montijo, de onde se desloca para Sesimbra, e aí embarca no *Almirante Barroso*, só então se iniciando verdadeiramente a visita oficial.

(4) Esta é de alto nível: vice-presidente do Senado, ministros das Relações Exteriores e da Marinha, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Brasileiras, Senadores, Deputados, Reitor da Universidade do Brasil, académicos, jornalistas, etc., etc.

Sagres. É o início da peregrinação henriquina. Perante um altar monumental erguido no promontório, diz missa em campo aberto o cardeal-patriarca. É vibrante a sua homília, e exaltada, de sentido patriótico e ecuménico. Afirma Cerejeira: «*Senhores: Deste* «sacro promontório» *que entra no mar, disse um poeta,* «como a explorar o seio às ondas»; *deste lugar nu, agreste, varrido dos ventos, batido das vagas; deste lugar onde se recolheu, com navegantes, cartógrafos, matemáticos, o egrégio Príncipe, imolando-se, em holocausto do próprio coração virgem e duro (duro para ser herói, virgem para ser só de Deus), ao sonho de dar ao Mundo novos Mundos, deste lugar histórico— nasceu o mundo moderno*». Nas muralhas da fortaleza estão postados guerreiros da Idade Média, com pendões e clarins, e no topo domina a cerimónia uma imensa Cruz de Cristo, como a usada pelo Infante. Depois, ao largo do promontório, é o desfile naval. Estão os grandes veleiros de fama mundial, navios-escolas de países marítimos: o *Sebastián de Elcano,* o *L'Étoile,* o *Gorch-Fock,* a *Sagres,* muitos outros ainda. E estão quarenta barcos de guerra, formando uma esquadra internacional. Há grandes unidades: o couraçado *De Moines,* dos Estados Unidos; o couraçado *Colbert,* da França; o cruzador *Canárias,* da Espanha; o cruzador *Bermuda,* da Inglaterra. Estão representadas ainda as Marinhas de Guerra da Argentina, Brasil, Canadá, Dinamarca, Holanda, Itália, Suécia, Alemanha, África do Sul; e todas as unidades são acompanhadas de flotilhas de torpedeiros, avisos, fragatas; e estão doze navios da Armada Portuguesa. Ocupa a frota muitas milhas marítimas. Realizado o desfile perante o promontório e à vista dos dois presidentes, estes embarcam no *Vera Cruz.* Para os portugueses do Brasil, Juscelino Kubitschek envia uma mensagem: «*Assistindo ao desfile majestoso das esquadras estrangeiras ante este promontório histórico, meu pensamento se volta para a glória eterna da Pátria-Mãe e para os que dela um dia se despediram, rumando para as terras do Brasil*»; e «*honro-me por haver participado destas festas henriquinas e orgulho-me, ante os feitos dos nossos antepassados, de ter nascido filho e neto de Portugueses*». Toda a frota internacional, tendo à frente o *Bartolomeu Dias* e o *Almirante Barroso,* está sob o comando do almirante português Guerreiro de Brito. E escoltando o *Vera Cruz,* a esquadra ruma ao norte, ao largo da costa, e diri-

ge-se ao Tejo, para fundear em Belém. Nessa noite, é o banquete da Ajuda, aparatoso e solene. Américo Thomaz impõe a Juscelino Kubitschek o grande colar da Ordem do Infante D. Henrique (1). Agradece de improviso o presidente do Brasil, e é emotivo: viera a Portugal «*cumprindo um dever filial*»; era com alegria que via ali presente «*esta admirável figura de Oliveira Salazar que através da sua admirável actuação conseguiu restabelecer para o Ocidente os conceitos que nós todos prezamos e pelos quais nos temos batido*»; e conservará para sempre a recordação da homenagem «*como das mais sensibilizadoras de minha vida pública, porque ela estará sempre a lembrar para mim e para o Brasil a hora extremamente solar em que Portugal, com a sua genialidade, soube desvendar para o Mundo mundos novos e desconhecidos, e soube com a sua actuação iniciar a época do Renascimento, a época Moderna da história do mundo, dando o continente americano como um presente às actividades do Mundo velho*». Depois, são os discursos de teor político. Thomaz sublinha e enaltece o multirracialismo e o pluricontinentalismo da nação portuguesa. Afirma: «*A nação portuguesa, espalhada pelo Mundo, sente energia bastante para continuar, e por isso não cedemos, não abdicamos, não transigimos perante contingências transitórias que são mero acidente de uma vida*». Mais: «*Projecção de Portugal nas Américas, projecção do Brasil nos quatro cantos da Terra, a Comunidade Luso-Brasileira repousa firmemente numa só fé, numa língua, numa cultura, numa sociedade multirracial, em que todos os homens de todas as raças se encontram para afirmarem, bem alto e com orgulho, a igualdade e a dignidade da pessoa humana* (2). Juscelino Kubitschek responde: Portugal, ao celebrar o Infante, voltara-se para «*o seu filho de Além-Atlântico, fruto do seu poder*

---

(1) Fora criada a Ordem justamente para celebrar o V Centenário da morte de D. Henrique de Sagres. O presidente brasileiro foi a primeira pessoa a ser condecorada com aquela Ordem, em qualquer grau. O grande colar era reservado a chefes de Estado.

(2) Com esta frase e a precedente, o chefe do Estado Português lançava esta tese: as províncias portuguesas ultramarinas deviam interessar tanto ao Brasil como a Portugal porque faziam *parte integrante* da Comunidade Luso-Brasileira e representavam valores do próprio Brasil, que seriam perdidos para este se fossem perdidos para Portugal.

de gerar nações»; e «*V. Ex.ª sabe, e sabe toda esta altiva Nação, que conservamos a mesma fidelidade ao Deus que veio guiando e protegendo as caravelas pelo mar-oceano, entre perigos sem conta; a mesma fidelidade aos princípios que nos legaram os nossos avós lusitanos; a mesma fidelidade, em sua essência, ao idioma em que cantou Camões e em que escreveu Machado de Assis*». E depois o presidente brasileiro tece um longo hino à *Operação Pan-Americana*, que ideara no Brasil, e que caracteriza como um «*monumento de defesa e afirmação do inconformismo ibero-americano*», no sentido de congregar todo o Ocidente e o Mundo Cristão para ajudar o progresso das «*nações americanas de origem ibérica*» como meio de as «*salvar da onda de materialismo e de negação que ameaça submergir as nossas nações e levar de roldão as almas dos nossos descendentes*». Deste modo, o presidente brasileiro, se acompanha Thomaz na evocação do passado e da gesta heróica dos Portugueses, e se exalta a comunhão do Brasil nos valores morais e históricos criados por Portugal, já não se afoita num apoio expresso ao perfil da nação portuguesa tal como vincado pelo presidente português (1). Mas não estão findas as celebrações henriquinas e luso-brasileiras. Ao dia seguinte, 8 de Agosto, partem para Coimbra, de comboio, os dois presidentes. Na velha Universidade, Juscelino Kubitschek recebe o grau de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Direito. É momento grande de pompa antiga. É *padrinho* o cardeal Cerejeira; e estão os ministros, os bispos, os embaixadores, altas patentes militares da região, os doutores com seus capelos, no cortejo tradicional dos Paços de D. João III à Sala Grande dos Actos. José Carlos Moreira, vice-reitor, proclama Juscelino Kubitschek «*um dos nossos*» e dá-lhe as boas-vindas à Universidade que «*D. Dinis fundou no século XIII*», e que o «*egrégio Infante D. Henrique tomou sob sua protecção no século XV*». Nas suas palavras, o presidente brasileiro exprime-se com calor, mesmo com paixão: Coimbra é «*um oratório*», à cidade está ligado «*um elemento de poesia*»; e o «*doce Mondego anima a*

(1) Com efeito Juscelino Kubitschek deixa cair as alusões à nação *espalhada pelo Mundo*, à não *abdicação* portuguesa perante *contingências transitórias* (referência aos ataques anticolonialistas), à *sociedade multirracial portuguesa*, etc.

vossa tocante e virgiliana paisagem». Juscelino agradece o doutoramento, os elogios; recorda os brasileiros eminentes que estudaram em Coimbra; e no termo da sua prece invoca «*esse grande varão que é o Presidente Salazar e que aqui também formou o seu espírito*». Mas Salazar não está presente em Coimbra. E de Coimbra os dois presidentes passam ao Porto. Desde as Devesas à Câmara Municipal, Juscelino é saudado pelo povo em multidão, aclamado, vitoriado. No salão nobre do município, deixa-se arrastar para um longo, vibrante improviso, com a sua eloquência fluente: de novo celebra esta «*figura extraordinária de varão austero que se chama Oliveira Salazar*» e recorda a visita que lhe fizera quatro anos atrás (1) e em que, «*por mais de duas horas, eu vi correr, como um filão de água cristalina e pura, as qualidades, as virtudes, o esforço e o sacrifício que esse homem extraordinário tem feito em benefício de Portugal*», tendo recolhido «*conselhos e conceitos que muito me valeram na administração do Brasil*»; de novo invoca a gesta lusíada nos mares e nos continentes; sublinha os grandes símbolos luso-brasileiros; e então caracteriza e defende o seu governo e a sua política, de desbravamento e domínio do continente brasileiro, e de valorização dos seus recursos, como uma extensão do espírito de audácia pioneira legado pelo Infante. Depois, sempre no meio de grande poder de povo, inauguram os dois presidentes a *Casa do Infante* (2), que é doada à cidade do Porto. Juscelino sente-se deslumbrado, e desce a pé até à beira do rio para admirar as tripulações de duas naus, trajando segundo a época, e os charameleiros e tamborileiros, os guiões de D. João I, os archeiros e besteiros, os juízes do povo, os mareantes e homens de cais e da borda de água. Um arauto a cavalo adianta-se, lê uma proclamação ao estilo de quatrocentos: «*É fremosa cousa de ver, Senhores da Governança, o corregimento da frota do nosso Infante Dom Henrique, toda ela passante de setenta naus e barcos e fora outra muita fustalha*». Juscelino está rendido: considera que o Infante «*está hoje aqui a*

(1) Ver vol. IV, págs. 409 e 410.

(2) Edifício da baixa portuense, de pedra, onde segundo a tradição nasceu D. Henrique. Portas e janelas são no entanto de estilo manuelino. Pertencia na altura ao Banco Nacional Ultramarino.

nosso lado» e sublinha que «*insiste em reunirmos as nossas pátrias no espírito do celebrado pioneiro*». E ao cabo da estadia no Porto é a recepção no Palácio da Bolsa, trasbordando o Salão Árabe da alta-roda portuense. Regressam os dois presidentes a Lisboa, em avião, ao cair da tarde; e ainda nessa noite assistem, no Campo Pequeno, a uma tourada de velho estilo português, e observam depois, no Terreiro do Paço, fogo-de-artifício no Tejo. Mas ao dia imediato, a 9 de Agosto, é ainda outra jornada henriquina. Juscelino visita a Câmara Municipal de Lisboa. Saúda-o França Borges. Responde Juscelino num dos seus improvisos de oratória: elogia a capital portuguesa e a sua simbologia e papel histórico, e manifesta a esperança de que a nova Brasília venha também a ser um dia a ponta de lança que domine o largo mundo do planalto e do sertão brasileiros. Pela tarde, é inaugurado o Monumento às Descobertas e ao Infante D.Henrique, em Belém, à beira do rio, perante *guarda de honra* formada por contingentes das marinhas estrangeiras presentes no Tejo. Pelo governo da África do Sul, por intermédio do seu embaixador em Lisboa, é entregue oficialmente a Portugal, na pessoa de Américo Thomaz e em cerimónia realizada no local, uma *Rosa dos Ventos* gigantesca, de cinquenta metros de diâmetro, toda em mármore, ostentando ao centro um planisfério com as rotas das navegações portuguesas, e que cobre todo o terreiro de acesso ao Monumento do Infante. Depois, entre tropas formadas, bandeiras, clarins, é inaugurado o monumento pelos dois presidentes. Discursam ambos: Thomaz enaltece o carácter universal da figura do Infante; Juscelino considera que o mar é a grande matéria-prima de que Portugal fez caminho para moldar nações. No pavilhão anexo ao Museu de Arte Popular é depois aberta ao público, e visitada pelos presidentes, a *Exposição Henriquina,* que está guardada por fulas e mandingas da Guiné, landins de Moçambique, soldados da Índia. E na noite desse dia 9 de Agosto, em Queluz, Juscelino retribui com um banquete de grande aparato o que lhe fora oferecido na Ajuda. Thomaz recebe o grande colar do Cruzeiro do Sul. Salazar está presente. E então o presidente brasileiro dá a sua resposta à tese portuguesa de *nação multicontinental e multirracial.* Diz Juscelino, no seu discurso de saudação a Américo Thomaz: «*Desejaria que o meu pensamento, através destas derradeiras*

palavras que pronuncio em terras de Portugal, abrangesse todo o mundo lusitano — na Europa, na África, na Ásia, na Oceania, na América, nas ilhas, em qualquer sítio onde pulsa em humano coração, o inestimável privilégio de pertencer à forte raça de que proveio a minha raça» (1). E mais uma vez, além do de Américo Thomaz, faz o elogio de Oliveira Salazar: «*É com o maior respeito que desejo fazer uma referência ao Senhor Presidente do Conselho, Dr. António de Oliveira Salazar, estadista que dedicou toda a sua existência ao serviço desta Pátria, que ele amou e ama de forma integral e indivisível. O que deve Portugal ao Presidente Salazar não pode ser aferido, pois a sua acção prossegue e os seus efeitos ainda se expandem. Há, sem dúvida, uma doutrina de Estado, um princípio e uma forma de raciocínio no pensamento político português que nasceu da dupla estrutura de estadista e de pensador político que se integram na austera e alta personalidade do Presidente do Conselho*». Mas a larga recepção no Palácio de Queluz não conclui esta fase dos festejos henriquinos. Na manhã de 10 de Agosto, é o seu fecho: na Avenida da Liberdade, em homenagem ao Brasil e a Portugal, desfilam cinco mil homens das armadas estrangeiras. Na tribuna, os dois presidentes, Salazar, corpo diplomático, todo o mundo oficial, e o príncipe Desta, que o imperador da Etiópia enviara expressamente a Portugal. Pouco depois do desfile, Juscelino Kubitschek toma enfim o avião de retorno ao Brasil.

Salazar acompanha o desenrolar do programa, inquire de todos os pormenores. Defende-se de participar nas cerimónias mais esgotantes. Quando está presente — na chegada de Juscelino, na Ajuda, na inauguração do monumento, em Queluz, na parada

---

(1) Note-se que, com subtileza e tacto, o presidente brasileiro apenas na *aparência verbal* subscreve a tese exposta na Ajuda por Américo Thomaz; no fundo, sem a rejeitar expressamente, distancia-se dela, e até a anula, defendendo uma outra construção. Esta seria a de um *mundo lusitano*, formado somente por afinidades de espírito e cultura, e que de nenhum modo implicava ou coincidiria com a soberania política, nem com qualquer conceito de *nação única* visto que até abrangeria *várias*, entre as quais o próprio Brasil, independente já hoje, como amanhã *outras* o poderiam ser. Esta sugestão não é evidentemente formulada no discurso, mas fica a pairar numa interpretação rigorosa das palavras de Juscelino.

militar — surge sempre apurado no trajar, meticuloso; mas sóbrio, austero, sem uma condecoração, sem um arrebique. Sempre que possível e o protocolo não é infringido, Juscelino e Salazar não perdem um minuto de conversa. Não pretende o presidente brasileiro ocultar a sua admiração, mesmo o seu fascínio. Salazar considera Juscelino um político hábil, arguto, e um sincero amigo de Portugal; mas não está seguro de que essa amizade resistisse a um sacrifício político pessoal. Tem dúvidas, por outro lado, de que Juscelino entenda bem a natureza das relações luso-brasileiras. «*Disse e repeti a Juscelino*», afirma Salazar aos seus colaboradores, «*que as relações luso-brasileiras são fundamentalmente políticas. Se estamos com receios do que possam pensar outros, ou se nós pensamos poder desenvolvê-las a partir da economia ou do comércio, então não chegaremos a qualquer resultado útil*». No mesmo sentido orienta Marcello Mathias as suas conversas com o chanceler Horácio Lafer, que se mantém em Portugal durante toda a visita de Juscelino. Lafer é um amigo, a sua boa-vontade não parece ter limites. Tanto Mathias como Lafer aprovam os textos elaborados pela comissão mista luso-brasileira; e são assinados múltiplos acordos, desde os que prevêem uma representação diplomática e consular comum até aos que organizam uma colaboração cultural e um estatuto de dupla-nacionalidade. São os documentos um largo avanço na construção da *comunidade luso-brasileira;* mas todos ficam dependentes de ratificação pelo Congresso do Brasil. Salazar recebe Alves Pinheiro, de *O Globo,* e não esconde do jornalista brasileiro a sua reserva, mesmo algum cepticismo; e diz-lhe que, na sua idade, «*todo o meu tempo é para dedicar a Portugal*». E como últimos ecos desta fase das celebrações henriquinas são encerrados os jogos desportivos luso-brasileiros e o grande acampamento internacional de jovens, no Vale do Jamor. Salazar resume a sua descrença, na fórmula habitual: «*Oxalá não voltemos ao clima de mensagem para cá e mensagem para lá*».

Têm repercussão internacional as celebrações henriquinas. Também mais uma vez aviva o sentimento português a celebração de Aljubarrota, nos campos de S. Jorge, a que preside Américo Thomaz. Sente-se atraído por Portugal o rei da Tailândia, e exprime o desejo de um convite para visita oficial. Prontamente,

anui o governo português. Em 22 de Agosto de 1960, o rei Bhumibol e a rainha Sirikit chegam a Lisboa. Repete-se o ritual: banquetes da Ajuda, de Queluz, troca de condecorações, com o timbre de cerimónia e rigor protocolar que é cunho do regime. Tudo se mantém, contudo, dentro de uma rotina de que estão agora ausentes a exuberância oficial e popular, os intuitos políticos e o alcance nacional e histórico da visita do chefe do Estado brasileiro. Confessa-se o soberano tailandês, no entanto, muito sensível à crónica portuguesa dos tempos idos, e é o primeiro a lembrar os contactos remotos entre Portugal e o Sião, e o poderio dos portugueses de outrora na corte dos seus antepassados. Do lado do governo de Lisboa há interesse em cultivar um país que alinha com o terceiro mundo, e que no Sudeste Asiático ocupa lugar de consequência. Interessa-se o rei por monumentos do passado, e visita com minúcia os Jerónimos, o Museu dos Coches; despende horas no Laboratório de Engenharia Civil; e na Escola Naval e no Arsenal da Marinha, no Alfeite, procede ao estudo da Marinha de Guerra portuguesa, e sua estrutura. Em 24 de Agosto, no Palácio de Queluz, o monarca recebe Salazar, a sós, para uma conversa em que o soberano se informa da vida portuguesa e em que o chefe do governo expõe em traços gerais e política africana de Portugal; e Bhumibol condecora Salazar com a Excelsa Ordem do Elefante Branco. Thanat Khoman, ministro dos Estrangeiros tailandês, acompanha o rei, afirma a Marcello Mathias que decerto a posição política da Tailândia não permite um apoio ostensivo a Portugal na ONU; mas garante que o seu governo jamais hostilizará a política portuguesa, nem participará em ataques, e muito menos tomará iniciativas nesse sentido.

Perante estas sucessivas visitas de altas figuras, o povo simples considera que tem de existir algum prestígio português para atrair aqueles homens, e que decerto não serão para desdenhar os interesses e as posições que Portugal comanda pelo mundo, e que lhe dão força política de algum tomo. No desenrolar das comemorações henriquinas, e ao recordar Aljubarrota tornam-se vivas, e presentes, a dimensão histórica e a vontade colectiva do país, e na massa da opinião pública há o sentimento de que no cerne nacional vivem traços heróicos e lampejos de grandeza. Justamente, acaba de morrer Jaime Cortezão: oposicionista de sempre, sem

dúvida: mas português de lei e homem que, em tempos recentes, erguera alto a bandeira da nacionalidade, dos descobrimentos, e da expansão.

26

Entra o mês de Setembro de 1960, e Oliveira Salazar continua no Forte do Estoril. Assente o bulício das festas e cerimónias, Salazar sente alguma fadiga: pensa manter-se pelo Estoril, desejaria dar um salto à sua aldeia. Mas hesita perante os acontecimentos internacionais. Além disso, encontra-se adoentado o presidente da República, e Salazar tem de o substituir num caso ou noutro. Na manhã de 5 de Setembro, o chefe do governo preside em S. Bento à sessão inaugural do *Congresso Internacional da História dos Descobrimentos,* na sala da Assembleia Nacional. É reunião magna, que congrega para mais de oitocentos historiadores e mestres de oitenta e cinco países. Estão os grandes nomes da cultura especializada: Pedro Calmon, Gilberto Freire, Thiers Moreira, José Montelo, pelo Brasil; Michel Mollat, Jean Denizet, Paul Gille, de Paris; Francis Rogers, de Harvard, nos Estados Unidos; Leo Magnino e Frederico Melis, de Itália; Jacques Benard, de Bordéus; Frederic Mauro, de Toulouse; Jacques Heers, de Argel; Charles Verlinden, de Gand; Joseph Needham, de Cambridge; Charles Boxer, de Londres; Hermann Kellenbenz, de Colonia; e centenas de outros. Entre a participação portuguesa destacam-se os nomes de António Brásio, Armando Cortezão (1), Veríssimo Serrão, Silva Rego, Adriano Moreira, Borges de Macedo, Virgínia Rau (2).

---

(1) Como se sabe, e foi mais de uma vez anotado neste estudo, Armando Cortezão era irmão de Jaime Cortezão, há pouco falecido, e também ele próprio investigador e historiador de marca.

(2) Não cabe a este estudo pormenorizar mais as celebrações henriquinas. Importa dizer, porém, que além deste congresso se realizaram também: *Colóquio Internacional de História do Navio e da Economia Marítima;* homenagens nas Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra; sessões evocativas na Academia das Ciências, na Assembleia Nacional, noutras instituições. De toda esta activi-

Oliveira Salazar não intervém na cerimónia, e considera que, à parte algum acto final, estão para si fechados os festejos henriquinos. Procura descansar na beira-mar. E nesse mesmo dia 5, já regressado ao Forte, lê umas curiosas declarações que o seu amigo patriarca fez ao *Globo*, do Rio de Janeiro. Que diz Cerejeira? «*Nunca fui, não sou, nem posso ser mentor do sr. Presidente do Conselho — que não precisa de mentores nem os admitiria*». Recorda o cardeal os tempos de Coimbra, dos *Grilos*, que foram de «*perfeita unidade espiritual, cultural e afectiva*». Mas logo que assumiram funções de responsabilidade, então «*nos separámos, isto é, interrompemos o convívio*» (1). Correspondem aos factos as afirmações do prelado. Por que as teria feito? ou que teria levado o jornalista a formular as perguntas que as provocaram?

Mas o chefe do governo não consegue verdadeiramente descansar. Constitui preocupação de cada momento a situação mundial, e sente cuidados maiores pelos acontecimentos do Congo. Estes começam a afectar a segurança de Angola, e até a sua vida diária: continuam a afluir belgas e portugueses que abandonam tudo. Kasavubu, presidente congolês, demite o primeiro-ministro Lumumba, que logo inicia uma luta de guerrilha política e tribal. Lumumba dispõe do apoio de todos os governos africanos extremistas, e estes por seu turno são instados pela União Soviética para assumir uma atitude de virulência crescente. Em torno da demissão de Lumumba, da secessão do Catanga, da intervenção belga, desencadeia-se em toda a África Negra, e pelo mundo, um clima de emoção, de partidarismo radical, que se enfeixa no embate leste-oeste, ao mesmo tempo que dele resulta, e o agrava, e o torna mais extremado. De momento, toda a política do Ocidente é definida em função do drama congolês. Em Moscovo, Krutschev anuncia com aparato o seu propósito de se deslocar a Nova Iorque e participar na Assembleia Geral da ONU, prestes a abrir. Por pressão do chefe soviético, logo afirmam o seu intento

---

dade ficaram publicações do mais alto valor cultural: *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, IV volumes; *Monumenta Henricina*, XIV volumes; *Actas do Congresso*, V volumes; *Bibliographia Henricina*, II volumes; e milhares de outras publicações avulsas, separatas, artigos, conferências, etc.

(1) Por outras palavras, o cardeal Cerejeira está referindo o episódio relatado a págs. 152 e 153 do vol. II desta biografia.

de também comparecer as grandes figuras do *terceiro mundo* e do *bloco neutralista:* Tito, Sukarno, Nasser, Fidel de Castro, Gomulka, Kadar, outros mais. Reagem os ocidentais: estarão em Nova Iorque homens como MacMillan, Eisenhower, Diefenbaker. De Gaulle recusa-se: não se propõe deixar-se enredar no escândalo e no tumulto. Mas de todo este complexo vespeiro é o problema de África, e o do Congo, que mais consomem Oliveira Salazar. Desejaria que viesse a Lisboa o príncipe Carlos, antigo regente da Bélgica, e que poderia prestar-lhe informações pormenorizadas sobre o que se passa no Congo. Pretende também dar um salto a Santa Comba: vai? não vai? Não sabe: «*a vida está tão difícil que a gente não tem coragem de se afastar da ponte de comando*» (1). Mas afinal, e apesar de tudo, em meados de Setembro vai numa corrida a Santa Comba.

No tumulto, decorre em Nova Iorque a XV Assembleia Geral das Nações Unidas. Chega Krutschev, e a vida da grande cidade de novo se atola em confusão. Na sacada de um primeiro andar, o chefe soviético dá uma conferência de imprensa sob chuva torrencial, e abrigado por uma sombrinha arenga aos jornalistas que se acumulam no passeio em baixo. Nas Nações Unidas, cada sessão é uma torrente de acusações e vitupérios contra os Estados Unidos, e o Ocidente em geral. Nessa atitude, é copiado pelos chefes dos demais países comunistas e de muitos do *terceiro mundo*. Destaca-se Fidel de Castro pela sua violência, ameaças atrabiliárias,

---

(1) De uma carta para Eduardo Leitão que, pelo seu interesse pessoal e documental, transcrevo na íntegra: «*Ao Dr. Ed. Leitão: Muito lhe agradeço as suas cartas e informações que fez o favor de enviar-me. A última é de 15 de Agosto e recebi-a em 26. Não respondi logo porque estava à espera de decidir a minha ida ou não ida a Santa Comba, por causa do desejo do Príncipe Carlos que muito me interessa. A vida está tão complicada e difícil que a gente não tem coragem de se afastar da ponte de comando. Espero ir hoje a Santa Comba mas com muito pequena demora. Suponho que quando receber esta já estarei de regresso. Só pela gravidade do momento é que não me ponho ao dispor do Príncipe Carlos para estar na província quando conviesse a S. Alteza. Veja se o convence a vir a Lisboa ou ao Estoril, pois que por ora me conservarei no Forte de Santo António, talvez até ao fim de Outubro. Ser-me-ia muito grato ter a visita do Príncipe e ser-me-ia penoso que por causa da vida que levo perca a oportunidade de tornar a vê-lo. Veja o que consegue e diga-mo. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 16-9-960*».

demagogia espectacular do seu comportamento; reclama contra o tratamento que alega receber nos hotéis; e diz que quer instalar-se no Central Park, debaixo de uma tenda. De tudo o Ocidente é arguido: de imperialismo, de racismo, de colonialismo, de agressão, de exploração económica, de preparar uma nova guerra, de conspiração contra a humanidade. E a violência de linguagem frisa com a arrogância e a zombaria com que o mundo ocidental é tratado. Krutschev lança da tribuna da ONU uma proposta que faz estremecer governos e opiniões públicas: o desarmamento geral e completo, imediato, incondicional, fiscalizado, investindo-se no bem-estar dos povos os dinheiros despendidos com armas e exércitos. Denunciam os ocidentais a proposta, no plano político e no plano prático, e a má-fé da União Soviética, que não ignora a inviabilidade do que propõe, e como o propõe. Krutschev ataca depois a estrutura da ONU: a organização é serva do Ocidente; os seus órgãos são hostis à União Soviética e ao *terceiro mundo;* e o secretariado e o seu chefe, Dag Hammarskjoeld, não são imparciais e actuam sob influência do Ocidente, em particular dos Estados Unidos. Krutschev propõe uma reforma: criação de *três* secretariados, designação de *três* secretários-gerais, nomeados ou escolhidos respectivamente pelo Ocidente, pelo bloco socialista, pelo *terceiro mundo:* e cada um desses altos funcionários teria, nas matérias de interesse político ou que afectassem ou pudessem afectar a paz e a segurança internacionais, *o direito de veto* (1). Era a paralisia da organização, Krutschev insiste, e desencadeia mesmo violentos ataques pessoais contra o secretário-geral. Mas o chefe russo excede-se, e não o acompanham muitas das delegações do *terceiro mundo,* interessado na manutenção da ONU; e não vinga esta proposta soviética. Por seu lado, para dar réplica a Krutschev, também comparecem em Nova Iorque os altos chefes ocidentais. Destacam-se Eisenhower e Harold MacMillan. Não deixam de denunciar com vigor os ímpetos brutais, as incongruências do dirigente russo. Todos os debates, porém, se afundam em confusão e tumulto. E parece sempre mais grave a crise mundial:

(1) Foi esta proposta na altura logo designada por *troyka,* e assim ficou conhecida, sendo uma *troyka,* ao que parece, um tipo de trenó tirado por três cavalos.

é áspera a reacção da opinião pública norte-americana orientada por um Congresso que é unânime em repelir por todos os meios as ameaças soviéticas; os grandes países do Ocidente reafirmam a sua disposição de defender os seus interesses vitais; e o clima moral generalizado é de ansiedade, mesmo de pavor, e todos sentem que a paz do mundo está suspensa de um imponderável.

A este tempo, Salazar erra pela sua Beira. Não é muito o tempo que despende com suas irmãs. Vai por Viseu e cercanias, está atento a monumentos e feiras; e dá um salto ao Buçaco, a cumprimentar o primeiro-ministro irlandês, que ali passa umas curtas férias; considera obrigatório ir ao Caramulo, a almoçar com os Lacerdas; e desloca-se de propósito a S. Pedro do Sul, para observar uma colónia de férias para trabalhadores. Mas nos fins de Setembro volta Salazar ao Estoril. Tem visitantes a acolher. De novo o visitam Tixier-Vignancour e Jacques Isorni. É todavia a conversa de Henri Massis, mais uma vez em Lisboa, que o chefe do governo mais aprecia. Massis impressiona-se sempre com o gabinete de Salazar no Forte: *«uma espécie de cela, de paredes brancas e nuas, quatro cadeiras e uma mesa de tubos metálicos, mobiliário de acampamento, um telefone, e é tudo»*. Diz o chefe do governo ao escritor francês: poucos períodos na história têm revelado igual perturbação: e dir-se-á que o *«senso comum deixou de existir entre os povos»*. E Salazar pisa e repisa o drama em que se revolve o mundo: a África está em chamas, porque lhe lançaram fogo do exterior; o anticolonialismo quer uma África de poderes fracos, manobráveis por interesses capitalistas ou por desígnios imperialistas; os agentes soviéticos estimulam revoltas e subsidiam chefes africanos, mas a Rússia *abstém-se* de investir em África, sendo-lhe indiferente o desenvolvimento desta; não há *uma* África, mas *várias*, e não são homogéneas as populações africanas, nem idêntico o seu estádio de evolução; entregar estes problemas às Nações Unidas não constitui solução; unificar a África ainda é mais quimérico do que unificar a Europa. Revela a Europa Ocidental incapacidade de fazer acreditar e viver ideias políticas e sociais que lhe sejam próprias, e o facto pode conduzi-la a ser mentalmente colonizada pelas duas grandes potências, Rússia e Estados Unidos, que se disputam a hegemonia mundial; e pode prever-se, observa Salazar, que aquilo a que se chama civilização

seja destruído ou profundamente afectado em elementos essenciais. Henri Massis lembra que justamente Jean Paul Sartre (1) acaba de proclamar que a Europa deve apoiar todos os novos nacionalismos e deve também, inversamente, *internacionalizar* e *desnacionalizar* os velhos Estados que a formam. Comenta Salazar, usando uma sua ideia antiga: não é a primeira vez na história do mundo que o espírito é traído pelos intelectuais; mas essa é a técnica do comunismo, é a palavra de ordem de Moscovo; e para a Rússia as independências africanas são apenas uma fase, um degrau para o objectivo último, que é o da desintegração do Ocidente. Depois, o chefe do governo lamenta que os Estados Unidos não tenham uma política: poderia constituir um factor de moderação e apaziguamento em África. No actual estado de coisas, assiste-se somente à destruição, ao sofrimento, à anarquia sangrenta. Este drama, afirma Salazar, afecta a África portuguesa. Esta conseguiu, através de um hábito de séculos, praticar uma associação, uma maneira de viver *habitualmente* sob o mesmo tecto e de agir em conjunto, sem discriminação racial ou diferenças entre habitantes, salvo as que provenham de cultura ou mérito. Mas é grave que a imprensa europeia liberal ataque a política portuguesa em África, e que alguma imprensa britânica encoraje Portugal a abandonar, a abdicar, a partir. Salazar conclui: há no mundo um excesso de mal; deste pode nascer a esperança das reacções indispensáveis; e «*eu conservo portanto a esperança da Esperança, porque aquilo de que se trata é de viver...*».

Nestes fins de Setembro de 1960, toma corpo uma agitação interna definida: o aproveitamento, que alguns pretendem fazer, do cinquentenário da proclamação da República, a ocorrer em 5 de Outubro. Democratas da velha cepa que não se afastam do caminho, descendentes de republicanos históricos, socialistas, homens de extrema-esquerda, procuram no aniversário um pretexto para celebrar valores e princípios que envolvem a condenação do regime; e a efeméride seria transformada em ataque ao governo. Vive-se

(1) Como se sabe, trata-se do escritor, dramaturgo, ensaísta e filósofo francês (1905-1980), chefe de fila dos *existencialistas*, e que na década aparece como subscrevendo muitas das teses marxistas, designadamente na sua *Crítica da razão dialéctica*.

ou não em República? Há porventura um propósito de restaurar a Monarquia? Se não há, que objecções podem apresentar os pedidos de autorização para conferências, sessões comemorativas, comícios, manifestações públicas em suma, imbuídas de espírito republicano? Compreende Salazar o plano, e resolve frustrá-lo: o governo chama a si o assunto: e será o próprio governo, através de uma comissão, a promover celebrações oficiais da data do *5 de Outubro*. Aceitam participar na comissão homens de todos os matizes políticas: almirante Alves Leite, general Ferreira Martins, Bissaia Barreto, Ezequiel de Campos, Hernâni Cidade, Pinto Barriga, João Pereira da Rosa, Norberto Lopes, Roque de Arriaga, outros ainda. São homens independentes, republicanos sem mácula, e que ninguém pode arguir de enfeudados ao governo. Quantos quiserem participar nos actos comemorativos simbólicos, realizados no plano nacional e não partidário, serão bem-vindos. Mas então, perante a atitude do governo, sentem-se exasperados os monárquicos. Entendem que o regime deveria manter uma posição de neutralidade; e em qualquer caso, nunca tomar o assunto em mãos. Benard Guedes, lugar-tenente do pretendente ao trono, dirige uma exposição a Arnaldo Schultz, ministro do Interior, e se são correctos os seus termos, nem por isso deixa de exprimir mágoa e estranheza. Tem de se afirmar, no entanto, que o governo conduz o assunto sem alma, sem fogo, e com o propósito claro de manter as celebrações num âmbito restrito (1).

(1) Salazar exprime o seu ponto de vista em carta a Martins de Carvalho, ministro da Saúde, que alguma intervenção tivera em conciliar os dois pontos de vista. Dessa carta destaco os seguintes passos: «*Tive imensa pena do G.el B. Guedes por quem tinha a maior consideração. Vai fazer falta à C. M.; devo em todo o caso dizer que a exposição enviada ao Ministério do Interior sobre as comemorações do 50.º aniversário da proclamação da República me pareceu muito correcta. As pessoas que intervieram no assunto devem ter compreendido que o Governo só tinha dois caminhos a seguir: um, tomar ele o comando das comemorações e portanto oficializá-las; outro, consentir na mobilização geral que vem sendo de longe preparada, como ensaio para as próximas eleições. O primeiro caminho era o melhor e deixou grandemente desapontados os oposicionistas* enragés». Carta de 4-X-60. Benard Guedes acabava de falecer. Sobre as relações deste com Salazar, ver. vol. IV, pág. 495. C. M. significam, evidentemente, *Causa Monárquica*.

Entretanto, Marcello Mathias desloca-se a Paris, em 3 de Outubro, para visita oficial. Tem êxito e brilho: conhecedor dos meios políticos e sociais franceses por longa permanência no país, sabe cultivá-los. Mathias avista-se com os homens que marcam na França actual: Michel Debré, primeiro-ministro; Couve de Murville, ministro dos Estrangeiros; André Malraux, ministro da Cultura e nome de irradiação mundial; e ainda Pierre Messmer, da Defesa, e Louis Joxe, da Educação Nacional. De Gaulle recebe Mathias, e reúne numerosos convidados para o almoço que depois lhe oferece no Eliseu. Nas conversações, há uma reafirmação da Aliança Atlântica, e da sua necessidade para protecção do Ocidente; De Gaulle e seus ministros mostram compreensão pela política portuguesa em África e prometem apoio no plano bilateral; Mathias formula o convite para que visite oficialmente Portugal, e o presidente francês declara que em princípio o aceita; mas quando do lado português se pretende que o convite e sua aceitação de princípio sejam mencionados no comunicado final, De Gaulle não o consente. Da visita de Mathias fica a pairar esta sombra, de que todavia o grande público se não apercebe. Para além destes aspectos, Mathias preside ao lançamento da primeira pedra do Pavilhão Português na cidade universitária de Paris. Em Paris, encontra-se também Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Gulbenkian, que convida Mathias a inaugurar o Instituto Cultural Luso-Francês, construído por aquela; e é também aberta ao público, no palacete que fora residência de Calouste Gulbenkian, na Avenida de Iena, a exposição de obras de arte legadas a Portugal por aquele milionário, em que se destacam belos quadros de Manet e de Corot, um excelente Franz Hals, e a esplêndida *Diana* de Houdon (1). E André Malraux, sempre vivaz nos

(1) Muitas daquelas obras de arte eram francesas ou estavam há muitos anos em França. À sua saída de França opunham-se os conservadores dos museus franceses e as autoridades de educação e cultura, não querendo que neste particular se cumprisse o testamento de Calouste Gulbenkian, que determinava a incorporação daquelas obras no património da Fundação e sua exposição no museu que esta construira em Lisboa. Foi a acção hábil e perseverante de Azeredo Perdigão, coadjuvado por Marcello Mathias junto do governo francês, que venceu aquelas resistências. A estes dois homens ficou a cultura em Por-

banquetes e recepções do Quai d'Orsay, da Embaixada de Portugal, do Chateau des Champs, irradia espírito, graça, sensibilidade poética, e diz: «*Adoro Portugal porque sempre foi o país dos melhores brinquedos para crianças e da irrealidade política. Não perder o contacto com as crianças é maravilhoso!*»

No seu retorno a Lisboa, Mathias encontra Salazar calmo, mas apreensivo também. Haviam decorrido sem sobressalto as discretas cerimónias cívicas, de 4 e 5 de Outubro, a marcar o cinquentenário da República. De todos os lados, porém, afluem informações pessimistas. Salazar recebe a visita do arquiduque Otão de Habsburgo, pretendente ao trono de Áustria, e este não esconde a convicção de que nas próximas eleições presidenciais nos Estados Unidos sairá triunfante o candidato democrático, John Kennedy, e o facto poderá ter consequências nefastas para o Ocidente (1). Amigos pessoais franceses exprimem graves dúvidas sobre a política africana do general De Gaulle. De Espanha chegam notícias de atritos entre o generalíssimo Franco e largos sectores monárquicos (2). Salazar conclui que se avizinham para Portugal tempos ainda mais árduos. Precisamente, parece que se atinge em Nova Iorque o desvairo último. Krutschev continua a assistir aos trabalhos das Nações Unidas, e a violência e o tumulto que imprime a cada sessão excedem toda a fantasia. Força da natureza sem atavios nem inibições, o chefe russo empenha-se em desprestigiar o Ocidente e em ridicularizar a ONU; e não hesita em assumir,

---

tugal devendo um muito alto serviço. Foram decisivas a boa vontade de Couve de Murville e a de André Malraux, com quem A. P. e M. M. tinham excelentes relações.

(1) «*Recebi efectivamente o Arquiduque, que me falou sobretudo das eleições e da política americana*» — escreve Salazar em carta a Martins de Carvalho. Otão de Habsburgo participou também numa reunião de monárquicos portugueses efectuada por essa altura.

(2) «*O problema é sempre o mesmo: o generalíssimo quereria através da monarquia salvar alguns dos princípios do regime de autoridade actual; o Conde de B., durante algum tempo pelo menos, era aconselhado por monárquicos constitucionais que davam um certo tom às suas declarações. E estas calam mal nos meios governamentais espanhóis*» — comentário de uma carta de Salazar a Martins de Carvalho. Conde de B. é evidentemente D. João de Espanha, Conde de Barcelona.

na Assembleia Geral e perante milhares de delegados, jornalistas e membros do público, as atitudes mais brutais. Tudo é criticado, agravado, desprezado. E na sessão de 12 de Outubro de 1960, enquanto na tribuna se sucedem os oradores, Krutschev descalça um sapato e com o salto bate energicamente no tampo da bancada da sua delegação, ao mesmo tempo que encara toda a Assembleia com gargalhadas de gozo e escârnio. Passa o delegado espanhol, e Krutschev faz-lhe esgares de troça; mas aquele não se intimida, e avança para agredir o político soviético, que é salvo de ser esbofeteado pela intervenção rápida dos guardas de segurança. Entretanto, pela vasta sala a atmosfera é de circo: delegados gritam, outros trepam às mesas das suas delegações, outros correm, o público agita-se e entreagride-se, jornalistas precipitam-se para os telefones. Na presidência, o embaixador da Irlanda, Boland, pede *ordem* em gritos desesperados e com o seu martelo de madeira dá fortes pancadas na peanha em frente. São vigorosas as bordoadas, e parte-se-lhe nas mãos o martelo. Boland, tremendo de nervos e cólera, interrompe a sessão. Esvazia-se a grande sala. Depois são retomados os trabalhos, sob uma calma forçada. Sobe à tribuna um delegado negro, dos Camarões. Diz: «*Senhor Presidente, já que partiu o martelo, esperemos que agora parta também a foice*».

27

Nesta atmosfera de tensão, na intolerância da Assembleia Geral da ONU, no ambiente de ódio vesgo e de violência dos debates, reabre-se em Nova Iorque o ataque à posição do governo de Lisboa quanto ao Ultramar. Aprovada na Assembleia anterior a constituição do *Comité de Seis* para elaborar o estatuto de *territórios não-autónomos,* as delegações apreciam agora o relatório preparado por aquele *Comité,* e que recomenda à ONU um novo conjunto de princípios. Em súmula, estes preceituam: o capítulo XI da Carta

e seu artigo 73 (1) aplicam-se a territórios de *tipo colonial,* e encerram uma obrigação internacional, vinculativa para todos os Estados membros; em tese, é território colonial o que estiver geograficamente separado do país que o administra, e for diferente deste no plano étnico e cultural; factores de natureza administrativa, política, jurídica, económica e histórica podem confirmar a presunção de que se está perante uma colónia quando o território em causa estiver arbitrariamente numa posição de subordinação; e um *território não-autónomo* pode autodeterminar-se por transformação em Estado independente e soberano, por associação livre com um Estado independente, ou por integração num Estado independente, entendendo-se que uma e outra são feitas em pé de igualdade, de harmonia com os desejos explícitos do povo respectivo e através de um processo democrático que pode ser fiscalizado pelas Nações Unidas. Em qualquer caso, e quanto a todos os territórios, há a obrigação, para os países que os administram, de prestar informações à ONU e submeter-se à censura internacional. Sobre este ponto se produz o novo choque de Portugal com a Assembleia. Portugal sempre negara o direito de a ONU exigir quaisquer informações sobre a forma por que era administrado o Ultramar, e afirma que este não possui vocação para independência, nos termos impostos pela ONU, porque já *era independente com a independência da Nação* (2). E como no plano dos factos a ONU não está disposta a reconhecer para Portugal qualquer construção jurídica ou política que não se baseie no separatismo, Lisboa rejeita o relatório dos *seis* e seus princípios. São aprovados por larga maioria os documentos, todavia, com o voto contrário de Portugal (3). Mas estes textos, importantes como são no ponto de vista das Nações Unidas, não bastam ao

(1) Dou aqui como conhecidos todos os antecedentes desta questão, e do longo e complexo debate em torno do artigo 73. Ver designadamente vol. IV, págs. 422 e seg. e págs. 439 e segs.

(2) Fórmula encontrada por Salazar ao comentar o conceito de território não-autónomo, quando pela primeira vez se desencadeou o ataque na ONU. Ver vol. IV, págs. 418 e seguintes.

(3) Votaram *contra,* também, a Espanha e a África do Sul. Estou aqui a referir-me ao debate na IV Comissão. Os textos apenas se transformaram em resolução oficial da ONU quando aprovados formalmente em plenário (15-XII-60).

ataque directo a Portugal. Torna-se indispensável um instrumento de ordem global: este é apresentado como uma *Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais.* Pertence a iniciativa à União Soviética, que se empenha a fundo na sua aprovação. São proclamados os altos e nobres ideais: os valores da Carta da ONU; os direitos básicos; a dignidade do homem; a igualdade de direitos de todos e entre nações; o progresso na mais ampla liberdade; o respeito pela raça, sexo, língua e religião de cada um, sem discriminações. Neste quadro, fazem-se duas promessas solenes: o termo rápido e incondicional do colonialismo sob todas as suas formas; o termo de qualquer intervenção armada ou repressiva contra povos dependentes, ou contra a integridade territorial de um país, que são havidas em todos os casos como violação da Carta da ONU. E esta moção é proposta à Assembleia no meio da maior truculência: pelo bloco soviético e pelo bloco afro-asiático são brandidas a esmo contra o Ocidente as acusações de rotina e mil outras. Portugal não é poupado e, apesar do carácter abstracto que se pretende atribuir ao debate, constitui um dos alvos mais visados, e apetecíveis, por mais fácil. Sem embargo de tudo, a moção russa é aprovada por unanimidade: ninguém desejava, votando contra, dar a sensação de que era *colonialista* (1). E Portugal também não votou contra: se se afirmava *não-colonialista*, e não possuidor de territórios não-autónomos, que objecções poderia suscitar a condenação do colonialismo? Mas ao aprovar estas duas resoluções — a que define territórios não-autónomos e a que condena o colonialismo sob qualquer forma — a Assembleia não se munira ainda das armas necessárias para um ataque específico a Portugal. E por isso sente a necessidade de acrescentar àquelas duas resoluções uma outra: a que afirme a aplicabilidade a Portugal de quanto a Assembleia acaba de legislar. E com efeito, com base nos dois textos, afirma-se num terceiro texto que Portugal possui territórios não-autónomos, que se discriminam: «*Arquipélago de Cabo Verde; Guiné, chamada Guiné Portuguesa; São Tomé e Príncipe e suas dependências; São João Baptista de Ajudá; Angola, incluindo o enclave de Ca-*

(1) Também aprovada depois em plenário na data de 15-XII-60.

binda; Moçambique; Goa e dependências, chamadas Estado da Índia; Timor e dependências» (1). Nesta resolução, que directamente visa Portugal ainda que pareça cumprimento inocente dos anteriores, há no entanto dois pontos que excedem os textos votados e contêm as mais graves implicações: declara-se que negar a auto-determinação, tal como definida pela ONU, «*constitui uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional*» e que as informações sobre a situação nos territórios portugueses, chegadas *por outras vias* à ONU, são motivo de «*preocupação*». Fica assim claramente definido o contorno de um *plano de guerra:* Portugal detém territórios não-autónomos; a Portugal incumbe a obrigação de se submeter à censura da ONU quanto à administração de tais territórios, que se destinam à independência; se Portugal repudiar esta nova ordem legal estará, por esse próprio facto, a transformar-se numa ameaça à paz internacional, e às Nações Unidas cumprirá assim evitá-lo porque, além de zeladoras dos direitos humanos, têm o dever de ser também zeladoras da paz e da segurança mundiais. E este texto é aprovado, com o voto contrário de Portugal, por esmagadora maioria (2).

Nos debates, a ONU ultrapassa-se em violência. Portugal é alvo principal, e acaso único. Durante semanas, uma delegação após outra lançam aos portugueses e seu governo as acusações mais brutais, as ameaças mais temerosas. Racismo, colonialismo económico, opressão, massacre de populações, genocídio como objectivo político, seriam os traços fundamentais de uma orientação deliberada de Portugal no Ultramar; a miséria, o atraso medieval, a doença, a fome — não há um médico, uma escola, uma estrada — são apontados como formando o quadro de uma situação que Portugal mantém pelo simples gozo de a manter; e tudo isto requer medidas drásticas a impor pelas nações. Portugal surge e é apresentado como réu de crimes contra a humanidade: e à humanidade cumpre punir Portugal, e com dureza.

---

(1) Aprovada em plenário em igual data. As três resoluções receberam os números, respectivamente, de 1514, 1541, 1542.

(2) Votaram também contra a resolução, e portanto apoiaram Portugal, outros países: França, Bélgica, Espanha, Brasil, União Sul-Africana. Abstiveram-se a Inglaterra e os Estados Unidos.

Em Portugal, na Metrópole e no Ultramar, há uma reacção generalizada e viva da opinião pública. Mas a *habitualidade* tão querida do chefe do governo não se altera. Pedro Theotónio, ministro da Presidência, parte para o Quénia, a convite das comunidades goesas locais; entre manifestações de portuguesismo, é inaugurado em Malindi, junto ao oceano, um padrão em memória de Vasco da Gama; e em Mombaça as velhas ruínas do Forte de Jesus, agora restauradas, passam a albergar um museu de recordações portuguesas. Pierre Messmer, ministro da Defesa da França e gaullista de todas as horas, vem de visita a Lisboa, trata com Botelho Moniz da colaboração militar luso-francesa; e na sua longa conversa com Salazar, o ministro francês assegura o chefe do governo de que, sem embargo das alterações da política francesa em África, o governo do general De Gaulle não deixaria de apoiar Portugal. Bernard de Menthon, embaixador de França, confirma a posição definida por Messmer. E o ministro da Economia da África do Sul, Diederichs, também vem prometer maior colaboração económica do seu país com Portugal. «*Isto é muito importante*», comenta Salazar, «*porque enquanto nós aqui, se temos sorte, cavamos batatas, eles na África do Sul, com sorte ou sem ela, cavam diamantes e ouro. E ouro!*»

28

Nos primeiros dias de Novembro de 1960, Jânio Quadros, que agora é já presidente eleito do Brasil mas ainda não tomou posse, aparece a deambular pela baixa lisboeta, errático e misterioso. Senta-se isolado num banco da Avenida da Liberdade, como embrenhado em meditação insondável, ou a observar os que passam. Aceita no seu hotel os cumprimentos de Negrão de Lima; mas repele o menor contacto com o governo português, ainda que um simples acto de cortesia devido ao futuro chefe do Estado brasileiro. Acercam-se de Quadros alguns jornalistas portugueses e estrangeiros. Diz-lhes o político brasileiro rudemente: «*quero que não me sigam mais*». Pela sua atitude, Quadros pretende signi-

ficar que, se é amigo do povo português, reprova a política do seu governo, e não quer com este a sombra de uma ligação. Deste modo, o antigo governador de S. Paulo quer mostrar-se coerente com a demagogia com que conduziu no Brasil a sua campanha, com o seu arreigado esquerdismo, com o seu apregoado anti-colonialismo, o seu anti-imperialismo, o seu pacifismo. Do comportamento de Quadros, tira Salazar maus augúrios para as relações luso-brasileiras: não serão o que têm sido nos tempos de Juscelino Kubitschek. E igual sensação causa o resultado eleitoral nos Estados Unidos. Confirma-se o vaticinio do arquiduque de Habsburgo: o povo americano elege John Kennedy para presidente. Primeiro católico romano a candidatar-se à Casa Branca, chefe do Partido Democrático, Kennedy conquista o poder supremo depois de uma campanha audaciosa em que se afirma o arauto de uma *nova fronteira* para os Estados Unidos e em que declara o propósito de moldar, à luz de novos princípios, um mundo também novo, e acaso melhor. Há assim o anúncio de uma viragem na política norte-americana; e a era moderada e calma de Eisenhower, respeitoso da lei e de um passado por que se batera, atinge o seu termo. Abrem-se agora os Estados Unidos, com todo o seu poder e o seu ímpeto, aos ideais do Partido Democrático com o matiz revolucionário que lhe imprime Kennedy: tão imperial como internacionalista, tão beligerante como pacifista. Salazar não esconde nem minimiza a sua preocupação: como vão processar-se no futuro próximo os contactos entre Lisboa e Washinggon? Das dificuldades que há a prever dão-se conta mesmo alguns estrangeiros: no *L'Aurore,* Henry Benazet prevê que os americanos, se deixarem cair Portugal, pagá-lo-ão caro.

Nesta primeira quinzena de Novembro de 1960 traduz-se em manifestações públicas a reacção provocada pelos ataques de Nova Iorque. Nalguns casos, é de inspiração oficial que se trata; mas na generalidade são inteiramente genuínos os sentimentos expressos. Em 12 daquele mês, representantes de todos os municípios, de aquém e de além-mar, concentram-se nas praças do Comércio e do Município, em Lisboa, e com muito povo que se lhes agrega desfilam até ao palácio da Assembleia Nacional. Thomaz e Salazar estão presentes. Caetano Dias, pelo município de Goa, insurge-se contra os atentados ao Ultramar e proclama o portuguesismo

dos Goeses; França Borges, de Lisboa, repudia os debates da ONU em nome de todos; e Albino dos Reis agradece a presença de Thomaz e de Salazar e, pelos deputados, repudia interferências alheias nos territórios portugueses. Thomaz faz uma síntese: *«a mística que nos une não é de partido ou de regime, e exprime-se por uma única palavra: Portugal»*. Entretanto, como reflexo dos debates de Nova Iorque, ruge pela imprensa do mundo uma tempestade contra Portugal; e na Europa e na América os jornais de esquerda, os liberais, os que acreditam e se fazem paladinos do mundo novo que está a despontar, prenunciam para pouco a destruição de Portugal em África. Mas ao outro dia da vibrante manifestação de Lisboa, em 13 de Novembro, encerram-se em Santa Maria da Vitória, na Batalha, as *Comemorações Henriquinas*. Estão o presidente da República, Salazar, todo o governo, cardeal Cerejeira, representantes dos órgãos de soberania; os duques de Bragança, o príncipe da Beira, o infante D. Miguel, as infantas Dona Filipa, Dona Maria Antónia, Dona Maria Adelaide; e está o corpo diplomático e altas entidades civis e militares. Celebra missa o bispo de Leiria, diz a homilia o bispo de Tiava; e este exalta, como num hino, a independência de Portugal *«com a derrota de Castela»*, o seu espírito missionário, as descobertas e navegações, e a acção do infante D. Henrique que lançara as bases do papel histórico de Portugal. E na Capela do Fundador, Caeiro da Matta profere o discurso de fecho: *«cidadela da ordem cristã»*, Portugal não se deixará intimidar pelo receio do seu destino nem *«pelos ataques, por mais violentos, contra a unidade nacional»* e os *«agentes da conspiração anti-ocidental»* devem saber que Portugal, *«semeador e propulsor da civilização»*, pode afirmar à face do mundo *«que os povos de além-mar são seus associados, com ele solidários na próspera como na adversa fortuna, unidos por um íntimo parentesco espiritual, e que não renunciará nunca à posição que assumiu quanto a esses territórios do Ultramar, que estão dando neste momento e mais uma vez um magnífico exemplo de elevada compreensão e de inquebrantável lealdade»*. Depois, o presidente da República saúda o duque de Bragança, D. Duarte Nuno: *«Cumprimento em Vossa Alteza o representante do grande Príncipe»*. Thomaz e Salazar retiram da Batalha. Dirigem-se a Alcobaça. E na cozinha velha do Mosteiro participam de um almoço

de cerca de quatrocentos convidados (1). Dórdio Gomes acaba de pintar o retrato de Salazar: este vai à oficina do artista observar o quadro: e pareceu-lhe bem.

29

Na sua permanente oscilação pendular, a opinião pública passa da vibração eufórica e orgulhosa, com as visitas de Eisenhower e Juscelino de Oliveira e as comemorações henriquinas, e da reacção viva aos ataques, a um estado de dúvida, sentindo-se confundida com as ameaças, alarmada com as resoluções da ONU, perplexa pelas atitudes hostis de alguns governos estrangeiros, e ansiosa ante o que poderão acarretar as novas políticas norte-americana e brasileira. Críticas e acusações lançadas em Nova Iorque são reproduzidas pela oposição; e esta dirige mesmo ao presidente da República uma representação sobre o assunto. Por umas e outras é responsabilizado o governo, com o argumento clássico da falta de base democrática, partidária e parlamentar. Estão sobretudo impressionados alguns meios militares; e causa-lhes pânico o facto de serem votados por maiorias largas as resoluções contra Portugal. Ressurge o perfil português habitual: tornear embaraços, evitar sacrifícios, procurar obter só vantagens sem os custos, recorrer a habilidades que os adversários não perceberiam. Não há qualquer sugestão para que o governo abandone o Ultramar,

---

(1) Também se deve incluir no ciclo henriquino o decreto de amnistia publicado em 12 de Novembro de 1960. Diz-se no preâmbulo: «*...perante o significado excepcional dos feitos henriquinos*», o Governo, «*indo aliás ao encontro de um desejo manifestado pela opinião pública*», concede «*algumas providências de amnistia*», que «*não destoam no ambiente de exaltação patriótica e de fraternidade espiritual em que as comemorações têm decorrido*». Esta amnistia (dec. 43309) abrangeu também alguns delitos havidos por ideológicos ou de opinião, além de delitos económicos, eleitorais, de imprensa, etc. Entre os primeiros, e abrangido pela amnistia, figurou Aquilino Ribeiro (acusado de ofensas à Magistratura pelo seu livro *Quando os Lobos Uivam)*, e também outros como Moreira de Campos, Padre Abel Varzim, etc.

que se afirma dever ser defendido: mas pretende-se que seja *flexível*, e que transija no acessório para manter o principal, *fingindo* que cede sem ceder; e mais uma vez se deseja obter os benefícios de duas políticas contraditórias sem incorrer nos inconvenientes ou riscos de uma e de outra. Por último, alguns círculos de oficiais mostram-se desagradados com as reformas militares empreendidas (1) e ressentidos com o descaso a que o governo teria votado as Forças Armadas. De tudo está Oliveira Salazar consciente, e informado com minúcia.

Perante o estado de espírito do país, os conselheiros e amigos políticos de Oliveira Salazar insistem em que o chefe do governo quebre o silêncio. É sempre o mesmo argumento: há mais de um ano que se não dirige aos portugueses em discurso de substância política, e impõe-se que o faça. Empenham-se Albino dos Reis, Supico Pinto, Costa Leite, Soares da Fonseca, e sobretudo José Nosolini. Para mais, reabre em 25 de Novembro a Assembleia Nacional; e perante as dúvidas e as interrogações que correm nos próprios meios da *União Nacional*, Salazar deveria usar a tribuna do Parlamento, em comunicação aos deputados. Oliveira Salazar reconhece a necessidade que os seus conselheiros políticos alegam, e dispõe-se a comparecer na Assembleia; e entrega-se mesmo à preparação do seu discurso. Mas surgem dificuldades com a representação do governo no Parlamento: Mário de Figueiredo mantém o seu propósito de não exercer as funções de *líder*. Salazar e Albino dos Reis, que preside à Assembleia, procuram demover Figueiredo; este insiste no seu desígnio; Soares da Fonseca, por seu turno, ambiciona a função, e promove subtilmente algumas intrigas; e ao abrir da Câmara acaba por se criar uma situação equívoca (2). Oliveira

(1) Além das reformas de 1958 e 1959, trata-se neste caso do decreto 43 351 de 24 de Novembro de 1960, que procurou actualizar e modernizar as estruturas militares, mas provocou reduções em alguns órgãos do Exército, afectou o grupo do Estado-Maior, cavou divisões no corpo de oficiais, etc.

(2) Tem interesse documental a troca de cartas entre os dois homens. Carta de Salazar: «*Meu caro — Como a sessão legislativa começa hoje, não desejo parecer deslembrado do que me disseste quanto ao teu lugar de líder, no final da sessão anterior. Falei com o Dr. Albino dos Reis e voltei a falar agora. Não parece a nenhum de nós possível nem o abandono nem a substituição. Não pareceu por outro lado que dentro desta legislatura pudesses estar na Câmara noutra situa-*

Salazar, porém, está entregue à elaboração do seu discurso, e na sessão de 30 de Novembro de 1960 fala aos deputados.

Que lhes diz Salazar, e ao país? Afirma o chefe do governo que tem seguido com a atenção possível a campanha contra Portugal, e mesmo quase só contra Portugal; mas nos manifestos e discursos, incluindo os proferidos em altas assembleias políticas, não encontrou o que lhe importava saber, ou seja, a indicação do problema de que se trata e das linhas gerais da sua solução. Para mais, o debate *«parece ter abandonado o domínio da inteligência para tentar criar em certas regiões estados emocionais propícios à subversão»*, e por isso é difícil saber a *«quem responder»*. Mas os portugueses de todos os continentes têm o direito de saber que caminho se pensa seguir nas *«graves circunstâncias actuais»*; e todos os outros interessados na *«contenda talvez possam tirar daí alguma conclusão e avaliar o peso das suas próprias responsabilidades, pois não vão supor que a sorte de milhões de homens, a ordem e paz do seu viver, o fruto do seu trabalho, os princípios da civilização que adoptaram, podem ser entregues à vacuidade dos discursos de comício e à anarquia dos anunciados movimentos*

ção que não a que tens ocupado. Conclusão: é preciso fazer o sacrifício de continuar, por mais ingrato que o lugar se te afigure. O Dr. Albino dos Reis ficou em falar-te sobre o assunto. Com cumprimentos e votos de boa saúde, Ol. Salazar. 25-XI-960». Resposta de Figueiredo: *«Meu Caro Salazar — Penaliza-me muito não pôder cumprir a tua determinação de continuar no lugar de líder da Assembleia Nacional. Reconheço-te qualidade para determinar o lugar em que devo servir. Tenho sofrido muito no exercício deste lugar e, enquanto acreditei ter condições para o desempenhar, não te pus o problema de o abandonar. Tinha a consciência de que possuía certas qualidades para ele e disfrutava de um prestígio que, de alguma maneira, podia suprir a sua falta. Hoje tenho a consciência de que já as não possuo e sei que me faltam condições de prestígio para as suprir. Não é a opinião de que não é possível nem o abandono nem a minha substituição no lugar que me restitui aquelas qualidades ou aquelas condições de prestígio. Por outro lado, não vejo as razões por que não hei-de poder manter-me na Câmara em situação diferente da que tenho ocupado. Não é por deixar de ser líder que deixo de ser deputado e o abandono desta posição é que poderia ser interpretado como falta de respeito pela defesa do interesse nacional a que os deputados devem considerar-se estritamente ligados. Com manter-me numa posição para que já não tenho qualidades nem condições é que poderia comprometê-lo. Por isso não posso satisfazer o teu desejo. Muitos cumprimentos e os melhores votos do Mário de Figueiredo. 26-11-960».*

libertadores». Mas qual é a realidade africana? Tirante a Etiópia, alguns países da África Mediterrânea e as províncias portuguesas, há no continente territórios de duas espécies. Há territórios destinados a constituir países independentes: os Estados responsáveis, através de uma política de aproveitamento económico do solo ou do subsolo, «*declararam ou alimentaram sempre o propósito de educar, de elevar as populações autóctones até estas atingirem a independência*». Neste sentido, a independência dos territórios não é senão o reconhecimento de que foi atingida a meta ambicionada. Se foi cometido erro de apreciação, se foram precipitadas as concessões, não o deseja Salazar apreciar; «*vamos admitir que viram bem e procederam em todas as circunstâncias como deviam, nem cedo nem tarde*»; e admita-se também que aqueles territórios ascenderam ou vão ascender à independência dispondo do «*escol necessário para orientar a política, dirigir a administração, gerir as finanças, administrar os empreendimentos económicos*». Todas estas são condições indispensáveis para que não sejam fictícias as soberanias, e para que os novos países sejam membros responsáveis da comunidade internacional; e não sendo «*elegante sublinhar qualquer deficiência*», deverão atribuir-se os propósitos agressivos e as ameaças contra Portugal por parte dos novos Estados «*à pretensão de expansões imperialistas, à euforia de espíritos plenamente felizes porque convictos de ter descoberto o mundo e de estar na posse de todos os segredos da condução da humanidade*». Mas em todos estes casos o branco é elemento de passagem, que não se fixa nem se agarra; e não é portador de outro pensamento político que não seja o da retirada e do abandono. São de muito maior complexidade, todavia, os problemas dos territórios «*povoados por brancos e por negros, sobretudo se o branco ocupou espaços livres, desbravou as terras, estabeleceu as explorações agrícolas ou industriais, financiou os empreendimentos, organizou a administração, manteve a ordem e a paz*». Porque a «*descoberta, a conquista, o trabalho incorporado no solo, a sucessão de gerações, são títulos de legitimidade*», e por isso «*a frase explosiva corrente* — a África é dos africanos — *pretende nada menos que refazer a história, sem dispor de força para dar solução ao problema*». Ambiciona-se resolver este numa base democrática, conferindo poderes totais ao maior número. Mas

estes casos, dentro das ideias correntes, não têm solução, se se escolhe uma solução pacífica, equitativa, progressiva. De modo que «*o único caminho seria enveredar no sentido de sociedades plurirraciais em que as raças se misturassem ou convivessem, vindo a pertencer a direcção e o mando aos mais hábeis e melhores; mas este processo nem sempre é espontâneo e não pode em qualquer caso dispensar a tutela e guia da soberania tradicional*». Mas perante a fúria cega dos ataques desferidos contra as potências responsáveis, «*pendo a crer que a razão e a justiça são sacrificadas a ideologias sem base e a paixões instintivas, ou que há outros interesses em jogo que não são propriamente nem os interesses dos pretos nem os interesses dos brancos que com eles convivem*».

Todos estes territórios, continua Salazar, são considerados subdesenvolvidos, e os longos caminhos que ainda há a percorrer exigem tempo, capitais, técnica, direcção administrativa. Quem os fornece? Porque, com efeito, tais territórios não criam capitais, não dispõem de técnicos; em muitos lavra o racismo, que inutiliza valores de organização e financiamento, que o branco representa; há que preencher esse vazio com homens e dinheiro; e estão a surgir centrais de técnicos e bancos de financiamento, estranhos aos territórios, e que significam «*uma nova forma de colonialismo — o colonialismo internacional*». Em qualquer caso, o investimento indispensável, privado ou público, exige ordem, trabalho, garantias mínimas, e estas apenas uma soberania responsável as pode assegurar; e é duvidoso que possam consegui-lo, no meio de tribos desavindas, os regimes importados da Europa e da América. E essa «*onda de odiento racismo que se levanta contra o branco em África, e será também lá contra o amarelo amanhã, não é moral mas sobretudo não é inteligente*»; e «*o abandono, se precipitado, de muitos territórios por parte das potências europeias se me afigura um crime mais contra o negro que se pretendia elevar do que contra o branco, mesmo que ameaçado de expulsão e despojado de todos os seus haveres*». Pode haver o rompimento da estrutura económica existente e a formação de uma economia socialista, sendo então essencial a mobilização de mão-de-obra: haverá nesse caso uma independência do território e a escravidão dos indivíduos. «*Há quem não acredite no*

comunismo em África. Pois ele entrará por muitos meios e um dos meios é este». Desconhece a campanha anticolonialista todas estas dificuldades? «*Permito-me exprimir a tal respeito a maior dúvida*». Por seu lado, «*o comunismo, na sua luta contra o Ocidente, previu, estudou, montou toda a máquina com que espera diminuí-lo ou vencê-lo, desintegrando a África e subtraindo-a à sua direcção e influência. Não lhe importam quaisquer outras consequências, exactamente porque sobre o caos construirá melhor*». Por outro lado, pequenas minorias procuram em alguns territórios criar nações onde não existem, e dentro desse nacionalismo sem raízes abandonam antigas dependências para caírem sob o jugo de outras. E surgem ilusões: a ideia de que, sendo-se da mesma cor, se é solidário; a ideia de uma unidade da África, que é desmentida pela geografia e pela sociologia; e a ideia de que não é preciso tempo para se formarem nações e pacificar raças e tribos. Tudo isto leva à formulação de uma pergunta: «*quem serão os futuros colonizadores?*»

E o Ultramar português? Responde Salazar: «*Para nós, nação compósita — euro-africana e euro-asiática — as considerações acima não têm apenas interesse especulativo; é possível derivarem do movimento actual consequências graves e talvez se nos levantem problemas de soberania e vizinhança*». Portugal, estendendo-se por espaços livres ou desaproveitados, pretendeu imprimir aos povos conceitos muito diversos dos que depois caracterizaram outros tipos de colonização: oferecendo uma pátria aos que a não tinham, punha-lhes ao alcance uma língua como forma superior de expressão, assegurava-lhes a paz, e sem lhes desarticular a sua forma peculiar de vida ia vencendo os seus estádios inferiores de miséria proporcionando-lhes uma organização económica. Não é portuguesa a ideia de superioridade racial; mas são portuguesas as ideias de fraternidade humana e de igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas; e destas bases se pode seguir para a formação de uma sociedade plurirracial, para a convivência familiar com elementos locais, para o acesso de todos na vida económica e social e para os benefícios de uma cultura mais avançada e de uma moral superior. E assim se pode alcançar, quando a tarefa vinga, a «*independência*

e a igualdade dos povos integrados com seus territórios numa unidade nacional».

Nestas coordenadas, «*mais de 300 anos trabalhámos no Brasil*», que absorve e assimila gente de todo o mundo sem diminuir em lusitanidade, e «*ele é a maior experiência moderna de uma sociedade plurirracial, ao mesmo tempo que exemplo magnífico de transposição da civilização ocidental nos trópicos e no continente americano*»; e o Brasil, «*mesmo ao rever-se nas suas criações próprias, não tem que maldizer das origens nem renegar a sua pátria*». Deste modo, «*a sociedade plurirracial é portanto possível e tanto de cepa luso-americana como de base luso-asiática, segundo se vê em Goa, ou luso-africana, em Angola e Moçambique*». «*Nada há, nada tem havido que nos leve a conclusão contrária*». Estes objectivos excluem qualquer forma de racismo, demandam longa evolução, são trabalho de séculos; mas «*mal avisados andaríamos agora a inovar práticas, sentimentos, conceitos diversos dos que foram o segredo da obra realizada e são ainda a melhor salvaguarda do futuro*». E é assim que «*estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais que ter chegado ontem*»; «*levámos uma doutrina, o que é diferente de ser levados por um interesse*»; e «*estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados «ventos da História» os destinos humanos*». Podem outros não compreender estes pontos; mas não se podem sacrificar a essa incompreensão populações portuguesas cujos interesses são sagrados. Há progresso nos territórios portugueses: cidades e vilas, caminhos-de-ferro, portos, aproveitamentos hidroeléctricos: e Portugal não tem que se envergonhar neste domínio quando comparado com outros. Há sobretudo o ambiente de segurança, de paz, de paternal convívio. E esta é a maior obra: «*porque a outra quem quer a podia fazer com dinheiro, e esta não*». Tudo isto «*levanta obstáculos muito sérios aos que pensam dedicar-se agora à tarefa de emancipar a África portuguesa. Vêm tarde: já está*». Mas todos estes aspectos, referentes à unidade da nação na pluralidade dos seus territórios, nada tem a ver com problemas de organização administrativa ou de maior ou menor descentralização e autonomia, que tem de adaptar-se ao desenvolvimento económico, ao progresso da instrução e ao alargamento do escol. Mas nestes pontos

«o Governo tem o espírito aberto a todas as modificações da estrutura administrativa, menos às que possam atingir a unidade da Nação e o interesse geral».

Assentes estes aspectos de análise e de doutrina, Oliveira Salazar debruça-se sobre a campanha contra Portugal *«oficializada»* nas Nações Unidas, mas cujos órgãos de divulgação e acção subversiva se situam para além daquelas. Encontra-se a ONU num passo crucial porque se está afastando do espirito que presidiu à sua criação; é visível a tendência para se converter num parlamento mundial, a *«que não faltam mesmo sessões tempestuosas, partidos ideológicos e rácicos, arranjos de corredor»;* mas é duvidoso que esse pretenso parlamentarismo seja aceite, caso os Estados Unidos não se disponham a custear a política aventurosa de alguns novos Estados e a Rússia não esteja resolvida a trabalhar com um parlamento que não seja inteiramente seu; e isso ainda se não verifica. Revela a ONU uma obsessão para internacionalizar todas as questões e conflitos, mesmo quando não interessam ao resto do mundo; mas a distância que vai do direito de voto à capacidade de decisão, ou de uma maioria votante à força efectiva de intervenção, *«faz com que soem um pouco a falso as grandes objurgatórias, mas não anule o perigo»;* esse desequilíbrio desaparecerá, todavia, ou terá de ser compensado. *«Para mim, sem o dom da profecia»,* afirma Salazar, *«o carácter parlamentarista excessivamente intervencionista e internacionalizante das Nações Unidas marcará o próximo futuro, até uma crise grave que as porá à prova».* E o chefe do governo vinca este ponto: *«Temos de tê-lo presente, visto que não nos dispomos a aceitar a intervenção abusiva de terceiros na nossa vida interna».* Na realidade, estão abertos os territórios, e são publicados elementos bastantes para se saber da marcha da administração; nada se oculta; e a posição tomada por Portugal baseia-se somente no facto de ser impossível aceitar *«para as nossas províncias ultramarinas, que fazem parte da Nação, situação equivalente à de territórios tutelados pela ONU e destinados a subsequente secessão».* Não pode a ONU fazer discriminações, nem tem competência para declarar não-autónomo qualquer território. Foi sempre esta a interpretação dada aos princípios da Carta. *«Nesses termos fomos admitidos e, se outro fosse o entendimento dos textos, é certo que não nos teríamos apresen-*

tado a fazer parte da Organização». E que se passa fora das Nações Unidas? Sabe o governo português que no Congo, na Guiné, no Gana, não falando já dos países comunistas, se organizam comités, ligas, partidos contra a unidade portuguesa, servidos por agitadores que dispõem de fundos importantes e protecções especiais, frequentando capitais qualificadas e infiltrando-se na grande imprensa mundial havida por responsável. Neste quadro, as regras que pautavam a conduta dos Estados mudaram muito. «*Era admissível asilar políticos em desgraça, mas não se admitia organizar bandos de guerrilheiros para intervir em território alheio, alimentar programas de difamação, financiar a sublevação de populações pacíficas, fornecer armamento, preparar cientificamente revolucionários. Pois tudo se faz hoje e se apregoa com a altiva segurança de estar servindo grandes causas, ao mesmo tempo que se tem como norma sagrada a boa vizinhança e a não-intervenção nos negócios internos dos Estados*». Neste particular o chefe do governo sublinha: «*Mas é esta a vida que vamos viver alguns anos*».

Confrontado com esta situação, como vai Portugal proceder? Responde Salazar traçando um quadro austero, sem mitigar realidades duras: «*Entretanto temos de continuar a nossa vida, executar os nossos programas, promover os nossos empreendimentos, tão firmemente, tão serenamente como se não fosse já escândalo para o mundo a pretensão de continuarmos a defender o que muitos vêem ameaçado e alguns julgam mesmo perdido, na esteira de acontecimentos recentes que, aliás, se processaram em linhas muito diversas. Não vejo que possa haver descanso para o nosso trabalho nem outra preocupação que a de segurar com uma das mãos a charrua e com a outra a espada, como durante séculos usaram os nossos maiores. Esta nova tarefa cujo peso nem sequer podemos avaliar é desafio lançado à geração presente e vai ser uma das maiores provas da nossa História. É preciso ter o espírito preparado para ela; exigirá de nós grandes sacrifícios, a mais absoluta dedicação e, se necessário, também o sangue das nossas veias, como já foi em Goa e noutras partes. Esta é a nossa sina, isto é, a missão da nossa vida, que não se há-de amaldiçoar mas bendizer pela sua elevação e nobreza*». Daqui a poucos anos uma de duas coisas se observará em África: a ruína das economias, a

degradação das populações, o horror das lutas intestinas; ou então o colonialismo internacional. Nessa altura, muitos dos que no alvoroço do momento exigem a emancipação dos territórios portugueses, «*pensarão que prestámos grande serviço à humanidade com o nosso exemplo e às populações ultramarinas de todos os credos e cores com tê-las defendido e poupado a novas formas de escravidão*».

É reservada à *questão de Goa* uma última palavra. Mais uma vez responde a Nehru. Diz Salazar: «*O Primeiro-Ministro da União Indiana é, ao mesmo tempo que figura internacional de grande relevo, chefe de partido e de uma maioria parlamentar. Inventou a questão de Goa que não existia; multiplicou depois os meios com que obtivesse satisfação das suas ambições, e não foi feliz. Vê-se, porém, obrigado a cada momento, na imprensa e nas Câmaras, a dar explicações, a reiterar promessas, a alimentar o fogo sagrado*». E depois de novo rejeita Salazar as teses de Nehru: a geografia, só por si, não dita o direito político, nem cria, define ou autentica a soberania. Por outro lado, tem sido inútil a intensa propaganda da União Indiana contra Portugal na ONU, ou fora dela: tem decerto contribuído para a violência dos debates, mas nem convenceu a China a reclamar Macau ou a Indonésia a desejar Timor, nem persuadiu os goeses vivendo no estrangeiro a repudiarem a sua nacionalidade e a sua pátria portuguesas. Mas a União Indiana não aceita direitos históricos, nem respeita a vontade expressa das populações. Trata-se agora de saber, porém, como cumpre o acórdão do Tribunal Internacional de Justiça, que reconheceu a Portugal o direito de trânsito para Dadrá e Nagar Aveli. É chocante que o primeiro-ministro confesse sentir dificuldade em compreender bem o alcance daquele acórdão. «*Porque por ora estamos convencidos de que a Comunidade internacional precisa de desenvolver-se em termos de direito e não em termos de força, é nossa obrigação fazer tudo para que assim seja.*» E «*eis por que, se foi infeliz criar a questão de Goa, muito mais infeliz seria criar um conflito, visto que não podemos negociar nem podemos transigir*». E Oliveira Salazar remata as suas palavras. Acima de tudo, importa a unidade nacional. Este é «*o grande problema da pátria portuguesa no nosso tempo*». Alguns querem aproveitá-lo para enxertar agitações ou mudanças políticas do seu

agrado. Mas a Nação «*é uma herança sagrada e a sua integridade não poderá ser sacrificada a ódios, compromissos, ambições insatisfeitas*». E o chefe do governo formula a sua pergunta final: «*E para quê, meu Deus? É tão fácil ser Governo e é tão difícil governar!*»

Exerce o discurso larga influência na Câmara: porque esclarece dúvidas, responde a perguntas, dá cópia de argumentos para defender uma atitude e replicar a adversários. Mas impressiona também pela rudeza sombria e corajosa com que anuncia o futuro, prevê os sacrifícios, reitera uma política firme: trata-se de uma tarefa cujo peso nem sequer é viável estimar e que pode importar o derrame de sangue português; trata-se de continuar a «*nossa vida*» como sempre; trata-se de defender a integridade nacional, com mão segura na charrua, decerto, mas empunhando também a espada com a outra mão. Nesta atmosfera, debate a Assembleia Nacional os problemas suscitados no discurso. Há unanimidade no ponto crucial: repudiar as críticas da ONU, recusar a sua intervenção, reafirmar a unidade de uma pátria distribuída por continentes. E nos primeiros dias de Dezembro é apresentada à Câmara uma moção. Esta consagra e fortalece a política do governo. Declara que tendo tomado conhecimento da exposição do presidente do Conselho e escutado as afirmações dos que intervieram no debate, a Assembleia Nacional: exprime o seu apoio ao governo e às medidas destinadas a fazer respeitar a soberania nacional; tem completa confiança em que a acção do governo será a mais conforme com a realização do interesse nacional, no plano externo como no interno; testemunha aos portugueses a sua confiança na intangibilidade dos direitos portugueses e exorta-os ao esforço moral, económico e social necessário ao prosseguimento da tarefa histórica da nação; agradece às nações que hajam dado o seu apoio a Portugal e espera que outras o façam, reconhecendo o mérito da política portuguesa; e proclama a fé no futuro de Portugal. No debate, e no aplauso à moção, destaca-se Sarmento Rodrigues (1); e no seu rasto pronunciam-se outros deputados (2).

---

(1) Como os leitores se recordarão, trata-se do antigo governador da Guiné e ministro do Ultramar.

(2) São de mencionar os deputados: Duarte Silva (por Cabo Verde), Melo Machado (por Angola), Alberto Cruz, José Saraiva (este afirma: «*ficaremos*

Depois, a Assembleia aprova a moção. Por seu turno, na Câmara Corporativa, Luís Supico Pinto, que preside, exprime em nome dos procuradores o apoio destes à política do governo quanto ao Ultramar e destaca a questão de Goa e o acórdão da Haia.

Para além das Câmaras, e da alta-roda política que está com o governo e o regime, as palavras de Salazar agravam o ambiente. Perante os ataques da ONU há reacção vivaz; mas nos tíbios das elites há também dúvida e ansiedade. E agora, em face dos perigos que o chefe do governo anuncia, estes ficam possuídos por todo um conjunto de sentimentos confusos: espanto perante a dimensão do problema, receio pelo que julgam ser o poderio de adversários numerosos, incerteza do caminho a seguir, perplexidade sobre a melhor forma de acautelar interesses e situações próprias. No âmbito da alta administração, porém, não parece afectada a serenidade. Recorda-se o sexto centenário do nascimento de Nuno Álvares Pereira. Portugal torna-se membro do *Fundo Monetário Internacional* e do *Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento*. Encontra-se em Goa o subsecretário de Estado do Exército, Costa Gomes, para concertar com o governador-geral Vassalo e Silva a defesa do território. É adjudicada formalmente a construção da ponte sobre o Tejo. Aprontam-se para Macau e Timor pequenos contingentes militares; e o major Pastor Fernandes, um dos *conspiradores da Sé*, é designado segundo-comandante de Timor. Carlos Abecassis, por insistência sua, abandona o subsecretariado de Estado do Fomento Ultramarino. É inaugurado, pelas companhias aéreas dos dois países, o *Voo da Amizade* entre Portugal e o Brasil. E em Londres, num banquete da Sociedade Anglo-Portuguesa, o secretário de Estado, Lord Home, exalta a amizade luso-britânica. Em 6 de Dezembro de 1960, acaba-se um quarto de século sobre a data em que Cerejeira foi elevado ao episcopado; o núncio assinala o facto com banquete no nunciatura; e Salazar não se exime à homenagem ao seu antigo companheiro de Coimbra. Por seu lado, o povo miúdo continua

---

sozinhos, mas foi sozinhos que fizemos toda a grandeza da nossa História»), Rodrigues Pratas, Cardoso de Matos (Angola), Silva Mendes, Vasco Tenreiro (S. Tomé), Martinho Lopes (Timor).

no seu labor e na sua rotina (1): preocupam-no os grandes nevões que sofreu o Norte do país, os prejuízos causados pelas rajadas ciclónicas que se abateram sobre o Centro, e em particular Lisboa. Neste fim de 1960, os círculos oposicionistas instalam-se numa atitude: impunha-se defender o Ultramar, sem dúvida, e esta defesa teria de ser considerada uma prioridade indiscutível; mas eram o regime e o governo no poder que precisamente não estavam habilitados a fazê-lo, por se encontrarem desprestigiados e não serem democráticos nem pluralistas, e por vícios intrínsecos, desde a incompetência à censura da imprensa, desde a rigidez política ao repúdio das grandes ideias em curso no mundo moderno. Não é esta convicção generalizada no povo. Mas por meados de Dezembro de 1960, uma notícia agrava o sentimento de receio que possui os portugueses. Portugal tem de ceder à guerra violenta que à sua candidatura ao Conselho de Segurança movem os blocos

---

(1) Oliveira Salazar também não sai da sua rotina, e está atento ao trabalho dos grandes departamentos. Respeitantes a este período, e entre mil outros, arquivo dois exemplos frisantes. Sobre a nomeação de directores-gerais para o Ministério das Obras Públicas, escreve a Arantes e Oliveira: «*Ao Senhor Ministro das Obras Públicas — Muito grato pela amabilidade da sua consulta, mas não posso dar indicação nenhuma útil. Como V. Ex.ª conhece muito bem o funcionalismo do Ministério, terá escolhido sem dúvida a pessoa que mais garantias dá ao serviço. Confio na escolha que fizer. Por mim acho que deve haver mais cuidado na escolha dos Directores-Gerais do que na escolha dos Ministros, porque destes nos podemos desembaraçar mais facilmente e daqueles não. Quando se escolhe mal um Director-Geral, o serviço sofrerá disso vinte ou mais anos. Quanto ao Secretário-Geral, qualquer das pessoas indicadas é muito bem. Talvez o General, se é o mais antigo, deva ser preferido. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 24-XII-960. P. S. Perfilhei a proposta de condecoração ao Gomes da Silva*». (Tratava-se do Engenheiro Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Segundo exemplo. Carta a Arantes e Oliveira relativa à ponte sobre o Tejo: «*Ao Senhor Ministro das Obras Públicas — Recebi a documentação relativa à adjudicação da Ponte sobre o Tejo — minutas do contrato e proj. de decreto. Como V. Ex.ª pediu aos Senhores Ministros competentes as observações que entendessem dever formular, esperemos por elas para a revisão definitiva. Neste momento lembro apenas, a propósito do art. 4.º do projecto de dec., que a Família Sabugosa tem várias vezes exposto o seu empenho em que a casa ou os jardins não fossem sacrificados à ponte, o que parece ser possível. V. Ex.ª verá o caso com toda a boa vontade. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar, 30-XII-960*».

afro-asiático e comunista; e estes contrapõem à de Portugal a candidatura da Libéria. Depois de sete escrutínios no plenário da Assembleia, que produzem sucessivos empates (1), Portugal é abandonado pelo bloco europeu e por alguns latino-americanos; e então o governo de Lisboa retira a sua candidatura. Naquele ano, o lugar pertence a um país da Europa Ocidental, mas porque a Libéria recebeu também numerosos votos, as forças políticas da Assembleia chegam a um compromisso: o mandato no Conselho, que é de dois anos, é dividido entre a Libéria e a Irlanda, a cada uma cabendo servir um ano no mais alto órgão da ONU. Através de Portugal, aquém e além-mar, paira uma sombra: há um instinto indefinido, entre os portugueses, de que se acercam horas aziagas e dias anuviados.

(1) A eleição para o Conselho de Segurança requer maioria de dois-terços dos delegados presentes e votantes.

CAPÍTULO II

A Guerra

1

Ao tempo em que entra o ano de 1961, e para o estrangeiro que seja observador de superfície, a sociedade civil portuguesa exibe um aspecto de segurança, um tom de normalidade institucional. Pelo presidente da República são condecorados membros do governo: Leite Pinto, Botelho Moniz, Quintanilha Dias, Pedro Theotónio, Arantes e Oliveira, Lopes Alves, Kaulza de Arriaga, Adriano Moreira, Rebelo de Sousa. Em consequência das reformas militares de Moniz, entra em vigor uma nova divisão territorial, tanto na metrópole como no ultramar, e é restabelecido o Governo Militar de Lisboa. De novo, depois de uma viagem pela Europa e no seu regresso ao Brasil para tomar posse do cargo, volta a Lisboa Jânio Quadros, e os portugueses distraem-se com a excentricidade do presidente brasileiro. Quadros conserva as suas distâncias quanto às autoridades, irrita-se mais uma vez com os jornalistas, acaba por conversar com estes sentado num banco na Praça da Alegria. Tem contactos com figuras da oposição. Apraza uma conferência de imprensa; mas parte inesperadamente. E envia as suas despedidas telegráficas a Azevedo Gomes, Acácio de Gouveia, Mayer Garção, Gustavo Soromenho, José Ribeiro dos Santos, Mário Soares. Para salvar as aparências, Negrão de Lima desloca-se

a Belém e a S. Bento a exprimir agradecimentos, e Quadros consente em telegrafar ao Secretariado Nacional de Informação. Na segunda quinzena de Janeiro de 1961, a Assembleia Nacional inicia um largo debate sobre o plano de construções para o ensino primário, que prevê um investimento de 1 600 000 contos. Entretanto, Jânio Quadros assume as suas funções em Brasília; e John Kennedy entra na Casa Branca, e explica melhor a política da *nova fronteira*. Diz que esta expressão traduz o propósito de alargar as fronteiras ideológicas, económicas e políticas (não territoriais) dos Estados Unidos (1). E neste frio mês de Janeiro de 1961 Oliveira Salazar está amarrado à cama, com forte constipação e gripe, receando os médicos um toque de pneumonia.

De súbito, o povo português é fustigado por um sobressalto que o deixa entorpecido de pasmo, e de preocupações também. De 22 para 23 de Janeiro de 1961, o país é informado, pelas agências noticiosas, de que o paquete *Santa Maria*, que navega em águas da América do Sul, fora tomado de assalto por um grupo armado, sob a chefia de Henrique Galvão, que se havia infiltrado no último porto de escala. Depois, quase minuto a minuto, afluem pormenores, por vezes contraditórios, sempre confusos, em qualquer caso sensacionais. Assenhoreiam-se do episódio a grande imprensa e as poderosas estações de rádio do mundo; pelo seu inusitado e pela sua audácia, o acto assume uma dimensão internacional; e de chofre tudo se reveste de um cariz político. Decorrem as horas, e conhecem-se mais factos: os indivíduos que se apoderaram do paquete, no total de três dezenas, haviam embarcado nos portos de Curaçau e La Guaira, como passageiros, com documentos falsos, e detentores de armamento clandestino; no assalto aos centros vitais do navio, pela madrugada de 22 de Janeiro, o oficial de quarto, terceiro-piloto Nascimento e Costa, fora assassinado, e feridos outros oficiais; o navio é desviado da sua rota e cruza agora mares da América Central; e Henrique Galvão fizera radiodifundir uma mensagem em que ameaça afundar o *Santa Maria* se se tentar interceptá-lo. Pelo país, tanto na classe

(1) Ao abandonar as suas funções, Eisenhower despede-se em mensagem a Thomaz e Salazar, lembrando a visita que fizera a Portugal em Maio de 1960.

política como entre a população anónima, erram as perguntas: que se propõe Henrique Galvão? quem o apoia? é acto isolado? que se vai seguir? como vai actuar o governo de Lisboa? que atitude vão assumir os governos estrangeiros? Multiplicam-se os boatos: teriam sido assaltados outros paquetes portugueses, em particular o *Vera Cruz;* Galvão prepara um desembarque nas costas do Algarve, simultaneamente com o deflagrar de uma insurreição em Portugal; dirige-se o *Santa Maria* para os Açores, onde se iniciará a revolta contra o governo central, ou para Cabo Verde, ou para as costas da África Ocidental, a buscar apoio de países africanos hostis à Portugal; Galvão está louco; Galvão não está louco, e é o chefe reconhecido, com Humberto Delgado, das forças anti-salazaristas. De permeio, na Baixa do Cassange, no Nordeste de Angola, dão-se alguns tumultos, há desafios às autoridades, produzem-se ataques a brancos e a postos administrativos por parte de populares negros, e são invadidas algumas propriedades; mas com a intervenção firme das forças da ordem é restabelecida a calma.

Ao cair da noite de 22 de Janeiro, quando se torna mais claro o sentido e o conteúdo das notícias chegadas, é Pedro Theotónio Pereira, ministro da Presidência, o primeiro membro do governo a tomar o assunto em mãos. Depois de se inteirar dos pormenores possíveis, resolve prevenir Salazar. Nesta altura é já o princípio da noite, e Oliveira Salazar, ainda convalescente e confessando-se muito enfraquecido, está conversando com Luís Supico Pinto. Praticam os dois homens da situação interna, e Salazar troca impressões sobre o momento político e uma eventual remodelação do gabinete, que tem em mente. Por ambos são atirados nomes para um novo governo, apenas como sugestões a provocar outras sugestões. E vem a fio de conversa os casos de Delgado e Galvão. Diz Salazar: «*estou admirado com a inacção dos dois, sobretudo de Galvão. No caso deles, já teria tentado um golpe, qualquer coisa, não sei. Por exemplo, um ataque a Cabinda, ou a uma ilha indefesa de Cabo Verde, e aí, estabelecer, pelo menos durante algumas horas, uma autoridade, uma espécie de governo. Seria um belo escândalo mundial! Por que estão quietos?*» Informado de que Salazar se encontra com Luís Supico, Pedro Theotónio resolve dirigir-se-lhe directamente. Toca o telefone no gabinete da resi-

dência oficial, Salazar interrompe a conversa, atende pessoalmente a chamada; mas a rogo de Theotónio logo a passa a Supico Pinto. Este escuta quanto lhe diz o ministro da Presidência, que findo o recado logo desliga. Supico vê-se constrangido a ser o anunciador de más novas. Salazar ouve sem interromper. Depois diz: «*Bem me parecia: Galvão é homem empreendedor, qualquer coisa haveria de fazer. Sempre me pareceu tolice deixar sair Galvão, sempre me pareceu que nem os argentinos cumpririam a promessa, nem ele ficaria quieto. Mas houve aí uns medos, mil pressões...*» De chofre, no entanto, Salazar corta o seu comentário, suspende-se, encara Luís Supico: «*Desculpe, não foi para tratar disto que aqui veio, nem era este o tema que nos ocupava. Ora o Luís Supico dizia que...*» Supico Pinto retoma o fio da conversação, demora-se ainda três quartos de hora: sobre o episódio do *Santa Maria* não há uma palavra mais.

2

Vive o país apaixonadamente o *caso* do *Santa Maria*. Procura o governo português actuar. Dirige-se aos gabinetes norte-americano e britânico, e solicita-lhes que, utilizando as forças navais de que dispõem na zona, procurem apresar o paquete. Efectivamente, o governo de Washington manda seguir em busca do *Santa Maria* os contratorpedeiros *Wilson* e *Donato*, e o Almirantado inglês informa que, com o mesmo objectivo, saíra da base de Santa Lúcia (1) a fragata *Rothesay*. A esse tempo, Galvão difunde, pelo rádio de bordo, um comunicado: o assalto ao *Santa Maria* faz parte da luta contra o governo de Oliveira Salazar: o grupo que domina o paquete considera-se uma *força de ocupação:* e todos estão a actuar em nome de uma *Junta Internacional* de liberais sob a presidência de Humberto Delgado. No Brasil, o ministro da Marinha, Matoso Maia, declara que o *Santa Maria*

(1) Ilha britânica, no mar das Caraíbas, entre as ilhas de Martinica e de São Vicente.

será apresado se entrar em águas territoriais brasileiras, e no Itamaraty esclarece-se que aos seus ocupantes não poderá ser reconhecido o direito de asilo porque foram cometidos crimes de direito comum, como assassinato, roubo, pirataria, outros ainda. Continua cruzando as águas das Caraíbas o navio, e toca por espaço breve em Santa Lúcia para desembarcar feridos e doentes. Estes fazem declarações logo divulgadas pelo mundo: seriam afinal em número de setenta os assaltantes: e entre eles há muitos especialistas em acções revolucionárias e de sabotagem. Em Lisboa, uma nota do Secretariado Nacional de Informação dá conta dos factos; o ministério da Marinha define o direito e a jurisprudência das potências marítimas na matéria; e estas são unânimes em classificar de pirataria um acto semelhante ao praticado no *Santa Maria,* podendo e devendo qualquer potência capturar o barco e punir os autores do crime. Mas então, ao conhecerem o comunicado emitido por Henrique Galvão, os governos que contam mudam subitamente de atitude. Recolhe a Santa Lúcia a fragata britânica, por repentina falta de combustível; regressam às suas bases os contratorpedeiros norte-americanos; e é abandonada a perseguição ao paquete português. Na Câmara dos Comuns é atacado o gabinete inglês, mas este procura escudar no plano jurídico a sua nova posição: segundo a Conferência de Genebra de 1958, pirataria supõe um acto ilegal de violência e depredação, cometido por tripulantes ou passageiros de um *navio particular* e para *fins particulares:* e este não parecia ser o caso uma vez que Galvão possuía estatuto de refugiado político outorgado pela Argentina e pela Venezuela e afirmara agir somente com objectivos políticos. Em Washington, o presidente Kennedy, numa conferência de imprensa, admite que poderá ser havido por pirataria o acto praticado, e lamenta que o navio pertença a um país amigo; mas considera que se impõe agir com prudência para salvar as vidas, designadamente de americanos, dos que se encontram a bordo. Depois, o governo de Lisboa solicita também a assistência da França e da Holanda, que possuem unidades navais na área das Caraíbas; mas, entre palavras de boa-vontade e comprensão, é sobretudo passiva a atitude de Paris e da Haia. Em qualquer caso, e ao mais alto nível, está recebendo atenções do mundo o episódio do *Santa Maria.*

Com a passagem do tempo, e pela sua própria lógica, enovela-se a situação. Agitam-se as companhias armadoras portuguesas, em especial a Companhia Colonial de Navegação, que é a proprietária do barco; e enviam mensagens de protesto aos governos das potências marítimas, condenando a sua inacção. Depois, manifestam-se os sindicatos dos trabalhadores do mar, que reclamam junto de Kennedy por este cuidar somente dos passageiros americanos e aparentemente ignorar os trezentos tripulantes. Preocupam-se as companhias de seguros, e perante os novos riscos da navegação marítima mercante, os organismos internacionais do seguro marítimo ponderam a necessidade de rever os prémios e as apólices em vigor. E muitos ministérios da Marinha do mundo, de repente, iniciam o estudo de novas normas de segurança para navios no alto mar. Em muitas partes — nas Canárias, na Venezuela, em Portugal, no Brasil, na Florida, na Califórnia — manifestam-se as famílias de passageiros enclausurados no *Santa Maria;* em nome de todo o episcopado português e em seu próprio, o cardeal Cerejeira telegrafa a Kennedy e lança um apelo veemente à justiça, à humanidade, aos sentimentos nobres do povo americano, e solicita que sejam autorizados a desembarcar os passageiros e os tripulantes que escolham a liberdade, sublinhando que os tripulantes são todos portugueses e «*nossos filhos espirituais*»; protestam também as famílias dos tripulantes; e Caeiro da Matta escreve uma carta pessoal ao antigo secretário de Estado Dean Acheson. Na Assembleia Nacional há uma atmosfera de indignação. Luís Esteves Fernandes, embaixador de Portugal em Washington, avista-se com o novo secretário de Estado Dean Rusk; mas este, se é amável e compreensivo, é também ambíguo e evasivo. No meio tempo, continua a navegar o *Santa Maria.* É localizado e sobrevovado por aviões das forças aéreas americana e britânica, e verificam que o paquete ostenta agora o nome de *Santa Liberdade.* Dos aviões, em nome do almirante americano Robert Dennison, é expedida a Galvão uma mensagem: sugere que autorize a transferência de passageiros e tripulantes, que o desejem, para outro navio, ou que para o efeito o *Santa Maria* escale Porto Rico. Recusa Galvão. No Brasil, os partidários deste declaram saber que o governo do presidente Quadros reconheceria um *Governo português no exílio;*

e na Venezuela funda-se uma *comissão para a liberdade de Portugal.*

Decorrem os dias, e a 27 de Janeiro, que é uma sexta-feira, torna-se óbvio um ponto: o *Santa Maria* deve ter quase exaustos os seus abastecimentos, em combustível e víveres. Galvão terá de tomar uma decisão naquele fim-de-semana. Alguns meios internacionais aventam uma hipótese: o navio dirige-se a Cuba para aí os assaltantes serem abastecidos, e treinados na técnica do terrorismo revolucionário. Novamente observado por aviões norte-americanos, o paquete navega em círculos, lentamente, nas águas das Caraíbas. Correm agora notícias de que o *Santa Maria* não iria a Cuba; mas Fidel de Castro e alguns militares dos seus preparam-se para o apoiar, enviando para o navio alguns *generais especializados.* Nova mensagem radiodifundida por Galvão declara que dirigirá o navio para Angola; e efectivamente muda de rumo. Se mantiver este, e à velocidade de quinze nós, poderá estar à vista das costas de África no domingo à noite, ou segunda-feira de manhã. Manda o governo espanhol aparelhar o cruzador *Canárias,* que segue para o mar com destino desconhecido; o governo português faz sair a fragata *Pêro Escobar.* Em 28 de Janeiro, o paquete é assinalado a cerca de mil e setecentas milhas de Dacar; e Galvão envia uma mensagem a Kasavubu, presidente da República do Congo, solicitando asilo político e auxílio militar. De Dacar, é expedido a Humberto Delgado um telegrama prometendo um corpo de 5000 voluntários para libertar a Guiné e Cabo Verde, e que seriam transportados em pesqueiros soviéticos. Continua a navegar para leste o paquete, inflectindo para o sul, em direcção a Angola, e ao cair de 28 está a cerca de 750 milhas de Belém e a cerca de 600 do Recife. Naquele dia, desembarcam em Angola, idos da Europa e da América, centenas de jornalistas, cineastas e locutores de rádio; mas, segundo alguns declaram, «*afinal não sabem bem ao que vêm*». Algumas estações de rádio, de países africanos, dão notícias confusas de Angola, descrevendo acontecimentos e desordens que se não verificaram. Ainda naquele dia 28, os oposicionistas portugueses entregam um *documento político* na Presidência da República; e três comissionados—Mário de Azevedo Gomes, Eduardo de Figueiredo e Acácio de Gouveia — pedem uma audiência ao chefe do Estado. No dia seguinte,

a 29, Negrão de Lima procura Marcelo Mathias, e define a posição do governo brasileiro. Diz o embaixador: se o *Santa Maria* arribar a porto brasileiro, ou ingressar em águas territoriais brasileiras, estará sujeito a apreensão para restituição aos seus legítimos proprietários; nada será feito contra o navio enquanto no alto mar; e pelo que respeita aos insurrectos, serão internados, visto que o Brasil não pode aceitar a configuração do crime de pirataria. Ainda que atenuada, trata-se de posição não amistosa para o governo de Lisboa. Ao outro dia, a imprensa mundial dá notícia de que o paquete havia feito nova mudança de rumo: aproa decididamente ao Recife: mas então fecha as máquinas e parece pairar a uma centena de milhas daquele porto brasileiro. Do *Santa Maria* acerca-se um navio de guerra norte-americano; depois o navio português recomeça a navegar; e quando se encontra a quarenta milhas daquele porto brasileiro, sobe a bordo o almirante Allen Smith, da Marinha de Guerra dos Estados Unidos, e durante três horas conferencia com Henrique Galvão. Há surpresa em muitos círculos políticos do mundo; e em Portugal, nos meios afectos ao governo e numa larga faixa da opinião pública causa indignação o reconhecimento de um acto de pirataria por um alto e qualificado representante americano. Parece agora claro, no entanto, que o *Santa Maria* se dirige ao Brasil. De emergência, e para apreciar a situação, reúne-se o governo brasileiro; e Manuel Rocheta, embaixador português no Rio, encontra no Itamaraty e nos meios ligados a Quadros fortes reticências quanto ao destino do paquete. No Recife, um juiz brasileiro marca uma posição independente, e de harmonia com o que considera a sua lei ordena o apresamento do barco, se este tocar em porto do Brasil. Em Lisboa, na mesma altura, Pedro Theotónio faz declarações à imprensa: pede a restituição do navio ao seu comando legítimo, solicita que a este seja permitido cumprir as ordens dos armadores e que o barco possa completar a sua viagem; e afirma que Portugal repudia o carácter político do episódio, e considera apenas em causa a liberdade das pessoas e a segurança dos mares. Por seu lado, com aparato, chega Humberto Delgado ao Recife, afirmando que vem conferenciar com Galvão, que actuara por instruções suas; mas Galvão recusa a chefia do antigo general e rejeita um entendimento com aquele. De Lisboa, como representante da

companhia armadora, parte João do Amaral, e no Recife instala-se num modesto hotel perto do ancoradouro. Na mesma altura, e em grande confidência, segue o engenheiro Jorge Jardim, acompanhado de elementos da *Brigada Naval* da Legião Portuguesa, trajando civilmente: consigo transportam alguns caixotes com armamento ligeiro, consignados à embaixada por conterem documentos: e Jardim e os seus homens alojam-se no mesmo hotel com João do Amaral. Em 30, Galvão dá por concluída a aventura, e resolve entregar-se, e ao navio, às autoridades brasileiras; na noite daquele dia organiza um *jantar de despedida,* servido com as melhores iguarias de bordo, e que finda com uma *festa de despedida,* enquanto a orquestra do navio executa peças de música que fecham com o *Fado de Vila Franca;* e a ementa-programa diz que o *Santa Maria* está *«em viagem para a Liberdade»*. Depois, seguido à distância por um rebocador que transporta um poder de jornalistas de muitas nacionalidades, o *Santa Maria* aproxima-se lentamente do Recife; apenas em 1 de Fevereiro de 1961 está nas águas territoriais brasileiras, a três milhas daquela cidade. No dia seguinte, o paquete entra no Recife. Actuam as autoridades: fuzileiros navais ocupam desde logo o navio. Delgado entra a bordo, avista-se com Galvão. De lado nenhum, aparece Álvaro Lins, o homem que em Lisboa dera asilo diplomático a Delgado, e iniciara todo o processo; Lins entra também a bordo, a conferenciar com os seus *«amigos»*, e para recordação apodera-se, na sala do navio, da miniatura de uma caravela. Galvão é notificado, pelo poder judicial brasileiro, de que o *Santa Maria* tem de ser entregue aos seus proprietários. Desembarcam então os passageiros. Saem depois Delgado e Lins. E surge Galvão, envergando um uniforme de sua lavra e fantasia, com dragonas e cordões dourados, e ostentando cinco estrelas. E saem os tripulantes, que fazem declarações: Galvão e os seus companheiros haviam procurado aliciá-los, mas nenhum aderira; entre os membros do grupo assaltante travavam-se discussões violentas, mesmo desordem; a conversa de há pouco entre Galvão e Delgado fora tensa, e os dois homens estavam claramente desavindos; e a bordo eram já muitas as faltas, desde a água à alimentação. É o último a abandonar o paquete o seu comandante Mário Simões Maia. Em Lisboa, dentro de uma rotina que nada parecia afectar, é designado um novo subsecretário do Fomento Ultramarino, Amaro da Costa (1).

(1) De seu nome completo Manuel Rafael Amaro da Costa.

No Recife, durante o dia 3 de Fevereiro cumprem-se as formalidades legais, e ao dia seguinte o *Santa Maria* é confiado ao Adido Naval português, que por seu turno o entrega a João do Amaral como representante dos armadores. E Jorge Jardim e os seus homens ocupam o navio, e guarnecem os seus centros vitais (1).

Em terra brasileira, Galvão é assediado por jornalistas. Afirma-se chefe do DRIL (2), e nessa qualidade agiu. Sente-se figura mundial, faz declarações: «*Não se trata apenas de nos desenvencilharmos de Salazar, mas igualmente de efectuar uma revolução autêntica na sociedade portuguesa, e abrir as portas ao progresso e à independência dos territórios ultramarinos. Estas as palavras que lhes quero dizer na altura em que finda a primeira acção militar das forças sob o meu comando*». Mas ao jornal francês *Aurore* amplia Galvão as suas afirmações. Deseja uma revolução não só em Portugal como na Espanha; já dispõe de meios, mas estes são necessariamente secretos; é indispensável recorrer ao terrorismo para impressionar a opinião pública, mas há que poupar inocentes; as bombas que em 1 de Janeiro de 1960 rebentaram em Madrid foram colocadas por sua ordem; e o mesmo dirá das que deflagraram em Barcelona, Bilbau, Toledo, São Sebastião. O piloto Nascimento e Costa? Sim, teve de ser morto; mas «*defendeu-se como era seu dever*». E o futuro? Não sabe, talvez na África, talvez na Ásia, talvez na América. Aceita o apoio dos comunistas? Não é anticomunista. E gosta de música? Sim, «*da grande música, da verdadeira*». Depois, Galvão entrega-se ao almirante brasileiro Fernando Dias; mas solicita asilo político para si e seus acompanhantes; e é deferido o pedido. E o presidente Quadros faz publicar uma nota sibilina sobre o fecho do episódio: não se refere a Portugal, nem ao governo português, nem à nacionalidade portuguesa do paquete: congratula-se por haver sido poupada uma «*unidade da marinha mercante internacional*».

No dia 4 de Fevereiro de 1961 é remetida à imprensa de Portugal uma extensa nota oficiosa da Presidência do Conselho.

---

(1) Entretanto, outros navios mercantes portugueses, em especial o *Vera Cruz*, navegam já armados e patrulhados por polícia portuguesa à paisana.

(2) DRIL: iniciais correspondentes a *Directório Revolucionário Ibérico de Libertação*.

Descritos os factos, e as providências tomadas para interceptar o *Santa Maria* se se internasse no Atlântico com rumo leste, e mencionados os pedidos feitos à Inglaterra e aos Estados Unidos, a nota acentua os pontos de ordem geral. Diz: «*Durante todo este episódio entendeu o Governo que, sem esquecer a salvaguarda de vidas e bens, não era lícito menosprezar o problema geral, que interessa a todos os países marítimos, da segurança da navegação mercante no alto mar contra actos de pirataria. E para isso se chamou repetidamente a atenção das potências. Não foi o Governo português movido, no entanto, pelas considerações de ordem política que alguns invocaram e quiseram ver por detrás dos acontecimentos; e esses aspectos julgou-os o Governo sempre como secundários, excepto na medida em que se verificou o apoio e o conluio com as forças empenhadas em destruir o Ocidente. De harmonia com aqueles sentimentos, o Governo português não se empenha na entrega dos responsáveis pelos crimes de roubo, assassínio, ofensas corporais, falsificação de passaportes, transporte clandestino de armamento, privação de liberdade de centenas de pessoas, e confia inteiramente ao critério da comunidade internacional, e em particular dos países que possam estar em condições de efectivar responsabilidades, a apreciação dos actos praticados de harmonia com as respectivas legislações*». Depois, a nota agradece, quase com ênfase, o auxílio dos Estados Unidos, e de outras nações amigas, e «*a atitude extremamente amigável e de perfeita correcção do Governo e das Autoridades brasileiras*». E conclui a nota: «*O Governo presta de novo homenagem àqueles que a bordo do* Santa Maria *se sacrificaram no cumprimento do dever e congratula-se com os armadores pelo exemplo magnífico de fidelidade da tripulação ao seu navio e à Companhia armadora. E, lamentando o atentado cometido contra o prestígio e o interesse nacional, regozija-se com a demonstração de solidariedade firme e calorosa que recebeu não só das províncias ultramarinas como de todas as comunidades de portugueses espalhadas pelo mundo*» (1).

(1) Esta nota foi aprovada por Salazar, mas apesar de figurar nos seus volumes de discursos não foi elaborada pelo chefe do Governo: foi composta no Ministério dos Estrangeiros.

Concluída a aventura do *Santa Maria,* feitas no paquete as reparações indispensáveis, ruma o navio para Lisboa, com o comandante Simões Maia e a sua tripulação, e os homens de Jorge Jardim.

3

É amargo o sulco aberto pela aventura do *Santa Maria.* Na massa do povo, é geral a reprovação: a ansiedade quanto à vida dos tripulantes e passageiros, o assassinato do oficial piloto, a ofensa aos direitos individuais, levam ao repúdio do gesto de Henrique Galvão. É diversa a atitude dos círculos políticos. Para os que apoiam o regime, o episódio é desnorteador: consideram que o governo sofreu um desaire, que o prestígio pessoal do seu chefe está maculado; e, desconhecendo as malhas que envolvem Galvão mas presumindo-o comparsa de um plano de grande amplitude, receiam o futuro. Na roda da oposição, pelo contrário, há júbilo: formalmente, é decerto condenado o acto, pela sua violência e por atentatório da liberdade, da propriedade e da segurança no mar: mas no foro interno é bem-vindo o episódio pelo abalo causado. Não ignora a oposição as implicações da atitude das grandes potências. Na sua reacção inicial, o governo de Washington considerou como de pirataria o acto de Galvão; mas Kennedy e o seu grupo de jovens conselheiros, que com ele entrou na Casa Branca e no Departamento de Estado, logo se avisaram do aproveitamento político que, contra o governo de Lisboa, poderia ser feito do incidente; este foi então considerado como parte da luta entre o regime no poder em Portugal e a oposição democrática; e os navios de guerra norte-americanos, destinados a apresar o *Santa Maria,* foram recolhidos às suas bases enquanto um almirante dos Estados Unidos conferenciava com Henrique Galvão, emprestando-lhe categoria política. Desta posição norte-americana tirou o governo de Londres as suas conclusões, e pela de Washington pautou a conduta própria. De igual modo, procedeu o novo governo brasileiro do presidente Quadros: este, na sua demagogia e nos

seus pronunciamentos délficos, não esconde a sua hostilidade ao Governo português e sobretudo à política africana de Portugal. Destes factos tem evidentemente consciência a oposição portuguesa; e a atitude das potências, conjugada com os debates na ONU e os factores de âmbito mundial, aparece-lhe como luz verde para maior ousadia no plano interno.

Mas as repercussões do *caso* do *Santa Maria* vão muito além das fronteiras portuguesas. Torna-se tema de debate entre governo e oposição em outros países. Na Câmara dos Comuns, e na imprensa inglesa, há choques entre o gabinete conservador e a oposição trabalhista, pretendendo esta que houvesse sido dado efectivo apoio a Galvão. Idêntica divisão se nota nos círculos políticos norte-americanos. Do *New York Times* emana mesmo uma palavra de cautela: ou há compreensão para com Lisboa, «*ou veremos Portugal abandonar a NATO — levando consigo os Açores*». Jules Romains, no *Aurore,* sublinha os perigos do episódio e as suas implicações para o futuro; e salienta a deselegância dos Ocidentais, que não parecem ter consciência de quanto é indispensável a solidariedade na defesa do que é vital. No Brasil, Lisboa tem a hostilidade de grandes jornais como o *Estado de S. Paulo,* ou a neutralidade de outros como *O Globo,* ou o apoio da cadeia dos *Diários Associados:* e a condenação ou apoio, a propósito do *Santa Maria,* coincidem com as linhas de apoio ou oposição a Jânio Quadros. É unânime a imprensa espanhola em verberar o acto de Galvão. E a *Izvestia,* de Moscovo, critica o Ocidente por ser solidário com o governo de Lisboa, e protesta contra o qualificativo de pirata aplicado a Henrique Galvão.

Na sua residência oficial, Oliveira Salazar sente-se ainda enfermiço. E os seus médicos receiam uma recaida da sua gripe.

4

Mal refeita do *caso* do *Santa Maria* a opinião pública portuguesa é vergastada por outro choque: produzem-se tumultos graves em Luanda. Na noite de 4 de Fevereiro de 1961, três grupos

de negros investem a Casa de Reclusão Militar, o Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública, e as Cadeias Civis. Portadores de pistolas e metralhadoras ligeiras, os assaltantes atacam com grande violência. Acorrem forças portuguesas, e dominam a situação; mas sofrem sete mortos. Parecia restabelecida a calma. Mas ao outro dia, aquando do enterro das vítimas, são alvejadas pessoas que participam nos funerais. Há tumultos para além do cemitério, e é tensa a atmosfera da cidade. Intervêm algumas companhias de caçadores especiais, há pouco desembarcadas da Metrópole. Dos incidentes, nos dois dias, apura-se um total de 24 mortos entre agentes da ordem e atacantes. No Brasil, Galvão declara que o episódio do *Santa Maria* e os ataques em Luanda estão ligados: são peças de um plano de guerra a Portugal. De novo, a opinião pública portuguesa se sente estupefacta, e alarmada: quase não há na Metrópole quem não tenha um parente, um amigo, um interesse em Angola: e os boatos logo se formam e circulam, carregando de sombra e terror a situação. E pelo mundo, na imprensa internacional, tudo é agravado, ampliado: nas Nações Unidas, os afro-asiáticos não parecem surpreendidos com os incidentes, salvo pelo seu âmbito restrito: mas, em qualquer caso, falam de tomar medidas drásticas contra Portugal. Resolve então actuar no plano oficial a oposição democrática.

Cunha Leal lança um volume: *O Colonialismo dos Anticolonialistas*. Cunha Leal exalta a «*gesta portuguesa dos Descobrimentos e da Colonização*», pondo «*orgulhosamente em relevo*» a inexistência de preocupações racistas, numa colonização «*legítima e beneficiosa para os povos submetidos à sua acção tutelar*»; aponta depois alguns defeitos e limitações; condena Nehru, e a sua «*comédia de libertação*» dos Goeses; ataca os novos colonialismos dos novos imperialismos; e não tem ilusões sobre a «*guerra fria contra nós declarada pela ONU*». Leal entende que a causa portuguesa é «*justa*», embora a tese em que assenta seja «*discutível*» e «*desastrada*» a sua defesa. Mas Leal é categórico: «*Em face do nosso incumprimento das ordens em larga escala ilegítimas da ONU, ela, se quiser, que tome a iniciativa de nos expungir do seu seio; e, se a sua acção nos forçar ao combate, não teremos outro remédio que não seja lutar sem hesitações*». Leal ataca o governo pelos métodos usados, não pela substância da política

seguida; e mantém-se no plano alto do homem de Estado que, acima de partidos, se identifica com interesses nacionais. Oferece o volume a Oliveira Salazar. Na dedicatória, proclama a sua mais viva e intransigente oposição no domínio da política interna mas, vincando o seu patriotismo, afirma o seu mais decidido apoio na política de defesa do Ultramar que deve ser conduzida «*até à exaustão se necessário*».

É diversa da de Cunha Leal a atitude de outros oposicionistas, que se colocam no terreno partidário. Acácio de Gouveia, Azevedo Gomes, Eduardo de Figueiredo, em satisfação da audiência solicitada, são recebidos pelo presidente da República ao dia seguinte dos tumultos de Luanda, a 6 de Fevereiro. Declaram aqueles três homens que consideram o país em grave risco, e que pertencem ao governo responsabilidades totais; e reproduzem quanto haviam escrito num documento que antes tinham elaborado. Depois, remetem à imprensa um extenso comunicado. Exprimem o «*estado de verdadeiro alarme em que se encontra o país, e que só pelo medo — de há muito enquistado na vida das relações entre os portugueses — não toma a cada passo forma bem visível*»; e tudo se deve a uma «*acção política autocrática, repressiva, e vincadamente desprezadora das liberdades fundamentais dos cidadãos*». Segundo aqueles três homens, clamando a representação de outros democratas, o regime tem-se baseado nas realizações materiais e no prestígio internacional. Mas este está atacado: são as votações da ONU, é o abandono por aliados e amigos, embora nem em todos estes haja pureza de intenções. Há pelo mundo novas ideologias em marcha; e o país não está informado de tudo o que se passa. Não se dispõe o Exército a continuar a ser o sustentáculo de uma situação que atraiçoa os seus propósitos patrióticos. Como a julgam os democratas? Sintetizam o seu juízo: houve um início de revolta em território nacional, chefiada por um português, sob bandeira portuguesa; este acto político revolucionário foi assim tratado pelas nações estrangeiras intervenientes, não se podendo perder de vista a conduta do almirante norte-americano que se avistou com o chefe revolucionário português; a atribuição do estatuto de asilado político àquele como aos demais revoltados confirma a natureza política dos factos; e se agora, como

se deduz da nota oficiosa (1), o gabinete se mostra desinteressado do desfecho, atribuindo aspectos internacionais a quanto se passou, o facto não diminui a gravidade real do acontecimento e não atenua o desprestigio que atingiu o governo. E os factos verificados em Luanda constituem mais um motivo a reforçar o estado de alarme. Deste modo, por forma meditada e solene, querem afirmar, «*em nome de quantos sabemos e sentimos estarem connosco naquele acto*», que entendem ser seu dever de portugueses e de patriotas apelar «*para o Sr. Presidente da República no sentido de dotar imediatamente a Nação com um Governo capaz de inspirar confiança ao país, liberto das actuais responsabilidades, e em cujo programa se inscreva, como primeira condição de vida sã, a restituição aos portugueses das liberdades fundamentais, essas mesmas que a Constituição promete e tem sido afrontosamente letra morta entre nós*». E Eduardo Figueiredo, Acácio de Gouveia e Azevedo Gomes indicam que Américo Thomaz escutara com a maior atenção, tendo respondido que iria «*pesar e pensar*» quanto lhe fora dito. Em particular, Acácio de Gouveia e Eduardo de Figueiredo, que haviam sido advogados intervenientes no julgamento de Santa Clara, põem em causa o acórdão da Haia sobre o direito de passagem para Dadrá e Nagar Aveli, sugerindo que neste particular fora o pais enganado. De imediato, reage a Presidência da República. Esta esclarece que o presidente da República, quanto à audiência de 6 de Fevereiro, formula as «*mais expressas reservas*» ao relato feito, cujo texto aliás não lhe fora submetido, nem do mesmo havia tido conhecimento prévio. Por seu turno, os intervenientes no Tribunal da Haia publicam uma carta incisiva. «*Professores das Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra*» repudiam o que dizem os democratas na sua nota, e negam que o país houvesse sido enganado; e salientam que o texto completo do acordo da Haia fora publicado na revista do Ultramar e na da Ordem dos Advogados. Paulo Cunha, Galvão Teles, Guilherme Braga da Cruz e Joaquim Silva Cunha subscrevem a carta. E o *Diário de Lisboa* salienta o «*caráter unilateral*» do *comunicado dos três*, não tendo sido ouvido, como deveria ter sido, o «*interlocutor dos signatários*».

(1) Referem-se à nota oficiosa da Presidência do Conselho.

Perante o clima de dúvida, algumas das forças políticas que apoiam o governo parecem hesitar. Reagem os responsáveis, porém, e a Assembleia Nacional dedica um novo debate à situação política: presta homenagem ao presidente da República, exprime a sua solidariedade ao governo, e por unanimidade aprova uma moção de apoio. Albino dos Reis elogia a nota oficiosa da Presidência do Conselho, e sublinha a necessidade de coesão nacional, que ponha a «*Pátria ao alto*» como «*dizia um deputado patriota da I República*» (1).

5

Sucederam-se episódios que deixam em suspenso a opinião pública, e esta parece esperar, entre rumores desencontrados, um acontecimento decisivo que altere o curso da história. Sem que muitos se apercebam, ou o queiram reconhecer, tudo se processa em torno da figura de Oliveira Salazar, ou a este é reconduzido. Que pensa o chefe do governo? Que se propõe fazer? Apresenta a sua demissão? É esta aceite pelo presidente da República? Nesse caso, quem substituirá Oliveira Salazar? Ou, pelo contrário, está no pensamento do chefe do governo tomar medidas drásticas? Quais? Com que forças políticas conta? E o Exército, as Forças Armadas em geral, como se comportam? Por outro lado, qual é, na realidade, o estado físico e mental de Salazar? Na verdade, Oliveira Salazar ronda os setenta e dois anos. É já uma grande idade. Que admira, se estiver fisicamente débil? Que admira, se tiver perdido faculdades? Que admira, se estiver abatido o seu espírito? Para mais, correm informações tomadas por exactas: Salazar estaria distante de tudo e todos, indiferente aos acontecimentos, desinteressado do futuro, deprimido, abúlico. Por si, Oliveira Salazar conferencia com o presidente da República nas audiências dominicais; recebe os ministros, com quem trata e despacha os

(1) Salientaram-se no debate os deputados Júlio Evangelista, Alberto Cruz, André Navarro, Camilo de Mendonça.

negócios de Estado; vê agora com frequência Luís Supico Pinto; acolhe algumas personalidades estrangeiras; e a todos aparece como modelo de serenidade, de domínio sobre si próprio, de poder da vontade. Para o povo anónimo, porém, o chefe do governo transmite a imagem do solitário, distante e inacessível, e mantém-se silencioso, hermético, indecifrável. De momento, contudo, há um facto: os dias passam, a rodagem do Estado e da administração continua, e não acontece coisa alguma.

Entretanto, a 16 de Fevereiro de 1961, entra em Lisboa o *Santa Maria*. Há pela cidade, e até pelo país, uma atmosfera de alívio, de contentamento. No cais, congrega-se multidão que alastra pelos edifícios, pelas imediações. Acompanhado de Pedro Theotónio e de Quintanilha Dias, Salazar vai a bordo. Inspecciona o navio. Informa-se em pormenor do ocorrido durante a aventura. Conversa demoradamente com o comandante Simões Maia. Faz ponto de cumprimentar a tripulação. Solicitado para fazer declarações à imprensa e à rádio, Salazar recusa. Instam os ministros: é preciso proferir uma simples palavra, uma frase. Salazar diz para os jornalistas e a rádio: «*Temos de novo o Santa Maria connosco. Obrigado, portugueses*». De outra forma, manifesta-se o presidente da República: a título póstumo, o piloto Nascimento e Costa é condecorado com a Torre e Espada, cujas insígnias Américo Thomaz depõe sobre a urna, aquando do funeral. Mas no dia seguinte ao da chegada do *Santa Maria*, o ministro da Defesa Nacional, Botelho Moniz, avista-se com o embaixador dos Estados Unidos, e informa-o de que, com outras personalidades do regime, havia decidido forçar Salazar a liberalizar a sua política, tanto na metrópole como no ultramar.

Gradualmente, o ambiente no país parece voltar à *habitualidade* salazariana. Evoca-se a morte do grande actor João Villaret, há pouco acontecida; Marcello Caetano desloca-se a Madrid para receber um grau de doutor *honoris causa;* e a Sociedade Portuguesa de Escritores, a que preside Joaquim Paço d'Arcos, homenageia a memória de Jaime Cortezão. É criado na Universidade de Coimbra o *Centro de Estudos de Cartografia Antiga*, e a sua direcção é confiada a Armando Cortezão, a quem a Universidade resolve conceder o grau académico de doutor. É prorrogado por trinta dias o funcionamento da Assembleia Nacional para debater

e aprovar o plano de viação rural. Um facto, no entanto, lembra aos mais atentos que algumas preocupações existem nos responsáveis: uma missão militar, encabeçada pelo general Beleza Ferraz, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e em que participam o general Câmara Pina, chefe do Estado-Maior do Exército, e outros oficiais, desloca-se a Angola para conferenciar com os comandos militares locais (1). Num plano mais amplo, e sem que transpire para o grande público, o ministério do Exército, na consciência de que se desenrola uma crise, toma uma atitude nítida. Em circular aos comandos, diz: antes da crise, ainda seria lícito apreciar a situação vigente; mas hoje a «*conjura internacional*» pretende «*impor às nossas províncias ultramarinas uma independência que elas não desejam e reduzir a Metrópole à condição de Estado vassalo ou simples província duma Ibéria unificada*»; por isso, há que ter consciência que «*é a Portugal que atacam*», é «*Portugal que pretendem abater e destruir como nação independente*»; e assim todos os portugueses devem estar «*do lado onde só há portugueses*». Na mesma altura, Humberto Delgado recebe um convite para se deslocar a Nova Deli, a fim de participar num congresso em que se discutirá a entrega de Goa à União Indiana.

Mas em 23 de Fevereiro de 1961, de Nova Iorque vem uma notícia que mais uma vez sacode os espíritos e excita a opinião pública: a delegação da Libéria acaba de solicitar na ONU uma reunião do Conselho de Segurança contra Portugal. Nesse dia, Oliveira Salazar envia a Cunha Leal uma carta. Escreve o chefe do governo: «*Ao Ex.mo Senhor Eng. Cunha Leal — Estou envergonhado por não ter agradecido ainda a V. Ex.ª a oferta do seu último livro — O Colonialismo dos Anticolonialistas — mas quis lê-lo primeiro com a maior atenção, e, como o tempo é escasso, isso me levou alguns dias. Ninguém, concordando ou discordando de um ou outro ponto, ousaria duvidar do seu amor à Pátria e desejo de servi-la. Ao menos para mim não seria necessária a insistência que vejo na sua amável dedicatória. Com respeitosos cumprimentos, de V. Ex.ª muito att. e gto., Ol. Salazar. 23-2-61*».

---

(1) Faziam também parte da missão os tenentes-coronéis José Bettencourt Rodrigues e Pinto Resende e o major Pedro Cardoso.

6

No dia 6 de Março de 1961, Botelho Moniz e Elbrick almoçam juntos, a sós, e o embaixador americano desvenda ao ministro que tem instruções para uma firme diligência com o objectivo de forçar o chefe do governo a alterar a sua política africana. E na verdade, no dia seguinte, 7 de Março, o embaixador dos Estados Unidos, solicita uma entrevista com Oliveira Salazar, e pede urgência. Pergunta o ministério dos Estrangeiros: de que assunto deseja o embaixador ocupar-se? Responde Elbrick: está actuando por instruções pessoais do presidente Kennedy e apenas ao presidente do Conselho pode revelar a matéria. Elbrick chega acompanhado de Xanthaky, conselheiro e intérprete, e apresenta-se de semblante grave. É no gabinete do chefe do governo, em S. Bento. Desempenha-se o enviado americano do seu encargo. Diz, em síntese: estão preocupados os Estados Unidos com a África, e com os perigos de uma implantação comunista no continente, que importa ao mundo livre evitar; o presidente Kennedy pensa que a autodeterminação e a independência dos países africanos constitui a maneira mais eficaz de barrar o caminho à União Soviética; o nacionalismo africano é aliás irresistível, e a descolonização é um fenómeno inevitável, além de corresponder aos ideais de liberdade e dos direitos humanos; neste particular, o presidente Kennedy está especialmente apreensivo com a situação em Angola e, dadas as cordiais relações luso-americanas, muito desejaria que aquela se resolvesse à luz dos princípios geralmente aceites; de outra forma, poderá suscitar-se na ONU uma situação muito embaraçosa para Portugal, não sendo possível contar com o apoio dos Estados Unidos; apenas uma declaração de intenções, pública e formal, a fazer urgentemente pelo governo português, e anunciando não só reformas como a aceitação do princípio de autodeterminação e de independência para aquele território, poderá prevenir dificuldades de toda a ordem; se essa declaração não for feita, será de esperar um ponto crítico nas relações entre os

Estados Unidos e Portugal, de que não caberá qualquer responsabilidade ao governo de Washington; e por último, como a independência de Angola deverá causar perturbações à economia portuguesa, os Estados Unidos declaram-se prontos a estudar com outros países da NATO a melhor maneira de compensar financeiramente aquelas perturbações. Salazar escuta com atenção concentrada. Elbrick conclui a sua comunicação. Entrega um muito curto memorial, que contém uma breve síntese. Oliveira Salazar pergunta se o embaixador esgotou as suas instruções ou tem mais alguma coisa a acrescentar. Mais nada, declara Elbrick. Levanta-se o chefe do governo, dirige-se à porta do gabinete, que abre. «*Ouvi atentamente e agradeço-lhe a sua visita. Muitos cumprimentos para o Presidente Kennedy. Muito boas tardes, Senhor Embaixador*». Saem os dois americanos. Nos corredores, diz Xanthaky para Elbrick: «*Nunca mais ouviremos falar desta diligência nem jamais obteremos qualquer resposta*».

Em Nova Iorque, continua a campanha da Libéria para uma reunião do Conselho de Segurança contra Portugal. E nos círculos afro-asiáticos da ONU, e numa larga parte da imprensa, traça-se de Angola um quadro dramático: o território está em revolta; a repressão das autoridades portuguesas é selvática; jorram torrentes de sangue; está assim comprometida a própria paz mundial. No Brasil, Humberto Delgado apoia a reunião do Conselho, e defende a independência do Ultramar português e a integração de Goa na União Indiana. Por Lisboa, numa escala entre dois aviões, faz uma breve paragem Kwame Nkruma, presidente da República do Gana (1), e arauto mundial da luta antiportuguesa; dá um passeio

(1) Na altura, o Gana apresenta na Organização Internacional do Trabalho uma queixa contra Portugal, acusando este de prática de trabalho forçado em Angola. Portugal aceitou o inquérito, e este foi conduzido por uma comissão internacional presidida por um juiz senegalês; do inquérito, conduzido com minúcia em Angola, saiu Portugal totalmente ilibado. Então, e usando exactamente os mesmos trâmites processuais, Portugal apresenta na OIT uma queixa contra a Libéria, com uma acusação formulada nos mesmos termos. A OIT tinha de a fazer prosseguir contra aquele país como o fizera contra Portugal; este assim o exige; e assim se faz. Mas então há alarme nos círculos afro-asiáticos da OIT e da ONU; ficam em causa as grandes plantações estrangeiras na Libéria, o governo deste país lamenta-se que a falta de transportes não lhe per-

pela cidade; e aos funcionários portugueses destacados para o acompanharem, manifesta em termos tocantes profundo interesse pela saúde de Oliveira Salazar e pede-lhes que transmitam a este os seus cumprimentos e desejos de longa vida. Por seu lado, o governo de Lisboa protesta em Nova Iorque, junto da presidência do Conselho de Segurança, contra o pedido da Libéria, que considera ilegal, não justificado, e violador do n.º 7 do art.º 2.º da Carta, que proíbe qualquer interferência nos assuntos internos dos Estados. Sem embargo, e no caso de se efectivar a reunião, Portugal deseja participar nos debates. Dias depois, a 10 de Março de 1961, o Conselho de Segurança inscreve efectivamente a *questão de Angola* na sua ordem do dia. E o ministério do Ultramar, num comunicado, sublinha a existência de um plano internacional de subversão da África portuguesa. Pelo Norte de Angola circulam estranhos panfletos convidando a população *para as festas de 15 de Março,* e a *limpar* estradas e pontes, e a *tratar bem* os chefes de posto, suas famílias, e todos os brancos; mas as autoridades locais não atribuem importância a tais papéis, nem lhes dão interpretação especial. E elementos oficiais americanos em Lisboa e Luanda insistem em perguntar, por razões misteriosas, se no território da província de Angola tudo está calmo.

Atendendo ao prestígio do Conselho de Segurança, e ao temor que infunde nos mais tíbios ou menos prevenidos, produz-se na opinião pública portuguesa alguma emoção, e muitos prevêem que aquele órgão da ONU tomará as decisões mais graves contra Portugal: sanções políticas, ou económicas, ou até intervenção armada. Há alarme, há receios. Inicia o Conselho os debates a 13 de Março; Vasco Garin representa Portugal; e de Lisboa, com urgência, segue Jorge Jardim, portador de elementos de facto e dados estatísticos fornecidos pelo ministério do Ultramar. Simultaneamente, e em pagamento da que lhe fizera Marcello Mathias, chega em visita oficial a Lisboa o ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, Fernando Maria Castiella. Desenrola-se o programa habitual de recepções e conversas. Castiella e Mathias

---

mite cooperar com a comissão a ser designada pela OIT, etc. Conclusão: a queixa portuguesa é arquivada; mas a Portugal é dada a garantia de que, na OIT, nunca mais se pronunciará uma acusação contra Portugal no Ultramar.

falam longamente; e o ministro espanhol é recebido por Thomaz e Salazar. Castiella afecta sempre uma atitude de grande compreensão, de entranhada amizade por Portugal, e de incondicioinal e dedicado apoio em tudo o que os portugueses desejarem. Para Castiella, não há problemas na «*fraternidade ibérica*» (1). Mathias vinca sempre os «*dois países da Península*». Em Nova Iorque, na violência e no vitupério, desenrola-se o debate. Além da Libéria, são particularmente brutais o Ceilão, a República Árabe Unida, a União Soviética. Até à saciedade, é repisado o inferno das acusações rituais: opressão, atraso, genocídio, perigo para a paz mundial. Pede-se o cumprimento imediato, por Portugal, das resoluções votadas anteriormente; solicita-se uma declaração de princípio, outorgando a Angola a independência. Um aspecto do debate surpreende alguns círculos do Conselho de Segurança: pela primeira vez, a delegação americana, chefiada por Stevenson (2), ataca a política portuguesa em África, alinha com as acusações afro-asiáticas ainda que em linguagem mais moderada, e deixa entrever um voto contrário a Portugal. Não causa surpresa em Lisboa a nova atitude dos Estados Unidos, que está no caminho da diligência de Elbrick, de há dias; mas Salazar e Mathias não ocultam a sua preocupação, nem ignoram as implicações futuras da política de Washington. Como fecho do debate, e para ser submetido ao voto, a Libéria, o Ceilão e a República Árabe Unida apresentam um projecto de resolução que engloba e sintetiza o ponto de vista afro-asiático expresso no debate: por duas vezes se acentuam os perigos que a situação em Angola representa para a paz e a segurança mundiais; reitera-se a doutrina das resoluções anteriores contra Portugal; e solicitam-se reformas imediatas no contexto da resolução sobre extinção do colonialismo. E quando, na noite de 15 de Março de 1961, Mathias oferece a Castiella um banquete nas Necessidades, e os dois ministros celebram o fortalecimento do *Pacto Peninsular*, vai em Nova Iorque ser posto ao

(1) Recorde-se que Castiella, com outros, era autor de trabalhos em que se advogava a «*união ibérica*».

(2) Adlai Stevenson, membro destacado do Partido Democrático, candidato presidencial; derrotado por Kennedy, este nomeia-o para o posto de embaixador dos Estados Unidos na ONU.

voto o projecto afro-asiático. Como se aprestam a votar os Estados Unidos? Stevenson telefona a Kennedy, que está no seu gabinete da Casa Branca (1); recomenda que a delegação americana apoie o projecto afro-asiático, votando portanto contra Portugal, e pede ao presidente instruções finais. Que atitude tomarão os outros ocidentais? — pergunta Kennedy. Provavelmente abster-se-ão, diz Stevenson; mas igual atitude da parte dos Estados Unidos causaria deplorável impressão por todo o *terceiro mundo*. Dean Acheson (2), que naquele momento se encontra no gabinete de Kennedy, sugere ao presidente que não tome uma decisão precipitada, e acentuou que o assunto deve ser mais ponderado. Não há tempo, a votação vai realizar-se dentro de minutos, diz Kennedy; e depois de consultar Dean Rusk pelo telefone, e retomando a conversa com Stevenson, instrui este para votar contra Portugal. Comenta então Acheson: «*Senhor Presidente, acaba de tomar uma decisão que é ao mesmo tempo um erro e um perigo, e terá as mais graves consequências para Portugal e para os Estados Unidos*». E procede-se à votação em Nova Iorque: votam a *favor* da resolução a Rússia, a República Árabe Unida, a Libéria, o Ceilão e os Estados Unidos. Abstêm-se a França, a Inglaterra, a China, o Chile, o Equador e a Turquia. Há assim cinco votos afirmativos e seis abstenções. Não obtivera o texto, portanto, a maioria de votos positivos exigida, entre os 11 membros do Conselho, para que seja aprovada uma resolução, e nos termos regulamentares é havida por derrotada. Mas os Estados Unidos tinham *votado contra Portugal* pela primeira vez na história dos debates de problemas portugueses na ONU; e deste modo haviam rompido a solidariedade ocidental (França, Inglaterra, Turquia) e ignorado a amizade latino-americana (Chile, Equador).

Acheson, velho e experimentado estadista, advertira Kennedy. Mas não se conforma com a atitude dos Estados Unidos, nem tem por bastante o seu aviso, e quer registá-lo. Escreve a Kennedy

---

(1) Convém lembrar a diferença de horas entre Lisboa e Nova Iorque: quando em Lisboa era o princípio da noite, em Nova Iorque e Washington estava-se no meio da tarde.

(2) Antigo secretário de Estado, que falara longamente com Salazar numa visita a Lisboa em 1952. Ver vol. IV, pág. 253.

uma longa carta. Depois de referir notícias da imprensa sobre a mudança da política africana dos Estados Unidos, Dean Acheson aprecia directamente o voto americano no Conselho de Segurança. Diz o antigo secretário de Estado: «*O embate causado pelo voto na semana passada — e ainda mais significativamente o do discurso que foi feito, com a sua sinistra ameaça para o futuro — não atingiu principalmente os portugueses ou a crise de Angola*». Do voto americano, a mais grave consequência, pensa Acheson, está em tornar impossível qualquer negociação que poderia trazer à África alguma «*sanidade*». Vai ter reflexos na Argélia, e em toda a África. «*Na verdade*», continua Dean Acheson, «*através de África a grande necessidade não está em empurrar mais povos mais depressa para a independência, que não sabem usar melhor do que o têm sabido os congoleses. Independência para todos esses povos não é já um problema realista. O grande e crucial problema consiste em prepará-los, com muito mais do que simples velocidade, para enfrentarem o futuro inevitável*». E por último Dean Acheson atira a Kennedy um doesto: «*Qualquer estadista, soldado ou advogado sabe que o caminho para o desastre consiste em dar combate no terreno escolhido por outrem*». As Nações Unidas são uma ratoeira: pequenos países têm-se permitido manobrar as potências responsáveis e obrigam-nas a votar em todos os problemas concebíveis: «*Nós (os americanos) somos suficientemente grandes para não fazermos isto*». E a «*nossa própria grandeza e responsabilidade impõe-nos que em todas as situações não percamos de vista o conjunto*» (1). Em Lisboa, Jacques de Lacretelle pronuncia no Instituto Francês uma palestra sobre Marcel Proust. E na Casa do Infante, no Porto, Adriano Moreira, subsecretário do Ultramar, profere uma conferência com o título de *Provocação e Resposta*. Num óbvio remoque ao voto americano, diz: «*Só nós temos resistido ao desafio dos adversários; teremos também de resistir à provocação e à transigência dos que se dizem amigos*».

Encerram-se em Nova Iorque os debates, e de Angola chegam a Lisboa notícias trágicas. Justamente de 14 para 15 de Março de 1961, vagas de terroristas invadem o Norte de Angola. Abole-

(1) Carta de 19 de Março de 1961.

tados e municiados na República do Congo, atravessam em toda a extensão a linha de fronteira e, providos de catanas e armas de fogo rudimentares, assaltam povoações e fazendas. São atacadas S.to António do Zaire, S. Salvador do Congo, Maquela do Zombo, que se podem considerar quase raianas; mas são igualmente acometidas Ambrizete, Negaje, Mucaba, Sanza-Pombo; toda a baixa do Cassange está em alvoroço; e os terroristas estão às portas de Carmona. São claros para as autoridades os propósitos de implantar o terror. São óbvios os desígnios de se dirigirem a Luanda. Nos círculos do governo central, na alta administração, toma-se então consciência de que em Angola há uma *situação de guerra,* e de que no território se *move guerra contra Portugal.*

7

Em menos de quarenta e oito horas, pelos distritos do Zaire e do Uíje é a devastação maldita. Plantações e casas solitárias são saqueadas e incendiadas; aldeias são arrasadas; é posto cerco a vilas e pequenas povoações, cortando-se-lhes os abastecimentos; vias e meios de comunicação ficam destruídos; e a cidade de Carmona apenas consegue resistir graças ao heroísmo dos seus habitantes, encorajados e orientados pela serenidade e espírito decidido do governador Rebocho Vaz. Mas a fúria do ataque visa sobretudo as populações. Não se faz distinção de etnias, nem de sexo, nem de idades tão-pouco. É o terror, maciço e cru. Além dos praticados na Baixa do Cassange, e contra as vilas fronteiriças, parecem ser particularmente violentos os massacres nas regiões de Nambuangongo, Quicabo e Quitexe. Como nos tempos remotos das grandes barbáries, são assassinados homens, mulheres, velhos e crianças, autoridades administrativas, agentes da ordem, brancos, negros e mestiços; ou fuzilados; ou queimados dentro de casas e cubatas; ou esquartejados, e degolados; ou cerrados vivos. São fazendeiros, comerciantes do mato, madeireiros, capatazes das plantações, habitantes de vilas e cidades, homens de profissões liberais, missionários, enfermeiros: no ímpeto do inferno, não se faz

discriminação. Propagam-se as notícias, e os que ficam ainda aquém do terror que alastra procuram na fuga a salvação. Amontoam-se em transportes que regurgitam muito para além das lotações, e aos milhares tentam dirigir-se a Luanda. Para trás, ficam haveres, que são o esforço de muitos anos; e comércios e indústrias, que representam gerações de tenacidade. E os itinerários não estão protegidos; há cortes de picadas; não se sabe que situação existe na próxima localidade; e nas pistas por que tomam ou nas povoações por que passam apenas encontram corpos chacinados, e ruína, e mais ruína. Grupos de fugitivos cruzam-se a esmo com outros grupos: trocam-se informações: e não pode ser mais ensanguentado o quadro que emerge. Carmona sobrevive, e Rebocho Vaz organiza um centro de resistência e acolhimento: a cidade torna-se um símbolo da resolução portuguesa de *estar*. Continua o pesadelo de dias excomungados mas, vencido o primeiro choque, os que sobrevivem, autoridades locais ou simples particulares, lançam mão de quanto podem, desde cajados a armas de caça, e congregam-se em bandos; e improvisam redutos que se defendem por dias e dias até serem socorridos, ou sucumbirem trucidados por vagas de terroristas que parecem drogados e se renovam sem cessar, não cuidando de quantos são abatidos. E surge Jorge Jardim, com um largo grupo, os *«voluntários de Moçambique»*, que procuram assistir as autoridades e acorrer, por picadas e matos, aos locais de maior ameaça, e que se portam com destemor que logo cria lenda. Simultaneamente, nos *muceques* (1) de Luanda o ambiente é de agitação, e de boca em boca passa o grito: *matar branco, matar branco.*

Entretanto, começam a afluir a Luanda os fugitivos: são chusmas em tropel, feridos, esfarrapados, cobertos de pó e terra encarnada, mutilados à beira da morte por míngua de cuidados, amargos com o ferrete da miséria, raivosos porque as suas vidas são de súbito uma ruína; e clamam por providências, exigem pelo menos o sangue das populações negras que ficam ao norte, e culpam de tudo as autoridades e o governo. Por governador-geral continua Álvaro da Silva Tavares, há pouco chegado: este não perde o

(1) É conhecida por *muceques* uma série de aglomerados populacionais pobres que cercam Luanda em toda a sua periferia.

sangue-frio, consegue suscitar à sua volta alguma calma. De acordo com as autoridades policiais e militares, são decididas as medidas possíveis. Em toda a província existem cerca de 2000 soldados brancos e cerca de 6000 soldados negros. É comandante militar de Angola o general Monteiro Libório. Em cooperação com os administradores, os chefes militares procuram usar aqueles escassos efectivos na abertura de itinerários, protecção de aldeias e vilas, guarda de instalações e de serviços públicos essenciais; e a Força Aérea, do comando do brigadeiro Fernando Resende, assegura comunicações e transporte de feridos graves. Mas é imensa a área, as forças não estão apetrechadas para uma actuação daquele tipo; e de momento, para mais, não sabem as autoridades se acaso não será desencadeado terrorismo em outros pontos do território, não podendo por isso deixar completamente desprotegidas outras cidades. Luanda tem, decerto, de ser protegida e defendida, seja por que preço for; mas Nova Lisboa ou Sá da Bandeira, Benguela ou Lobito, Luso ou Moçâmedes, não podem também ser abandonadas. Não se produzem alterações de ordem pública em outros pontos da provincia, todavia, nem se notam entre as populações indícios que inquietem as autoridades. A pouco e pouco, os meios existentes podem ser concentrados no Norte. E em Luanda, por entre dificuldades e cenas de emoção, organiza-se o acolhimento aos estropiados do Zaire e do Uíje: e somam muitos milhares.

São velozes as notícias e é instantâneo o conhecimento que em toda a província há da tragédia do Norte. São divulgados os cálculos provisórios das autoridades: devem ter sido assassinados, entre elementos da população, cinco a seis mil pessoas, e abatidos dois a três mil terroristas. De lés a lés de Angola é profundo o traumatismo, e o desespero domina todos. É radical a perturbação numa vida colectiva, de brancos e de pretos, que decorria no trabalho, decerto, mas sem sobressalto de monta. E de repente está criado um clima de suspeita, de ódio entre raças: os brancos vêem em cada negro um possível terrorista, os negros vêem em cada branco um homem que se quer vingar e que agora mata sem hesitar. Deste modo, e além das atrocidades dos assaltantes, assumem gravidade o ataque preventivo e a retaliação indiscriminada de brancos sobre negros e destes sobre aqueles. Homem a homem, nas

ruas, nos empregos, em toda a parte, espiam-se com rancor, e a um gesto equívoco é abatido o suposto adversário. Parece em escombros a secular igualdade racial que é timbre da política portuguesa, dir-se-ia destruído o tradicional convívio e cruzamento entre etnias. Depois, no ânimo da população de Angola, firma-se uma ideia: o governo de Lisboa abandona todos, e o território, a um destino trágico. Todos interrogam o futuro: consideram perdidos os seus bens, os seus capitais, os seus investimentos, os seus comércios e indústrias, as suas casas; consideram-se na pobreza; e além de verem interrompida a educação dos seus filhos, julgam que apenas lhes podem legar a miséria. Perante o quadro doloroso, para todos é cruel o dilema: partir ou ficar? Recomeçar a vida noutras bases e noutro local, ou ficar, resistir, lutar, agarrar-se à terra, defender bens até à morte? Para muitos e muitos, e de momento, a decisão é de *ficar:* nasceram *ali,* e pais, avós, gerações de antepassados nasceram *ali:* a terra é mais *deles* que de outros: onde não havia nada, há hoje tudo: e foram *eles,* e *só eles,* que tudo construíram com a sua iniciativa e o seu braço. E ir para onde? São já numerosos os que nunca sequer foram à Metrópole, ou que estão em Angola de meninos, ou que há largos anos não saem da província. Que fazer em Lisboa? Seria então preferível ir para a África do Sul ou para a Rodésia do Sul. Mas não: há que estar, correr todos os riscos, afrontar todos os perigos, ficar, vivos ou mortos. Mas a outros é o pânico que os possui. Esses decidem abandonar tudo, perder tudo o que não puder ser levado ou transferido, e tomar o caminho de Lisboa. E é o êxodo, aos milhares. Em aviões e barcos, disputam-se a poder de oiro os lugares.

Têm imediata repercussão na opinião pública metropolitana os «*acontecimentos*» de Angola (1). Há desde logo um aspecto sentimental: Angola é território querido dos portugueses: e há o terror da sua perda, ou risco. Mesmo nos mais desprevenidos, e nos mais

(1) Entre os brancos de Angola, os ataques terroristas no Norte ficaram conhecidos e eram sempre designados pelos «*acontecimentos*». Nas conversas, dizia-se: por *altura dos acontecimentos, antes dos acontecimentos, depois dos acontecimentos,* etc. Não era preciso especificar de que acontecimentos se tratava, porque se subentendiam. Os negros classificavam o terrorismo do Norte de *confusão:* por *altura da confusão, fulano anda na confusão,* etc.

alheios aos altos jogos da política, forma-se a convicção clara de que, algures e por alguém, está traçado e em execução um *plano de guerra* contra Portugal em África. Encadeiam-se agora os factos: fuga de Delgado e Galvão, graças ao estratagema dos *asilos políticos;* captura do *Santa Maria;* simultaneamente, produzem-se os primeiros tumultos de Luanda; e a reunião do Conselho de Segurança, e o debate antiportuguês, coincidem rigorosamente com a invasão do terrorismo no Norte de Angola. Uma conclusão parece impor-se: trata-se de intimidar Portugal, de fazer ajoelhar o governo de Lisboa. Nem por haver esta consciência, ou justamente por virtude desta consciência, instala-se na Metrópole uma desorientação que frisa com o pânico. Há uma angústia colectiva, e são em torrentes os boatos sem peias da imaginação: Oliveira Salazar está doente, e com gravidade, ou pediu a demissão, ou prepara a sua partida, se não a sua fuga, para a Suíça; está por dias, ou por horas, uma revolta das Forças Armadas; não é apenas em Angola que lavra a insurreição, mas por todo o Ultramar, e o governo está a ludibriar o povo; e as potências vão confrontar Portugal com um ultimato rude. Depois, é a oposição de esquerda que aproveita os *«acontecimentos»,* e os apresenta com o matiz que convém aos seus desígnios. Em conversas, circulam as interpretações especiosas dos que *sabem,* dos que *estão informados:* na origem da revolta está a injustiça de que é vítima a população do Norte de Angola; a culpa pertence aos homens das grandes plantações, aos cafeeiros, aos madeireiros, que à custa de salários de miséria acumularam fortunas de fábula; a culpa cabe a um restrito número de famílias metropolitanas que exploram e abafam a economia daquela zona, e até a de Angola; a culpa tem de ser atribuída aos *administrativos,* incompetentes, corruptos e opressores; e de forma global, em suma, vai para o governo de Lisboa a responsabilidade maior, porque tudo consentiu e nada preveniu. Noutros círculos, são políticas as explicações de estilo: Portugal é atacado no Ultramar por não serem democráticos o regime e o governo de Lisboa: não existiria a hostilidade das potências e da ONU se houvesse liberdade no país e se assentassem num pluralismo ideológico as instituições políticas portuguesas.

Decorrem os dias. Nos Estados Unidos, abre-se controvérsia, e os dirigentes republicanos pedem a Kennedy que explique o seu

voto antiportuguês; e sobre este surge também polémica entre direitas e esquerdas europeias. Em 24 de Março de 1961, e sem embargo do seu precário estado de saúde, parte para Angola o ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves. Representa a viagem a primeira reacção de Lisboa, em alto plano, perante os acontecimentos. No Portugal metropolitano, continua a inundação de notícias de novas atrocidades no Norte da província. São os relatos feitos pelos brancos que chegam, e cujo afluxo não cessa; e são as crónicas minuciosas da rádio, da imprensa, de correspondentes especiais que acorrem ao território. E agrava-se, aprofunda-se o traumatismo na opinião pública: dir-se-ia também não haver na metrópole quem não possua um familiar, um amigo, um afilhado, um sócio, um simples conhecido, que não tenha sido morto, ou ferido, ou estropiado, ou de algum modo afectado em Angola na sua segurança ou nos seus bens. E sucedem-se manifestações, algumas violentas, junto do consulado americano em Luanda e da embaixada dos Estados Unidos em Lisboa. Cartazes são exibidos, e alguns clamam: «*fora dos Açores*», «*racistas*», «*abaixo a ONU*», «*Angola é nossa*», «*América para os peles-vermelhas*». E em Nova Iorque, agora em sessão especial da Assembleia Geral da ONU, de novo o delegado da Libéria propõe a inscrição da *questão de Angola* na agenda, e pede prioridade para o seu debate. Opõe-se energicamente a delegação portuguesa. Mas a Assembleia, se recusa a prioridade, aceita a inscrição. Protestam os delegados portugueses, que alegam a ilegalidade da decisão, e num gesto espectacular, por instruções de Lisboa, abandonam a vasta sala das sessões. Entretanto, parecendo que se está dentro de uma normalidade de rotina, é anunciada a vinda de Couve de Murville, ministro dos Negócios Estrangeiros de França, numa visita oficial a Lisboa, e a ida a Espanha, também oficialmente, do presidente Américo Thomaz.

Para além das fronteiras portuguesas, e à parte a guerra movida no Norte de Angola, o ataque político contra Portugal assume virulência sem paralelo. Há uma ou outra nota de bom senso, de moderação. Cyril Sulzberger, vulto todo-poderoso do poderoso *New York Times*, critica também Kennedy pelo voto contra Portugal: sugere, como os republicanos, que os Estados Unidos «*ao menos se abstenham*» e que os ocidentais não se entreguem

ao gosto de votar uns contra os outros; *«se continuarmos a deixar andar as coisas, acabaremos numa corrida para a guerra nas fronteiras da África do Sul»; «ou veremos Portugal abandonar a NATO, levando consigo os Açores»*. Também um ou outro jornal francês, ou alemão, ou britânico, sugeria ponderação, aconselhava calma e isenção no exame da política portuguesa. De Gaulle, presidente de França, mandava dizer em Lisboa: *«Eu compreendo a vossa política. Mas com que contam e com quem contam?»*. Konrad Adenauer, chanceler alemão, exprimia em Bona a sua simpatia, e significava o seu apoio; mas não ocultava as suas dúvidas, nem o seu desalento perante as vagas do mundo. Para além destes homens, que se exprimiam em surdina, tudo era brutalmente hostil. Na grande imprensa internacional, nas influentes cadeias de rádio e televisão, na alta-roda mundial da finança e da economia, nos parlamentos das nações, nos círculos das classes políticas supremas, eram sem mercê os ataques, as acusações, as ameaças, os anúncios de tragédia para Portugal. Disseminados pelo mundo, alguns amigos raros, em segredo e com pavor, eram pródigos de sugestões e de conselhos: deveria Portugal ceder, transigir, desamparar tudo, com rapidez e a esmo, salvaguardando somente alguma aparência de dignidade, se viável. E sublinhavam, junto do governo e das elites portuguesas, a loucura de uma resistência, a insensatez de contrariar uma enxurrada universal. Escorrraçado, acossado, vilipendiado, Portugal era tratado de réprobo. E para a generalidade não havia dúvida de que o governo português tinha contado o seu tempo: estava por semanas, talvez por dias.

Se os *«acontecimentos»* do Norte de Angola se repercutiam no povo, o ambiente internacional impressiona sobretudo as classes dirigentes portuguesas, a alta burguesia e a alta classe média, os círculos políticos, os homens da finança, da indústria, do comércio, e da economia. Sentem-se possuídos de pânico, e sucumbem. Invade-os a tibieza moral, perdem a lucidez de visão, perturba-se-lhes a inteligência. Nos meios ligados ao governo e ao regime, muitos sentem-se em vésperas de naufrágio, e procuram saber como abandonar o navio; e nos próprios centros da *União Nacional* surge de chofre um vazio, um esboroamento de vontades, e não têm rebuço as expressões de azedume e crítica.

No parlamento, é a aflição: tudo está perdido. Manuel Aroso, deputado, procura Luís Supico e revela-lhe que o deputado Homem de Melo, muito da roda de Craveiro Lopes, tem já um discurso preparado com violento ataque ao Governo e a Salazar. É um dos pontos do programa de uma conspiração na forja, que estaria concertada com meios americanos, e em paralelo com círculos internos orientados por Galvão e Delgado. Há uma perda colectiva da coragem: não cabe dúvida, o mundo está contra Portugal, e Portugal não pode pensar em bater-se com o mundo. Perante a oposição declarada dos Estados Unidos e do Brasil, e as votações maciças das Nações Unidas, e a animosidade de todo o Ocidente em suma, que fazer senão conformar a política portuguesa com os imperativos do momento? São em largo número os homens de consequência, cujo estandarte é o do patriotismo e por anos e anos têm afirmado a sua devoção ao governo e ao regime, que enfileiram agora nas novas ideias, advogam a entrega de tudo às Nações Unidas porque consideram fundamental gozar de bom ambiente no estrangeiro, e têm por humilhantes para Portugal as votações da ONU e os editoriais hostis do *Le Monde,* ou do *Times,* ou do *New York Times.* Numa síntese, esses homens comungam num mesmo desvairo: perca-se tudo, pague-se qualquer preço; mas arredem-se sacrifícios, adopte-se a política dos grandes do mundo, venham os capitais, façam-se os negócios; há que viver bem, ainda que sob jugo alheio. Alguns comportam-se em sentido oposto: reafirmam a sua confiança nos destinos portugueses de Angola e de todo o Ultramar, têm por avisada a política do governo, e dispõem-se ao risco de novos empreendimentos. Sem embargo, por uma forma ou outra, assume já larga escala a fuga de capitais para o estrangeiro. Mais do que nos outros, é grave o embate do ambiente mundial em sectores das Forças Armadas portuguesas. Nos quartéis, nas instalações para oficiais, em suas casas particulares, são frequentes as reuniões, e exprimem-se dúvidas, formulam-se críticas, há desalento, há descrença. Mesmo no âmbito dos Estados-Maiores do Exército, da Força Aérea e da Armada, não deixam de se interrogar; e, sem que tenham esse propósito, dão no entanto livre curso às alegações dos meios internacionais anticolonialistas e da extrema-esquerda portuguesa. Bater-se por Portugal, sem dúvida; defender o Ultramar, decerto;

mas não serão chamados a arriscar a vida devido a situações imorais que, em grande medida, teriam conduzido à rebelião do Norte de Angola e à guerra que se trava? Entendem os chefes militares responsáveis que se impõe dissipar tais dúvidas e que, sejam quais forem os desvios, é Portugal e seu Ultramar que estão verdadeiramente em causa; mas no corpo de oficiais muitos são os que hesitam, e tornam às perguntas sem fim. Não serão de facto os interesses pessoais de alguns que tudo provocaram? Não estará na existência da censura a origem de tudo? E não deverá o governo tomar providências? Acima de tudo, não foi Portugal efectivamente abandonado pelos seus grandes aliados e amigos, os Estados Unidos, o Brasil, a Inglaterra? (1). E esta última pergunta é aquela que acima de tudo perturba as Forças Armadas. Em reuniões do Conselho Superior Militar, presidido pelo ministro da Defesa, é sugerido que sejam esclarecidos os oficiais-generais e os comandos de unidades. Por um ou outro motivo, são fundas nos responsáveis supremos das Forças Armadas as preocupações pela sua coesão; e muitos, atentos à grande idade do chefe do governo, interrogam-se quanto ao futuro. De tudo, porém, uma consequência é nitida: no povo, nas classes dirigentes, nos meios militares, há o sentimento de perigos indefinidos, a ansiedade perante o dia de amanhã, uma psicose de alucinação colectiva perante o que se pensa ser um cerco e o que se julga ser uma derrocada iminente. Pelos últimos dias de Março, é promulgada legislação organizando o *colégio eleitoral* para eleição do presidente da República, como deliberado pela Assembleia Nacional.

Oliveira Salazar continua silencioso, e para o grande público parece como alheio a tudo. Mas está informado de todos os factos. E com sarcasmo de sangrar diz para os seus colaboradores mais íntimos: «*Bem, no fundo acusam-me de eu ter perdido as eleições nos Estados Unidos e no Brasil*».

---

(1) Estas perguntas e outras semelhantes eram realmente formuladas em sessões do Conselho Superior Militar, nas reuniões realizadas nos meses de Fevereiro e Março de 1961.

8

Está a findar o mês de Março de 1961, e Salazar recebe os telegramas e relatos que Lopes Alves começa a enviar de Angola. Homem de viva inteligência, o ministro observou e compreendeu; e são de funda preocupação, e de quase alarme, as informações que remete. Salazar está sobretudo apreensivo com o futuro das relações com os Estados Unidos (1). Regressa também de Angola, entretanto, a missão militar chefiada por Beleza Ferraz. Este declara-se francamente optimista; pensa que em breve será restabelecida a paz; não parece emprestar importância à ligação internacional dos acontecimentos, nem ao contexto em que foram desencadeados; não os classifica de simples caso de ordem pública; mas não julga que imponham providências em vasta escala, e urgentes. Em discursos públicos, repete o presidente da República: «*Se os outros mudaram, não é por culpa nossa. Temos de ter fé e forças para nos mantermos unidos até que eles mudem outra vez*». E pela mesma altura o ministro da Defesa Nacional dirige ao presidente do Conselho uma longa carta.

---

(1) Como o ministro da Saúde, Martins de Carvalho, houvesse sido convidado por Augusto de Castro para falar numa sessão comemorativa do Pacto do Atlântico, e tivesse consultado Salazar, este, numa carta em que se ocupa de outros assuntos, escreve depois: «*Quanto ao Pacto do Atlântico: não me parece possível que um ministro fale sobre o assunto sem dizer alguma coisa sobre a contradição intrínseca da política americana. Suponho que a nova orientação que veio a público e cada vez mais se afirma, exigirá de nós uma revisão de atitude para com os Estados Unidos. Por ora nada se fez em público, mas espera-se fazer referência ao problema na sessão da OTAN em Paris. E depois veremos. As palavras que diga a esse respeito não responsabilizarão o Governo, senão de modo muito indirecto, mas devem ser preparadas de modo a não fechar nenhuma porta. Não convinha em todo o caso que o Chefe do Estado estivesse presente*». De uma carta de 21-III-961. Há na carta um pequeno lapso de Salazar: a próxima sessão da OTAN não estava marcada para Paris mas para Oslo. Augusto de Castro presidia à Comissão Portuguesa do Atlântico, organismo privado (embora com ajuda oficial), destinado a apoiar junto da opinião pública o Pacto do Atlântico, o seu espírito de defesa, etc.

Nesse documento, Botelho Moniz recolhe os pontos de vista que têm curso generalizado. Preocupa-o antes de mais, afirma o ministro, a *«gravidade do actual momento político internacional»*, a que as Forças Armadas *«não podem ser indiferentes»*. De todo o lado surgem dificuldades. Para clarear a situação, já apontou em conversas anteriores medidas pertinentes. Mas no momento em que se afirma estar próxima uma remodelação ministerial, julga indispensável sumariar tais medidas e expô-las ao presidente do Conselho. Há que definir *«responsabilidades que poderiam representar o aniquilamento total ou a sobrevivência das forças armadas, uma vez que a acção política do Governo parecia incapaz de poder fazer face aos acontecimentos»*. Dia a dia, a situação tem-se agravado: *«só um choque psicológico de envergadura poderá desanuviar o ambiente político nacional e o pesado clima internacional»*. Ao espírito do ministro é sombrio o quadro que se apresenta. Há que reforçar a unidade nacional. Há que alargar o *«âmbito de cooperação ao maior número dos que, acima de tudo, querem servir o País, pondo de parte todas as razões que nos dividem, tornando-se assim necessário encontrar um vasto campo de entendimento comum que nos não separe por razões mesquinhas»*. É *«muito estreito»* o quadro político actual, estando confinado a *«valores políticos gastos»*, e muitos não têm *«idoneidade moral bastante que se imponha»*. Há decerto valores políticos suficientes para renovar *«dentro da continuidade»* o espírito que inspirou o 28 de Maio, hoje adulterado por oportunistas e interesseiros; e há que *«chamar ao tablado político valores novos e outros, experimentados sim, mas indiferentes ou mesmo inconformistas por terem perdido a fé»*. Para essa renovação, e para que esta produza o choque psicológico indispensável, apenas uma mutação profunda de pessoas, de métodos, de orgânica e de saneamento poderia atingir o fim pretendido. *«Eu sei»*, continua o general Botelho Moniz, *«que poderosos interesses poderão entravar ou dificultar o desenvolvimento desta política preconizada, que é a única susceptível de melhorar as condições sociais do trabalho, elevando Portugal no conceito internacional, onde o baixo nível das classes rural, operária e média é motivo de censura frequentemente apontada»*. Advoga o ministro *«adequadas medidas»* para evitar que Portugal seja considerado um país onde as

liberdades essenciais não existem; e «*pequenas modificações, mais de aparência do que de forma*», poderiam desfazer tal queixa. É «*sentimento geral que a acção política da nossa diplomacia desde há muito tempo se revela inadequada*»; e no governo actual, como nos anteriores, verifica-se uma «*descoordenação perigosa*». No que respeita às Forças Armadas, acentua o general Botelho Moníz: «*a situação destas é angustiosa e caminhamos para uma situação insustentável, onde poderemos ficar à mercê dum ataque frontal, com forças dispersas por quatro continentes, sem meios bastantes e com uma missão de suicídio da qual não seremos capazes de sair, uma vez que a política lhe não encontra solução nem parece capaz de a procurar*». E o ministro da Defesa afirma o parecer concordante de outras entidades: do ministro do Exército, do chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Conclui por formular votos por que se não desagregue a coesão das Forças Armadas.

Paralelamente, Botelho Moniz tem reuniões com oficiais superiores. Convoca o Conselho Superior Militar. Comparecem o ministro e subsecretário de Estado do Exército, respectivamente Almeida Fernandes e Costa Gomes; dirigentes do Ministério do Exército; comandantes das Regiões Militares, governador militar de Lisboa, chefes dos Estados-Maiores; e comandantes-chefes da Guarda Republicana, Polícia de Segurança Pública, Guarda Fiscal. Kaulza de Arriaga quer assistir; mas é impedido por Botelho Moniz. Em princípio, na reunião, trata-se de apreciar os acontecimentos de Angola, e de estudar e propor medidas para os enfrentar. Há divergências. Albuquerque de Freitas, da Força Aérea, discorda de Beleza Ferraz; e este, por seu turno, discorda de Câmara Pina, do Exército. É nítido um cuidado: defender a coesão das Forças Armadas. Mas no espírito de todos estão subjacentes perguntas de outra natureza: deverá manter-se o *statu quo* político? como garantir o futuro do país? Através dos círculos militares, pelas unidades dispersas, não se atribui todavia à reunião um significado simplesmente militar: há o pressentimento de que tudo decorre num terreno político. E Botelho Moniz acentua este aspecto distribuindo aos oficiais cópias da carta que remetera a Oliveira Salazar. Em pouco, outras cópias circulam por todas as unidades, na Metrópole e no Ultramar.

Em Oliveira Salazar não causa surpresa a extensa carta de Moniz. Está na linha de um pensamento que já vem de trás, e a que o ministro parece cada vez mais aferrado: traduz a atmosfera criada pela propaganda anticolonialista, exprime um estado de espírito que reflecte os contactos assíduos do ministro com o embaixador dos Estados Unidos; e em alguns pormenores aponta, por outro lado, questões que, por serem aceites como verdades por muitos, constituem por isso realidades políticas que seria imprudente esquecer, ou menosprezar. E o chefe do governo sabe que, por entre o desalinho e primarismo da prosa e as frases vagas apreendidas à pressa, a carta reproduz o ânimo de alguns sectores da oficialidade. Salazar convoca o ministro da Defesa. Em 28 e 29 de Março de 1961, os dois homens conversam longamente. Por parte do chefe do governo, há o propósito de obter esclarecimentos: a carta do ministro descreve objectivos, não define políticas para os prosseguir. Por outro lado, Moniz estabelecia ligação entre problemas aparentemente desconexos, ou independentes: como faria o ministro a ligação de causa e efeito? E assim Oliveira Salazar formula numerosas perguntas. Como vê o ministro que um choque psicológico em Portugal, entre portugueses e para portugueses, desanuvie o pesado clima internacional e pare os debates nas Nações Unidas, modifique a política americana e suspenda os assaltos e morticínios terroristas? Como é que, sem abandono do Ultramar, se altera o ambiente externo? Que política preconiza exactamente? Como é que tal política eleva Portugal no conceito internacional? Está Portugal desprestigiado no plano externo? É pensamento do ministro que a agressão terrorista tem somente por objectivo corrigir injustiças, melhorar condições sociais, acabar com a censura, e que cessa se tudo isto for feito? E se Portugal se represtigiar, findam os ataques? Na ONU, a ofensiva tem o objectivo de expulsar Portugal de África, ou pretende apenas alargar o leque de recrutamento da classe política em Portugal? Os ataques aos territórios ultramarinos britânicos, belgas, franceses, tiveram origem no desprestígio da Inglaterra, Bélgica ou França, ou em situações sociais condenáveis que existissem nesses países, ou na falta de liberdades essenciais? Tendo territórios localizados em vários continentes, deve Portugal, para evitar a dispersão de forças, entregar

esses territórios, ou só alguns? E quais? E se se entregarem uns territórios, em nome de que princípios se pode recusar a entrega dos restantes? Mas nenhuma destas interrogações encontra resposta clara por parte de Moniz. Este parece a Salazar como muito preocupado pela atitude americana, que receia acima de tudo e que, na essência, constitui para o ministro o factor decisivo de perturbação. E Moniz sustenta uma tese: não se deve abandonar o Ultramar: e apenas importa *pintar a fachada* com outra cor, imaginar uma qualquer construção que apazigue os afro-asiáticos e satisfaça os Estados Unidos. Salazar pergunta a Moniz se pensa que os Estados Unidos, e os afro-asiáticos, e o bloco comunista, ficavam persuadidos de que *possuem a realidade* das coisas quando lhes fosse entregue apenas a *aparência das coisas*. E em torno deste ponto não se estabelece entendimento entre os dois homens.

Oliveira Salazar finda as entrevistas com o ministro nos melhores termos: pensará, ponderará o teor da carta. De momento, todavia, não lhe dará resposta escrita. Entra o fim-de-semana de Páscoa. Botelho Moniz dá conta destas conversas a Elbrick, e declara que Salazar foi muito cortês; mas não adivinha que decisão será a do chefe do governo. Depois, o ministro toma uns dias de descanso, parte para o Algarve. Mas para se orientar melhor, e por sugestão que fora feita pelo ministro da Defesa, Salazar decide convocar o Conselho Superior de Defesa Nacional. Na ausência do ministro do Ultramar, participa Adriano Moreira, subsecretário da Administração Ultramarina; e o subsecretário do Exército, Costa Gomes; o subsecretário da Aeronáutica, Kaulza de Arriaga; o chefe do Estado-Maior-General; e os chefes do Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas. Estão ausentes de Lisboa, além do da Defesa, os ministros do Exército e da Marinha, o primeiro em Fátima, o segundo em França. E na reunião os chefes militares mostram-se concordes num parecer: do ponto de vista militar, a situação no Norte de Angola poderia ter-se como resolvida e cabiam apenas operações de limpeza e policiamento. Depois, de harmonia com planos anteriores, o chefe do Estado-Maior-General, Beleza Ferraz, e o do Estado-Maior da Força Aérea, Albuquerque de Freitas, partem para os Estados Unidos. Por si, sem o dizer em conselho, Oliveira Salazar dá mais fé ao parecer de Lopes Alves do que ao dos responsáveis militares.

9

Há constrangimento no governo brasileiro pela sua nova atitude para com Portugal: declarações hostis foram proferidas por Quadros, posições desagradáveis foram assumidas no caso do *Santa Maria* e em órgãos da ONU, há uma permanente animadversão por parte da imprensa governamental brasileira: e todavia, apesar de se manter em vigor o *Tratado de Amizade e Consulta,* não foi dita uma palavra de explicação a Lisboa. Justamente, Manuel Rocheta entrega a Jânio Quadros uma mensagem de Américo Thomaz em que se salienta a poderosa coligação internacional contra a África portuguesa e se sugere que qualquer mudança radical da política brasileira deveria ser precedida de uma aprofundada consulta entre os dois governos. Quadros, no entanto, tem na matéria os seus pontos de vista predeterminados, e em memorial dirigido ao chanceler Afonso Arinos (1) é bem nítido: *«o Brasil não se ligará à política colonialista de Portugal em África»;* convém no entanto que o chanceler vá a Lisboa e que, sem prejuízo do apreço e da amizade por Portugal, exponha claramente a posição brasileira; e isso é mesmo dever imposto pelo Tratado entre os dois países. Nos últimos dias de Março de 1961, é anunciada no Brasil a vinda a Portugal de Afonso Arinos, para conversar com o gabinete português. Mas o governo de Brasília hesita: a visita é anulada, a visita é confirmada. Arinos declara: *«a minha viagem a Lisboa entra só no âmbito da aplicação do Tratado de Consulta luso-brasileiro».* No entanto, a ênfase é posta noutro plano: o objectivo do chanceler consiste numa visita ao Senegal para tratar das *«exportações brasileiras».* Por intermédio de Manuel Rocheta, transmite Arinos uma súmula

(1) Afonso Arinos de Melo Franco. Membro de uma das mais ilustres e tradicionais famílias brasileiras que há muito ocupa na sociedade do seu país, em múltiplos sectores, as mais destacadas posições. Chanceler é, como se sabe, a designação tradicional dada no Brasil ao ministro das Relações Exteriores.

da posição brasileira, que depois expõe a alguns jornalistas. Diz: «*Fiz conhecer ao Governo português o nosso ponto de vista acerca de Angola, e espero que chegaremos a um acordo a fim de harmonizar as nossas posições. Do nosso lado, não se trata de procurar impor o nosso ponto de vista. Enquanto o acordo não se fizer, o delegado do Brasil na ONU tem instruções de abster-se nos debates respeitantes a Angola*». E nos primeiros dias de Abril de 1961 parte Afonso Arinos para a Europa, com paragem no Senegal.

Regressa entretanto Lopes Alves da sua viagem a Angola. Ouviu, viu, observou, concluiu: diz a Salazar que confirma os seus telegramas e relatórios e que a situação lhe parece grave; não se lhe afigura de fácil ou pronto remédio; e pensa que o governo se deve preparar para uma *guerrilha* clássica, com todo o desgaste material e político que essa luta comporta. Com as suas bases logísticas na vizinha República do Congo, os terroristas atravessam a fronteira nos recantos mais escusos, infiltram-se, confundem-se com as populações locais, dedicam-se a tarefas pacíficas durante o dia, e à noite atacam. Qualquer negro pode ser um terrorista, ainda que de dia mostre a maior cordialidade; quando em fuga, acolhe-se na vasta área, densa e difícil, que corresponde à zona dos Dembos (1); e é esse o seu reduto. E trata-se sem dúvida de um movimento inspirado além fronteiras, que encontra na zona um apoio que basta à sobrevivência. Para além, e junto de outras etnias ou tribos, não conquistou adeptos, pelo menos em número para qualquer acção. Situação invencível? Não, decerto; muito longe disso; mas de solução prolongada, e corrosiva.

Parece apesar de tudo, na superfície, que se reencontra uma rotina, alheia aos sobressaltos da política interna e à guerrilha do Norte de Angola. Salazar, no seu íntimo, está todavia apreensivo; e no dia 1 de Abril, numa conversa de duas horas com o presidente da República, no Restelo, não esconde o seu pessimismo

(1) Nome de tribo, da etnia bantu, linguisticamente integrada no grupo *quimbundu*, mas culturalmente próxima do grupo *bakongo*, que corresponde às populações que habitam do outro lado da fronteira. A paz na região já no passado obrigara a várias campanhas: de João de Almeida, Paiva Couceiro, Norton de Matos, Ribeiro de Almeida.

quanto ao plano interno. Mas são de destaque as personalidades estrangeiras que, naqueles primeiros dias de Abril de 1961, vêm a Lisboa. Lorde Salisbury, estadista britânico de antiga cepa galesa, é homem eminente no Partido Conservador: e para o chefe do governo é sempre renovado gosto conversar com o velho marquês. Também se desloca a Lisboa Sir David Eccles, que é agora ministro da Educação no gabinete inglês. É amigo e admirador antigo de Salazar, desde os tempos do conflito mundial, quando em nome do ministério britânico de Guerra Económica viera a Portugal negociar um acordo comercial (1); agora, a título oficioso e pessoal, Eccles declara a Salazar que a politica portuguesa em África tem a simpatia e o aplauso de largos círculos do Partido Conservador britânico. Salazar de novo conversa assiduamente com Luís Supico, sobre o momento político interno, e aquele não lhe esconde as suas apreensões; e nos debates da Assembleia Nacional o problema de Angola ocupa viva atenção. E vem Sir Bernard Wolley, *Lord-Mayor* de Londres, para uma estadia protocolar. E no mesmo dia, a 6 de Abril de 1961, chega Maurice Couve de Murville, ministro dos Estrangeiros de França, e desembarca finalmente Afonso Arinos, o chanceler do Brasil. Lisboa parece reganhar, por um momento, a atmosfera de grande actividade internacional. Entretanto, há agora noticia de uma audiência solicitada por Botelho Moniz, regressado do Algarve, a Américo Thomaz e em 5 de Abril por este concedida: se o ministro sustenta as teses da sua carta a Salazar, o presidente não lhe dá por seu lado indício de que as partilha: mas fica preocupado com o estado de espírito de Moniz.

Couve de Murville é recebido em visita oficial. Vem na qualidade de representante de um país *«amigo e aliado»*. Murville é homem frio, remoto, hermético, e impecavelmente correcto. Cumpre o ritual de preceito. Tem uma audiência protocolar com o presidente Thomaz, aborda os problemas do mundo com Marcello Mathias. E é recebido por Salazar: durante uma hora, o chefe do governo português formula pergunta sobre pergunta. Salazar interessa-se particularmente pela política francesa

(1) Ver vol. III, págs. 258 e segs.

em África e pelas relações da França com os Estados Unidos. Num ponto e outro, Murville é suficientemente claro: a França prossegue a sua política de descolonização, através da *União Francesa,* que no entanto poderá não constituir um estádio político final; e são muito difíceis as relações com os Norte-Americanos, no âmbito da NATO e no plano bilateral. E quanto a Portugal? Esclarece Murville: sem embargo de algumas dúvidas, o governo do general De Gaulle fará quanto lhe for viável; e em qualquer caso, se Portugal não fosse bem sucedido em África, poderia sempre contar com a França para o apoiar numa politica europeia. Salazar, por seu turno, acentua as diferenças profundas da política portuguesa em África; e o ministro francês afirma a sua compreensão. Murville interessa-se depois em visitas: ao Liceu Charles Lepierre, ao Hospital Francês, à Igreja de S. Luís dos Franceses, ao Museu dos Coches, e despende largo tempo no Laboratório de Engenharia Civil. No banquete ritual das Necessidades, Murville recorda a História de Portugal: este foi das primeiras nações europeias a ver as suas fronteiras fixadas de forma definitiva há muitos séculos; por essa mesma razão, Portugal pôde lançar-se na aventura dos grandes descobrimentos, que constituiu a maior contribuição à civilização comum por ter aberto à Europa as terras distantess da África e da Ásia; as condições do mundo são hoje bem diferentes, e o facto levanta problemas de adaptação que a França tem conhecido e conhece; mas para a França e para Portugal um elemento permanece sólido, e esse é «*o nosso pertencer comum à Europa, e a solidariedade que faz nascer essa Europa, já velha mas sempre pronta a renascer, cujas possibilidades são hoje tão fortes como antes, e cujo destino é no mundo continuar a ser fonte da verdadeira civilização e dar testemunho da razão*», ainda que uma parte demasiado grande da Europa viva «*sob o jugo do totalitarismo*» e haja desentendimento económico na Europa Ocidental. E Salazar nota uma diferença de ênfase: na conversa privada, Murville é mais *africano* do que *europeu;* no discurso das Necessidades, e assim para o público, paira uma sugestão de que tem por perdida a África e de que à Europa somente fica o regresso a si própria.

Mas no momento atrai mais atenções a visita de Afonso Arinos. Não é oficial a sua estadia, mas de trabalho: no fundo vem dizer por que razão passara a ser hostil a atitude do Brasil. À imprensa,

Arinos declara: «*para nós brasileiros é sempre motivo de especial ternura encontrarmos a terra portuguesa. Aqui nos despimos de qualquer função ou de qualquer atribuição oficial. Como português que sou de todos os lados da minha herança paterna e materna, chegar a Portugal é um reencontro com as tradições da nossa gente, com a grandeza da nossa História*». Arinos é recebido nas Necessidades, tem longa conversa com Marcello Mathias e Manuel Rocheta, que de propósito veio a Lisboa. Mathias coloca-se no plano sentimental e dos interesses materiais brasileiros: as tradições luso-brasileiras, a lingua e a religião comuns; o multirracialismo que Portugal está a implantar em África deve receber apoio por parte do Brasil, que é também sociedade multirracial; as necessidades da segurança brasileira implicam a tranquilidade da costa ocidental de África, que lhe é fronteira e que, se portuguesa, seria sempre amiga. Arinos é pródigo de boas palavras, de admiração pelo passado, de afecto pelo presente. Mas é nítido: o anticolonialismo é no mundo uma força muito viva e dinâmica; como antiga colónia, o Brasil sente essa força e sente que é seu dever apoiá-la; o conceito de autodeterminação e independência dos povos é sagrado para o governo brasileiro; decerto, o Brasil compreende a posição especial dos portugueses em África, e presta homenagem à obra feita; mas entende que, sendo outros os tempos, há que fazer as adaptações apropriadas; para uma nova política, e para uma declaração de intenções quanto à independência futura de Angola, poderia Portugal contar então com o apoio do Brasil; de outro modo a atitude do governo de Brasília teria de corresponder aos sentimentos da opinião pública brasileira. Mathias diz que Oliveira Salazar desejaria receber o chanceler brasileiro; Arinos declara ser esse também o seu empenho. Mathias e Rocheta avistam-se com o chefe do governo, e resumem-lhe a conversa tida com Arinos. Em 8 de Abril de 1961, este visita Salazar, na residência da Rua da Imprensa. Assiste apenas Negrão de Lima. Salazar fala do Brasil, mostra interesse pela política económica do presidente Quadros; Arinos presta esclarecimentos, aborda os problemas do mundo. Dura três quartos de hora a entrevista: não fora trocada uma palavra sobre África ou sobre Portugal em África. De um lado e outro, nada se declara à imprensa; e esta regista que, ao despedirem-se, era de gravidade a fisionomia dos dois homens. Salazar telefona a Mathias: «*Afinal, o*

homem não disse nada. Para que veio cá?» Aterrado, Negrão de Lima corre às Necessidades, e diz a Mathias: «*Afinal, o Presidente do Conselho não disse nada. Para que recebeu o chanceler?*» Arinos ia regressar ao Rio e a Brasília; Mathias pede que adie a partida. Mas no mesmo dia 8 de Abril recebe Salazar os representantes da lavoura do Baixo Mondego. Em conversa, diz-lhes: «*na frente em que nos batemos neste momento, está em jogo uma parte importante da Nação*». Não estão inactivos Mathias, Negrão de Lima e Manuel Rocheta, e num papel de quase intermediários conseguem aprazar nova entrevista. Mas em 9 de Abril, Arinos vai de passeio a Évora. Nesse mesmo dia, também Salazar se avista longamente com o presidente da República: e acentua o seu pessimismo quanto às perspectivas da situação militar interna e ao comportamento de alguns sectores das Forças Armadas. Ao outro dia, a 10, já Salazar pode receber Arinos, sempre acompanhado de Negrão de Lima. E então o problema de Angola, e o do Ultramar português, constituem temas centrais da conversa. Arinos atenta agora muito em Salazar: olha-o curioso: Salazar sente a curiosidade mas não se altera: «*está atento e calmo diante de mim*»: «*elegante e falando baixo*»: e «*tudo nele denunciava a segurança do estadista, e talvez a consciência do personagem histórico*». Arinos diz que o chefe do governo lhe lembra uma figura como Cecil Rhodes, ou Lord Kitchner, ou Mouzinho de Albuquerque. Salazar sorri; e fala com saudade da sua cátedra de Coimbra, com melancolia dos seus colegas desaparecidos. Salazar aborda o problema das relações entre Portugal e os Estados Unidos, e tem palavras de crítica acerba para as incongruências e os perigos da nova política americana. Cingido pela orientação de Quadros, que aliás tem o seu aplauso, Arinos repete, acaso com mais pormenor, quanto dissera a Mathias; por seu turno, Oliveira Salazar desenvolve a argumentação de Mathias. Mas o chefe do governo lança no debate alguns aspectos novos. Qual o interesse real do Brasil a longo prazo? Dominar a África portuguesa? Mas para essa política, e sendo de excluir a possibilidade de domínio territorial, que meios estão abertos ao Brasil? Não pode enviar capitais, porque todos os que possuir ou conseguir obter são insuficientes para as necessidades do desenvolvimento próprio; não pode mandar gente, porque o Brasil é um país vazio em face da sua extensão; não pode fornecer técnicos, porque

lhe são escassos; não pode vender e não pode comprar porque a África e o Brasil são economias concorrentes. Que lhe fica? E se a África portuguesa se tornar independente, pensa o Brasil que pode afrontar com sucesso a penetração das grandes forças políticas, militares e económicas — americanas, russas, britânicas, alemãs, francesas e outras — que imediatamente invadirão Angola e depois os demais territórios? Bem deveria ver o chanceler: quebrados os vínculos políticos com Portugal, todos os outros seriam também destruídos: e o Brasil, se era certo que com Portugal e através de Portugal poderia entrar em África, deveria ter como seguro que não lhe seria consentido, pelos grandes poderes do mundo, substituir-se a Portugal. Salazar tem a impressão de que fica abalado o chanceler brasileiro; este sente que o chefe do governo o quer conquistar; mas, ainda que reconheça a procedência dos argumentos do lado português, reitera os sentimentos anti-colonialistas do Brasil, invoca a emoção que possui os homens, reafirma a convicção de que é imparável a vaga de nacionalismo que agita o *terceiro mundo*. Não há acordo. Dura mais de três horas a conversa. Pergunta no fim o ministro brasileiro: «*que conta fazer, senhor professor?*» Responde o chefe do governo «*tristemente*»: «*Não sei bem... Em todo o caso, lutar*». Anota o chanceler: «*esta última frase foi cheia de decisão*». Salazar acompanha Arinos às escadas exteriores. Estão fotógrafos, jornalistas. E segundo estes, os dois homens «*despedem-se com ar grave, temperado pela cortesia*».

Sai o automóvel com Arinos e Negrão de Lima, e Salazar comenta em voz baixa para um dos jornalistas: «*Está em causa Angola, e com ela a integridade da Nação*».

10

Nestes primeiros dias de Abril de 1961, precisamente enquanto decorrem as visitas de Murville e de Arinos, intensifica-se a actividade dos altos responsáveis militares. Em oficiais de patente elevada, alguns exercendo comandos de vulto, tornava-se à ideia

fixa: os *acontecimentos* do Norte de Angola são consequência de uma só causa, e esta seria a exploração económica, a injustiça social, a ganância praticada por alguns homens da Metrópole. Nas regiões militares, através do país, efectuam-se também reuniões, com a presença de comandantes de unidades. Nos debates travados, são decerto mencionados os *acontecimentos* do Norte de Angola; mas alguns oficiais vão muito além e manifestam a sua preocupação com o momento político, a crise que se desencadeou, o o papel das Forças Armadas, o futuro do país; e fica posto o problema da capacidade política do presidente do Conselho para dominar os problemas, e resolvê-los. Há unanimidade quanto à vantagem de manter a coesão das Forças Armadas; e opiniões mais radicais expressas por alguns ou opções mais violentas sugeridas por outros não recolhem apoio generalizado. Retiram os oficiais responsáveis, no entanto, uma conclusão: de um *plano estritamente militar*, tudo está transferido para um *plano político*. Com o progresso das reuniões, e sua repetição, alguns oficiais põem com nitidez o problema: deve ser mantido ou afastado o chefe do governo? deve essa imposição, se for resolvido o afastamento, ser feita ao presidente da República? Se este se não conformar, deve ser também afastado? Em 10 de Abril de 1961, o general Silva Domingues, governador militar de Lisboa, está reunido com os seus subordinados, e é claramente posto o problema da substituição de Oliveira Salazar. Em sua casa, Botelho Moniz tem tido conversas com Arnaldo Schultz, ministro do Interior, e este parece assumir uma atitude que o ministro da Defesa considera ambígua. Almeida Fernandes procura Schultz também, e colhe a mesma impressão perante a sua recusa de um esclarecimento. Almeida Fernandes sugere que se solicite nova entrevista ao presidente da República, e o pedido é apresentado em Belém. De 10 para 11 de Abril, correm já abertamente nos meios políticos os ecos do que se está passando. Alarma-se a própria oposição liberal; e alguns, como Lopes de Oliveira e Alberto Madureira, querem fundar um movimento para apoiar incondicionalmente a defesa da integridade territorial da nação. Amigos pessoais e políticos do chefe do governo acorrem pressurosos e assustados: é José Nosolini, que possui fragmentos de notícias sem sentido definido; é Soares da Fonseca, que parece a par de tudo; é Costa Leite, que não oculta o seu aba-

timento; é Trigo de Negreiros, que se mostra desesperado; e é Albino dos Reis, que recomenda acção pronta. Ao gabinete de Kaulza de Arriaga afluem telefonemas com informações: Santos Costa parece ao corrente da reunião do governador militar e confirma que este pôs o problema da saída compulsiva do presidente do Conselho. Por seu lado, já durante o dia 11, Arriaga avista-se com Almeida Fernandes, e da conversa o subsecretário da Aeronáutica conclui: o ministro do Exército vai solicitar informações precisas do governador militar de Lisboa; o ministro da Defesa está sob forte emoção, alternadamente deprimido ou excitado; se Botelho Moniz tentasse um golpe de força, Almeida Fernandes não o acompanharia; se esse golpe de força fosse desencadeado, Fernandes espera que o Exército lhe obedeça, mas não o pode garantir. Arriaga declara entender que a nova instância a praticar em Belém se destina a apressar a remodelação ministerial, em que tanto se fala, e não a exigir a demissão do presidente do Conselho; mas nesse caso deveria então ser feita junto do chefe do governo a diligência. Preferia realizá-la junto do presidente da República, conclui o ministro. Durante algumas horas, Câmara Pina faz sondagens telefónicas junto das principais unidades dispersas pelo país, e recolhe a convicção de que na sua maioria não estão com Botelho Moniz. Depois, sabe-se que está de prevenção o Exército; Américo Thomaz envia o chefe da sua Casa Militar, general Humberto Pais, a sugerir a Arriaga que proceda de igual modo quanto à Força Aérea; e o subsecretário toma desde logo essa decisão, e executa-a, no que é firmemente apoiado por Adriano Moreira e Correia de Oliveira. Arriaga apura também em conversa com Schultz que este se encontra ao lado do governo, ao mesmo tempo que afirma responder pela Guarda Republicana e pela Polícia de Segurança Pública. Entretanto, pela meia tarde do dia 11, o presidente da República responde ao pedido de audiência dos dois ministros, e marca-lhes as 16 horas do dia 12 de Abril. Botelho Moniz e Almeida Fernandes insistem por audiência urgente. Américo Thomaz fixa as vinte e três horas e trinta do dia 11. Mas então o presidente da República resolve convocar Oliveira Salazar para a sua residência do Restelo. Quer informar o chefe do governo de todos os pormenores, reiterar-lhe a sua confiança, explicar-lhe antecipadamente os motivos da audiência que vai conceder a Moniz, e avisá-lo da atitude de firmeza

que se propõe assumir perante o que prevê serem as exigências do ministro da Defesa; e pretende por último acentuar a necessidade de acção rápida e drástica nos dias, mesmo nas horas que se seguem.

Na sua residência oficial a S. Bento, o chefe do governo parece longínquo, fora de tudo, não apenas só mas solitário, alheio ao que decorre pelo exterior, muito sereno, senhor de si, além dos homens e dos acontecimentos: não faz nada, não dá um passo, espera não se sabe o quê, tem na sua frente a eternidade. Naquele fim de tarde, Salazar encontra-se com Luís Supico Pinto, e nos dois cadeirões frente a frente os dois homens praticam da crise que ruge pelo exterior. Muito naturalmente, Salazar diz a Luís Supico: «*Perante os manejos em curso de alguns militares, ainda não me disse nada o chefe do Estado, não sei que decisão tomará*». E acrescenta: «*Por mim estou incerto quanto a um ponto: não sei se voltarei para Coimbra ou se irei para Santa Comba*». Mas mais uma vez soa o telefone: Salazar atende pessoalmente: é o presidente da República que lhe pede para ir com urgência ao Restelo: Salazar levanta-se, e com Luís Supico dirige-se para a saída. Puxa do bolso o relógio, diz para Supico: «*Ir, a conversa, voltar... Olhe, se quer saber novidades telefone-me entre as nove e as dez horas*». E toma o automóvel para o Restelo. Na residência particular do presidente da República, este transmite ao chefe do governo as últimas informações, e não lhe oculta a sua convicção de que Botelho Moniz prepara um golpe de Estado se não for afastado Salazar; mas, como Thomaz não tem essa intenção e, pelo contrário, ali reitera a sua confiança política ao chefe do governo, há que actuar com presteza para atalhar as intenções de Moniz e seus partidários. Regressa Salazar à Rua da Imprensa. Pelas dez horas da noite telefona Luís Supico, ávido de notícias. Diz-lhe o chefe do governo: «*Sim, lá estive no Restelo. Pois, meu caro senhor, parece que tenho de continuar...*»

Mas chegam as horas da audiência aos ministros. Antes da meia-noite, apresentam-se Botelho Moniz e Almeida Fernandes. Moniz vem armado; e inicia a sua exposição. No interesse nacional, afirma o ministro da Defesa, impõe-se a demissão do chefe do governo; e esse é o sentir, se não unânime, pelo menos da esmagadora maioria das Forças Armadas, além de corresponder aos desejos da opinião pública. Almeida Fernandes, no entanto, não corrobora

as palavras de Moniz neste particular; e já assim o fizera saber ao presidente. Thomaz invoca por isso o próprio testemunho de Fernandes para contrariar Botelho Moniz; e os dois ministros travam-se de razões enquanto no gabinete do chefe do Estado. Américo Thomaz escuta atentamente a desavença entre ambos. Diz depois: as suas informações não coincidem com as do ministro da Defesa; era seu dever ouvir sempre os juízos e os pareceres dos homens responsáveis, como é o caso; e ia reflectir sobre quanto lhe fora dito. Saem os dois ministros, são as primeiras horas da madrugada do dia 12 de Abril de 1961.

Neste dia, pela manhã, e conforme há muito planeado, o presidente da República visita a Manutenção Militar. É recebido pelo ministro do Exército. São percorridas as instalações. Depois, há um almoço. Fernandes brinda pelo presidente; este saúda o ministro e a instituição. Nos dois homens, para os observadores, há a habitual afabilidade de trato e galhardia de procedimento. Pouco após, pela tarde, Moniz recebe do presidente da República uma carta breve, em termos sóbrios. Diz Américo Thomaz: ponderara como era seu dever, e angustiadamente, o que lhe haviam exposto os ministros, e também outras informações; no interesse do país, não pode demorar mais uma decisão; e por isso «*resolvi reiterar a minha confiança no Senhor Presidente do Conselho*». E termina Thomaz: «*creio bem que Vossa Excelência desejará, também, que Deus me tenha inspirado a melhor solução*». A essa hora, Moniz convoca para o seu gabinete na Defesa Nacional o subsecretário da Aeronáutica, Kaulza de Arriaga. Almeida Fernandes está presente. Moniz pergunta se a Força Aérea está *de prevenção*, e de quem emanara a ordem. Arriaga responde afirmativamente, e esclarece que era sua a ordem. Moniz manda Arriaga sair do seu gabinete. Já de pé, os dois homens trocam palavras de uma violência e de uma descortesia próprias de quem perdeu o domínio dos nervos. Arriaga dirige-se a Belém, e relata ao presidente da República o episódio. Nesse momento, chega um pedido de audiência urgente por parte de Botelho Moniz. Recusa-se o presidente.

11

Despende Salazar horas e horas do dia 12 de Abril em conversas com os seus colaboradores políticos e pelas dez da noite chama com urgência Costa Leite, homem de confiança e fidelidade. Refere-lhe em síntese a situação. Informa-o de que na remodelação ministerial decidira tomar a Defesa Nacional, e este facto supõe a exoneração de Beleza Ferraz do seu cargo. E sendo ele, Salazar, um civil, impõe-se que o substituto de Ferraz, que será no plano operacional o ministro efectivo, seja um oficial de superior categoria, e de prestígio militar indiscutível entre os seus pares. Para este efeito, Oliveira Salazar pensara em Gomes de Araújo (1), homem de personalidade vigorosa, competência profissional reconhecida por todos, carácter leal, talvez de excessiva susceptibilidade e de temperamento acaso difícil. Está Costa Leite disposto a deslocar-se imediatamente a casa de Gomes de Araújo, expor a situação, e fazer o convite em nome de Salazar? Pelas 11 horas da noite, Araújo havia aceite desempenhar as funções de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. E que nomes são possíveis para os cargos de ministro do Exército e de subsecretário de Estado do Exército? e para outras chefias e comandos militares? São ventilados os nomes do brigadeiro Mário Silva e do tenente-coronel Jaime da Fonseca para os cargos de ministro e de subsecretário. E enquanto decorre esta conversa em casa de Gomes de Araújo, Salazar recebe Quintanilha Dias, ministro da Marinha, que acaba de regressar de França. Expõe-lhe a delicadeza do momento. Quintanilha precipita-se a casa do almirante Sousa Uva, chefe do Estado-Maior da Armada, e depois seguem ambos para o Ministério da Marinha. Poucos momentos passados, a Marinha de Guerra entra em prevenção rigorosa. Está de volta

(1) Manuel Gomes de Araújo. Recorde-se que foi subsecretário da Guerra, com Santos Costa, entre 6-9-44 e 4-2-47, e depois ministro das Comunicações desde esta última data até 14-8-58.

Costa Leite à residência de Salazar, comunica que Araújo aceita o convite; e é decidido convidar ao outro dia Mário Silva e Jaime da Fonseca. Entretanto, estando também prevista a exoneração de Vasco Lopes Alves, por fortes e sérios motivos de saúde, Salazar oferece a pasta do Ultramar a Adriano Moreira, que tem desempenhado com brilho e dedicação política as funções de subsecretário; e aquele aceita. Nesta altura, Botelho Moniz está a dar ordens à Escola Prática de Infantaria, em Mafra, para fazer avançar sobre Lisboa dois batalhões operacionais. E como a noite de 12 para 13 de Abril está serena e tépida, Salazar, antes de se deitar, resolve descer ao parque da residência, e entrega-se a um longo, lento passeio, para lá e para cá.

Em 13 de Abril, pela manhã, Salazar expede duas cartas. Destina-se a primeira ao general Botelho Moniz: «*É a segunda vez*», escreve o chefe do governo, «*que com pesar meu nos vemos obrigados a interromper a nossa colaboração no governo; mas os factos dos últimos dias não parece poderem levar a outra conclusão. Não desejo agora discutir as ideias de V. Ex.ª quanto a certos problemas; sabe que com muitas concordei. O Chefe de Estado porém encarregou-me de remodelar o governo e de continuar* (1) *à sua frente. Depois da conversa havida com o Senhor Presidente da República, da parte de V. Ex.ª e do Senhor Ministro do Exército, não há dignamente outra solução do que propor a exoneração de V. Ex.ª e do Col. Almeida Fernandes. Eu farei durante algum tempo o sacrifício de tomar conta da Defesa N.al no que espero todos me auxiliem, sobretudo no que respeita a Angola, único problema que no momento me interessa e aflige. Aproveito a oportunidade de agradecer a V. Ex.ª a sua prestante colaboração e atenções pessoais. Com toda a consideração, mtt. att. v.or grato, Ol. Salazar. 13-4-61*». Análoga na substância, é de teor diferente a carta para Almeida Fernandes, e talvez mais incisiva. Diz: «*O Senhor Presidente da República entendeu não dever adoptar a sugestão apresentada pelo Sr. M.º da Defesa e por V. Ex.ª para a substituição do Ministério e encarregou-me de remodelar o actual Governo sob a minha presidência. É o que farei para obedecer às*

(1) Salazar tinha escrito após *continuar* as palavras «*por algum tempo mais*», que riscou.

ordens do Chefe de Estado; parece-me porém que, dados os factos recentemente verificados e as conversações havidas com o Chefe de Estado, é impossível não propor a substituição de V. Ex.ª neste momento. Não queria oficializar o caso sem lhe dar esta satisfação e sem lhe agradecer a colaboração que teve a bondade de prestar-me no Governo. Como, segundo as nossas leis, o subsecretário acompanha o Ministro na exoneração, eu pedia a V. Ex.ª o favor de comunicar ao Coronel Costa Gomes este facto e transmitir-lhe da minha parte os agradecimentos que lhe devo pelos esforços realizados no subsecretariado quanto ao Ultramar e o apreço em que fiquei tendo o seu trabalho. Com toda a consideração de V. Ex.ª mtt. att. V.or e grato, Ol. Salazar. 13-4-61» (1). E depois o chefe do governo completa o *«expediente da crise»*: são lavrados os diplomas que exoneram Botelho Moniz, Almeida Fernandes, Costa Gomes, Vasco Lopes Alves, e os que nomeiam o presidente do Conselho para a gestão da Defesa Nacional, Mário Silva (2) para o Exército, Jaime da Fonseca (3) para o subsecretariado da mesma pasta, Adriano Moreira para o Ultramar, Costa Freitas (4) para o subsecretariado da Administração Ultramarina. Amaro da Costa é confirmado como subsecretário do Fomento Ultramarino. Por último, é assinado o diploma que exonera Beleza Ferraz (5) e designa Gomes de Araújo para as funções de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Também naquela manhã dia 13 de Abril chega a Lisboa, vindo dos Estados Unidos, o general Albuquerque de Freitas, chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Viera por ordem de Botelho Moniz, dada na sua qualidade de ministro da Defesa. Mas Arriaga

---

(1) Estes dois textos constituem a transcrição rigorosa do manuscrito-rascunho do punho de Salazar. Talvez com variantes, não são documentos inéditos. Mas penso que a sua transcrição na integra se impunha nesta biografia.

(2) De seu nome completo Mário José Pereira da Silva. A nomeação deste oficial, que não pertencia ao Estado-Maior, foi havida como prova de desconfiança ou de menos apreço por aquele Corpo.

(3) De seu nome completo Jaime Filipe da Fonseca.

(4) De seu nome completo João da Costa Freitas. É funcionário de alta categoria que dedicara toda a sua carreira ao Ultramar.

(5) Beleza Ferraz continuava nos Estados Unidos, na sua missão oficial junto da NATO, e aí teve conhecimento da sua exoneração.

envia ao aeroporto os generais Mira Delgado e Francisco Chagas, e estes comunicam a Albuquerque de Freitas que o subsecretário da Aeronáutica deseja vê-lo imediatamente. Declina Freitas a instância, e afirma que, tendo sido chamado pelo ministro da Defesa, com este se avistará em primeira mão. Desloca-se a casa do general Botelho Moniz, que lhe refere os episódios dos últimos dias e reitera a sua posição politica quanto à demissão de Salazar. Depois, Freitas comparece então no gabinete do seu subsecretário de Estado; é homem leal e de inteireza; e informa Arriaga de que, às cinco horas da tarde e no Departamento de Defesa Nacional, haverá uma reunião, convocada e presidida por Botelho Moniz, para ser decidida, em forma final, a manutenção ou a demissão de Oliveira Salazar, e a estratégia militar a ser seguida num caso e no outro. Entretanto, sabe-se por Lisboa, em meios políticos restritos, a notícia de que Moniz, para o caso de ser obtida a demissão de Salazar, conta com a conivência e a cooperação de Marcello Caetano; mas este apenas passaria a intervir publicamente quando triunfante o golpe militar. De posse da informação de Freitas, o subsecretário da Aeronáutica comunica-a a Belém e a S. Bento, e acrescenta que importa actuar antes das cinco horas da tarde. Por intermédio de Soares da Fonseca, tanto o presidente da República como o chefe do governo estão já a par dos planos de Botelho Moniz.

Com o chefe do governo encontra-se Mário de Figueiredo, seu amigo de há cinquenta anos, desde os tempos do Seminário de Viseu. Figueiredo está indignado, e quase desvairado; e ajuda a uma última demão nos textos preparados. E então, pelo inicio da tarde, a Emissora Nacional suspende os seus programas e comunica que estão no *Diário do Governo* os decretos exonerando os ministros militares, e do Ultramar, e fazendo as novas nomeações. Pouco depois, pela rádio e pela televisão, Oliveira Salazar fala aos portugueses. É curto, incisivo: «*Sé é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional mesmo antes da remodelação do Governo que se verificará a seguir, a explicação pode concretizar-se numa palavra, e essa é Angola. Pareceu que a concentração de poderes da Presidência do Conselho e da Defesa Nacional, bem como a alteração de alguns altos postos noutros sectores das forças armadas, facilitaria e abreviaria as providências necessárias para a defesa eficaz da Província*

e a garantia da vida, do trabalho e do sossego das populações. Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão. Como um só dia pode poupar sacrifícios e vidas, é necessário não desperdiçar desse dia uma só hora, para que Portugal faça todo o esforço que lhe é exigido a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação». Enquanto o povo português é confrontado com a decisão do chefe do governo, assume as funções de chefe do Estado-Maior-General das Forças Amadas o general Gomes de Araújo. Este é homem firme, e de prestigio, e com autoridade natural, e actua rapidamente. Entra em contacto com outros responsáveis das Forças Armadas, e comandos das regiões militares, e a todos informa do novo estado de coisas; e a todos determina que não compareçam na reunião das cinco horas na Defesa Nacional. Por seu turno, Quintanilha Dias proíbe também a todos os chefes da Armada a sua presença. Pelas cinco da tarde, no Palacete da Cova da Moura (1), encontra-se ainda Botelho Moniz, acompanhado de Almeida Fernandes e Costa Gomes. Chegam alguns oficiais: o general Silva Domingues, governador militar de Lisboa; o general Valadas Tavares, comandante da 1.ª Região Militar, com Quartel-General no Porto; o general Meira e Cruz e o brigadeiro Pires Barata, primeiro e segundo comandantes da 2.ª Região Militar com sede em Tomar; e ainda alguns oficiais com altos postos na administração do Exército, além dos oficiais do gabinete de Botelho Moniz. Comparece também, trajando civilmente, o antigo presidente da República, marechal Craveiro Lopes (2). E surge o general Albuquerque de Freitas, em exercício das suas funções de chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Freitas fala aos presentes: dentro da legalidade, o general Botelho Moniz já não é ministro da Defesa, os coronéis Almeida Fernandes e Costa Gomes também já não são membros do governo; o novo chefe do Estado-Maior-General já tomou as suas providências; não é possível contar com o Estado-Maior do Exército nem com o da Armada; nem tão-pouco com qualquer oficial-general da Força Aérea, salvo ele próprio, Albuquerque

(1) Sede do Departamento de Defesa Nacional.

(2) Segundo testemunhas idóneas, Craveiro Lopes transportava numa mala o seu uniforme, para se fardar após o triunfo do golpe de Estado.

de Freitas; não é possível contar com a maioria das unidades; estão firmemente ao lado do governo as corporações militarizadas; nenhuns outros chefes militares vão comparecer na reunião; se se quiser prosseguir no projecto que ali os ajuntou, haverá que usar a força; essa decisão está para além de todos os planos; se tomada, seria de resultados mais que duvidosos; perderam-se quarenta e oito horas, que o governo soube aproveitar; e por isso, sem embargo de pessoalmente ter assumido atitude ao lado dos ministros demitidos, entende que *«é de renunciar»*, pois não se pretendia um acto de força mas uma ameaça tão esmagadora que por si seria bastante, e isso já não era possível. De Mafra chega uma notícia: o coronel Caeiro Carrasco atalhara e frustrara a vinda dos dois batalhões sobre Lisboa. Botelho Moniz parecia esperar a adesão maciça dos chefes militares; e é abatido pelo desalento, pela frustração, quando verifica o contrário. Estava finda a tentativa. Separam-se os que se haviam congregado para derrubar o chefe do governo. E ao fim da tarde o general Albuquerque de Freitas entrega na Presidência do Conselho um requerimento, dirigido ao novo ministro da Defesa, pedindo a sua passagem à situação de reserva. Depois Salazar recebe o subsecretário de Estado da Aeronáutica: é resolvido deferir o requerimento de Freitas. E perante o aspecto fatigado de Arriaga, comenta para este: *«É natural, os Senhores andam para aí em conspirações»*.

Cai a noite. Salazar está só outra vez. Aparecem Maria Lívia e José Nosolini, que vêm ansiosos por notícias. Convida-os o chefe do governo para jantar. Descem os três depois ao parque da residência. Nosolini pergunta se Botelho Moniz e os que o seguem, apesar de demitidos, não poderão ainda tentar *qualquer coisa*. Responde Oliveira Salazar: *«Sim, podem decerto. Mas se o fizerem vão ter dificuldades, vão ter dificuldades»*. E repete por entre as sombras do parque: *«Vão ter dificuldades»*.

12

Naquela noite de 13 de Abril, já depois das nove horas, o ministro da Saúde, Martins de Carvalho, entrega na residência de Salazar uma carta que tem a data de 12, e é relativa à homenagem que se pensa prestar a Elísio de Moura. Na manhã seguinte, dia 14, antes das 11 horas, responde o chefe do governo: «*Referência à sua carta de 12, nenhuma objecção se pode levantar a que V. Ex.ª assista e presida à homenagem projectada ao Doutor Elísio de Moura. Por outro lado, a obra assistencial que há mais de 30 ou 40 anos realiza em Coimbra, merece um galardão. E dada a alta categoria da pessoa, nada impede proponha V. Ex.ª a Grã-Cruz da Benemerência. Mas é preciso, para que eu assine a proposta, que o chefe de Estado dê, como de costume, o seu acordo. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 14-4-61*». Nessa manhã, está assim o presidente do Conselho entregue à sua *habitualidade*, despachando assuntos miúdos, alheios aos episódios vividos, e cujo rescaldo incerto está em curso. Para os seus colaboradores, Salazar sustenta que nada de anormal se passou. Houve a substituição de uns ministros por outros: é a rotina. Na sua aparência, é esse o sentido que pretendeu para a breve declaração feita na véspera aos portugueses. Tudo é apresentado como simples reforma orgânica para melhorar a eficiência da administração. Bem analisadas, contudo, vão muito além as suas palavras, e são extensas as suas implicações: Angola é questão tão urgente que tem de se antecipar à remodelação ministerial; a concentração de poderes tornou-se necessária para defesa da província, decerto, mas também para garantia da vida, do trabalho e do sossego das populações; esta tarefa vai pôr à prova a capacidade de decisão e por isso há que «*andar rapidamente e em força*», para que se façam os sacrifícios precisos, e se defenda Angola e com esta a integridade da Nação. Deste modo, Salazar atribui a terceiros o pouco cuidado até agora tido na defesa de Angola; assume pessoalmente doravante a responsabilidade suprema por essa

defesa; e reafirma a política de *integridade nacional.* E embora Salazar, por razões externas e internas, procure dar a impressão de que é subalterna a crise, a opinião pública e os círculos políticos apercebem-se da gravidade do momento. «*Andar rapidamente e em força*» transforma-se, em vinte e quatro horas, num grito de alarme, numa vibração de clarim, num apelo empolgante à cruzada; e de repente cimenta-se, em torno de Angola, e do Ultramar globalmente, uma nova unidade nacional. Sente a opinião pública que, depois de receios, perplexidades e hesitações, Salazar se lançara, num rasgo de audácia, pelo caminho que é uma resposta nacional à guerra. «*Andar rapidamente e em força*» repercute-se em estremecimentos que alcançam Angola e as demais províncias de além-mar: também aí, nas forças militares e nos elementos civis, se firma um novo ânimo, um novo espírito de combate e resistência. Através dos territórios, o clima é de solidariedade, e de confiança reganha. Nos partidários do regime, há uma nova afirmação de apoio, um novo arranque de entusiasmo: cerram-se fileiras em torno do chefe que se impõe com arrojo. Forma-se um largo consenso nacional. Entre os deputados à Assembleia, nos homens da *União Nacional,* é ruidoso o aplauso a Oliveira Salazar; e o povo pequeno, por aldeias e vilas, tem a percepção de que estranhos procuram arrancar a Portugal o que é seu e que um velho homem em Lisboa se opõe, e protesta, e num gesto temerário pede ao país que lute de armas na mão. No plano do governo, e ao tomar posse das suas novas funções, Adriano Moreira sintetiza com lucidez o fundo da questão. Diz: «*Não se trata do problema de autonomia ou independência de territórios em sujeição: trata-se apenas e exclusivamente de exterminar os Europeus no caso de não resolverem voluntariamente abandonar o Continente. Não se trata dos direitos do homem africano, mesmo que tais direitos tivessem em vista o homem negro. Trata-se de substituir as soberanias, e de sujeitar a interesses bem conhecidos todos os povos da área*». E afirma: «*Não posso conceber que algum português regateie os sacrifícios indispensáveis para lhes enviar com urgência as forças e as armas de que carecem*» quando «*penso nos mártires do Ulje e do Zaire*». Mas é também nos círculos da oposição democrática tradicional que se erguem vozes de

apoio à política de defesa do Ultramar. Ramada Curto (1), socialista de espírito bem-humorado, declara pela radiodifusão que importa defender Angola, e que não se muda de general no decurso da batalha. Outros homens do mesmo matiz ideológico fazem idêntico apelo, ou não se acanham de exprimir opiniões concordantes: Hélder Ribeiro, Cunha Leal, Hernâni Cidade, Armando Cortezão, alguns mais. Lopes de Oliveira e Alberto Madureira, republicanos históricos, repetem o apelo que fizeram à *unidade nacional,* e agora entregam na Presidência do Conselho um documento: mantendo as suas opiniões e os seus ideais, «*mas vendo acima de tudo a soberania nacional ameaçada por estrangeiros*», pretendem reunir elementos ordeiros e construtivos para organizar uma *União Patriótica.* E mesmo alguns de novas gerações mostram-se sensíveis ao problema. Um grupo que se intitula de *jovens intelectuais* — António Quadros, Fernando Morgado, Francisco Sottomayor, Fernando Sylvan, Jorge Preto, outros ainda — sugere mesmo uma política ultramarina integracionista, um esquema de povoamento, uma reparação de injustiças, uma revisão de alianças. E uma voz do passado faz ressoar o seu aplauso. Com mais de oitenta anos, do seu retiro de Leça do Balio, Ezequiel de Campos (2), o espírito irrequieto e apaixonado pelo desenvolvimento da nação, escreve com mão trémula: «*Desde o assalto ao navio* Santa Maria *tenho estado muito preocupado com o nosso Ultramar*»; e «*oxalá V. Ex.ª alcance, pela boa colaboração de todos, a plena Defesa Nacional para a ventura da grei*».

Mas a crise não está finda. Há que completar a remodelação ministerial. Há sobretudo que sarar as chagas abertas no corpo militar. Oficiais superiores, responsáveis e dignos, sentem-se confusos; outros, por mal informados e por aquela tendência portuguesa em querer sempre e ao mesmo tempo uma política e a sua contrária, pensando em colher os benefícios de ambas sem os riscos ou sacrifícios de qualquer, julgam que o governo e o seu chefe devem ser mais *hábeis* e mais *astutos* em ir ao encontro

(1) Recorde-se que fora figura eminente na I República: causídico, escritor, deputado, ministro das Finanças, por três meses, em 1919, no gabinete Domingos Leite Pereira.

(2) Ver vol. II, págs. 55 e 56.

das críticas estrangeiras, *fingindo* que lhes dão razão *mas sem lhes dar razão.* Albuquerque de Freitas, homem de carácter e de bom crédito entre os seus pares, retira-se da cena, e pensa que Salazar é teimoso e obstinado; mas continua a desejar que a vitória sobre os inimigos de Portugal seja alcançada. Pires Barata, segundo-comandante em Tomar, oficial sereno e de viva inteligência, pensa que os elementos militares de Angola não tinham sido reforçados com antecedência porque a isso se teria oposto Câmara Pina, chefe do Estado-Maior do Exército, que apoucara os *acontecimentos* do Norte da província; e Câmara Pina reflectiria as ideias do próprio Salazar na matéria. E o coronel António de Spínola envia a Salazar uma longa carta. «*Sinto-me no direito e na obrigação de lhe escrever esta carta*», começa Spínola. Tem esse direito porque, na crise gravíssima, empenhou-se e comprometeu-se a fundo para que se mantivesse o regime político alicerçado em Salazar. E sente-se na obrigação de escrever porque conhece o sector militar; e, pelas reacções e dificuldades encontradas na acção que desenvolveu nos últimos dias, sabe também que a crise só está debelada de momento, e subsiste com a maior gravidade. E o que pensa o Exército? «*O que ele pensa consta da carta da ex-ministro da Defesa, da acta da reunião do Conselho Superior do Exército e da exposição do General Freitas*», e de tudo tem o chefe do governo conhecimento. À parte alguns exageros, «*concordo profundamente com a opinião do exército*». Está parada há muito a *Revolução Nacional,* está mesmo anquilosada; já ninguém acredita nela, salvo alguns oportunistas que usufruem benesses e privilégios, quantos profundamente injustos. E esta falta de confiança «*envolveu em muitos sectores a pessoa de V. Ex.ª*». É portanto vital remodelar, sair dos quadros artificiosos; há que renovar o processo de mobilização de valores, «*chamando gente fora do círculo viciado*» da *União Nacional,* e que não esteja queimada; há que recorrer a pessoas de acção íntegras e com a necessária independência para corrigirem erros; há enfim que utilizar quem possa dar uma «*chicotada*» numa Nação apática e adormecida, imprimindo-lhe alento, alma, esperança. «*Urge orientar nesse sentido a remodelação ministerial*». Caso contrário, o que esteve para acontecer, acontecerá; e Salazar, se ganhou a última batalha, não ganhará a próxima. Aos

que seguiam Botelho Moniz, cabe um erro: julgarem oportuno «*afastar V. Ex.ª numa altura em que, acima de tudo, V. Ex.ª representa o símbolo da política de firmeza, a única que tem para nós alguma probabilidade de êxito na actual conjuntura internacional*». Se há que renovar a política interna, «*não posso aceitar recuar um milímetro que seja, na orientação que V. Ex.ª sempre defendeu e continua a defender para salvaguarda da integridade nacional. E muito menos posso admitir que a sugestão de tal receio provenha das Forças Armadas, às quais está justamente entregue a defesa da Nação*». Sim: «*isto precisa de mudar, mas isto não engloba de forma alguma a posição tomada por V. Ex.ª na actual conjuntura internacional. Neste ponto estou de alma e coração com V. Ex.ª, e creio que, com algumas excepções — que as há sempre — está também o Exército*». (1). E muitos oficiais, ainda que não conheçam a carta do coronel Spínola, exprimem pontos de vista semelhantes. Mas também não põem em causa a lealdade às instituições, nem o seu aplauso à política de defesa.

Reflecte-se o rescaldo da crise nos homens mais próximos de Salazar. José Nosolini multiplica-se em sugestões e conselhos: quer novas estruturas na *União Nacional*, outros quadros políticos. Mário de Figueiredo é partidário de um apuramento sereno de responsabilidades políticas, e acaso disciplinares. Outros conselheiros estão sobretudo concentrados na remodelação ministerial em que Salazar agora trabalha. Em que sentido deverá a mesma ser feita? Deverá ser mais técnica e de competências? Ou essencialmente política? Albino dos Reis recomenda um regresso a personalidades já experimentadas e com nome no país: Paulo Cunha ou Pedro Theotónio para os Estrangeiros; Rebelo de Sousa para o Interior; e acha que para o Ultramar teria sido preferível Sarmento Rodrigues a Adriano Moreira. Soares da Fonseca é de parecer diverso. Entende que a escolha de Rebelo de Sousa para o Interior seria um desastre: porque pertence à intimidade de Craveiro Lopes, está sob a influência de Marcello Caetano: e além disso seria desde já um «*manobrador para a transição para o post-salazarismo*». E Soares da Fonseca recomenda para o Interior um nome

(1) Salazar assinalou com traço grosso esta passagem.

novo: Alfredo dos Santos Júnior. Para os Estrangeiros lembra dois nomes consagrados no regime: Pedro Theotónio ou Luís Supico Pinto. E insiste, para outros departamentos, em que sejam escolhidos novos nomes ou homens novos. Salazar vai escutando outras opiniões: de Costa Leite, de Luís Supico, de elementos da *União Nacional*. Toma notas para si próprio: «*Orientação a seguir: alargamento da base de escolhas, saneamento do poder económico e político, liberalização, reestruturação do Governo, concentração de comandos*». Albino dos Reis repisa muito estes pontos, e advoga a moralização de alguns costumes políticos, o combate a algumas práticas do sector público e do sector privado que criam mau ambiente no país. Em Nova Iorque, a Assembleia Geral da ONU inicia finalmente, consoante a proposta feita pela Libéria, o debate da *questão de Angola*. Não comparece a delegação portuguesa: a simples presença seria o reconhecimento da legalidade da discussão. De novo Portugal é fustigado com as mais violentas acusações, e a situação no Norte de Angola é havida, além de um crime contra a humanidade, como séria ameaça à paz mundial. No dia 21 de Abril, é aprovada uma resolução: insta por reformas em Angola, estabelece um subcomité de cinco membros (!), urge a transferência da totalidade dos poderes para as populações a fim de as habilitar a uma completa independência. Espanha e África do Sul votam *contra* a resolução, e assim apoiam Portugal. Abstêm-se nove países: o Brasil, a França, a Inglaterra, a Bélgica, a Austrália, a República Dominicana, o Salvador, a Holanda e a Tailândia. De novo, os Estados Unidos, depois de apreciações críticas à política portuguesa, apoiam com o seu voto a resolução, mantendo a atitude tomada no Conselho de Segurança. Salazar continua as suas consultas, pondera os nomes sugeridos, colhe as suas informações.

Na superfície, entretanto, dir-se-ia normalizado o ambiente de Lisboa, e até do país. Aquilino Ribeiro recebe caloroso tributo na Casa das Beiras; e Júlio Dantas é homenageado na Sociedade de Escritores. Em Braga congrega-se uma densa manifestação

(!) São depois eleitos os cinco membros: a Bolívia (que preside), Dahomey, Malásia, Finlândia e Sudão.

de apoio ao governo. Salazar recebe um grupo de jornalistas espanhóis. E depois, enquanto em Casablanca está reunida uma *«conferência dos movimentos de libertação das colónias portuguesas»*, Oliveira Salazar conversa despreocupadamente com o jornalista brasileiro Mário Morais, de *O Cruzeiro*. Diz-lhe em suma o chefe do governo: é diversificado o continente africano, e há pelo menos três Áfricas (a árabe, a negra, a multirracial); os brancos estão em África por direito próprio porque *«a descoberta, a conquista, o trabalho incorporado no solo, a sucessão de gerações, são títulos de legitimidade»*; vinte milhões de portugueses e setenta milhões de brasileiros poderiam formar um só bloco de grande importância internacional; e *«se o Brasil necessita de janelas para o mundo, nada melhor do que aproveitar as nossas»*. Na Universidade de Coimbra, Armando Cortezão, o democrata de sempre, o lutador das brigadas internacionais na guerra de Espanha, o exilado de Londres, é honrado agora, sem trair ou alterar as suas convicções ideológicas, com o grau de doutor pela Faculdade de Ciências. E em 27 de Abril de 1961 a Assembleia Nacional encerra os seus trabalhos: foi a última sessão da sétima legislatura. Justamente naquele dia completam-se trinta e três anos sobre a entrada de Oliveira Salazar para o governo. E no dia seguinte cumpre setenta e dois anos de idade. Em Paris, o seu grande amigo Henri Massis lança o volume que intitula *Salazar face a face*. Por aqueles dois aniversários, afluem a S. Bento muitas mensagens, e flores de mulheres portuguesas. Não está em Lisboa o cardeal Cerejeira que, por seu turno, celebra em Lousado, no Minho, o seu aniversário prelatício. Ao patriarca escreve uma carta pessoal o Santo Padre; e Salazar telegrafa-lhe. E o cardeal, datando a sua carta de 27 de Abril, responde ao seu amigo. Diz: *«Escrevo-te neste dia, escolhido de Deus, para o teu grande destino. E não esqueço que há pouco tomaste resoluções de tal grandeza que excedem (me parece a mim) todas as que nestes trinta e três anos tens tomado. É Portugal que tomaste nas mãos, contra o mundo. Amanhã não poderei estar a teu lado, o lado do teu coração, tão tragicamente solitário, com a costumada presença»*. E nesta carta a frase-chave de Cerejeira exprime, não obstante as feridas de alguns militares e as preocupações de alguns políticos, o sentir real e a percepção

telúrica, instintiva, atávica, de que Salazar toma Portugal nas mãos — contra o mundo (1).

A Angola, transportados em aviões sucessivos, começam a chegar fortes contingentes militares. Desembarcam em Luanda. Desfilam marcialmente pela Avenida Marginal. Impressionam, impõem respeito à população negra: é uma demonstração da força portuguesa. E a população branca vem em massa saudar os soldados, aplaude-os com entusiasmo, vibra e chora de alegria (2). Como numa prece, em Lisboa, diz Salazar: «*Precisamos que a Providência nos ajude durante três semanas...*»

12

Entra o mês de Maio de 1961. Há impaciência nos meios políticos: por que demora a remodelação do governo? Não têm limites os rumores: nomes e nomes correm como convidados para o gabinete. Surgem as ilações: o chefe do governo sente dificuldades

---

(1) Tem interesse documental e biográfico esta carta de Cerejeira. Na íntegra: «*António — Muito obrigado pelo teu telegrama. Depois da Carta de Sua Santidade, nada apreciei tanto como ele. Ele dá testemunho da maior amizade da nossa mocidade, e é justo que ele perfume ainda a velhice. Escrevo-te neste dia, escolhido por Deus, para o teu grande destino. E não esqueço que há pouco tomaste resoluções de tal grandeza que excedem (me parece a mim) todas as que nestes trinta e três anos tens tomado. É Portugal que tomaste nas tuas mãos, contra o mundo. Amanhã não poderei estar a teu lado, o lado do teu coração, tão tragicamente solitário, com a costumada presença. Fisicamente ausente, lá estarei em espírito para fazer votos sinceros e ardentes e mais particularmente nesta hora, que Deus te guarde e ilumine e conforte. Escusado será dizer que a missa será por ti e para ti. Abraço-te, Manuel. Lousado, 27-IV-1961*».

(2) Se agora chegam a Angola efectivos numerosos, em quantidades substanciais, importa à verdade histórica dizer que Botelho Moniz tinha expedido desde Fevereiro de 1961 alguns reforços. Na primeira quinzena de Abril de 1961, Angola dispunha de dez companhias de Caçadores, três esquadrões de reconhecimento, uma companhia de Polícia Militar, algumas pequenas unidades de apoio. Tudo era, porém, manifestamente insuficiente perante a escala dos *acontecimentos* do Norte.

no recrutamento político, há tão fundos abismos entre as forças políticas que não é viável acordo sobre o preenchimento de lugares-chave, a autoridade de Salazar para decisão suprema não é reconhecida. Oliveira Salazar está consciente do ambiente político. Como crítico áspero do governo e da administração, destaca-se Marcello Caetano; e não se esvaeceram ainda os ditos sobre o seu conluio e a sua ligação política com Botelho Moniz. Salazar convoca Marcello Caetano, solicita-lhe a sua ajuda num domínio da mais alta importância, e oferece-lhe a pasta da Economia. Caetano recusa (1). Mas nos primeiros dias de Maio, o chefe do governo tem praticamente ajustada a remodelação ministerial. Conseguiu recrutar homens novos, nomes novos, de alta capacidade nos seus sectores: foram-lhe indicados por Mário de Figueiredo, Luis Supico, Soares da Fonseca, José Nosolini. Pinto Barbosa, que continua nas Finanças, é escutado, e adianta sugestões; como também é Ferreira Dias, que permanece na Economia, e tem bom conhecimento dos homens competentes neste domínio. Por intermédio de todos estes homens — e de outros, de confiança pessoal, como Costa Leite, Trigo de Negreiros, Paulo Cunha — faz Salazar as suas sondagens; e se estas mostram um princípio de aceitação, o chefe do governo faz então o convite pessoal. E em 4 de Maio de 1961 é anunciada aos portugueses a constituição do novo gabinete. Arnaldo Schultz abandona o Interior e é substituído por Santos Júnior (2), médico que há muito trocara a clínica pela política na Beira Alta. Veiga de Macedo, no governo desde 1949, é rendido nas Corporações e Previdência Social por Gonçalves de Proença (3), jurista, professor universitário, homem ainda aquém dos quarenta anos, com fama de inteligente, e de exposição fácil. Na Educação Nacional, e ao cabo de seis

(1) É lícito pensar que Salazar não esperava que M. C. aceitasse. Manifestamente, M. C. não poderia aceitar a Economia, muito fora do seu campo de acção e onde apenas poderia queimar-se. Salazar queria somente poder afirmar que não tinha direito a fazer críticas ao governo quem, tendo-lhe sido oferecida uma importante pasta, a recusara.

(2) Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior.

(3) José João Gonçalves de Proença. Veiga de Macedo estivera como subsecretário da Educação de 1949 a 1955 e de 1955 a 1961 como ministro das Corporações.

anos, Leite Pinto deseja regressar à actividade docente e tomar outras funções, além de serem crescentes os seus atritos com os meios académicos; e é sucedido por Lopes de Almeida, mestre de Coimbra, orador de prestígio, que já fora subsecretário entre 1940 e 1944, e deputado em mais de uma legislatura. Baltasar Rebelo de Sousa acompanha Leite Pinto na exoneração e é substituído por Carlos de Soveral (1), homem na casa dos trinta anos. São de relevo as modificações no sector da Economia. Na Secretaria de Estado do Comércio, Correia de Oliveira é sucedido por Dias Rosas, até agora subsecretário; para a Agricultura encontra Mota Campos (2); e para a Indústria é designado Carvalho Fernandes (3). São três homens novos, à beira dos quarenta anos, e não queimados por qualquer passado político. Como pretendia, Marcello Mathias deixa o Ministério dos Estrangeiros, e retoma a embaixada em Paris; e é substituído nas Necessidades por um elemento de carreira (4), sem compromissos políticos, e que o chefe do governo escolhe expressamente com o propósito de *despolitizar* a política externa, e de lhe atribuir um carácter só nacional. E cumpre-se o ritual consagrado: despedem-se do chefe do Estado os ministros cessantes, entram logo em funções os novos nomeados.

Nos meios políticos mais chegados à *União Nacional* e ao presidente do Conselho há duas surpresas: a manutenção de Pedro Theotónio como ministro da Presidência e a saída de Correia de Oliveira. Salazar, todavia, tem já destino para ambos: Pedro Theotónio seguirá para Washington, como embaixador; então

---

(1) Carlos Eduardo Bastos de Soveral.

(2) João Mota Pereira de Campos.

(3) António Alves de Carvalho Fernandes.

(4) É o autor desta biografia. Salazar fez a escolha não obstante Soares da Fonseca, em carta, o aconselhar em sentido contrário: «*O sector dos Estrangeiros consta por aí, à boca cheia, que é acima de tudo uma* «solução M. Mathias», *determinada essencialmente por considerações de natureza pessoal. Ignoro até que ponto o comentário procederá. Mas não há dúvida de que a generalidade das opiniões que tenho ouvido desejaria ver ali, neste momento delicado, um nome «feito», em correspondência com a importância especial daquele posto (Theotónio? Supico?). Sobretudo há razões para se supor que o nome apontado não tem formação nacionalista, devendo temer-se, por isso, a eventual falta de perfeita identidade com o espírito do Presidente do Conselho*».

fará uma reestruturação da Presidência do Conselho, abolindo o cargo de ministro da Presidência, e criando o de ministro de Estado adjunto do presidente do Conselho; e este novo posto já Salazar o ofereceu a Correia de Oliveira. No comum da opinião pública parecem favoráveis as reacções. São muitos os nomes e os homens novos chamados ao governo; há o sentimento de que esses homens se dispõem a *servir;* e está formada uma consciência colectiva, de novo e remoçado empenhamento, em torno de um interesse que pertence a todos e que por isso alicia espíritos e mobiliza vontades. Muitos entendem que se trata de um *governo de guerra* para *um país em guerra.* Todavia, no interior da alta-roda política e mesmo nos meios mais incondicionais do regime, há alguma reticência: no fundo desejavam a repetição de cartas antigas com nova distribuição. Exprime o parecer desses o veterano Albino dos Reis que escreve a Salazar, ao dia seguinte à remodelação: «*Se dela não saiu aquele governo espectacular, de choque traumático na psicologia, um tanto fatigada, da gente da situação, saiu uma equipa com alguns elementos novos a quem se abrirá, por certo, um crédito de esperança e de confiança*».

Entra-se no rescaldo da crise. Inicia o seu trabalho o novo governo. Sarmento Rodrigues, nome de relevo, aceita ser governador-geral de Moçambique. Adriano Moreira e Kaulza de Arriaga visitam Angola em viagem de trabalho. Moreira afirma aos que atacam, abandonam ou acompanham Portugal, a determinação nacional de defender uma concepção de vida que a todos tem prestado serviços. Insiste: «*a todos cabe suportar os sacrifícios impostos pelos ataques a qualquer das parcelas nacionais*». Há uma estabilização geral: afrouxa e suspende-se o êxodo de Angola; recomeçam actividades abandonadas; alguns encaram um regresso à província; e estar e continuar, e produzir, e investir no território já não parecem loucuras. Mas, nos meios políticos, os mais lúcidos e os mais esclarecidos fazem a síntese crítica. A quem pertence a culpa do que se passou? Da parte da administração em Angola houve descaso, negligência: perante o ambiente mundial de guerra a Portugal, os ataques na ONU, a situação no antigo Congo Belga, os tumultos incipientes na Baixa do Cassange, não foram tomadas pelos agentes no terreno quaisquer cautelas, nem foi organizada uma rede de informações que evitasse a surpresa

do ataque. Nem são recebidas ordens adequadas do Governo Geral em Luanda, nem este do Ministério do Ultramar em Lisboa, habilitado pelos Estrangeiros com frequentes e minuciosos dados. Terá sido confundida a inexistência de um sinal exterior de alarme com a inexistência de perigo. Mas a responsabilidade do Ministério do Ultramar terá de ser partilhada pela Defesa Nacional: porque esta não instruiu como cumpria os Estados-Maiores em Lisboa ou o Quartel-General em Luanda. Não houve na Defesa Nacional, em tempo útil, consciência da necessidade de medidas em larga escala, nem das implicações exteriores. Por isso, a carta de Botelho Moniz a Salazar tem um horizonte muito estreito, e até provinciano: aferra-se a considerações de política interna; preocupa-se sobretudo com uma bonita e agradável imagem externa de Portugal; e tem a ingenuidade de pensar que com um retoque em injustiças sociais, ou punindo casos de corrupção, ou concedendo maior ou menor grau de liberdade, todo o ambiente contra Portugal se desanuviaria, e as grandes potências e os círculos afro-asiáticos se dariam por satisfeitos. Todo o fenómeno sociológico de uma certa *descolonização neo-colonialista,* todo um novo messianismo ideológico que se pretende mundial, toda a luta pelo poder entre impérios rivais para conquista do *terceiro mundo,* são aspectos que escapam a Botelho Moniz. Da carta deste, das actas dos Conselhos Militares, dos relatórios dos responsáveis, emerge um quadro de grande candura: dir-se-ia julgarem que os *acontecimentos* no Norte de Angola têm como raiz o acto arbitrário de um administrativo, a opressão de uma autoridade policial, o salário de miséria pago por um madeireiro, a exploração económica feita por um algodoeiro. Estas situações, na medida em que existam, criam uma atmosfera mais propícia, e terão contribuído para melhor aceitação do terrorismo exterior por elementos da população local. Mas os *acontecimentos* do Norte de Angola têm de ser encarados em coordenadas de âmbito mundial: é um aspecto da luta sem tréguas entre os novos centros de decisão imperial que emergiram da guerra de 1939-1945. Neste sentido, e perfeitamente consciente da situação internacional, a Oliveira Salazar competia inquirir e julgar das medidas tomadas pelo Ultramar e pela Defesa, ou provocar a sua tomada, e neste contexto o chefe do governo não pode eximir-se a carrear uma parcela de responsabilidade.

Oliveira Salazar retoma a sua rotina. Dedica a maior parte do seu tempo a Angola, agora o único problema que o preocupa e o aflige. E que se propõe fazer na Defesa Nacional? Para os seus íntimos, em voz ciciada diz: «*Defesa Nacional? Em Portugal, não existe. É um milagre permanente*».

13

Está a opinião pública portuguesa concentrada na política interna, e alheada de uma situação mundial perigosa, e confusa. Mas justamente Angola é afectada de maneira directa. Não pode ser mais trágica a vida política na vizinha República do Congo. Destituído, o antigo primeiro-ministro Patrice Lumumba é levado sob escolta para o Catanga, que continua a manter-se em secessão, e aí, em circunstâncias misteriosas, é assassinado. É grande a emoção no continente negro, e a política de muitas nações, dentro e fora de África, define-se pelo favor ou hostilidade para com as forças de que Lumumba era símbolo. Depois, é o caos através do Congo: na capital, está o presidente Kasavubu, reconhecido pela ONU; há um colégio de comissários que se opõem à ONU; em Stanleyville, um governo conduzido por Gizenga considera-se herdeiro de Lumumba; em Elisabethville, Moisé Tschombé consolida o seu Estado secessionista; e em Bakwanga, os Balubas proclamam um governo que se alimenta dos rendimentos dos diamantes e do oiro. Para garantir uma aparência de ordem pública e evitar massacres tribais, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, após veementes debates que apaixonam os países africanos, vota o envio de um *exército internacional* da ONU — logo conhecido pelo nome de *capacetes azuis* — composto de contingentes de vários países (Tunísia, Suécia, Irlanda, Índia, outros ainda) e que rapidamente atinge no Congo efectivos superiores a 20 000 homens. Ficam as tropas da ONU coexistindo com o Exército Nacional Congolês, do comando do coronel Mobutu. Mas através do território não cessam os crimes, os atentados, os actos de sabotatem; e não é prevenida tão-pouco a

acção de mercenários internacionais, chefiados por oficiais belgas ou franceses, alguns de patente elevada, que operam sobretudo no Catanga e no Kasai. Para além do Congo, onde se joga a prazo a sorte da África Central e do Sul, o mundo vibra com um episódio inesperado. Grupos de cubanos residentes nos Estados Unidos, em particular na Florida, organizam uma expedição militar e invadem a República de Cuba (1). É desde logo patente a colaboração da Agência Central de Informações e de outros departamentos oficiais americanos, que fornecem armas, apoio logístico e enquadramento militar; mal organizada, a invasão enfrenta dificuldades que apenas o emprego maciço da aviação dos Estados Unidos poderia vencer; mas o presidente John Kennedy não o autoriza; e as forças de Fidel de Castro, que não se deixam surpreender, acabam por esmagar os invasores. É uma nódoa na política dos Estados Unidos. Perante o povo americano, num acto de coragem política e pessoal, o presidente Kennedy assume a responsabilidade pelo desaire. Fidel de Castro sai prestigiado do episódio. Krushev de novo se lança em ataques à política americana, que classifica de agressiva, imperialista, perigosa para a paz mundial; e, afirmando a sua solidariedade com o governo de Havana, o chefe russo declara que a União Soviética não poderá ficar indiferente perante a agressão a um amigo e aliado, e protegerá este por todos os meios, incluindo os militares se necessário. Poucos dias mais tarde, mal refeito deste choque, assiste o mundo a outro drama: sob a chefia do general Maurice Challe, revoltam-se os oficiais superiores do corpo expedicionário francês na Argélia: e o seu objectivo confessado é o de provocarem o derrube do presidente De Gaulle. Este reage em Paris com firmeza. Reitera a sua política argelina, de autodeterminação conduzindo à independência; apela para o povo francês e para a disciplina militar; mercê do apoio que recebe em França, consegue isolar os revoltosos em Argel, Oran, e outras cidades argelinas; e em três dias dá-se o colapso da rebelião. E de todos estes problemas se produzem reflexos nas Nações Unidas. Não desperdiçam o bloco soviético e o bloco afro-asiático

(1) A invasão foi tentada numa área designada pela *Baía dos Porcos*, e por este nome fica conhecida no mundo.

uma oportunidade de ataque ao Ocidente, e a Assembleia Geral, por entre o seu tumulto normal, debate a invasão de Cuba, com verrinas ameaçadoras dirigidas aos Estados Unidos. Para além destes pontos, já em si causadores de preocupação e mal-estar, outros existem no mundo, e de gravidade não menor. Em todo o Sudeste Asiático, não cessa a guerra, e no Vietname o governo de Kennedy parece ter resolvido, para enfrentar a agressão comunista vinda do norte, participar com forças e equipamento do exército regular americano; são difíceis as relações entre a França e os Estados Unidos, seguindo o presidente De Gaulle uma política de independência, em particular quanto a armas nucleares, que o governo de Washington tem por intolerável; há atritos nas relações entre a França e a Inglaterra, considerando a primeira que os *contactos especiais* anglo-americanos são prejudiciais à *construção* da Europa, e pensando a segunda que a atitude francesa dentro do Mercado Comum é atentatória dos interesses britânicos; e há turbulência na América Latina, em particular no Brasil, onde o governo do presidente Quadros agrava uma demagogia que parece já não dominar. Mas de repente as atenções e a curiosidade do mundo concentram-se num acontecimento inédito: o major Yuri Gagarin, da Força Aérea soviética, acaba de aterrar na Rússia depois de haver feito uma órbita à Terra, num veículo de tipo novo, em pleno espaço cósmico, a uma altura de 300 quilómetros e a uma velocidade de 30 000 quilómetros por hora, tendo completado o seu *voo* em uma hora e vinte e nove minutos.

14

E a dura e ameaçadora diligência praticada pelos americanos no dia 7 de Março? Perante o silêncio de Salazar, e em face da solução da crise interna portuguesa, no Departamento de Estado em Washington o sentimento é de espanto, e perplexidade. Têm sido virulentos os ataques na ONU; houve o episódio do *Santa Maria;* desencadeou-se o terrorismo; está lançada uma áspera campanha internacional; os Estados Unidos criticaram Portugal

em público, votaram contra Portugal, e aplicaram pressão directa junto do governo de Lisboa; fora tentada uma conspiração: como se explica que não haja sido derrubado o governo português e se mantenha a mesma política? Depois, por outro lado, há a reunião da NATO, em Oslo, a 7 de Maio de 1961. Dean Rusk, secretário de Estado dos Estados Unidos, assedia o ministro português: insiste por reformas urgentes em África, assinala os riscos, dramatiza as dificuldades; e deixa cair palavras veladas sobre perigos futuros. Mas do lado português é reafirmada a mesma atitude, sem prejuízo de ajustamentos que não afectem a política básica. Muitas reformas, no sentido português, estão efectivamente em preparação; mas o governo de Lisboa teve que adiá-las, em virtude da própria pressão estrangeira, a que não poderia ceder, sobretudo quando aplicada por uma grande potência, ou por meios internacionais, como os da ONU. E na reunião, perante todos os seus colegas da NATO, o ministro português pergunta em que consiste e que valor tem a solidariedade restrita e limitada a algumas áreas. Recorrem então os Norte-Americanos a Paris e Londres. Junto dos governos francês e britânico, o governo de Washington solicita-lhes que por seu turno exerçam em Lisboa pressões idênticas. Paris e Londres concordam com os Estados Unidos sobre a importância e a gravidade da situação na África portuguesa; mas exprimem reservas quanto à possibilidade de forçar Portugal a inflectir a sua política, não vendo para mais vantagem na derrocada do governo e do regime português. Promete o governo francês explicar em Lisboa os motivos por que abandonou a política de assimilação para adoptar a de autodeterminação nos seus territórios africanos; e espera que por esta via o governo de Lisboa compreenda o pensamento de Paris. De seu lado, o governo de Londres cinge-se a dizer em Washington que o problema será discutido durante uma próxima visita oficial a Lisboa do secretário de Estado britânico, Lorde Home. Num ponto é idêntica a reacção de Paris e Londres: ambas se recusam a formular publicamente quaisquer críticas à política africana de Portugal. E ao Departamento de Estado, perante estas duas atitudes e o calmo silêncio português, não ocorre dar qualquer novo passo no seguimento da sua diligência de 7 de Março.

Em Lisboa, encaminha-se para o seu termo o rescaldo do *13 de Abril*. Na primeira quinzena de Maio, a 11, chega a Portugal o vice-chanceler e ministro de Economia da Alemanha Federal, Ludwig Erhard. É o homem do *milagre económico* do ressurgimento germânico, e nos meios da democracia-cristã alemã não há dúvidas de que será o sucessor do velho chanceler Adenauer, já nos seus oitenta e cinco anos. Erhard faz algumas das visitas turísticas rituais: Jerónimos, Museu dos Coches. Mas os seus propósitos são sobretudo de ordem económica e financeira. «*Estamos à vossa disposição para o desenvolvimento económico do vosso país*», diz Erhard. Visita a Siderurgia Nacional, outras instalações fabris. Tem longa conversa com o chefe do governo: é uma entrevista de dois técnicos de economia e finanças. Diz depois o ministro alemão: «*Salazar sabe mais de economia e finanças do que eu. Os meus «modernos» processos de desenvolvimento económico já Salazar os ensinava há quarenta ou cinquenta anos*». Mas a visita de Erhard é preenchida com sessões de trabalho. Em sucessivas reuniões com uma comissão portuguesa — presidida por Pedro Theotónio e de que fazem parte Pinto Barbosa, Ferreira Dias, outros membros do governo — são estudados pela delegação alemã problemas portugueses de financiamento, implantação de novas indústrias, créditos a exportações para a Alemanha, e questões afins. Erhard já está autorizado pelo gabinete alemão, e abre a Portugal, sob a forma de financiamentos a projectos ou de empréstimos, créditos da ordem das centenas de milhões de marcos. Mas para o ministro alemão o momento alto passa-se fora de Lisboa: numa cerimónia com a pompa da praxe e o colorido da tradição, recebe em Coimbra, na Universidade, o grau de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Direito. Ferreira Dias é seu patrono. Para o governo de Lisboa, a visita de Erhard e a sua oferta representam, no plano económico e no plano político, duas pedras de alto valor.

Tem também significado, e ainda de maior vulto, um outro visitante que Lisboa recebe uma semana mais tarde: é Lorde Home, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra. Homem de grande distinção pessoal, escocês com um passado secular, defensor convicto da aliança luso-britânica, figura emi-

nente do Partido Conservador (1), Home a todos impressiona pelo tacto e compreensão dos problemas. Durante quase duas horas, Home conversa com Salazar. À parte os problemas de repercussão mundial — relações Leste-Oeste, embaraços que a União Soviética põe ao acesso a Berlim, crise no Sudoeste Asiático, questões europeias — a mais larga parte da entrevista é dedicada à África. Home formula perguntas: qual a situação de momento? como vê Portugal o futuro próximo? que medidas ou reformas tenciona o governo português tomar ou pôr em execução? Salazar é extenso nas respostas: explica com minúcia as diferenças fundamentais entre Portugal em África e *outros países* em África, e que justificam um *caso português* a que se não podem aplicar os ditames da ONU ou a demagogia em curso. Home pergunta se Portugal está preparado para enfrentar dificuldades. Salazar responde que as tem por inevitáveis durante muito tempo. E em nenhum momento toma Home qualquer atitude de pressão, e muito menos de ameaça. No mesmo teor se desenrolam as suas conversas nas Necessidades. E no discurso público que faz, o secretário de Estado tem o sentido de medida e de equilíbrio. Home diz: «*Partilhámos* (portugueses e britânicos) *muito da História e prestámos grandes serviços ao mundo, disseminámos a Cristandade e a Civilização, o Comércio e a Cultura para lá dos mares*». Está em Lisboa ainda há pouco tempo mas «*já entrevi alguns dos quinhentos anos de História que tão justamente vos orgulham*». Sim: «*a minha visita a Portugal coincide com uma ocasião de ansiedade e preocupação para Portugal, mas é feita com amizade*». Nada dirá para alento de quantos desejam somente criar desentendimento entre amigos; e «*não contribuirei com uma vírgula para os projectos comunistas em África, que têm por fim apenas promover a discórdia e a luta como meio de alargar o seu poderio*». «*Há que recordar ao mundo a razão por que os Europeus se encontram em África e tudo quanto lá têm feito. A verdade é que a África moderna não existiria se não fosse o espírito de aventura e descoberta e a ânsia criadora do Europeu*». Está-se num período de transição, de problemas diferentes, de novas forças desencadeadas pelo mundo. «*Estamos*

(1) Seria primeiro-ministro e novamente secretário de Estado.

nós engolfados nestas pressões e dificudades e eu não poderia vir a Lisboa ou falar-lhes hoje sem exprimir a V. Ex.ª e ao povo português o nosso profundo pesar pelos trágicos acontecimentos que se estão desenrolando em Angola, pelas perdas de vidas e pelas graves dificuldades que se deparam perante vós». Nestes problemas, é diferente a experiência britânica, é diverso o método seguido, são outros os objectivos a atingir. Nada disto quer todavia dizer que a maneira britânica seja *«a única maneira ou seja necessariamente a melhor maneira para todos»*. É diferente a França. E *«os portugueses poderão delinear uma outra política»*: um programa baseado no progresso social e económico que em si constitui um alvo político que junta os povos para aceitarem responsabilidades. E a velha aliança luso-britânica? Conclui o secretário de Estado: *«Estou certo de que a nossa antiga Aliança, fortalecida e desenvolvida pela mais vasta Aliança Atlântica dos nossos dias, provará mais uma vez o seu valor»*, e contribuirá para que os dois países e a Europa continuem a defender, no futuro como no passado, as mesmas tradições espirituais e políticas. E noutra oportunidade, Home recorda que Portugal é *«o mais velho aliado do meu país»*, uma nação que *«é nossa aliada há seiscentos anos»*. Realizada pouco após a visita do vice-chanceler alemão Erhard, a de Lorde Home, representando outro grande país europeu e velho aliado, vem reforçar e consolidar a posição política interna e internacional do gabinete de Lisboa.

Correm as semanas, e em Washington o Departamento de Estado resolve fazer o ponto da situação portuguesa. Com data de 29 de Maio de 1961, e para orientação de Kennedy e de Dean Rusk, é preparado um documento interno secreto, que procura sintetizar a atitude dos Estados Unidos. Começa: *«Até agora, os esforços dos Estados Unidos no sentido de persuadir o Governo de Salazar a adaptar, nos seus territórios africanos, a sua arcaica política colonial às forças do nacionalismo, não produziram quaisquer resultados construtivos. Em vez disso, os portugueses parecem mais do que nunca resolvidos a resistir às forças da mudança»*. E continua o Departamento de Estado, referindo-se ao *13 de Abril*: *«O Gabinete foi expurgado de todos os elementos que criticavam a política reaccionária do Governo, tanto interna como ultramarina»*. Têm sido aumentadas as forças de segurança em Angola, que

se entregam a uma áspera repressão militar, e «*milhares de negros e centenas de brancos*» têm sido mortos. «*As críticas feitas pelos Estados Unidos à política africana de Portugal no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral, e o nosso voto apoiando a resolução sobre Angola, têm sido amargamente ressentidos pelos portugueses e são tensas as relações luso-americanas*». Em privado, «*alguns funcionários portugueses têm minimizado perante o nosso Embaixador*» as atitudes tomadas na imprensa e pela opinião pública portuguesas contra os Estados Unidos, e «*têm afirmado o desejo de Portugal de manter relações amistosas com os Estados Unidos*». Portugal ainda não ameaçou abertamente retirar-se da NATO. De tudo, o resultado positivo dos «*nossos esforços até agora tem sido o de melhorar a nossa imagem junto dos países afro-asiáticos. A nossa clara posição nas Nações Unidas quanto à política africana de Portugal e o nosso voto na resolução sobre Angola constituíram importante contribuição para reparar o prejuízo que o prestígio dos Estados Unidos sofreu por tentarmos fugir ao problema das independências*». Portugal ainda não respondeu formalmente à diligência praticada em 7 de Março de 1961 junto de Salazar, comenta o Departamento; e no encontro de Oslo o ministro português reafirmou a mesma política, e sublinhou que a continuada pressão dos Estados Unidos teria por efeito atrasar toda e qualquer reforma. Sugere o Departamento de Estado no seu relatório confidencial: «*Nesta altura, é duvidoso que possa haver qualquer utilidade em aplicar novas pressões contra Portugal, quer no plano bilateral ou nas Nações Unidas. Devemos agora dar a Portugal um tempo razoável para ver se consegue de facto restaurar a ordem pública em Angola e se então está preparado para se lançar num programa de reformas de longo alcance*». E conclui: há indicações de que os afro-asiáticos querem uma nova reunião do Conselho de Segurança, e «*há fortes indicações de que vários países africanos estão preparados para ajudar a rebelião com armas e dinheiro*», e por isso o Departamento está estudando planos de emergência «*para enfrentar a possibilidade de um colapso completo da autoridade e da ordem pública em Angola*».

Mas as visitas de Erhard e de Home têm reflexos internos e externos. Dir-se-ia que a oposição democrática tradicional se sente constrangida; e o seu *Programa para a Democratização da Repú-*

blica não tem eco na opinião pública em geral. Por outro lado, havendo mantido desde há meses um ataque sem freio contra o regime português e a política de Portugal em África, a grande imprensa mundial começa a atentar com mais caso na situação portuguesa. Mesmo governos hostis principiam a reflectir: o governo de Jânio Quadros permite que Negrão de Lima visite Angola. E surgem jornalistas estrangeiros, alguns órgãos de consequência acreditam os seus correspondentes em Portugal. Destaca-se *The New York Times*, o mais poderoso jornal dos Estados Unidos, que envia para Lisboa um dos seus colaboradores de mais nomeada, Benjamin Welles, homem hábil, profissional sério, sem prejuízo do seu americanismo de raiz. Welles solicita uma entrevista de Salazar, e este, embora com relutância, aceita conceder-lha, cedendo à pressão feita nesse sentido pelas Necessidades. Welles avista-se longamente com Salazar, em mais de uma ocasião, e leva escritas as suas perguntas; e em poucos dias o chefe do governo entrega as suas respostas. Que se diz nessa entrevista? (1) Pergunta Welles: a crise de Angola será resolvida por meios militares somente ou encaram-se reformas políticas, sociais e económicas e, neste caso, quais? Resultam de acção terrorista desencadeada de fora os acontecimentos de Angola, diz Salazar, e estes revestem-se de tal violência que o uso de meios militares se impõe como solução imediata. Trata-se apenas de punir criminosos, restabelecer a paz, proteger vidas e bens. Retomadas as actividades pacíficas, nada obsta a que prossiga o «*esforço reformador*» em que a Nação está de há muito empenhada. E as reformas serão no sentido de «*interessar as populações cada vez mais na vida política e administrativa local*», de executar programas de elevação social, em particular no ensino, saúde e habitação; e de desenvolvimento económico, com recursos da Província, da Metrópole, ou de financiamento externo. Se a pacificação militar houver de ser prolongada, o facto atrasará as reformas? Salvo pelo que seja imposto por momentâneas condições de vida nalguns distritos, não haverá

(1) O texto é publicado em 31 de Maio de 1961, e reproduzido largamente na imprensa portuguesa. Foi exigido de Welles que nenhuma resposta poderia ser truncada: ou era toda eliminada juntamente com a pergunta, ou ambas eram publicadas na íntegra. Aceitou Welles o compromisso, e cumpriu-o.

motivo para adiamentos. Nova pergunta de Welles: segundo dados oficiais, é apenas de 6% a população de Angola que tem plenos direitos de cidadania: são os brancos e os «*assimilados*»: como se explica este facto? Adivinha-se na pergunta, replica Oliveira Salazar, o pressuposto de que o atributo de direitos de cidadania só por si resolveria todos os problemas. Não é assim. Não importa conceder direitos que não possam ser efectivamente exercidos, com as responsabilidades e deveres que impõem; e não vale a pena recorrer a aparências ou subterfúgios, embora adornados de índices estatísticos. Sendo assim, ou a «*concessão de direitos de cidadania corresponde a uma evolução real e por isso mesmo duradoura, ou então as populações ficam sujeitas ao risco de um retrocesso e ao regresso ao tribalismo*». Não são poucos os exemplos deste tipo. «*A única forma segura de os evitar parece ser a da evolução — da mesma forma por que se processou a evolução política e social dos povos mais avançados da actualidade que houveram de atravessar dificuldades até emergirem na plenitude da sua personalidade*». «*Um decreto a reconhecer a cidadania faz-se em minutos e pode fazer-se já; um cidadão, isto é, um homem plena e conscientemente integrado numa sociedade política e civilizada leva séculos a fazer*». Mas Welles insiste: orgulhando-se Portugal de estar em Angola há cinco séculos, como se explica que os «*assimilados*» constituam apenas 2% da população? (1) Replica Salazar: os portugueses estão em África sem dúvida desde há cinco séculos, e um conceito os portugueses desde logo levaram para ali: «*o da igualdade dos homens qualquer que fosse a sua raça ou cor*». Mas tudo só tomou corpo, quanto a Portugal como a outros povos europeus, durante o século XIX, e «*foi portanto a partir dessa data que começou a aplicar-se a política de assimilação*». E tal política deu as suas provas: no Brasil, o mais vivo

(1) Era este um argumento a que mesmo muitos portugueses sucumbiam, e perante o qual ficavam perturbados. Ora tomando como base o ano de 1961, e recuando cinco séculos, estava-se no ano de 1461. E era então de perguntar: em 1461, ou mesmo 1561, ou 1661, os problemas já se punham da mesma maneira? Em matéria de direitos humanos, de liberdade, de democracia, etc. — qual era a situação da Europa em 1461? Isto é, desejava-se que Portugal houvesse resolvido em 1461 problemas que apenas surgiram e se punham cinco séculos mais tarde.

exemplo de sociedade multirracial; em Goa, onde uma cultura luso-indiana mantém a sua individualidade «*custe a quem custar*» (1); e Cabo Verde é um exemplo dos altos valores culturais que podem resultar do harmonioso contacto de etnias e culturas diferentes. Há por outro lado que respeitar as estruturas sociais, os usos e costumes locais; e daí um regime provisório de contemporização. Trata-se assim de um sistema de defesa de populações, e daí a justificação do reduzido número de assimilados, que todavia na realidade será mais elevado, «*embora não tanto como desejaríamos*». Welles altera o campo do seu interrogatório. Pergunta agora: há instigação estrangeira da rebelião, mas a esta aderiram «*muitos milhares*» de nativos: deve-se o facto a descontentamento económico, ou político, ou a ambos? Não são assim tantos milhares como se supôs, porque de início se confundiram nativos com os vindos de fora, enquanto outros foram vítimas de uma intimidação, a que se eximiram logo que restabelecida a autoridade. «*Sabe-se*», acentua Salazar, «*onde funcionam os organismos de direcção, os campos de instrução, os serviços de recrutamento, tudo em território estrangeiro*»; apenas «*não se sabe tão precisamente, salvo em alguns casos, quais as fontes de financiamento, de que aliás se suspeita*». Noutro plano, Welles pergunta: Portugal teria sido avisado há meses de que se preparava uma rebelião, e como se explica que fosse tão reduzida a guarnição de Angola? Era Portugal acusado de repressão, comenta Salazar, por aqueles mesmos que, surpresos das poucas forças existentes, o acusam agora de negligência. Sim: os efectivos não excediam 8000 homens, de que 5000 eram negros (2). Mas a verdade, por mais que muitos se amofinem, «*é que a paz existente nas províncias portuguesas de África era uma paz real*», resultante do sentimento colectivo de unidade e comunidade de interesses e propósitos. Por isso o principal alvo dos terroristas consiste em deitar por terra o trabalho de séculos de convivência racial. Mas importa «*reconhecer que deveríamos*

(1) Alusão às reivindicações indianas sobre Goa, e às reclamações do primeiro-ministro Nehru.

(2) Há aqui uma pequena diferença das cifras de Salazar em relação às fornecidas pelas autoridades militares (ver atrás), parecendo mais exactas as destas últimas.

ter-nos prevenido melhor quando verificámos estar no uso corrente da comunidade internacional, e sem protesto seja de quem for, a organização, aliciamento e instrução de bandos destinados a exercer actos de terrorismo e a tentar subverter as instituições dos países estrangeiros em paz». Aproxima-se do fim a entrevista. Mas Welles formula ainda algumas perguntas. Por que foi alterado o termo de *Colónia* para *Província?* Poderá pensar-se nuns *Estados Unidos de Portugal,* com a sua capital em Lisboa, mas com mais autonomia local para os territórios componentes? Esclarece Salazar: o termo colónia é usado esporadicamente, regressou-se apenas ao termo tradicional de província; o sistema administrativo não tem sido imutável; em 1914, 1933, 1951, 1953 foram alargadas as autonomias locais; e o que foi instituído *«tenderá ainda a evoluir em harmonia com o progresso realizado nos domínios político, económico e social, a caminho de formas mais elevadas de autonomia; mas estas só existirão de facto na medida em que correspondam ao grau de adiantamento das populações».* E a política americana? Pode o primeiro-ministro, pergunta Welles, recomendar aos Estados Unidos uma qualquer política quanto à África? Verdadeiramente, reage Salazar, *«para falar com franqueza, ainda não sabemos bem qual é exactamente a política americana em relação à África»;* para avaliar pelos *«resultados obtidos, creio não poder afirmar-se que a política africana dos Estados Unidos tenha experimentado grande êxito quer no ponto de vista dos interesses americanos e ocidentais quer, e isso é o mais importante, dos interesses das populações em causa».* Quanto a recomendar uma política, *«nunca ousaria apontar aos Estados Unidos uma política a seguir; afigura-se-me no entanto que deveria buscar-se um entendimento nesta matéria, para evitar situações que podem ser prejudiciais ao mesmo tempo aos Estados Unidos, ao Ocidente em geral e à Nação Portuguesa».* Importa saber se os princípios americanos e os portugueses, quando não coincidentes, são ambos justos ou não: se se concluísse pela afirmativa, parecia que se não deveriam sacrificar uns a outros. Welles formula duas perguntas derradeiras: há a intenção de formar entre Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e África do Sul uma África Austral *dominada por brancos?* Tendo em vista as críticas da ONU e a força do voto afro-asiático, encara o primeiro-ministro a possibilidade de Portugal abandonar a ONU ou

será mais provável que ignore as críticas estrangeiras? Salazar conclui: Portugal partilha dos ideais da Carta das Nações Unidas, e por isso lamenta que os mesmos estejam sendo deturpados; de momento não está posta a questão de Portugal abandonar o organismo; «*mas também nunca estará a de Portugal trair os seus princípios, as suas populações, e os próprios ideais da Carta, apenas para dar satisfação a críticas sem fundamento*», que escondem erupções racistas ou imperialismos disfarçados de humanitarismo.

Antes de as enviar ao *New York Times*, Benjamin Welles corre à embaixada dos Estados Unidos em Lisboa, e mostra a Elbrick as respostas dadas por Oliveira Salazar. Elbrick considera a entrevista como um primeiro passo para o anúncio e execução de reformas ultramarinas; e pensa que se lhe seguirá um importante discurso de Salazar perante a Assembleia Nacional, que seria solicitada a aprovar rapidamente a nova legislação que o governo lhe submeteria. Por outro lado, há passagens nas respostas de Salazar a que a embaixada e o Departamento de Estado emprestam vasto significado. Referências à evolução política e social, à participação crescente das populações na vida política e administrativa local, aos planos de ensino e de saúde e habitação, ao recurso a financiamento externo, ao caminho para formas mais elevadas de autonomia — tudo isto leva o governo de Washington, quando conhece a entrevista, a concluir que as pressões exercidas principiam a produzir bons resultados. Para o Departamento de Estado, não pode ser outra a interpretação: Oliveira Salazar prepara o terreno, no plano interno, para mudar de política e aceitar o conceito de autodeterminação, tal como imposto pelas Nações Unidas. Com brandura e serenidade, há que acentuar as pressões sobre Lisboa. E impõe-se também que os funcionários americanos na África continuem a agir junto dos revolucionários. Neste particular, os representantes portugueses em alguns países africanos colhem numerosos indícios sobre os contactos entre uns e outros. Está particularmente bem esclarecida neste ponto a embaixada portuguesa em Léopoldville. Através de meios congoleses, obtém numerosos documentos do mais alto interesse para o governo português, e que envia para Lisboa. Entre todos, dois prendem a atenção de Oliveira Salazar: uma acta ou protocolo de um entendimento ou acordo político entre o encarregado de negócios ame-

ricano em Léopoldville e o chefe do movimento terrorista, Holden Roberto, que ataca no Norte de Angola, discriminando subsídios financeiros e fornecimento de armas; e o original do passaporte emitido pelo ministério do Interior da Tunísia, a favor de Joe Gilmore, nome de guerra de Holden e em que estão apostos vistos de vários países, entre os quais e antes de todos o dos Estados Unidos. Oliveira Salazar considera os documentos, medita, e diz: «*Guardamo-los como se de nada soubéssemos, para os usarmos na altura própria. Que bela coisa!*» (1)

A este tempo, Adriano Moreira, tendo percorrido a zona dos *acontecimentos* em Angola, regressa a Lisboa, e propõe que sejam reunidas numa só pessoa as funções de governador-geral e de comandante-chefe. Sendo um civil, o governador Silva Tavares tem de ser substituído, sem prejuízo do apreço que merece ao governo central o seu comportamento calmo e corajoso durante o período de pânico. Para lhe suceder, o Conselho de Ministros de 6 de Junho de 1961 aprova a escolha do general Venâncio Deslandes, de momento embaixador em Madrid. E também é julgado oportuno que Sarmento Rodrigues apresse a sua ida para Moçambique, nome como é de prestígio nos negócios ultramarinos. Antigo governador da Guiné e antigo ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues vê a sua partida rodeada de aparato significativo: compacta multidão, de todos os quadrantes políticos, vai saudá-lo à despedida para lhe testemunhar o seu apoio. E no acto de posse de Deslandes, são firmes as afirmações de Moreira: «*o que está realmente em causa é a definição das zonas de expansão das grandes potências*». E dirigindo-se a Deslandes: «*V. Ex.ª leva o encargo de esmagar o terrorismo com todos os meios ao seu alcance*». Responde o novo governador-geral e comandante-chefe: «*Em Angola, todos saberão cumprir o seu dever*».

Neste entremeio, intensificam-se os esforços afro-asiáticos, nas Nações Unidas, para conseguir uma nova reunião do Conselho

---

(1) Ao contrário do que se possa pensar, as informações obtidas em Léopoldville, os documentos, as infiltrações nos meios congoleses, não provinham de actividades da Polícia Internacional e Defesa do Estado, ou de qualquer agente seu. Tudo era devido à rede de informadores locais conseguida pela embaixada.

de Segurança contra Portugal. Justifica-se o seu objectivo: condenando a política portuguesa, já haviam feito aprovar numerosas resoluções na Assembleia Geral e noutros órgaãos da ONU; mas ainda não possuíam uma resolução antiportuguesa emanada da mais alta instância da organização e que ligasse a atitude do governo de Lisboa às questões de paz e de segurança. São bem sucedidos aqueles esforços: os afro-asiáticos encontram o apoio do bloco socialista, o encorajamento de muitos latino-americanos, a passividade do bloco europeu. Em 6 do mesmo mês de Junho, reúne-se o Conselho de Segurança e repete-se a virulência do ataque a Portugal. São repisadas até à sufocação as acusações do estilo afro-asiático: opressão, massacre, subdesenvolvimento, genocídio, perigo para a paz do mundo. Não deixa de intervir a delegação dos Estados Unidos: há críticas à política portuguesa, há o empenho em que Portugal alinhe com os novos tempos, há a advertência ao governo de Lisboa para que aceite a autodeterminação de Angola. Prolonga-se por três dias o debate. Ao fim, e oficialmente preparado pelo bloco afro-asiático, é submetido ao voto um projecto de resolução. Este deplora profundamente os massacres em larga escala em Angola; declara que por virtude daquele facto há grave preocupação em todo o continente africano e noutras partes; este estado de coisas causa fricção internacional e ameaça a paz e a segurança do mundo; reitera a doutrina de resoluções anteriores sobre territórios não-autónomos e a transferência para os seus habitantes de todos os poderes de soberania; insta com o *subcomité dos cinco,* designado pela Assembleia Geral em Abril, para actuar com urgência e proceder ao inquérito que lhe foi cometido, e convida o governo português a colaborar com aquele; e manifesta a esperança de que seja resolvida pacificamente a situação em Angola, e de harmonia com a Carta. Posta ao voto, é aprovado o texto com as vozes favoráveis da União Soviética, República Árabe Unida, Libéria, Ceilão, Chile, China, Equador, Turquia e Estados Unidos; e abstêm-se a França e a Inglaterra. Dispõem agora os países afro-asiáticos de um documento em que o mais eminente órgão da ONU condena Portugal. Repisaram os Estados Unidos a sua atitude, de duplo significado: mantém a pressão sobre o governo de Lisboa, assinala aos afro-asiáticos que por parte de Washington têm o caminho livre. Fiéis à

reserva expressa com que acolheram as diligências norte-americanas, e de harmonia com a cordialidade demonstrada para com o governo de Lisboa, a França e a Inglaterra não votam a resolução, sem cuidar assim do desagrado de alguns afro-asiáticos. Portugal reitera o seu ponto de vista: o Conselho de Segurança excedeu os seus poderes, violou a Carta, e não é possível reconhecer a procedência da resolução.

Enquanto decorrem os ataques em Nova Iorque, aterra em Lisboa, para uma visita oficial, o novo secretário-geral da NATO, Dirk Stikker (1). Este é homem de experiência, conhecedor da política americana; e compreende as implicações e a complexidade dos problemas de África. Despende meia-manhã com Oliveira Salazar, com quem depois almoça numa quase intimidade, e somente com alguns ministros. Salazar agrada-se de Stikker: a tarde está calma e luminosa: e Salazar leva o secretário-geral, com os demais convidados, para o caramanchão ao fundo do parque da residência. Das conversas emerge como preocupação central um tema básico: como evitar a contradição entre a solidariedade que a NATO impõe aos seus membros e as atitudes inamistosas ou mesmo hostis que alguns tomavam para com outros. Salazar reconhece que a Aliança limita a uma área geográfica precisa a *solidariedade militar*, e que nenhum auxílio militar, ou mesmo económico, são uns aliados obrigados a prestar a outros por virtude de prolemas suscitados fora daquela área; pode ainda conceber-se que nem sequer solidariedade política haja que ser *expressa* quanto a tais problemas; mas daqui não decorre que os aliados sejam livres de se hostilizarem em tudo o que se situe para além das coordenadas geográficas definidas pelo tratado. Portugal não pede nada, não solicita ajuda militar ou outra: mas não seria possível que os seus aliados, se julgam de seu interesse não o apoiar, ao menos se abstenham, e se conservem silenciosos? Stikker compreende, dá razão a Salazar. Mas explica: julgam muitos que é irresistível a força do nacionalismo africano e que, apoiando-o, melhor o atraem para o

(1) Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda e embaixador do seu país em Londres. Sucedera havia pouco a Paul-Henri Spaack, que regressara à actividade política no seu país, e retomara as funções de ministro dos Estrangeiros da Bélgica.

lado do Ocidente; se essa força não for apoiada, ou for hostilizada, o facto apenas aproveitará à União Soviética, que apareceria como paladina única da independência dos povos africanos; o objectivo é evitar que o comunismo se infiltre em África e que Moscovo aí se instale; e como a política portuguesa *parece* contrariar tudo isto, alguns aliados sentem-se levados a criticar a política africana de Lisboa. Salazar pergunta se Stikker pensa que o comunismo terá facilidade em penetrar em áreas portuguesas de África. Não, responde o secretário-geral. Salazar pergunta se Stikker pensa que, uma vez tornados independentes todos os territórios e uma vez assim *liberto* todo o continente, a União Soviética se desinteressará de África e não procurará mais interferir, ou influenciar alguns dos novos países. Também não, admite Stikker, a Rússia nunca se desinteressará da África. Então, conclui Salazar, há outros motivos para a hostilidade de grandes potências ocidentais contra Portugal em África. Mas o secretário-geral vai ao encontro de Salazar: há de facto contradições dentro da Aliança; há que resolvê-las, ou circunscrevê-las a um mínimo tolerável; sobretudo há que mostrar ao adversário uma frente unida; e a essa luz e nesse sentido se empenhará no cargo. Vai de Lisboa para Washington: não deixará de dizer aí as palavras apropriadas. E é igual o teor das conversas que Stikker trava nas Necessidades. No banquete que lhe é depois oferecido, Stikker afirma no seu discurso: «*A luta contra a penetração e expansão comunistas estende-se da Ásia à América Latina passando pela África*». E tem a coragem de acrescentar: «*Nenhum país tem maior experiência do que Portugal em assuntos ultramarinos*».

Dias mais tarde, Oliveira Salazar completa verdadeiramente a remodelação ministerial iniciada em 13 de Abril e prosseguida em 4 de Maio. Em 14 de Junho de 1961, é anunciado que Pedro Theotónio Pereira abandona as funções de ministro da Presidência para, com o acordo já obtido do governo americano, ser nomeado embaixador em Washington. Pedro Theotónio volta assim a desempenhar o cargo que já ocupara em 1949: trata-se, num momento crítico das relações luso-americanas, de aproveitar o seu conhecimento dos Estados Unidos e os contactos pessoais

que ali estabelecera e continuara a cultivar (1). É abolido o cargo de ministro da Presidência, e criado o de ministro de Estado adjunto do presidente do Conselho. Para este, como previsto, é designado José Correia de Oliveira. Outra alteração de estrutura é também feita: o subsecretariado de Estado da Aeronáutica é elevado a secretaria de Estado. E nesta é confirmado, como secretário de Estado, o coronel Kaulza de Arriaga.

Nos princípios daquele Verão de 1961, Oliveira Salazar sente que reencontrou o seu caminho político.

15

Sem embargo do desastre que fora a invasão de Cuba, Kennedy prossegue a política da *nova fronteira,* e busca noutras áreas os sucessos que recomponham o seu prestígio embaciado. Apresenta-se-lhe como útil uma viagem à Europa: pode afirmar a sua personalidade entre os aliados, pode tentar o esboço de uma negociação de envergadura com a União Soviética. Ainda em Junho, Kennedy avista-se com De Gaulle em Paris. Kennedy está sobretudo preocupado com o problema da Indochina. Há crise no Laos e no Cambodja. Mas as dificuldades maiores são as do Vietname: cada vez é mais intenso o esforço americano, em homens e material, para defender Saigão contra Hanói. No plano militar, parecia difícil a vitória. Poderia negociar? E se os Estados Unidos abandonassem a partida, renegando os seus compromissos, não teria o facto repercussões por toda a Ásia, desde as Filipinas à Tailândia, desde o Japão à Malásia, ao Paquistão, mesmo ao Irão e à Turquia? Que fazer? E a China? Não estava esta a prover-se de uma bomba atómica? De Gaulle, em nome da experiência francesa, é partidário da negociação e da retirada. Fala-se de Portugal, de Angola.

(1) À frente da embaixada em Washington estava Luís Esteves Fernandes, homem de grande inteligência mas desiludido e céptico. A este é oferecida Londres. Estando próximo do limite de idade, Esteves Fernandes recusa, e prefere a aposentação.

Kennedy deseja que a França colabore com os Estados Unidos em conseguir uma alteração da política portuguesa em África. De Gaulle recusa-se. De Paris, Kennedy passa a Viena, trava a sua grande confrontação com Krushev. Há emoção no mundo, e curiosidade. Aqueles dois homens dispõem da paz e da guerra. Kennedy quer conhecer e avaliar Krushev; este quer medir o novo e jovem presidente americano, e acaso tentar impressioná-lo, e intimidá-lo. Para Washington e Moscovo, é fundamental o problema do armamento nuclear e seu controle; e Kennedy pretende não deixar no chefe russo quaisquer dúvidas de que os Estados Unidos se baterão pela liberdade de Berlim Ocidental, como símbolo da solidariedade atlântica. Não são espectaculares os resultados de Viena, e dir-se-ia que Kennedy aparece a Krushev como ingénuo, ou manejável com astúcia e habilidade.

Mas noutra parte do mundo, e para Portugal, não têm menos importância os desenvolvimentos políticos. Há alguma efervescência na América Latina. No Brasil, agita-se a política interna. Jânio Quadros mantém sempre a sua animadversão para com Lisboa. Declara que se permitiria toda a liberdade de votar contra Portugal «*porquanto o único conceito do meu governo é o da autodeterminação dos povos*». Mas agora Quadros está em dificuldades: a sua demagogia, na política externa como interna, conduziu ao caos administrativo, ao aumento de preços, à inflação, ao conflito com o Congresso brasileiro. Perante os vivos protestos e manifestações da opinião pública, parece inevitável a demissão do presidente Quadros; e ao vice-presidente João Goulart pertence constitucionalmente assumir o poder. Alguns senadores e deputados brasileiros, convidados a visitar Lisboa e Angola pelo governo português, afirmam que a política do Brasil para com Portugal se alterará; mas as informações que chegam a Lisboa sobre Goulart, também demagogo e de visão primária, não autorizam optimismo por parte do gabinete português. É provável que se não mantenha a rigidez de Quadros, decerto, e em qualquer caso a política brasileira terá perdido a sua virulência, com repercussões noutros países da América Latina. Mas em relação a estes, outro problema se levanta, e mais instante: Fidel de Castro, com a ajuda soviética, está a tentar exportar para aquelas nações a revolução cubana. Se bem sucedido, novas crises serão de esperar entre as

nações da América do Sul. Para combater essa penetração, Kennedy lança a *Aliança para o Progresso,* destinada a promover, com o auxílio dos Estados Unidos, o desenvolvimentos dos países latino-americanos. Significa o facto que a confrontação russo-americana ganha a América do Sul. Stikker já o anunciara publicamente em Lisboa.

Mais funda preocupação causa em Portugal a instabilidade do continente africano. Não diminui o caos e a agitação da República do Congo, onde são inoperantes as forças das Nações Unidas. E surgem novos focos de perturbação. Está incerta a situação na Federação das Rodésias e da Niassalândia; os afrontamentos raciais em toda a África Austral são sangrentos; e sucedem-se as revoluções, os golpes de Estado, os assassinatos políticos nas antigas colónias francesas e inglesas. E na Argélia a política de De Gaulle, não obstante os atentados e as destruições provocadas pelo *Exército Secreto,* aproxima-se da concessão da independência ao país.

16

À luz pública, Oliveira Salazar desenvolve intensa actividade. São os encontros com altas figuras internacionais, as conversas constantes com os seus conselheiros e amigos políticos, as entrevistas com os responsáveis da *União Nacional.* Como obsessão suprema, a defesa de Angola, e do Ultramar em geral (1). Com assi-

(1) Depois de cruzar o Norte de Angola em mil sentidos, com os seus «*voluntários de Moçambique*», Jardim traça para Salazar, numa longa carta de 10 de Maio de 1961 (portanto cerca de dois meses após o inicio dos *acontecimentos),* o quadro de Angola naquele momento. Escreve Jardim: «*Parto daqui com preocupações agravadas sobre o nosso futuro no Ultramar, ao qual se prende a nossa sobrevivência como Nação*». Mais adiante: «*Considero que só por muita felicidade nossa se verificaram circunstâncias, ainda não bem definidas, que impediram terem sido mais pesados e decisivos os efeitos da agressão inicial*». Depois: «*O que desorienta e surpreende é a nossa incapacidade para dominar a situação, concretizada pela imprevisão quanto aos meios e, mais grave ainda, pela má*

duidade, recebe para longas horas de trabalho o general Gomes de Araújo. Reforços consideráveis são enviados para África. Sucedem-se os embarques de unidades. E a embaixada dos Estados Unidos está atenta: os seus informadores vigiam sem descanso. Elbrick telegrafa ao Departamento de Estado: «*Quantidades substanciais de material militar, incluindo abastecimentos e veículos, estão sendo acumuladas nos cais de Lisboa junto de oficinas de manutenção para embarque para o Ultramar*». Elbrick chama a atenção do Departamento para os relatórios periódicos remetidos pelos serviços militares norte-americanos em Lisboa, de que constam as instruções enviadas, pela Defesa Nacional portuguesa, para operações militares em Angola e a montagem de dispositivos militares noutros territórios portugueses. Elbrick comenta ainda que os portugueses estão expedindo para África material fornecido ao abrigo do «*programa de assistência militar*» norte-americano, e que o Estado-Maior português já retirou algumas unidades da divisão afecta à NATO (1). Comenta o enviado norte-americano: trata-se de «*enfrentar a crise em Angola e de apoiar todas as medidas de segurança em Moçambique e Guiné*». E na verdade seguem para as províncias de África partidas maciças de material e munições. Mas através de tudo reivindica os seus

---

utilização daqueles que vão estando disponíveis». Há que compreender a população civil. Diz Jardim: «*Atingidas brutalmente, e com surpresa partilhada pelas autoridades, nas vidas e nos haveres, mesmo assim essas gentes revelaram uma capacidade de resistência e de decisão que, para além de aspectos de desorientação e até de pânico, não sei se encontram possível paralelo noutros territórios e não o tem, com certeza, nas zonas até agora atingidas em África pela onda do terrorismo subversivo*». Assim, «*a nossa gente — apesar de todos os defeitos, erros e maus processos que lhe são atribuídos e atribuíveis — aguentou o embate e ficou*»; «*e ficaram numa altura em que a razão serena mais justificaria que tivessem debandado*». «*A valentia desesperada de uns quantos e a felicidade milagrosa de algumas acções (em que ressalta o apoio aéreo) estiveram na base destes êxitos*». «*E assim vai tendo o sabor de vitória a fase que, mais confiadamente, agora se vive*». Mas é nesta prematura euforia da vitória que Jardim vê preocupações: «*não hesito em afirmar, preocupadamente, que Angola está à beira de se perder. E com Angola tudo se perderá*». Para o evitar, Jardim recomenda algumas remodelações de estruturas administrativas, aceleração de métodos de governo, adaptação dos militares à guerra de guerrilha.

(1) Do que aliás foi oficialmente informado o Comando Supremo da NATO.

direitos a política interna. E agora, nestes finais de Junho de 1961, os conselheiros políticos de Salazar mais uma vez insistem na necessidade que há, depois de quanto se tem passado, de que o chefe do governo se dirigia em pessoa à Nação. Oliveira Salazar, sempre com a aversão de quem toma remédio amargo, concorda, e inicia a recolha de elementos para um longo discurso. Consente entretanto em ser entrevistado para a cadeia de jornais *Hearst*, dos Estados Unidos.

Sim, começa por dizer o chefe do governo, são vários os Estados que se vangloriam de ajudar o terrorismo em Angola. A par destes, e por seu intermédio, actua o comunismo. «*Aliás, na entrevista de Viena, o Sr. Krushef disse claramente ao presidente Kennedy que o apoio às guerras subversivas era agora o método soviético, através do qual se pensava garantir o domínio mundial do comunismo*». E conhece o governo português os *chefes dos motins?* Sabe de alguns, indica Salazar, e sabe que frequentam Moscovo, Praga, Pequim, e os Estados Unidos. E especifica: «*Por exemplo: sabemos de um que viajava com passaporte de um país norte-africano, com o nome de Joe Gilmore; às vezes dá pelo nome de Rui Ventura; e quando obtém visto para entrar nos Estados Unidos — presumivelmente sob aquele nome de Gilmore e com a nacionalidade que lhe confere o passaporte de que é portador — passa a chamar-se Holden Roberto e é apresentado em outros círculos como patriota angolano*» (1). E Nkrumah? Que pretende? Tomar Angola para si próprio? Não se está no segredo das intenções daquele estadista africano. Mas Nkrumah proclama o desejo de formar os Estados Unidos de África e, não obstante as objecções de muitos, julga-se no direito de falar em nome de toda a África: «*temos aí todos os ingredientes de um novo imperialismo*». Pergunta depois o jornalista: que tem Portugal a ganhar em manter um tão longínquo território? e em que circunstâncias poderia conceder independência a Angola? Não se põe o problema em termos de lucros e perdas, diz o presidente do Conselho, Angola é uma parte da Nação portuguesa, e por-

(1) Salazar menciona Mário de Andrade, Viriato Cruz, além de Holden Roberto. O país norte-africano mencionado por Salazar era a Tunísia cujo governo emitira o passaporte referido.

tanto está abrangida por aquela solidariedade que liga todas as suas partes constitutivas. E quanto à segunda pergunta, e pondo de lado o problema português, importa ter presente que as independências se devem reger «*pelas leis da evolução histórica que, por sua vez, são condicionadas pelo grande desenvolvimento económico, social e político dos territórios e das populações*». Depois, em resposta a outras perguntas, Oliveira Salazar acentua que, a par do fomento do comércio, Portugal orientou sempre a sua acção no Ultramar pelo ideal da igualdade do homem perante Deus e a lei, sem discriminação racial e com assimilação espiritual pela interpenetração de culturas; afirma que «*os votos dos Estados Unidos contra Portugal na ONU causaram no povo português grande ressentimento, muito maior do que transparece na imprensa ou nas episódicas manifestações de rua*»; mas espera que, uma vez esclarecidos estes problemas na consciência americana, seja possível ao governo de Washington retomar o respeito pelos legítimos direitos de Portugal. Há o perigo de um golpe comunista em Portugal? Segundo a imprensa do mundo, comenta Salazar, a' conferência dos partidos comunistas há pouco efectuada em Moscovo concluiu que no momento actual há perspectivas revolucionárias em Espanha, Portugal, Itália, devendo-se utilizar as plataformas anticolonialistas que são Marrocos e Angola. Como fortalecer a NATO? A crise desta, pensa Salazar, não é militar mas política, e apenas se resolve pela solidariedade, mas de nada valerá se se confinar a áreas precisas enquanto o ataque ao Ocidente e sua civilização é global e permanente. E Portugal está sempre disposto a cumprir os seus compromissos, ainda que a opinião pública tenha o direito de o estranhar quando outros membros da Aliança quebram essa solidariedade.

Simultaneamente, Oliveira Salazar está preparando a declaração pública que resolveu fazer. Solicita dos ministros dos Estrangeiros e do Ultramar numerosos elementos: datas, estatísticas, factos. Pede também o aviso da nova Comissão Executiva da *União Nacional* (1). Por outro lado, e em virtude do condicionalismo externo, importa revestir de relevo político o discurso a

(1) Composta de Veiga de Macedo, presidente, e Vitória Pires, Costa Brochado, Cerveira Pinto, Nunes Barata, vogais.

pronunciar: falará para os portugueses, decerto, mas também para a ONU e sobretudo para os Estados Unidos: e convém por isso que as suas palavras sejam ditas no seio da representação nacional e com o apoio desta. Em reuniões sucessivas, aprova-o o Conselho de Estado. Américo Thomaz está de acordo, e em fins de Junho de 1961 a Assembleia Nacional é convocada em sessão extraordinária. Para mais, notícias desconexas recebidas em Lisboa, transmitidas principalmente pela embaixada de Portugal no Paquistão, são motivo de novo cuidado: o primeiro-ministro da União Indiana, Nehru, teria decidido, uma vez que se haviam esgotado ou mostrado improfícuos todos os outros meios, montar contra Goa uma operação de guerra, e tomá-la pela força. Pelo menos, alguns dos seus conselheiros mais extremistas ou mais aguerridos — como o cardeal Gracias ou o ministro da Defesa Khrishna Menon — exerciam forte pressão naquele sentido e Nehru estar-se-ia mostrando abalado, hesitante. Salazar considera Goa um jóia de família, e treme pela sua segurança e salvaguarda. «*Obrigar Nehru a fazer a única coisa que não pode — a guerra — é a única política que pode salvar Goa. Mas ele pode perder a cabeça, isso pode, e pode tomar Goa militarmente. Mas então será a sua destruição pessoal e a de toda a sua política. Quererá ele isso?*» De qualquer modo, haverá que incluir no discurso uma palavra sobre Goa, ao menos para reafirmar a política portuguesa. E em 30 daquele mês de Junho, Oliveira Salazar está perante os deputados: sereno como se jamais houvesse saído da rotina, nítido, apurado, no seu cabelo branco, no seu fato severamente escuro.

Compôs o seu discurso «*com profunda mágoa*», afirma o chefe do governo, e «*com perfeito sentido de responsabilidade*». E foi este que o aconselhou a não agravar qualquer país, a não entrar em críticas acerbas contra outros, de modo «*a não diminuir por qualquer forma os valores de que ainda se dispõe para salvaguarda do Ocidente*», isto é, a não enfraquecer o Ocidente exibindo perante o adversário a falta de coesão entre os Ocidentais, as contradições, os pontos fracos, e até os vícios. Mas em qualquer caso os direitos de Portugal têm de ser defendidos: «*pois, por definição e para nós, os direitos de Portugal sobrelevam aos demais*».

Recorda então Salazar, com minúcia, a actividade da ONU contra Portugal: resolução da Assembleia Geral de 15 de Dezem-

bro de 1960; reunião do Conselho de Segurança de 15 de Março de 1961, e derrota do projecto de resolução antiportuguês que fora apresentado; resolução de 21 de Abril aprovada pela Assembleia Geral; resolução do *Comité de Informações*, sublinhando que Portugal continua a não fornecer à ONU informações sobre os territórios que administra e instando para que o faça (1); e a resolução aprovada pelo Conselho de Segurança em 9 de Junho último. Salazar regista os países que *votam* contra Portugal, a *favor* de Portugal ou se *abstiveram*. E conclui: as maiorias antiportuguesas assentam sobretudo nos «*votos comunistas e dos países afro-asiáticos*»: e «*é desde Março de 1961 que os Estados Unidos se resolvem a apoiar ostensivamente o grupo afro-asiático, com o fim confessado de congregar votos fiéis em deliberações que interessem à América contra a Rússia*». Salazar não quer criticar nem acusar. Mas não pode eximir-se a salientar que pelos representantes oficiais dos Estados Unidos foram feitas declarações que «*pretenderam definir uma nova política da grande nação americana em relação à África, e nessas declarações se fizeram críticas expressas à nossa administração ultramarina, às ideias retrógradas que seriam as nossas em confronto com os novos tempos, e se falou precisamente de Angola como exemplo de uma obra de colonização atrasada, degradante para as populações, mesquinha para os territórios (não transcrevo, reproduzo o sentido geral)*». Ora estas acusações e atitudes americanas foram tomadas por alguns países africanos como concordância ou apoio à acção terrorista que desabou sobre Angola. «*Bem se sabe que os Estados Unidos não aconselhariam nem prepararam directa ou indirectamente actos terroristas*». Para os países africanos, todavia, no «*estado actual da África e dada a situação geográfica e política de Angola, para passar*

(1) Trata-se de uma reunião de rotina do *Comité de Informações*, que desde o início da ONU existia para registar e examinar as informações livremente fornecidas pelos Estados membros sobre os seus territórios não-autónomos, nos termos do art. 73 da Carta. Foi precisamente a recusa de Portugal em o fazer, também nos termos do mesmo artigo, que esteve na origem do conflito com a ONU. Recusa que teve evidentemente como razão fundamental o facto de Portugal não considerar as suas províncias ultramarinas como *territórios não-autónomos*. Ver volume IV, págs. 422 e segs., e 439 e segs. Todos os anos, e várias vezes por ano o *Comité* insistia, sem que Lisboa desse sequer uma resposta.

à acção impulsionando-a do exterior, tinha inegável vantagem que da parte de uma grande potência ocidental e anticomunista houvesse uma palavra e uma atitude. Houve-as e infelizes» (1). Decerto, os Estados Unidos têm quanto à Rússia comunista e aos perigos da sua expansão uma política bem assente: «*apoiar com toda a força do seu poderio as potências do Ocidente europeu, com as quais colaboram sem regatear meios através do Tratado do Atlântico Norte*». É este uma aliança defensiva, «*em boa hora criada*». E a Rússia, desde os tempos dos seus grandes doutrinadores, tem uma política igualmente bem definida quanto à África: «*a sua subversão como meio de contornar a resistência da Europa*». Tem sido sistemático o trabalho de desintegração africana conduzido pela Rússia. «*Ora*», comenta Salazar, «*talvez por força do seu idealismo, talvez também por influência do seu passado histórico que aliás não pode ser invocado por analogia, os Estados Unidos vêm fazendo em África, embora com intenções diversas, uma política paralela à da Rússia. Mas esta política, que no fundo enfraquece as resistências da Europa e lhe retira os pontos de apoio humanos, estratégicos ou económicos para sua defesa e defesa da própria África, revela-se inconciliável com o que se pretende fazer através do Tratado do Atlântico Norte. Esta contradição essencial da política americana já tem sido notada por alguns estudiosos, mesmo nos Estados Unidos, e é grave, porque as contradições no pensamento são possíveis, mas são impossíveis na acção.* E a «*América, presa de esquematismos ideológicos, penso virá também a ser vítima — a última — desta contradição, se nela persistir*».

(1) É de extrema subtileza esta passagem. Queria Salazar dizer: decerto os Estados Unidos não aconselham o terrorismo; Angola está vizinha do Congo; no Congo exercem os americanos grande influência e orientam as forças da ONU, que auxiliam os terroristas; um dos chefes dos bandos terroristas, operando no Congo, frequenta os Estados Unidos e está em contacto com a embaixada destes em Léopoldville, que após o seu visto num passaporte que aquele usa, emitido pela Tunísia, país com que os Estados Unidos têm estreitas relações; e este conjunto de atitudes poderia portanto ser tomado pelos terroristas como *luz verde*. Comparar esta passagem com a entrevista dada à cadeia de jornais *Hearst*. Verdadeiramente, naquele momento, apenas o governo de Washington terá podido entender o significado profundo daquela passagem. Esta minha interpretação não resulta de exegese especulativa: *sei*, porque mo disse, que era aquilo que Salazar pretendia significar.

Para responder às acusações de subdesenvolvimento, de atraso, de pobreza, o chefe do governo descreve cada uma das províncias. Cabo Verde, seco e árido, constitui no entanto uma floração cultural, que suscita a ambição de alguns; a independência teria de restringir-se ao arquipélago; e não é viável. Dos valores de Cabo Verde um se destaca e é de importância para a defesa do Atlântico Sul: a sua posição estratégica: e esse valor pode ser negociado, *«evidentemente dentro de um quadro político e ético que não é o nosso»*. Por isso, *«a tal independência que por outros motivos qualifiquei de inviável teria logo à nascença de ser hipotecada ou vendida, negando-se a si mesma, para obter o pão de cada dia»*. Mas para a transacção, *«desde que o Brasil não esteja interessado no negócio, só existe um pretendente possível»*. Também não é viável a independência real das ilhas de S. Tomé e Príncipe, *«em relação às quais me parece não se terem instalado ainda em território estrangeiro os empreiteiros da sua hipotética libertação»*. Nem tão-pouco tem condições de independência a Guiné, necessariamente destinada a ser vítima do Senegal ou da República da Guiné. E Salazar chega a Goa. *«Aí se operou uma fusão de raças e culturas e, sobretudo, se criou um género de vida tal que por toda a parte o goês se distingue e não pode ser confundido com o indiano»*. Compreende-se Goa a fazer parte da Nação Portuguesa; mas não se compreende uma independência para Goa, que só é exigida para que seja integrada na União Indiana. Macau e Timor estão nas mesmas condições: ou são territórios portugueses, ou então só podem ser chinês e indonésio, respectivamente. Mas há as grandes províncias de África, que pela sua extensão e riquezas têm muito maiores possibilidades: Angola e Moçambique. Têm decerto crises, e dificuldades, e por vezes o Tesouro tem de acudir-lhes com fundos e empréstimos gratuitos. Contra a obra portuguesa têm sido lançadas diatribes; mas estas, quando de boa-fé, assentam na ignorância, como se os territórios se encontrassem ainda no século de quatrocentos. Mas a verdade é que, tomando como base estatísticas estrangeiras, algumas da ONU, se terá de concluir que Angola e Moçambique, como os territórios mais pequenos, detêm posição elevada, em matéria de progresso e desenvolvimento, no contexto do continente africano. Em termos do número de edifícios construídos, de quilómetros de via

férrea na proporção da superfície, de potência instalada e energia produzida, de apetrechamento de portos, de estruturas de saúde e combate às doenças, os territórios portugueses, quando não ocupam o primeiro lugar, ocupam um dos primeiros lugares. «*E apesar de tudo não podemos considerar-nos satisfeitos*». Há domínios que têm de receber um impulso mais decisivo: «*refiro-me especialmente ao sistema de comunicações, à multiplicação de escolas primárias e técnicas, à maior divulgação de postos ou serviços sanitários*». «*Nas actuais circunstâncias, porém, só com suprimentos externos o poderemos fazer*».

Estas são coisas materiais, relevantes sem dúvida, mas numa sociedade de homens o que acima de tudo importa é o tipo das relações humanas: a maneira portuguesa de ser, a não discriminação racial que permitiu sociedades plurirraciais, a integração política sem distinção de credos ou cores, a consciência de uma nação ou pátria comum. «*Os novos Estados africanos discriminam contra o branco*», e isso podem fazê-lo onde o branco, se trabalhava para viver, não se instalava para ficar. «*Ora nós estamos precisamente no limite do racismo negro*», que se estende até ao Zaire e ao Norte de Moçambique. Onde o branco se instalou, o racismo pode resolver o problema matando-o ou expulsando-o; mas já não o resolverá se o branco, «*que tem ao menos os mesmos títulos e goza de igual legitimidade, pretende ficar naquela terra que é também sua*». Pouco importa, afirma Salazar, «*que alguns sorriam da nossa estrutura constitucional que admite províncias tão grandes como Estados, e Estados tão pequenos como províncias*», e se entretenham a pôr em dúvida soberanias, aliás indiscutíveis. Problemas «*nos nossos territórios só nós, pelos nossos métodos, somos capazes de resolver*». «*Ouço às vezes falar de soluções políticas, diferentes da nossa solução constitucional e possivelmente inteligíveis em séculos vindouros. Não desperdicemos tempo a apreciá-las, porque o essencial agora é o presente e o presente é tão simples como isto: o que seria de Angola na actual crise, se Angola não fosse Portugal?*» Mas «*a estrutura constitucional não tem aliás nada que ver, como já uma vez notei, com as mais profundas reformas administrativas, no sentido de maiores autonomias ou descentralizações, nem com a organização e competência dos poderes locais, nem com a maior ou menor interferência dos*

indivíduos na constituição e funcionamento dos órgãos da Administração, nem com a participação de uns ou de outros na formação dos órgãos de soberania, nem com as alterações profundas que tencionamos introduzir no regime do indigenato. Só tem que ver com a natureza e a solidez dos laços que fazem das várias parcelas o Todo nacional» (1).

Conclui Salazar o seu discurso. Enumera as ilegalidades cometidas pela ONU: deliberações contra e além da Carta, intervenção nos assuntos internos dos Estados, menosprezo dos deveres dos governos responsáveis, cuja obrigação é garantir a vida, o trabalho, os bens das populações. Num ponto têm as Nações Unidas razão: a situação em Angola é susceptível de se tornar numa ameaça para a paz e a segurança internacionais, «*mas só na medida em que alguns dos votantes se decidam a passar do auxílio político e financeiro que estão dando, para o auxílio directo com as suas próprias forças contra Portugal em Angola*». No mais, trata-se de excessos de uma Assembleia que funciona como multidão, e que portanto convém que «*não levemos ao trágico*». Em face dos votos contrários, muitos perguntarão: estará Portugal num perigoso isolamento no convívio internacional? «*Espero que não nos intimidemos os que estamos seguros de ter razão e estamos convencidos de poder demonstrá-la*». Não é toda feita na ONU a vida internacional; quem parece ter agora razão são os afro-asiáticos; «*mas com um pouco de coragem da nossa parte, eles acabariam por compreender que há limites a não ultrapassar*». E «*até que os europeus compreendam, contra este Sudoeste da Europa continuarão a desferir-se golpes sob todos os pretextos, porque é necessário fazê-lo ruir para cair tudo o mais*». Todavia, «*sejam quais forem as dificuldades que se nos deparem no nosso caminho e os sacrifícios que se nos imponham para vencê-las, não vejo outra atitude que não seja a decisão de continuar*». «*Esta decisão é imperativo da consciência nacional que eu sinto em uníssono*

(1) Se se atentar bem nesta enumeração de possíveis reformas feitas por Salazar, ver-se-á que se trata de todo um programa do mais vasto alcance e das mais amplas implicações — tanto poderia levar a uma integração paritária como à independência de alguns, mas nos dois casos só após a necessária evolução sociológica e não simplesmente política.

com os encarregados de defender lá longe pelas armas a terra da Pátria». E o chefe do governo remata com uma emotividade que é reiteração de uma política: «*Esta decisão é-nos imposta por todos quantos, brancos, pretos, ou mestiços, mourejando, lutando, morrendo, ou vendo despedaçar os seus, autenticam pelo seu mesmo martírio que Angola é terra de Portugal*».

Depois do *13 de Abril*, não fora ainda reafirmada pela voz de Oliveira Salazar a política ultramarina: a decisão de *ficar*, a decisão de *resistir*. Passada que foi a emoção dos primeiros embates, há agora uma formulação mais fria da política de África, e mais consciente, mais fundamentada, mais global. É a *decisão de continuar porque não se vê outra atitude*. Por outro lado, há um repto à ONU, às grandes potências, aos Estados Unidos em particular, e aos africanos: e a estes últimos é dito que, se atacarem com meios militares, Portugal retaliará levando a guerra aos seus territórios. Mas, no plano interno, tem outro resultado decisivo este discurso de Oliveira Salazar: pára em Angola o pânico, restabelece a confiança colectiva, consolida o ânimo resoluto: intensifica-se um processo de retorno a Angola de quantos haviam partido precipitadamente: e ao espírito de muitos ocorre pensar, pela primeira vez, na aventura de ir para Angola, de trabalhar em Angola, com ânimo de se fixarem.

17

Para o Departamento de Estado, em Washington, a questão de Angola transforma-se em cuidado dominante, quase em obsessão. De momento, parece comandar a política externa americana. Do lado do Departamento da Defesa dos Estados Unidos, no entanto, surgem apreensões. Acentuam-se divergências graves entre ambos. Na altura em que Oliveira Salazar pronuncia o seu discurso, o Departamento da Defesa comunica por escrito ao Departamento de Estado: «*A Defesa está preocupada porque uma precipitada e excessivamente agressiva execução da política* (quanto a Angola) *pode produzir reacções da parte de Portugal e, eventual-*

mente, de Espanha, que teriam como resultado uma inaceitável diminuição da capacidade dos Estados Unidos em apoiar as missões militares que houvessem de ser levadas a cabo em Berlim, Europa Ocidental, Médio Oriente e África». Replica o Departamento de Estado: «*a continuação desta política é absolutamente necessária se os Estados Unidos querem ter boas relações com os Estados afro-asiáticos e muitos outros Estados do Mundo Livre*». Mas os militares norte-americanos, pela voz dos chefes de Estado-Maior reunidos em comissão, encaram o problema do ângulo das suas responsabilidades especificas, e são nítidos no seu parecer: «*na opinião do Departamento da Defesa, a manutenção das facilidades militares de que os Estados Unidos dispõem nos Açores e em Espanha é vital para que possamos executar as missões militares que forem necessárias em tempo de guerra, ou numa situação de emergência. Em consequência, qualquer linha de actuação que possa prejudicar gravemente a manutenção dos Açores e de bases em Espanha, seria inaceitável, de um ponto de vista militar e pelo futuro previsível*». Mas não se atenua a obsessão do Departamento de Estado com Angola e a política portuguesa em África. Por ordem de Dean Rusk, é criado um «*Grupo de trabalho sobre Angola*», que se reúne amiúde, sob a presidência do subsecretário de Estado assistente para questões africanas, Mennen Williams (1). Em 4 de Julho de 1961, quatro dias após o discurso de Salazar em Lisboa, o «*grupo de trabalho*» completa o seu relatório. É documento extenso, em que a ideologia e a emoção ocupam larga parte, e influenciam a visão geral (2). Abre com uma

(1) Como se poderá recordar, fora governador de Michigan; e era industrial de sabões, sem a menor experiência de África ou assuntos internacionais.

(2) Com a eleição do presidente Kennedy, e a política da *nova fronteira*, havia entrado na Casa Branca e no Departamento de Estado um grupo de políticos jovens — *os intelectuais de Harvard* — que decidiam e actuavam como se a vida tivesse começado com eles. Perante a política africana de Portugal, manifestavam áspera hostilidade, e recomendavam medidas drásticas, encarando todos os problemas com o primarismo dos simples e dos inexperientes, ou com a rudeza, a insensibilidade e a arrogância dos que sabem ter a força do seu lado e olham as coisas a curto prazo. Desse grupo, e como intervenientes nas coisas portuguesas, são de destacar: John Galbraith (economista, autor de *The Affluent Society*), McGeorge Bundy (do Conselho de Segurança Nacio-

afirmação de âmbito planetário: «*Angola tornou-se para a maior parte do mundo, como Berlim para a Europa, o centro da grande batalha entre liberdade e opressão. Constitui uma parte importante na luta mundial, entre a liberdade e o comunismo, pela conquista do espírito e dos corações dos homens. Nesta luta, os Estados Unidos podem tomar uma única posição. Nós apoiamos a liberdade. O nosso compromisso é indivisível, em Angola, em Berlim, no Laos. Nós acreditamos que o comunismo defende a opressão. O campo de batalha é o mundo. Por estas razões, aos olhos da maior parte do mundo, Angola é um caso que põe à prova o compromisso dos Estados Unidos em defender a liberdade*». Deste modo, o Departamento de Estado equaciona Angola com Berlim e com a Indochina, e considera que a política global dos Estados Unidos pode em Angola ser derrotada ou triunfar. Depois, o relatório sumaria as condições da luta que se trava no Norte de Angola: milhares de mortos de ambos os lados, vinte mil soldados portugueses (de que seis mil seriam negros), cinco navios de guerra, unidades da Força Aérea portuguesa, e uma longa fronteira que torna impossível evitar que os terroristas sejam reforçados com base nos «*santuários*» existentes na República do Congo. «*Na realidade há uma crescente probabilidade de que o conflito se estenda a outros territórios portugueses em África e envolva países africanos independentes que apoiem os insurrectos*». De todas as potências coloniais, acentua o relatório, Portugal é o único que se recusa a aprender a lição da história. Segue uma política repressiva. Assim os Estados Unidos enfrentam uma obrigação a que não podem fugir: «*Como campeões reconhecidos da autodeterminação, independência e respeito pelos direitos humanos,*

---

nal), Arthur Schlesinger (sociólogo e historiador), Wayne Frederics (conselheiro de Kennedy, em especial para a política de África), Mennen Williams, Chester Bowles (membro influente do Partido Democrático), Theodore Sorensen (que elaborava os discursos de Kennedy), outros ainda. As recomendações extremistas destes homens encontravam a oposição de profissionais de experiência e bom senso como Paul Nitze, Alex-Johnson, Robert Murphy, Foy Kohler, etc. Além disso, o presidente Kennedy, o secretário de Estado Dean Rusk, o subsecretário George Ball a breve trecho, com maior noção de responsabilidades, começaram a travar os ímpetos do grupo; mas este foi apesar de tudo altamente prejudicial, mesmo para os interesses dos Estados Unidos.

temos de enfileirar inequivocamente na oposição à política portuguesa. Temos de o fazer porque é o que se espera de nós, porque é o que devemos fazer, e porque é no interesse moral, político e estratégico dos Estados Unidos e do mundo livre». E sublinha-se: se os Estados Unidos contemporizarem, a alternativa inaceitável seria a de o comunismo soviético aparecer como um *«único campeão da liberdade para a África portuguesa».* Krushev já caracterizara a insurreição angolana como uma *«luta sagrada».* Até agora, a política americana fora conduzida auspiciosamente: nas reuniões do Conselho de Segurança e da Assembleia a atitude dos Estados Unidos havia sido *«dramaticamente afirmada»:* e o governo dos Estados Unidos está numa posição favorável quanto à África portuguesa. Africanos e asiáticos *«estão-nos vigiando»;* e se Washington não *«empurrar as coisas com razoável velocidade»,* a maior parte do mundo *«concluirá que o facto de falarmos de liberdade para os africanos não passa de palavras vazias».* Com ênfase, afirma o relatório: *o «tempo não está do nosso lado»;* e a *«dinâmica da situação faz deste Verão o momento de decisão para os Estados Unidos».* Ingleses e franceses, continua o documento, também se mostram preocupados; e os Estados Unidos não se encontram sós nesta matéria. Todas as indicações são no sentido de que o governo português se curvará perante a opinião pública mundial, e entretanto continuará os seus esforços *«para pacificar Angola e reprimir quaisquer levantamentos em Moçambique e na Guiné portuguesa».* Em dada altura, *«um governo provisório insurreccional será estabelecido dentro ou fora de Angola»;* e esse governo será reconhecido por muitos países africanos e provavelmente pelo bloco comunista. *«Este relatório recomenda que os Estados Unidos tomem progressivamente a iniciativa na batalha mundial pela liberdade dos territórios portugueses de África»,* escrevem os seus autores do Departamento de Estado, e *«sugerimos que, tomando uma vigorosa chefia em África na batalha pela liberdade, nós despistaremos a Rússia nas suas várias ofensivas mundiais, e isto pode ser uma arma importante na batalha de Berlim».* E então, ainda de forma mais explícita, o relatório do Departamento de Estado põe de novo o problema. Bater-se por Berlim significaria defender a liberdade na Europa enquanto em África ficaria fechada à chave. Tem de se compreender que, se o mundo

entende claramente o problema da África portuguesa, a questão de Berlim aparece em comparação como uma luta do homem branco pelo poder. E afirma-se peremptoriamente: «*Se nós esperamos compreensão e apoio dos afro-asiáticos na grande crise que enfrentamos em Berlim, então temos de lhes mostrar, pelas nossas acções quanto a Angola, que a nossa oposição à opressão não conhece fronteiras geográficas ou rácicas. Da mesma maneira, se queremos ter o seu apoio na nossa posição contra a subversão comunista no Vietname, temos de demonstrar que estamos ao seu lado em clara oposição à opressão que existe na África portuguesa*» (1). Decerto: «*Não há dúvida de que os portugueses podem ameaçar, como arma de negociação, negar-nos o continuado uso da base dos Açores*»; no entanto, «*parece provável que o interesse próprio dos outros parceiros da NATO inibirá Portugal de tão insensata decisão*».

De todos os juízos formulados, o *grupo de trabalho* do Depar-

(1) Parece caber aqui um comentário. A suposição ou premissa do relatório é esta: se os Estados Unidos apoiarem na questão de Angola os afro-asiáticos, estes apoiarão os Estados Unidos contra a Rússia na questão de Berlim ou do Vietname. Ora a pergunta central deverá ser esta: que se entende aqui por apoio? E que apoio se espera: militar ou político? Se se tratava de apoio militar, havia evidentemente colossal ingenuidade dos autores do relatório em pensar que os africanos, admitindo que os possuíssem, iam enviar *os seus exércitos* para morrerem na defesa de Berlim ou do Vietname, problemas que resultavam da rivalidade americano-soviética que lhes era indiferente; e, ainda que fossem enviados, os exércitos africanos teriam uma eficácia militar pouco menos do que nula, num combate que envolveria forças americanas e russas. Se se tratava de esperar apoio político, este apenas se poderia traduzir em algumas declarações sonoras, ou em votos que na ONU apoiassem os Estados Unidos; e então era também colossal ingenuidade presumir que a União Soviética agiria ou deixaria de agir, em matéria de seu interesse vital, simplesmente por causa de umas declarações afro-asiáticas ou de umas votações na ONU. Mas a posição defendida no relatório tinha um efeito real: enfraquecia as forças, os recursos e a vontade dos países europeus, únicos que podiam dar aos Estados Unidos apoio útil, militar e político. Por outras palavras: os autores do relatório pareciam partir da ideia de que os interesses vitais e permanentes dos países europeus no mundo se resumiam ou consistiam em serem anticomunistas, e dir-se-ia não verem que, se os Estados Unidos destruíssem ou com o seu poderio ajudassem a destruir os interesses reais europeus no mundo, os europeus poderiam não encarar depois os seus interesses a uma luz americana.

tamento de Estado extrai algumas sugestões, cuja adopção recomenda. Deverá enviar-se a Salazar um emissário especial, para uma diligência directa em linguagem dura; há que usar os argumentos ideológicos e políticos do relatório, e indicar o programa de reformas a instituir, que terá de ser aceitável pelos africanos e de incluir a concessão de direitos políticos e económicos aos *indígenas* (1); do mesmo passo, cumpre prometer o auxílio financeiro americano e o apoio da ONU (1). Se algum tempo após aquela diligência, Portugal não se orientar pelo caminho desejado, então os Estados Unidos deveriam convocar uma reunião do subcomité da NATO para a África e informar os aliados de que «*estão resolvidos a obter o acordo português para um programa de reformas*», porque sem estas a política portuguesa continua a embaciar a imagem da NATO no mundo livre e a fornecer «*apoio à causa comunista em África*». Se da reunião daquele subcomité não fossem bons os resultados, os Estados Unidos promoveriam uma sessão plenária do Conselho do Atlântico, salientando os perigos da crise de Berlim, que pode estar a entrar numa fase aguda, e o enfraquecimento que representaria para os Estados Unidos e para a NATO negar o uso da base dos Açores; se forem inúteis os passos anteriores, os Estados Unidos deveriam então apoiar ou mesmo tomar a iniciativa de novas reuniões do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU, combinando com ingleses, franceses, indianos, liberianos e alguns outros, a estratégia a ser usada; nesta altura, é de esperar que os nacionalistas angolanos «*tenham já instituído um governo provisório em Angola*», e «*os Estados Unidos deveriam estar preparados para reconhecer tal regime e estudar a maneira de lhe dar apoio*». Tendo acontecido tudo quanto fica exposto, e se não houverem apesar disso sido alcançados os fins em vista, «*é também possível que nessa fase haverá séria oposição em Portugal à contínua política reaccionária do governo de Salazar e que tenha sido formado um novo governo. Nesse caso, nós deveríamos estar preparados para prosseguir os nossos objectivos*

(1) Curioso: no decurso do dia 30 de Junho, Salazar falara de «*alterações profundas no regime do indigenato*». Cumpre também sublinhar, para evitar ilusões, que quando se fala em «*apoio da ONU*», se tinha em mente um apoio da ONU a uma política portuguesa que fosse a política da ONU.

com o novo governo». Da aplicação de todas estas pressões podem, todavia, derivar várias consequências: o governo português «*concede*» as reformas, mas é incapaz de restabelecer a ordem em Angola; as desordens podem ganhar outros territórios; o governo português perde o controle da situação e a anarquia instala-se mesmo em Portugal; os portugueses recusam as reformas, retiram-se precipitadamente, e deixam os territórios entregues aos seus destinos. Que fazer então? Naqueles casos, o governo americano deverá estar pronto a financiar o seu quinhão nos custos e no desenvolvimento, a longo prazo, de uma economia viável. Num cálculo aproximado, trinta milhões de dólares seriam necessários, sem incluir abastecimentos alimentares (cereais) nem gastos com «*uma intervenção militar em Angola*». Finalmente, o relatório recomenda: que se neguem a Portugal licenças para importar armas e outro material de guerra; que o governo americano peça ao Vaticano, ao governo brasileiro e ao governo espanhol para intercederem junto do governo de Lisboa; que os Estados Unidos auxiliem os refugiados do conflito angolano; e que os Estados Unidos ampliem o programa de educação para africanos oriundos das áreas portuguesas. Perante este relatório não são unânimes as reacções encontradas, em hierarquia já elevada, noutros sectores do governo dos Estados Unidos. No ministério das Finanças, há acordo de princípio; no ministério da Defesa, há oposição generalizada; na Casa Branca, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, há acordo de princípio com algumas dúvidas de pormenor. No Departamento de Estado, Mennen Williams é o grande animador de uma política de aceitação e de execução das recomendações do relatório. E em carta oficial de 6 de Julho de 1961, dirigida a Wayne Frederics, Williams diz: «*temos de dar uma cotovelada nos portugueses de vez em quando*» (1).

Em Lisboa, na mesma altura e para uma visita oficial, encontra-se o ministro da Defesa da África do Sul, Fouché. Avista-se com os ministros portugueses do Exército, da Marinha, e dos Estrangeiros. Mas são particularmente longas as suas conversas com Oliveira Salazar, na sua qualidade de ministro da Defesa por-

(1) Como é óbvio, o governo de Lisboa não possui na altura (nem depois) o menor conhecimento de qualquer destes documentos, nem de outros de igual natureza que são referidos na sequência deste estudo.

tuguês. Fouché pretende informar-se com minúcia da situação em Angola, no plano político e no plano militar, e dos meios que Portugal possui, ou pode conseguir; e observa instalações militares, o Arsenal do Alfeite, a base do Montijo. Fouché afirma a preocupação da África do Sul, a sua boa-vontade em auxiliar Portugal. De seu lado, todavia, Salazar nada solicita, como favor: nem armamento, nem munições, nem técnicos ou conselheiros militares. Poderá o governo de Lisboa, decerto, fazer algumas encomendas ou compras de material de guerra na África do Sul: mas numa base puramente comercial. Para além disso, não se afigura ao governo de Lisboa que sejam necessários quaisquer *arranjos* novos: as relações entre os dois países são amistosas e é estreita a colaboração entre ambos: não se requer qualquer acordo suplementar ou aliança formal. Fouché partilha de idêntica opinião. E durante a estadia do ministro sul-africano em Lisboa, o governo português repudia vivamente uma campanha hostil iniciada por algumas *«seitas religiosas»* internacionais: as acusações de violência e atrocidades, diz Lisboa, são tão fantásticas e tendenciosas que *«não se sabe como ressalvar a boa-fé dos acusadores»*.

Entretanto, em Washington, Dean Rusk pondera os elementos que lhe são submetidos pelo grupo de trabalho e no mesmo dia 6 de Julho envia novas instruções a Elbrick em Lisboa. Estas constituem a reacção de Washington ao discurso pronunciado por Salazar, em 30 de Junho, perante os deputados. Rusk determina a Elbrick que de novo procure ser recebido pelo chefe do governo, em data breve. E recordará que na entrevista de Welles, confirmada por contactos e correspondência com o ministério dos Estrangeiros, Salazar indicara que *«a população nativa seria levada a participar de modo crescente na vida administrativa local»* e que outras reformas seriam empreendidas. Elbrick deverá acrescentar que o governo dos Estados Unidos, perante o discurso do dia 30 de Junho, se sente todavia muito desapontado e preocupado. Pensara-se de início que o discurso se destinava a *«consumo interno»* e a preparar a opinião pública para uma alteração de política; mas uma leitura ulterior deixou a impressão de que Salazar não tenciona prosseguir o caminho que indicara ao governo americano. Elbrick deve sublinhar que os desenvolvimentos em África serão rápidos e inexoráveis, e que os países africanos e outros estão dando con-

siderável apoio ao movimento de independência de Angola, como o darão amanhã ao de outros territórios, sendo no interesse de todos que Portugal coopere com a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU. Decerto: os territórios portugueses farão muito maior progresso se trabalharem em estreita intimidade com Portugal: e se se pretende alguma esperança de preservar interesses portugueses, Salazar tem de reconsiderar o ritmo das reformas a serem empreendidas. Para informação exclusiva de Elbrick, acrescenta Rusk que dentro de pouco será enviado a Lisboa um *«emissário especial»* para conversas com o chefe do governo. Elbrick, antes de se avistar com Salazar, comunica em 10 de Julho a súmula das suas instruções ao Ministério dos Estrangeiros. E é firme a reacção que encontra: este declara que grande parte das dificuldades são atribuíveis aos Estados Unidos; o governo de Washington está praticando diligências em Londres, Paris e Madrid para que exerçam pressão sobre Portugal; Washington estava recrutando em Lisboa estudantes africanos, levando-os para os Estados Unidos para aí os influenciar (1). Elbrick lembra que os ingleses, franceses e belgas se haviam *«curvado ao inevitável em África»* e que Portugal estava virtualmente isolado. Replica o ministro português: não há a menor analogia entre a posição portuguesa e a de outros países e, quanto ao isolamento, o próprio presidente Kennedy, quando lhe foi apresentar cumprimentos de despedida o embaixador Esteves Fernandes, afirmara a este que a imprensa americana estava reagindo em favor de Portugal. Elbrick pergunta se Portugal quer sacrificar o mundo a Angola. Para Portugal, Angola é muito mais importante do que Berlim, responde o ministro, usando Berlim como um símbolo. E acrescenta: Cabo Verde, Timor, São Tomé e Príncipe, Guiné e Goa, não possuíam condições de real independência e estavam sendo ameaçados ou reivindicados por outros: qual seria neste caso a atitude dos Estados Unidos? Mas o ministro prontifica-se a obter para o embaixador uma entrevista com o chefe do governo.

Elbrick telegrafa para Washington a síntese da sua conversa.

(1) Efectivamente, um largo grupo de africanos, que *já estavam a estudar em Lisboa* e que portanto não precisavam de bolsas de estudo, havia subitamente embarcado para os Estados Unidos, com viagens pagas por estes.

No Departamento de Estado, porém, continuam activos os membros do «*grupo de trabalho sobre Angola*». Em memorial de 14 de Julho de 1961, dirigem-se agora ao presidente Kennedy. Remetem a este o seu relatório, e telegramas de Lisboa e da ONU. Mas no memorial há já um prenúncio de recuo, uma breve nota de cautela. Escreve-se: «*em vista do próximo problema de Berlim, e de outros compromissos militares na Europa, no Médio Oriente e em África, os Estados Unidos deverão actuar com moderação e prosseguir a sua política confidencialmente, de modo a minimizar os riscos de uma política mais aguerrida*». É certo que, até agora, «*os resultados não são promissores*». Mas o objectivo deve ser este: «*empurrar Salazar suficientemente depressa para evitar o pior de uma crise perturbadora*». Pode ser que «*já tenhamos passado o ponto de não regresso*»; pode ser que «*Salazar decida que uma reforma radical é indispensável*»; pode ser que «*Salazar seja derrubado no ano que vem*»; mas em tudo isto «*estamos voando bastante às cegas*». E o memorial submete esta pergunta ao presidente: «*Todo o bloco afro-asiático e outros países do mundo livre saudaram os nossos votos na ONU como significando uma mudança básica na política americana quanto ao colonialismo. Esta foi uma das mais positivas e populares atitudes tomadas por este Governo. Podem os Estados Unidos agora permitir-se alienar aqueles países de cujos votos precisaremos mais tarde para enfrentar os nossos problemas no Sudeste Asiático e noutras paragens?*». E mais: haverá vantagem em prosseguir uma parte da política em forma pública (na ONU) e uma outra parte em forma confidencial (em Lisboa)? «*Não haverá o perigo de levantar suspeita e desconfiança entre os afro-asiáticos e outros se procedermos assim?*» Kennedy aprova as linhas gerais do relatório.

No dia seguinte, 15 de Julho de 1961, Salazar recebe Elbrick. Pede desculpa da demora em conceder a entrevista: estivera muito atarefado. Elbrick cumpre as suas instruções, insiste pelas «*reformas*». Diz Salazar que estas serão feitas mas «*a seu tempo, cuidadosamente, e num ritmo que apenas o governo português poderia determinar*». Depois o chefe do governo declara-se «*mistificado*» pela política americana e pede ao embaixador para a «*clarificar*». Responde Elbrick: à luz da vaga de nacionalismo que varre o mundo, os Estados Unidos estão interessados em auxiliar os

países em formação e em preparar os povos para o governo próprio. Não estavam a exigir *«completa independência»* para os territórios africanos de Portugal, sublinha o embaixador, e julgavam que aqueles progrediriam melhor em *«estreita intimidade com Portugal»*. Salazar não oculta o seu cepticismo: se forem quebrados os laços políticos, como poderá Portugal manter outros? Elbrick repisa mais pontos: necessidade de evitar uma situação catastrófica em Angola; crescentes pressões nas Nações Unidas; desejo americano de auxiliar Portugal; dificuldade em realizá-lo, *«a menos que os portugueses fizessem reformas económicas, sociais e políticas»*, a que aliás Salazar se referira já publicamente em ocasiões anteriores. Salazar repisa a sua atitude: as reformas seriam feitas no ritmo tido como apropriado pelo governo português, e neste particular quer salientar a abolição do *indigenato* a ser decretada em breve. Não parecia, aliás, que os Estados Unidos se dessem conta da importância, da complexidade e das implicações daquela medida. Para mais, o embaixador devia compreender que aquela reforma e outras seriam feitas com ou sem pressões da ONU, e não por causa destas. Quanto à política americana nas Nações Unidas, Salazar considera que a mesma apenas encoraja a *«irresponsabilidade»* dos novos países e os movimentos terroristas; e os Estados Unidos, que despendiam tão largas somas com esses novos países, deviam ensiná-los a ter um comportamento responsável para com terceiros. Depois Salazar alarga as suas considerações e repete passagens de discursos seus: a África está sendo perdida para a Europa e o Ocidente; a margem sul do Mediterrâneo está constituída por países em cujos regimes o Ocidente não pode confiar; e é errada a ideia americana de que há um *nacionalismo* em Angola ou Moçambique quando na verdade é *português* o único que ali existe. Para Angola e Moçambique, fora de Portugal, só há uma alternativa: ou serem completamente negros ou serem completamente brancos: e nem uma nem outra são soluções. Elbrick reafirma o desejo americano de ajudar. Salazar deixa cair uma palavra de ironia: pensava que, na conversa de 7 de Março, o embaixador indicara propósito idêntico, mas apenas no caso de abandono ou perda dos territórios africanos. Não, diz Elbrick, também estariam agora dispostos a considerar a sua cooperação em programas ou projectos a executar em Angola; e o embai-

xador menciona o campo da educação. Salazar mostra-se interessado, e promete examinar o assunto. E a possível cooperação de Portugal, pergunta o embaixador, com o *subcomité* designado pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança? Sim, seria possível, conclui Salazar, mas somente em relação ao seu presidente e numa base pessoal apenas. Elbrick resume para Rusk o seu sentimento quanto à entrevista: «*não posso afirmar que fosse um êxito*». Simultaneamente, o general Gomes de Araújo parte para Angola, em viagem de inspecção militar; o embaixador da Argentina, Mairal, que concedera asilo político a Galvão, é finalmente substituído por Pablo Pardo; e o ministério do Interior acusa em nota uma *organização clandestina* de estar a aliciar e a subverter estudantes universitários, em relação com os acontecimentos do Norte de Angola. E no dia em que Salazar recebe Elbrick é anunciada em Washington a ida a Angola de Mennen Williams, o grande animador da hostilidade contra Portugal em África.

Três dias mais tarde, a 18 de Julho, Elbrick envia a Dean Rusk o juízo que faz da situação real das relações luso-americanas no momento. Na imprensa, nos meios políticos, na sociedade e entre o povo, em manifestações de rua, são constantes os ataques aos Estados Unidos, aos seus propósitos nos territórios portugueses, à violação da solidariedade de aliados. «*Falta de confiança nas intenções americanas para os territórios ultramarinos portugueses é o sentimento dominante nos altos círculos do Governo*», escreve Elbrick, e «*Salazar parece ter adoptado uma política ainda mais rígida, sem embargo de não poder desconhecer a seriedade da nossa preocupação, que já lhe foi manifestada pessoalmente em duas ocasiões e a ministros do seu governo em frequentes intervalos*». Há um ponto morto: que fazer? Elbrick recomenda que seja feita uma oferta concreta de auxílio para projectos em Angola, destruindo assim as suspeitas portuguesas quanto aos motivos norte-americanos. Insiste em que Washington não deve querer precipitar as reformas porque poderia provocar uma *revolução das direitas,* inspirada principalmente pelos brancos de Angola e alguns interesses criados na Metrópole; afirma também, por outro lado, que o adiamento das reformas poderia ocasionar uma *revolução das esquerdas* na Metrópole. Mas Elbrick apresenta uma sugestão de fundo: a de que os Estados Unidos declarem oficialmente que

o apoio americano ao conceito de autodeterminação «*de nenhum modo implica o apoio a quaisquer aspirações intervencionistas ou expansionistas, nem à violenta anexação de território por parte de outras nações*», incluindo os novos países africanos. Segundo o embaixador, os portugueses, preocupados com ameaças da República da Guiné contra a província da Guiné, com as reivindicações da União Indiana sobre Goa, e mais recentemente até com a segurança de Timor posta em causa pela Indonésia, muito apreciariam uma declaração daquela natureza, que aliás o ministro português dos Estrangeiros já solicitara; e se ao mesmo tempo fosse condenado «*o massacre inicial dos colonos brancos de Angola por terroristas pretos*», o governo de Lisboa ficaria muito apaziguado. São os portugueses «*um povo muito teimoso e orgulhoso e uma pressão sobre eles, venha de onde vier, parece endurecer a sua resistência a qualquer mudança*». Conclui o embaixador: se os Estados Unidos fizerem aquelas declarações, «*nós não perderíamos nada, e poderíamos acaso ganhar, oferecendo o que não passa de uma saída para lhes salvar a face no embaraço em que se encontram*».

Oliveira Salazar pondera todas as diligências do governo de Washington, estuda as declarações dos seus representantes na ONU, analisa os discursos políticos pronunciados por altos responsáveis da *nova fronteira*, e tira as suas conclusões. Diz para os seus colaboradores: «*Não gosto que me tomem por tolo. Os Estados Unidos querem levar-nos docemente, suavemente, a seguir pelo caminho que lhes convém. Como se fosse sem dor e não déssemos por isso! E prometem-nos o seu apoio e o seu auxílio para fazeremos a política deles, e não a nossa. Embirro que me tomem por tolo!*»

18

Tardiamente para o seu hábito, Salazar instala-se no Forte do Estoril na segunda quinzena daquele mês de Julho de 1961. Nos primeiros dias, como é usual, perturbam-no palpitações cardíacas,

não tem um sono repousado. Em pouco o seu organismo afeiçoa-se à maresia que varre o Forte, e então sente que se lhe retemperam as energias. Torna ao seu ritmo no tratamento dos negócios públicos. Porque vê reduzidas as capacidades físicas de trabalho, fica mais e mais selectivo nos problemas de que se ocupa. Segue as grandes linhas de acção dos departamentos do Estado, é ainda intensa a sua actividade; mas os seus cuidados, na crise que o país atravessa, continuam dirigidos à Defesa, ao Ultramar e aos Estrangeiros. Dedica a estes sectores a sua lucidez, o seu esforço mental para entendimento dos propósitos dos adversários de Portugal, a sua capacidade de concentração no pormenor. Recebe amiúde o general Gomes de Araújo, e se confia a este a inspecção e a direcção operacional das forças militares em Angola, nem por isso deixa de formular perguntas, de apresentar sugestões, e acima de tudo de impulsionar iniciativas, estimular vontades. Trabalha intensamente com Adriano Moreira. Este imprime grande vivacidade aos assuntos de além-mar, que trata com dinamismo, imaginação, capacidade de execução. Oliveira Salazar e Moreira preparam diplomas sobre matérias fundamentais: abolição do *indigenato*, reorganização da vida administrativa e municipal, reestruturação de órgãos de governo provincial. São as reformas a que o chefe do governo se tem referido publicamente, e que se destinam a ampliar a participação de todos os habitantes dos territórios ultramarinos na vida politico-administrativa local, e até nacional. E Salazar interessa-se ainda, com uma avidez diária, pela vida internacional e por toda uma nova actividade empreendida pelo Ministério dos Estrangeiros.

Neste particular, decerto ocupam de momento lugar dominante as relações com os Estados Unidos, e toda a hostilidade do governo de Washington à política portuguesa em África. Mas no Ministério dos Estrangeiros é imaginada uma nova orientação e planeada uma nova estratégia: ampliar e aprofundar as relações com alguns outros países; aproveitar as linhas de fractura e as divergências existentes entre as nações que contam, de modo a que o apoio obtido junto de umas funcione como emulação junto de outras que sejam suas rivais; evitar a todo o custo que as potências detentoras do poder real no mundo e que sejam centros de decisão militar e económica se coliguem contra Portugal, de modo a

infligir a este prejuízos sérios o bastante para impor mudança de política; explorar o conflito entre os grandes blocos políticos e militares mundiais, de maneira a que cada um se opusesse, quanto aos territórios portugueses, a um triunfo completo da política do bloco oposto, dado que este sairia reforçado por esse mesmo triunfo (1); e, por fim, adoptar as regras de jogo dos adversários, e virar contra estes as suas próprias armas, e levar o contra-ataque ao próprio terreno dos opositores. Sem nunca tocar na essência da política traçada, nem transigir nos princípios ou permitir acerca destes o menor equívoco, a nova estratégia implica novos processos, grande flexibilidade de actuação, constantes iniciativas consoante as oportunidades que surgissem ou pudessem ser provocadas. Na sua longa experiência de política externa, em particular durante a luta civil em Espanha e a guerra mundial de 1939-1945, Oliveira Salazar praticara a diplomacia clássica, dentro de regras de jogo precisas, ortodoxas e tradicionais. Mas entende lucidamente a nova encruzilhada da vida internacional, vê a necessidade e a vantagem do recurso a outros métodos, aceita em suma um novo estilo de diplomacia (2). E nesta base passa o Ministério dos Estrangeiros a actuar.

Para além dos Estados Unidos, há potências que contam no Ocidente, no mundo que é o de Portugal, e que se cruzam nas coordenadas da sua política externa permanente. Antes de outras, a Inglaterra. Decerto: o governo conservador do primeiro-ministro

---

(1) Para melhor entendimento, acaso convirá exemplificar e com outras palavras: um triunfo completo da política americana em Angola (ou Moçambique) reforçaria a posição dos Estados Unidos, e isso não poderia convir à União Soviética, que assim seria levada a não hostilizar excessivamente Portugal, de modo a que este ficasse inibido de resistir às pressões de Washington; inversa mas paralelamente, um excesso na hostilidade americana contra Portugal poderia levar ao colapso deste, na Europa e em África, e isso enfraqueceria a NATO e traria outros benefícios a Moscovo, pelo que os Estados Unidos *sentiam* que não podiam ir aos extremos limites da pressão.

(2) Escrevo um *novo estilo*, e é isso mesmo que pretendo dizer. É um equívoco ou erro, em que muitos caem, o julgarem que esse novo estilo — as conferências internacionais, as reuniões públicas, os discursos inflamados, as votações da ONU, a polémica violenta, etc. — alterou em alguma coisa, por mínima que fosse, a *substância*, as *regras*, ou os *objectivos* de uma política externa. Não. Esta, na sua essência, permanece exactamente como sempre. Nem sequer alterou a *técnica* da diplomacia mas apenas o seu *estilo*.

MacMillan lançara a política dos *ventos da mudança* em África, e a independência está sendo outorgada aos territórios britânicos, uns após outros; e, além disso, para obter o apoio americano perante as *dificuldades europeias* com a França, Londres desejava agradar aos Estados Unidos. Mas este desejo tem os limites da velha prudência saxónica, do pragmatismo britânico, dos interesses ocidentais a longo prazo, dos interesses britânicos em Portugal, e até das obrigações emergentes da aliança anglo-lusa. Já depois do *13 de Abril*, e sem embargo de as declarações haverem sido cautelosas e discretas, a visita do secretário de Estado britânico dos Estrangeiros, Lorde Home, constituíra um endosso político do governo de Lisboa. Junto de outros governos ocidentais, não faz o gabinete de Londres diligências antiportuguesas; junto de governos africanos, e de países da comunidade britânica, cinge-se a declarar em privado a sua discordância da política portuguesa; nos círculos da ONU, são moderadas as afirmações dos representantes ingleses; e os votos contrários a Portugal são raros, escudando-se geralmente na abstenção; e no terreno, entre os chefes guerrilheiros e nas bases logísticas dos grupos de terroristas, os serviços portugueses não notam a presença de agentes britânicos. Em Lisboa, por embaixador está Sir Archibald Ross, profissional de bom timbre, ainda que homem difícil; mas a sua integridade pessoal inclina-o para a observação imparcial, o comentário isento, o relato objectivo, sem prejuízo do rigor no cumprimento das suas instruções. Mas é outra a posição do governo da República Federal da Alemanha. Mais consciente, por mais exposto, das ameaças comunistas quanto ao Ocidente; interessado numa colaboração política bilateral com o governo de Lisboa, que permita à Força Aérea alemã o contínuo uso da base de Beja; dispensado, por não ser membro da organização, de definir uma atitude nos debates da ONU contra Portugal; afastado do continente africano, onde são apenas de natureza comercial os seus interesses — o governo do chanceler Adenauer sente-se livre de prosseguir com Portugal uma política mais ditada pelos interesses alemães a longo prazo do que por necessidades de oportunismo. Para mais, Adenauer sente funda admiração pessoal por Salazar; a visita a Lisboa de Erhard, homem de largo prestígio na Alemanha, representava um aval económico e político ao gabinete português;

e Franz-Joseph Strauss, poderoso chefe dos cristãos-democratas da Baviera e ministro da Defesa da República Federal, não oculta o seu endosso quase incondicional à política de Oliveira Salazar. Por estes motivos, a República Federal da Alemanha conduz uma política que não é somente cordial, mesmo amistosa: é de claro apoio a Portugal. Créditos são abertos em condições favoráveis; são aumentadas as compras alemãs em Portugal, em particular de munições e armas ligeiras, de fabrico português, para as Forças Armadas alemãs; e o governo de Bona não regateia o fornecimento, muitas vezes a preços simbólicos, de aviões apropriados à luta de África, de equipamento de telecomunicações, de material de guerra diverso, de veículos militares, e outros. Schaffarzyk, embaixador da Alemanha em Lisboa, acredita na política portuguesa; e os seus relatórios e informações encorajam o governo alemão numa linha favorável. Mas esta política germânica, além de importante em si, tem ainda uma outra valia: actua como um estímulo junto do governo de Paris. Dada a rivalidade entre os dois países, a cada atitude do governo de Bona, que possa acrescer a influência ou as vantagens da Alemanha em Portugal, corresponde o gabinete francês com atitude semelhante, e até mais ampla. É mais delicada, no entanto, a posição francesa: membro das Nações Unidas, a França tem de tomar posição nos debates da Assembleia e do Conselho de Segurança, e nas respectivas votações; e os muitos países africanos, que foram território francês, e que Paris deseja manter na sua órbita e onde são largos os interesses políticos e económicos, desejam naturalmente que o governo francês assuma uma posição hostil a Portugal. E é neste campo que é mais significativa a conduta francesa: não se deixa sucumbir ao terrorismo psicológico que caracteriza o ambiente da ONU; não se intimida perante os gestos espectaculares do *terceiro mundo;* e o presidente De Gaulle tem autoridade e prestígio que bastam para impor moderação aos novos estados africanos de expressão francesa. Dois outros aspectos determinam também a linha adoptada pelo governo de Paris: os interesses culturais e políticos da França em Portugal; o propósito de conservar a África ligada à Europa, e de limitar a influência e a penetração americana, a que também se opõe a presença de Portugal, pelo que importa apoiar Lisboa. Neste quadro, a França não suscita dificuldades às enco-

mendas portuguesas de material de guerra, nem nega apoio político a Portugal, nem cede às pressões americanas, como De Gaulle declarara a Kennedy no encontro de Paris. Devotado amigo de Portugal, o embaixador francês em Lisboa, Bernard de Menthon, homem íntegro e de alta competência, é um eficiente instrumento daquela política.

Com o termo inevitável do consulado breve de Jânio Quadros, há sintomas de modificação na política brasileira. Aparecem mais moderados os ataques na imprensa; são menos demagógicas as intervenções dos delegados do Brasil na ONU; são menos frias as relações bilaterais. Mas o *grupo afro-asiático* (1) do Itamaraty conseguira instalar-se em força; e, embora de forma mais branda, impunha a sua *política independente,* no intuito de sacudir uma pesada influência norte-americana, e o seu anticolonialismo emotivo e exaltado, como forma justamente de conciliar o apoio do *terceiro mundo* para aquela política de independência. Pretende agora o Brasil ser o chefe efectivo não só da América Latina, onde por dimensões e recursos lhe cabe esse papel, mas também de todos os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, da África e da Ásia; e assim poderia erguer-se, perante as potências altamente industrializadas e o bloco socialista, como uma grande potência virtual, uma voz do *terceiro mundo* a apresentar exigências em nome deste. E quanto a Portugal? Dir-se-ia que se abre de súbito um clarão no *grupo afro-asiático* do Itamaraty e em alguns meios políticos de esquerda, e essa luz revela uma realidade nova: Portugal está exangue; chega ao termo das suas capacidades; e cumpria ao Brasil ser o seu herdeiro, e recolher nos seus braços jovens e vigorosos o espólio português (2). E a este

(1) Nome que os brasileiros amigos de Portugal e os partidários da política tradicional davam aos elementos que advogavam o alinhamento com o *terceiro mundo* e o anticolonialismo aguerrido.

(2) Neste contexto, é curioso e revelador um editorial na altura publicado no *Estado de S. Paulo,* talvez o maior jornal do Brasil, e um dos mais prestigiosos. Defendia esta tese: convinha ao Brasil a independência de Angola, porque esta traria o caos, e com este vinha a ruina da produção do café durante muitos anos, libertando assim o Brasil de um competidor altamente concorrente nos mercados mundiais.

título, num novo espírito messiânico e imperial brasileiro, há um surto de interesse em conhecer, em investigar o ultramar português. Surgem estudos, ensaios, livros de pesquisa histórica, económica ou política; é atacado frontalmente o luso-tropicalismo de Gilberto Freire; e todos concluem pela desgraça que é a África portuguesa, pela necessidade de a liquidar, pelo papel eminente que nesse negócio de Estado pertence ao Brasil. Sobretudo Angola fascina os brasileiros. Afluem à província, por si ou a convite do governo de Lisboa, os jornalistas, alguns políticos, grupos de deputados e senadores. Recolhem os adversários de Portugal os dados que sirvam à sua tese: há zonas de evidente subdesenvolvimento, há evidentes carências em muitos sectores: e basta, para corrigir tudo, que Angola se torne independente. Recolhem os amigos e simpatizantes outros dados: a beleza e pujança das cidades, o desenvolvimento das comunicações, o aproveitamento colossal das fontes de energia, o bom nível da instrução e da saúde, o multirracialismo. Uns e outros, porém, são unânimes num ponto: Angola *lembra* a cada passo o Brasil, Angola é *como* o Brasil. Dentro deste estado de espírito e utilizando a autorização que lhe dera o seu governo, Negrão de Lima vai também a Angola, com o aplauso e o apoio do governo português. Negrão de Lima tem atravessado as vicissitudes das relações luso-brasileiras, desde os tempos em que ele próprio fora chanceler: sucede em Lisboa a Álvaro Lins, enfrenta o problema dos exilados na sua embaixada, sofre as dificuldades da política demagógica de Quadros, procura auxiliar uma transição para outra política: e sempre mantém elegância de espírito, correcção de maneiras, moderação de vistas, apego fundo às raízes e tradições brasileiras, uma ideia dos interesses do seu país que se não compadece com aventuras, e um carinho afectuoso pelos portugueses. De regresso de Angola, Negrão de Lima é entusiástico: elogia o progresso da Província, avalia nas suas justas proporções o surto de terrorismo ao Norte, admira sem reservas o esforço português, deslumbra-se com a obra já feita, impressiona-se com os planos e os sonhos de que lhe falam as autoridades. Mas diz como os demais brasileiros: Angola é *como* o Brasil, *é* o Brasil. E como vê Negrão de Lima o futuro do território? Responde sibilinamente o embaixador: o futuro de Angola está com Portugal. E garante: será

inteiramente favorável para o governo de Lisboa o relatório a enviar ao seu governo.

Mas é no plano das Nações Unidas que no momento mais se afastam dos rumos clássicos as iniciativas portuguesas. Pois que a ONU elegeu um *subcomité* de cinco membros com o encargo de investigar a situação em Angola, o governo português convida o presidente daquele, o embaixador boliviano Carlos Salamanca, a vir a Lisboa. E especifica: o convite dirige-se ao particular ou ao membro da delegação da Bolivia: o gabinete de Lisboa ignora o *subcomité,* que considera para além da competência da Assembleia Geral da ONU, e portanto não reconhece Salamanca por seu presidente: mas a este, sempre a título pessoal, fornecerá quanto a Angola todos os elementos que importem: e como o representante boliviano tem a faculdade de os usar discricionariamente, pode levá-los ao conhecimento do *subcomité,* ficando este assim a dispor de dados concretos e oficiais sobre o problema. Acentua ainda o governo português que as informações que prestar não o serão no quadro do art.° 73 da Carta (1), nem qualquer membro do *subcomité* será autorizado a ir a Angola, uma vez que em nome desta apenas fala o governo central, que a representa. Formulado o convite nestas bases, Lisboa pergunta-se se será aceite, ou não. No caso afirmativo, a ONU admite implicitamente o repúdio da legalidade que criou e definiu; no caso negativo, o governo português pode afirmar que, tendo dado às Nações Unidas a oportunidade de obterem informações acerca de um problema que tanto as preocupa, estas recusaram-na; e numa hipótese e noutra são para Portugal as vantagens políticas. Em Nova Iorque, entre os membros do *subcomité* e nos círculos afro-asiáticos, estão divididas as opiniões, e são ásperos os debates à porta fechada. Mas a pressão dos Estados Unidos é exercida no sentido afirmativo, e o convite é aceite.

Salamanca chega a Lisboa na segunda quinzena de Julho

(1) Como se sabe, qualquer informação, fornecida nos termos da interpretação que a ONU passara a dar ao art.° 73 da Carta, implicava a admissão de que o território, que fosse objecto dessa informação, tinha o estatuto de *colónia,* ficava sujeito a censura internacional, e devia ser tornado independente consoante as determinações da ONU.

de 1961 e, depois de entrevistas nos Estrangeiros e no Ultramar, é recebido por Salazar, no Forte do Estoril, no dia 21. Salamanca diz ao que vem: os *ventos da libertação* varrem o continente africano e Portugal recusa acomodar a essas forças a sua política; se Portugal resolver transigir, podem ser encontradas numerosas soluções; se Portugal anunciar reformas e as fizer, e se confiar nos seus aliados, terá o apoio destes e encontrará na ONU um clima de cooperação; mas se outra for a atitude de Lisboa, então será cada vez maior a dificuldade de evitar o extremismo das Nações Unidas ou a intervenção estrangeira em Angola, como Portugal alega. Salazar escuta com atenção, e responde cordialmente. Qualquer governo responsável tem de proteger vidas e bens, e de restabelecer a ordem; não é possível aplicar a Angola as teorias de autodeterminação como formuladas nos últimos tempos pela ONU; não é possível admitir a interferência em assuntos internos dos Estados, nem as Nações Unidas têm competência para alterar a ordem constitucional portuguesa e a unidade da Nação; e gradualmente a consciência da ONU reconhecerá o erro trágico que está a cometer em África. Sim, continua Salazar em tom céptico e quase desinteressado (1), o que a ONU pretende conduziria a outro Congo e ao mesmo caos; quanto ao apoio de amigos e aliados, não tem Salazar dúvidas desse apoio, desde que o caminho seja o de lhes obedecer e às Nações Unidas; mas então tem de explicar que para fazer a política dos inimigos pode ser dispensado o apoio dos amigos. Salamanca declara que os Estados Unidos, ao reclamarem a autodeterminação para Angola, podem acaso ter actuado com precipitação; mas o seu objectivo era somente o de evitar outro Congo e o de ecorajar Portugal a afeiçoar a sua política aos novos tempos. Talvez, comenta Salazar, mas infelizmente os factos e as consequências foram muito além das intenções. Salamanca garante que é um amigo de Portugal e que não deseja ser tomado como *profeta da desgraça;* mas receia que eventuais reformas a fazer por Portugal possam ser «*demasiado pouco e demasiado tarde*». Está finda a entrevista. Oliveira Salazar diz ainda que o *subcomité dos cinco* não será evidentemente autorizado a ir a Angola; mas esperava que mais tarde, a título

(1) Posso afirmá-lo porque assisti à entrevista. Aliás, no seu relato, Salamanca usa a expressão: «*num tom de quem acha que não vale a pena*».

privado, Salamanca pudesse visitar a província. Declina a oferta o embaixador boliviano. Entretanto, o chefe do governo indica as forças militares, o material de guerra, os recursos logísticos que foram transferidos para Angola. E acompanha Salamanca à plataforma do Forte, encosta-se à muralha, olha o mar, e apontando para o sul, num gesto firme e largo, de fé e de convicção, exclama: «*Está tudo lá! Tudo!*».

Salamanca despede-se, deixa o Forte. E no automóvel a caminho de Lisboa resume, para o ministro dos Estrangeiros que o acompanha, a sua impressão de Salazar: «*é um espírito da Grécia antiga a falar com a voz da Roma dos Césares*» (1).

(1) Salamanca trabalhava em estreita ligação com a delegação americana na ONU e com a embaixada dos Estados Unidos em Lisboa. Após a entrevista com Salazar, um alto funcionário daquela encontrava-se com Salamanca no hotel deste, e o embaixador boliviano fez àquele um relato minucioso. Salamanca tinha como secretário um brasileiro, Brito, que fazia os seus relatos ao governo do Rio.

CAPÍTULO III

Goa

1

Prolonga-se há cinco meses a luta no Norte de Angola, e está organizada uma rotina na Metrópole. Seguem os contingentes militares, as armas e munições, os abastecimentos. Não deixa a extrema-esquerda de aproveitar todos os pretextos para ataque ao governo. Nos embarques de tropas surgem as «*carpideiras assalariadas*» que, entre gritos e lágrimas, se vão despedir dos soldados; mas o ministério do Interior apura que não são parentes dos homens que partem e que são portadoras de aparelhos para gravar o próprio clamor público que fazem. Mas tudo são incidentes menores, quase despercebidos, a que a polícia põe cobro com facilidade. Por seu turno, em Angola a situação também entra numa *habitualidade de guerra*. Na segunda quinzena de Julho de 1961, os ministérios do Ultramar e dos Estrangeiros anunciam que Angola, até aqui encerrada a jornalistas de outros países por motivos da própria segurança desses repórteres, lhes está doravante inteiramente franqueada, e não haverá assim mais motivo para que na grande imprensa continuem a ser publicados relatos tendenciosos. Entretanto, começam a chegar a Lisboa homens que, nos primeiros embates do terrorismo, haviam procedido com bravura que se torna lendária na província: são os

heróis de Mucaba, de Maquela do Zombo, do Negaje, de Carmona. Muitos procuram Oliveira Salazar, que os recebe e deles escuta palavras de reconhecimento pelas providências tomadas. E do outro lado do Atlântico, em sessão da Academia Brasileira de Letras, Hernâni Cidade, democrata e oposicionista de sempre e patriota além de tudo, declara que Portugal não pode comparar-se a qualquer outro pais que passou por África e a abandonou, e esta *«é uma verdade essencial quaisquer que sejam as divergências em torno da questão»*.

Com larga publicidade e drama, a República do Senegal anuncia ao mundo, em 26 de Julho de 1961, que rompe as relações diplomáticas com Portugal e que expulsa o encarregado de negócios português. Em que fundamenta o governo de Dacar a sua atitude? Diz num comunicado: com base na Guiné, Portugal conduz actividades ilícitas no Senegal, o espaço aéreo deste tem sido violado por aviões militares portugueses; e, acima de tudo, o governo de Lisboa recusa-se a abandonar a Guiné, e isso o governo de Dacar tem-no por intolerável. Portugal refuta em vinte e quatro horas as acusações senegalesas: nenhumas actividades ilícitas são conduzidas, nenhumas violações do espaço aéreo foram praticadas. Num ponto concorda o governo de Lisboa com o de Dacar: efectivamente Portugal não se propõe abandonar a província da Guiné. Não o faz, além do mais, acrescenta com sarcasmo o gabinete português, porque não sabe se deveria abandoná-la a favor da República do Senegal ou a favor da República da Guiné (Conakry), que por igual reivindica aquele território. Lamenta decerto a decisão senegalesa, declara o governo de Lisboa, mas aquela não causa a Portugal quaisquer prejuízos.

Dias mais tarde, o enclave português na República do Dahomey — o Forte de São João Baptista de Ajudá — é ameaçado, e em 1 de Agosto é atacado e invadido. É simples relíquia do passado, de dimensão exígua: trata-se de uma pequena fortaleza, isolada na Costa da Mina, fundada por 1471 e com território circundante que mal cobre um quilómetro quadrado. No recinto, habitam um residente e dois ajudantes, dos quadros do ministério do Ultramar; e não há qualquer população. Sem embargo da nenhuma importância do enclave, além de histórica, no plano dos princípios é para todos os efeitos de soberania portuguesa; e como tal

não pode ser entregue. Perante o assalto de bandos dispersos, e sem quaisquer meios de defesa, os funcionários portugueses, o residente Agostinho Borges e o adjunto Meneses Alves, lançam fogo ao recheio do Forte e a quanto pudesse arder. E abandonam o local, deixando atrás de si ruínas e velhas muralhas enegrecidas. Conseguem sair para a Nigéria sem ser molestados, protegidos por forças militares do Dahomey, e sobretudo pela própria população civil, que afirmava desejar que os portugueses ali continuassem. Em Lisboa, o governo português publica uma nota de protesto, e repete este em Nova Iorque, junto da ONU e da delegação do Dahomey. Portugal aproveita o episódio para extrair ilações políticas: não se podendo alegar qualquer ameaça à segurança do Dahomey pela existência de um forte antigo, sem guarnição, desarmado, e sem significado militar, e não tendo o governo dahomeano reprimido o assalto feito por nacionais seus e reposto a situação anterior, tem de se concluir pela sua conivência num acto de agressão, de que assim se torna responsável. E o governo de Lisboa pergunta: aprova a ONU a agressão? Quer e pode obrigar o governo do Dahomey a reparar essa agressão? E mesmo que se considere o pequeno forte como uma expressão de colonialismo, é a agressão havida como meio legítimo de lhe pôr termo? Não obtém o governo de Lisboa resposta a estas perguntas, nem a esperava. Mas junto das delegações moderadas na ONU, europeias e latino-americanas, constitui um pecúlio político em seu favor: demonstrou a falência da ONU e a sua duplicidade na aplicação dos princípios. Na opinião pública portuguesa, o episódio causa sobretudo irritação, e Cunha Leal chega a advogar que a esquadra portuguesa bombardeie algumas povoações costeiras no Dahomey (1).

Entretanto, o Departamento de Estado dos Estados Unidos

(1) Posteriormente, realizaram-se em Nova Iorque conversações com delegados dahomeanos. Portugal fez uma proposta de solução: criava no Dahomey um consulado cuja sede seria o forte e como tal, nos termos da lei internacional, gozaria de extraterritorialidade e seria propriedade portuguesa; o governo do Dahomey, por acto seu, reconhecia livremente esse estatuto. Esta proposta portuguesa chegou a ser aceite pelos dahomeanos; mas os afro-asiáticos opuseram-se à sua execução por parte do governo do Dahomey. São João Baptista de Ajudá figurava expressamente na resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, como território colonial a que devia ser dada independência.

não esquece a questão de Angola. Continua activo o *grupo de trabalho*. Há alguma desilusão: perante reiteradas diligências americanas em Paris, Londres e Madrid, as reacções são frias e os três governos recusam-se a apoiar a política de Washington. Tenta agora o Departamento de Estado apaziguar o governo de Lisboa. Paralelamente, porém, o *grupo de trabalho* toma outras iniciativas. Abre o problema do fornecimento de material de guerra a Portugal. Deseja que a sua venda seja suspensa. Deseja mais: que retorne a Portugal algum armamento americano enviado de Lisboa para Angola meses atrás. Ao ser informado de que se prepara esta diligência, Elbrick protesta com vigor perante o seu próprio governo: considera que será violenta a reacção dos portugueses, e embaraçosa para os Estados Unidos, que podem ser acusados por Lisboa, em público, de faltarem ao cumprimento de acordos secretos antigos. Por outro lado, o próprio ministério da Defesa dos Estados Unidos sente receios; e o secretário da Defesa, Robert MacNamara, não oculta os seus temores dessa política. De momento, o assunto fica em suspenso, e Lisboa não chega a saber do que na altura se projectou. Mas o *grupo de trabalho* formula outras sugestões: auxiliar os que se refugiaram no Congo, enviando para junto desses milhares de homens alguns agentes dos Estados Unidos para coordenar aquela ajuda com outras de fontes internacionais; expandir os planos americanos de educação para estudantes negros dos territórios portugueses, e procurar encaminhar mais alguns para os Estados Unidos; resolver os problemas resultantes da diferença de língua, criando cursos acelerados de inglês para habilitar os estudantes portugueses a seguir programas americanos; fazer traduzir cerca de quinhentos livros americanos para português; encarar, em conjunto com organismos internacionais, uma ajuda financeira e económica a Portugal *«se Salazar enveredar por uma política colonial mais liberal»*. Em Lisboa, Elbrick tem longa conversa com Pedro Theotónio, que se apresta a partir para os Estados Unidos, a assumir o seu cargo de embaixador. Elbrick procura acima de tudo persuadir Pedro Theotónio de que os Estados Unidos não se opõem à presença de Portugal em África, e de que é errada a interpretação, feita naquele sentido pelo governo português, de alguns discursos de altos representantes americanos. Pedro Theotónio exprime

«*alguma compreensão*» do ponto de vista americano, anota Elbrick, quanto a uma solução puramente militar em Angola; mas lamenta que Washington não haja tido uma palavra para condenar as barbaridades cometidas nos territórios; e assegurando Elbrick de que iam ser empreendidas importantes reformas ultramarinas, declara que pouco seria conseguido, todavia, se os Estados Unidos e outros continuassem a exercer pressões sobre Portugal. E três dias depois desta conversa, a 7 de Agosto de 1961, Elbrick faz nas Necessidades, por instruções do seu governo, uma comunicação verbal. Diz: «*O apoio dos Estados Unidos ao conceito de autodeterminação de modo nenhum implica o apoio americano a quaisquer aspirações intervencionistas ou expansionistas ou a ataques depredatórios contra territórios ultramarinos portugueses por parte de outras nações. Pelo contrário, os Estados Unidos sem dúvida se oporiam nos planos político, diplomático e das Nações Unidas, a quaisquer tentativas de estados vizinhos de anexarem territórios ultramarinos portugueses*». Deste modo, o Departamento de Estado aprova a sugestão feita por Elbrick em 18 de Julho, e autoriza o embaixador a convertê-la em política oficial dos Estados Unidos. Mas quando em Lisboa é salientado a Elbrick que a sua comunicação, importante como poderá ser, é no entanto destituída de valor político para o governo português se não for reduzida a escrito e tornada pública, Elbrick cinge-se a responder que neste particular não tem instruções. Neste momento, uma notícia vem em 9 de Agosto reforçar a posição política do governo português: a povoação de Nabuangongo, quartel-general dos terroristas havido por inacessível e inexpugnável, é investida e tomada pelo Exército português: e nenhum palmo de terra angolana está subtraído à soberania portuguesa.

A este tempo chegam ao governo de Lisboa notícias inquietantes: o governo da União Indiana submetera ao seu parlamento um projecto de lei cujo objectivo é o de integrar na União, como territórios seus, os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli: e o parlamento aprova-o. Em Lisboa, há a consciência de que, no plano dos factos, não é viável contrariar a decisão. No terreno político, porém, há que denunciar aquela atitude, e explorá-la, tendo em mente a defesa de Goa, Damão e Diu. Neste espírito, em 11 de Agosto de 1961, o governo português remete ao governo

indiano, por intermédio do Brasil, um memorandum. Declara, na essência: o acórdão do Tribunal Internacional da Haia, de 12 de Abril de 1960, reconheceu a Portugal o direito de passagem entre os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e o território de Damão litoral, aceitando-se que a União Indiana tem a faculdade de regulamentar o exercício desse direito sem no entanto o destruir; porque o governo indiano sempre se afirma respeitador escrupuloso da ordem jurídica internacional e das decisões do mais alto órgão judicial da comunidade das Nações, tem-se aguardado que defina o modo por que se propõe cumprir aquele acórdão; nada tendo o governo indiano feito até agora, o governo português não deseja, pelo seu lado, protelar mais o cumprimento do mesmo, e assim comunica ao governo de Nova Deli a sua intenção de exercer o seu direito «*dentro dos limites e nos precisos termos do acórdão de 12 de Abril de 1960, para o que fornecerá ao governo indiano, em oportunidade breve, todos os elementos de facto apropriados*». Encosta-se o governo de Lisboa ao direito e à moral, e aos princípios que são defendidos pelo governo indiano (1). Depois, em nota oficiosa, é publicamente denunciada a atitude indiana: não tendo jamais negado a legitimidade da soberania portuguesa, o governo de Nova Deli não pode por acto unilateral dispor de territórios que sempre admitiu não lhe pertencerem; o acto é contrário aos princípios de coexistência e de respeito mútuo, constantemente proclamados pelo primeiro-ministro Nehru, e constitui um atentado contra a sentença do Tribunal da Haia; e a lei emanada do parlamento indiano tem de ser havida por irrele-

(1) Dos comentários feitos por Salazar a este memorandum português, destaco os seguintes: «*Em face da comunicação agora feita, o governo da U. Indiana ou não responde ou responde daqui a alguns dias a dizer que a situação prevista no acórdão está ultrapassada pois que os enclaves decidiram pedir a sua integração e a U. I. resolveu que os mesmos fossem integrados no seu território. Nestes termos teria desaparecido a soberania portuguesa que estava na base do julgamento da Haia. Se desde já pedirmos a passagem e indicarmos as pessoas—civis ou funcionários — que o governo português deseja vão a Dadrá e Nagar Aveli, é bem possível que Nova Deli espere a deliberação parlamentar para responder negativamente. Num e noutro caso pode remeter-se ao silêncio e não responder nada. Que fazer então? A sequência das coisas devia desde já começar a ser estudada. 11-8-961*».

vante, destituída de validade, e considerada simples expressão do colonialismo e do imperialismo que caracterizam a política da União para com os Estados seus vizinhos. E o gabinete de Lisboa leva estes documentos ao conhecimento de governos amigos, do Conselho de Segurança e seus membros, das delegações junto da ONU, e da imprensa internacional. É amplamente reconhecida a duplicidade indiana, e a hipocrisia do primeiro-ministro Nehru. Este ponto, para o governo de Lisboa, reveste-se de mais significado e causa mais inquietação do que a lei aprovada pelo parlamento de Nova Deli.

Mas tudo se submerge de momento numa grave crise internacional. Em 13 de Agosto de 1961, poucos minutos após a meia-noite, tropas e polícia da Alemanha Oriental e da União Soviética ocupam a linha de demarcação entre Berlim Oriental e Berlim Ocidental, destroem ruas, instalam blocos de cimento, erguem barricadas de arame farpado; e iniciam a construção de uma muralha ao longo de toda a fronteira entre os dois sectores da antiga capital alemã. É o *«muro da vergonha»*, como logo é designado no Ocidente. Durante quatro dias, os Estados Unidos e demais ocidentais parecem irresolutos: trata-se somente da construção da muralha ou está-se perante o início de um mais amplo e sinistro plano soviético? Não teria Krushev ficado convencido, no encontro de Viena, de que Kennedy se bateria por Berlim? Correm os dias, o governo de Washington mobiliza algumas unidades, e faz seguir para Berlim Ocidental um grupo de combate da 8.ª divisão americana estacionada na República Federal Alemã; e apresenta um protesto. Krushev rejeita o protesto; mas não interfere com o grupo de combate; e a construção continua, com celeridade febril. Na aceitação do facto consumado, todos a Ocidente se aprestam para negociações a que Krushev, alcançado o seu objectivo, não se mostra refractário. Mas na crise de Berlim, Washington não depara com o apoio do *terceiro mundo*, nem do bloco afro-asiático, nem das Nações Unidas: afinal, fora irrelevante e inútil a posição assumida pelos Estados Unidos contra a política portuguesa em África a propósito dos ataques terroristas ao Norte de Angola.

2

Concentrados meios, em homens e material, fora restabelecida a situação no Norte de Angola em termos convencionais: tudo que é importante está defendido, as comunicações estão asseguradas, o domínio territorial pertence às forças portuguesas por toda a parte. Mas, como previra Lopes Alves, a guerra adquire as características clássicas da *luta de guerrilhas,* e consolida-se o modelo habitual: grupos dispersos praticam durante a noite actos de sabotagem, lançam ataques de surpresa contra objectivos limitados, ou espalham o terror ao acaso em pequenas áreas ou povoações: e durante o dia ocultam-se em matas ou misturam-se com população local pacífica. Para as autoridades continua a ser difícil avaliar o número de terroristas empenhados; e se, por um lado, aparecem melhor armados e treinados, também as forças portuguesas se apercebem de que os grupos revelam tendências ideológicas diversas ou obedecem a comandos políticos e militares diferentes. Responsável pelo desencadear do terrorismo em meados de Março de 1961, afirma-se agora publicamente a *União das Populações de Angola* (U. P. A.), com sede na República do Congo: é esta que o governo congolês apoia, que os círculos da ONU auxiliam, e que firmara acordos com entidades oficiais norte-americanos. Mas começam a definir-se em público outros agrupamentos políticos: uns de inspiração soviética, outros puramente nacionalistas, ainda outros que desejam trabalhar com Portugal (1). Mas neste mês de Agosto de 1961 são filiados na

(1) Mais à frente, neste trabalho, este assunto será objecto de uma pormenorização que não cabe aqui. Pode o leitor também ver *História de Portugal (1933-1974),* págs. 292 e segs., ed. Civilização, 1981. O agrupamento de obediência soviética adoptou a designação do MPLA *(Movimento Popular para libertação de Angola);* o movimento nacionalista adoptou o nome de UNITA *(União para a Independência Total de Angola);* e de outros movimentos, que queriam trabalhar com Portugal, o mais *importante* foi o MDIA *(Movimento Democrático para a Independência de Angola);* mas este, também estabelecido no Congo, era de pequeno significado.

UPA os terroristas mais activos. Submetido o seu reduto de Nabuangongo, porém, sentem que sofrem grave desaire. Entretanto, nos meios da ONU, entre países do *terceiro mundo,* ou ocidentais, começa a esboçar-se um sentimento: Portugal parece ter a capacidade de resistir e, pelo menos, não se produziu um esbarrondamento de autoridade em Angola, ou na Metrópole.

No Departamento de Estado em Washington, todavia, o *grupo de trabalho* repisa a sua orientação anterior, embora alguns aspectos sejam mitigados na aparência. Preocupa os membros do grupo, principalmente, a questão do material de guerra. E Elbrick, não obstante os seus protestos, recebe instruções para uma diligência, que pratica em 16 de Agosto: o governo americano considera que o envio de equipamento militar americano para a África é contrário aos acordos bilaterais existentes, e espera que qualquer equipamento já expedido para Angola regresse à metrópole imediatamente; e Washington apenas fornecerá doravante o material militar indispensável às forças portuguesas da Europa afectas à NATO. Reage o governo de Lisboa, e a Elbrick é afirmado «*enfaticamente*»: o material de guerra remetido para Angola não regressará e continuará em Angola enquanto necessário; no plano prático, pouco importa que os Estados Unidos não vendam armamento a Portugal, porque ao governo português não escasseiam ofertas de fornecimentos militares, incluindo as que são feitas pelo bloco comunista; mas no plano político a decisão dos Estados Unidos, que são aliados, tem de ser havida como inamistosa para Portugal, e de muitos riscos num momento crítico em que a crise de Berlim imporia grande unidade no Ocidente. É ainda acentuado ao embaixador: Portugal deixa de ter interesse numa vitória dos Estados Unidos sobre a Rússia se no processo se perder Portugal. Ao dar conta da resposta que obtém, o enviado americano comenta para o seu governo: «*este último prego no caixão das relações luso-americanas apenas levará a um mais extenso agravamento dessas relações*». Elbrick é grande profissional, e homem de probidade; e procura limar as arestas mais ásperas da política do seu governo. Recomenda moderação a Washington, e sublinha que se torna indispensável desfazer a ideia, que o governo de Lisboa tem por assente, de que os Estados Unidos querem a expulsão de Portugal de África, a elimi-

nação dos brancos, e a criação de Estados de base negra exclusiva. Mas o próprio presidente Kennedy, em memorandum de 21 de Agosto de 1961, aprova a política de proibição de fornecimento de material militar, e cita a notícia de um jornal inglês que dava conta de uma bomba americana lançada numa aldeia angolana; e no entanto Kennedy pergunta se a política restritiva *«não terá um efeito adverso quanto ao uso da base dos Açores». «Estou a pensar»*, escreve Kennedy, *«se não deveríamos contentar-nos com um comentário público sobre o assunto»*. Robert MacNamara, secretário da Defesa, está preocupado, e responde ao presidente: *«A crítica importância militar dos nossos direitos e do contínuo uso das facilidades nos Açores, e a necessidade de obtermos um prolongamento desses direitos em negociações que têm de ser empreendidas em 1962, são tais que qualquer pressão pública sobre os portugueses, quanto ao uso de material militar em Angola, deve ser evitada»*. E o secretário de Estado, Dean Rusk, fica também apreensivo perante a reacção transmitida por Elbrick de Lisboa, e diz a Kennedy: *«a perspectiva de uma vantajosa extensão do acordo da base dos Açores quando expirar no fim de 1961 é de poucas esperanças»*; e um anúncio público sobre o corte do fornecimento de armas a Portugal *«apenas iria enfurecer mais os portugueses»*. E por isso *«é desnecessário nesta altura»*. E o Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos julga, apesar de tudo, que de momento as recomendações daqueles dois departamentos devem ser seguidas: mas quanto a este problema ambos *«serão estreitamente vigiados»*.

Uma vez que não se verificou o colapso da autoridade portuguesa, e que Portugal mostra capacidade de resistência, surdem de mil origens sugestões para a busca de uma fórmula política. Em surdina, confidencialmente, amigos e aliados são pródigos de conselhos: criar uma associação de nações, copiar o modelo da comunidade britânica, fazer uma declaração de intenções quanto a uma política a longo prazo, outras semelhantes. Paul Henri Spaak, amigo de Portugal e admirador de Salazar, que abandonara há tempo o cargo de secretário-geral da NATO para regressar à política belga como ministro dos Estrangeiros, possui também a *sua* ideia: o governo de Lisboa deveria fazer uma declaração confidencial aos seus aliados da NATO, numa das reuniões minis-

teriais, afirmando o seu propósito de conceder a autodeterminação ao Ultramar português num período que se não poderia ainda calcular com precisão ou prever; mas na base desta promessa os aliados dariam o seu apoio a Portugal. André de Staercke, íntimo de Spaak, em correspondência com Salazar no intervalo de visitas frequentes a Lisboa, insta pela adopção da fórmula do ministro belga. Salazar, todavia, não se deixa iludir: todas as sugestões constituiam somente um primeiro passo no caminho do abandono e entrega: quebrados os vínculos políticos, cessariam todos os outros: e o simples anúncio de uma nova política, ainda que para execução a longo prazo, criaria desde logo a velocidade psicológica de execução imediata dessa nova política (1). E nem parece aproveitável, escreve Salazar a Eduardo Leitão, a sugestão de Spaak (2): ou a declaração pronunciada no seio da NATO é

---

(1) O leitor curioso poderá encontrar o exame de todos estes pontos num outro trabalho do autor: *Diálogos Interditos,* ed. Intervenção, 1979, págs. IX-LVII.

(2) Sobre este assunto e outros ligados, com efeito, envia Salazar nesta altura ao embaixador português em Bruxelas uma longa carta, de alto interesse, em resposta a uma carta daquele, e de que se transcrevem as passagens fundamentais: «*Ao Dr. Eduardo Leitão: Recebi há dois dias a sua carta de 7 de Agosto, e estimei bem receber as notícias que me mandou. Houve qualquer equívoco, certamente meu, no respeitante ao relatório do Embaixador do Brasil acerca da sua visita a Angola. Pareceu-me entender que o André de Staercke conhecia o relatório do Negrão de Lima para o seu governo, quando sabia afinal apenas o que o embaixador da Bélgica em Lisboa apurou da sua conversa com o Emb. do Brasil. Nós abemos as linhas gerais do relatório, isto é, sabemos aquilo que o Embaixador quis dizer das suas* impressões *(excelentes) e das suas* conclusões *quanto ao futuro do território; esta parte menos clara e precisa. Vi com atenção o que Spaak lhe disse acerca do Ultramar português e da fórmula original a apresentar à OTAN. Em primeiro lugar, porquê à OTAN? O organismo tem manifestado indiferença senão nalguns sectores hostilidade quanto à política ultramarina portuguesa. Quando o ministro Marcelo Mathias* (palavra ilegível) *fazer em Paris uma longa exposição-queixa acerca da atitude adoptada para connosco pelos nossos aliados no respeitante ao Ultramar, precisamente na presença de Spaak, ninguém teve uma palavra de desculpa, de observação, de resposta. O próprio Spaak se indignou pela falta de interesse. A OTAN tem pensado e agido como se lhe fosse indiferente o futuro da África, ou como se a África independente e liberta de toda a influência ocidental fosse para o Ocidente uma solução de* toup repos. *As ideias do alargamento do âmbito da aliança não têm feito caminho: muitos países europeus não querem comprometer-se, nem*

mantida secreta, e então os membros da aliança não podem apoiar Portugal em nome de uma política que é publicamente desconhecida; ou a declaração é divulgada, e então equivaleria à declaração de intenções nos termos e com as consequências exigidas pela ONU. Em qualquer caso, porém, Salazar concorda em que seja feita, em sessão especial do Conselho da NATO, uma larga exposição da política africana portuguesa, mas dentro dos objectivos que são os de Portugal. Antecipadamente é sabido que se

---

mesmo através de um apoio moral, com as chamadas potências coloniais. De modo que tenho as maiores dúvidas sobre que a OTAN seja o melhor terreno para declarações sobre a política a seguir no Ultramar português. Spaak, que tem mostrado ser nosso amigo, deve ter notado que a experiência das independências africanas, designadamente do Congo, começa a abrir os olhos a algumas pessoas responsáveis. O pouco de informação correcta que se tem podido fazer passar acerca das condições económicas, sociais e políticas de Angola, bem como da origem e dos horrores perpetrados pelo terrorismo, começa a influenciar a grande imprensa mundial e os dirigentes políticos. O facto de a Rússia aparecer a preencher todos os vazios abertos pela retirada das potências ocidentais, também começa a preocupar a muitos que até há pouco nada pareciam compreender dos acontecimentos. Daqui talvez a sua reacção». Depois fala de uma exposição a fazer proximamente, pelo autor desta biografia, no Conselho da NATO. Então será dito *«o que fizemos e estamos fazendo para conduzir aquelas partes menos desenvolvidas da Nação».* Não se *«poderá apresentar uma fórmula mágica de carácter constitucional que contente os nossos inimigos (que são o grande número) e os indiferentes, acobardados diante da vozearia daqueles. É preciso ter presente que o que se quer é deitar abaixo de qualquer forma as construções actuais; qualquer fórmula no sentido de federação, confederação, uniões, comunidades, etc., seriam contestadas in limine por não assentarem na escolha directa dos povos colonizados, e estes por definição e consenso unânime não estão em condições de escolher nada. Nós não podemos entregar a «chefes» quase sempre fictícios e irresponsáveis e, quando não fictícios, chefes de bandoleiros, os destinos de populações que sempre fizeram parte da nação portuguesa. De modo que o que há a fazer é ir conduzindo, como o temos feito* (linha ilegível) *no sentido das sociedades multirraciais as províncias do ultramar. Só nós o podemos fazer; só nós mostrámos e mostramos ainda hoje que o podemos fazer. Permite-nos a loucura internacioinal que prossigamos? Este é já outro problema. Nós faremos o que estiver dentro das nossas possibilidades, mesmo desacompanhados, mesmo sós».* Embora sem a fórmula de Spaak, poderão ser ditas na NATO *«coisas que, constituindo a nossa verdade, são dignas de reflexão dos representantes das nações na OTAN. Estimo que continue de saúde. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar«.* Carta datada de 23-8-961. As duas ou três passagens omitidas na transição referem-se-me pessoalmente, pelo que são destituídas de interesse.

dividem em três grupos os membros da NATO no que respeita à política portuguesa de África: os favoráveis (França, Alemanha e mesmo Bélgica), os indiferentes ou neutros (Grécia, Turquia, Holanda), os hostis (todos os demais, com os Estados Unidos e os nórdicos em lugar mais destacado). Mas a Salazar como aos Estrangeiros e ao Ultramar, afigura-se útil uma larga e fundamentada exposição aos membros da NATO: não poderão depois alegar ignorância dos motivos portugueses, nem eximir-se às suas responsabilidades.

No mesmo dia em que Oliveira Salazar escreve a Eduardo Leitão, o primeiro-ministro Nehru, no seu parlamento, profere uma nova declaração grave: «*as condições estão amadurecendo para que um avanço seja feito*», e no «*contexto do que está acontecendo nas colónias portuguesas noutros continentes e em Goa, o que acontece produzirá uma nova situação que imporá um novo exame*». Por outro lado, chegam a Lisboa informações de outras origens: dos agentes do governo-geral de Goa em território indiano, da embaixada de Portugal em Karachi, e dos serviços secretos paquistaneses, que logo transmitem a Portugal os elementos que apuram. E são concordes nalguns pontos: Khrishna Menon, ministro indiano da Defesa e influente amigo pessoal de Nehru, insta com o primeiro-ministro para que este ordene o ataque contra Goa; e em torno do território notam-se movimentos inusitados de unidades militares e a concentração de importantes efectivos. Em comunicações escritas, o governo de Lisboa chama para os factos a atenção das potências e do Conselho de Segurança. Oliveira Salazar não oculta as suas preocupações. Diz para os seus colaboradores: «*Sim, Nehru é um tortuoso hipócrita. Não acredito no seu pacifismo. Mas não acredito também que cometa o erro de agredir Goa. E, por isso, não lhe deixar outra alternativa senão a guerra continua a ser a única política que pode salvar Goa*».

3

Oliveira Salazar mantém-se pelo Forte de Santo António. São raros os Conselhos de Ministros durante aquele Verão de 1961. Deslocam-se ao Estoril os ministros que têm em mãos problemas urgentes. Salazar está preocupado com as últimas atitudes do primeiro-ministro da União Indiana. Tiveram repercussão em Goa as recentes palavras de Nehru. Vassalo e Silva, governador-geral, exprime o sentir dos portugueses do território, e declara: «*os inimigos de Portugal podem ter a certeza de que cumpriremos o nosso dever em tempo de paz ou de guerra*». Para mais, o Brasil, que tanto pode ajudar na defesa de Goa, atravessa uma crise gravíssima: demite-se finalmente, sob pressão da opinião pública, o presidente Jânio Quadros, e por entre incerteza e agitação política sucede-lhe João Goulart, que parece ser tão demagogo como primário. Mas na rotina do Forte, além dos ministros, são raros os visitantes estrangeiros. Faz uma ressalva, todavia, e acolhe em fins de Agosto o jornalista brasileiro Alves Pinheiro, que da amizade luso-brasileira talhou um lugar de destaque na imprensa dos dois países. Alves Pinheiro representa *O Globo*, e Salazar fala como num desabafo subjectivo. Não deixa decerto de aludir a aspectos políticos: condena a discriminação racial, defende a discriminação baseada em valores; tanto como há trinta anos, considera que o equilíbrio orçamental ainda é a melhor política financeira; e o «*mal das oposições em Portugal é este de tomar sempre uma atitude de desafio*». Mas depois Salazar torna-se homem comum, encara-se com a serenidade dos antigos. «*Já estou velho e poucos anos me restam de vida. Preciso de dedicá-los todos ao meu país*». E o futuro? É simples: «*O presidente da República escolherá outro presidente do Conselho que poderá ser melhor ou pior que o actual*». Há que entender este facto: «*acima de mim está o presidente da República que poderá hoje ou amanhã exonerar-me, substituir-me, e eu irei tratar de outra vida*». Mas não haverá um traumatismo, um choque? «*Tantos são os anos que vivo no governo que o povo não concebe a minha substituição ou o meu desaparecimento*»; «*é força de*

hábito»; mas *«a Nação já adquiriu a maturidade necessária, não haverá nenhuma solução de continuidade».* E Salazar exprime-se como homem que está preparado para abandonar funções dentro de um minuto ou para exercê-las pela eternidade: na resolução dos negócios do Estado parte da segunda hipótese.

Mas, entre fins de Agosto e princípios de Setembro, Salazar trabalha sobretudo com o ministro do Ultramar, Adriano Moreira. Este tem preparado alguns diplomas que levam aos territórios ultramarinos vastas reformas. Entre aqueles, o projecto de decreto abolindo o estatuto de *indigenato.* Trata-se de matéria básica, de uma instituição medular da política portuguesa; e o seu desaparecimento constitui marco histórico nos planos político, sociológico e administrativo. É verdadeiramente de uma revolução que se cuida. Em larga medida, pode entender-se que a decisão é apressada pelas circunstâncias externas: desde o início dos ataques na ONU, a crítica fundamental incide sobre o facto de nem todos os habitantes dos territórios portugueses gozarem de plena cidadania portuguesa. Porque é assim, Oliveira Salazar deseja escolher um momento em que seja menor a pressão internacional, e em que o terrorismo no Norte de Angola não disponha de qualquer foco organizado de acção militar. E o mês de Setembro aparece como o mais favorável. Estão ainda encerradas as Nações Unidas, e novos ataques não são de esperar antes de princípios de Outubro, no decurso da próxima Assembleia Geral; e o último reduto de terroristas em Nabuangongo, transformado quase em símbolo de resistência às armas portuguesas, fora enfim esmagado há semanas. Está politicamente aberto o caminho. E por decreto de 6 de Setembro de 1961 é abolido o *indigenato* em todo o território português (1). No preâmbulo do diploma aparece o seu justificativo. Em que se baseava uma instituição aliás tão mal compreendida internacionalmente? Antes de mais, no respeito do direito privado de populações a pouco e pouco incorporadas no Estado português a partir das descobertas, e isso na convicção de que esse direito exprime os valores fundamentais de qualquer comunidade;

(1) Trata-se do decreto-lei n.º 43.893. É extremamente simples a sua formulação legislativa. Tem um *artigo único,* que diz: *«É revogado o Decreto-Lei n.º 39.666 de 20 de Maio de 1954».*

e assim, nesta orientação, que é parte valiosa do património histórico português, Portugal antecedeu de muitos séculos as proclamações de organismos internacionais da actualidade. Depois, a progressiva implantação do conceito de Estado, representando uma soberania portuguesa que se exercia em todos os continentes sem violência, levou à formulação lenta de um conjunto de preceitos que traduziam a ética missionária e exprimiam com fidelidade a «*particular maneira portuguesa de estar no mundo*»; e assim foi criado um corpo de imperativos legais destinados a proteger populações e a respeitar as formas tradicionais da propriedade, da família e das sucessões. Além de tudo, no século XIX, aceitava-se que a cidadania tinha o significado de nacionalidade; mas o racionalismo do direito público da época suscitou um problema de técnica jurídica que se traduziu na confusão do conceito de cidadania com a capacidade de gozo e exercício de direitos políticos; e o predomínio do espírito de missão e o sentido de não-violência levaram a um relacionamento formal do estatuto de direito privado com o estatuto político, e a fazer depender este da espécie de lei privada a que cada português estivesse subordinado, sem prejuízo de uma nacionalidade comum atribuída a todos segundo as mesmas regras. São portanto sem procedência as críticas feitas: tudo foi determinado pela composição heterogénea do povo português, pela sua dispersão geográfica, pelo respeito por outras sociedades e culturas, pelo espírito de missão, pelo conceito de que cada homem é um fenómeno único, por um humanismo que se revelou como capaz de implantar uma democracia humana no mundo por onde fez caminho o Ocidente. Na raiz deste processo sociológico, está a tendência para uma assimilação que levasse todos os elementos estruturais da Nação a intervir na vida administrativa e na feitura das leis. E deste modo, no plano dos princípios e em tese, qualquer português de qualquer etnia pode ascender à Presidência da República; e assim se destrói o argumento de que, pelo facto do indigenato, os territórios portugueses são colónias habitadas por cidadãos de segunda classe.

Paralelamente à supressão do indigenato, outras reformas são decretadas. Instituem-se as *regedorias* (1), destinadas a fazer

(1) Decreto n.º 43.896, de 6 de Setembro de 1961.

intervir os vizinhos na gestão dos interesses comuns. Cada regedoria é chefiada por um regedor, a ser investido pelo governador de distrito ou província, e aquele será assistido por um conselho de sua escolha formado pelos homens bons da área; e as regedorias terão representantes nos conselhos legislativos ou de governo de cada província. É publicado um extenso regulamento sobre ocupação e concessão de terrenos no Ultramar, que facilita o processo de outorga de títulos que garantem a posse, o direito de propriedade, a usufruição (1). No plano do direito privado, são reconhecidos os usos e costumes locais, estejam codificados ou não (2). E são ainda publicados outros diplomas. Por virtude da abolição do indigenato, são reorganizados os tribunais, pondo-se termo à distinção de foro judicial em razão das pessoas, e reestruturado o processo especial, em função do estatuto de direito privado costumeiro não codificado (3). E são em conformidade ampliados, ou criados onde não existem, os serviços de notariado e os de registo civil, predial, comercial e outros (4).

Simultaneamente, no plano económico e financeiro, são anunciadas outras medidas, de repercussão vasta, ainda que a mais longo prazo. Correia de Oliveira, ministro de Estado adjunto do chefe do governo, torna público o projecto de um «*mercado único português*», a transformar em realidade no decurso de 1962, com a dimensão que corresponda ao espaço português. Que se prevê para aquele fim? Supressão de taxas alfandegárias entre territórios portugueses, a efectuar em fases progressivas; desenvolvimento regional, devendo aquela supressão acompanhar este e estar cumprida em dez anos; criação de um fundo monetário e de um sistema de compensação inter-regional. E a opinião pública entende que o governo, para frisar com a da unidade política da Nação, se lança deliberadamente numa política de unidade económica: é o caminho integracionista.

Publicado este conjunto de reformas, o ministro do Ultramar parte dias mais tarde para uma prolongada viagem a Moçambique

(1) Decreto n.º 43.894, de 6 de Setembro de 1961.
(2) Decreto n.º 43.897, da mesma data.
(3) Decreto n.º 43.898, da mesma data.
(4) Decreto n.º 43.899, da mesma data.

e a Angola (1), e o Conselho de Ministros autoriza-o a usar da sua competência legislativa enquanto naquelas províncias. Por seu turno, o ministro dos Estrangeiros desloca-se a Paris e, em reunião especial do Conselho da NATO, pronuncia uma longa

(1) Jorge Jardim abandonara Angola em Maio e volta à província em Agosto. E em 28 de Setembro de 1961 envia a Salazar uma nova carta-relatório. Como vê agora a província? *«Um dos aspectos que mais me preocupa nesta guerra é a indiferença, ao menos aparente, das nossas elites pelo combate que em Angola se trava»*. Adiante: *«Quem se bate em Angola é indiscutivelmente o povo. São os soldadinhos arrancados aos campos e às oficinas; são os oficiais de carreira ou trazidos das universidades e das profissões que mal tinham esboçado um início; são os civis modestos que se apegam às terras em que viviam e onde, tantas vezes, serviam senhores ausentes»*. *«Das elites do país (da política, do sangue, da finança, dos intelectuais) nada encontrei por estes caminhos de Angola embora muito houvesse visto pelas praias e hotéis cómodos de Luanda, para não falar do Estoril ou da baía de Cascais quando aí estive»*. Ainda que raras, há excepções, que não alteram o quadro geral: *«o que eu apreciaria ver — e não vejo — seria a decisão de tais elites em tomarem a iniciativa de formarem na primeira linha; virem oferecer o exemplo que as outras classes tinham o direito de esperar e um dia acabarão por lhes exigir ou recordar duramente»*. *«O que eu digo sem rancor — e até com alguma compreensão — oiço-o aos soldados e oficiais na poeirada das colunas militares, no descanso curto sentados nas trincheiras (que as havia) donde desalojámos a tiro o inimigo, nos desabafos suados nas infindáveis horas de marcha pelas matas de café com a garganta seca (como se pode ter tanta sede?) e o dedo no gatilho. Escutei-o até nos lamentos dos feridos estendidos nas macas improvisadas a aguardarem a evacuação para o hospital ou nas enfermarias onde os fui ver depois»*. Continua Jardim: *«Existem por agora 120 deputados, não sei quantos procuradores, antigos ministros e subsecretários, dúzias de financeiros (nados e criados no Regime) e tudo o mais que podemos admirar nas recepções da Ajuda ou nas galas de São Carlos. Mas não há uma meia dúzia para lutar em Angola? Eles ou os filhos? Desde Março que os procuro e desde então que nunca os vi onde se discute, com tiros, a nossa sobrevivência de Nação»*. E no plano militar? *«Nesta guerra, como me dizia o general Gomes de Araújo, queimam-se generais e distinguem-se capitães»*. *«Que magnífica a juventude e coragem dos capitães e subalternos!»*. *«É indiscutível que o nosso Exército conseguiu em Angola um êxito notável — e em tempo que causa espanto a quem conheceu anteriormente a situação — com a recuperação da quase totalidade das povoações e a razoável limpeza das linhas essenciais de comunicações. E parece fora de comentário crítico a perícia com que se utilizaram para tal efeito as unidades disponíveis, constituídas na sua maioria por tropas sem treino e experiência de guerra»*. Mas Jardim avisa que o inimigo não está vencido e que há que saber opor à guerrilha a guerrilha.

exposição da política africana do governo de Lisboa. Corresponde às expectativas a reacção encontrada: reserva polida de muitos; hostilidade cortês dos representantes americano, canadiano, e nórdicos; apoio dos delegados francês e alemão; e compreensão discreta de ingleses e belgas. Mas com a exposição dos motivos portugueses, o Conselho da NATO é posto perante as suas responsabilidades quanto à solidariedade atlântica e sua quebra, e não pode alegar que o gabinete de Lisboa se exime à consulta política no seio da Aliança. Mas em Lisboa, pela metrópole, está presente na vida de cada um o problema do Ultramar. E Cunha Leal, na Assembleia Geral da Companhia de Moçambique, apresenta uma moção só nacional e não partidária: protesta contra os ataques, as acusações de estrangeiros; presta homenagem aos colonizadores que foram vítimas dos terroristas; e saúda as Forças Armadas que defendem a «*integridade da herança territorial, recebida dos portugueses de antanho pelos portugueses de hoje*».

4

Desenrola-se a resistência política e militar de Portugal por entre a crise generalizada. Mantém a sua atitude aguerrida a União Soviética: e num desafio aos Estados Unidos efectua novas experiências nucleares para aperfeiçoamento do seu arsenal atómico. Reforçam os Estados Unidos as suas precauções militares: e em Setembro de 1961 reúnem-se em Washington os ministros dos Estrangeiros dos grandes ocidentais para examinar as possibilidades de uma negociação com Moscovo. Paul Henri Spaak visita Krushev no Kremlin: e é a questão da Alemanha que sobretudo ocupa os dois homens. Para o chefe russo, a divisão da Alemanha em dois Estados não é de momento passível de negociação: está pronto a assinar um tratado de paz com ambos: mas admite que os Ocidentais queiram firmar esse tratado apenas com a República Federal. Em qualquer caso, e para efeitos futuros, se se acordasse em dois tratados, algumas disposições teriam de ser comuns, particularmente as que definissem as fronteiras exteriores das duas

Alemanhas ou de uma Alemanha mais tarde reunificada. Mas noutros momentos os representantes soviéticos aparecem como mais ásperos e intransigentes, e não indicam a ingleses, franceses ou americanos, propósitos nenhuns de negociação séria. Pelo mundo, multiplicam-se os focos de conflito, as situações de guerra: o Norte de África e a luta israelo-árabe; a Indochina e a guerra norte-sul; as convulsões da América Latina e da África Negra. No Brasil, são tormentosos os princípios de João Goulart; e Quadros aparece de novo em Lisboa, a vagabundear pelas ruas com as suas excentricidades. Mas é na África Negra que os acontecimentos mais afectam Portugal. Por parte do governo britânico, é posta em causa a estrutura da Federação das Rodésias e da Niassalândia, e o seu primeiro-ministro, Sir Roy Wellensky, luta desesperadamente para evitar o seu desaparecimento. E na República do Congo mantém-se o caos, as lutas tribais sangrentas, a secessão do Catanga sob a chefia de Tschombé. São incapazes para garantir a ordem pública os vinte mil homens das Nações Unidas; e por todo o vasto território a selva e o clima retomam os seus direitos, com as fomes, as doenças, a degradação das cidades, a destruição das vias de comunicação. Mas ainda em Setembro de 1961, o exército da ONU, por instruções de Nova Iorque e de acordo com Washington, empreende operações militares contra o Catanga, e algumas colunas marcham sobre Elisabethville, a capital. É a guerra na fronteira nordeste de Angola.

Mas neste mês de Setembro de 1961 agravam-se mais e mais as preocupações de Lisboa pelo destino da Índia Portuguesa. Informações dos agentes portugueses na União Indiana indicam que, de harmonia certamente com decisões políticas do governo central, há uma concentração de meios militares nas proximidades de Goa, Damão e Diu; e os serviços paquistaneses, sempre muito atentos a movimentos de tropas indianas, corroboram os elementos obtidos pelos portugueses, e pormenorizam mesmo as unidades mobilizadas, seu armamento, seus efectivos. Julga então o governo de Lisboa que se impõe denunciar perante o mundo o que bem podem ser os preparativos de uma agressão. Em nota oficiosa do Ministério dos Estrangeiros, da primeira quinzena de Setembro, são recordadas as declarações feitas ao parlamento por Nehru, e que não foram desmentidas ou corrigidas. Depois o governo português

observa que foram feitas ameaças de recurso à força, o que contraria o direito internacional e a Carta da ONU, que a União Indiana subscreveu; e comenta que o uso da força armada não está previsto como meio de resolver conflitos internacionais. Nega ainda o governo português todas as insinuações indianas quanto à situação em Goa, e acusa o governo de Nova Deli de faltar à verdade e de saber que falta à verdade. E de toda esta denúncia dos propósitos agressivos da Índia são avisados o Conselho de Segurança e os círculos das Nações Unidas, e Portugal constitui o mundo em testemunha do que parece preparar-se. Mas justamente na mesma altura o primeiro-ministro Nehru encontra-se em Moscovo para uma visita oficial e, sem conhecer a nota portuguesa no momento em que fala, declara que fazer a guerra a quem quer que seja constitui um acto de estupidez.

Lavra agora a guerra para lá da fronteira nordeste de Angola, e são cerca de nove mil «*capacetes azuis*» que encontram pela frente cerca de onze mil gendarmes catangueses, enquadrados e comandados por mercenários e oficiais estrangeiros: e as forças da ONU falham na sua tentativa. É suspensa a ofensiva das Nações Unidas, combina-se um cessar fogo. Estabelecem-se negociações entre o secretário-geral da ONU, o primeiro-ministro congolês Adoula, e o chefe catanguês. Para concluir o acordo, parte Dag Hammarskjold de Nova Iorque, e vai ao encontro de Tschombé. Quando sobrevoa a área de Ndola (1), o avião em que viaja o secretário-geral perde altura, esmaga-se no solo e no desastre morrem todos os ocupantes do aparelho. Há espanto no mundo, e é profunda a emoção na ONU e nos círculos afro-asiáticos (2). Vencido o choque, são retomadas as conversações entre delegados das Nações Unidas e Tschombé: é assinado o cessar-fogo. Alguns gendarmes catangueses refugiam-se em Angola, no Nordeste, e são acolhidos pelas autoridades, e desarmados. Mas não finda a secessão do Catanga.

---

(1) Cidade zambiana junto da fronteira com o Catanga.

(2) Foram tidas por estranhas em muitos meios as condições do desastre. Tudo com efeito se rodeou de mistério. Não faltaram alegações de sabotagem, sem que no entanto se chegasse a uma acusação concreta. Algumas resoluções foram aprovadas na ONU solicitando inquéritos que todavia a nada conduziram.

5

Na segunda quinzena de Setembro, como de hábito, reabre a Assembleia Geral das Nações Unidas. Paira sobre a sessão o drama da morte de Hammarskjold, e o facto contribui para maior violência dos afro-asiáticos contra o Ocidente, que aqueles culpam do desastre que matou o secretário-geral. Em qualquer caso, para Portugal é já uma rotina o ambiente hostil. Logo de inicio, na comissão directiva, a maioria resolve inscrever a *questão de Angola* na ordem do dia. Por instruções de Lisboa, protesta a delegação portuguesa; mas o governo português está consciente de que pratica apenas uma formalidade que não altera o curso dos debates. No Conselho de Ministros de 3 de Outubro de 1961, Oliveira Salazar faz larga apreciação do momento internacional, que vê sombrio, e ataca muito vigorosamente a política dos Estados Unidos, a que atribui as responsabilidades supremas. Não considera de gravidade o próximo debate da ONU. E é optimista quanto ao Norte de Angola: depois de Nabuangongo, tem sido rápido o ritmo de reocupação militar e administrativa do território. Dias depois, a Defesa Nacional, em comunicado, afirma que está completada a pacificação da área, e que foi reforçada a vigilância ao longo da fronteira. Mas nem o chefe do governo em Conselho de Ministros nem a Defesa Nacional sugerem que esteja liquidada e finda a *guerra de guerrilha*.

Retoma os seus direitos, todavia, a política interna. Projectam-se manifestações republicanas, que o ministério do Interior atribui ao Partido Comunista, e que teriam por objectivo «*uma jornada contra a acção desenvolvida pelo governo em Angola*». Proíbe o Interior quaisquer manifestações, e não há perturbação de ordem pública. Mais importantes, contudo, e de mais interesse, se apresentam as próximas eleições gerais. Chegou a seu termo a legislatura, e há que renovar a Assembleia Nacional. Desde os últimos dias de Setembro, aprestam-se as oposições para o combate. Agitam-se os elementos políticos de todos os

quadrantes. Como vê Salazar a situação? Considera que existem quatro forças principais: os democratas, os comunistas, os monárquicos anti-situacionistas, a *União Nacional*. Não parece que os primeiros tenham força, ou estejam unidos; são poucas as suas possibilidades; mas gozam do apoio que pode vir-lhes das tendências demo-liberais de outros países. Afigura-se no entanto que os democratas não têm feito qualquer progresso, se é que não têm sofrido um recuo, motivado pela experiência passada; encontram-se, contudo, numa linha de concordância com os tempos actuais. E o Partido Comunista? Segundo Salazar, sente as dificuldades e tem os atractivos da clandestinidade. Terá aumentado a sua força? Não se sabe. Mas o imperialismo soviético e a nova expressão dos partidos comunistas europeus representam um perigo e também «*uma fraqueza que deve ser aproveitada*». Pelo que toca aos monárquicos anti-situacionistas, «*suponho que são pouco numerosos ainda*». E a *União Nacional?* Tem força e tem fraqueza. Esta última resulta de se não constituir em partido; e tem ainda falta de prestígio e de acção. Terá possibilidade de se manter? «*Isso depende de o próprio regime se manter ou não*». Mas neste momento histórico a unidade essencial do país, como em épocas idas, parece estabelecida em torno do fenómeno ultramarino, pelo menos nas massas populares. «*Para Angola, rapidamente e em força*» é ainda, ao cabo de meio ano, um grito que ressoa nos espíritos. Nesta política se pode basear, pensa o chefe do governo, um apoio nacional para as próximas eleições de deputados.

Desde já, como tarefa prioritária, importa estabelecer uma lista de candidatos a deputados, a apresentar ao eleitorado pela União Nacional. Surgem desde logo as intrigas, os ódios pessoais, as rivalidades. «*É a lama da política interna*», comenta Oliveira Salazar. Veiga de Macedo, na *União Nacional*, completou os trabalhos preparatórios: obteve das comissões distritais e do Ultramar a indicação de listas de nomes, as recomendações sobre as individualidades a serem escolhidas, ou vetadas. Mas agora impõe-se a tarefa habitual: examinar os nomes sugeridos, um por um. Salazar submete as listas aos seus conselheiros de confiança: José Nosolini, Soares da Fonseca, Luís Supico e, neste caso, muito

especialmente, Albino dos Reis e Mário de Figueiredo (1). Há dificuldades: todos estão dispersos, Albino dos Reis está no Luso, Figueiredo está na Lousã. Ambos vêm a Lisboa; sucedem-se as reuniões, tanto no Forte do Estoril como na sede da *União Nacional*. Há problemas: Albino dos Reis mostra desinteresse; Mário de Figueiredo diz que se recusa a apresentar a sua candidatura; Soares da Fonseca encontra a oposição de muitos; há ainda dificuldades com outros nomes. Mas Reis acaba por aceitar; e Figueiredo também, sendo-lhe deixado entrever a possibilidade de ser o presidente da próxima Câmara. Com lentidão e ajustamentos sucessivos, apura-se uma lista que inclui os grandes nomes do regime no plano parlamentar; mas, se forem eleitos os escolhidos, a futura Câmara aparecerá largamente renovada. E as forças políticas que apoiam a situação preparam-se para mais uma campanha eleitoral.

De parte da oposição repete-se o ritual que, com variações de pormenor, é praticado desde 1945. Surgem os mesmos nomes: os de

---

(1) Por lançar luz sobre um dos aspectos do processo da selecção de candidatos a deputados pela União Nacional, transcrevo a carta de Salazar para Mário de Figueiredo: «*Meu Caro Mário — Informam-me de que te encontras na Lousã, em férias, e por isso te incomodo para aí com esta carta. Está sendo tempo de se gizarem as listas de deputados e a União Nacional fez os trabalhos preparatórios de consulta às Comissões distritais e às províncias do Ultramar. O Dr. Veiga de Macedo está de posse dos elementos, ainda não todos, com que se pode trubalhar. É costume dares a tua colaboração, aliás imprescindível, pelo menos no que respeita aos que deram já provas de qualquer género. É-me penoso sacrificar-te neste momento e fazer-te perder alguns dias de férias; mas não posso deixar de dirigir-te um apelo para que nos ajudes. Quando poderás estar em Lisboa e assistir às reuniões? Escrevi ao Albino dos Reis, que está no Luso, na mesma orientação. Com afectuosos cumprimentos, Ol. Salazar*». Carta de 18-9-61. A esta carta responde Figueiredo da seguinte forma: «*Meu Caro Salazar — Acabo de receber a tua carta a que respondo. Nunca recusei a minha colaboração em coisas em que se entenda poder ser útil prestá-la, desde que me julgue em condições físicas e de espírito de o fazer. Não a recusaria agora. Devo, no entanto, dizer-te que a minha colaboração na escolha de deputados não trará qualquer vantagem. Conheço mal as pessoas, quando as conheço, e, como me não sinto em condições de poder deixar-me eleger, parece-me sem sentido a minha colaboração. Em todo o caso, estou ao teu dispor para acompanhar a consideração dos nomes das pessoas que pertenceram à Assembleia que finda o seu mandato. Com afectuosos cumprimentos, a) M. de Figueiredo*».

velha guarda, desde Cunha Leal a Hélder Ribeiro, e os de gerações mais novas, de Adão e Silva a Acácio de Gouveia, de Eduardo de Figueiredo a Vasco da Gama Fernandes. São reacendidas as críticas: não é completo nem honesto o recenseamento eleitoral; não há liberdade que baste para uma legítima propaganda de candidaturas oposicionistas; não há garantias de uma severa fiscalização do acto eleitoral; e o governo não se propõe conduzir um sufrágio sério e livre. Das críticas é objecto a política interna; mas é sobre a política de África que mais incidem as setas da oposição. Não se advoga o abandono aberto do Ultramar, salvo nos sectores de extrema-esquerda; mas as culpas dos ataques da ONU, da hostilidade de algumas potências, dos acontecimentos no Norte de Angola, são atribuídas ao carácter não democrático do regime, à opressão exercida pelo governo, ao desregramento administrativo, a inabilidade com que é conduzida a política. Com extrema candura, a oposição declara que acredita na pureza dos propósitos das Nações Unidas, na virtualidade de um conceito de autodeterminação que não conduz ao separatismo e ao abandono, na vantagem de negociar para se conseguir uma solução a longo, a muito longo prazo. Na matéria, salienta-se Cunha Leal, que lança mais um volume — *A gadanha da morte* — de comentário e crítica à política ultramarina. Mas Cunha Leal toma uma atitude diversa, como homem que vê os problemas com altura, no âmbito dos interesses nacionais, e num plano de Estado e de Governo. Decerto: acredita na boa-fé da ONU e na isenção das grandes potências. Escreve: «*Que se não aterrem, portanto, aqueles portugueses de boa cepa que fogem da autodeterminação como «o diabo foge da Cruz», quando alguém a preconize, embora o faça com convicção patriótica não inferior à sua*». «*O fenómeno*», pensa Cunha Leal, «*não deve ter o automatismo, que lhe é emprestado por muitos dos que nele ouvem falar. E por outro lado, estou absolutamente convencido de que, aduzidas no areópago noviorquino as razões justificativas da escolha de uma conveniente e, por isso mesmo, não apressada oportunidade para a deflagração da autodeterminação no tocante às nossas províncias ultramarinas, encontraríamos ali um eco que a nossa teima de integração por força ou por jeito nos não proporciona*». Cunha Leal acredita assim que, se for feita por Portugal uma declaração de intenções

para uma independência dentro de dez ou vinte anos, a ONU, as potências, o terrorismo, deixam Portugal em paz, e só no termo dos dez ou vinte anos se lembrariam dos territórios ultramarinos portugueses. Neste ponto básico, Cunha Leal e Salazar têm um abismo entre si. Mas nos demais aspectos da política africana é nenhuma a divergência dos dois homens. Nem um nem outro acreditam numa associação ou comunidade de territórios. Acentua Cunha Leal: «*Com efeito, temos sérias dúvidas sobre se uma associação, fundada apenas numa reciprocidade de interesses materiais, resistiria às consequências da nossa debilidade económica e por isso não viria a dissolver-se em proveito das grandes potências da pecúnia*». Por outras palavras: Cunha Leal também vê lucidamente que, destruídos os vínculos políticos com as províncias ultramarinas, todos os demais vínculos se extinguiriam por igual, a prazo mais ou menos breve. E por isso, se a independência viesse a ser o termo da obra portuguesa em África, apenas se deveria atingir essa finalidade «*através de uma prolongada e meritória obra de confraternização e interpenetração racial*». Justamente, admite por outro lado Cunha Leal, não desejam as Nações Unidas dar a Portugal tempo para realizar tal política. E quanto aos que recomendam negociações com interlocutores válidos dos habitantes das províncias? Responde Leal: «*Antes de mais nada, ouso perguntar aos simpáticos reclamantes ultramarinos* (1) *aonde é que se encontrariam os tais representantes dos indígenas com quem se haveria de encetar negociações para atingir, com cordura, o objectivo em vista*». No fim de tudo, «*militarmente não há outra coisa a fazer que não seja ranger os dentes e intensificar os nossos preparativos de defesa*». Depois de todas as críticas e acusações, Cunha Leal chega por caminhos ínvios a conclusões afins das de Salazar: há que resistir. Mas no campo oposicionista não é largo o acolhimento dado às teses de Cunha Leal. Para a maioria dos adversários do regime,

(1) Cunha Leal comentava neste passo uma exposição anteriormente dirigida ao presidente da República por habitantes de Moçambique que reclamavam providências destinadas, no seu parecer, a evitar uma repetição dos acontecimentos de Angola, mas que levariam inevitavelmente ao separatismo.

o essencial consiste em agir de modo que Portugal seja benquisto da ONU e delegações afro-asiáticas, tenha boas relações com todos os países, e sobretudo não defronte dificuldades, ou debates embaraçosos, nem faça sacrifícios; e se no processo houver de entregar o Ultramar para obter aquelas graças, o facto deve ser considerado como marginal, ou como fatalidade, ou como ajustamento às ideias modernas, ao espírito avançado, ao novo mundo em gestação.

Por entre as exigências do período eleitoral, todavia, Oliveira Salazar em nada se alheia dos negócios externos e dos de África. Segue atentamente a situação em França. Acorrem a Portugal muitos franceses, alguns residentes antigos da Argélia, que são hostis à política argelina de De Gaulle, e desejam derrubar este; e encontram em Ploncard d'Assac, que continua a viver em Lisboa, um ponto de apoio e de contacto. Sustentam estes adversários de De Gaulle a tese de que uma Argélia independente será comunista; desse facto resultará a perda da África para o Ocidente; e consideram o presidente francês um instrumento do capitalismo internacional. Falam em nome de oficiais franceses de fama — o general Salan, os coronéis Argoud, Brizat, Godard, Lagaillarde, outros ainda — e remetem a Oliveira Salazar o seu *manifesto* político em que declaram o propósito de fazer em França uma revolução, e de lançar o movimento da *Ordem Nova*. Salazar lê os documentos, sublinha passagens, arquiva-os; mas não recebe os representantes dessa *Ordem Nova*. Sem conhecimento destes antigaullistas, D'Assac avista-se confidencialmente com o chefe do governo; tem agora o plano de elaborar, à semelhança do *Dicionário Político e Crítico* de Charles Maurras que Jean Pélissier está a publicar, um *Dicionário Político* extraído dos discursos e outros textos de Oliveira Salazar; e este não se opõe ao projecto. Depois, são os cuidados do lado brasileiro e do lado americano. Não deixa de ser anticolonialista, conforme às Nações Unidas, o novo governo brasileiro do presidente Goulart; e sugere a Portugal a possibilidade de usar o Brasil como medianeiro, ou de constituir uma comunidade luso-afro-brasileira. Por seu lado, os representantes norte-americanos, em discursos públicos e em organismos internacionais, conti-

nuam a crítica da orientação africana de Portugal, mas em termos agora moderados, e por vezes apenas em alusão velada. No interior do Departamento de Estado, com efeito, fora profundo o desapontamento com as reformas decretadas nos inícios de Setembro. Já se admite que o caso português não era idêntico aos demais. Em carta ao cônsul dos Estados Unidos em Lourenço Marques, William Taft, escreve Mennen Williams, sempre obcecado com o problema português: «*Nós reconhecemos algumas características que são únicas da África Portuguesa*». Mas continua a entender que se está em face de um movimento histórico: este impõe a Portugal «*alguns ajustamentos*»: não se trata de eliminar Portugal da África: não, nada disso, ao contrário do que os portugueses parecem julgar: trata-se apenas «*de persuadir os portugueses a aceitar uma filosofia mais de harmonia com os tempos*». Taft recomenda que seja «*subtil e paciente*» a pressão a ser exercida em Lisboa. Williams responde que isso «*seria pura perda*». Na verdade, lamenta o subsecretário para assuntos africanos, «*as reformas recentemente anunciadas não têm em vista o princípio de autodeterminação*». Taft solicita compreensão da política portuguesa; e que Portugal seja ajudado económica e financeiramente. Sim, decerto, concorda Williams; mas esse auxílio apenas será de encarar quando os portugueses aceitarem a autodeterminação nos seus territórios. Não tem Oliveira Salazar conhecimento desta correspondência; mas pressente aquele estado de espírito quando, em 11 de Outubro de 1961, recebe Thomas Finletter, embaixador dos Estados Unidos na NATO (1). Finletter vem a Lisboa com dois propósitos: averiguar se a política exposta ao Conselho da NATO pelo ministro dos Estrangeiros é idêntica à do chefe do governo português, tentar persuadir este a alterar essa política. É no Forte do Estoril que Salazar acolhe o político americano: este fica subjugado pela

(1) Vulto eminente do Partido Democrático. Fora secretário da Força Aérea com Harry Truman; organizara um grupo de apoio à candidatura de Adlai Stevenson; este é derrotado por John Kennedy; mas a corrente representada por Stevenson dentro do partido tem suficiente força para que Kennedy dê aos partidários daquele um certo número de lugares de relevo.

simplicidade, a pobreza monástica das instalações. E impressionado com Salazar. Telegrafa a Dean Rusk: o primeiro-ministro tem força de carácter e tem um carácter agradável: demovê-lo da sua atitude será *«dura tarefa»: «mas talvez seja possível fazê-lo»*. Que diz Salazar a Finletter? Que as Nações Unidas estão dominadas pelo bloco afro-asiático, completamente irresponsável; chegou a hora de os Estados Unidos se afirmarem e com vigor dizerem *basta* aos africanos; se se perderem Angola e Moçambique, também se perderão as Rodésias e a Niassalândia; as provincias portuguesas, a Federação da Rodésia e da Niassalândia, a União da África do Sul, constituem a última fronteira do Ocidente em África; a próxima independência do Tanganica lançará decerto uma vaga de terrorismo no Norte de Moçambique, como sucedeu em Angola; por causa de Berlim não haverá guerra, porque a União Soviética, uma vez que obtém todos os seus objectivos sem guerra, julga esta desnecessária; as grandes potências nunca aceitam as decisões da ONU que contrariem os seus interesses, mas esperam que o façam as pequenas potências; e por todo o continente africano o Ocidente perde terreno, não podendo já contar com qualquer área segura (salvo os territórios de Portugal e a África do Sul), parecendo ainda que a União Indiana acalenta desígnios na costa oriental africana, onde desejará colocar os excessos da sua população. Dura quase duas horas a conversa, e Finletter sai convicto de que não demoveu Salazar. E depois é Sir Robert Menzies, primeiro-ministro da Austrália e homem de prestígio e audiência internacional, que também em Outubro se dirige a Oliveira Salazar. Que diz a carta de Sir Robert? Está preocupado com Angola o governo australiano, em especial com a situação dos refugiados, e julga que o governo português deve fazer a declaração de que está disposto a prestar à ONU as informações que esta exige quanto aos territórios ultramarinos portugueses, sem embargo do seu *«respectivo estatuto constitucional»;* e no caso de não se alterar a política portuguesa neste particular, o governo australiano ver-se-á compelido a mudar de atitude para com Portugal. Por outras palavras: Menzies notifica Salazar de que a delegação australiana nas Nações Unidas passará a alinhar com o bloco afro-

-asiático contra Portugal (1). Responde Salazar numa longa carta que, por entre ironias subtis, faz uma exposição de factos e uma análise política. Salazar «*agradece*», fica «*muito reconhecido*» embora «*profundamente me desgoste a mudança de atitude para connosco*»; mas «*a bondade de V. Ex.ª*» vai permitir que apresente os problemas como vistos do lado português. E Salazar, entrando em minúcias, é claro nas conclusões: os refugiados ou deslocados não constituem um problema político, mas um resultado do terrorismo, e podem regressar às suas terras quando quiserem; o terrorismo foi reprimido, e a ordem e o trabalho restabelecidos por serem essas as obrigações elementares de qualquer governo responsável; quanto à administração, esta nada fica a dever a outros territórios de África, e está aberta à inspecção de quem o desejar; não se prestam informações às Nações Unidas porque estas, violando a Carta, querem considerar como não-autónomos os territórios portugueses, e a prestação de informações equivaleria a admiti-lo; e o conceito de autodeterminação não pode aplicar-se a tais territórios, onde aliás não há discriminação racial e todos gozam perante a lei de iguais direitos de cidadania. Salazar critica algumas noções em curso: «*Começamos a estar todos imbuídos da falsa ideia de que com dinheiro é possível civilizar e fazer progredir rapidamente um território, independentemente dos factores que condicionam a acção humana, como se o homem já estivesse liberto da natureza*». Mais: «*E começamos também a crer ou a afirmar que a constituição de Estados independentes é condição* sine qua non *do desenvolvimento económico e cultural dos povos. Os que assim julgam ficarão muito admirados ao verificar que na América do Sul, por exemplo, há vastíssimas regiões e populações numerosas mais atrasadas do que as de Angola*». Em verdade, na África verifica-se «*regressão cultural, desordem administrativa, retrocesso*

(1) Além de pressões americanas, a mudança australiana filia-se na convicção de que o poder do *terceiro mundo* era imparável e de que, vivendo junto a países do *terceiro mundo*, uma política de *Austrália branca* poderia ser mantida, e o governo de Camberra desejava-o a todo o custo, se conciliasse as boas graças de tais países, sobretudo das Filipinas e da Indonésia. Isto é, o governo australiano acredita que, apoiando os afro-asiáticos nos seus ataques a Portugal, os afro-asiáticos passavam por seu turno a apoiar uma *Austrália branca*.

económico, pressão sobre as potências fornecedoras de capitais para o desenvolvimento das economias ou apenas para suprir as deficiências da administração». Mas *«na sociedade plurirracial que pretendemos construir e construiremos, se nos deixarem, nada disto se passará».* Por que não envia Sir Robert um emissário de sua confiança que *de visu* ajuíze da situação? Não se receiam as inteligências esclarecidas, nem as consciências bem formadas. E Salazar conclui: *«Por mim nunca ousaria pedir que a elas se sobrepusesse o nosso interesse político, apesar de não podermos fugir a ver, no que ao presente está em causa, o interesse de todo o Ocidente, com o qual a Austrália está de certa forma solidarizada»* (1). Informalmente, em privado, comenta o chefe do governo: *«Ora o meu amigo Menzies!»* E justifica a sua estranheza: *«Se eu fosse primeiro-ministro da Austrália, a segurança do país era a minha maior preocupação. Acontece que Timor é fundamental para essa segurança, e em mãos portuguesas Timor é uma garantia de amizade e colaboração para a Austrália. Mas o meu amigo Menzies quer que Portugal perca Timor, e acha este mais seguro, e constituindo maior protecção para a Austrália se estiver em mãos indonésias, ou filipinas, ou mais provavelmente soviéticas».*

Simultaneamente com estes cuidados, decorre a campanha eleitoral. Nos meios da *União Nacional,* é intensa a actividade: multiplicam-se os seus membros em comícios e sessões: e são febris os protestos e contraprotestos, as acusações e contra-acusações trocadas com os oposicionistas. Em 12 de Outubro, termina o prazo legal para apresentação de candidaturas. Por si, a União tem-nas em todos os círculos eleitorais. Cerca de metade dos nomes é submetida a sufrágio pela primeira vez. Mas a par destes repetem-se os já tradicionais do regime: Mário de Figueiredo e Albino dos Reis, que afinal haviam consentido em se reapresentar; Tito Arantes, Ulisses Cortês, Sebastião Ramires, veteranos de velha guarda; monárquicos colaborantes como Gonçalves Rapazote, Pinto Mesquita, Lopes de Almeida; outros, de uma

(1) É muito longa esta carta de Salazar. O texto básico foi preparado no MNE. Mas Salazar introduziu-lhe numerosas alterações e acrescentamentos, e em qualquer caso a responsabilidade doutrinária e política pertence-lhe.

carreira política nos quadros do regime, como Veiga de Macedo, André Navarro, Gonçalves Rodrigues; e algumas mulheres como Irene Leite da Costa, Custódia Lopes, Margarida Craveiro Lopes. Consegue assim a *União* um conjunto onde há muitos bons valores. Até ao último minuto, há dúvidas quanto à oposição: oferece ou não candidatos seus, e por que círculos? No limite da hora, são apresentados candidatos oposicionistas por Lisboa, Porto, Santarém, Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, e por Moçambique. Constituem-se os oposicionistas de Lisboa numa *Comissão Eleitoral,* e entre si tem nomes conhecidos dos meios políticos, como Rodrigues dos Santos, ou Varela Gomes, ou Lino Neto; pelo Porto aparecem homens como Hélder Ribeiro, Armando Bacelar, Cal Brandão; por Santarém sobressai o nome de Câmara Reis; por Braga surgem duas listas, e numa ou noutra salientam-se homens como Alçada Baptista, Mem Verdial, Aguiar Branco; Almeida Ribeiro ou Teixeira da Silva, entre outros, candidatam-se por Aveiro; por Coimbra propõem-se Fernando do Vale, Fernando Lopes, outros ainda; nos candidatos por Leiria deparam-se nomes como Vasco da Gama Fernandes, Cúrsio Lopes, Carvalho da Silva, outros mais, enquanto por Castelo Branco se destaca o nome de Sá Lima; e por Moçambique concorrem homens como Henrique Soares de Melo, Santa Rita, Pereira Cabral, alguns mais. Afirmam-se também candidaturas monárquicas: Francisco Sousa Tavares, Fernando Amado, Gonçalo Ribeiro Teles, entre outros. E na altura em que apresenta os seus pretendentes a deputados, a oposição faz reviver o *Programa para a Democratização do País,* cuja elaboração básica se devia ainda a Jaime Cortezão. Por outro lado, dirigida a Oliveira Salazar e assinada por Azevedo Gomes, Tito de Morais, Arlindo Vicente, Rodrigues dos Santos, Câmara Reis, além de outros, é enviada uma larga exposição, e esta exige: libertação de todos os elementos da oposição presos sem culpa formada; divulgação do *Programa;* uso da imprensa nacional e estrangeira, da rádio e da televisão; a abstenção dos governantes na campanha; e a criação de um *órgão de fiscalização e arbitragem do acto eleitoral.* Salazar é prestes em despachar. Diz em suma o chefe do governo: ninguém está preso por motivos ligados às eleições; o *Programa* já foi divulgado, e além disso não poderia

servir de base à campanha eleitoral porque se destina a alterar a estrutura constitucional vigente; serão neutralizados a rádio e a televisão; os edifícios públicos serão utilizados por todos em igualdade de condições; na imprensa nacional e estrangeira não se pode interferir porque são organizações privadas; os governantes não intervirão na campanha, mas têm direito a esclarecer o público; se a imprensa não for correcta, no que se deve confiar, o governo só poderia intervir por via da censura, o que decerto não agradaria aos signatários; e as eleições têm de obedecer às leis vigentes, pelo que não há lugar à criação de qualquer órgão. Do mesmo passo, porém, e poucos dias após, os oposicionistas submetem a Salazar um extenso requerimento com reclamações sobre cadernos eleitorais e sua consulta, fiscalização do sufrágio, boletins de voto, outras matérias afins; e os candidatos de oposição agora comprometem-se a respeitar a constituição vigente. Em nome de Salazar, Correia de Oliveira rejeita o requerimento dos oposicionistas.

Depois é difundido o manifesto da oposição, baseado no *Programa*. É profundamente crítico. Acusa o regime de poder pessoal, e de usar a força sem razão. Ocupa-se do Ultramar. «*Apegados à velha tradição dos direitos históricos e de uma ocupação várias vezes secular*», alegam os oposicionistas, os governantes não admitem que se está «*em face de uma evolução mundial*». Que advogam os oposicionistas? É preciso, «*sem embargo do assentimento à defesa da integridade territorial*», que se prepare «*uma solução democrática*», com valorização cultural, material, moral, de todas as populalões locais. Além de tudo, o manifesto retoma o *Programa* quanto aos problemas da agricultura, do regime económico e financeiro, do crédito, da saúde, do ensino, outros mais. Desde logo comenta o chefe do governo o manifesto oposicionista. Diz que se empenhou pela sua publicação: «*Bastaria que esse manifesto constituísse grave acusação ao governo, sobre matéria de interesse essencial para que solicitasse do venerando Chefe do Estado a sua divulgação*». Por inconveniente, apenas se via um: o de «*acusar o governo daquilo mesmo em que os países dos blocos afro-asiático e comunista se baseiam para atacar Portugal*». Mas esse inconveniente já não se podia evitar uma vez que o documento foi «*comunicado às agências estrangeiras de*

informação antes de poder ser publicado no país». Quanto à política ultramarina, o governo não ignora que, se adoptasse a orientação preconizada no manifesto, teria o aplauso de vários governos estrangeiros, acrescenta Salazar; mas esses aplausos apenas interessam quando compatíveis com *«a defesa da integridade de Portugal»*. Mas a existência da pátria é um pressuposto insusceptível de discussão; a defesa dessa existência não pode equacionar-se em termos de custos materiais e humanos; e em suma o governo limita-se *«a confiar na consciência da Nação»*. Mas além do manifesto, os candidatos oposicionistas por Lisboa, por si e em representação dos de outros círculos, enviam ao presidente da República uma longa carta. Escrevem: *«É convicção geral de todo o país que o governo da presidência do sr. dr. Oliveira Salazar não tem o apoio da Nação, que de ano para ano cada vez mais dele se divorcia»*. Esta é uma verdade, sobretudo depois da crise de Angola; e no estrangeiro existe grande animadversão contra Portugal. Salazar não tem visão larga das coisas e não pode estruturar um Estado moderno e democrático; e no plano do Ultramar não pode criar condições *«que permitam, em base democrática, evitar a desintegração do Portugal Ultramarino»*, e readquirir o prestígio perdido no estrangeiro. Sofrem de *«miopia mental»* os poucos partidários de Salazar; e o regime assenta na censura, na opressão, na negação dos direitos individuais. Concluem os oposicionistas: *«Intervenha V. Ex.ª eficaz e rapidamente até ao dia 5 de Novembro (data fixada em função do período de campanha eleitoral), substituindo o governo por outro que inicie uma nova era para Portugal, respeite a Constituição e, com ela, os direitos e garantias dos cidadãos e presida, em perfeita posição de neutralidade, às eleições»*. Thomaz envia a carta a Salazar, e não lhe é dada resposta.

Perifericamente, surgem outros episódios. Henrique Galvão aparece em Londres; não é autorizado a sair do aeroporto; e o governo julga saber que depois se dirige a Marrocos. Já nos últimos dias de Outubro toma posição a Causa Monárquica. Diz aos seus partidários: devem abster-se de votar onde for apresentada ao sufrágio uma só lista e esta não for representativa; mas onde houver uma lista da oposição, devem votar pela da *União Nacional*. Por outras palavras: nos círculos em que houver risco de uma vitória

oposicionista, os monárquicos devem apoiar o governo. E já em Novembro o Episcopado lança uma *nota pastoral* que comenta o *Programa*. Pretende o *Programa*, dizem os bispos, descomprometer a Igreja relativamente aos métodos de governação totalitária; mas votar nos comunistas e seus aliados, afirma a nota, é trair a causa do homem; e a Igreja condena todos os totalitarismos. Neste momento, para os portugueses, estão em jogo outros valores, nomeadamente o da Pátria, concluem os prelados. Está activo Cunha Leal: não é candidato por nenhum círculo: mas anima reuniões, escreve artigos, redige documentos para uso eleitoral e de propaganda. E o *Centro Republicano Fernão Boto Machado* é foco activo de críticas à Igreja e de acusações ao governo. Mais uma vez, como em eleições anteriores, paira na opinião pública uma pergunta: vão os oposicionistas às urnas, ou não? E por um momento as curiosidades gerais voltam-se para outro episódio: em Marrocos, Galvão toma um avião da companhia portuguesa de aviação, apodera-se do aparelho dominando os tripulantes, e ao voar sobre Lisboa lança panfletos antigovernamentais; e regressa a Marrocos.

Em 8 de Novembro de 1961, considerando insuficientes as garantias do governo e inadequadas as condições gerais, a oposição anuncia a sua desistência de se apresentar às urnas. Morre a vivacidade da campanha, que perde todo o interesse. Nem por isso, todavia, deixa Oliveira Salazar de pôr um fecho ao debate com um «*apelo ao povo*». Que diz? Concorreriam em nove círculos os oposicionistas, e se não se tivessem retirado e viessem a ser eleitos todos, seriam 58 deputados na futura Assembleia: número insuficiente, por não constituir dois terços, para alterar a Constituição e poder impor um regime em que conseguissem formar governo. Como entender assim, se não se candidatavam em todos os círculos, a sua pretensão de ascender ao Poder? «*Quanto às mudanças do governo; o chefe de Estado tem constitucionalmente e de facto toda a liberdade de agir*»; «*e é meu parecer que não deve fugir a exercê-la quando oportuno ou necessário*». Simplesmente: o chefe do Estado é responsável pela vida, progresso, integridade e sobrevivência da Nação: e é natural que não entregue o governo a quem não só não dá garantias de defesa daqueles valores como os nega. «*Entretanto*», diz Salazar, «*a nossa gente bate-se e morre em Angola, como já se bateu e morreu*

noutras partes do território ultramarino. Bate-se e morre pelo governo actual? Que ideia! Vai bater-se amanhã pela democracia? Que engano! Bate-se e bater-se-á com este ou outro governo pela Nação que é uma realidade tangível, e que o povo sente bem na pureza do seu instinto patriótico e à margem da torcida filosofia dos doutores». E termina o chefe do governo o seu apelo: «*O povo português compreende a minha linguagem. Sabe que nada me interessa senão servir o melhor possível o interesse comum. E se eu lhe digo que a retaguarda é para ser defendida, tal como a frente em África ou na Índia, é porque sei que isso é condição de vitória e esta tem de ser ganha por todos*».

Realizam-se as eleições legislativas no domingo, 12 de Novembro. Decorrem sem perturbação. Salazar, ainda atardado no Forte, vota no Estoril. Segundo os números oficiais, os candidatos da *União Nacional* são apoiados por maiorias significativas. Torna o regime à sua normalidade institucional.

6

Desenrolada a campanha eleitoral, reassumem a sua importância os negócios externos. Presos em Angola por actividades ilegais, são expulsos da província quatro missionários metodistas norte-americanos. Não há dúvidas quanto às suas culpas, e são abundantes as provas: estabeleciam a ligação entre grupos terroristas, promoviam reuniões políticas na sede da sua missão, imprimiam e faziam circular panfletos antiportugueses, aliciavam populações para a subversão. Mas a Igreja Metodista americana é poderosa, e influente, e desencadeia através dos Estados Unidos uma campanha antiportuguesa, e esta repercute-se nos meios políticos, económicos, e na grande imprensa; e o governo de Wasington levanta em Lisboa o problema. Transportados para Portugal os missionários, são mantidos sob prisão; e ao governo americano é dito que serão submetidos a julgamento público, com exibição de todas as provas. Sugere então Washington um acordo: os missionários seriam libertos e autorizados a seguir para os Estados

Unidos: aí se manteriam silenciosos: e a Igreja Metodista cessaria a sua campanha. Com extrema relutância, anui o governo de Lisboa. Enquanto se processa a execução deste compromisso, há silêncio nos Estados Unidos; mas chegados ao seu país os missionários, logo recrudesce a campanha contra Portugal em África. Lembrado por Lisboa da obrigação que assumira, Washington desculpa-se com a sua impotência perante os metodistas. Lisboa observa que nenhum compromisso deveria então ter sido assumido.

Justamente na mesma altura, abre-se uma nova crise com as Nações Unidas. Por motivo da guerra contra o Catanga, aviões de abastecimento, ao serviço da ONU, sobrevoam o espaço aéreo angolano com autorização do governo português. Mas Lisboa recebe informações de que alguns chefes dos terroristas que atacam Angola são transportados nos aparelhos das Nações Unidas. Portugal retira imediatamente a sua autorização inicial. Ao mesmo tempo, pede garantias de que factos como os apurados não se repetirão. Não presta o secretariado das Nações Unidas essas garantias. Então Lisboa informa as Nações Unidas, e declara-o em nota pública, que será tido como violação do espaço aéreo português qualquer voo de aviões da ONU sobre Angola, e assim será tratado pelas autoridades militares portuguesas locais. Perante a decisão portuguesa, e não desejando criar uma situação grave com o abatimento de um avião seu, as Nações Unidas passam a usar rotas alternativas, e não sobrevoam mais a província. E entretanto começa em Nova Iorque o debate anual sobre a política de Portugal no seu Ultramar. Ao mesmo tempo, em Lisboa e em Luanda há grande emoção por outro facto: um aparelho da Força Aérea Portuguesa, quando na província se desloca entre duas localidades, perde altura e esmaga-se no solo: o avião transportava o general Carlos Silva Freire, comandante-chefe em Angola, e quase todo o seu estado-maior: e do desastre não há sobreviventes. Pelos seus próprios pares, Silva Freire era havido como o mais hábil e competente oficial general em operações de guerra: e a perda é de momento sentida por muitos como uma maldição do destino.

De maior importância para Portugal, e de maior inquietação, são os desenvolvimentos que afectam Goa, e que agravam o pessimismo de Lisboa. Em resposta à nota portuguesa sobre o direito

de passagem para Dadrá e Nagar Aveli, o governo de Nova Deli afirma que os enclaves passaram a constituir parte integrante da União Indiana, pelo que deixaram de ser relevantes os problemas ali suscitados; mas o gabinete de Lisboa considera que a decisão indiana constitui acto de força, ataque à sentença do Tribunal da Haia, e desrespeito da Carta da ONU; declara que o não reconhece; e eleva seu protesto, entendendo que a sentença da Haia está intacta. Mais perturbadoras, todavia, são as noticias relativas à intensificação dos preparativos militares da União Indiana em torno de Goa. Num seminário organizado em Nova Deli sobre *«colónias portuguesas»*, o primeiro-ministro Nehru faz ameaças de emprego da força contra Goa; e jornais de língua inglesa, em correspondências de Bombaim, prevêem um ataque militar a Goa no decurso dos próximos dois meses, e alguns sugerem a possibilidade de Portugal ser confrontado com um ultimatum. E o ministro indiano da Defesa, Menon, não cessa de advogar a ocupação violenta de Goa. Para os seus colaboradores, no entanto, Oliveira Salazar duvida de que Nehru destrua a base essencial da sua própria política, e invada Goa. A este tempo, vem a Lisboa Sir Roy Wellensky, primeiro-ministro da Federação das Rodésias e da Niassalândia. Avista-se longamente com Salazar. Wellensky não esconde as suas preocupações pelo futuro da África Austral. Não tem dúvidas de que o primeiro-ministro britânico, MacMillan, pensa em dissolver a Federação, criar três repúblicas independentes para a substituir, e abandonar ao seu destino os brancos que ali trabalham. Ele, Wellensky, opor-se-á à execução de tal projecto; está convencido do apoio da larga maioria da opinião pública conservadora da Inglaterra; e o facto será travão bastante para MacMillan. E pelo que respeita ao Congo, vizinho da Federação e de Angola? Wellensky não vê o futuro com clareza; mas propõe-se *«aguentar»* o Catanga e *«não deixar cair Tschombé»*. Wellensky manifesta-se preocupado, mas esperançoso; e diz depositar grande confiança na política portuguesa. Mas, no plano interno, e despreocupados quanto a Goa, convergem as atenções para outro ponto: parte para Espanha, em viagem oficial, o presidente da República.

Sai o chefe do Estado português em comboio especial, e a 21 de Novembro de 1961 é recebido na estação de Atocha pelo

generalíssimo Franco, e o seu estado-maior de notáveis. No cortejo pelas ruas de Madrid presta honras militares e escolta a Guarda do Caudilho; e o presidente português fica alojado no Palácio da Moncloa. Depois, durante cinco dias, cumpre-se um programa de minucioso cerimonial, de aparato militar, de hospitalidade fidalga. Thomaz visita Franco no Palácio do Pardo, residência oficial do generalíssimo. E à noite é o banquete no Palácio do Oriente. E aí o chefe do Estado português e os que o acompanham são cercados da grandeza espanhola: há o esplendor dos uniformes e condecorações, a pompa e o rigor do protocolo, a magnificência do serviço, a gala das honrarias, a sumptuosidade dos salões, o luxo e a riqueza que se respiram e esmagam. É uma reconstituição dos tempos imperiais: e os convidados *estranham* que de um arco, ao fundo, não surjam Carlos V e Isabel de Portugal entre fâmulos com tocheiros e lumes de velas. Ao termo do banquete, o generalíssimo Franco saúda o «*Portugal marinheiro e descobridor que cumpriu com talento de bem fazer a tarefa universal que Deus colocou sobre os seus ombros, o Portugal que à grandeza do passado tem sabido adicionar nos nossos dias uma era de restauração nacional, de trabalho fecundo, de paz e de progresso, presidida por esse homem extraordinário que dirige o governo do país de V. Ex.ª*». Em resposta, o almirante Thomaz, depois do elogio da Espanha e de Franco, reclama uma solidariedade ocidental para defrontar os perigos: «*Perante o ataque, conduzido no campo das ideias ou através de subversões locais, impõe-se ao Ocidente uma solidariedade indefectível e global*». E lança um repto indirecto mas claro aos americanos: «*Mas parece que alguns, sobretudo os detentores de responsabilidades maiores, ainda o não entendem assim, mesmo em face de transigências e de desastres sucessivos. E por isso, a uma solidariedade que deveria ser indivisível, antepõem a promoção de interesses que são afinal transitórios e particulares, sem cuidarem de lesar amigos em proveito de outros que nunca o serão*». Pode ser que aqueles *responsáveis maiores*, diz o presidente português, ainda emendem os seus erros; mas não devem esperar que os demais lutem «*indefinitamente*» por valores que também lhes interessam. Aos outros dias, são as visitas aos grandes museus, aos grandes marcos comemorativos da guerra civil espanhola: ao Alcazar, onde comparece

o coronel Miguel Moscardó (1); ao Vale dos Caídos, onde está o túmulo de José António; e ainda ao Escorial e à catedral de Toledo, e aqui o cardeal Pla y Daniel celebra missa para os dois chefes de Estado, e mostra os grandes tesouros que vão de Greco a Veroneso, de Ticiano a Rafael, de Zurbaran e Goya a Tintoreto. Na véspera do regresso, Franco oferece em Aranjuez uma partida de caça. Thomaz é designado almirante da Armada espanhola, e condecora Franco com a Banda das Três Ordens; o generalíssimo dá ao presidente português o Grande Colar de Carlos III. Em 26 de Novembro regressa o chefe de Estado português a Lisboa. E a grande imprensa mundial sublinha quanto o governo de Madrid procurou dar relevo à visita, e o *New York Times* nota, por seu lado, que os jornais espanhóis competiram uns com os outros para elogiar Portugal.

Poucos dias depois, a 29 de Novembro, o presidente Thomaz inaugura a VIII Legislatura da Assembleia Nacional, com a solenidade protocolar que é timbre do regime. Mário de Figueiredo, que acaba de ser eleito presidente da Assembleia, e Luís Supico, que continua a presidir à Câmara Corporativa, recebem o chefe do Estado. Está Oliveira Salazar, na sua casaca, e sempre sem uma condecoração; e estão o governo, o cardeal Cerejeira, o corpo diplomático, todo o mundo político e oficial. Tudo se desenrola como em rotina, em normalidade: Portugal não é atacado no plano mundial, Portugal não está em guerra. E naquele momento, e nas mais altas funções estão mais uma vez juntos em público três homens que são amigos há meio século: Salazar, Gonçalves Cerejeira, Mário de Figueiredo. Antigos estudantes e catedráticos em Coimbra, antigos membros e mentores do *CADC* (2), companheiros dos *Grilos*, lutatadores destacados de uma causa comum, aqueles homens, no governo da cidade de César ou da cidade de Deus, influenciam e dominam larga parte da vida portuguesa nos últimos

(1) Um dos filhos do general Moscardó, defensor do Alcazar ao tempo da guerra civil. O outro filho, como se sabe, fora fuzilado pelos republicanos em frente do Alcazar, porque seu pai recusou render-se e entregar a fortaleza.

(2) São as iniciais, como o leitor se recordará, do *Centro Académico de Democracia Cristã*.

trinta e cinco anos. Na vinda para Lisboa, rompeu-se decerto a intimidade de Coimbra; mas se cada um seguiu o seu caminho, nunca entre eles afrouxou a amizade; e sem prejuízo de vigorosa independência mental e de espírito, tanto Figueiredo como Cerejeira aceitam a superior densidade e peso de Salazar. «*Tu, que és o primeiro*», escrevera há muito Cerejeira a Salazar; e «*reconheço-te o direito de...*», admitira Figueiredo. Agora, na cerimónia de estilo, actuam entre si com as mesuras de circunstância. Preside Américo Thomaz. Da tribuna alta do parlamento, dirige a deputados e procuradores, e ao país, uma longa mensagem (1). Angola e África ocupam a parte mais larga; e são fustigadas as Nações Unidas, e explicada e defendida a posição portuguesa de recusa em se lhes submeter. Reafirma-se a participação na NATO; desejar-se-ia mesmo aumentar o contributo português; mas a defesa de África tem prioridade; e «*cremos bem que onde nos batemos ou houvermos de bater-nos, também estamos a defender o Ocidente*». «*Não está em nós poder prever*», afirma a mensagem presidencial, «*quando nem como diminuirão as nossas dificuldades em África ou no Oriente; prudentemente deve mesmo ter-se presente a possibilidade de que aumentem, tal a onda de loucura que invade o mundo*». É precisa, além da defesa militar, uma armadura moral impenetrável a todos os dissídios, e que supere todos os sacrifícios. Reformas profundas foram feitas há meses e, em conjunto com a integração do espaço económico português, vão comandar por muito tempo a vida nacional, na execução dos Planos de Fomento, e mesmo em negociações com os países da Associação do Comércio Livre e os do Mercado Comum. Depois de recordar as visitas de Eisenhower, reis da Tailândia e Sukarno, e da que fez a Espanha há dias, Thomaz lembra as Comemorações Henriquinas de 1960, evoca as cerimónias do Mosteiro da Batalha junto ao túmulo do infante D. Henrique; e nesse instante, «*com o pensamento na obra ingente das descobertas e da evangelização e ao mesmo tempo nas ameaças desencadeadas às Terras Portuguesas de além-mar, uma só palavra*

(1) Elaborada por Oliveira Salazar, consoante o uso constitucional, uma vez que o governo assume a responsabilidade política pelas palavras do presidente.

parecia ouvir-se no recolhimento que empolgava as almas»; e essa palavra era: *«meu Príncipe, nós continuamos».* Ao presidente da República responde o deputado Gonçalves Rodrigues. Este tece um hino vibrante à política de defesa de África, de unidade moral e territorial da Nação, de repúdio da ONU: considera que o resultado das eleições constitui mandato para prosseguimento resoluto daquela orientação. Afirma: *«Esta Assembleia quer ser a imagem da unidade moral da Nação e tem a peito não só a defesa das terras e dos bens mas a dos princípios da própria civilização».* E a *«Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa iniciam o seus trabalhos numa atitude de decidida firmeza e inquebrantável fé nos destinos de Portugal».*

No mesmo dia em que se inaugura a VIII Legislatura, chega ao governo a informação de que na União Indiana fora iniciado o recrutamento de *«voluntários»* para atacar território português e é assinalada a presença de barcos de guerra indianos no porto de Karwar, ao sul de Goa.

7

Em Lisboa, os departamentos ligados ao problema — Defesa, Ultramar, Estrangeiros — compreendem que Nehru deve ter tomado, na continuação de um estado de espírito que é o seu desde Agosto pelo menos, a decisão de um ataque militar a Goa, Damão e Diu, e em breve. Em 3 de Dezembro de 1961, são avisadas as embaixadas de Portugal em Londres, Paris, Rio de Janeiro e Washington, e instruídas para convidar representantes dos grandes jornais a ir a Goa, e verificar como são normais as condições de vida, e não existe opressão ou terror, ao contrário do que sem cessar proclama o governo de Nova Deli. Depois, nos dias imediatos, multiplicam-se os sinais de agressão, e as informações tornam-se mais precisas. Num comício em Calcutá, Nehru afirma que os princípios da política indiana não podem ser abandonados à pressa, e qualquer desvio pode envolver o país numa cilada, e desencadear um conflito de grandes pro-

porções; mas uma coisa haverá de ter-se por certa, e essa é o fim próximo das «*bolsas portuguesas*» em território indiano. Ao largo de Damão e Diu cruzam avisos de guerra indianos; e em águas contíguas a Goa paira o porta-aviões *Vikrant*. De Nova Deli, serviços portugueses e paquistaneses obtêm dados seguros: em comboios saídos do Punjab e de Uttar Pradesh, e com destino à fronteira de Goa, foram embarcadas tropas; são observados outros comboios que transportam carros armados, tanques ligeiros e artilharia antiaérea; e em muitas unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea haviam sido anuladas as licenças de oficiais. Simultaneamente, intervém um novo factor: na fronteira norte da Índia, as forças chinesas, sempre presentes como elementos de ameaça, aumentam a sua pressão, e agora atravessam a linha raiana e ocupam mesmo alguns quilómetros quadrados do território indiano. No Paquistão, e em outros países asiáticos, pergunta-se: se para se considerar «*liberta*» a Índia diz ter de ocupar Goa, que não é sua, como deverá então sentir-se se não expulsar o exército chinês de território que é efectivamente indiano? Posto assim o problema, duas respostas, segundo se pensa em Lisboa, são possíveis: ou o governo de Nova Deli recua quanto a Goa, para não se dizer que ataca um fraco enquanto fica inerte perante um forte, ou invade Goa para se apresentar ao povo indiano com um triunfo, fácil em si, mas que será classificado de difícil. Oliveira Salazar não acredita que Nehru sacrifique um passado e uma política, que lhe deram prestígio e audiência mundial, por causa de Goa. E pergunta aos seus colaboradores: «*como vai ele sair disto?*»

Em 6 de Dezembro de 1961, o embaixador dos Estados Unidos é convocado às Necessidades, e é feita uma pergunta: que valor tem a comunicação oficial americana, de 7 de Agosto, de que os Estados Unidos se oporiam política e diplomaticamente, e nas Nações Unidas, à anexação de territórios portugueses por países vizinhos? Tem *todo* o valor a comunicação, e mantém-se. Então devia ser levada ao conhecimento do governo indiano, que tem precisamente aqueles desígnios. Elbrick cinge-se a dizer que vai transmitir a pergunta a Washington, com urgência. Entretanto, as chancelarias das potências começam a estar conscientes da ameaça sobre Goa. Luns, ministro dos Estrangeiros da Holanda, encon-

tra-se com o secretário de Estado britânico, Lord Home, e este não lhe esconde a sua inquietação; e Home acrescenta que uma divisão indiana acaba de ser transferida da fronteira com a China para as proximidades de Goa. No Rio de Janeiro, a posição portuguesa é encarada favoravelmente; importantes órgãos da imprensa despacham para Goa os seus correspondentes; e mesmo o Itamaraty não esconde o seu repúdio por qualquer acção violenta da parte de Nova Deli. No *Foreign Office* há algum embaraço: de um lado, está o mais antigo aliado da Inglaterra, e reconhece-se que a aliança está em pleno vigor; do outro lado, está um importante país da comunidade britânica, onde para mais a Inglaterra tem altos interesses económicos e financeiros. Não se ignoram estes factos em Lisboa, nem se esquece a declaração oficial britânica de 5 de Agosto de 1954, de que era de excluir qualquer operação militar por parte do Reino Unido; mas nem por isso o embaixador britânico, Sir Archibald Ross, deixa de ser chamado às Necessidades, e o ministro português solicita-lhe que transmita ao seu governo o pedido de uma intervenção política urgente em Nova Deli. Ross comenta que as suas informações não confirmam a gravidade da situação de Goa: mas encaminhará o pedido. Jornalistas americanos, franceses, paquistaneses, britânicos, outros ainda, começam a chegar a Goa. Novas informações são obtidas pelo governo português: duas brigadas de infantaria, dois esquadrões de tanques, duas brigadas couraçadas foram transferidas para Belgão, perto da fronteira de Goa; duas esquadrilhas de bombardeiros ligeiros e duas de reconhecimento encontram-se em Poona; mais de trinta mil homens estão afectados às operações; é estabelecido um quartel-general sob o general Candeth; e o comando operacional é entregue ao general Chaudhuri. Não parecem lícitas mais dúvidas sobre os propósitos indianos. E em Lisboa o ministro dos Estrangeiros, em reunião com a imprensa, põe o país no conhecimento de todos os pormenores, de todos os perigos, e denuncia em termos brutais a hipocrisia, os propósitos agressivos, a duplicidade da União Indiana.

Decorrem as horas e adensa-se a atmosfera de crise. Oliveira Salazar dedica ao problema uma atenção intensa, ávida, exclusiva: vive dramática e dolorosamente o destino de Goa. Está calmo, no entanto, e lúcido, senhor de si: domina os nervos a

poder de vontade. Visita a nova grande sala da reitoria da Cidade Universitária; vai observar a maqueta da ponte sobre o Tejo; recebe a comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado dos Estados Unidos. Em contacto permanente com os departamentos da Defesa, dos Estrangeiros, do Ultramar, mantém-se acordado e activo até horas altas da noite. Entende que nenhum esforço é excessivo para salvar Goa. Não acredita na sinceridade de Nehru, nem no seu pacifismo; mas julga-o homem inteligente e incapaz de cometer um erro político de envergadura. Salazar repete e repete: «*Goa é uma jóia de família, de uma família antiga, de grandes tradições. Temos de a conservar na família*».

Em 8 de Dezembro, o ministério dos Estrangeiros publica uma extensa nota oficiosa. Nos últimos dias, afirma o texto, o governo indiano tem declarado que forças militares portuguesas cometem actos agressivos na fronteira indo-portuguesa, ou ameaçam a paz e a segurança da União. Não é verdade: tem sido o governo português que, pelo contrário, se tem abstido de reagir às provocações indianas e às violações de fronteira praticadas pelas forças de Nova Deli. Mas há dúvidas? Então o «*Governo Português propõe formal e solenemente o envio de observadores internacionais independentes para a fronteira indo-portuguesa com o encargo de verificar a atitude das forças em presença e determinar a natureza e responsabilidade de quaisquer incidentes que se possam produzir*». A estas intenções pacíficas espera-se que corresponda o governo indiano com o mesmo espírito. Por outro lado, enquanto esta proposta é submetida ao governo de Nova Deli por intermédio do Brasil, o governo de Lisboa apresenta o assunto ao Conselho de Segurança, com o fundamento de que Portugal é vítima de uma agressão não-provocada que «*constitui grave ameaça à paz e à segurança*». Todas as missões de Portugal no estrangeiro desenvolvem agora intensa actividade: procuram persuadir os governos locais a apoiar a proposta portuguesa e a condenar publicamente qualquer recurso à força, e mobilizam em favor de Goa os meios políticos e de imprensa. Naquele dia 8, Elbrick é de novo convocado às Necessidades: é exacto haver o secretário de Estado Dean Rusk declarado que, na disputa entre a Índia e Portugal, os Estados Unidos não querem tomar partido? e é exacto haver acrescentado que considerava animador o facto

de ambas as partes terem prometido resolver o dissídio pacificamente? Se às perguntas for afirmativa a resposta, então dois comentários são pertinentes: se os Estados Unidos se opunham, como formalmente disseram a Portugal, à anexação de territórios portugueses por Estados vizinhos, como podem agora recusar-se a tomar partido, quando precisamente se verifica a hipótese? e que intenções ou promessas pacíficas tem demonstrado ou feito a União Indiana? Elbrick não sabe, vai informar-se; e qualquer atitude pública de Rusk pode não coincidir, necessariamente, com a que haja tomado junto do governo de Nova Deli. Decerto: mas então por que não foi informado o governo de Lisboa? No mesmo dia, pouco antes da meia-noite, Pedro Theotónio avista-se em Washington com Dean Rusk. Este informa que praticou uma diligência junto do governo indiano e está convencido de que a União não atacará Goa; e acrescenta que o embaixador de Nova Deli acaba de lhe falar numa declaração de Nehru, de há pouco, afastando a hipótese de uso da força. Elbrick confirma nas Necessidades a diligência do secretário de Estado. E pormenoriza: foi dito ao embaixador indiano em Washington que o governo dos Estados Unidos parte da presunção de que o governo da Índia não recorrerá à força, uma vez que afirmou que o não faria; também se lhe afigura que o uso da força é contrário à política fundamental da Índia e muito prejudicaria a imagem da Índia no mundo; têm sido notados movimentos de tropas, mas não se pensa que sejam prelúdio de uma invasão; espera-se que estas presunções possam ser confirmadas por Nova Deli como correctas; e foi por último salientado ao enviado indiano que os Estados Unidos tinham uma atitude de oposição ao uso da força e que, se algumas tropas atravessassem a fronteira legal, deveria a Índia esperar uma convocação do Conselho de Segurança, onde os Estados Unidos manteriam aquela atitude. Entretanto, em Londres, o embaixador Manuel Rocheta repete no *Foreign Office* as diligências de Lisboa, e é-lhe dito que o secretário de Estado continua preocupado, decerto, mas o governo britânico acredita que a União Indiana não recorrerá ao uso da força. Manuel Rocheta reage: não se sente tão optimista como o *Foreign Office*. Em Goa, os responsáveis militares aperfeiçoam as medidas de defesa; e o ministério do Ultramar organiza o embarque

de mulheres e crianças, em aviões portugueses que continuam a manter a regularidade das carreiras. E o governador-geral, general Vassalo e Silva, informa que é de serena normalidade a situação interna em Goa. Pela imprensa mundial multiplicam-se os relatos dos correspondentes que continuam a afluir ao território: os menos simpatizantes com a posição de Lisboa não deixam de sublinhar que a população quer ser portuguesa e que é absurdo a União Indiana considerar a existência de Goa como uma ameaça.

Nas quarenta e oito horas seguintes, o gabinete de Lisboa continua pelo mundo a sua campanha incansável. Junto dos governos com que Portugal tem relações diplomáticas, são renovadas diligências prementes: insiste o governo de Lisboa por uma declaração pública reprovando a agressão militar, ou a simples ameaça. Alguns governos têm as suas atenções presas de outro problema que de súbito se agrava: as forças das Nações Unidas na República do Congo acabam de iniciar uma nova ofensiva, agora com poderosos meios de guerra, contra a província do Catanga: e o novo secretário-geral da ONU, U Thant, que sucedeu a Hammarskjold, está absorvido inteiramente com os acontecimentos. Lisboa também sente inquietação por esse motivo: na fronteira de Angola lavra de novo a guerra: do facto beneficia o terrorismo: e além dos aspectos de segurança, as autoridades têm de cuidar dos refugiados que aos milhares afluem ao território português. De todo o lado se erguem problemas ao governo de Lisboa. E dos agentes portugueses vem a confirmação, no dia 10 de Dezembro, de que prossegue a montagem do ataque militar contra Goa: uma brigada de pára-quedistas foi transportada para Poona; mais unidades blindadas foram transferidas para Belgão; o corpo diplomático estrangeiro em Deli está convicto de que Nehru já não recuará; a operação está marcada para o dia 12, em principio, ou para a data limite de 15 de Dezembro. É um domingo aquele dia 10 de Dezembro: Oliveira Salazar passa-o na leitura e meditação dos relatórios telegráficos que chegam de minuto a minuto e em reunião, quase permanente, com os ministros mais directamente envolvidos na crise.

Oliveira Salazar tem ainda dúvidas de que a decisão final de Nehru seja a de atacar. Admite que o primeiro-ministro indiano deseje intimidar o governo de Lisboa; e Salazar não quer, tomando

resoluções extremas, mostrar que se deixou possuir de pânico, ou medo. Mas salvar Goa é o seu objectivo, e para o conseguir está pronto a usar todas as cartas, por mais fracas ou duvidosas que sejam. Na noite do dia 10 de Dezembro, em reunião com os ministros responsáveis, debate-se um problema: invocar, ou não invocar, a aliança inglesa. Por parte dos ministros, é unânime o parecer: não há dúvidas quanto às intenções indianas, os tratados com a Inglaterra estão em vigor, e obrigam-na; Londres tem larga influência em Deli; e a História não compreenderia que, no seu jogo, Portugal houvesse desprezado qualquer pedra. Salazar hesita, mostra relutância: «*repugna-me pedir serviços a terceiros, ainda que devidos por tratado*». Mas a necessidade do momento é imperiosa, o processo histórico de defesa de Goa tem de ficar completo, e Salazar concorda num apelo à Inglaterra em nome e nos termos da aliança; e o ministro dos Estrangeiros é encarregado de executar a decisão (1). Nas primeiras horas da madrugada do dia 11, Manuel Rocheta recebe em Londres uma instrução: porque está ausente o secretário de Estado, deve o embaixador procurar o primeiro-ministro MacMillan com a maior urgência, e entregar-lhe uma nota: se não for possível obter uma entrevista com o primeiro-ministro, deverá confiar a nota ao mais alto funcionário responsável que puder receber o representante português na manhã desse dia 11 de Dezembro, que é uma segunda-feira: não fará comentários, nem responderá a perguntas ou observações, declarando somente que as transmite a Lisboa: e dirá que fica à disposição de MacMillan ou do seu representante qualificado para receber a resposta. E a Rocheta é fornecido o texto do documento a apresentar ao gabinete inglês. Diz: «*Tendo em conta as obrigações decorrentes e os compromissos assumidos na declaração luso-britânica de 14 de Outubro de 1899, que se encontra*

(1) Não me ocorre qualquer circunstância em que Portugal, nos tempos contemporâneos, haja invocado a aliança luso-britânica. Na primeira grande guerra, pretendemos *forçar* a Grã-Bretanha a ser *ela* a invocar os tratados. Ver. vol. I, págs. 139-145. Na segunda guerra mundial, o gabinete de Londres invoca por duas vezes a aliança: para obter facilidades nos Açores e para sustar a exportação de volfrâmio português para a Alemanha. Ver vol. III, págs. 437 e segs. e págs. 533 e segs.

em vigor e tem sido reafirmada pela parte britânica em numerosas ocasiões subsequentes, e vista a ameaça de agressão militar iminente sobre o território de Goa, como é do conhecimento do governo britânico, o governo português dirige-se ao governo de Sua Majestade e exprime o desejo de saber que meios pode o Reino Unido, nos termos do § 2.° da referida declaração, pôr à disposição do governo português para, em conjunto com os meios portugueses, fazer frustrar a agressão acima aludida». Por outro lado, o embaixador no Rio de Janeiro, João de Deus Ramos, avista-se na mesma ocasião com o presidente do Brasil, João Goulart, e pede-lhe que o governo brasileiro condene a ameaça de agresssão; e Vasco Garin, representante permanente da ONU, convoca uma conferência de imprensa com os jornalistas acreditados junto da organização. Pelas oito da manhã da mesma segunda-feira, Manuel Rocheta está no *Foreign Office* para cumprir as suas instruções. Duas horas mais tarde, MacMillan manda informar que, por estar a presidir a um Conselho de Ministros, não pode receber o embaixador; e é a Lord Landsdowne que fica entregue a nota portuguesa. Landsdowne diz que vai procurar submeter o assunto a MacMillan com a urgência possível, e apenas depois poderá ser dada uma resposta; mas desde já pede a compreensão do governo português para o melindre de um conflito que envolve um outro membro da Comunidade Britânica, e este facto limita seriamente as possibilidades de actuação do gabinete de Londres.

Em Lisboa, não há ilusões sobre a atitude final do governo britânico: aceita-se que não é de esperar da Inglaterra uma declaração de guerra à Índia: mas não será de todo impossível que, justamente para escapar ao embaraço, e também ao inconveniente, de faltar a um tratado em vigor e útil ao Reino Unido, Londres se empenhe junto de Washington para que ambos os governos, por meios exclusivamente políticos, travem o primeiro-ministro Nehru. Deveria ser suficiente um anúncio solene: se a União Indiana usasse a força contra Goa, prejudicaria seriamente as suas relações com o Reino Unido e os Estados Unidos: e os dois vultosos empréstimos que Deli está negociando com a City e com Wall Street já se não realizariam. Mas neste ponto intervém a política global americana: o anticolonialismo, a conquista do *terceiro mundo* como factor na estratégia anticomu-

nista. Intervêm igualmente, mas em sentido oposto, duas outras considerações: a conveniência, para Londres e Washington, de que Nehru mantenha a sua imagem de *pacifista,* pois também seria constrangedor para os dois governos democráticos apoiar um *agressor;* e a vantagem de não conduzir Portugal a um desespero que poderia levar longe, num caminho não desejado pelos dois países. Para Londres e Washington, seria ideal poder continuar a dizer na ONU que consideravam Goa uma colónia e que os portugueses deveriam abandoná-la; e seria ideal que Nehru continuasse a atacar Portugal e a reivindicar Goa, mas não a invadisse. Daqui a complexidade de um problema que, embora menor em si, suscita questões de repercussão global, e de princípio. E também não se acalentam em Lisboa ilusões sobre a atitude geral do Ocidente: esta será posta à prova, aliás, na reunião do Conselho Ministerial da NATO, convocada para dentro de quarenta e oito horas. Das Nações Unidas nada há a esperar: ainda que reprovem em teoria o uso da força militar como meio de resolver conflitos, não ousarão converter esse sentimento numa resolução: e em qualquer caso o Conselho de Segurança, que é o foro competente, poderá sempre ser paralisado pelo veto da Rússia. Apenas uma última réstia de lucidez, conjuntamente com atitudes políticas de governos que pesem, poderá deter Nehru. Mas o primeiro-ministro indiano, sempre impelido por Menon, foi longe de mais no plano político e no plano militar: e o recuo implica uma perda de face que, no âmbito interno, pode ter consequências nefastas para o seu governo e o seu partido. Por isso, na tarde do dia em que é feito um apelo à aliança luso-britânica, e com espírito de realismo sereno, o ministério dos Estrangeiros telegrafa ao embaixador de Portugal junto da ONU: «*Consideramos o ataque indiano iminente, não parecendo legítimas quaisquer dúvidas de que se iniciará durante a semana que hoje principia*». Neste ponto, contudo, um outro problema capital é ponderado: convocar ou não uma reunião do Conselho de Segurança? Poderá o governo português solicitar em todo o momento uma reunião do Conselho, que todavia não parará a Índia se esta houver resolvido tomar Goa pela força; e se, além de um resultado negativo, dessa reunião ainda sobrevier mais uma condenação de Portugal por colonialismo, será preferível nesse caso não submeter o

problema àquele órgão da ONU. Perante o dilema, o governo de Lisboa decide não pedir uma reunião do Conselho antes da agressão; pedi-la-á imediatamente após o seu começo. Garin é instruído para preparar neste sentido o terreno em Nova Iorque. Entretanto, multiplicam-se e agravam-se as provocações indianas: aparelhos militares violam o espaço aéreo de Goa, postos fronteiriços são atacados, rajadas de metralhadoras são dirigidas a território português. Garin envia ao presidente do Conselho de Segurança mais uma comunicação e uma queixa: invocando a Carta da ONU, informa aquele órgão de que o governo português considera iminente uma agressão militar da Índia contra Goa: e solicita que o facto seja comunicado a todos os membros do Conselho.

Naquele dia 11 de Dezembro de 1961, ao cair da tarde e conforme um anterior pedido de audiência, Salazar vai receber o ministro da Educação Nacional. Afaga a testa, aperta a cabeça nas mãos, e diz para os ministros que saem: «*A Educação Nacional! Que será? Bem, vamos tratar do analfabetismo em Santa Comba! A Educação Nacional! Que interesse posso eu neste momento sentir pela Educação Nacional?*»

8

Com empenhados esforços é finalmente arrancada ao governo brasileiro uma declaração pública: o Brasil tomou conhecimento de notícias sobre a possibilidade de «*uma acção militar contra os territórios portugueses de Goa, Damão e Diu, e reafirma a sua formal rejeição do emprego da força armada e manifesta a confiança de que a União Indiana se absterá de quaisquer medidas contrárias às disposições da Carta das Nações Unidas*». Acrescenta o governo brasileiro que acompanha os acontecimentos com a maior atenção, dentro dos princípios que fundamentam o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil, e está pronto a prestar a sua colaboração «*para que os processos pacíficos de solução de controvérsias tradicionalmente defendidos pelos mais ilustres leaders da União Indiana se apliquem às actuais divergências com*

Portugal». Contém esta declaração os elementos fundamentais: condena a violência; considera «*portugueses*» os territórios, e não *sob administração portuguesa;* invoca o Tratado entre Portugal e o Brasil, dando assim ao documento vigência e actualidade; põe as Nações Unidas perante as suas responsabilidades; e encosta Nehru ao dilema de obedecer aos seus próprios princípios, e respeitar Goa, ou de a invadir, e negá-los. Em Nova Deli causa irritação a atitude brasileira, e temor, dada a importância do Brasil na América do Sul, e para além dela. Com destaque, a declaração do Itamaraty é publicada na grande imprensa brasileira, e alguns dos seus órgãos, como o *Globo* ou o *Jornal do Brasil,* exprimem a sua franca solidariedade. Junto dos demais governos sul-americanos pratica o gabinete de Lisboa novas diligências, no sentido de obter também uma definição de atitude, e na generalidade aqueles fazem, com modificações de ênfase e acaso em tom menos nítido, declarações que no entanto têm de ser havidas como contrárias à União Indiana. Lisboa, no caminho desbravado pelo Brasil, consegue mobilizar em seu apoio a opinião latino-americana: e obtém declarações favoráveis desde a Argentina ao Equador, desde o Chile ao Peru.

Pouco mais de vinte e quatro horas após o apelo feito por Portugal, responde o gabinete de Londres. Manuel Rocheta é convocado por Edward Heath, Lord do Selo Privado (1). Que diz Heath? Toda a atenção havia sido dada ao apelo português. Londres deploraria profundamente qualquer recurso à força contra território português. Fará quanto estiver ao seu alcance para arredar tal perigo. Mas há limitações inevitáveis: sendo parte na disputa um membro da Comunidade, quaisquer operações militares, conforme já indicado anteriormente, em 1954, estão fora de questão. Para prevenir um ataque armado, o governo português pode desejar submeter o assunto ao Conselho de Segurança da ONU, ainda que o governo britânico entenda a relutância de o fazer, dada a pouca compreensão recebida daquele organismo. Sem embargo, o problema é claramente da competência das Nações Unidas, e Londres considera que apresentá-lo em Nova Iorque teria

(1) Figura de relevo no governo britânico e no Partido Conservador, de que viria a ser chefe, tendo sido ulteriormente primeiro-ministro (1970-1974).

uma influência moderadora no governo indiano; e em qualquer caso, se isso for feito, Portugal pode contar com o apoio da delegação britânica. Entretanto, um novo apelo urgente está sendo feito pelo governo inglês ao governo indiano. E esta declaração não causa surpresa em Lisboa: não são negados por Londres os compromissos: mas é confessada a sua impotência militar. Tem o governo português notícia, todavia, de que no plano político e com exaspero de Nehru, o gabinete inglês se empenha a fundo em Nova Deli, para dissuadir o primeiro-ministro de uma agressão.

Pelo mundo além, nos meados desta segunda semana de Dezembro, é larga a campanha da imprensa contra a União Indiana, quer atacando directamente o governo de Nova Deli, quer publicando com relevo os textos e notas portuguesas, e as notícias sobre a tranquilidade de Goa e os seus sentimentos portugueses. São o *New-York Times* e o *Washington Post*, entre outros norte-americanos; os grandes jornais ingleses, espanhóis, franceses, italianos; a vasta maioria da imprensa da América latina; grande parte da imprensa japonesa; e jornais das comunidades goesas de África e do Médio Oriente. Neste meio tempo, na reunião de Paris, o ministro português dos Estrangeiros não deixa dúvidas no Conselho da NATO de que o início do ataque militar deve estar iminente. Há emoção entre os ministros presentes, e o secretário-geral, Stikker, exprime o parecer de todos condenando a Índia em termos vigorosos; mas não se forma qualquer maioria que permita fazer figurar aquela condenação no comunicado final. No plano bilateral, o ministro português tem demorada conversa com Dean Rusk; solicita o empenho do secretário de Estado junto do secretário geral da ONU, U Thant, para que este intervenha no conflito; Rusk anui prontamente; e de Paris telegrafa a Adlai Stevenson, em Nova Iorque, instruções urgentes no sentido desejado. Análoga indicação é telefonada a Vasco Garin. Stevenson e Garin, a que se agrega o embaixador brasileiro na ONU, Afonso Arinos (1), avistam-se com U Thant. Este suscita problemas deli-

(1) A mesma individualidade que, como chanceler, viera a Lisboa em Abril de 1961 e que entretanto fora substituido por Santiago Dantas à frente do Itamaraty.

cados: afirma que, a intervir, tê-lo-á de fazer junto das duas partes, e não de uma apenas; tem de referir-se a «*negociações*»; e tem de invocar a Carta e os princípios formulados pelas Nações Unidas. Garin objecta aos dois últimos pontos. U Thant reserva-se para considerar o assunto. De Goa, em aviões portugueses, é continuado o êxodo de mulheres e crianças; e depois é a bordo do *Índia* que se processa a sua retirada do território. Neste tempo, é recebida em Lisboa uma notícia surpreendente: os preparativos indianos para o ataque parecem suspensos. Sob pressão da opinião pública mundial, teria Nehru desistido do ataque? Seria apenas um adiamento? Porquê? Logo após, surge a explicação: o governo paquistanês acabava de mobilizar duas divisões para a fronteira do Caxemira (1). Nehru hesita, até averiguar as verdadeiras intenções de Karachi. Mas quarenta e oito horas depois são retomados os preparativos. Nehru convencera-se de que o gabinete de Karachi fizera somente uma manobra de intimidação: por detrás, não havia intenção de guerra. Em Goa, declara o governador Vassalo e Silva: «*lutaremos com todas as forças de que dispomos. Tudo poderemos perder, menos a honra*». Em Lisboa, junto às ruínas de S. Domingos e a outros templos, praticam-se veladas de armas e de preces por Goa portuguesa.

Então, em 14 de Dezembro de 1961, Oliveira Salazar redige por seu punho e envia uma longa mensagem a Vassalo e Silva. Começa: «*V. Ex.ª compreenderá a amargura com que redijo esta mensagem. É-nos impossível prever se a União Indiana atacará ou não dentro de pouco territórios desse Estado*». E continua: muitas têm sido no passado as ameaças não cumpridas; mas desta vez foi tão longe o governo indiano que se não vê como possa desviar os preparativos sem ataque. Poderá tentar acções subversivas e de provocação; convém que as forças portuguesas se não dispersem, e que tenham a máxima paciência. Tudo tem sido tentado no plano diplomático: grandes potências como Inglaterra e Estados Unidos, e países amigos, como Brasil e outros latino-americanos,

(1) Como se sabe, Caxemira, na fronteira norte confinando com a China, era território em disputa entre a Índia e o Paquistão. A sugestão fora feita pelo governo de Lisboa, que se dispusera mesmo a pagar as despesas que resultassem daquela mobilização.

e a Espanha, têm expresso a sua reprovação a um acto que repugna à consciência das Nações e desmente a política pacifista do primeiro ministro Nehru. Mas há que esperar o pior. São modestos os recursos portugueses, e do facto há plena consciência: «*mas podendo o Estado vizinho multiplicar por factor arbitrário as forças de ataque, revelar-se-ia sempre no final grande desproporção*». Foi sempre política do governo, uma vez que era impossível assegurar uma completa defesa de Goa, manter forças que obrigassem a União a montar uma operação de guerra com escândalo mundial: a primeira missão das forças portuguesas está assim cumprida. E Oliveira Salazar conclui: «*A segunda* (missão) *consiste em não se dispersar contra agentes terroristas supostos libertadores, mas organizar a defesa pela forma que melhor possa fazer realçar o valor dos portugueses, segundo velha tradição na Índia. É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero esse sacrifício como única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos. Ataque que venha a ser desferido contra Goa deve pretender, pela sua extrema violência, reduzir ao mínimo a duração da luta. Convém, politicamente, que esta se mantenha ao menos oito dias, período necessário para o governo mobilizar, em último recurso, instâncias internacionais. Estas palavras não podiam, pela sua gravidade, ser dirigidas senão ao militar cônscio dos mais altos deveres e inteiramente disposto a cumpri-los. Deus não há-de permitir que este militar seja o último Governador do Estado da Índia*» (1).

(1) Esta mensagem de Salazar, quando ulteriormente conhecida do público, suscitou em alguns círculos as mais violentas críticas: o chefe do governo *mandava morrer* milhares de homens, por capricho, por egoísmo, por inconsciência, e *para nada*. O texto, e a atitude que está por detrás, foram encarados num plano puramente sentimental e emotivo. Nesse terreno, é evidente que qualquer debate sobre a mensagem se torna desde logo inútil, e impossível: deste ângulo, mandar que quaisquer forças se batam até ao último homem é tão chocante emocionalmente como fazer avançar uma força contra outra que se sabe superior, ou como ordenar que um navio de menor poder ataque outro de mais poder, etc. Vistas as coisas assim, o que está em causa é o fenó-

No dia seguinte, 15 de Dezembro, U Thant resolve agir. Discute com Garin os termos da sua intervenção. Cede em vários pontos: não mencionará as resoluções anticolonialistas, nem as relativas aos territórios não autónomos; mas insiste em aludir aos *«princípios formulados pelas Nações Unidas»*. Não se suscitam mais objecções, mas fica entendido que Portugal não aprova a última parte. E naquele dia U Thant telegrafa a Oliveira Salazar: *«Informado da grave situação que surgiu recentemente na fronteira da Índia e de Goa, Damão e Diu, conforme se depreende das cartas dirigidas ao Presidente do Conselho de Segurança pelos representantes permanentes da Índia e de Portugal, apelo respeitosa e urgentemente para V. Ex.ª e para o seu governo no sentido de assegurar que aquela situação não se agrave ao ponto de constituir uma ameaça à paz e à segurança. Eu sugeriria imediatas negociações com o objectivo de se conseguir uma rápida solução do problema. Eu esperaria decerto que tais negociações fossem conduzidas de acordo com os princípios consagrados na Carta e formulados pelas Nações Unidas. Eu dirigi*

---

meno da guerra, com a sua tragédia e o seu horror no plano humano e sentimental. Mas *Salazar estava perante uma guerra feita por outrem;* e tinha de a encarar no plano do governante, do homem de Estado responsável perante a Nação e perante a História. Que outra mensagem deveria ter Salazar enviado? Que o governador-geral, quando atacado, se rendesse, ou oferecesse apenas uma resistência simbólica, disparando a sua pistola para o ar, e rendendo-se depois? Ou não deveria ter enviado qualquer mensagem especial, como se se tratasse de um caso menor, abaixo da sua consideração? Para *compreender* a mensagem de Oliveira Salazar é preciso, além de *sentir* o peso e a dimensão histórica de Portugal, ter em conta o contexto do momento: a) lavra a guerra em Angola há quase um ano, e aí Portugal tem meios de uma defesa real e sem limite no tempo; b) mas para a eficácia dessa defesa muito contribuia a imagem e o prestígio das armas portuguesas; c) se estas se deslustrassem na Índia, como seriam respeitadas e prestigiadas em Angola e em toda a África?; d) se Goa fosse entregue sem luta, que razão se poderia invocar para continuar a lutar em Angola? e) se as forças em Goa fossem instruídas ou autorizadas a render-se, com que moral ficariam as forças a baterem-se em África e por que motivo não haveriam de render-se também? *f)* finalmente, muito dependeria em África da opinião que o mundo e os países africanos tivessem sobre a *capacidade militar* e a *vontade de luta* de Portugal. Fraqueza moral e ausência de espírito militar em Goa teriam reflexos nos demais territórios e no estrangeiro. Salazar, com uma profunda noção da história, exprimiu-se com o mesmo *sentido heróico* dos grandes da crónica portuguesa no Oriente. É evidente que apenas povos e homens de fibra dura e altiva podem compreender tais atitudes, e aprová-las; quando os povos entram

um apelo análogo ao primeiro-ministro da Índia. a) U Thant». Ao receber este apelo na tarde de 15 de Dezembro, Oliveira Salazar pondera: atentas as condições em que está redigido, pondo em pé de igualdade Portugal e a Índia, o agredido e o agressor, deverá responder ao apelo do secretário-geral? Mas o chefe do governo não deseja dar a Nehru, e ao mundo, o menor pretexto para crítica à posição portuguesa: e acaso pode Nehru, num lampejo de hora derradeira, aceitar a intervenção do secretário-geral da ONU como saída airosa. E Salazar responde a U Thant. Foi sensível ao apelo o governo português e pode afirmar que, salvo por resistência a agressão, nada fará que constitua ameaça à paz. Instruções rigorosas estão dadas nesse sentido às forças portuguesas, nem sequer autorizadas a responder a actos que sejam simples provocação. Por tudo isto, lamenta o governo português que a União não haja aceite a proposta de postar observadores internacionais nas fronteiras, que poderiam verificar as violações daquelas e quem pratica actos provocadores. Quanto a negociações, o governo português sempre se manifestou disposto a negociar

---

em decadência e entendem por *boa política* a *política fácil,* tudo o que impuser sacrifícios é objecto de crítica; e então há uma completa inversão de valores, e o dever, o brio, o heroísmo, a defesa da nação, de virtudes transformam-se em defeitos, e cedem o passo ao conforto pessoal, e a paz a todo o preço sobrepõe-se ao direito, à justiça e à verdade, que são tidos por secundários, quando não por ridículos. Quando a elite portuguesa decide, nos princípios do século XV, que o Infante Santo, em defesa dos supremos interesses nacionais, tem de ser sacrificado e morrer numa prisão marroquina, está a tomar uma atitude dura em nome de uma nação que se dispunha — nada menos, nada mais — à grande aventura das descobertas. A muitos anos de distância, a mensagem de Salazar ao governador de Goa lembra a mensagem de Churchill para o comando militar de Hong-Kong na II Guerra Mundial: «*Não pode haver qualquer ideia ou pensamento de rendição. Há que travar luta por todos os recantos da ilha. Há que opor ao inimigo a maior tenacidade na resistência. O inimigo tem de ser forçado a despender um máximo de vidas e de material. Há que combater vigorosamente nas defesas interiores e, se necessário, de casa em casa*». Mais expressiva ainda é a mensagem que Churcilll enviou ao comandante militar de Singapura: «*Não pode haver qualquer pensamento de salvar tropas ou poupar a população. A batalha tem de ser travada a todo o custo até ao seu fim amargo*». «*Os comandantes e os oficiais superiores devem morrer com as suas tropas. Está em causa a honra do Império Britânico e do Exército Britânico*». A Inglaterra achou bem as mensagens de Churchill.

todos os problemas emergentes da vizinhança entre territórios portugueses e indianos, «*incluindo a garantia internacional prestada a esta última* (a União) *de não poder o território português ser uitilizado contra a sua segurança. Tais negociações podem efectuar-se onde e como o governo de Nova Deli quiser*». E parece que estão jogadas todas as cartas possíveis. Mas não estão.

Efectivamente, em 16 de Dezembro, o governo de Madrid faz uma declaração política. É nítido: repudia, em relação com o problema de Goa, «*qualquer processo de agressão e violência*», ou que implique um atentado contra a soberania territorial; a Espanha, ligada a um país fraterno, não pode ficar silenciosa ante os perigos que afectam os princípios básicos de convivência entre as nações; e espera que a Índia se abstenha de utilizar a ameaça de meios violentos para resolver um diferendo internacional. Embora em termos mais brandos, no mesmo sentido se pronuncia o governo italiano. Por seu lado, Nehru responde ao apelo do secretário-geral para afirmar que apenas está pronto a discutir se Goa for considerada uma colónia, que deve portanto ser entregue à Índia; e segundo indiscrições dos meios do secretariado, o primeiro-ministro indiano teria acrescentado que «*a sua paciência estava esgotada*». Mas continua a ganhar terreno o ponto de vista português: em países politicamente distantes de Portugal, como a Austrália, as Filipinas ou a Tailândia, prevalece a opinião de que não são justas as pretensões indianas, nem tem fundamento a acusação de actos provocatórios que a União faz a Portugal. E o presidente Kennedy envia uma mensagem pessoal a Nehru: exprime a sua preocupação perante notícias de que o primeiro-ministro indiano se propõe usar a força: não indica, todavia, que reacção seria a dos Estados Unidos se o facto se produzir. Naquele mesmo dia 16 de Dezembro, por instruções de Lisboa, Garin entrega em Nova Iorque, ao Conselho de Segurança, mais uma extensa nota portuguesa. Esta responde às últimas alegações indianas, comenta-as para as destruir, e faz uma síntese de toda a argumentação portuguesa (1). Ao mesmo tempo são também levados ao conhecimento

(1) O leitor curioso poderá ler na íntegra o texto desta nota num outro trabalho do autor: *História de Portugal (1933-1974)*, págs. 279 e seguintes, Livraria Civilização, 1981.

do Conselho os mais recentes actos provocatórios da União: sobrevoos de território português por aviões militares indianos, tiroteio aberto contra postos portugueses. No parlamento britânico é debatido o assunto; e o *Foreign Office* volta a exprimir a esperança de que não será efectuado um ataque armado contra Goa. Dean Rusk está em Madrid; entre o secretário de Estado e o generalíssimo Franco é abordado o problema; e Rusk parece mais impressionado com as razões portuguesas e a atitude de Lisboa. Mas em Nova Deli, o embaixador americano John Galbraith avista-se com o ministro indiano dos Estrangeiros, e sugere-lhe que a União aceite uma *moratória* ou considere a possibilidade de negociações com Portugal; e esta diligência, implicando a ideia de que os Estados Unidos têm Goa por um caso de colonialismo, é interpretada por Nehru como significando que o governo de Washington, se reprova o emprego da força, considera justificadas na essência as reivindicações indianas. Deste ponto surge divergência de tomo entre a Inglaterra e os Estados Unidos quanto a Goa: o alto-comissário britânico na União Indiana, Alexander, reitera em Deli a reprovação de Londres pelo uso da violência: Galbraith, se não aconselha Nehru a invadir aquele território português, sugere que a reacção americana será praticamente nula, e não irá além de palavras.

Em Portugal, através do povo, o ambiente permanece de velada de armas. Ocupam-se quase exclusivamente de Goa todos os jornais; e o *Diário de Notícias* reproduz declarações do governador Vassalo e Silva dizendo que *«a Índia Portuguesa poderá ser atacada a qualquer momento»*. De Nova Deli, as notícias da imprensa e dos círculos oficiosos confirmam-no; e o presidente do Soviete Supremo da Rússia, Leonid Brejnev, que está em visita à União Indiana, conferencia repetidamente com Nehru, e apoia a posição deste. Em Lisboa, um grupo de senhoras portuguesas dirige ao papa um apelo para que salve a *«Roma do Oriente»;* e idêntico pedido lançam as comunidades goesas espalhadas no mundo. Nos meios do governo português, não subsistem dúvidas sobre a iminência da invasão. Para mais, dados os sentimentos católicos dos Goeses, Nehru deve querer precipitar o ataque para que tudo termine antes das festas de Natal; ou então adiá-lo-á por largo tempo; mas a vastidão dos preparativos não torna

verosímil a última hipótese. Por parte dos estudantes goeses, que frequentam em grande número escolas e universidades na metrópole, é feita uma manifestação junto do Ministério do Ultramar. Procuram Adriano Moreira, e afirmam o seu portuguesismo, o seu repúdio da nacionalidade indiana, o seu espírito de unidade nacional. Responde-lhes Moreira: «*Vítimas sem causa de ambição injusta de uns tantos, teremos de orientar-nos sempre e exclusivamente pelo interesse nacional. A defesa desse interesse tem exigido grandes sacrifícios e estamos sob a ameaça de sofrer sacrifícios maiores. Na província do Estado da Índia, pelas razões que já foram tornadas públicas, considerámos necessário evacuar as mulheres e as crianças para as subtrair às violências que a experiência contemporânea não torna difícil prever*». E conclui: «*Temos ainda esperança de que não será consumado um atentado que atingirá não apenas a Nação mas também o património da própria humanidade. De qualquer modo, a presença dos estudantes da província do Estado da Índia neste Ministério, e nesta ocasião, significa que os jovens querem que seja defendida a herança que lhes pertence. Os portugueses do Estado da Índia não esquecerão este desejo dos seus filhos*». E pelo país, nas cidades e pequenas terras de província, o governo sente apoio generalizado na sua recusa de entregar ou abandonar Goa.

Espera-se um ataque durante o dia 16 de Dezembro (1). Não afrouxa a actividade do governo de Lisboa. Acentua-se pelo mundo um clima de hostilidade à União Indiana. Passam as horas do dia 16, e prosseguem os prepatativos militares indianos. Há um começo de execução estratégica da operação: as forças armadas da União vão tomando postos de ataque. Tem Lisboa notícia de que a Inglaterra repete em Nova Deli diligências de última hora, procurando dissuadir Nehru do seu acto de agressão. Nada parece

(1) Para o leitor desprevenido, poderá criar confusão, em todo este episódio, a indicação de algumas datas: um mesmo acontecimento pode aparecer assinalado numa data em Nova Deli, em data diversa em Lisboa, ainda noutra data em Nova Iorque. Joga aqui a considerável diferença de horas: de mais de cinco horas entre cada uma daquelas cidades. De modo que um telegrama enviado de Lisboa à 1 da manhã do dia 15 de Dezembro, por hipótese, pode determinar uma diligência praticada em Nova Iorque às 8 h. da noite do dia 14.

alterar os planos indianos, todavia; mas ao começo da noite de 16 para 17 toda a fronteira se mantém calma. Do gabinete de Salazar, na residência oficial da Rua da Imprensa, o ministro do Ultramar telefona ao governador-geral: diz-lhe palavras de apoio moral e de confiança. Responde Vassalo e Silva a Moreira: «*Estamos aqui sobre um vulcão, Senhor Ministro. Tenham o governo e V. Ex.ª a certeza, porém, de que tudo se poderá perder menos a honra de Portugal*». Publicamente, em Goa, declara também o governador-geral: «*somos poucos, mas temos ânimo. Havemos de estar à altura das nossas tradições*». Durante a noite, Salazar mantém-se acordado. A breves intervalos, telefona para o Ultramar, a Defesa e os Estrangeiros, a inquirir de notícias. Pela madrugada de 17, suscitam-se em Lisboa algumas esperanças: terá o primeiro-ministro indiano abandonado o seu projecto, ou tê-lo-á pelo menos adiado? Mas as informações recebidas durante o dia 17 não permitem mais dúvidas: o ataque indiano deverá estar por horas, acaso por minutos. Em Lisboa, numa grande manifestação, há um *cortejo do silêncio*. Diz o cardeal Cerejeira: «*Portugal não morre mas a perda da Índia Portuguesa levar-lhe-ia parte da sua alma*». E chegam as notícias das agências mundiais: ao início da noite, cerca das oito horas de Lisboa e zero horas locais, a União Indiana desencadeia a guerra. Moreira entra em comunicação com o governador-geral: este confirma o que já circula pelo mundo: a Índia lançara um poderoso ataque em três frentes: e o governador julga ser real a operação militar que se desenrola na frente sul, devendo ter-se as duas outras por manobras de diversão. Nesse momento, com Salazar, no gabinete da residência oficial, estão os ministros de Estado, do Ultramar, e dos Estrangeiros. Está obviamente sob grande tensão o chefe do governo; mas não perde o domínio dos seus nervos, nem se lhe obscurece a lucidez. «*É preciso comunicar o facto à Nação*», diz Salazar, «*como vamos fazer?*» É sugerido pelos ministros um comunicado da Presidência do Conselho. Salazar concorda. E minutos depois é publicada uma nota oficiosa: «*Depois de nas últimas semanas ter realizado poderosa concentração de forças, a União Indiana iniciou hoje a agressão contra o Estado Português da Índia, segundo acaba de confirmar o Governador-Geral. Nos termos*

das instruções que haviam sido dadas, as forças armadas entraram em acção na defesa do território. O Governo confia em que todos saberão cumprir o seu dever».

9

Na reunião no gabinete de Salazar é também decidida a convocação imediata do Conselho de Segurança. Nos termos das instruções que recebe, Garin solicita em Nova Iorque que o Conselho condene a agressão da União Indiana, ordene a esta que cesse fogo, e determine a retirada das forças indianas para além da linha de fronteira. No mesmo tempo, é chamado às Necessidades o embaixador Elbrick. E a este é dito: se à reunião do Conselho de Segurança forem trazidos os problemas genéricos do Ultramar português, como os afro-asiáticos decerto pretenderão, e se os Estados Unidos tomarem de novo quanto a tais problemas uma atitude hostil a Portugal, deve então o governo americano, a partir daquele momento, ficar consciente de que o facto terá *«as mais graves repercussões nas relações entre os dois países, que tais relações deixarão de ser, no plano bilateral, o que actualmente são, devendo considerar-se como terminada e finda a posição de que os Estados Unidos têm beneficiado em Portugal, sendo o governo americano oportunamente informado do sentido dessa modificação»*. Elbrick compreende a *«seriedade»* da comunicação, lamenta-a, e sai apressadamente. Poucos minutos faltam para a meia-noite de 17. Mas tendo a agressão indiana sido iniciada às zero horas locais do dia dezoito, o ataque militar está em curso há mais de seis horas. Pelo mundo, é funda a emoção, e generalizada. Por sua iniciativa, publicam muitos governos declarações de nítido repúdio da atitude indiana; e Nehru é desde logo pessoalmente atacado, e acusado de hipocrisia, e de súbito está reduzida a pó a sua aura de respeitabilidade, de pacifista, de apóstolo da tolerância universal. Na condenação da Índia, são particularmente veementes o governo brasileiro, que exprime a

sua solidariedade a Portugal (1); e o governo australiano, o grego, o argentino, o canadiano, o espanhol, outros ainda. Na imprensa e na rádio internacionais, quase não se ergue uma voz pela Índia. Entretanto, convocada com extrema urgência, decorre em Nova Iorque a sessão do Conselho de Segurança. Pelo representante permanente de Portugal, é denunciada a agressão indiana, e são reiterados os pedidos apresentados na convocação. Abre-se o debate. É expressivo no apoio a Portugal o representante francês: Goa não é ameaça para a Índia; a acção empreendida pela União Indiana causa a maior surpresa e emoção, e é uma verdadeira denegação do direito, tanto mais que não há muito o Tribunal da Haia reconhecia em sentença o carácter português daqueles territórios; as autoridades indianas acabam de cometer uma *«falta grave»;* e *«não se duvida de que a Índia responda ao nosso apelo»*. Adlai Stevenson, pelos Estados Unidos, é também vigoroso: são claras as posições dos Estados Unidos em matéria colonial; mesmo quanto a Portugal, têm sido nítidas as atitudes; mas no momento não é esse o problema que está em causa; ainda que se considere Goa uma colónia, no plano dos factos e da lei está sob a autoridade de Portugal; e nada na Carta autoriza o uso da força para pôr termo a tais situações. Deste modo, Stevenson, em nome dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França e da Turquia, submete à votação do Conselho um projecto de resolução que, além de condenar a Índia, exige um cessar fogo e a retirada imediata das forças invasoras para lá da fronteira. Mas o delegado soviético logo indica que usará o seu *veto:* a União Soviética desaprova a guerra em geral, mas considera legítimas as guerras locais, que chama de libertação, ou as revoluções comunistas, que subvertem governos. E o delegado da Índia, nos termos mais arrogantes, afirma que a acção do seu governo tem carácter policial somente, e que prosseguirá, *«com o Conselho ou contra o Conselho, com a Carta ou contra a Carta»*. Passa-se ao voto do projecto apresentado pelos Estados Unidos: é aprovado por maioria: mas o delegado russo usa do seu direito de *veto:* e o texto é assim havido como rejeitado. É apresentado então um outro projecto, elaborado

(1) O cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime da Câmara, visita pessoalmente a embaixada de Portugal para exprimir o seu apoio moral.

pela Libéria, Ceilão e Egipto: este considera os territórios portugueses uma ameaça à paz e à segurança do mundo e insta com Portugal para que cesse as suas hostilidades. Submetido ao voto, não recolhe maioria, e é derrotado (1). E assim o Conselho exibe a sua impotência: não chega a uma decisão. Comenta em desespero o representante americano: *«Esta noite assistimos ao primeiro acto de um drama que pode terminar pela morte desta Organização»;* a Sociedade das Nações morreu quando os seus membros não se opuseram à agressão; *«e é de coração pesado que acrescento uma palavra de epílogo a esta discussão fatídica, a mais importante em quantas eu tenho participado desde que a ONU foi fundada há dezasseis anos»*. Está-se perante a falência das Nações Unidas, afirma Stevenson; compreende o *veto* russo, coerente com o papel obstrucionista da União Soviética; mas a atitude de outros países é perturbadora, pois leva a crer que se pretende reescrever a Carta e legitimar o uso da força para objectivos próprios; e isto *«apenas pode levar ao caos e à desintegração das Nações Unidas»*.

Em Goa, o ataque indiano prossegue conduzido por forças do exército, aviação e marinha. Perfazem cerca de cinquenta mil homens os efectivos postos em acção por Nova Deli. Ao largo de Goa apresenta-se uma poderosa esquadra indiana: compõe-na o cruzador *Mysore*, navio-almirante, o porta-aviões *Vikrant*, e os cruzadores *Rajput*, *Beas*, *Rana*, ainda outros vasos de guerra. Sem olhar à inferioridade de número e de poder ofensivo, faz-se ao mar o *Afonso de Albuquerque*, sob o comando de Cunha Aragão, que manda abrir fogo sobre a esquadra indiana. Alguns navios indianos são atingidos pela artilharia portuguesa, mas sem gravidade; Cunha Aragão é seriamente ferido, e tem de ser levado da ponte; mas a guarnição continua o combate, até que a esquadra indiana, concentrando o seu fogo, reduz o *Afonso de Albuquerque*, depois de quatro horas de luta, a uma ruína que encalha na praia. Ao largo de Damão e Diu, lanchas-patrulhas portuguesas abrem fogo contra aviões indianos que as atacam. Batem-se com bravura

(1) Ainda que houvesse obtido maioria, também não seria aprovado pois que os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, votaram contra. Cada um destes países, como membro permanente, tem direito de *veto*; e portanto, além de derrotado por maioria, ao projecto foram opostos três *vetos*.

o primeiro-tenente Oliveira e Carmo e o alferes Santiago de Carvalho. Diz Oliveira e Carmo aos seus homens: «*Rapazes, vamos cumprir até ao último homem e à última bala se for possível*». E Santiago de Carvalho, em Damão, diz: «*Por Portugal daremos tudo, a vida, para que ele se continue e continue eterno*». Morrem ambos. Lutam com valor, como nos tempos antigos, as guarnições de Diu e de Damão: actuam independentemente do comando central. Em Goa, porém, em menos de vinte e quatro horas o comando indiano dá por concluída a operação. E Vassalo e Silva, governador-geral e comandante-chefe, sem embargo das suas intenções heróicas, rende-se sem riscos, sem iniciativas, sem combate, e a opinião pública acha que não teve pundonor militar o seu comportamento. Toda a guarnição portuguesa é feita prisioneira. Tudo é breve, rápido, e o mundo, que esperava uma luta áspera, fica desconfortavelmente assombrado.

Durante a noite, em Nova Iorque, os Estados Unidos, o Brasil, alguns países ocidentais e muitos latino-americanos, desenvolvem esforços para organizar uma sessão de emergência da Assembleia Geral. Nesta, não há possibilidade de *veto* e a União Soviética não conseguirá portanto evitar a condenação do governo de Nova Deli: mas entretanto chega à ONU a notícia da rendição portuguesa, e o debate que se segue perde tom e significado: e não altera a posição da Índia. Vivera a organização uma noite de drama: ficara patente a sua impotência, agravara-se a sua crise: e firma-se a convicção de que os Ocidentais são incapazes de proteger os seus aliados, enquanto a União Soviética apoia com eficácia os seus amigos. Era sincero o embaixador americano no seu vibrante ataque à União Indiana.

É muito fundo o traumatismo causado em Portugal, e por todo o Ultramar. Há uma sensação colectiva de catástrofe, de maldição. Dir-se-ia fúnebre o ambiente. Há uma unanimidade nacional. Em nome dos monárquicos, o Duque de Bragança indigna-se com o ataque indiano: «*Na Roma do Oriente, está em causa Portugal*». E é unânime a imprensa. Escreve o *Diário Popular*: «*Goa não caiu, está cativa*». No mesmo tom vibram *O Século*, o *Diário de Notícias*, os jornais da província e do Ultramar. Diz a *República*: «*Não estamos com a actual situação política e todo o país o sabe*»; «*mas esta divergência não afecta em nada o nosso*

acrisolado amor à Pátria»; «agora é este pedaço da Índia, dessa Índia que é todo o nosso orgulho de portugueses, que sofre da brutalidade, dos desatinos, da cegueira dos homens e dos horrores da guerra», devido a *«um inqualificável acto de agressão e de apossamento de um recanto que constitui uma das mais preciosas relíquias do nosso amado Portugal como símbolo da sua acção civilizadora no mundo»*. E conclui a *República: «Chamem-nos românticos. Mas somos e queremos continuar a ser portugueses»*. Durante dias, por cidades e vilas, circulam as pessoas com gravata preta e de fumo no braço. Há manifestações de protesto, há marchas silenciosas. De repente, nos portugueses mais esclarecidos, torna-se evidente um facto novo: com a perda de Goa, Portugal não era mais o mesmo pais de há cinco séculos. E na opinião pública, entre a massa do povo, há uma tomada de consciência, difusa decerto mas profunda; Portugal é um país extremamente vulnerável: e se Goa era uma jóia de família, já os territórios de África são apoios vitais. Por si, Salazar considera o golpe sofrido como dos maiores desastres da nação; por simples força de vontade não se deixa abater moralmente; mas a emoção e as noites em claro vincam marcas no seu rosto. De portugueses miúdos e anónimos afluem mensagens de apoio, de protesto perante o acto de Nehru; de igual modo se manifestam os núcleos de portugueses no estrangeiro; no Congresso do Brasil erguem-se vozes de indignação; e políticos e homens de Estado do mundo enviam as suas mensagens de solidariedade (1).

---

(1) Destaca-se o chefe do Estado espanhol, Francisco Franco, que escreve a seguinte carta: *«Sr. Dr. António de Oliveira Salazar, meu querido amigo — Muito os lembro nestas horas de dor em que a nação portuguesa é vítima da anarquia internacional, que os maus actos de uns e a incapacidade e torpeza de outros tornaram possível. Peço a Deus que dê ao povo português serenidade e força para uma vez mais, como na sua gloriosa história, superar esta prova, e a V. Ex.ª saúde e ânimo para continuar a conduzi-lo com a mesma fé e sabedoria como o vem fazendo nestes anos tão difíceis da história do mundo. Ao exprimir a solidariedade de toda a nação espanhola, junto à minha própria um particular afecto. a) F. Franco. Madrid 19-12-961»*. Esta carta de Franco tem de ser havida como obra-prima de *ambiguidade* e de *fuga* ao problema: não se sabe se a solidariedade é expressa por causa de Goa, ou dos ataques na ONU, ou dos ataques em África, etc. Salazar não lhe deu publicidade. Franco também

Mal absorvido o grande choque, os meios oposicionistas, e em particular a extrema-esquerda, aproveitam o acontecimento para uma ofensiva contra Salazar. Segundo a oposição, tudo se poderia ter evitado: bastaria ter sido flexível, negociar com Nehru, encetar conversas que se arrastariam indefinidamente: e Goa ainda seria portuguesa. Salazar é portanto o culpado exclusivo: por obstinação, por erro, por capricho, por birra. Noutros círculos atribui-se ao chefe do governo um propósito sinistro: ter sacrificado Goa para salvar os territórios de África (1). Salazar comenta: «*Já sei, já sei. Querem pegar-me fogo. Está bem. Mas dêem-me mais uns dias, deixem-me explicar ao país como tudo se passou. E depois peguem-me fogo!*»

10

Não se limita a Portugal o rescaldo político da invasão de Goa. Na Câmara dos Lordes, em Londres, trava-se vigoroso debate; Lord Colyton e Lord Salisbury condenam duramente a União Indiana; e o secretário de Estado, Lord Home, embora em termos guardados, volta a reprovar a decisão indiana de recorrer à força. De Bruxelas, o primeiro-ministro belga telegrafa a Nehru, reprovando o ataque. Figuras eminentes do Brasil — Pedro Calmon, Carlos Lacerda, Austragésilo d'Ataíde, Adhemar de Barros, outros ainda — fazem no mesmo sentido declarações públicas. Nada diminui, contudo, a amargura que possui Oliveira Salazar. É par-

escreveu a Américo Thomaz. Nessa carta, é mais concreto: refere-se à «*agressão iníqua*» contra uma das «*províncias ultramarinas*» da Nação portuguesa.

(1) Não se entende bem esta acusação, nem se vê que lógica possa ter, a não ser esta: ceder em Goa e abandoná-la, inutilizava os princípios em que se baseava a política de resistência em África. Mas pôr o problema assim, era pôr o problema de toda a política ultramarina. E não se vê tão-pouco como é que, não *defendendo* Goa e *entregando-a*, deixaria de se *sacrificar* Goa. O leitor estará certamente já esquecido de toda a problemática que envolve este assunto. Convirá por isso, se quiser avivar a sua memória, que releia as págs. 272 a 276 do vol. IV.

ticularmente viva a sua revolta contra a atitude dos Estados Unidos, que não é atenuada pela nitida condenação da Índia feita por Stevenson no Conselho de Segurança. «*Palavras, sem dúvida palavras apropriadas*», diz Salazar, «*mas Nehru viu que por detrás de tais palavras não havia nada, nada de positivo e sério que prejudicasse os interesses da Índia*». E efectivamente os Estados Unidos tomam nova atitude que empresta fundamento à ideia de Salazar. Como resultado do debate em comissões, iniciado há semanas, sobem ao plenário da Assembleia Geral da ONU dois projectos de resolução antiportugueses: primeiro, quanto aos refugiados angolanos em território congolês; segundo, criando um *Comité de Sete*, encarregado de ouvir peticionários que se apresentem contra Portugal, e repetindo as habituais condenações pelo facto de o governo de Lisboa não obedecer às injunções da organização. É aprovado o primeiro projecto no dia 18 de Dezembro de 1961; é aprovado o segundo no dia 19; e em ambos o voto dos Estados Unidos é contrário a Portugal. E como golpe mais fundo na sensibilidade portuguesa, é anunciada para breve a ida a Nova Deli da mulher do presidente dos Estados Unidos, Jacqueline Kennedy, que visitará Nehru. Salazar comenta: «*Parecem apavorados os Estados Unidos, têm medo de que Nehru esteja zangado, querem apaziguá-lo. É curioso: dir-se-ia que devia ser o contrário: Nehru é que deveria estar inquieto quanto à reacção dos Estados Unidos perante a agressão que cometera*». Por outro lado, no mesmo dia em que se consuma a conquista de Goa, Mennen Williams, do Departamento de Estado, envia a Walt Rostow, na Casa Branca, um extenso memorial sobre a África portuguesa. E diz: não há dúvida de que Portugal tem a «*intenção de manter a sua presença em Angola e Moçambique permanentemente*»; todas as reformas decretadas têm esse objectivo; os Estados Unidos não o podem aceitar, sob pena de perderem a imagem que conquistaram junto dos afro-asiáticos; há decerto a importante questão da Base Aérea dos Açores; o facto poderá moderar um pouco as declarações públicas; mas seria «*impensável*» qualquer recuo em relação à atitude assumida no inicio do ano quanto a Angola; os contactos com o chefe dos guerrilheiros, já efectuados com membros da Secção Africana, deveriam ser expandidos e em qualquer caso deve continuar a aplicar-se a Portugal a mesma pressão

a que tem sido submetido. Salazar não conhece este documento, mas não tem dúvidas sobre os propósitos últimos que na altura animam o governo do presidente Kennedy. Em Lisboa, a 23 de Dezembro, um Conselho de Ministros sob a presidência de Américo Thomaz lavra formalmente o seu protesto perante a agressão contra Goa.

Uma semana após a invasão de Goa, Oliveira Salazar recebe Serge Groussard, do *Le Figaro*, e a entrevista reveste-se de um tom de desabafo. Groussard pensa que Salazar está em paz consigo próprio; não lhe notou cólera ou rancor; mas observou mágoa e tristeza. Nehru, um homem sincero? «*Vejo que o não conhece*», diz o chefe do governo ao jornalista, «*pois eu conheço-o bem e desde há muito*». Não: Nehru é um hipócrita: e o facto de o direito de Portugal se opor ao seu poder e de Goa prosperar enquanto a Grande Índia empobrece, «*enlouquecia-o*». As Nações Unidas? O Conselho de Segurança? Útil? «*Mas é inútil. Inútil como as Nações Unidas. E quando digo que as Nações Unidas são inúteis, devo acrescentar que, além disso, são também nocivas*». E a esta lamentável instituição, quem a paga? «*Os Estados Unidos. Mas porquê? Porque estão de acordo? Nem sequer isso. Simplesmente, porque querem por todo o preço o apoio dessa constelação de pequenos países*». Volta a Goa: «*Nehru conhece a época em que vivemos — em que ele vive. E trata-a como ela merece. O mundo actual perdeu a fidelidade aos princípios essenciais, ganhando em técnica o que perdeu em consciência. Nehru por isso calculou, e com razão, que o esquecimento cairia depressa sobre a agressão a Goa e sobre a quebra da sua palavra, pois ele jurara que jamais se serviria da força das armas para libertar Goa*». Não receia que se repita noutros territórios — Timor, Guiné, Moçambique, Angola—o que se passou em Goa? Sim, replica Salazar, «*o pior é sempre possível hoje, infelizmente. As nossas províncias portuguesas do Ultramar podem vir a sangrar. Mas o que eu sei é isto: em parte alguma arriaremos a bandeira; bater-nos-emos sempre*». Oliveira Salazar ataca Sengor e Sekou Torê, acusando-os de quererem partilhar entre si a Guiné portuguesa; refere-se à aliança inglesa durante a última guerra; e sublinha o imperialismo indiano na Ásia e mesmo na África. E Salazar repisa: «*O que posso dizer é que por toda a parte na África possuímos poderosos*

meios de luta. Não será uma batalha de antemão perdida». Quanto ao futuro? Em África caminha-se para um racismo tão condenável como o racismo nazi; pretende-se a expulsão das populações brancas; está-se na presença de uma vaga *«enorme e rumorosa»;* mas passará; e *«o que importa é aguentar até esse momento».* Groussard comenta que os portugueses parecem ter alma de cruzados, mas cruzados sem armas. Salazar conclui: *«É sempre mais fácil encontrar armas do que cruzados. Por isso não abdico da esperança».*

Aproxima-se o fim de 1961. Salazar trabalha intensamente num largo discurso a dirigir aos portugueses. Surge um problema: Salazar está afónico; como em ocasiões anteriores semelhantes, apenas pode falar pouco e em voz ciciada; e também como em outras vezes, os médicos não assinalam patologia, mas uma simples consequência de emoção e nervos reprimidos. Como pronunciar o discurso, que terá de ser necessariamente longo? Enfim, na altura se decidirá. Na noite de fim do ano, Salazar está solitário, entregue a si próprio. Mas um amigo fiel, de há mais de cinquenta anos, não o esquece: é Gonçalves Cerejeira. Com uma amizade onde há já ternura, com uma solidariedade feita de carinho espiritual, o patriarca de Lisboa escreve a Salazar: *«António — Não quero que o ano termine sem uma palavra minha para ti. Hoje tive-te mais especialmente presente na Santa Missa. Deves sofrer no teu coração e na tua alma todas as dores de Portugal. Quero que sintas que estou junto de ti e de Deus, pedindo que Ele te conforte, console, ilumine e guarde. Teu «ex corde», Manuel»* (1). Segundo Cerejeira, pela perda de Goa, Salazar tem no coração e na alma todas as dores de Portugal. Mas o chefe do governo vê e sente com clareza, sobretudo, a aridez da sua vida, a desolação de toda uma existência. Sente-o quando uma mulher ignorada lhe oferece, como dádiva moral pela perda de Goa, um pequeno cofre, rico exemplo de arte luso-indiana, com um emblema e uma chave de cristal e oiro. É objecto de preço, segundo Salazar julga, e não pode aceitá-lo. Para quê? Quem o cuidaria? Quem o estimaria? Na carta em que o devolve, Salazar

(1) Carta de 31-XII-61.

diz: «*Eu não tenho ninguém e depois de mim tudo se dispersará e perderá significado e valor*». Apenas «*gostaria de encontrá-la um dia e agradecer-lhe de viva voz tanta dedicação e tão elevado patriotismo*». Do torvelinho de emoções e acontecimentos, numa já longa vida, Salazar retirou para si uma certeza: não tem ninguém e, à sua morte, tudo será disperso, sem significado, sem valor.

11

Correm boatos com insistência: há forte descontentamento nas Forças Armadas, está perturbado o Exército, nalgumas unidades culpa-se o governo do desastre de Goa: e os americanos, por acção oculta, procurariam derrubar Salazar. Preocupadas com outros problemas, as autoridades têm abrandado a sua vigilância. Circulam rumores: Humberto Delgado teria preparado do exterior toda uma rede conspiratória, chegaria em breve para assumir o comando da conjura. Está apreensivo o próprio embaixador Elbrick: «*presumo que não é nossa política*», diz para Washington, «*depor o* velho ditador *se não pudermos encontrar um sucessor que colabore com os Estados Unidos e a NATO pelo menos tão bem como o seu predecessor*». Não refeita do golpe psicológico que foi a perda da Índia Portuguesa, a opinião pública vive em sobressalto. E efectivamente, pouco após as três horas do dia 1 de Janeiro de 1962, toca o telefone oficial na residência de S. Bento: a polícia previne o chefe do governo de que o regimento de Infantaria 3, aquartelado em Beja, está em revolta, ou está sendo atacado do exterior. Há outras perturbações? Até ao momento, a polícia não conhece quaisquer perturbações em outras unidades, ou outros locais. Mas que se passa em Beja? Pelas duas horas da madrugada, duas viaturas apresentam-se à porta de armas do Quartel de Infantaria 3. Transporta a primeira o capitão Vasconcelos Pestana e o tenente Hipólito dos Santos; recebidos e reconhecidos pelo alferes Arantes e Oliveira, declaram-lhe que, sabendo a sua unidade de prevenção, por esse motivo se lhe vem juntar; e o automóvel é autorizado a entrar. Precipita-se então a

segunda viatura. Quando o alferes Oliveira tenta identificar os ocupantes desta última, é dominado e manietado. Segue-se o assalto. Com o capitão Varela Gomes, dirigem-se ao quarto do comandante, major Calapez Martins; este, desperto pelo ruído, sai ao corredor; trocam-se tiros; e Varela Gomes é gravemente atingido. No exterior, outros assaltantes, civis e militares, atacam o quartel. Dado o alarme pelo comandante, acorrem forças da Guarda Republicana e da Polícia. Trava-se luta. De Lisboa, sai apressadamente o subsecretário do Exército, Jaime da Fonseca. Atinge o quartel enquanto ainda é vivo o combate com as forças da ordem. Entra na refrega, e é atingido com uma rajada mortal o subsecretário. Varela Gomes, conduzido ao hospital, é salvo pelo esforço dos cirurgiões. Entre os assaltantes há dois mortos e alguns feridos. Entretanto, actuam forças de outras unidades e corporações, e cercam os sublevados, e pelo romper do dia está findo o episódio. Em sucessivas notas oficiosas, o ministério do Exército informa o país dos acontecimentos. Há sossego por todo o território. E a opinião pública, sobretudo no Ultramar, sente mais um traumatismo (1). Em Madrid, houve temor: segundo os serviços secretos americanos, o generalissimo Franco mandou preparar a 11.ª Divisão para, no caso de um triunfo esquerdista, ocupar Lisboa, Porto e Coimbra.

Naquele dia 1 de Janeiro de 1962, é difundida a mensagem de Ano Novo do presidente da República. Não há referência a Beja, e Goa domina as palavras do chefe do Estado. Thomaz ataca a União Indiana, as Nações Unidas, o Ocidente que não sai da letargia, as potências que no fundo querem substituir Portugal em África, e por isso atacam o «*bastião português*» no Ultramar. Mas sabe-se que está convocada para 3 de Janeiro a Assembleia Nacional, para ouvir Salazar, e o mundo político concentra a sua atenção no discurso que há-de proferir o chefe do governo.

(1) Não é viável neste trabalho pormenorizar mais o episódio. Na altura, muitas perguntas ficaram por responder: era real qualquer ligação com Delgado? foi acto isolado ou havia uma conspiração com outras unidades? por que se não desencadeou então essa conjura? possuía ramificações com forças em África? Havia unidade ideológica entre os assaltantes ou entram constituídos por grupos diversos e acaso antagónicos que se digladiariam se triunfantes?

E naquele dia reúne-se a Assembleia. Comparece todo o gabinete. Regurgitam de público as galerias, as tribunas, são numerosos os goeses, não falta um deputado. É carregado de emoção o ambiente: há atmosfera de drama, própria dos debates que apaixonam os espíritos. E quando Salazar entra, atroam pela Câmara os aplausos vibrantes, as ovações prolongadas, interrompidas de gritos estridulos e vozes enrouquecidas que bradam *morras* à Índia, à ONU, aos Estados Unidos, a Nehru. Salazar mostra-se muito calmo, senhor de si, de semblante grave. Preside Mário de Figueiredo que, depois de um tempo, consegue impor silêncio. Em dicção frouxa, quase sumida, o chefe do governo declara que os abalos das últimas semanas lhe afectaram a voz pelo que não pode proferir o longo discurso que preparara: entrega, por isso, à mesa o respectivo texto: e pede que o presidente da Assembleia faça o favor de o ler (1).

«Não costumo escrever para a história e sinto ter de fazê-lo hoje», começa Salazar, *«mas a Nação tem pleno direito de saber como e por que se encontra despojada do Estado português da Índia. Goa portuguesa há 450 anos e agora ocupada pela União Indiana representa um dos maiores desastres da nossa história e golpe muito fundo na vida moral da Nação»*. Depois Salazar desce em minúcia ao historial do problema. Goa era marco de um dos maiores acontecimentos do Mundo, e deixá-lo à guarda de Portugal deveria ser ponto de honra das potências, não fora a decadência da lei e dos valores morais. Surgiu a questão com a

(1) Salazar submeteu este discurso à apreciação e crítica, como aliás era seu hábito, dos ministérios dos Estrangeiros e do Ultramar, e a Mário de Figueiredo. Tem interesse a carta que dirige a este último. Passagens principais: *«Meu caro — Mando uma primeira versão da exposição sobre Goa que pedia lesses aproveitando o domingo. O texto deverá ser limado, talvez encurtado aqui e ali. Está em estudo nos Exts. e no Ultramar: costumam ambos fazer observações e sugerir emendas que discutirei. Era conveniente que te desses ao trabalho de crítica que me permitisse melhorar o texto. Pode haver coisas pouco claras, outras que pequem por claras em demasia, faltas de gosto, argumentação não convincente, etc. Já agora que temos tempo falamos um esforço para melhorar no que pudéssemos o trabalho. A arquitectura não é má mas a — ?— como — ? —ficou longe do que ideava. Vê-me isso com cuidado»*. Carta sem data precisa mas obviamente da segunda quinzena de Dezembro de 1961.

independência da Índia, agravada pelo sonho imperialista do primeiro-ministro Nehru, contra o qual se esboroavam as suas apregoadas ideias de pacifismo, não-violência, boa vizinhança. Neste contexto, a Índia quis negociar, desde 1950, não os problemas decorrentes da vizinhança, mas os termos em que o Estado Português da Índia seria integrado na União Indiana. Nesta base, era óbvio que não podia Portugal negociar, *«sem nos negarmos e sem trairmos os nossos»*. Tudo então é tentado por Nehru: as pressões, as ameaças, as retaliações contra Goa e os Goeses, com desrespeito pela ordem internacional. E tudo foi frustrado. *«Podemos concluir que nem na ordem dos factos, nem das razões expendidas, nem no terreno do direito e nas salas dos tribunais, nem nas mais altas instâncias políticas, como daqui a pouco veremos, a União Indiana, embora servida pelos poderosos meios da sua influência, pôde ganhar a Portugal. O nosso direito opunha-se às ambições, e era tão simples, tão claro, tão inocente que todos se viam forçados a reconhecê-lo e muitos a reconhecer-lhe as vantagens para as populações, em paz entre si e no seio da Nação portuguesa. Era de mais»*. Deste modo, *«batida em todos os campos, o único recurso que restava à União Indiana, visto não se libertar da sua obsessão em relação a Goa, era o emprego da força, e a única possibilidade nossa de o evitar era obrigá-la a montar uma operação em grande escala, com completo desprestígio do seu pacifismo e escândalo do Mundo»*. Em face das *«belicosas ameaças»* de Nehru, foram feitas diligências junto de Inglaterra, Estados Unidos e Brasil. Perante a Inglaterra, e sem recuar aos tratados dos séculos, foi invocada a velha aliança, sempre confirmada pelos dois governos; e embora o gabinete de Londres, em anos recentes, houvesse apresentado interpretações especiosas, não estava em causa *«a obrigação de defender o nosso Ultramar»*. Em mais de trinta anos, nunca o governo português fizera apelo aos tratados de aliança; fizera-o a Inglaterra, para obter facilidades nos Açores, em 1943, durante a guerra; mas *«a minha repugnância pessoal em solicitar serviços alheios, mesmo contratualmente devidos, tinha de quebrar ante a gravidade da causa»*. Invocada a aliança, *«o governo de Sua Majestade respondeu-nos, sem demora e essencialmente o seguinte: na eventualidade de um ataque a Goa havia inevitáveis limita-*

ções quanto à assistência que o governo britânico estaria em condições de dar ao governo português em luta com outro membro da Comunidade. A referência eufemística às inevitáveis limitações *tinha de interpretar-se no caso como significando que o governo britânico se eximia ao cumprimento dos Tratados*». E Salazar comenta a atitude britânica: «*Eu sou dos que estão convencidos de que o governo britânico fez nesta emergência muito mais esforços e diligências muito mais prementes para impedir a agressão indiana do que os conhecidos através da imprensa ou a nós directamente comunicados. E a razão é simples. Embora Goa nunca pudesse ser para o entendimento britânico destes problemas o que é para nós — um pedaço da Nação Portuguesa — é imensamente desagradável para o brio e o prestígio de uma grande potência eximir-se ao cumprimento de obrigações certas que tiveram a devida contrapartida em vantagens concedidas por Portugal. Deve também considerar-se intolerável à educação e à moral individual dos britânicos que a Inglaterra venha a ver-se aumentada no mínimo que seja, através da Comunidade, com pedaços de território roubados ao seu mais antigo aliado*». E agora levanta-se outra questão: em face das inevitáveis limitações, que impedem a Inglaterra de agir perante os ataques armados de membros da Comunidade contra territórios portugueses, e dada a extensão daquela, qual «*o conteúdo positivo que ainda resta da segunda parte da declaração de Windsor de 1899?*» E pelo que toca aos Estados Unidos? Depois da diligência feita em Lisboa em 7 de Agosto de 1961 (1), o governo de Washington praticou reiteradas intervenções no sentido de dissuadir a Índia de atacar Goa, e o presidente Kennedy terá mesmo escrito a Nehru. Não se pode pôr em dúvida a força destas diligências ou das da Inglaterra: tanto Washington como Londres tinham interesse político em que a Índia não atacasse Goa, para que se não desvanecesse a lenda pacifista de Nehru nem fosse abalado o edifício tão amorosamente construído por elas para preservar a paz. «*Mas então temos de ver o seguinte: há hoje na Índia um pequeno país despojado pela força dos seus territórios, e às portas de Goa duas grandes*

(1) Ver atrás pág. 315.

potências também vencidas — a Inglaterra e os Estados Unidos, e isto prenuncia para o mundo uma temerosa catástrofe. É triste e desoladora a derrota dos pequenos; mas é incomparavelmente mais grave a impotência dos grandes para defender o Direito». Por último, o Brasil. Mas aqui, afirma Salazar depois de aludir ao Tratado de Amizade e Consulta, «*nenhuma dificuldade ou resistência houve portanto a vencer para que o Brasil declarasse publicamente e por mais de uma vez o pensamento oficial a respeito dos ataques iminentes ou em curso contra o Estado Português da Índia*». Para mais, encarregado como estava da protecção dos interesses portugueses na Índia, o Brasil conhecia bem o inequívoco sentimento português dos Goeses. Esgotados os recursos das nações que podiam ajudar a deter a agressão, podia tentar-se o apelo às Nações Unidas, e foi feito ao Conselho de Segurança, «*no primeiro dia da invasão de Goa e pouco depois de esta começar*». Era muito simples o caso, e muito claro: tratava-se de agressão não provocada e de território não ocupado pelo inimigo. Aprovada a moção condenando a Índia, foi inutilizada pelo *veto* russo; e o facto, embora previsto, causou alarme no mundo. «*Os Estados Unidos acharam que de facto o que se passava prenunciava o fim próximo da organização, mas, numa tentativa de consolidá-la, ainda se uniram no dia seguinte com todos os mais numa votação contra Portugal e dois dias depois apressavam-se a confirmar à União Indiana o seu apoio financeiro. Isto deve estar certo mas é muito difícil para nós compreendermos, e sobretudo não quadra à nossa sensibilidade moral*». E que está agora Portugal a fazer nas Nações Unidas? «*Pensamos ter direito a uma palavra sobre ser já inútil a nossa presença e a nossa colaboração. Mesmo que essa palavra não venha, não sei ainda se seremos o primeiro país a abandonar as Nações Unidas, mas estaremos certamente entre os primeiros. E entretanto recusar-lhes-emos a colaboração no que não seja do nosso interesse directo*». Depois, Salazar descreve a política militar seguida e sumaria a última mensagem ao governador-geral (1); sublinha a reacção mundial; protesta o não reconheci-

(1) Neste passo, o chefe do governo fala da «*firme resistência*» dos portugueses pelo que a ocupação «*levou vários dias*». Já se viu que não foi inteiramente

mento do facto consumado e afirma a continuação da representação goesa no parlamento português. E diz: haveria outra política? «*Respondo com outra pergunta: as outras soluções que se nos deparavam que resultado trariam? A negociação, a entrega; a independência, a perda do pequeno Estado com a integração subsequente; a constituição de uma federação com o Estado independente de Goa faria regressar a questão ao princípio, por ser considerada esta fórmula como a continuação do nosso colonialismo na Índia*». E Oliveira Salazar conclui com uma frase de emoção pessoal: «*Toda a Nação sente na sua carne e no seu espírito a tragédia que se tem vivido, e vivê-la no seu seio é ainda uma consolação, embora pequena, para quem desejaria morrer com ela*».

Interrompido frequentemente com aplausos, o fim do discurso desencadeia novas manifestações. Aplaudem com demora os deputados, e de pé; repetem-se das galerias os *vivas*, os *morras;* e por toda a sala, com os gritos, as grandes luzes dos projectores, o agitar de pessoas, há um tumulto desordenado e quase irreal, feito de indignação, de protesto, e ao mesmo tempo de apoio ao chefe do governo. Salazar retira-se para o seu gabinete no Palácio de S. Bento. Entretanto, continua em sessão a Câmara. Pretendem os deputados aprovar uma moção, marcando a atitude da Assembleia perante o caso de Goa, apoiando o governo e sugerindo uma revisão radical da política externa portuguesa. Um projecto de resolução é levado a Salazar, que se encontra no seu gabinete com alguns ministros. Se aprovado, o texto imporia o quase abandono por Portugal de qualquer política com o Ocidente. Salazar não cede, no entanto, à excitação colectiva: «*Deixemos ficar a palavra revisão, mas há que ser prudentes e não nos precipitarmos*». E lima e atenua o texto. É este que depois a Assembleia, ainda naquele dia 3 de Janeiro, aprova por unanimidade. «*Ouvida a comunicação do Presidente do Conselho*», diz, a Assembleia Nacional resolve: «*exprimir a sua repulsa pela agressão de que foram vítimas os territórios portugueses de Goa, Damão e*

---

verdade, e Salazar já sabia na altura que não tinha sido verdade. Razões de política interna justificam a frase.

Diu»; «formular a sugestão de uma revisão eventual, pelo governo, da política externa nos casos em que a mesma se afigure necessária ao interesse da Nação»; agradecer ao Brasil, à Espanha; patentear confiança em que, sobrepondo-se o direito aos factos, o «*Estado da Índia volte a ser restaurado como bastião português da civilização ocidental no Oriente*».

E depois, nas horas que se seguem e ao início da noite, numerosos grupos percorrem a esmo as ruas de Lisboa, arrastando pelo solo bandeiras americanas ou inglesas e empunhando cartazes com dísticos de *morte* a Nehru, à ONU, a Kennedy, ainda outros. E tentam desacatos contra as embaixadas dos Estados Unidos e da Inglaterra, cuja protecção entretanto a polícia reforçara.

CAPÍTULO IV

As Frentes

1

Nestes começos de 1962, está mal cicatrizada a chaga aberta pela perda de Goa. Reunido no Seminário dos Olivais, o Episcopado português quer reflectir um sentimento generalizado no país. Em nota pastoral, escrevem os prelados: «*Nesta hora de paixão para a Pátria, o Episcopado Português não pode deixar de sofrer com ela. As dores da Pátria*» — «*e a perda de Goa foi como se roubassem do seu tesouro a jóia mais preciosa*», — «*as dores da Pátria, sejam de expiação ou redenção, hão-de ser sofridas no coração dos seus filhos*». E afirmam os bispos: «*Não terminou a missão histórica de Portugal. Portugal continua. Desta paixão deve ele levantar-se confiante no seu destino, no concerto das nações*»; e erguer-se, fazendo exame de consciência, «*mais puro, mais justo, mais fraterno, mais belo*». «*Neste momento em que o comunismo, com o qual nenhum católico pode colaborar, assenta contra a nossa pátria as suas peças de assalto*», grandiosa tarefa ainda espera Portugal na hora «*da criação de um mundo novo*». Há um apelo final dos bispos: no grande drama do amor de Deus e do pecado do homem, a salvação vem pela conversão; e no maternal apelo de Fátima, «*não ofendam mais a Deus, Nosso Senhor*». E não se sabe assim se, para o Episcopado, a

perda de Goa é mágoa de expiação ou de redenção. Mas a vida tem de continuar. Morto Jaime da Fonseca, e feito funeral nacional em que Salazar participa, é nomeado o tenente-coronel Vítor Novais Gonçalves para o substituir. Carvalho Fernandes abandona o secretariado de Estado da Indústria. Mas estes são acidentes de administração. Em África, continuam as operações militares no Norte de Angola. Sobre o seu início, decorreu quase um ano; o choque inicial está absorvido; as Forças Armadas contiveram o terrorismo numa área reduzida, se comparada à extensão da província; retomou-se a regularidade da vida; o ritmo dos negócios está mesmo acelerado; e esboça-se, em Angola e na metrópole, uma espécie de rotina que tem a *guerra de África* como facto da existência portuguesa. Sem dúvida: neste mês de Janeiro, e em prolongamento de debates que não pôde concluir em Dezembro, a XVI Assembleia Geral da ONU volta a considerar o problema de Angola; e vota por larga maioria mais uma resolução em que condena Portugal, prolonga o mandato do *Comité dos Sete,* reprova o uso da força, apela para que o mundo exerça em Lisboa uma presssão irresistível, e pede ao Conselho de Segurança que mantenha o assunto sob constante exame. Nos corredores da ONU, pergunta-se: Portugal abandonará as Nações Unidas, ou não? Entretanto, o secretariado das Nações Unidas pede para estacionar em Angola, em aeroportos e vias de comunicação, observadores seus, para verificar o trânsito de pessoas e armas para o Catanga. Portugal recusa: os observadores não seriam imparciais: há mais vizinhos do Catanga além de Angola, e nenhum pedido lhes foi apresentado: e em qualquer caso parece preferível que os observadores se instalem para lá da fronteira. Mas a opinião pública, na metrópole e no ultramar, já se não impressiona com os debates da ONU: ao cabo de seis ou sete anos de ataques, a sua inocuidade está comprovada. Por outro lado, na vizinha República do Congo, as tropas das Nações Unidas conseguem na verdade pôr termo à secessão do Catanga; toda a fronteira do Nordeste de Angola ficará aberta às forças terroristas instaladas em Léopoldville; de momento, todavia, tudo no Congo parece em paz. Na metrópole portuguesa são outros os motivos que provocam uma agitação surda, um mal-estar que permeia muitos círculos. Com base nos dramas de Goa e de Beja, a opo-

sição de extrema-esquerda intensifica as suas críticas ao governo, multiplica os seus panfletos clandestinos de ataque; e muitos da oposição democrática tradicional não deixam de aproveitar os mesmos pretextos. Na roda dos elementos militares, parece adensar-se um traumatismo: perante severas censuras da opinião pública, que verbera os comandos pela falta de uma resistência heróica em Goa, muitos daqueles reagem atribuindo o comportamento dos oficiais responsáveis a factores políticos e administrativos. Repete-se o argumento já puído: o governo deveria ter guarnecido Goa com muito mais poderosos efectivos e acumulado muito material de guerra. E o argumento esquece sempre a realidade: dada a vasta e inevitável desproporção entre os recursos de Portugal e da Índia, por mais meios que se reunissem em Goa, poderia Nova Deli opor-lhes sempre meios infinitamente superiores: era curioso que agora advoguem o reforço militar de Goa os que antes recomendavam negociações que levariam à sua entrega: e era paradoxal que esses mesmos exigissem que se tivesse feito aquele reforço e ao mesmo tempo censurem o governo pela perda de efectivos e de material de guerra. Neste contexto, insere-se um outro problema: como prisioneiros de guerra, permanecem em Goa cerca de quatro mil soldados e oficiais: e o governo português tem estado silencioso quanto à sua repatriação. É o assunto explorado junto de famílias e amigos, sublinhando-se a incúria, o descaso dos ministros e das autoridades, e de Salazar pessoalmente. Noutros domínios, estão inquietos os meios universitários, e há agitação entre estudantes: estes, por intermédio das suas associações, submetem às instâncias académicas numerosos pedidos, desde a licença para celebrar o *«dia do estudante»* até à melhoria de instalações escolares. E há um mal-estar crescente em meios católicos: decorre o pontificado de João XXIII: a preparação do novo Concílio Ecuménico, anunciado pelo papa, está em marcha e espera-se a sua abertura para o Outono. Nessa perspectiva, os espíritos apresentam-se já perturbados na *ideia* de *ideias* que ainda se desconhecem, e motivados por objectivos que ainda se não definem: e o *progressismo,* que se manifesta como rebeldia contra a autoridade civil e religiosa e que se afirma como revisionista de velhos conceitos, parece ganhar terreno no seio da Igreja, tanto no laicado como no clero. Por decisão do governo, conti-

nua no estrangeiro o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes: em torno da sua figura e com fundamento na sua situação congregam-se muitos que do prelado fazem bandeira oposicionista (1). Mas Oliveira Salazar está na realidade preocupado com o problema dos prisioneiros portugueses em Goa. Quer aproveitar este último trunfo, no entanto, para conseguir dois objectivos: levar o governo de Nehru a reconhecer a nacionalidade portuguesa aos goeses que o desejarem, obter autorização para os goeses que queiram abandonar Goa poderem transportar ou transferir os seus bens. Manter em Goa os quatro mil militares portugueses, pelo desagrado e peso que representam para Nehru, constitui uma arma naquele sentido; outra arma foi criada em Moçambique, com o internamento dos muitos indianos ali residentes e o confisco dos seus haveres; e esses indianos, para evitar a expulsão e serem libertos e reintegrados nos seus bens, fazem pressão em Nova Deli em apoio dos objectivos de Lisboa. Entretanto, para averiguar a situação local, e utilizando a mediação particular de alguns negociantes indianos da África Oriental, segue para Goa em absoluto segredo o engenheiro Jorge Jardim (2), provido de salvos-condutos das autori-

---

(1) Sobre as origens do incidente com o bispo do Porto, ver vol. IV, pág. 512.

(2) Jorge Jardim, sempre com o sortilégio da aventura secreta, já havia estado na União Indiana em 1954, atravessando toda a zona de Vapi, onde os Indianos concentraram as suas forças regulares para o ataque aos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli. Agora, em 1962, Jardim é aceite pelos indianos, tendo servido de intermediário um destacado comerciante indiano, Kalyanji Kakoobhai, que há muitos anos vive entre Lisboa e Lourenço Marques. Jardim desloca-se livre e ostensivamente entre Goa, Bombaim e Nova Deli. Quase diariamente remete cartas-relatórios para o ministério do Ultramar e algumas para a Presidência do Conselho. Desta vasta correspondência, emergem alguns pormenores cujo registo creio se justifica. 1) Nas suas conversas com o governador-geral, detido como prisioneiro de guerra, o general Vassalo e Silva repudia qualquer qualificação depreciativa do seu comportamento, e considera «*infeliz*» a última mensagem de Salazar, discorda do discurso deste na Assembleia Nacional, entende que os defensores de Goa foram abandonados, e repete a Jardim que quer «*deixar a verdade em vida e não em testamento*»; 2) O patriarca, D. José Alvernaz, acompanhou a reacção goesa à invasão, e recusou-se a qualquer contacto com as autoridades indianas; em feriado oficial indiano, não içou no seu paço a bandeira indiana; não convidou o cardeal-indiano Gracias a

dades políticas e militares indianas. Por intermédio dos governos egípcio e brasileiro, todavia, é discutido oficialmente o problema do repatriamento dos militares portugueses. Oliveira Salazar sente a impaciência da opinião pública; mas não cede; e diz: *«temos de ser mais duros do que Nehru»*. São trocadas notas, propostas e contrapropostas; o governo de Nova Deli finge não entender a situação dos seus nacionais em Moçambique e a decisão firme de Lisboa de os expulsar, no caso de os desejos portugueses não serem satisfeitos; muitos são por isso compelidos a abandonar território português; e então o governo indiano aceita integralmente as condições portuguesas. Fica o caminho livre para o regresso dos prisioneiros portugueses, e começa a ser organizado o seu embarque de Mormugão (Dabolim) para Karachi, por via aérea, e daqui para Lisboa por via marítima (1). A este tempo, em Washington, Kennedy faz uma declardação significativa: con-

---

visitar a arquidiocese de Goa, pelo que o prelado indiano, segundo as regras da Igreja, não pôde ali fazer uma visita que tanto desejara logo a seguir à invasão; 3) O governo indiano organizou o embarque aéreo dos prisioneiros portugueses de Dabolim (aeroporto de Goa) para Karachi com eficiência e rodeou-o de toda a dignidade militar; 4) Vassalo e Silva quer ser o último a abandonar Goa, mas Jardim opõe-se e *«nisso não transigi»*, porque *«pertence-me ser o último e a nenhum título cederei isso»*. Da galeria dos vice-reis e dos governadores, no Palácio do Hidalcão, as autoridades militares indianas permitiram que Jardim retirasse o retrato de Vasco da Gama. Jardim equivocou-se, e retirou um outro, que enviou para Lisboa; averiguado o erro, Jardim identificou então o retrato verdadeiro, que os indianos também ofereceram. Salazar, quando o soube, não aprovou a ideia: *«então vamos aceitar como oferta uma coisa que é nossa?!»* Numa conversa em Pondá, Vassalo e Silva aparece a Jardim como *«apático, olhar espantado, sem sequência»*; e, segundo Jardim, declara: *«Não tenho pressa, embora não goste desta situação»*; *«como se passaram as coisas?»*; *«não sei se estava a sonhar enquanto tudo aconteceu ou é agora que vivo um pesadelo»*; *«a verdade é só uma, mesmo quando possa ser desagradável»*; *«serei o portador dessa verdade mas não admito que pensem que não soube cumprir»*; *«desde o mais modesto soldadito ao mais alto oficial, todos cumpriram o seu dever»*; *«nunca tive lugares chorudos, fui sempre fazendo a vida da nossa pobre engenharia militar»*; e *«procurei servir sempre o nosso Salazar mas a verdade tem de ser posta no seu lugar»*.

(1) As negociações foram prolongadas e complexas, e não tem interesse nem é possível pormenorizá-las nesta biografia. Dir-se-á que apenas em 2 de Maio de 1962 começou o embarque dos militares portugueses.

sidera como importante o uso da base dos Açores, e manifesta a esperança de que Portugal continue a permitir esse uso.

Mas a todos estes problemas sobrepõe Oliveira Salazar uma questão grave, e de fundo: deve ou não manter-se a política ultramarina seguida até agora? Está o chefe do governo consciente da responsabilidade que tem assumido; não duvida da lucidez da sua visão, da frieza das suas decisões, da segurança dos dados com que joga; mas o assunto é nacional, e não político, e muito menos partidário ou pessoal; e por isso aceita, para si mesmo, que os deveres de patriota, as obrigações de homem de Estado mais do que de político, a consciência histórica da nação, o ideal de civismo, o sentimento de humildade que o força a admitir como possível o erro, o seu próprio conceito de gestor de uma herança por que tem de responder perante os antepassados, o levam a consultar outros, a partilhar com outros o esmagador peso que tem carregado sozinho. Para esse fim, Sarmento Rodrigues, que continua governador-geral de Moçambique, fornece a oportunidade: com efeito, Sarmento Rodrigues acaba de levantar o problema de uma revisão do sistema do governo das províncias ultramarinas, em especial Angola e Moçambique (1). Não tem em mente o governador-geral quaisquer aspectos que colidam com uma soberania portuguesa pluricontinental, nem com o carácter unitário do Estado português; mas Salazar entende que todo o problema, no plano do governo e do Estado, deve ser ponderado sem restrições. Toma o ministro do Ultramar, por seu turno, e sob sugestão de Salazar, a iniciativa de submeter as ideias de Sarmento Rodrigues aos antigos ministros do Ultramar, aos antigos governadores ultramarinos, aos membros do Conselho Ultramarino; e a todos pede o parecer fundamentado. Das respostas obtidas não emergem sugestões espectaculares nem ideias surpreendentes; mas revelam-se tendências que, sem prejuízo da unidade do Estado, vão desde uma integração absoluta até a uma larga autonomia no governo local. De todos os pareceres emitidos, afasta-se e sobressai o de Marcello Caetano. Este sustenta que qualquer solução deve obe-

(1) Sarmento Rodrigues sugeria sobretudo uma desconcentração de poderes, uma descentralização ou delegação de competências, a criação de postos de «Ministro de Estado» no Ultramar, etc.

decer a três condições: permitir à diplomacia portuguesa obter a melhoria do ambiente internacional, sobretudo entre os governos amigos; não comprometer os interesses nacionais e, em especial, as vidas e valores dos portugueses que estão em África; ser administrativamente eficaz. Estes resultados apenas se obteriam se se transformasse «*o Estado unitário que hoje somos num Estado Federal*». Seriam criados três Estados Federados: Portugal, Angola e Moçambique. E as províncias da Guiné, S. Tomé, Macau, Cabo Verde e Timor receberiam o estatuto das Ilhas Adjacentes. Órgãos federais seriam o chefe do Estado, presidente da Comunidade ou da União; uma Assembleia da Comunidade; um Conselho Federal e um Supremo Tribunal Federal; e em cada Estado haveria o Governo, a Assembleia Nacional, os Tribunais (1). Este parecer é ponderado por Salazar. Não tem dúvidas sobre as suas consequências, se aplicado: perda do Ultramar a curto prazo. E ao

(1) Este parecer de Marcello Caetano equivalia evidentemente ao abandono do Ultramar. Ignorava os objectivos afro-asiáticos, pensando que estes aceitariam qualquer construção jurídico-política que garantisse laços políticos especiais ou exclusivos entre Portugal, Angola e Moçambique; implicava a ideia de que os afro-asiáticos, a ONU e outras forças reconheceriam a legitimidade de uma integração das pequenas províncias; e que, feito tudo isto, Portugal não sofria mais ataques nem críticas, tudo ficando em paz. E isto numa altura em que se desmoronava uma *Comunidade Francesa*, que a França não conseguia manter, e se desfazia pelas mesmas razões uma *Comunidade Britânica*, que se transformava numa simples associação, não obstante o poder de uma França e de uma Inglaterra. Caetano parecia não entender que, no caso português, quebrados os vínculos políticos, todos os outros desapareceriam. E via o problema ao contrário: preocupava-se em *facilitar* a missão dos representantes portugueses no estrangeiro, *afeiçoando* a política portuguesa à dos países onde aqueles estivessem acreditados, quando a verdade é que numa real política externa os representantes diplomáticos existem para defender a política do seu governo, sofram o que sofrerem localmente, e não para *adaptá-la* aos desejos do governo local a fim de que tenham — uma vida mais aprazível! É evidente que a melhoria do ambiente internacional não pode ser em si um fim político e só interessa para realizar uma *política própria*. Quando se realiza a *política dos outros*, é seguro que se encontra sempre bom ambiente: o que não se está é a defender o interesse nacional. Por último, Caetano parece limitar os interesses portugueses em África à defesa *da vida e dos valores dos portugueses* (brancos, entenda-se) que ali se encontrem. Este parecer ou memorial de M. C. é datado de 2 de Fevereiro de 1962.

chefe do governo ocorre que há muitos pontos de semelhança entre este parecer de Marcello Caetano e as teses defendidas por Botelho Moniz há um ano atrás. Mas do conjunto de opiniões expressas Salazar extrai uma conclusão: nas suas linhas fundamentais, há que prosseguir a política actual no Ultramar: e para além das grandes reformas elaboradas por Adriano Moreira no Verão do ano passado, há que actualizar e modernizar o quadro geral da administração e do governo local nas províncias de além-mar. E na Assembleia Nacional entra em debate o projecto de lei do emparcelamento rural, inspirado pelo secretário de Estado da Agricultura Mota Campos.

Através de todos estes problemas de Estado, estão também em conflito muitos homens que circulam na alta-roda da situação. São mil os pretextos. Fala-se mesmo numa nova conspiração, agora chefiada por Craveiro Lopes e Marcello Caetano. Está em curso o julgamento dos crimes cometidos a bordo do *Santa Maria* durante o assalto ao paquete. Para uns, deveria o assunto ser esquecido, para não cavar mais abismos políticos internos; para outros, importa que o governo seja firme, e dura a sentença; e quando esta é proferida, e condenados nos termos da lei os autores dos crimes praticados, reabre-se a discussão (1). No seio da Assembleia Nacional, há desavenças, animosidades pessoais. Muitos deputados entendiam que Albino dos Reis ainda

(1) Ao enviar ao ministro dos Estrangeiros cópia da sentença, Salazar comenta-a assim: «*Da sentença houve recurso, como é de lei, e talvez devamos esperar o julgamento dele para nos ocuparmos das extradições possíveis. Como os condenados vivem em países com os quais não temos tratados de extradição, penso que nada conseguiremos. Mas este ponto é que devia ser estudado com atenção. Há sobretudo o caso do Brasil. Penso que se assinou uma convenção quando da visita do Presidente a Portugal, mas suponho que não chegou a ser ratificada. Às vezes aceita-se a reciprocidade na extradição, mesmo sem textos convencionais. Mas aqui é mais que duvidoso. A sentença é corajosa, mas tem a meu ver um defeito — é afirmar concretamente que o acto não foi de pirataria, o que vem dar razão à Inglaterra e aos Estados Unidos que assim entenderam também*». Estabeleceu-se depois divergência entre o ministério da Justiça, que insistia nos termos da sentença pelo pedido de extradição de H. Galvão ao Brasil, e o dos Estrangeiros, que se recusava a fazê-lo por considerar o pedido um acto impolítico e inútil, tendo Salazar arbitrado em favor do segundo. Galvão é condenado a 22 anos de prisão, Delgado a 19, outros a penas menores.

deveria ter sido o presidente na actual legislatura, e não vêem com simpatia Mário de Figueiredo; mas os partidários deste classificam a atitude dos primeiros como de indisciplina política. No fundo, trata-se de duas tendências, uma mais liberal, outra mais conservadora. Entre os que abraçam a primeira, afirmam-se Amaral Neto, João Chaves, Melo e Castro. Para Figueiredo, os dois últimos *«são homens de oposição»*. Noutra tendência estão Ulisses Cortês, Tito Arantes, Veiga de Macedo. Para além de tudo, e uma vez que pela sua ascensão à presidência Figueiredo deixou de ser o *líder* da Câmara, quem o deverá substituir nessa função? Correm nomes: os de Ulisses Cortez, Veiga de Macedo. Figueiredo acha o primeiro *«muito explicativo»* e com o *«gosto de harmonizar os contrários»*; e o segundo, *«se tem qualidades para escrever um discurso equilibrado»*, pode não as ter para reacções parlamentares de improviso. Emerge um outro candidato: José Soares da Fonseca. Homem de grande devoção pessoal a Salazar, e que no *13 de Abril* desempenhou utilíssimo papel de ligação e de informação, suscita no entanto a hostilidade de vários sectores da Câmara. *«Que te parece?»*, pergunta Salazar a Figueiredo. Diz este: *«Reconheço que, pelo seu feitio pouco franco, pelo gosto de mexer as coisas por detrás, sem aparecer, tem poucas simpatias»*, mas apesar disso *«creio ser o que reúne mais qualidades para a função parlamentar de líder»*. E Figueiredo aproveita a ocasião para perguntar: *«estás disposto a fazer uma palestra aos deputados a dizer-lhes o que te parecesse e a indicar o líder? Eu achava isso muito importante, até para limar arestas. Já te não falo de umas notas sobre política interna que são muito necessárias, mas compreendo que não tenhas tempo paras as alinhar»*. José Soares da Fonseca é designado para as funções de líder. E sabendo-se que o chefe do governo está por detrás da escolha, não se produzem na Câmara reacções ostensivas.

Através de tudo, prossegue a administração. Pequenos ajustamentos são feitos no governo: Edgard de Oliveira é escolhido para a secretaria de Estado da Indústria, Ricardo Faria Blanc para o subsecretariado de Estado do Tesouro. É prorrogado o funcionamento da Assembleia Nacional. No plano moral, dois factos dão prestigio a Portugal: José da Costa Nunes, antigo bispo de Macau e patriarca das Índias Orientais, e que na Cúria

Papal desempenha as funções de vice-camarlengo, é elevado à púrpura; e nos termos de um velho privilégio, o núncio apostólico em Lisboa, Giovanni Panico, ascende também ao cardinalato. E o caso do bispo do Porto, que volta a agitar-se nos inícios daquela Primavera de 1962? Agrava-se o problema, sobretudo no plano religioso, pela divisão a que arrasta a diocese. Parece inactiva a Santa Sé, descuidosa do estado de espírito que perturba o Porto; mas Salazar entende que o caso é agora só religioso, e que ao governo não cabe interferir. No plano oficial, processam-se com correcção os contactos entre Lisboa e a Roma dos Papas. Cumpre-se mais uma vez a prerrogativa também secular: a imposição do chapéu cardinalício ao núncio é feita, em representação e por delegação do Sumo Pontífice, pelo presidente da República. Há cerimónia sumptuosa na Ajuda, com o aparato das grandes ocasiões de Estado. Segundo afirma, o novo cardeal, que passa a serviço na Cúria, está interessado em resolver o caso da diocese do Porto, e nesse sentido se empenhará em Roma. Vai também ao Vaticano o patriarca de Lisboa, e tanto este como o novo purpurado português empregam-se em obter informações. Ao que deduzem, o Santo Padre concorda em que é grave a situação religiosa na diocese; mas não deseja impor ao bispo uma demissão que poderia levá-lo a atitudes públicas menos convenientes; fora proposta ao prelado a sua designação como cónego de S. Pedro, mas aquele não a aceitara por considerá-la menos airosa, e não se dispõe a apresentar o seu pedido de exoneração; e ao papa parecia melhor, deste modo, manter o bispo em Espanha, e assim afastado de Roma e de Portugal. E quando em 15 de Março se cumpre um ano exacto sobre o terrorismo no Norte de Angola, a Assembleia Nacional empreende um debate sobre a reforma da previdência social: é a habitualidade salazarista.

Neste tempo, o *Comité dos Sete* delibera em Nova Iorque, e resolve visitar os territórios ultramarinos portugueses. Para o efeito, dirige ao governo de Lisboa uma nota, e comunica aquela intenção. Responde o ministério dos Estrangeiros português: são ilegais as deliberações do *Comité:* mas os desejos que exprime só podem em qualquer caso ser considerados *depois* de o *Comité* visitar Goa e verificar como foram cumpridas quanto àquele

território as resoluções das Nações Unidas. Pelos corredores da ONU, no secretariado, entre os afro-asiáticos, a resposta causa sensação, e embaraço, e nada lhes ocorre como reacção. Comenta o secretário de Estado Rusk: «*são precisos séculos de diplomacia para se imaginar uma resposta assim*». Na altura, Salazar acompanha uma fase delicada da construção da ponte da Arrábida, sobre o Douro, no Porto. Na obra vai ser colocado o tramo central, de grande envergadura, e é operação de muito risco e alta engenharia. Realiza-se com sucesso. Escreve Salazar a Arantes e Oliveira: «*Segui pelos jornais a operação de há dias* (na ponte da Arrábida), *e felizmente parece que estamos salvos. É uma honra para o Eng.° Edgard Cardoso e para os outros técnicos que trabalharam na obra*».

2

Em Conselho de Ministros de 3 de Abril de 1962, o ministro do Interior, Santos Júnior, declara que a situação político-social interna é motivo de cuidado. De momento, preocupa-o alguma agitação entre o pessoal da Carris de Ferro de Lisboa. Sobretudo, entre os estudantes das universidades, mas muito especialmente das da capital. Mantém-se o problema: os estudantes exigem a celebração do *Dia do Estudante,* de harmonia com uma política de extrema-esquerda, e o governo entende que importa celebrar o *Dia da Universidade,* como instituição cultural que abrange alunos e professores. Entretanto, sabe-se que o ministro da Educação, Lopes de Almeida, deixara entrever a uma comissão de estudantes, no intuito de os apaziguar, a possibilidade de ser autorizado o *Dia do Estudante;* e assim o teria dado a entender a Marcello Caetano, agora reitor da Universidade Clássica de Lisboa. Em novo Conselho de Ministros, no dia seguinte, 4 de Abril, Lopes de Almeida faz uma exposição miúda sobre a crescente crise estudantil; e acusa de tibieza as autoridades universitárias. Santos Júnior informa que as associações académicas, em particular a do Instituto Superior Técnico, se empenham numa intensa actividade

clandestina, imprimindo cartazes, distribuindo panfletos; em algumas faculdades, além de greves parciais, tem havido tumultos, desacato a professores, depredação de instalações; e pode estar em causa a ordem pública, não garantindo a polícia a sua manutenção se não for permitido o uso de meios violentos. Entre os ministros, há nervosismo, e estão divididas as opiniões. De súbito, Salazar corta o debate com uma pergunta directa a Lopes de Almeida: «*Mas o Sr. Ministro comprometeu ou não a sua palavra dizendo que o governo autorizava o Dia do Estudante?*» Constrangido, embaraçado, responde Lopes de Almeida: «*Não*». Se é assim, conclui Salazar, o governo está livre de proibir o *Dia do Estudante*. À saída do Conselho, comenta Salazar para alguns ministros referindo-se a outros: «*Parece-me que uns tantos dos ministros terão de tomar vitaminas*». Ao outro dia, é publicada uma nota oficiosa negando autorização para o *Dia do Estudante:* o governo não aceita qualquer condição para que se ponha termo ao «*luto académico*». Marcello Caetano demite-se de reitor, com grande publicidade; e na atitude é acompanhado pelos directores das Faculdades. Torna-se aguda a crise, e generalizada. Embora sem ligação com o problema dos estudantes, causa impressão e é explorada a demissão do director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Homero de Matos, que é substituído pelo major Fernando da Silva Pais. E nos dias que se seguem adensa-se a excitação, avolumam-se os boatos. A 13 de Abril, cumpre-se um ano sobre o golpe frustrado de Botelho Moniz e a tomada da pasta da Defesa por Oliveira Salazar. Assinalam o facto os jornais, e o *Diário de Luanda* publica um número especial. Envia o chefe do governo uma mensagem: «*Pois quê? Os que trabalhamos para desenvolver o território, construir as nossas casas, constituir a nossa família, converter em civilizada a terra selvagem, temos ou não o direito de defender o fruto do trabalho, os lares ameaçados, a vida da mulher e dos filhos, a riqueza colectiva acumulada, durante gerações, para bem de todos?*» Mas o ambiente social continua carregado. No Conselho de Ministros de 17 de Abril, Santos Júnior sublinha a agitação na Carris, em Lisboa, e entre os estudantes, por todo o país, com repercussões nos meios políticos; e, segundo relatórios da polícia, pela extrema-esquerda estão sendo organizados tumultos para o 1.º de Maio. Salazar é

partidário da firmeza. Desta vez, declara mesmo em Conselho, sarcástico: «*muitos vão precisar de injecções de vitaminas*». E de aspecto grave acrescenta: «*Se nada fizermos, antes de dez anos os comunistas estão sentados a esta mesa*».

Não afrouxa a actividade internacional. Passa por Lisboa o chanceler brasileiro Santiago Dantas, e são longas as conversas com o seu colega português; e por parte de Portugal são feitas sugestões de vasto alcance no contexto do *Tratado de Amizade e Consulta* e para construção de uma real *Comunidade Luso-Brasileira* (1). Henrique Galvão torna a fazer-se lembrado. Com efeito, a ONU acaba de o convidar a comparecer como *peticionário* para depor contra a política africana de Portugal. Sente-se embaraçado o governo de Washington: por um lado, está cingido por acordo a garantir a qualquer pessoa, convocada pelo secretariado ou outro órgão das Nações Unidas, livre acesso à sede destas; mas está em vigor o acordo de extradição entre Portugal e os Estados Unidos, e que obriga à entrega mútua dos condenados em tribunais regulares; e deste modo qualquer atitude do governo de Washington — prender Galvão e entregá-lo a Portugal ou deixá-lo circular livremente em território americano — violará um dos acordos. Mas Lisboa não tem interesse político em forçar o problema; e por ambos os governos o intuito é apenas o de salvaguardar princípios. É negociado verbalmente um compromisso: se Galvão desembarcar nos Estados Unidos, o governo americano permitir-lhe-á comparecer e depor na ONU, e só depois procurará interferir com os movimentos daquele, se entretanto Portugal apresentar em tempo um pedido de extradição. Salazar não mostra particular interesse pelo problema. Desabafa com Piero Buscaroli, da revista *Il Borghese,* o seu pessimismo. Está desapontado com a Itália: como é possível que um país governado pela democracia cristã ataque Portugal? A verdade é que a Europa perdeu a fé em si própria. Mas ainda há esperança, pensa Salazar, apesar do risco de a África se tornar a grande colónia da Ásia.

(1) O assunto é de grande complexidade, e não cabe neste trabalho. Em suma: a ideia consistia na organização de um vasto espaço económico luso-brasileiro, incluindo o Ultramar português. Para o leitor interessado, poderá encontrar pormenores num trabalho do autor, *Diálogos Interditos,* I, págs. 85 e segs.

Quanto à Rússia e aos Estados Unidos? Responde o chefe do governo com fria lógica: quando a União Soviética e os Estados Unidos votam da mesma maneira sobre o mesmo problema, um dos dois países está em erro, e não é certamente a Rússia que está em erro. Por outro motivo, está Salazar também atristado: encontra-se gravemente doente Carneiro de Mesquita, o companheiro que em Coimbra financiava o *Imparcial*, o homem de devoção cega que sempre valeu nos apuros financeiros do chefe do governo quando este esteve hospitalizado ou quando quis comprar uma propriedade.

No Domingo de Páscoa, dia 22 de Abril de 1962, Oliveira Salazar trabalha toda a tarde e em parte da noite, lendo documentos e relatórios sobre a próxima reunião da NATO em Atenas, e discutindo a posição a assumir por Portugal. Ao outro dia, visita Carneiro de Mesquita, e passa mais de uma hora à sua cabeceira; e depois dá um salto a Santa Comba, à sua aldeia do Vimieiro. Em 28 de Abril está entre as suas irmãs, os seus pedreiros, as suas latadas: *e* cumpre setenta e três anos de idade. Em Lisboa, morria Carneiro de Mesquita, assistido nos seus últimos momentos pelo cardeal Cerejeira, o outro companheiro do *Imparcial* e seus tempos heróicos.

3

Por Lisboa, e mais pela província, não cessam os rumores de tumultos sangrentos no dia 1 de Maio. Pelo Ministério do Interior é emitida uma nota oficiosa garantindo a manutenção da ordem pública. É grave, no entanto, um incidente na noite do dia 30 de Abril em Aljustrel: dois mortos, quatro feridos. Mas no país o dia 1 de Maio, à parte algumas correrias e casos menores, decorre sem perturbação de monta. Através de tudo, continua a agitação académica. E quando Salazar regressa de Santa Comba decide tomar pessoalmente o assunto em mãos.

Entretanto, chega a Lisboa, depois de larga troca de correspondência, o jornalista americano Gene Farmer, da revista *Life*.

Concede-lhe Salazar uma extensa entrevista. Farmer levanta desde logo a questão da *autonomia* de Angola e Moçambique, e Salazar responde que é muito larga a de que gozam, sendo total em muitos sectores, como o orçamental, em que são os únicos responsáveis pela gestão dos fundos públicos. Depois, o jornalista faz uma pergunta crucial: pode ser previsto um período para que Angola e Moçambique estejam preparados para tomar o seu lugar, por si mesmos, na comunidade das Nações? Explica o chefe do governo: «*Se por si mesmos V. Ex.ª quer significar como «Estados soberanos», devo dizer que não sei responder. O facto de um território se proclamar independente, é fenómeno natural nas sociedades humanas e por isso representa uma hipótese sempre admissível, mas em boa verdade não se lhe pode nem deve marcar prazo. O que está sendo sujeito a programas horários é a política inconcebível do nosso tempo, segundo a qual se pretende que os Estados marquem prazos para quebrar a sua unidade e se desfazerem em pedaços. É absurdo*». Além disso, essa política não se preocupa dos benefícios dos povos, nem do desenvolvimento demográfico, económico, cultural, técnico e político, sem o que não há independência nem soberania. «*Ora estas condições não estão realizadas nos territórios em questão e, se Angola ou Moçambique sentem e vivem a unidade nacional portuguesa e não os fervores da independência, então a missão a cumprir nunca pode ser tendente à preparação do desmembramento em maior ou menor prazo mas ao seu desenvolvimento harmónico dentro da Nação*». E se «*nos deixarem trabalhar em paz, o lugar que a Angola e Moçambique cabe na comunidade internacional, e mais particularmente no continente africano, não deixará de, progressivamente, ganhar relevo nos anos mais próximos*». Mas Farmer insiste: em que são diferentes de outros os territórios portugueses? Portugal em África nada tem de comum com o colonialismo europeu, que foi produto da revolução industrial, e baseia-se em ideias de multirracialismo e de valorização e dignificação do homem, sem distinção de cor ou de crença. Há um quadro administrativo de angolanos? E é suficiente? Há, e muitos angolanos desempenham toda a sorte de funções, ao lado de brancos, tendo-os muitas vezes por subordinados; mas é evidente que nunca se podem considerar suficientes, sobretudo quando Angola e Moçambique atravessam

um período de extraordinário progresso e «*quando ali estamos empenhados em largos planos de desenvolvimento de toda a ordem*». Aliás, não importa criar um pequeno escol se o nível social e cultural da massa não for subindo. Parecem iminentes o fim da guerra da Argélia, diz Farmer, e a independência desta: será mais um problema político para Portugal em África? Está hoje por todos reconhecido, comenta Oliveira Salazar, que o terrorismo em Angola foi preparado, dirigido e lançado do exterior, e que «*a chamada rebelião nacionalista angolana depende exclusivamente da iniciativa estrangeira e é alimentada em fundos, material e pessoal do exterior*». Oficiais e soldados argelinos que venham a colaborar serão decerto também havidos por «*nacionalistas angolanos*». E a presença em Angola de cerca de 250 000 nacionais portugueses? Criará um «*problema de colonos*»? Em Angola, as várias etnias coexistem e há séculos misturam-se e trabalham lado a lado: brancos e pretos estão na sua terra e consideram-se portugueses de Angola. Representará a política portuguesa, do ponto de vista do Ocidente, um compromisso que evite mais Congos ou mais lutas? Não: «*a política ultramarina portuguesa não se apresenta como um compromisso mas como uma solução que não deveria desagradar ao Ocidente, de tal modo se baseia nos princípios de civilização a que todos estamos ligados*». E quanto à política americana? Que críticas deseja o chefe do governo formular? Não ousaria nunca indicar uma política aos Estados Unidos. Dirá somente que os Estados Unidos parecem ter em África a ideia de que se trata de uma parte do mundo em que o que importa é derrotar o comunismo, e que isso se consegue através de independências prematuras e da instauração de regimes democráticos. Não se obterão tais resultados; mas no processo os Estados Unidos têm abandonado aliados, contrariado os seus interesses legítimos, e nenhum benefício têm levado às populações em causa. Gene Farmer apresenta uma última pergunta: será do interesse de Portugal e da Europa Ocidental renovar-se com os Estados Unidos a concessão de facilidades na base dos Açores? Recusa-se Salazar: «*Desejaria não responder a esta pergunta e pediria que a mesma não fosse formulada*».

Conhecida no país, e reproduzida em jornais portugueses, esta entrevista de Salazar à *Life* desencadeia uma celeuma política

tanto nos círculos do governo como nos da oposição, e produz um estremecimento que ganha o Ultramar. Comenta-se a resposta dada à segunda pergunta: *o facto de um território se proclamar independente é fenómeno natural nas sociedades humanas; o lugar de Angola e Moçambique na comunidade internacional ganhará progressivo relevo nos anos mais próximos.* Que quer isto dizer exactamente? Que quererá Salazar dizer com isto? Para muitos, não há dúvidas: o chefe do governo admite a independência de Angola e de Moçambique como facto natural, possível, num futuro sem prazos, sem datas. Mas nesse caso que justificação se encontra para uma política de resistência em todas as frentes? Na sua maioria, os que formulam tais perguntas não compreendiam a verdadeira raiz do problema: ainda que num futuro largo uma nova política possa surgir espontaneamente, inevitavelmente, como *fenómeno natural,* não se lhe pode fazer alusão, ou anunciá-la, porque tal facto implicaria o seu desencadeamento imediato. Quer dizer: se o chefe do governo declarasse que em princípio Portugal se propunha conceder independência a Angola dentro de 40 ou 50 anos, quando estivessem preenchidas todas as condições sociológicas de uma nação, as mesmas forças hoje empenhadas em obter a declaração de princípio, empenhar-se-iam depois em reduzir os 50 anos para um ano. E não cessariam os ataques internacionais, nem a guerrilha no Norte da província. Salazar estava consciente de que a antevisão de uma política nova cria uma velocidade psicológica que leva à sua execução imediata. Mas aquelas perguntas eram formuladas, e referidas; estava para muitos criada uma dúvida; e esta repercute-se nos elementos civis no ultramar, e sobretudo nos círculos militares, que se batiam por certezas que de súbito pareciam abaladas ou, pelo menos, eram passíveis de mais de uma interpretação. Nos meios situacionistas, e nas hierarquias próximas do poder, todos se afadigam, no entanto, a dissipar equívocos, a desmentir versões de uma política diversa da proclamada. E este aspecto é acentuado em esclarecimentos oficiosos inspirados pela Presidência do Conselho e difundidos pelo Secretariado Nacional de Informação.

Mas como tema de ataque ao governo permanece a agitação académica. Fala-se numa greve geral de estudantes. «*Esse é o*

pretexto que eu espero para fechar a Universidade por um tempo», diz o chefe do governo. Não chega a esse limite a crise. Sucedem-se no entanto os alarmes quanto a ordem pública, os estudantes organizam-se em barricadas; e o Senado Universitário de Lisboa rompe a sua solidariedade com os académicos e devolve ao governo toda a autoridade sobre os edifícios universitários. Dos Serviços de Segurança suiços chega a informação de que, para o dia 28 de Maio, está preparado um atentado contra Salazar. De Bruxelas, Eduardo Leitão informa que o administrador-geral da Segurança belga lhe disse expressamente serem de esperar em pouco «*acções espectaculares*» em Portugal, apoiadas por numerosos países, e que já se encontra instalada para o efeito uma organização apropriada. Pelo Partido Comunista é lançado um manifesto de violenta crítica. Em 8 de Maio, há correrias pela Baixa de Lisboa e disparos de alguns telhados: 1 morto e 4 feridos. E toda a situação é apreciada em Conselho de Ministros de 15. Mostra-se cauteloso o ministro do Interior; mas não tem dúvidas de que será mantida a ordem pública; e não lhe ocorre que haja qualquer perigo para as instituições. Quanto aos estudantes, e sem prejuízo de firmeza quando preciso, o chefe do governo defende uma política de persuasão, de habilidade, mais do que de força, e que mostre à maioria como está sendo manipulada por uma minoria. E diz: «*Fora com Salazar é a única coisa que está certa no manifesto comunista*». No dia imediato, chega de Goa Vassalo e Silva, recebido com gelo oficial; e quando morre Júlio Dantas, em 25 de Maio, Salazar passa grande parte da noite em velada do cadáver na Academia das Ciências.

Pouco mais tarde é o aniversário do *28 de Maio*. Em alguns anos atrás, o governo lança por vezes uma surdina sobre a data. Mas este ano tem interesse político em acentuá-la: cumprem-se trinta e seis anos de regime: e depois de quanto se tem passado nos últimos dezoito meses importa vincar que as Forças Armadas estão coesas e, se não ao lado de uma situação, pelo menos ao lado de uma política nacional. Com os ministros militares, e os grandes chefes hierárquicos, as Forças Armadas, pela voz de Mário Silva, apresentam cumprimentos ao governo, na pessoa do presidente do Conselho: além do mais, é uma atitude política, de unidade e de força. Oliveira Salazar agradece os cumprimentos;

mas tira sobretudo as conclusões políticas do acto. «*A unidade da força armada exige um substrato moral e na realidade das coisas a adesão espiritual à Pátria*», comenta Salazar, e «*quando a nação se apague dos espíritos como o primeiro valor a defender, não há soldados, não há exército, mas indivíduos que não sabem que fazer das suas armas*». Decerto: na confusão actual de ideias, muitos sustentam que as nações devem dissolver-se ou diminuir-se: «*daqui vem que no credo comunista o nacionalismo é para todos nós um pecado e para a Rússia uma virtude que se deve venerar*». E quanto à paz? anunciam «*as duas maiores potências da terra ter acordado e ir propor aos mais a luta contra a guerra, contra a propaganda belicista, contra o armamento convencional ou não*». Mas «*entendamos bem os termos da combinação: proíbem-se as guerras que não haverá, mas estimular-se-ão as guerras que continuará a haver*». (1) Sim: porque é aceite o direito de interferência ideológica, de apoio político e financeiro, de fornecimento de armas, da preparação de núcleos subversivos, por cima e sem embargo das relações diplomáticas, das declarações de amizade e dos desejos de boa vizinhança. Quanto a Portugal? «*É desde séculos pluricontinental e plurirracial a nação portuguesa*» e embora «*o nosso povo seja muito atreito a afinar os seus juízos pelo veredicto estrangeiro*», «*neste particular a barreira oposta pela consciência da Nação às campanhas vindas de todos os quadrantes não pôde ser vencida sequer; e seria bem importante que o fosse, para os que trabalham na desintegração europeia, tanto aqui como no continente africano*». Se nas Forças Armadas portuguesas houvesse o mais pequeno dissídio, «*quase seria uma traição aos mortos*». Por isso, «*pergunto a mim mesmo o que podem valer, em face deste bloco, a agitação e as lucubrações, mesmo que inspiradas do estrangeiro, dos que infelizmente perderam a sua alma de portugueses e não sentem já Portugal*».

Este discurso às Forças Armadas restabelece em larga medida a confiança na integridade da política africana. Entretanto, novos ajustamentos limitados são feitos no gabinete: Saraiva e Sousa abandona o subsecretariado das Obras Públicas e é substituído por

(1) Alusão às negociações russo-americanas sobre desarmamento nuclear.

Amaro da Costa, que deixa o Fomento Ultramarino, onde é rendido por Carlos Moreira Rato; e João Dias Rosas deixa a Secretaria de Estado do Comércio, e aí é substituido por Samuel Sanches. Poucos dias após a manifestação em S. Bento, a doutrina é reiterada. Oliveira Salazar está sendo solicitado, com efeito, por muitos órgãos da imprensa internacional para escrever artigos, ou conceder entrevistas, ou pelo menos receber os jornalistas enviados a Lisboa. Salazar defende-se quanto possível, e na generalidade são rejeitados os pedidos. Mas no mês de Junho de 1962 acolhe os representantes de dois prestigiosos órgãos de imprensa.

4

Vem o primeiro de Roma. É o jornalista Bonfiglio, do *Il Tempo*, que pergunta desde logo se o chefe do governo português não é um «*ditador involuntário*». Ditador não é decerto, replica Salazar, até porque os seus poderes legais são muito inferiores àqueles que possuem os presidentes das repúblicas presidencialistas das Américas; quanto à *involuntariedade* do exercício das funções, essa é exacta, pois não desejou ser ministro ou chefe do governo e «*continuo a não o desejar*». Não pertenceu em Coimbra, quando estudante, ao Centro Académico de Democracia Cristã? Sim, na verdade, e de certo modo ainda se encontra ligado ao CADC. Mas a democracia cristã de então não era a de hoje, e o seu acento tónico incidia mais no cristianismo e no nacionalismo do que na democracia, tal como esta é agora entendida e praticada. E o regime político português deve ser mantido no futuro? Ou é um instrumento excepcional posto à disposição de um homem excepcional num determinado momento histórico? O regime de Salazar pode existir sem Salazar? Diz o chefe do governo: «*não se conhecem regimes políticos imutáveis nem perfeitos*». Pode o regime continuar com qualquer outro, e as modificações não deverão resultar de qualidades pessoais mas da evolução económica e social do país. Quanto ao futuro, nada se pode dizer «*senão*

que os que vierem terão de abrir o seu caminho, granjear o seu crédito, aliás com maiores condições de êxito do que eu próprio». Como explica Salazar a agitação estudantil e entre alguns trabalhadores, e os «*complots*» entre grupos militares? O regime português data pelo menos de 1933, e o azedume do mundo só agora se manifesta; e por isso, comenta Salazar, parece vir um pouco fora de tempo. Mas não é isso. «*Todos os elementos subversivos conjugam hoje a sua acção contra os países que defendem no mundo duas posições consideradas fundamentais — o anticomunismo e a defesa do progresso dos povos africanos através da presença europeia».* No entanto, «*em parte alguma um governo pode aspirar a ter consigo toda, absolutamente toda a nação; e aqui o mesmo se verifica*» (1)..

É muito mais extensa e completa a entrevista que concede à prestigiada revista norte-americana *United States News and World Report.* Esta põe a sua ênfase nas relações luso-americanas: está Salazar satisfeito com a aliança de Portugal com os Estados Unidos? No quadro da NATO, é justo reconhecer que pertence aos Estados Unidos a principal contribuição militar; mas «*também nos inêxitos da guerra fria julgo deverem atribuir-se-lhes particulares responsabilidades».* E quanto a Goa: terão os Estados Unidos apoiado Portugal suficientemente? Não se sabe. Há a notar, no entanto, que as diligências americanas em Nova Deli não produziram qualquer efeito: de modo que o interesse americano em evitar a agressão era fraco e foi expresso de forma tíbia ou a União Indiana desprezou a posição de Washington. Mas as relações indo-americanas têm sido muito cordiais e os Estados Unidos têm prodigalizado o seu auxilio à Índia, e estes factos são inconciliáveis com a última hipótese, pelo que fica de pé a primeira: «*se verdadeiramente o quisessem, poderiam* (os Estados Unidos) *ter evitado esse nefando atentado ao direito internacional».* Pelo que respeita a Angola? Aí os Estados Unidos perfilharam a noção em curso de que são só políticos os problemas de África, sendo de ignorar os sociais, económicos, humanos,

(1) Concedida nesta altura, a entrevista apenas viria a ser publicada semanas mais tarde.

e outros; e de que tudo é resolúvel em termos de dinheiro, de autodeterminação, e fazendo equivaler terrorismo e subversão a nacionalismo. A continuar a actual política, não haverá em África futuro para o homem branco, e a obra realizada arruinar-se-á, sem qualquer benefício para as populações africanas. Que pretendem de Portugal as Nações Unidas? Simplesmente que o governo português se sujeite, não às obrigações contidas na Carta, mas a interpretações especiosas e abusivas, ao mesmo tempo que se nega a Portugal o direito de defesa dos seus cidadãos. Em que difere a política portuguesa em África da dos outros países? Em que pretende formar uma sociedade multirracial, e através de uma interpenetração cultural formar também um tipo cultural característico. Prorrogará Portugal o acordo que tem com os Estados Unidos sobre os Açores? No caso afirmativo, que pedirá em troca? «*Desejaria ser dispensado*», diz Salazar, «*de responder a estas perguntas*». Mas sobre a posição do Ocidente em face da União Soviética não se exime Salazar a repisar, mais uma vez, a sua opinião: é preciso chegar a um entendimento realista entre os países do Ocidente de modo a evitar que este oponha «*ao ataque global a que está sujeito apenas uma solidariedade restrita*». E para tornar a África: teriam a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica, concedido independência às suas antigas colónias demasiado cedo? Decerto, e os resultados práticos já o demonstram; e o facto poderá provocar uma regressão económica e social que tenderá a desvanecer qualquer interdependência entre a antiga metrópole e o novo Estado. E no que respeita a Angola e Moçambique: quanto tempo decorrerá, pergunta o jornalista americano, até que Portugal possa desenvolver sociedades multirraciais? «*Se nos fosse dado trabalhar em paz*», diz Salazar, «*talvez se pudesse fazer ideia do período de tempo dentro do qual estariam estabelecidas as infra-estruturas de uma sociedade, capaz de assumir as responsabilidades inerentes aos seus próprios interesses*». Mas desde que a África se transformou em teatro de guerra fria e uma vez que a Portugal é imposta uma «*guerra de libertação*», então o problema consiste em saber «*se será possível desenvolverem-se, em Angola e Moçambique, sociedades multirraciais semelhantes à que surgiu no Brasil*».

Com estas declarações à *United States News and World Report* (1), o chefe do governo considera encerrado, de momento, o ciclo de entrevistas a publicações estrangeiras. Entra o Verão. Salazar instala-se no Forte do Estoril.

5

Passara-se sem perturbação o *28 de Maio,* e decorrem os dias sem incidente. Mas na altura em que Salazar elabora as entrevistas a jornais estrangeiros, recrudesce a campanha política no plano interno, e avolumam-se os rumores de alteração de ordem pública. É assinalada uma bomba no Ministério das Corporações; e outra no Secretariado Nacional de Informação. Pelas universidades, continuam agitados os estudantes, e produzem-se tumultos, com estragos materiais. Novas informações de Bruxelas, e agora também de Paris, anunciam próximos acontecimentos de tomo em Portugal, que emocionariam a opinião pública no mundo. À polícia chega mais uma vez o rumor de que estaria em preparação um atentado contra o chefe do governo. Pelos meios de extrema-esquerda, mantém-se o ataque violento à política de África. Não deixam de repetir as suas críticas os círculos oposicionistas clássicos. De novo, Cunha Leal sai a terreiro. Lança mais um volume de comentário à orientação do governo, e ao livro dá o título dramático de *A Pátria em Perigo.* Que nova tese vem defender Cunha Leal? Que soluções apresenta? Leal é vítima do hábito português de querer vantagens sem esforço ou sacrifício: pretende *ao mesmo tempo* uma política que salvaguarde o Ultramar, e uma política que satisfaça os adversários e ponha termo aos ataques contra Portugal. Cunha Leal recorda a acção portuguesa no Brasil, e advoga a sua repetição em África, sem notar que não há analogia entre ambas e que a isso em qualquer caso se opõem as Nações Unidas. Nessa base, e a prazo, aceitaria a autodeterminação. Mas logo se

(1) Concedida agora, a entrevista só é publicada em 10 de Julho.

desdiz: «*fugirmos das nossas colónias como lebres acossadas, deixando ficar lá o produto de um labor honesto e civilizador e entregando os seus autóctones à cobiça de estrangeiros rapaces e inescrupulosos e ao próprio desvairo de condenáveis ancestralidades — isso nunca*». Para conjurar estes perigos, Cunha Leal pensa numa política que no fundo conduziria ao que teme. Mas numa visão de homem de Estado, Cunha Leal está consciente das grandes realidades que Portugal defronta. Se as possessões ultramarinas portuguesas fossem perdidas por completo, afirma Cunha Leal, «*o espaço económico nacional sofreria uma redução catastrófica*». E então? Responde Leal: «*originar-se-ia sem dúvida um sensível enfraquecimento da nossa resistibilidade económica ao centripetismo hispânico*». Cunha Leal confessa-se «*alérgico*» a qualquer associação com a Espanha, e sublinha que desta — «*seja a Espanha europeizada e progressiva*», seja a Espanha «*tradicionalista ou conservadora*» — vem sempre perigo para Portugal. Diz então com lúcida clareza: «*Num ponto estão, porém, de acordo as duas Espanhas: em que a independência portuguesa não transcende os limites de um acidente histórico lamentável, a que urge pôr remate ou pelo federalismo ou pela integração. E esse é o perigo que, em estado latente ou agudo, está sempre espreitando a Pátria portuguesa*». Deste modo, pode afirmar-se que, no essencial e na visão superior do problema, não divergem Salazar e Cunha Leal. Separam-se, todavia, no método: enquanto o primeiro não confia na boa-fé do Mundo, e sabe que as grandes forças internacionais têm apenas por objectivo *apoderarem-se* do Ultramar português, Leal parece acreditar que os adversários de Portugal são desinteressados, estão de boa-fé, e aceitariam as razões portuguesas, deixando em paz Angola e demais territórios. Esta mesma contradição de Cunha Leal aparece no discurso que pronuncia na Assembleia Geral da Companhia de Caminhos de Ferro: repudia a agressão contra Goa e Angola, defende o conceito de autodeterminação da ONU. Mais minuciosamente informado do que Leal, Salazar está consciente dos perigos e das consequências, e não vê no livro e no discurso qualquer argumento que o leve a alterar a política adoptada. E em *Três Caminhos da Política Ultramarina*, Fernando Pacheco de Amorim refuta as teses de Cunha Leal.

Sem que Salazar tenha conhecimento, continuam activos no Departamento de Estado em Washington os adversários da política portuguesa em África. Mennen Williams insiste com a Casa Branca: decerto é preciso manter a base dos Açores, mas não se pode recuar no problema de Angola: há que alcançar os dois objectivos: e aliás não é a base dos Açores a única importante porque as da Líbia, Marrocos e Etiópia contam também. Por outro lado, Williams quer prosseguir o aliciamento de estudantes portugueses de Angola: Elbrick, em Lisboa, levanta fortes objecções (1): e Williams, para criar a aparência de que o governo norte-americano não está directamente envolvido, propõe a criação de um *Instituto Afro-Americano* ou a matrícula dos estudantes na Universidade de Lincoln, nos termos de um contrato especial com o Departamento de Estado. E entre os refugiados angolanos no Congo também Williams procura exercer acção antiportuguesa. Mas o Departamento de Defesa dos Estados Unidos sente, perante todo o problema, as maiores preocupações; e no intuito de exercer pressão sobre o Departamento de Estado não deixa de organizar «*fugas*» para a imprensa americana, acentuando a importância vital da base dos Açores. E justamente, no quadro daquelas preocupações, Elbrick entrega em Lisboa, em 18 de Junho de 1962, uma nota solicitando a renovação do acordo sobre a base dos Açores. Salazar considera o pedido, e reage em privado: Portugal concedera o uso da base na presunção de que os Estados Unidos eram amigos e aliados: mas não se podia hoje estar seguro de que ainda fosse válida aquela presunção. De momento não é dada resposta formal. E Elbrick, por outro lado, anuncia a próxima vinda a Lisboa, em visita oficial, do secretário de Estado Dean Rusk.

Mas às que se produzem do lado americano, juntam-se outras preocupações, também de política externa. Em África, multiplicam-se as frentes potenciais nas fronteiras dos territórios portugueses com países independentes, são constantes as ocorrências; e entre Lisboa e os governos daqueles Estados trocam-se pala-

(1) Também o cônsul dos Estados Unidos em Lourenço Marques, William Taft, defende o ponto de vista português, o que causa grande irritação a Williams.

vras duras, protestos, ameaças. Nas Nações Unidas, por parte de numerosas comissões, é constante a actividade antiportuguesa: são profusas as resoluções, os relatórios, os pedidos de *colaboração* dirigidos ao governo português no sentido de *executar* o que a ONU decide, e que são rejeitados por Lisboa. De outros cantos do Mundo surgem cuidados. Notícias de convulsões sociais no Brasil preocupam Oliveira Salazar: em que podem vir a afectar a atitude brasileira para com Portugal? Rumores, chegados de Espanha, são também preocupantes: há movimentos grevistas, há interferências da Igreja, aventa-se a modificação da política do general Franco. Salazar, neste particular, comenta: «*lembro-me de que o Emb. André de Staercke* (1) *me falou num* revirement *da política espanhola, ao dispor-se o governo de Madrid a aceitar o direito à greve. Respondi que se esse direito viesse a ser reconhecido, se trataria efectivamente de uma viragem da política espanhola. Se não viesse a sê-lo, tratar-se-ia apenas de um deslize*». Julga Salazar que a primeira hipótese é mais provável. E quanto à interferência da Igreja, «*é problema que em Portugal e em Espanha se põe da mesma forma*». Vem a Lisboa, por sua iniciativa, o Dr. Kamuzu Banda, primeiro-ministro da Niassalândia, território que, com as duas Rodésias, constitui a *Federação das Rodésias e da Niassalândia.* Londres já decidira a dissolução da estrutura federal, acentua Banda, e prometera para breve a independência à Niassalândia. Deste modo, Banda encara desde já o futuro de uma Niassalândia independente, e *sabe* que o território, praticamente circundado por Moçambique, não pode sobreviver sem o apoio deste e portanto de Portugal. Banda mostra-se em Lisboa lúcido e realista: assegura o seu desejo de cooperação, garante que manterá nas fronteiras a paz, pede mesmo auxílio português. E exprime o seu interesse em obter comunicações com o mar através de Moçambique, mediante duas vias férreas a construir: uma de Quelimane a Blantyre, outra de Nacala a Vila Cabral e até à raia. E o presidente Diem, do Vietname do Sul, escreve a Salazar uma carta em que solicita uma declaração de apoio. Reage Salazar: «*a declaração pública que ele pretende*

(1) Político e embaixador belga na NATO. Muito ligado a Spaak. Muito amigo de Salazar, a quem escrevia e visitava amiúde.

é tão inútil como o apoio dos Estados Unidos». Mas responde à carta: *«pode ser que isto console um pouco o Presidente»*.

Em 27 de Junho de 1962 chega Dean Rusk a Lisboa. Vem da Europa: de Roma, Bona, Paris, Londres. Expõe nas Necessidades as grandes preocupações do momento: o eventual alargamento do Mercado Comum, com a entrada de Inglaterra; o problema de Berlim, e os obstáculos suscitados por Moscovo quanto ao acesso e manutenção de tropas ocidentais; a questão das armas nucleares, e o propósito francês de possuir uma força atómica independente; e finalmente a necessidade de um *arranjo europeu* que inclua a Europa Oriental. Quanto às relações bilaterais luso-americanas? No particular, Rusk não reflecte em Lisboa a política advogada pelo Departamento de Estado. É moderado, mostra-se compreensivo: os Estados Unidos não querem destruir Portugal em África, nem substituir-se-lhe, ou eliminar a sua influência; há que identificar as divergências, os problemas de acordo possível e aqueles que o não sejam; e há que conversar. Que se passará na África portuguesa nos próximos dez anos? Do lado português, salienta-se a obsessão americana com prazos e objectivos preconcebidos. Rusk observa que aquela é uma obsessão das Nações Unidas, que Washington tem de enfrentar; e à alegação é replicado que os Estados Unidos apoiam essa ideia da ONU porque a fazem sua e assim lhe emprestam um peso que de outro modo não teria. Lança então o secretário de Estado uma ideia nova: ocorrera-lhe uma fórmula muito usada ao tempo da Sociedade das Nações: a de um *relator internacional*, uma figura mundial respeitada a que se cometia o estudo e exame de um problema concreto. Por que não utilizar este sistema, que fora de prestígio, para a África Portuguesa? E este ponto leva Rusk a criticar a ONU: a organização está intolerável; é completa a sua irresponsabilidade; há que empreender a sua reforma. E no dia imediato, quando se avista com Oliveira Salazar, o secretário de Estado aborda estes pontos; mas trata-os com extrema brevidade. Salazar está sobretudo interessado nas grandes linhas da situação militar e estratégica leste-oeste. Rusk fornece pormenores da mais alta confidência: os Estados Unidos consideram que têm superioridade militar absoluta sobre a União Soviética; dispõem de informações minuciosas quanto ao potencial russo e sua localização; os satélites americanos fotografam tudo,

com uma precisão de espantar, e que permite distinguir entre um camião de duas toneladas e outro de quatro toneladas; e por tudo os Estados Unidos não receiam uma agressão russa, que aliás não julgam provável. Não se menciona a base dos Açores. E Salazar declara que não tem objecções a que se iniciem conversas exploratórias entre portugueses e americanos.

Tem repercussão internacional, e em especial nos Estados Unidos, a visita do secretário de Estado. Na comitiva de Rusk estão altas figuras do Departamento de Estado: Charles Bohlen, Kholer, Manning. E jornalistas de fama: Benjamin Welles, do *The New York Times,* e que já entrevistara Salazar; e Pepper, da *News-Week;* e outros, das grandes cadeias da imprensa e da rádio norte-americanas. Welles escreve para o seu jornal: os portugueses estão irritados com a atitude de Kennedy; mas não há qualquer indicação de que hajam alterado a sua política. E o *Herald Tribune* pergunta se Portugal não pedirá a soma de oitenta milhões de dólares como renda anual pela base dos Açores, que até aqui fora gratuita. Na partida, Rusk declara terem sido úteis as conversas de Lisboa. Segue directamente para Washington? Não: pára nas Lajes: *«e vou visitar a base com redobrado interesse».* No rescaldo da visita, Salazar comenta: *«pela base, se quiserem renovar o acordo, os americanos têm de pagar tudo quanto nos custa a guerra em África. Tudo. E há que encontrar um quadro político que torne possível um acordo».* E se isso não for viável? *«Ah! então não haverá acordo, ou terá de ser outro governo português a assiná-lo».*

6

Sem embargo de optimismo cauteloso de Dean Rusk em Lisboa, pelo mundo não parecem abater os sinais de tensão e conflito. Apazigua-se decerto o Norte de África. Depois de prolongadas negociações, e de crises internas na sociedade francesa, o governo do general De Gaulle assina a paz na Argélia, e a independência desta é reconhecida pela França em 3 de Julho de 1962. Dir-se-ia que sobre todo o *Magreb* se abre uma era tranquila; mas logo, à con-

tracção do poder francês, se segue uma luta de forças exteriores, ideológicas e económicas, pelo domínio da costa do sul do Mediterrâneo. Na demais África, no continente negro, a situação agrava-se. Conflitos tribais, incidentes de fronteira, assassinatos políticos, suscitam por toda a parte a instabilidade, no sangue e no caos. No Congo, não cessam as dificuldades; e apesar dos esforços do secretário-geral da ONU, U Thant, não é viável um acordo entre o governo de Adula e o chefe catanguês Tschombé. Entretanto, torna-se patente a decisão britânica de dissolver a Federação das Rodésias e da Niassalândia: três novos Estados serão constituídos: e todos têm fronteiras com território português. Mas é no outro extremo do Mundo que lavra uma guerra de vasta escala: no Vietname, efectivos americanos, avaliados em mais de meio milhão de homens, e outros tantos sul-vietnamitas, encontram-se empenhados, numa luta sem mercê e sangrenta, com a guerrilha e os exércitos comunistas do Norte, que recebem apoio logístico da União Soviética e, em menor grau, da China. Na realidade das coisas, é toda a antiga Indochina francesa que está envolvida; e o conflito tem repercussões políticas que atingem a Tailândia, a Austrália, a Indonésia, todo o Sudeste Asiático em suma. No interior da NATO, também provoca debate político áspero. Washington sustenta agora a tese de que a guerra no Vietname faz parte da defesa geral do Mundo livre; está-se perante uma situação que traduz a ameaça global comunista; e é portanto do interesse do Ocidente, e do seu dever, apoiar os esforços norte-americanos para conter aquela ameaça. Nos Conselhos da NATO, muitos aliados repudiam o argumento: os nórdicos e, acima de todos, os franceses. Estes avisam os americanos de que perderão a guerra: por isso, quanto mais cedo abandonarem o Vietname menores serão os danos e menor o golpe no seu prestígio. Portugal, por seu lado, não rejeita a tese norte-americana: limita-se a sublinhar que, a ser válida para o Sudeste Asiático, também o há-de ser para uma região muito mais próxima, como a África, e designadamente para uma zona onde são claros os direitos de um dos membros do Pacto do Atlântico. Mas através de tudo, e como consequência política e estratégica da guerra no Vietname, cresce pelo Mundo a tensão russo-americana. E parece estar-se por vezes à beira da ruptura: abater-se-á sobre a humanidade uma nova catástrofe?

7

Em 4 de Julho de 1962, Oliveira Salazar convoca, na rotina de sempre, o Conselho de Ministros. Discutem-se as matérias correntes: a visita do secretário de Estado americano; a próxima reunião, em Copenhaga, da Associação Europeia de Comércio Livre; um novo contrato com o Banco de Portugal. Mas não é evocado por qualquer dos membros do Conselho um episódio já remoto: há trinta anos, ao fim da tarde do dia 4 de Julho de 1932, Oliveira Salazar comunicava ao presidente Carmona que havia completado o elenco do seu governo, que poderia tomar posse ao dia seguinte. E efectivamente, a 5 de Julho de 1932, Oliveira Salazar é investido no cargo de presidente do Conselho. Não se organizou agora uma celebração do facto. Limita-se a imprensa a recordá-lo em artigos e editoriais; e a *União Nacional* e a *Liga 28 de Maio* promovem a esmo uma ou outra sessão despercebida. Oliveira Salazar está no caminho dos setenta e quatro anos. Mentalmente, está como sempre; mas frágil, de uma fragilidade que ao menor toque pode quebrar. Sempre muito nítido, muito apurado, espraiando em torno uma calma impávida, ainda que perante si estivesse desabando o Mundo com fragor. Sente-se declinar. Repete aos seus íntimos: *«vejo todos os dias o fim da minha vida»*. E sente-se só, quer-se só, e tem consciência de que, para além de si, tudo que for pessoal não tem valor, e se perderá: envolve-o rigoroso frio moral. Quis receber umas crianças da *Caritas:* não pôde. Não obstante a boa vontade da governanta, a Maria de Jesus, não tem casa para isso. Apenas lhes poderia dar uns momentos depois das refeições. Mas acima de tudo custava-lhe que as crianças vivessem *«numa casa onde há meia dúzia de criadas que não prestam e onde de facto não há uma senhora»*. Sente-se cada vez mais *distante* de Santa Comba, do Vimieiro, de suas irmãs. Parecem diluídas no tempo as raízes que o prendiam ao seu torrão, aos seus quintais, às suas casas à beira da estrada. Nem a *sua agricultura* lhe suscita maior interesse. Rendera-lhe vinte e cinco contos a quinta das Ladeiras, no ano agrícola findo,

e dois contos e quinhentos a quinta do Soito; e vendera mais de vinte e sete contos de géneros. Mas as suas irmãs empreenderam obras, que custaram mais de quarenta e seis contos, e despendera quase vinte e nove com as culturas. Ao fim, apurara-se um saldo de oito contos; mas mesmo estes haviam sido absorvidos pelas irmãs, em despesas que não entendia. Este ano prometem ser ainda piores os resultados. Pelo Mundo, pelos homens e as coisas, sente grande desapego: vive num ermo. «*E eu sei*», diz Salazar com naturalidade aos seus colaboradores de confiança, «*eu sei: querem que me vá embora*». E explica: «*É o que todos dizem: que estou velho, que estou no fim, que estou ultrapassado. Farto-me de ouvir os da* União Nacional, *e é sempre a conclusão a que chego*». Mas a estes sentimentos duas forças se sobrepõem: o apelo do poder político e a vontade. Exercer o poder político constitui para Salazar um imperativo indeclinável: justificam-no todas as subtilezas do dever nacional que se impõe, das responsabilidades históricas que se atribui, dos princípios de que se tem por símbolo, da concepção de Estado de que se considera escravo. E o seu cansaço físico, a sua fadiga psicológica, o peso dos anos, a amargura das desilusões, a repugnância pelos jogos dos homens, são vencidos pela força de vontade: esta não sofre quebra, nem enfraquecimento. Sem embargo, Salazar diz: «*Uma coisa é certa: não quero morrer nestas funções. A não ser que me dêem um tiro e me matem. Fora disso, quero sair antes de morrer. Não: quero ter, depois de abandonar o cargo, pelo menos ano e meio de vida válida em Santa Comba*». Simplesmente, Oliveira Salazar não consegue encontrar forma de deixar a vida política e de regressar à sua aldeia como cidadão comum: *por um motivo ou outro, nenhum momento lhe parece oportuno.* E afigura-se-lhe que apenas obedece ao destino, ao seu destino: e por isso *está*, e *continua.*

8

Naquele Verão de 1962, Oliveira Salazar mantém-se no Forte do Estoril. Mais uma vez tudo parece normal na superfície. Para os Açores, em viagem política, seguiu o presidente da República.

Vem a Lisboa o príncipe Constantino, herdeiro do trono grego. Passa também por Lisboa Afonso Arinos, de novo chanceler do Brasil num governo de crise, da chefia do primeiro-ministro Brochado da Rocha. Franz Strauss, ministro da Defesa da Alemanha Federal, escreve a Salazar uma importante carta: quaisquer que sejam as dúvidas que possa suscitar a sua política de África, o chefe do governo português pode contar com o respeito fiel e o apoio do governo federal e a ajuda das Forças Armadas alemãs. Mais uma vez os bispos, do Santuário de Fátima, lançam uma pastoral: fazem e pedem preces pelo êxito do Concílio, em vésperas de ser inaugurado; e formulam reservas quanto às perspectivas, que muitos acalentam, de uma *revolução* na Igreja; porque esta, decerto contemporânea de todas as épocas, não pode deixar de ser o que é. Mas ao Forte do Estoril chegam outras notícias. Manuel Homem de Melo publica um pequeno volume — *Portugal, o Ultramar e o Futuro* — que logo difunde a milhares de exemplares, e distribui pelas embaixadas estrangeiras. Levam ao separatismo as teses defendidas, e estas são apoiadas por Craveiro Lopes no prefácio que abre o livro. Salazar sabe que este tem sido remetido maciçamente para África. E tem informações de que há encontros frequentes entre Craveiro Lopes e outros oficiais; e a polícia não tem dúvidas de que são políticos os objectivos das conversas. «*Umas conspiratas sem importância*», comenta Salazar. E ao livro de Homem de Melo responde Dutra Faria com *Debate Inoportuno.*

Muito mais grave, contudo, é o conflito que surde entre o governador-geral e comandante-chefe de Angola, Venâncio Deslandes, e o ministro do Ultramar Adriano Moreira. Em poucos dias, o conflito volve-se em crise de vastas proporções: sentem-se atingidos meios militares no Ultramar e na Metrópole, círculos políticos, homens das universidades, a alta administração de Angola, os sectores económicos e comerciais que têm ligações estreitas com a província. Deslandes e os seus colaboradores, em particular os secretários provinciais, por excesso de zelo, inexperiência, mesmo alguma demagogia, tomam medidas que ultrapassam a sua competência, ou que são impossíveis de cumprir, ou que ignoram o ministério do Ultramar; e entre todas, desencadeando a crise, salienta-se um diploma legislativo que cria os

Estudos Universitários em Angola. Reage com vigor o ministro, e anula o diploma. Deslandes admite a sua responsabilidade na publicação; e embora justifique e defenda a sua actuação, põe o lugar à disposição do governo. Oliveira Salazar considera os riscos de uma demissão de Deslandes, há apenas pouco mais de um ano no exercício das funções: pode reflectir-se desfavoravelmente no plano militar, onde tem sido profícua a sua acção; pode ser prejudicial no plano político, porque o governador-geral goza de prestígio entre a opinião pública local; e pode ser grave no plano internacional, por ser tomada como sinal de desagregação e suscitar analogias com a Argélia, onde nos últimos tempos os governadores franceses eram substituídos com frequência. Salazar resolve escrever a Deslandes: numa longa carta faz a síntese dos problemas africanos, que se apresentam a Portugal e ao mundo, e da situação internacional que rodeia a África: e tem por objectivo criar uma atmosfera de calma, de frieza, e de prioridade às questões nacionais sobre as pessoais. Costa Freitas, subsecretário da Administração Ultramarina e amigo pessoal do ministro, procura por seu turno apaziguar, moderar reacções; e Gomes de Araújo, como chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, tenta intervir no mesmo sentido. Moreira chama Deslandes a Lisboa; mas este escusa-se; e entretanto retira o pedido de demissão. Telegrafa então o ministro ao governador-geral: congratula-se com a retirada do pedido de demissão que «*neste momento seria de grande inconveniente para os interesses cuja defesa lhe foi confiada*»; o facto de haver admitido a responsabilidade pelo diploma apenas o «*torna merecedor da confiança que lhe reafirmo e a qual foi manifestada muito expressiva e recentemente ao pedir-lhe que viesse a Lisboa*», como já o fizera ao governador-geral de Moçambique, «*para me auxiliar na resolução de importantes problemas pendentes e que dizem respeito à administração geral do Ultramar*». Ordena então o ministro que o governador-geral venha a Lisboa nos termos regulamentares. Na província de Angola, o estado de espírito é de grande excitação. D'Estailleur-Chanteraine, o escritor francês devotado a Salazar, vai a Luanda, e no regresso diz-se aterrado: considera que há perigo de um golpe extremista, de um acto de separatismo, com o apoio dos secretários provinciais e de alguns

comandos militares. Salazar comenta com tranquilidade resignada: *«se Deslandes perde a cabeça, perdem-se os esforços e os sacrifícios feitos há mais de um ano»*. De uma sua mensagem divulgada em Angola entre círculos militares e entre a população, depreende-se que Deslandes se julga protegido pelo *«escudo de Angola, da sua população e das suas Forças Armadas»;* todavia, e se alguém temia o uso dessas forças, logo declara que não é *«aventureiro sem escrúpulos e sedento do poder»*. Mas o conflito agrava-se, e fica insanável. Torna o ministro a escrever: quando em Angola, dissera que não podia promulgar o diploma, por contrário à política de ensino superior: e ao persistir em publicá-lo, *«certamente V. Ex.ª não pensou que me colocaria numa difícil situação pessoal, porque o governo não era obrigado a acreditar que V. Ex.ª agia sem meu conhecimento»*. Moreira escreve ao reitor da Universidade Técnica de Lisboa, a que pertence, dando explicações sobre a anulação do diploma; congratulam-se o Senado Universitário de Lisboa e também algumas faculdades de Coimbra e Porto. E enquanto é áspera a correspondência entre Luanda e Lisboa, e na sequência de notícia divulgada oficiosamente, publica-se com data de 21 de Agosto de 1962 o decreto do governo central que cria os *Estudos Gerais Universitários* de Angola e de Moçambique. Chega a Lisboa o governador-geral, e o ministro exprime o desejo de que o chefe do governo se recuse a recebê-lo; mas Salazar não defere o pedido. Pelos círculos políticos, é densa, mesmo aguda a atmosfera de crise. E erram boatos de uma próxima remodelação ministerial.

Paralelamente, segue intensa a actividade externa do país. Em fins de Julho, Oliveira Salazar recebe Rolland Faure, de *L'Aurore,* e este dá notícias ruins de África: por todo o lado, luta e caos. São essas também as informações de que dispõe Lisboa. No vizinho Congo, não se atenua a hostilidade contra Angola. Portugal faz ao governo congolês uma pergunta directa e precisa: existem no Congo bases militares e campos de treino para terroristas que atacam o Norte de Angola, ou não? Tergiversa e hesita o governo de Léopoldville, e declara que vai indagar. Decorre o mês de Agosto, e nos últimos dias o governo congolês responde que efectivamente auxilia os combatentes da libertação, e lhes fornece bases de harmonia com os interesses superiores da humanidade. Lisboa regista este reconhecimento oficial de agressão por parte do

Congo e comenta com sarcasmo o papel que o gabinete de Léopoldville parece arrogar-se de agir em nome da humanidade. Ao mesmo tempo, Portugal reitera ao *Comité dos Sete* da ONU a sua recusa de qualquer colaboração: não admite a legitimidade do comité, nem a sua competência. E está-se a ponto de abrir em Roma o Concílio Vaticano II: o cardeal Cerejeira, em nota da sua Cúria Patriarcal, pede orações pelo êxito daquele congresso magno da Igreja: e de Fátima, dirigindo-se aos jovens de Portugal, diz-lhes que a *«opção é entre materialismo ou cristianismo»*.

Entra Setembro, e continua o dissídio com o governador-geral de Angola. Agora o ministro do Ultramar envia àquele um questionário, em forma de quesitos, versando a elaboração de ambiciosos planos de fomento, aplicação de censura à imprensa na província, a questão do ensino universitário, actividade prejudicial à segurança do Estado. Em termos severos, é posta em causa a lealdade nacional do comandante-chefe; e este não se acanha de dizer, por seu turno, que não aceita a autoridade do ministro para lhe submeter tais perguntas. É difundido por muitas entidades o texto dos quesitos remetido a Deslandes. Torna-se definitivo o abismo: ou o governador ou o ministro. Mas a 22 daquele mês, Adriano Moreira dirige-se ao Conselho Ultramarino, reunido em plenário: fustiga aqueles que, dentro ou fora, põem em causa a unidade nacional, negando a sua solidariedade ao conjunto; critica as instituições internacionais e as políticas imperialistas que pretendem expulsar de África o homem branco; descreve a conjuntura que Portugal atravessa, e que impõe uma revisão dos processos administrativos do Ultramar, *«na linha tradicional da autonomia das províncias»*. Para este efeito, convoca o Conselho Ultramarino, com os vogais eleitos dos Conselhos Legislativos e do governo das províncias, para reunir em 15 de Outubro de 1962. De permeio, o ministro intercala no discurso alguns passos — condenação de projectos grandiosos divorciados da gravidade da conjuntura e alheios à capacidade das fontes de financiamento, atitudes que põem em risco a unidade, posições que implicam um diálogo de queixas entre Ultramar e Metrópole — que são havidas como setas cravadas no governador-geral. Em quantos acompanham o conflito, não subsistem dúvidas de que, no espírito do ministro,

está decidida a demissão daquele. Nesta presunção, Salazar e Gomes de Araújo enviam a Angola, em missão secreta, alguns oficiais de confiança com o encargo de «*conter*» qualquer reacção causada pelo afastamento de Deslandes e de «*explicar*» a atitude do governo central. E acentuam-se os rumores de remodelação ministerial: nesta, Adriano Moreira passaria à Educação Nacional. Mas no dia 24 de Setembro, em termos de pura rotina, reúne-se o Conselho de Ministros. É ainda o problema dos estudantes que se impõe considerar, diz o chefe do governo, e há que debater um projecto de diploma sobre o assunto. Discute o Conselho longamente a matéria; e quando ao fim de horas esta parece esgotada, os ministros arrumam as suas pastas, e preparam-se para abandonar a sala. Diz então Salazar com uma voz de serenidade indiferente: «*Há ainda um ponto a tratar: saber se o governador-geral de Angola deve ou não ser demitido e se no decreto se deve ou não fazer o seu elogio*». Conhecedores do duelo em curso, os ministros ficam suspensos, perplexos; e de chofre abate-se sobre o Conselho uma atmosfera álgida, de tensão e drama. Salazar convida o Conselho a pronunciar-se. Moreira recomenda um decreto de demissão muito sóbrio, de harmonia com precedentes. Causa impressão o aviso do ministro do Interior, Santos Júnior: não discute e aceita os motivos do ministro do Ultramar: mas previne o Conselho de que podem ser graves as consequências para a ordem pública, cuja alteração os meios de extrema-esquerda preparam para o mês de Outubro. Para o ministro da Marinha, Quintanilha Dias, que acaba de regressar de Angola, a província está doente; e se vota a demissão do governador-geral, julga todavia que a mesma deveria aguardar algum tempo. Arantes e Oliveira sugere também que se deixem decorrer alguns dias; e Gonçalves de Proença, das Corporações, receia que os instigadores de conflitos sociais, que estão desenvolvendo intensa actividade, aproveitem o facto para propaganda contra o governo. Mário Silva, ministro do Exército, recomenda demissão imediata, para cortar o mal pela raiz; e no mesmo sentido se manifestam Lopes de Almeida, com alguma timidez, e Correia de Oliveira, que no entanto advoga palavras de apreço no decreto de demissão. Também assim se pronuncia o ministro da Saúde, Martins de Carvalho: é amigo pessoal do comandante-chefe, mas o facto não obsta a que vote a

demissão: em segredo ou não, o problema é do conhecimento público e portanto está politicamente posto: e resolvê-lo quanto antes é indispensável. Semelhante é o parecer do ministro dos Estrangeiros: e este julga que não parecem de temer repercussões internacionais significativas. Em torno da mesa do Conselho, o ambiente é de peso e asfixia. Oliveira Salazar resume a linha do debate: demissão do governador-geral. E fica decidido que o decreto contenha as palavras consagradas de apreço pelo *zelo, inteligência* e *patriotismo*. Oliveira Salazar não deixa perceber qualquer reacção íntima: curva-se ao que deduz ser a vontade do Conselho, sem mais.

Ao outro dia, é publicada a notícia da exoneração do governador-geral de Angola, «*precedendo resolução do Conselho de Ministros*». Deslandes sente-se deslustrado nos seus brios de oficial. Escreve a Moreira uma carta áspera: nega que haja sido unânime a decisão do Conselho de Ministros (1): e devolve «*a inteligência, zelo e patriotismo*» por não reconhecer autoridade moral na sua atribuição. Na opinião pública, é funda a impressão causada; e nos meios militares considera-se que fora humilhado um oficial-general. «*Não sei ainda se escaparemos sem reacção*», comenta depois o chefe do governo. Mário Silva envia um telegrama firme ao general Holbeche Fino, que detém o comando na ausência de Deslandes; mas receia qualquer fraqueza daquele. Nenhuma situação anormal surge, todavia. Entretanto, logo a seguir à demissão, Deslandes quer varrer qualquer labéu pejorativo: e requer a sua apresentação a um Conselho de Guerra. Como ministro da Defesa, Salazar tem de lavrar despacho no requerimento. E diz: «*Vou indeferir, dar um louvor e condecorar*».

(1) Decerto para comprazer as Forças Armadas, alguns ministros deram a entender, depois do Conselho, que se haviam oposto à demissão quando na verdade a haviam votado. Nenhum se opôs à demissão, com efeito.

9

Enquanto os círculos governamentais vivem em crise, a oposição tradicional sai a terreno. Na Presidência da República e na Presidência do Conselho é entregue um memorial subscrito por Cunha Leal, Azevedo Gomes, Hélder Ribeiro, entre outros. Reflecte o documento as teses de Cunha Leal, e pede um novo governo que altere a política ultramarina: deveria ser perfilhado o conceito de autodeterminação: mas ao mesmo tempo pretende-se que esta não leve necessariamente à independência e que todo o problema seja negociado com as Nações Unidas (1). Salazar encara o documento com equanimidade: não se enfada, nem se indigna. Lê e relê tudo atentamente *«para ver se tem alguma sugestão aproveitável»*. Mas considera que não tem: tudo se resume em executar a política da ONU, esperando-se apenas que os resultados fossem diversos daqueles que a organização quer, e que esta, e as forças que a impulsionam, se vergassem a tais resultados. E justamente as Nações Unidas continuam a prosseguir uma política que corrobora aquele ponto de vista. Com aprovação tácita da ONU, o Senegal multiplica incidentes na fronteira com a Guiné portuguesa; em comissões do organismo, são lançados violentos ataques contra Moçambique; e as forças das Nações Unidas no Congo de novo parecem apostadas em destruir Tschombé. Maior importância tem outro sintoma, e Salazar atribui-lha: a declaração do governo congolês, de há pouco, de que concedera uma base para o recrutamento, abastecimento e treino de forças militares contra Angola (2). Depois da primeira reacção mode-

(1) Mal se compreende a *ingenuidade* do memorial: nesta altura já as Nações Unidas faziam coincidir *autodeterminação* com *independência;* e *era sabido também que as Nações Unidas não eram um organismo de negociação,* visto que qualquer assunto, discutido e votado num ano, poderia por simples maioria ser reaberto no ano seguinte, aprovando-se novas resoluções completamente diferentes ou opostas às aprovadas no ano anterior.

(2) A base fora estabelecida na pequena cidade de Thysville, ao sul de Léopoldville, e perto da fronteira norte de Angola.

rada de Lisboa, o governo de Léopoldville insiste no direito de autorizar a base militar, e trata de assassinos os portugueses e seu governo. Lisboa toma então atitude de dureza: se o Congo reivindica o direito de ataque, Portugal reivindica o direito de legítima defesa: a legítima defesa implica a faculdade de perseguir o agressor até ao santuário de onde provenha: e se todas as soberanias têm liberdade absoluta, nenhumas limitações poderá também sofrer a soberania portuguesa. Mas nos círculos da ONU não há uma palavra de reprovação para a atitude do governo congolês: este recebe mesmo o apoio expresso do bloco afro-asiático que tem por acto de agressão qualquer acto de defesa praticado por Portugal. Mas através dos meios oposicionistas portugueses é aplaudida a atitude firme do governo de Lisboa. No Departamento de Estado, em Washington, causa embaraço a atitude congolesa, ao que parece tomada sem prévia audiência dos Estados Unidos. Alguns sectores do Departamento reprovam-na, e pretendem declará-lo publicamente; mas outros, em particular Williams, opõem-se com o fundamento de que o governo congolês teria agido em represália pelo auxílio português ao Catanga (1) e de que uma condenação americana causaria embaraços ao governo de Adula e seria desfavoravelmente recebida nos círculos afro-asiáticos. Elbrick é instruído para comunicar em Lisboa que Washington condena o estabelecimento da base; mas a condenação não se destina a ser tornada pública; e perde valor político para Portugal. Na Casa Branca formula-se um compromisso: se ao presidente Kennedy for feita qualquer pergunta sobre o assunto numa conferência de imprensa, responderá que os Estados Unidos, sem embargo de compreenderem a solidariedade africana quanto à autodeterminação, se sentem preocupados com o estabelecimento da base de Thysville. Em Lisboa, e de momento, o sobressalto do *caso Deslandes* parece atenuado.

Simultaneamente, enquanto se desenrola a crise interna e a opo-

(1) Williams argumenta com o facto de Portugal autorizar que o Caminho de Ferro de Benguela transportasse livremente mercadorias para o Catanga. Era verdade. Mas essa autorização era imposta por convenções internacionais que responsabilizam os países ribeirinhos pela liberdade de trânsito para países e territórios interiores.

sição espalha as suas críticas ao governo, são abertas conversações com os Estados Unidos. Lisboa aceita a ideia, lançada pelo secretário de Estado Rusk na sua visita, de ser designado um *relator internacioinal* para o Ultramar português. Washington envia neste particular instruções minuciosas à sua embaixada em Portugal: considera que a decisão portuguesa representa um «*grande passo político*» com «*vastas consequências*»; entende que a proposta de um *relator* apenas terá êxito nas Nações Unidas se apresentada no contexto de uma resolução da Assembleia Geral, que não deixará de ser crítica para Portugal; seria preferível que tal resolução não designasse o *relator* mas encarregasse o secretário-geral U Thant de o escolher; o governo português deveria ser moderado e fazer uma referência à *autodeterminação*, pelo menos para afirmar que a não rejeita, e abandonar os princípios legalistas em que se tem fundamentado; e os Estados Unidos estariam dispostos a empreender, junto dos governos europeus e dos mais importantes governos africanos, diligências de alto nível para os persuadir a aceitar a ideia do *relator internacional*. Mas Elbrick reage, e perante o seu governo sublinha um aspecto: o gabinete de Lisboa não tem confiança na boa-fé e nos motivos que inspiram a política norte-americana para com Portugal em África. Com efeito, Lisboa pergunta: como é possivel a base congolesa sem consentimento americano? E argumenta: ou os Estados Unidos têm profunda influência no Congo, cujo governo depende exclusivamente de Washington, e poderiam portanto mandar encerrar a base; ou os Estados Unidos não dispõem de qualquer influência no Congo, e então não se compreende que política têm seguido, nem que resultados têm obtido. Mas os Estados Unidos, embora declarem que reprovam a atitude do governo de Léopoldville, asseveram a sua impossibilidade de intervir. Sem embargo, e de harmonia com o acordo dado a Dean Rusk, iniciam-se conversações luso-americanas. É todo o vasto panorama das relações e dos interesses bilaterais que é abordado pelas duas partes. Como queixoso, Portugal traça o quadro de matérias a debater: são as acusações, as críticas ao comportamento americano, as reclamações, e também o exame de possibilidades futuras, se for viável harmonia política. Tudo é trazido ao apuramento: as actividades americanas em África; a campanha na ONU; a assis-

tência a chefes terroristas; a atitude de representantes oficiais dos Estados Unidos; as relações no quadro da ONU; e, por último, a possibilidade de cooperação luso-americana, tanto na Metrópole como em África, em planos de educação, de fomento, rodoviários, e outros. E ambos os lados, em torno de toda esta problemática, se aprestam para duras negociações.

No plano interno, nos começos do Outono de 1962, outros sectores da sociedade portuguesa mostram-se também excitados, ou curiosos, ou inquietos. Toda a *Acção Católica,* os elementos ligados à Hierarquia, o clero diocesano, os que giram em torno do patriarcado de Lisboa, interrogam-se sobre o que será o Concílio Vaticano II. Tem sido intensa a preparação nos países católicos, e a abertura do *grande parlamento* da Igreja está marcada para 11 de Outubro de 1962. No seio do mundo católico, toda uma tempestade está levantada: como vão reflectir os padres conciliares as grandes tendências que dilaceram a Igreja? que renascimento espiritual trará o Concílio? que renovação doutrinária ou dogmática será proclamada? como tratará o Concílio os grandes problemas do celibato do clero, do casamento, do aborto, da paz e da guerra? que alterações serão feitas na liturgia, no ritual? que novas interpretações serão tentadas das Sagradas Escrituras e que papel será atribuido ao laicado? Tudo isto é revolvido e agita os católicos portugueses: há receio entre os conservadores, há esperança e alvoroço entre os progressistas. De seu lado, a Hierarquia portuguesa, ao preparar-se para a viagem a Roma, mantém-se discreta; mas transpiram atritos entre prelados; e alguns dividem-se em função do problema ultramarino, como o bispo da Beira D. Sebastião de Resende, ou conforme a atitude tomada perante o bispo do Porto D. António Ferreira Gomes. Muitos julgam descobrir afinidades ou antagonismos entre os bispos portugueses consoante a sua instalação em Roma. Albergam-se no Colégio Português o cardeal Cerejeira e seus auxiliares, alguns prelados do continente, o arcebispo de Lourenço Marques, os bispos de Angra do Heroísmo e de Porto Amélia; na Casa Madona de Fátima, das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas, estão outros prelados metropolitanos e os bispos de Vila Cabral, do Funchal, de Macau; em casa do cardeal Costa Nunes ficam o patriarca das Índias e o bispo de Timor; e o bispo do Porto recusou

qualquer residência portuguesa e pediu alojamento à comissão do Concílio. Na data aprazada, o Santo Padre abre o Concílio. E no âmbito protocolar levanta-se um problema que tem logo cor política: para a recepção da embaixada de Portugal na Santa Sé aos prelados portugueses, deverá ser convidado o bispo do Porto, ou não? António de Faria pensa que o prelado não pode deixar de ser convidado, mas não deveria aceitar; e toca no caso a monsenhores Dell'Acqua e Samoré, que se ocupam de assuntos portugueses na Secretaria de Estado do Vaticano. Consultado, Oliveira Salazar diz: «*seja como for, não pode deixar de ser convidada a pessoa que indica, sendo desejável que não possa aceitar*». E na verdade a embaixada de Portugal expede o convite para o bispo do Porto, por intermédio da comissão conciliar encarregada do seu alojamento; mas não chegou em tempo de o prelado poder assistir à recepção, ainda que o houvesse querido. E entre si, na sua actuação como padres conciliares, os bispos portugueses parecem também divididos: uma ala conservadora, chefiada pelo cardeal Cerejeira, constitui a maioria; há uma reduzida ala progressista, moderada, de que os bispos D. Eurico Nogueira e D. Manuel Vieira Pinto são acaso os mais representativos; os bispos do Porto e da Beira situam-se numa posição radical; mas, de harmonia com a tradição portuguesa, todos os prelados se identificam na obediência e fidelidade ao Santo Padre e à Sé Apostólica.

Por um momento, as atenções gerais incidem sobre o próximo início das reuniões do Conselho Ultramarino. Em 15 de Outubro inaugura-as o ministro do Ultramar. Moreira faz um apelo à unidade: «*Hoje, mais do que nunca no passado, me parece necessário ter presente que a unidade portuguesa vive mais do sentimento e da razão do que de qualquer das forças materiais que fizeram a grandeza dos impérios desaparecidos no nosso tempo*». E mais: «*só o intransigente portuguesismo e fidelidade das populações da mais variada origem, metropolitana ou outra, esteve na base da unidade que se tem mantido*». E que problemas de fundo deve o Conselho ponderar? Estes, no entender do ministro: será de manter o princípio da especialidade das leis para o Ultramar? em que domínios deve ser descentralizada a competência administrativa? como distribuir as competências entre governadores e secretários provinciais? devem criar-se, junto de órgãos

legislativos, outros que representem interesses espirituais, morais e económicos? que relações se hão-de estabelecer entre os governadores e os órgãos legislativos? deverão as províncias estar também representadas na Câmara Corporativa, além da Assembleia Nacional? como coordenar os serviços nacionais, que tendem a multiplicar-se? e como fiscalizar a constitucionalidade das leis no Ultramar? A todas estas perguntas espera o ministro uma resposta do Conselho, e deseja-a baseado no conhecimento, na experiência, no patriotismo dos homens bons do Ultramar. E diz: «*Este saber nacional foi aprendido na escola da acção, e acreditamos mais no que nos aconselharam os homens que ao mesmo tempo definiram as fronteiras do Portugal Ultramarino, e o governaram, do que em todas as filosofias*». Oliveira Salazar segue os trabalhos atentamente. Recebe os membros africanos do Conselho. Deseja o êxito dos seus trabalhos numa «*linha segura e firme*», de modo a não deixar dúvidas. Mas com mais preocupação acompanha o desenrolar do Concílio. Para o chefe do governo, João XXIII abrira demasiado as portas e as janelas do Vaticano às tempestades do Mundo. Via perigos para a Igreja, e perigos para Portugal e sua política. E dizia: «*eu já não verei isso, mas mais lá para diante há-de haver outro Papa que puxe de novo as rédeas com vigor e restabeleça os grandes princípios da Igreja*».

10

Está reunida em Nova Iorque, nos termos regulamentares, a XVII Assembleia Geral das Nações Unidas. Não afrouxam de violência os debates, e o Ocidente continua o alvo exclusivo dos blocos afro-asiático e soviético. Comparece o presidente nominal de Cuba, Dorticos, e lança um ataque sem mercê aos Estados Unidos; há protestos nas galerias do público, são expulsas algumas pessoas; e depois a maioria que fica aplaude entusiasticamente. Pela Argélia, que participa nos debates pela primeira vez, está Ahmed Ben Bella, o chefe revolucionário histórico; agride Portugal com aspereza; e empenha o seu país na libertação de Angola,

África do Sul, Rodésia do Sul. Mas de súbito cessam os debates na Assembleia, e as preocupações de corredores, e os conluios de gabinete: anuncia-se que o presidente Kennedy vai pronunciar um discurso de repercussão mundial, de que pode depender a paz ou a guerra.

Efectivamente, pelas sete horas da tarde de 22 de Outubro, nas cadeias de rádio e televisão, Kennedy vem denunciar ao Mundo que a União Soviética instalara em Cuba baterias de mísseis dirigidos contra os Estados Unidos, e que os ameaçam directamente; acrescenta que o governo americano considera intolerável a situação criada; os mísseis têm de ser urgentemente desmantelados; e entretanto, e desde já, a esquadra dos Estados Unidos está bloqueando Cuba, que é posta sob *quarentena* rigorosa. Por toda a América, há emoção acabrunhada mas serena; e o Mundo estremece. Que se vai passar? Em verdade, Kennedy acaba de confrontar a União Soviética com um ultimato; e tudo se cifra em saber como vão agora reagir Nikita Kruschev e os homens do Kremlin. Correm rumores dramáticos: na Florida estão concentrados 200 000 homens para invadir Cuba, aguardando ordens do presidente a todo o instante; esquadras aéreas americanas preparam-se para destruir a ilha; a União Soviética toma disposições para ocupar Berlim e para reduzir Nova Iorque a ruínas com os mísseis instalados em Cuba; e em qualquer destes casos é a guerra mundial, trágica, sem mercê, sem excepções. Convencional somente? Ou nuclear? Não importa: todos serão vítimas. Passam as horas. Washington mantém o seu ultimato, e agrava-o: declara que a União Soviética mentiu; atribui-lhe todas as responsabilidades; exige que o desmantelamento dos mísseis seja feito por Moscovo; Cuba está sob permanente vigilância aérea americana; a marinha de guerra dos Estados Unidos tem ordem de afundar qualquer navio soviético que se dirija a Cuba; e em reuniões do Conselho de Segurança, realizadas num ambiente de angústia com prenúncio de tragédia, o embaixador americano Stevenson desafia dramaticamente o embaixador russo Zorin a que negue a existência de mísseis soviéticos apontados ao território norte-americano. Sob a tensão internacional, estão apavorados os círculos afro-asiáticos e os países do *terceiro mundo*, que no entanto se inclinam para o lado de Cuba e de Moscovo; e a NATO reúne-se com urgência para reafirmar a

aliança e o seu apoio aos Estados Unidos no caso de agressão. Está o Mundo prestes para a guerra, que parece iminente, e será medonha. Mas seis dias mais tarde, a 28 de Outubro de 1962, Kruschev aceita desmantelar os seus misseis em Cuba, e retirá-los ou destruí-los, sob vigilância norte-americana. Em compensação, Washington assume o compromisso de não invadir a ilha para derrubar o governo de Fidel de Castro. Através dos Estados Unidos, celebra-se a vitória de Kennedy que teria feito Kruschev ajoelhar. De novo se respira no Mundo. Mas os observadores mais frios sublinham que o triunfo americano, real decerto, é de curto prazo: no fundo, garantiu a manutenção de Cuba como base do movimento revolucionário para a América Latina e como plataforma ideológica da União Soviética. Nos círculos das Nações Unidas, no entanto, reina a euforia: está assegurada a sobrevivência da organização, que não resistiria a um conflito global, e pode tornar à rotina dos seus debates e da sua virulência contra o Ocidente.

Oliveira Salazar, perante a crise, desvia as suas atenções da remodelação ministerial em que trabalha. Não julga iminente a guerra, nem provável. Atribui larga soma de culpa aos Norte-Americanos por haverem de início aplaudido e auxiliado Fidel de Castro e o movimento revolucionário cubano; mas no lance dramático em que se encontram os Estados Unidos impõe-se uma atitude responsável e uma perspectiva dos interesses ocidentais que ultrapasse o momento; e concorda em que, nos Conselhos da NATO, Portugal declare a sua solidariedade com Washington. No plano bilateral, todavia, é diversa a posição. Solicita o secretário de Estado Dean Rusk, com efeito, que seja autorizado sem restrições de tempo o uso da base dos Açores, independentemente de não haver ainda sido renovado o acordo prestes a expirar (1); os Estados Unidos estão em grave perigo; em relação aos problemas portugueses em África já tinham percorrido longo caminho ao encontro de Portugal, e assim prosseguiram; e não seria portanto de mais que Portugal os auxiliasse neste transe difícil. Mas

(1) A terminar dentro em breve, a 31 de Dezembro de 1962. Para minúcias das conversas então havidas, pode o leitor ver um outro trabalho do autor, *Diálogos Interditos*, 1 vol., págs. 176 e segs.

é gelada a reacção de Lisboa: há dois anos que Portugal vive em crise permanente; os aliados não ergueram um dedo para o ajudar; alguns haviam, pelo contrário, semeado obstáculos com declarada hostilidade; e assim habituado à crise e sem auxílio, Portugal não se sente impressionado. Rusk compreende; nada tem a responder; e não insiste. Mas é no Departamento da Defesa americano que causa maior marca a atitude portuguesa: e no pavor de perder o uso da base dos Açores, o Departamento de Defesa impõe, com pressões crescentes, a moderação e até o parcial abandono das políticas radicais da Casa Branca e do Departamento de Estado. Para mais, sublinha a Defesa, nenhuns dividendos cobraram tais políticas: acaso na crise de Cuba alinhou com os Estados Unidos o *terceiro mundo?*

Inesperadamente, e parecendo remota, a crise de Cuba constitui o dobrar de uma esquina nas relações bilaterais luso-americanas.

11

Repercute-se em Portugal o alarme pelo drama de Cuba, mas neste Outubro de 1962 regressam os enredos da política interna. Salazar volta a dedicar-se à remodelação do governo. No seu espírito, por premência da opinião pública, três homens devem abandonar o gabinete: Lopes de Almeida, queimado pela agitação académica; Ferreira Dias, que parece impotente para enfrentar as dificuldades económicas; e Adriano Moreira, para apaziguamento das Forças Armadas. De momento, Salazar não desvenda os seus intentos, e cinge-se a sondagens confidenciais por intermédio de Luís Supico, ou de Mário de Figueiredo. Entretanto, mantêm-se os cuidados de África. Neste particular, é problema substituir Venâncio Deslandes em Luanda: quem nomear? Está como governador de Cabo Verde o coronel Silvino Silvério Marques, com provas sobejas de inteligência, dedicação e integridade; e a sua escolha para governar Angola, quando conhecida, tem o apoio dos meios militares. Consultado, Silvério Marques

comenta que o governo deve estar em severo apuro para recorrer à sua modesta figura; mas aceita. Nos últimos dias de Outubro de 1962, perante o Conselho Ultramarino, Silvério Marques toma posse do cargo de governador-geral de Angola. Diz Adriano Moreira: nada deve o governador prometer ou anunciar sem a certeza de poder realizar; abdicará de qualquer ilegítima ambição de popularidade pessoal; mas entrará assim na fileira dos grandes servidores do Ultramar «*que nunca se esqueceram de que são os agentes de uma soberania una e indivisível, exercida por um só governo ao serviço da Pátria de todos*». Responde Silvério Marques: «*nesta hora, um português responsável não recusa*» o cargo; e há que servir o país onde se nasceu, «*que em circunstâncias como as actuais ou se serve, ou se trai*». Justamente, aproximam-se do seu termo as reuniões do Conselho Ultramarino. E em 31 daquele mês, Moreira preside à sessão de encerramento dos trabalhos. Profere extenso discurso. Houve divergências, interpretações erradas, imaginosas, surpreendentes? «*Nada teria a menor das importâncias se não fosse evidente a tentativa de utilizar o problema ultramarino como instrumento de interesses que nada têm que ver com os interesses nacionais permanentes, mas sim e apenas com as imediatas ambições de pessoas ou grupos*», e esta é a única razão da estranheza causada em alguns. Mas a reunião do Conselho «*teve uma verdadeira natureza de concílio, visto não haver dúvidas sobre a nossa fé comum*». Continua o ministro: do Conselho emanou uma afirmação de «*fidelidade absoluta à unidade nacional. E ainda uma terminante decisão de continuar a luta pela salvaguarda de uma personalidade histórica que não concebem íntegra sem a manutenção deste Estado pluricontinental a que pertencemos*». Moreira conclui com um doesto sibilino: «*Desencadeada a tormenta, não criticamos que alguns lavem as mãos do passado com o ar de não ter nada a ver com o presente*»; mas os que aceitaram arcar com a responsabilidade de enfrentar os males para que não contribuíram, ou até denunciaram, têm o direito de exigir que «*sejam pelo menos respeitados, na certeza de que, sabendo que não estão a fazer um favor à Nação, não estão porém dispostos a fazer o ilegítimo favor de transigir com ambições ou interesses particulares de ninguém*». Para muitos observadores, fica a dúvida de saber se o ministro quis atingir Des-

landes ou Salazar, ou ambos (1). Entretanto, o Conselho aprova o relatório final, elaborado por Joaquim da Silva Cunha de harmonia com os votos emitidos. Em súmula, o relatório consagra mais larga autonomia para as províncias, recomenda mais ampla participação daquelas na constituição e funcionamento dos órgãos centrais de governo, advoga maior intervenção das populações ultramarinas na estrutura e funcionamento dos órgãos de governo local. Por seu lado, Salazar sente receios sérios pelas consequências das reuniões do Conselho: não lhe parece clara a orientação do relatório final; teme o estado de espírito em que voltam a África os representantes das províncias; ignora que impressão pode tudo causar no ânimo das Forças Armadas. E quarenta e oito horas sobre o encerramento do Conselho, no dia 2 de Novembro, é tornada pública a notícia de que Deslandes fora condecorado com a Ordem da Torre e Espada. Thomaz faz entrega pessoal das insígnias, e diz que estas são atribuídas às «*qualidades e altos serviços prestados*»; e numa expressão de solidariedade militar com Deslandes está presente na cerimónia a alta hierarquia militar, com Gomes de Araújo à cabeça. E logo é causada uma nova sensação na opinião pública: como os Estados Unidos se propõem ajudar o governo de Nova Deli a enfrentar a pressão militar da China, o governo português, em nota oficiosa, recorda a agressão indiana e declara que não autoriza Washington a usar a base das Lajes como ponto de apoio de transporte de material e abastecimentos para a União Indiana. Não reage o governo americano, e afirma que compreende e respeita os sentimentos

(1) Os trabalhos do Conselho Ultramarino, entre 15 e 31 de Outubro de 1962, foram sempre rodeados de larga divulgação na imprensa. Foram publicados dez comunicados. Davam conta dos trabalhos e das individualidades que participavam, algumas exteriores ao Conselho, mas que compareciam para tratar de matérias especializadas: Pinto Barbosa ocupa-se do desenvolvimento económico equilibrado do todo nacional; Correia de Oliveira versa o problema da integração económica do espaço português; e nos debates participam antigos ministros do Ultramar, antigos governadores, deputados, homens de negócios, etc. O Conselho apresenta cumprimentos aos presidentes da República e do Conselho. (A este último, o capitão Manuel Vaz, em nome do Conselho, declara: «*V. Ex.ª continua a ser a figura em quem o Ultramar português deposita a maior confiança*».)

portugueses, satisfazendo-os. Por detrás de tudo, Oliveira Salazar *aguenta* a sua rotina dos problemas miúdos. E a propósito da nomeação de um novo director-geral dos Serviços de Urbanização, diz ao ministro das Obras Públicas: «*o país torna-se na parte habitada cada vez mais feio e era preciso que esses senhores do urbanismo tivessem acima de tudo bom gosto*».

Mas nesta primeira quinzena de Novembro de 1962, Oliveira Salazar está embrenhado a fundo na remodelação ministerial. Não crê ter dificuldade em resolver o problema da Educação Nacional: para substituir Lopes de Almeida pensa em Galvão Teles (1), catedrático de Direito eminente e que se tornara figura nacional como advogado principal de Portugal contra a Índia na Haia: mas Salazar de momento não lhe faz qualquer convite. É trabalhosa a sucessão de Ferreira Dias e do grupo à frente da Economia. São encarados nomes de vários sectores, desde João Rosas a Correia de Oliveira. Mas no plano académico e entre os economistas adquiriu fama Teixeira Pinto (2), homem com escassos quarenta anos, havido como teorizador moderno, e de grande agilidade mental; não sendo um político ou figura do Estado Novo, não tinha passado que o afectasse; e a sua aceitação teria a vantagem de *calar* as críticas a Ferreira Dias, acusando-o de ultrapassado e de desconhecer os novos métodos económicos de desenvolvimento acelerado. Luís Supico é encarregado de convidar Teixeira Pinto, e este dá a sua anuência, exigindo liberdade de escolha dos seus colaboradores e de reformulação da política económica; e em ambos os domínios recebe de Salazar carta branca. Para secretário de Estado da Agricultura, Teixeira Pinto vai buscar Luís de Azevedo Coutinho (3); para o Comércio recorre a Paula Coelho (4), um homem que nos Estrangeiros está encarregado de problemas económicos externos; e por último, se guarda para si a secretaria de Estado da Indústria, que acumula com a própria pasta da Economia, Teixeira Pinto escolhe um subsecre-

(1) De seu nome completo Inocêncio Galvão Teles.

(2) Luís Maria Teixeira Pinto de seu nome completo.

(3) De seu nome completo Luís Le Cocq de Albuquerque de Azevedo Coutinho.

(4) Armando Ramos de Paula Coelho.

tário de Estado na pessoa de Esteves da Fonseca (1). Mas muito mais complexa é a sucessão de Adriano Moreira. Salazar deseja manter Moreira no gabinete; mas compreende que tem de dar satisfação às Forças Armadas; e depois de consultas, conclui que o consegue transferindo o ministro para outra pasta. Encarrega assim Luís Supico de oferecer a Adriano Moreira a pasta da Educação Nacional; Moreira aceita, mas desejaria a sua acumulação com a de ministro-adjunto do presidente do Conselho. Salazar julga excessivo o desejo, e não há assim entendimento que permita a continuação de Moreira no governo. Salazar convida logo Galvão Teles para a Educação e este dá o seu acordo. Para o Ultramar, Oliveira Salazar vai buscar um homem sem vinco político, militar de experiência em África, que está governador da Guiné: é o oficial de Marinha Peixoto Correia (2). Para apoiar este, é chamado Silva Cunha que acaba de ter papel de destaque no Conselho Ultramarino, e a que é atribuído o subsecretariado de Estado da Administração Ultramarina; e para o Fomento Ultramarino, Salazar convida Mário de Oliveira (3), sem arreira política de nota. E faltam as pastas militares. Oliveira alazar resolve abandonar a Defesa Nacional, e nos meios militares políticos um nome tem apoio largo: o general Manuel Gomes de Araújo, que tão decisivo papel tivera no *13 de Abril*, e que desde então é o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Mário Silva, que ocupara o Exército numa crise, não parece poder responder mais pela sua corporação; e para o render, Salazar recorre a Joaquim da Luz Cunha, oficial de Estado-Maior e de prestígio entre os seus pares; e este escolhe para o cargo de subsecretário o coronel João António Pinheiro (4). No plano dos departamentos militares causa alguma sensação uma outra mudança: Kaulza de Arriaga, no governo há sete anos, criou relações difíceis com Gomes de Araújo, e Salazar

(1) José Luís Esteves da Fonseca.

(2) António Augusto Peixoto Correia.

(3) Mário Ângelo Morais de Oliveira.

(4) Este substitui assim Vítor Novais Gonçalves, que fora designado subsecretário do Exército pela morte de Jaime Fonseca, e que agora naturalmente acompanha Mário Silva na exoneração.

considera que tomou em público, em meios militares, atitudes de crítica intempestiva: e assim é substituído no secretariado de Estado da Aeronáutica pelo general da Força Aérea Francisco António das Chagas. Todavia, não está ainda completa a remodelação: na Saúde e Assistência, Henrique Martins de Carvalho, no governo há mais de quatro anos, é sucedido por Soares Martinez (1), professor de Direito em Lisboa, homem de inteligência e cultura. E na Presidência do Conselho é criado o cargo de subsecretário: Paulo Rodrigues (2), muito ligado à *Acção Católica* e a círculos conservadores, é o homem designado por Salazar. E só agora Salazar completa a alteração do seu gabinete.

No entanto, não se sente ainda livre de a anunciar. Há alguns ajustamentos a fazer, em comandos e cargos da hierarquia militar; há ainda disposições a tomar por parte de alguns dos que aceitaram. De permeio, Salazar ocupa-se da rotina da administração pública: as obras da ponte da Arrábida, sobre o Douro, no Porto; a inauguração do Instituto Gulbenkian junto ao Laboratório de Engenharia Civil; a Pousada da Ria em Aveiro. Muito particularmente, preocupa Salazar a abertura da sessão regular da Assembleia Nacional, marcada para 26 de Novembro. Seria altamente inconveniente que os deputados d'além-mar se lançassem em apreciações encomiásticas dos trabalhos do Conselho Ultramarino, quando já está assente a saída do ministro que os orientou. Para prevenir qualquer embaraço, Salazar escreve a Mário Figueiredo (3), e sugere-

---

(1) Pedro Mário Soares Martinez.

(2) José Venâncio Pereira Paulo Rodrigues.

(3) Tem interesse documental a carta: «*Ao Doutor Mário de Figueiredo: Dois casos — a Câmara abre a 26* (de Novembro) *mas não sei se nesse dia estará feita a recomposição ministerial. Pode ser que demore mais um ou dois dias. Nesta hipótese, há o risco de deputados ultramarinos fazerem fogo no sentido inconveniente, e é preciso evitar isso. Se a Câmara suspender, logo que aberta, os trabalhos até receber o parecer da lei de contas da Câmara Corporativa, evitar-se-ão todos os perigos. O outro caso. Não está cá o Soares da Fonseca, e, mesmo que estivesse, é possível que se desinteressasse do assunto pelo facto de lhe respeitar pessoalmente. Normalmente, o 1.º vice-presidente da Assembleia não devia ser o líder, mas temos a representação da Assembleia no Conselho de Estado e essa representação é que domina o resto. Quero dizer que o S. da F. devia*

-lhe que a sessão da Câmara, logo que aberta, seja suspensa. Ao mesmo tempo, ocupa-se em rever e corrigir uma entrevista, ao jornal canadiano *Ottawa Citizen;* e não deixa de receber, acompanhados por Elbrick, três congressistas norte-americanos. Mas nos primeiros dias de Dezembro de 1962, a 3, é conhecida no país a remodelação governamental, e a 4 tomam posse os novos ministros.

Oliveira Salazar comparece pessoalmente na sede da Defesa Nacional, na Cova da Moura, para a *transmissão de poderes* ao novo ministro. Há largo ajuntamento de elementos políticos, e sobretudo de oficiais de todos os ramos das Forças Armadas. E o chefe do governo faz afirmações de fundo. Traça desde logo uma rápida síntese da acção desenvolvida desde o *13 de Abril* de 1961: *«Acontece-me neste momento o caso estranho de verificar nunca ter entrado nesta casa e não obstante ter aqui vivido os últimos dezoito meses. Nesse não sei se longo se curto espaço de tempo, através do Chefe do Estado-Maior-General e da cooperação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, todos diligentes e incansáveis, tudo se fez para cumprir a promessa feita há dezoito meses Angola e, em face de idênticas circunstâncias, aos outros territórios do Ultramar»*. Por si, Salazar nada mais representara do que atenção desperta e vontade firme na execução daquele ponto *«que reputo o mais transcendente da política nacional»*. Mas nem só na Defesa se trabalhou: o esforço das Finanças, as vastas e ousadas reformas empreendidas pelo Ultramar, a incansável actividade dos Estrangeiros — todos se dirigiram ao mesmo objectivo. *«Se me perguntam se a guerra acabou de facto em Angola, responderei que, nos precisos termos em que foi lançada, isto é, para domínio exclusivo de uma parte restrita do território aonde não*

---

ser reeleito p.ª a 1.ª vice-presidência, embora continue a ser o líder. Podes interessar-te por isto? Com muitos cumprimentos, Ol. Salazar. 21-XI-1962». Tem também interesse a nota que, sobre a ponte da Arrábida, envia pela mesma altura ao ministro das Obras Públicas: *«Ponte da Arrábida e acessos — Deve desde já preparar-se com a gente do Porto o acto de inauguração. É um grande acontecimento e uma grande obra. Tem de dar-se o máximo relevo ao caso, embora devamos ser moderados na parte festiva (pois temos guerra em Angola e quem sabe se noutros pontos nessa altura). A comissão a nomear e que deve ser articulada daqui estudará a questão»*.

pudesse chegar a afirmação e actuação do poder português — sim, a guerra pode dizer-se que acabou, sem embargo de ataques esporádicos como poderá suceder em Lisboa ou em Paris, na Venezuela ou na Colômbia». E esses ataques são como um fio de água nascido além-fronteiras, protegido através de picadas das florestas, e que reaparece no interior do território português: nasce no Congo, em Conakry, ou em Accra, ou mais longe ainda: e poderia ser estancado e enxuto em Washington ou Londres. «*Mas a política não é aí compreendida da mesma maneira*». Oliveira Salazar tem a convicção de que Portugal está a defender a Europa nos últimos redutos em que ainda pode ser defendida. Outros não o julgam assim, e crêem viável essa defesa em pequenos espaços europeus. Mas há um «*aspecto que muito particularmente nos respeita e em que não pode ser-nos negada competência nem legitimidade de juízo — é que estamos ali a defender Portugal*». Mas estes aspectos não parecem contar para as grandes forças internacionais, nem para a actual desorientação do Mundo, e por isso a guerra pode recomeçar «*em Angola ou algures*»; com as mesmas ou outras forças, que sejam autênticas forças invasoras, «*novos problemas estarão criados*», para Portugal como para outros povos. «*Neste contexto, têm razão os que fazem depender sobretudo da política mundial, e não da nossa política ultramarina, o termo de operações de guerra no Ultramar Português*». E Oliveira Salazar pergunta: «*sendo assim, que vantagem pode haver em continuar-se a lutar?*» Não pode o problema pôr-se neste terreno, mas no dos deveres e responsabilidades do Estado. Todavia, se se encararem estes conceitos com desprendimento, «*direi que grandes vantagens trouxe ao mundo a resistência portuguesa em África*». Decerto: «*somos nós que pagamos, com o sangue dos soldados, as lágrimas das famílias, os sacrifícios das populações, a viragem notada no pensamento geral acerca do problema específico português e do problema geral da colonização*». Mas durante a luta muitos repensaram as suas ideias, corrigiram os seus juízos, verificaram o seu equívoco com os estribilhos que pretendiam dirigir o Mundo. De modo que «*a nossa atitude alertou inteligências, desfez hipocrisias, por de mais evidentes aliás, chamou a atenção para os perigos, e muitas nações começaram a duvidar da validade das posições tomadas ao princípio*». Na verdade, «*se um povo inteiro se sacrifica,*

como nós próprios, isso não pode ser por capricho ou incompreensão dos governantes mas por alguma coisa que traduz a essência e sentido da sua história e o seu modo de compreender e viver a vida». E assim, quando terminar a evolução do pensamento mundial neste particular e se desfizerem as nuvens emocionais, «*então será mais fácil a resolução dos problemas postos*».

Causa sensação na opinião pública a alteração feita no Ministério do Ultramar, e suscita curiosidade e esperança a juventude do grupo de homens a que é entregue o sector económico. Aprovam o discurso de Salazar os circulos militares, que se têm por desagravados. No *New York Times,* no *Monde,* no *Times* de Londres, é dado relevo à remodelação ministerial; mas para o jornal francês o governo de Salazar enfraquece dia a dia. E do Brasil chegam notícias de um próximo *levantamento geral* em Portugal, sobretudo em Coimbra e no Porto, organizado por Henrique Galvão. Mas entre os observadores mais atentos são apontados dois traços que Salazar esboçou quase com descaso: *o termo da guerra, tal como esta fora lançada* em Março de 1961, e a *viragem* política das potências. No mais, é a normalidade: Muñoz-Grandes, vice-presidente do governo espanhol, vem participar numa partida de caça organizada por Américo Thomaz; Paulo Cunha é nomeado reitor da Universidade Clássica de Lisboa (1); e Gilberto Freire é feito doutor *honoris causa,* com o aparato da praxe, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

12

Ao tempo em que Oliveira Salazar conclui a remodelação do seu governo, repete-se na ONU a rotina dos debates sobre o Ultramar Português. Conforme negociado e acordado em Lisboa, os Estados Unidos apresentam a proposta de nomeação de *relatores*

(1) Sucede assim a Marcello Caetano, que se demitira no início da crise estudantil.

internacionais para investigar a situação na África portuguesa, e comunicar depois à Assembleia os resultados desse exame directo. Portugal faz saber que lhe dá o seu apoio. Mas os meios afro-asiáticos, conscientes do nenhum fundamento das suas acusações, não podem permitir que seja imparcialmente observada a realidade, porque o facto levaria à destruição das suas criticas; receiam por outro lado que a proposta norte-americana, se aprovada, faça sair os territórios portugueses do capítulo do *colonialismo*, em que têm interesse em mantê-los; e assim, por razões opostas às de Portugal ao aceitá-la, os afro-asiáticos rejeitam a proposta dos Estados Unidos. Estes retiram-na, antes que chegue ao voto (1). E a Assembleia retoma os debates nos termos habituais: as acusações de opressão, de atraso e subdesenvolvimento, de ameaça à paz e à segurança do Mundo.

Entretanto, e pela mesma altura, de fontes díspares chegam ao governo de Lisboa informações de cuidado: algures, em territórios ao norte de Angola e na sua vizinhança, estaria sendo montada contra aquela província uma operação militar de grande tomo. São conhecidas minúcias: os países africanos, sob inspiração argelina e guineense, estabeleceriam um *comando pan-africano*, entregue à chefia suprema de um oficial negro formado em Saint-Cyr (2); seriam mobilizados, de vários países africanos, efectivos correspondentes a seis divisões convencionais; aquele comando disporia do mais moderno armamento, incluindo mísseis a instalar em rampas sob construção; e seriam fornecidos grandes meios de transporte para artilharia e tanques. *Mystère* é o nome de código que à operação atribuem os oficiais do Estado-Maior do *comando pan-africano;* e o seu desencadear está previsto para os últimos dias de Dezembro de 1962, com um ataque na região da Lunda. Salazar examina atentamente as informações recebidas: mas fica céptico. Não acredita que se organizem e desencadeiem operações de guerra convencional contra Portugal em África sem

(1) O chefe dos guerrilheiros baseados no Congo, Holden Roberto, logo escreve ao presidente Kennedy uma carta protestando contra o que considera a identificação da política americana com os objectivos portugueses.

(2) Como se sabe, nome por que é conhecida a Academia Militar francesa, fundada por Bonaparte.

o apoio logístico e militar de uma grande potência, e esta, no caso, apenas poderia ser a União Soviética; mas então o problema transcenderia o governo de Lisboa, e consistiria em saber se os Estados Unidos toleram unidades regulares do exército russo a actuar na África negra. Sem embargo, Oliveira Salazar concorda em que sejam tomadas providências mínimas: são aumentadas as guarnições no Nordeste de Angola, e criados novos dispositivos da força aérea na região; são enviados, através dos países africanos onde se prevêem zonas de concentração dos meios inimigos, agentes especiais para assinalar qualquer actividade militar suspeita; o segredo da informação obtida pelo governo de Lisboa é transmitido aos governos da África do Sul e da Federação das Rodésias e da Niassalândia, e estes, interessados e preocupados, iniciam também a colheita de informações próprias, e o que apuram é transmitido a Portugal; e para o caso de ser indispensável, o governo da Federação, sob a responsabilidade de Sir Roy Wellensky, compromete-se a dar todas as facilidades militares que forem ındispensáveis à Força Aérea Portuguesa. Ao mesmo tempo, o ɔverno português, por intermédio de jornalistas estrangeiros e confiança, faz discretamente *saber* que *sabe* da existência do plano *Mystère* e que fará bombardear qualquer concentração militar suspeita na vizinhança de Angola, sejam quais forem depois as consequências internacionais. E Lisboa aguarda.

Mas de novo, nestes fins de 1962, a atenção do chefe do governo é desviada para o Concílio Vaticano II. De Roma, António de Faria dá conta da atmosfera conciliar e, sobretudo, das dificuldades suscitadas pelo bispo do Porto na Cúria e entre os seus colegas portugueses. Monsenhor Maximiliano de Furstenberg, desde há pouco núncio em Lisboa, parece falar a Faria com toda a franqueza: e diz que D. António Ferreira Gomes revela grande teimosia e lhe enviara um extenso memorial de dezoito páginas em que relata alguns acontecimentos que datavam da Idade Média. Na Cúria, monsenhores Dell'Acqua e Samoré confirmavam a Faria que não conseguiam demover o bispo, que se recusa a demitir-se, e que entretanto o prelado se mostra particularmente acrimonioso para com o cardeal Cerejeira e outros colegas portugueses. Oliveira Salazar mantém a mesma posição: para o governo português, o problema da diocese do Porto é hoje

exclusivamente religioso: e à Santa Sé, e só à Santa Sé, cabe resolvê-lo, se conseguir impor ao prelado a sua autoridade. Furstenberg mostra-se amigo, compreensivo: revela que grupos de terroristas antiportugueses quiseram circular no Concílio um memorandum contendo as habituais acusações contra a política africana de Portugal: mas ele, núncio, mal soubera do caso, correra à secretaria do Concílio e fizera arquivar o documento: ninguém, salvo dois ou três prelados seguros, tivera conhecimento de cousa alguma. Mas quando se encerra esta sessão do Concílio e o núncio torna a Lisboa, nada está solucionado quanto ao Porto (1).

(1) Sobre todo este assunto, e outros relacionados, Salazar escreve a António de Faria uma muito extensa carta que julgo possuir o maior interesse documental. Na íntegra: «*Ao Dr. António de Faria — Só hoje posso acusar a recepção das suas cartas de 7 de Novembro e de 6 de Dezembro corrente. Vou ver se consigo referir-me aos pontos principais nelas tratados. Antes disso informarei que o Núncio, logo que chegou de Roma, quis falar com o Min. dos Negs. Estrs. que ficou muito bem impressionado com a conversa e com a atitude de espírito de Mgr. Furstenberg. Algumas informações que deu ao Dr. Franco Nogueira coincidem com as conversas que aí teve com o Núncio.* a) *Bispo do Porto. Continuamos a dizer que a questão não tem hoje carácter político mas, sim, fundamentalmente religioso e em tal caso é a Santa Sé a entidade mais interessada em resolver a situação. Nas actuais circunstâncias a diocese continua dividida; o partido do Bispo D. António mantém-se vivo e activo em propaganda, reuniões privativas, peditórios, etc., e o Administrador Apostólico perde prestígio. Quando a Santa Sé vier a resolver o assunto, talvez já não possa aproveitar o Administr. Apost. para Bispo da Diocese. Compreendo as dificuldades da Santa Sé que não quer impor-se com receio de uma reacção escandalosa. A ideia com que ficou o Núncio das conversas havidas com o Senhor D. António é que dificilmente pedirá a resignação. A Santa Sé em todo o caso insiste e pretende encontrar um posto honroso em que coloque o Bispo do Porto. Penso que tudo vai ainda durar muito tempo. Respondo agora a uma pergunta que me fez há tempos. Se o Bispo resignar e for colocado noutra situação, não há objecção a que visite Portugal, e a Família, e os amigos. Penso no entanto que é preciso deixar passar algum tempo para que se dê o provimento definitivo da Sé do Porto e haja uma espécie de consolidação da nova posição do Senhor Dom António. É para nós bem que a Santa Sé tenha vindo pelos sucessos posteriores à saída de Portugal a convencer-se de que se trata de um doente e que o maior mal foi fazerem-no Bispo. Asseverou ao Núncio que fui eu quem divulgou a carta que me escreveu, esquecido decerto de que numerosos amigos seus a receberam enviada pelo próprio. O Núncio estava bem informado do caso.* b) *Quanto ao Bispo da Beira: as informações que me envia nas suas*

Através destas preocupações, continuam em Nova Iorque os ásperos debates contra Portugal. Esgotada na sua imaginação e na sua capacidade ofensiva, a Assembleia repete até à saciedade as acusações de há anos. Pelos afro-asiáticos são apresentados projectos de resolução contra a política portuguesa em África, e todo um conjunto de textos é aprovado. São reafirmados os princípios doutrinários anticolonialistas; Portugal é condenado, mais uma vez, por não os acatar; ao governo de Lisboa é ordenado que cumpra as resoluções da ONU. Para mais, a Assembleia organiza todo um programa para o *desenvolvimento* dos territórios portugueses: são estabelecidos cursos para treino de habitantes negros; são convidadas as agências especializadas da ONU a cooperar; aos governos membros é recomendado que concedam bolsas de estudo; e o secretário-geral é instruído para criar a estru-

---

cartas coincidem com as que deu ao Ministro Mgr. Furstenberg. Tem-se portado bem com os colegas e não conhecemos atitudes reprováveis quanto ao governo quanto à política portuguesa em África. Se é virtude ou receio das consequências as muitas pregações que por lá tem feito, não sei. Aproveitemos a boa maré. Roma há-de também vir a convencer-se de que era impossível ascender à Sé de L. Marques. c) *Quanto às reuniões dos Bispos de África, a minha impressão é que os nossos não devem evitá-las; pelo contrário devem comparecer e colaborar. Como nos apresentamos internacionalmente como um país europeu e africano, pois os nossos bispos de Angola e Moçambique são portugueses mas africanos ao mesmo tempo. E pode haver problemas de ordem regional que tenham de ser considerados e em que os nossos bispos, brancos ou negros, mas trabalhando em África, tenham uma palavra a dizer. Naturalmente que a presidência compete ao Cardeal de Madagáscar, visto que infelizmente perdemos o nosso Cardeal Gouveia. Mas isso nada importa. É preferível que se apresentem como bispos africanos a apresentarem-se como bispos europeus encrustados em África. Podemos lamentar, como o Bispo da Beira, que não tenhamos actualmente um bispo negro em qualquer diocese. Nos tempos confusos que vivemos ele podia no entanto ser um chefe político, como acontece aos simples sacerdotes. Como sabe, por acordo com o Núncio anterior, os sacerdotes negros que tiveram de ser retirados de África, têm estado cada um em seu convento aqui na Metrópole, evitando-se a prisão. Pois o Pe. Andrade teve de ser retirado de Singeverga onde estava, a pedido do Superior, que considerava a sua estadia lá inconveniente e prejudicial para a comunidade, sobretudo pela propaganda feita junto dos visitantes. E temo-lo agora no Aljube porque outras ordens, sondadas para o efeito, também não querem acolhê-lo.* d) *Segundo informou o Núncio, delegados dos separatistas entregaram al um memorial sobre as suas reivindicações em relação a Portugal. Mas porque se tratava de pura especula-*

tura apropriada, de modo que aqueles planos possam ser executados fora dos territórios portugueses. Perante a amplitude que está a dar às suas decisões, a Assembleia reorganiza o seu mecanismo de acção e ataque: é abandonado o *subcomité dos cinco,* é extinto o *comité dos sete,* é alargado o *comité dos dezassete* que passa a *comité dos vinte e quatro.* Este último, com mandato ilegal e discriminatório, tem por função *administrar* o anticolonialismo da Assembleia, e Portugal constitui seu objectivo prioritário (1). Paralelamente aos debates de Nova Iorque, no entanto, estão abertas e em curso em Lisboa as conversações luso-americanas previstas na altura da visita do secretário de Estado Dean Rusk.

ção e de assuntos estranhos ao Concílio, muito poucas pessoas — três, parece — tiveram conhecimento do papel. Vi alguma coisa a este respeito na imprensa internacional, mas o caso parece ter morrido. e) *Goa, Macau e Timor, e o Anuário Pontifício. Já não é a primeira vez que o Anuário Pontifício, que suponho ser trabalho da Propaganda Fide, nos trata incorrecta e venenosamente. Acerca de Angola e Moçambique teve o Embaixador Nosolini disputa com o Card. Tardini. Deve reclamar junto da Santa Sé para que sejamos tratados com a correcção que a geografia merece. Deixar ficar as coisas no ponto em que Roma as pôs, pode dar-lhe a impressão de conformismo que não temos.* f) *Goa. Também penso que, se o Patriarca vem passar as férias a Lisboa, a U. I. vai levantar dificuldades ao seu regresso a Goa. Mas não parece que possamos impedi-lo, se ele quiser vir, como é seu direito. A Santa Sé deve ter interesse paralelo ao nosso em manter o Patriarca em Goa o mais tempo possível. Por isso este assunto pode ser tratado às claras com as entidades competentes. Que tenha um bom Natal. Muitos cumprimentos.* a) *Ol. Salazar. 13-XII-962».* O leitor curioso pode ver o relato da conversa do núncio no seu regresso a Lisboa, em *Diálogos Interditos,* do autor, vol. I, pág. 192. O bispo da Beira, aludido na carta, era D. Sebastião de Resende, que na sua diocese tomara em tempo atitudes críticas da política e do governo. O patriarca das Índias Orientais era D. José Alvernaz, que depois foi praticamente impedido de regressar à sua arquidiocese. No Anuário Pontifício, a *Propaganda Fide* apresentava Angola e Moçambique como sem qualquer ligação política, ou histórica, ou humana com Portugal. Quanto ao destino do bispo do Porto, na altura, a Santa Sé pensou em elevá-lo a Arcebispo Titular, ou (como dito atrás) nomeá-lo cónego de S. Pedro, ou de S. João de Latrão, ou presidente da Comissão Internacional dos Congressos Eucarísticos; todas estas soluções tinham a aprovação da Cúria, do cardeal Cerejeira e dos demais bispos portugueses; mas nenhuma foi aceite por D. António Ferreira Gomes.

(1) São as seguintes as resoluções que contêm aquelas medidas: 1807, 1808, 1809, de 14-XII-62; 1810, de 17-XII-62; e 1819, de 18-XII-62. Todas da XVII Assembleia.

Fundamentalmente, estão em causa: a atitude dos Estados Unidos para com Portugal e, dependendo desta, o futuro das facilidades de que, desde a guerra e até ao momento, os Estados Unidos haviam beneficiado na base das Lajes nos Açores. Portugal mantém a sua posição: as facilidades tinham sido concedidas na presunção de que se tratava de um amigo cujo poderio convinha portanto reforçar; mas essa presunção não parecia já ser exacta; e a menos que novos factos permitissem confirmá-la, seria difícil renovar o acordo. Repetem os Estados Unidos o seu argumento: a base dos Açores aumenta o potencial do Ocidente e a esse título interessa a Portugal como a outros aliados. Replica o governo de Lisboa: a defesa do Ocidente implica a da África: e em qualquer caso, se a nação portuguesa for destruída, não lhe merece cuidado particular o destino do Ocidente. Mas no processo intervém a votação em Nova Iorque. E os Estados Unidos compreendem que, sob pena de tudo destruírem desde já, não podem acompanhar na ONU a política hostil até aqui praticada. E nos textos decisivos os Estados Unidos votam contra a maioria e *em favor de Portugal*, acompanhados da França, da Inglaterra, além da África do Sul, de quase todos os países da NATO, da Austrália e da Nova Zelândia. Há sensação nos corredores da Assembleia: produz-se uma viragem na atmosfera que cerca a posição portuguesa: os grandes aliados de Portugal estão ao lado de Portugal. E logo depois das votações um dos chefes dos guerrilheiros, Holden Roberto, protesta junto de Kennedy (1). Mas a nova atitude dos

(1) Em carta a Kennedy, de 19-XII-62. Têm interesse algumas passagens: «*Eu fiquei extremamente desapontado com a posição dos Estados Unidos que votaram, com Portugal e a África do Sul, contra a esmagadora maioria dos Estados do mundo*». Em Angola e no resto de África, ninguém compreende aquele voto, nem há consolação possível. «*O facto do voto mantém-se e isso é que conta*». «*Eu lembro o calor do nosso primeiro encontro*», continua H. R., «*quando V. era Senador. Já então V. tinha adoptado uma posição corajosa quanto à Argélia, e exprimia a sua preocupação com a felicidade do povo de Angola. A minha viva recordação das ideias que V. expôs tornaram possível que eu transmitisse ao meu povo, no seu infortúnio, a calorosa demonstração do seu apoio e compreensão. Mas agora a situação foi invertida. No ano passado, os Estados Unidos assumiram uma posição que constitula uma indicação do propósito de apoiar a moral e a justiça, mesmo com risco de severas*

Estados Unidos permite que prossigam as conversações de Lisboa em espírito exploratório e construtivo.

Na altura, justamente, o jornal canadiano *Ottawa Citizen* publica a entrevista concedida há pouco ao seu jornalista Greg Connoley, da cadeia de jornais *Southam*. São feitas perguntas que constituem rotina, e a que o chefe do governo repisa as mesmas respostas, embora sob fórmulas verbais por vezes diferentes. Portugal, diz Salazar, trabalha na base da unidade da Nação portuguesa, que é princípio constitucional, e na época em que muitos procuram estruturar grandes blocos políticos e económicos, é pelo menos paradoxal que se critique e se pretenda destruir o bloco português, que significa a independência do todo na interdependência dos componentes. Animosidade dos novos Estados africanos contra Portugal? Sim, decerto; mas à medida que tiverem de enfrentar a complexidade dos problemas, aqueles acabarão por sobrepor os interesses comuns às divergências. É de admitir um novo surto de violência contra Angola ou *«sobre qualquer outro território português»*, e nesse sentido estão sendo feitos preparativos além-fronteiras; governos africanos, que deveriam ser responsáveis, ufanam-se de consentirem e até colaborarem; mas *«por nossa parte não teremos hesitação»* em reprimir qualquer novo surto de violência *«em nome do mais antigo mas sempre actual direito de legítima defesa»*. Há elementos comunistas infiltrados nos movimentos nacionalistas? É possível que de início não tenham participado militantes comunistas, mas nos apoios o comunismo internacional desempenha papel de relevo, e a *«destruição que está a operar-se dos valores ocidentais em África é já uma grande conquista do comunismo e essa porventura definitiva»*. Mas o repórter do *Ottawa Citizen* passa para outro plano: se Portugal aderir ao

---

críticas de alguns elementos internos, e não obstante aumentar as dificuldades de um aliado da NATO». Mas hoje os Estados Unidos opõem-se mesmo à consideração de *«simples necessidades humanitárias dos nossos refugiados e estudantes»* e os portugueses dizem ter recebido *«garantias oficiais»* de que não haverá mais auxílio americano. H. R. exprime o desejo de um novo encontro pessoal com Kennedy; mas *«não tenho ilusões sobre as dificuldades que um tal encontro criaria»*; e por isso desejaria uma entrevista com um *«representante»* da Casa Branca. Carta escrita em inglês. Tradução dos trechos citados é da minha responsabilidade.

Mercado Comum, que efeitos políticos e económicos advirão? Sim, foram solicitadas negociações para ver se é possível estabelecer uma colaboração entre Portugal e os países do Mercado Comum; no mais, não parece útil anunciar pretensões ou reservas, e o problema está dependente da evolução daquele mercado. E sobre a adesão da Inglaterra? É tão complexo o problema que o chefe do governo não se julga habilitado a responder. E a aliança luso-britânica? Portugal sempre respeitou os termos do tratado, mas os textos básicos foram do lado britânico sujeitos a interpretações que praticamente os invalidam. Alguns sectores da imprensa americana referem-se a Salazar como *ditador:* tem o primeiro-ministro qualquer observação a fazer? «*Nenhuma, tanto mais que suponho já não se me referir da mesma forma a imprensa americana. A coisa aliás não poderia manter-se desde que, em relação a figuras muito mais expressivas do mundo político, são empregadas designações correntes senão mesmo cordiais: o presidente Nasser, o marechal Tito, o primeiro-ministro Kruschev, escrevem os mesmos jornais recentemente*». E o jornalista, depois de aludir os problemas raciais nos Estados Unidos e à tensão entre o comuismo e o Ocidente, pergunta: será renovado por parte de Portugal o arrendamento da base dos Açores aos Estados Unidos, que termina neste ano de 1962? Diz o chefe do governo: «*Estão em curso conversas sobre assuntos de interesse mútuo para os dois países, entre as quais figura a questão da base dos Açores. Qualquer declaração sobre os resultados dessas conversas seria, neste momento, prematura. Para já apenas rectificarei que nunca houve arrendamento mas cedência ou empréstimo gratuito da base, em benefício dos Estados Unidos e, se necessário, da Inglaterra*» (1).

Chega a seu termo o ano de 1962. Para Oliveira Salazar, continuam absorventes as preocupações com o Ultramar e o seu quadro internacional. Anunciou o fim da luta no condicionalismo con-

(1) Salazar está esmagado de trabalho, e o texto básico das respostas à entrevista foi preparado nos Estrangeiros pelo director político, José Manuel Fragoso, depois embaixador no Brasil. Salazar ponderou e devolveu o projecto, anotando: «*a entrevista está muito bem e eu só introduzi algumas emendas e pequenos aditamentos, pelo facto de a mesma ter de aparecer em meu nome, e não porque tivesse de corrigir alguma coisa*».

vencional em que se abrira; mas não tem ilusões; e sabe que, se há uma viragem nessa luta e na atitude das potências que contam, nem por isso está findo o combate, porque este tem âmbito mundial e já ultrapassa mesmo a vontade dos homens. Vem de longe a politica que os comanda; e também no erro há uma lógica que impele governos e povos. E por isso Salazar não se cansa de repetir: o terrorismo pode aparecer em outros territórios portugueses, outras frentes de combate político e militar poderão abrir-se, a situação geral pode agravar-se: mas a viragem significa que as realidades foram reconhecidas, e os erros identificados, e que o tempo passa a correr em favor de Portugal. Mas Oliveira Salazar nem por isso se sente aliviado do fardo que o escraviza. Vai proceder-se a uma cerimónia de relevo simbólico: o lançamento da colossal forma metálica do pilar norte da ponte sobre o Tejo. Escreve o ministro das Obras Públicas ao chefe do governo pedindo-lhe que assista. Responde Salazar: *«infelizmente nem tenho tempo nem ânimo»* (1).

13

Não se extinguiram os sobressaltos da crise de Cuba e nas conversações russo-americanas a cada passo a situação parece a ponto de guerra. Na Europa, entre aliados, também se produz alguma tensão, de menor risco mas perturbadora. Desde há meses negoceia a Inglaterra a sua entrada no Mercado Comum; mas os franceses, por motivos económicos e políticos, não escondem a relutância

(1) Tem algum interesse documental a nota que Salazar envia a Arantes e Oliveira: *«Ao Senhor Ministro das Obras Públicas — Muito obrigado pelas informações relativas ao lançamento do caixão metálico da fundação do pilar N. da ponte sobre o Tejo. Infelizmente nem tenho tempo nem ânimo para assistir à cerimónia mas acho muito bem que o Senhor Presidente e o Senhor Cardeal-Patriarca assistam e se dê o maior luzimento ao acto. Os mecânicos da sociedade construtora hão-de querer dar o maior relevo à sua técnica e não há mal em que os auxiliemos por nossa parte nisso, porque nenhum mal e algum bem pode vir daí. Com respeitosos cumprimentos.* a) *Ol. Salazar, 27-XII-62»*.

em admitir uma Grã-Bretanha que acusam de falta de espírito continental europeu. Em Nassau, nas Bahamas, o primeiro-ministro MacMillan encontra-se com o presidente Kennedy; concluem acordos de fornecimento de mísseis nucleares americanos para submarinos ingleses; e para Paris esses acordos subordinam a Grã-Bretanha aos Estados Unidos e alheiam-na do *espírito europeu*. Nestes começos de 1963, em Janeiro, o presidente De Gaulle, numa conferência de imprensa, interpõe um *veto* à participação britânica na Comunidade Económica Europeia. Logo após, o chanceler germânico Adenauer visita Paris, e é assinado um tratado de cooperação entre a Alemanha e a França. Destas se distancia assim a Inglaterra que, em compensação, procura aproximar-se dos Estados Unidos; e estes, por seu turno, ficam preocupados com a formação de um bloco político-económico franco-alemão, que lhes importa prevenir, ou pelo menos enfraquecer.

No continente africano, são ominosos os acontecimentos. Em nova ofensiva, as forças da ONU lançam ataques contra o Catanga, no plano militar abafam efectivamente a secessão daquele território; e o chefe catanguês Tschombé parece politicamente findo. Mas é mais grave o desmantelamento, a que procede o governo britânico de harmonia com os *ventos da mudança* de MacMillan, da Federação das Rodésias e da Niassalândia. Sir Roy Wellensky, primeiro-ministro da Federação, procura opor-se; mas o gabinete de Londres tem a resolução firme de desmembrar aquela estrutura política; e Wellensky não possui meios militares próprios nem apoio externo que lhe permitam resistir. É desfeita a Federação. Em seu lugar, ressurgem as três unidades que a compunham: a Niassalândia, que toma o nome de Malawi; a Rodésia do Norte, que passa a designar-se Zâmbia; e a Rodésia do Sul, que oficialmente será apenas Rodésia. Toda a situação política na África Central fica revolta: o destino proclamado daqueles três territórios é a independência: esta, com base na população negra, será a curto prazo para os dois primeiros: mas sobre o último paira uma incerteza e uma indefinição dado o poder e o número largo de brancos ali estabelecidos há muitas gerações. Em todos os casos, são agora outros, e muito diversos, os dados políticos de uma área vasta, e de uma importância capital pela sua posição estratégica, os seus recursos humanos, as suas riquezas. Mas a oriente, na costa do

Índico, são por igual inquietantes os sucessos. Ascendem à independência o Quénia e o Zanzibar, e este vem reforçar o Tanganica, já independente desde 1961 (1). E o nacionalismo africano, de matriz racista e firmado na negritude, é engrossado com novas forças, e mostra-se cada vez mais militante e agressivo. Todo um continente, desde a Argélia à foz do Zaire e à foz do Rovuma (2), está empenhado contra a África Austral.

Para lá do Mundo Livre, e da África, e das Américas, ruge no Extremo Oriente a guerra do Vietname, e os Estados Unidos aparecem engolfados num beco sem vitória ou solução honrosa. Sobre o problema, estão divididos os aliados a Ocidente, e por entre a confusão global caminha o *terceiro mundo*, no jogo de uns contra outros.

14

Consolida-se a *União das Populações de Angola*, que no Norte da província mantém o terrorismo desde Março de 1961, e que se reorganiza com um braço político — o *Governo Revolucionário de Angola no Exílio* (GRAE) — e com um braço militar — *a Frente Nacional de Libertação de Angola* (FNLA). Sem embargo de se arrogar a representação de toda a gente de Angola, a *UPA* continua somente a ser expressão da etnia dos Bacongos, e está confinada à sua área. Mas os serviços especiais portugueses não ignoram a existência de outros movimentos, e estão bem documentados. Estes foram lançados há anos; mas apenas agora, neste começo de 1963, atingem relevo político e alguma expressão militar. É o caso do *Movimento Popular para a Libertação de Angola* (MPLA): inspirado e chefiado por Agostinho Neto, médico formado em escolas portuguesas, o MPLA não é partido de massas nem tem base tribal: abraça a ideologia

(1) Mais tarde, Zanzibar e Tanganica fundir-se-iam num só Estado sob o nome de Tanzânia.

(2) Rio que faz fronteira entre o Tanganica ou Tanzânia e Moçambique.

marxista: e os seus quadros, bem mais valiosos do que os da *UPA*, recrutam-se entre mestiços, intelectuais, homens evoluídos e de cultura, e já destribalizados. Mas o MPLA, para além de algumas cidades, não tem expansão territorial. Fora destes dois movimentos, e repudiando-os, está constituída a *União Nacional para a Independência Total de Angola* (UNITA). Por chefe, aparece Jonas Savimbi, homem carismático na sua tribo — a dos Bailundos — em que firma toda a sua força, no planalto central angolano, desde o Huambo pelo Bié até ao Moxico. Savimbi tem formação portuguesa, e fez os seus estudos liceais em Lisboa. Não tem a UNITA, segundo apuram as autoridades portuguesas, clara inspiração ideológica, nem dispõe de elites ou apoio estrangeiro; é de carácter popular e rural a sua base; não é antiportuguesa, nem ataca as forças portuguesas; não se faz sentir a sua presença militar; a sua acção é simplesmente política junto das *populações do mato;* mas barra a infiltração dos outros movimentos, sem embargo de reclamar como estes a independência do território. Nenhum consegue, no entanto, alterar o conjunto da vida angolana.

Neste início de 1963, e depois de anúncio público feito em Dacar, no Senegal, afirma-se à luz internacional o *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde* (PAIGC). É chefiado por Amílcar Cabral, de formação universitária portuguesa, e cuja personalidade se impõe desde logo como figura dominante que se projecta além dos limites estreitos do partido. Paralelamente, como émulo mas apenas preocupada com a Guiné, surge a *Frente para Libertação e Independência da Guiné* (FLING), de que Benjamin Pinto Bull é o vulto principal. Mas é o PAIGC que ganha terreno e obtém o reconhecimento dos meios afro-asiáticos; e Cabral revela-se eficiente organizador e doutrinador político de marca. Em território do Senegal, mas sobretudo no território da República da Guiné (Conakry), instala o PAIGC as suas bases, e pouco a pouco, com surtidas e incursões crescentes através da fronteira portuguesa, lança a luta de guerrilhas na província da Guiné. Abre-se uma segunda frente militar.

Não é ainda igualmente clara a situação na costa oriental. Mas as autoridades sabem que em Moçambique estão em progresso alguns movimentos, e são emigrados os que lançam as estruturas

revolucionárias e militares. É assinalado o *Comité Revolucionário de Moçambique* (COREMO), chefiado por Paulo Gumane; e depois, por amalgamento de pequenos grupos dispersos, começa a actuar a *Frente de Libertação de Moçambique* (FRELIMO), da chefia de Eduardo Mondlane. Este fora estudante em Lourenço Marques, completara um curso agrícola; frequenta uma universidade sul-africana e mais tarde a Universidade de Lisboa, onde entra em contacto com outros estudantes africanos; e mais tarde estabelece-se em Nova Iorque, onde a um tempo ocupa um lugar modesto no secretariado da ONU e desempenha funções docentes na Universidade de Colúmbia. Então, hesita longamente: tem contactos privados com representantes do governo de Lisboa, perante quem não exclui um regresso a Portugal: mas acaba por se enquadrar no movimento antiportuguês: e assume a chefia da FRELIMO. Em pouco, Mondlane é reconhecido no plano africano, nos círculos da ONU, e nos meios anticolonialistas, como figura carismática de Moçambique para reivindicar a independência da província. De momento, porém, não é militar a actuação da FRELIMO; e as autoridades moçambicanas tomam cautelas destinadas a impedir uma situação semelhante à do Norte de Angola em Março de 1961. Mas as informações colhidas, os sinais de agitação política em algumas etnias ao Norte do território, os preparativos assinalados na Tanzânia ao longo da fronteira, não deixam dúvidas ao governo de Lisboa que, como em Angola e agora na Guiné, Moçambique será teatro de terrorismo e de luta de guerrilhas. É uma questão de tempo: não haverá surpresa: mas não há ilusões tão-pouco: e não é lícito, em termos políticos e económicos, empenhar desde já forças consideráveis em Moçambique somente na presunção de uma *guerrilha* futura que, em qualquer hipótese, não será viável prevenir inteiramente (1). Será uma terceira frente militar.

(1) Cabe nesta altura deixar registado que, para além do tempo histórico abrangido por esta biografia, tanto Amílcar Cabral como Eduardo Mondlane foram assassinados na República da Guiné (Conakry) e na Tanzânia, respectivamente. Não houve então, nem depois, mesmo nos meios mais hostis a Portugal, qualquer acusação ou sugestão de que fossem agentes portugueses os autores ou instigadores daqueles crimes.

Na opinião pública metropolitana mais esclarecida há consciência dos perigos em África, e os actos de terrorismo na Guiné não causam espanto; e os ânimos estão preparados para situação análoga na costa oriental. Nos quase dois anos já decorridos sobre o início da luta, instala-se na psicologia portuguesa a aceitação de uma rotina colectiva inerente à *guerra de África:* companhias ou empresas privadas, que prestam serviços ou manufacturam produtos necessários às Forças Armadas (desde fardamentos a alimentação), habituaram-se a fazer os seus investimentos e a planear a sua actividade tendo em conta as encomendas militares; os grandes departamentos do Estado acostumaram-se a limitar a sua acção quando esta se choca com prioridades ultramarinas; na imprensa e outros meios de comunicação é devotado à notícia e ao comentário dos negócios de África um espaço largo; as famílias dos oficiais das Forças Armadas adaptaram-se às necessidades da luta, com as consequentes separações ou mudanças radicais; e os estudantes projectam a sua vida académica e ulterior carreira de modo a incluir a mobilização e serviço militar nas províncias de África. Oficiais das Forças Armadas, mesmo de elevada patente, não deixam de ser contactados por elementos exteriores, tanto de inspiração comunista como norte-americana, que procuram aliciá-los contra a política do governo; notam-se influências mesmo na classe dos sargentos; mas são ainda casos esporádicos que no entanto preocupam o chefe do governo. Muitos oficiais superiores, cuja lealdade não sofre mácula, estão eles próprios insofridos com a conduta das operações: «*vivemos uma guerra que não abre ao domingo e que começa às 10 horas para fechar às 17*». No momento, porém, a sociedade portuguesa parece responder bem e sem queixume a todas as exigências; e a economia da nação, superado o embate do ano de 1961, entra numa conjuntura nova sem esforço de monta.

Através de tudo, Oliveira Salazar impõe-se a si próprio a obediência ao hábito e à rotina: e continua apto a atender ao pormenor e ao grande problema com atenção e igual intensidade. Morre José Caeiro da Matta, que desde Coimbra passara a seu destacado colaborador, e o chefe do governo telefona pessoalmente aos ministros para que não deixem de comparecer ao funeral. Com o acordo de Salazar, é nomeado secretário-adjunto da Defesa

Nacional o general Deslandes: este sente-se desforçado e reabilitado. Vem mais uma vez a Lisboa, agora para se despedir ao abandonar o comando supremo da NATO, o general Lauris Norstad; Salazar recebe-o longamente, está jovial, está tranquilo; os dois homens têm do Mundo uma visão quase coincidente; e Norstad promete que nos Estados Unidos será um defensor estrénuo de Portugal e sua política. Depois, é Juscelino Kubitschek, agora cidadão privado mas sempre activo, que faz uma nova digressão por Portugal: é acolhido apoteoticamente em Belmonte, Covilhã, Abrantes, Braga, Guimarães, Porto. Juscelino avista-se com Salazar em demorada conversa: o chefe do governo é minucioso nas suas interrogações sobre a política brasileira, a sua economia, a sua provável evolução: e o antigo presidente exprime-se como um homem que é ainda uma força no seu país. Salazar vai a Belém, a participar no almoço que Américo Thomaz oferece ao político brasileiro; e trava conversa despreocupada com a mulher de Juscelino, a «*minha amiga D. Sara*», que tem pelo presidente do Conselho admiração rendida. Juscelino multiplica-se em discursos e declarações, e todos são glosas em torno do tema: «*os casos de Portugal são os casos do Brasil*».

Entretanto, um problema agrava agora as preocupações de Salazar: o estado da opinião pública em Angola. São sombrias as notícias recebidas: inquietação quanto ao futuro; ou ideias separatistas nalguns círculos de brancos, convictos de que uma *independência branca* é possível, e desencadearia por si um rápido progresso da província; ou crítica à acção do governo, em particular do seu chefe, que tudo procuraria travar; ou acusações de que o governo não procede com celeridade à total integração de Angola e da metrópole. Sob estes cuidados, trabalha Salazar com Silva Cunha, em sucessivas reuniões, na nova *Lei Orgânica do Ultramar*, que deve dar seguimento às deliberações do Conselho Ultramarino. Em todo o diploma, um ponto surge como crucial: maior descentralização e autonomia, como defenderam muitos vogais do Conselho: menor descentralização e maior integração, como exigem numerosos círculos políticos, económicos e militares. No texto apurado pelo chefe do governo e pelo subsecretário, há uma clara tendência para a descentralização. Em Conselho de Ministros de 16 de Janeiro de 1963, é feito um primeiro exame do projecto. Mas o debate a fundo é realizado nos Conselhos de 24 e 25 daquele mês. É viva a discussão, e

mesmo áspera, e aparecem divergentes entre si as opiniões dos ministros. Correia de Oliveira considera a proposta de lei incongruente e inoportuna, e tem-na por monstruosa traição à pátria; para o ministro da Justiça, Antunes Varela, trata-se de uma proposta duvidosa nos seus princípios e defeituosa na sua forma; Soares Martinez, da Saúde, não vê motivos internos ou externos que justifiquem o que se projecta; Arantes e Oliveira, das Obras Públicas, pensa que o anticolonialismo é irreversível, a independência do Ultramar constitui fenómeno natural, a nova lei é de aplaudir; os ministros militares, Gomes de Araújo e Luz Cunha, não ocultam a sua reserva, e são muito cautelosos na análise das reacções das Forças Armadas, que receiam; Galvão Teles, Quintanilha Dias, Gonçalves de Proença, Santos Júnior, Carlos Ribeiro (1) apoiam a proposta, mas fazem-no sem entusiasmo; e os demais — Economia, Estrangeiros e naturalmente Ultramar — encaram o problema como sendo exclusivamente político, dentro de coordenadas de ocasião, e julgam que o projecto é de aprovar, e deve ser remetido com urgência à Câmara Corporativa e à Assembleia Nacional. Mas Salazar conclui que da opinião do Conselho se deduz hostilidade à descentralização e à autonomia havidas por excessivas, e toma sobre si rever o texto, com o Ultramar, à luz das sugestões feitas.

E as conversações com os Norte-Americanos? Prosseguem nas Necessidades; mas tem sido inviável o acordo. Da parte de Washington, há recusa de compromissos políticos firmes; da parte de Lisboa, há recusa de renovar o acordo sobre a base das Lajes porque, obtida essa renovação, Washington sentir-se-ia de novo livre de actuar contra Portugal sem peias; e por isso a decisão é a de autorizar o uso da base enquanto durarem as conversações, mas não além de mais um ano. Comenta Salazar: «*Os Americanos ou conseguem matar-me, ou eu morro. Caso contrário, terão de lutar anos para conseguirem deitar-nos abaixo*». Espesso nevão cobre o Norte do País.

---

(1) Recorde-se: respectivamente ministros da Educação, Marinha, Corporações, Interior, Comunicações.

15

É retomada contra o Catanga a ofensiva da ONU, e encontra-se consumada em Fevereiro de 1963. Consegue salvar-se o chefe catanguês, Tschombé, que procura abrigo em Salisbúria e depois na Europa: mas a Angola acorrem muitos catangueses e há o êxodo dos corpos militares e dos aviadores que defendiam o Catanga, e que se refugiam com as suas armas e aparelhos em território português. Há um clamor internacional contra Lisboa, e exige-se-lhe a entrega daqueles elementos. Recusa o governo português; declara que, nos termos da lei internacional, os homens foram desarmados, e estão internados, e inibidos de quaisquer actividades contra o governo do Congo. Na fronteira de Angola e embora ao serviço da ONU, aparecem tropas indianas: Lisboa protesta em Washington e em Nova Iorque: e aquelas são prontamente rendidas por forças suecas. Depois, é o chefe argelino Ben Bella que se desdobra em ameaças violentas: considera-se responsável pela libertação de Angola, afirma que vai enviar 100000 *voluntários* para combater as forças portuguesas. Responde Lisboa: se algum argelino armado for encontrado em Angola, será sumariamente punido: e o governo português vai estudar, com outros governos interessados, o auxílio a prestar às tribos argelinas que estão oprimidas pelo governo de Ben Bella. Tem mais peso imediato, todavia, a atitude que a Austrália, como membro da *Comissão dos Vinte e Quatro,* da ONU, toma contra Portugal. Sir Robert Menzies, primeiro-ministro australiano, de novo escreve a Salazar. Diz Sir Robert: o seu governo defenderá naquele organismo o princípio da autodeterminação para todos os povos; e no caso de ser ali discutido o problema de Timor, a Austrália sente-se preocupada por uma ameaça à paz que surja naquele território se ao povo timorense não for concedida a faculdade de se pronunciar sobre as suas relações externas e o seu estatuto político. Responde o chefe do governo português: não se sabe bem o que é autodeterminação, que a ONU agora apresenta como equivalente

a independência, privando assim os povos de todas as outras opções possíveis; importa averiguar se a vida política e administrativa dos povos em causa «*não representa já por vezes uma autodeterminação em acção, ou se uma espécie de plebiscito ou de eleições gerais é a única forma autêntica de um povo (quando é capaz disso) mostrar a sua vontade quanto a problemas que o transcendem*»; Timor participa na eleição do chefe do Estado e tem os seus deputados eleitos para a Assembleia Nacional; «*na maioria afro-asiática da ONU não impera a razão mas o intento apaixonado de prosseguir a obra de desintegração da Europa Ocidental (e só desta)*»; quanto à preocupação australiana, «*eu penso que a maior seria não uma perturbação da ordem, não um ataque à soberania portuguesa em Timor, mas saber a quem competiria depois o exercício dessa soberania naquele território*», e era «*pelo menos assim que pensavam os dirigentes australianos*» na altura da II Grande Guerra; mas «*dado que Timor não pode ser um Estado independente, o território ou continua a fazer parte de Portugal, como província autónoma, ou é anexado à República da Indonésia*», e «*não parece que seja de prever qualquer hipótese de domínio ou condomínio australiano*»; ora um Timor português afigura-se «*incomparavelmente mais seguro e mais atento aos interesses da Austrália do que esse mesmo Timor tornado indonésio*»; e a acção da Austrália na comissão anticolonialista da ONU deveria ter como objectivo a manutenção do *statu quo* naquele território português (1). Ao tempo em que Salazar escreve a Sir Robert Menzies, reúne-se na República do Congo a *Comissão Económica da ONU para a África*. Portugal é membro de direito pleno. Mas o governo congolês recusa a concessão de *vistos* de entrada aos delegados portugueses; Lisboa protesta junto daquele, e também em nota ao secretário-geral das Nações Unidas; e o governo português, com larga publicidade, extrai do episódio todas as conclusões quanto à ilegalidade da atitude congolesa e

(1) Salazar recorda ainda a Sir Robert que o presidente Sukarno tem repetidas vezes declarado que não reivindica Timor e que a Austrália, em 1946, assumira o compromisso escrito de respeitar a soberania portuguesa ali. A carta de Salazar para Sir Robert é de 21-11-1963.

à subversão da ordem internacional. De permeio, o subsecretário americano para os negócios de África, sempre Mennen Williams, repete em Léopoldville as suas declarações de uso: há que autodeterminar Angola. Protesta o governo português, e há alguma confusão em Washington: e enquanto o boletim da embaixada americana no Congo imprime as declarações de Williams, o Departamento de Estado desmente-as em público. Franz-Joseph Strauss deixa o cargo de ministro da Defesa da Alemanha Federal, onde é substituído por Von Hassel, e vem a Lisboa para repouso; e avista-se durante horas com Salazar, a quem assegura o continuado apoio do seu partido na política de África. Desastrosas inundações do Tejo e do Sado causam prejuízos de vulto. Na sua rotina acima dos acontecimentos, o governo português remete à Câmara Corporativa e à Assembleia Nacional o projecto da nova *Lei Orgânica do Ultramar,* com as alterações restritivas motivadas pelos debates em Conselho de Ministros. Então surge de um ângulo inesperado um problema diferente, e grave.

Com efeito, numa pensão da Costa do Castelo, a polícia portuguesa encontra Georges Bidault, e verifica que entrara em Portugal sob falsa identidade e com documentos forjados (1). Apura-se que embarcara em Munique, e viera por Zurique, num avião holandês. Em termos de lei portuguesa, Bidault pode ser incriminado, e em qualquer caso pode ser expulso do território português. Mas os serviços franceses de informação, sempre na pista de Bidault, logo têm conhecimento de que este se encontra em Lisboa. Apodera-se a imprensa internacional do assunto, e trata-o como matéria de primeira página. Contra Bidault há um mandato de captura das autoridades francesas, e a embaixada de França em Lisboa pede a sua entrega. Transforma-se em político o caso, e em problema bilateral entre Paris e Lisboa; e é grave, porque De Gaulle

(1) Recorde-se que Georges Bidault, preso pela *Gestapo* durante a guerra, conseguiu evadir-se e foi destacado herói da resistência francesa durante a ocupação alemã; desempenhou depois da guerra as mais altas funções políticas: ministro da Defesa, longos anos ministro dos Estrangeiros da França, chefe de partido, etc. Por desacordo quanto à política argelina do general De Gaulle, Bidault rompeu com este, e tornou-se um dos mais veementes inimigos do presidente francês.

tem particular animosidade a Bidault, e a quantos o auxiliem ou protejam. Sem embargo, Salazar recusa o pedido francês. Da pensão modesta da Costa do Castelo, aquele político é transferido com discrição para um hotel em Vale de Lobos. Insiste no entanto o embaixador de França, que se mostra contristado, e receoso de prejuízo que possam sofrer as excelentes relações luso-francesas; e sublinha que o presidente De Gaulle está dedicando atenção pessoal ao episódio, para que espera boa solução. Responde Lisboa: Bidault está proibido de qualquer contacto ou actividade política; mas a sua situação é a de exilado político, como o antigo general De Gaulle o fora em Inglaterra durante a guerra; o exílio político é respeitado em Portugal; e Bidault não será entregue à França, sejam quais forem as consequências. Bidault, entretanto, diz à polícia portuguesa que estivera em ligação com Ben Bella, por iniciativa deste, e que o chefe argelino lhe manifestara o desejo de um contacto secretíssimo com Lisboa. Para quê? Não o sabe Bidault; mas presume que Ben Bella quereria explicar os motivos que o levam a ser em público violentamente antiportuguês, e que não correspondem aos seus sentimentos, nem aos interesses argelinos a longo prazo. Bidault compreende por outro lado o embaraço que a sua estadia em Lisboa causa a Portugal. Solicita à embaixada alemã em Lisboa autorização de seguir para a Alemanha; mas o governo de Bona não a dá. Escreve no mesmo sentido uma carta a Elbrick; este transmite o pedido a Washington com interesse; mas o governo americano recusa. Há sinais de que Paris está mais calma, embora muito atenta. Lisboa empenha-se então junto do governo brasileiro. Em matéria de exílio e de asilo político, o Brasil encontra-se numa posição difícil perante Portugal; são expressivos os casos de Delgado e Galvão; e por simples coerência não os pode o governo brasileiro negar a Portugal nem a quem lhos peça no próprio território, uma vez que os tem concedido liberalmente em Lisboa na sua embaixada. Concorda o governo de Brasília, e dias mais tarde, depois de se avistar com Negrão de Lima, Bidault parte para o Rio de Janeiro. Oficiosamente, De Gaulle manda dizer nas Necessidades que admirou a atitude portuguesa.

Com mil peregrinos americanos, a caminho de Fátima, mais uma vez passa em Lisboa o cardeal Spellman, de Nova Iorque, e

fiel ao seu hábito conversa longamente com Salazar. Morre Pedro de Freitas Branco, vulto eminente da música portuguesa e de fama além fronteiras, e sempre atento o chefe do governo não deixa de se fazer representar no funeral. Há um inexpressivo ajuste no gabinete: Pizarro Beleza abandona o subsecretariado do Orçamento, e é substituído por Manuel Tarujo de Almeida; e o almirante americano Dennison, comandante-chefe das esquadras aliadas do Atlântico, vem a Lisboa em visita oficial, e com empenho pede a Salazar que não altere a sua política em África. E a título privado, para curtas férias, está em Lisboa Fernando Castiella, ministro dos Estrangeiros de Espanha: deixa cair uma palavra discreta: o generalíssimo Franco sentiria o maior gosto em ter uma entrevista próxima com o seu amigo Oliveira Salazar. E já na rotina da vida portuguesa, contingentes militares regressam de Angola, contingentes militares embarcam para Angola a render aqueles.

16

Nestes primeiros meses de 1963, e para o observador menos prevenido, a situação em Angola apresenta sinais exteriores de melhoria: não oferece riscos no plano militar, nem se afigura que possa o movimento terrorista alcançar vantagem sobre as forças portuguesas; e no plano político dir-se-iam amortecidas as convulsões que foram rescaldo da demissão de Deslandes. E para este resultado tem contribuído a inteligência e o tacto do novo governador-geral, Silvério Marques. Está decerto em actividade a nova frente da Guiné, e dada a exiguidade do território, a guerrilha, baseada no Senegal e na Guiné (Conakry), está em todo o lado e em parte nenhuma; mas o novo governador, general Arnaldo Schultz, já experimentado no Norte de Angola, não se mostra receoso. Em Conselho de Ministros de 21 de Março, durante quatro horas, é apreciada a atitude do comandante-chefe em Goa e do seu Estado-Maior, aquando da invasão indiana. Gomes de Araújo, como ministro da Defesa, apresenta as conclusões

da comissão de inquérito composta por oficiais-generais, e faz uma exposição equilibrada: há crítica áspera sem violência, há uma condenação clara no domínio profissional, sem punição moral: e baseia-se sempre em pareceres dos inquiridores militares. Salazar não é extremista, mas é severo e veemente no dizer: *«se as forças portuguesas não houvessem já dado as suas provas no Norte de Angola, a atitude dos comandos em Goa poderia ter constituído um desastre irremediável para todo o Ultramar»*. No debate, há ministros que advogam o rigor, falam de traição, de fuzilamentos. Pronuncia-se com elevação e bom-senso Antunes Varela: punição, decerto, mas no âmbito profissional e militar: nenhum juízo no foro moral, e muito menos criminal. No seu conjunto, o Conselho advoga medidas que não excedam o campo disciplinar. Entende-se que esta decisão do governo desfaz um espinho que está cravado nas Forças Armadas; mas em alguns círculos de oficiais e nos meios da oposição, apesar disso, são exploradas contra o governo as medidas de demissão aplicadas. De pronto, contudo, incidem as atenções noutros pontos. Está em debate na *Comissão dos Vinte e Quatro,* com a virulência habitual, o Ultramar português e a atitude de Lisboa. Portugal recusa-se a pertencer à *Comissão:* o convite ou é favor, e declina-se, ou é feito a quem se atribui a qualidade de arguido a que se consente defesa, e rejeita-se. Em Washington, no Departamento de Estado, Mennen Williams é incansável na sua hostilidade: e circula no Departamento uma nota em que lamenta a *«linha dura»* assumida por Portugal, e considera que o facto inibe a *Comissão* de adoptar um caminho moderado. Nos princípios de Abril de 1963, a *Comissão dos Vinte e Quatro* dirige-se directamente ao governo português: exige que Portugal colabore, prestando as informações requeridas por resoluções anteriores; condena a posição de Lisboa; e tem esta por clara ameaça à paz mundial. É o governo português pronto na resposta: repudia as acusações, refuta a interpretação que é feita de disposições da Carta, nega a competência da *Comissão.* Mas o governo de Lisboa formula duas propostas inesperadas: afirma-se pronto a reuniões com governos africanos, de países vizinhos dos territórios portugueses, para organizar uma colaboração em problemas de interesse comum; e, uma vez que supõem existir uma ameaça por parte de Portugal,

este declara-se pronto a negociar e a assinar *pactos de não-agressão* com quantos se sentirem ameaçados. Em Nova Iorque , nos círculos afro-asiáticos, estas iniciativas causam admiração, e furor também; e os americanos ocultam mal o seu embaraço. São rejeitadas as propostas de Lisboa pela *Comissão dos Vinte e Quatro;* e o governo da Tanzânia, vizinho de Moçambique, é o mais violento no repúdio. Mas no plano da iniciativa de manobra, colocando os adversários em atitude negativa e de defesa, e no da opinião pública, interna como externa, fora obtido marcado êxito. Em Angola, e por todo o Ultramar, tem funda repercussão a réplica de Lisboa aos *Vinte e Quatro.* E perante os mesmos *Vinte e Quatro,* o delegado dos Estados Unidos declara que o seu país se oporia a ataques que, em nome da autodeterminação, fossem feitos contra territórios portugueses com fins de anexação, de expansionismo, de intervencionismo; e na *Comissão de Inquérito ao Colonialismo,* o representante britânico repudia medidas drásticas contra Portugal, recorda a proposta de designação de um *relator internacional,* e aprova o estabelecimento de um contacto com Lisboa, para saber se é possível enviar ao Ultramar uma missão.

Nesta altura, e a pedido da Casa Branca, a Agência Central de Informações dos Estados Unidos prepara um extenso relatório especial, sobre a situação em Angola (1). Que diz o documento? Dura há quase dois anos a *«rebelião»* em Angola, e tem endurecido a resistência de Lisboa. Decerto as tropas portuguesas têm de momento dominado as *«forças nacionalistas»;* mas os gastos económicos e o *«descontentamento crescente entre os brancos de Angola»* devem levar Lisboa a conceder autonomia ao território. Têm as suas bases no exterior de Angola as duas principais forças políticas, UPA e MPLA, e até agora têm sido incapazes de alargar a área do conflito; e o papel de uma e outra no futuro depende de apoio externo e da insatisfação que possa existir dentro de Angola. *«Nenhum dos partidos tem implantação firme suficiente para se assegurar um papel a desempenhar*

(1) Trata-se, como se sabe, da *Central Inteligence Agency,* mundialmente referida como *CIA,* e que é o organismo americano destinado a colher informações no estrangeiro. O relatório tem a cota de referência: OCI N.º 0724/63B, com data de 5 de Abril de 1963.

numa Angola independente». Embora queira representar toda Angola, a UPA é *«movimento tribal do Norte»*, e a revolta está confinada a esta área. São protestantes os chefes da UPA, e os portugueses culpam os missionários protestantes, europeus ou americanos. Clama a UPA cerca de 40000 membros; mas estes são recrutados entre a população que vive em torno de Léopoldville. Pelo que respeita ao MPLA, este alega serem de 35000 os seus membros; mas o número *«parece exagerado»*. Dir-se-ia que a UPA tem mais seguidores, mas não possui chefes treinados; e o MPLA, tendo poucos seguidores, apresenta entre os seus chefes alguns intelectuais distintos e alguns técnicos prestigiosos. No MPLA encontram-se alguns portugueses brancos; e está agora, em competição com a UPA, a organizar uma estrutura militar no Congo. Dentro do MPLA tem sido áspera a luta, mas a facção moderada de Agostinho Neto consegue por agora dominar o movimento. Tanto a UPA como o MPLA têm recebido de Moscovo ofertas de auxílio; e embora preferissem recebê-lo do Ocidente, compreendem as limitações impostas pela participação a NATO, e não têm repugnância em aceitar ajuda da União Soviética. Alguns guerrilheiros têm sido treinados na África do Norte; mas o envio de tropas por parte da Argélia esbarra com a aversão congolesa em vê-las no solo do Congo. Com o fim da secessão de Tschombé, os *«rebeldes»* estão ansiosos de alargar a sua acção ao Catanga, e de sabotar o caminho-de-ferro de Benguela. Lisboa tem cerca de 40000 tropas em Angola. E nestas baseia a sua *«teimosa atitude»*, e também no *«tremendo potencial económico de Angola»*. Portugal tem aproveitado das riquezas das suas províncias ultramarinas: estas constituem mercado abastecedor de matérias-primas e consumidor de produtos acabados. Das vastas medidas recentemente decretadas, algumas cingem-se a uma pintura de fachada, diz o cônsul americano em Luanda, com o intuito de atenuar a pressão política estrangeira; mas outras estão realmente a ser executadas. Em Setembro de 1962, a demissão de Deslandes representou *«um grande choque para Angola e, mais do que qualquer outro acto, consolidou a oposição branca em Angola»*. *«Deslandes tendia a ver o problema de Angola de um ponto de vista angolano, mais do que de um ponto de vista de Lisboa»*. E a sua demissão foi interpretada como *«resultante*

de pressão de interesses financeiros metropolitanos e como prova de que Lisboa não tencionava executar reformas significativas que conduzissem a um qualquer grau de autonomia para as províncias ultramarinas». Há generalizado descontentamento com Lisboa entre o corpo de oficiais, nas patentes médias e inferiores, e mesmo nas altas patentes há alguns representantes desse estado de espírito. No entanto, o cônsul americano em Luanda calcula que pelo menos um terço das forças militares portuguesas de serviço em Angola desejaria permanecer no território como colonos; os militares têm demonstrado grande capacidade de convívio com a população nativa e têm desempenhado com eficácia um surpreendente esforço pacificador; e em qualquer caso, as Forças Armadas estão «*bem conscientes de que dependem de Portugal*» e é improvável que «*apoiem um movimento de independência, salvo se pensarem que a política ultramarina de Lisboa levará à perda de Angola em favor de nacionalistas africanos radicais e salvo se uma mudança de governo em Portugal lhes parecer que fará perder às Forças Armadas a sua posição privilegiada*». «*Como preço para apoiarem a independência, os militares poderão insistir numa solução política da rebelião através de negociações*». De momento, nem os rebeldes nem as forças militares portuguesas estão em posição de eliminar os adversários. Devem os portugueses ser capazes de conter os rebeldes; mas os militares em Angola «*estão conscientes de que a perspectiva é a de uma longa guerra de usura, e de que a longo prazo não a poderão ganhar*» (1).

Oliveira Salazar não tem conhecimento deste relatório secretíssimo dos serviços norte-americanos de informações. Mas não oculta

---

(1) Este relatório é naturalmente redigido em inglês, e o seu resumo e a tradução das passagens citadas na integra são da minha responsabilidade. Na mesma altura, é elaborado pelo governo americano um outro documento, conhecido por *Relatório Clay;* mas este é divulgado publicamente. Segundo esse documento, Portugal haveria recebido auxilio económico e financeiro em troca da base dos Açores. Lisboa contesta-o sem perda de tempo: nenhuma contrapartida houvera pela base. Auxílios militares haviam sido prestados no quadro da NATO, e à sombra do *Plano Marshall* recebera Portugal um milhão e quinhentos mil contos, dos quais somente os quinhentos mil haviam constituindo ajuda não reembolsável.

dos seus colaboradores o seu pessimismo: como no relatório, também vê que para Portugal e Angola todo o perigo é exterior, em primeiro lugar: e depois é interior, na medida em que os portugueses se deixam influenciar ou impressionar pelo que vai além-fronteiras. E por isso o chefe do governo mantém-se engolfado nos negócios militares e nos externos. Justamente, a prestigiosa revista britânica *International Affairs* solicita um artigo de Oliveira Salazar sobre o regime português e sua filosofia, e a política ultramarina de Lisboa. E o chefe do governo aproveita a oportunidade, e envia um extenso artigo. Que texto é esse? É um historial da evolução de Portugal nos últimos 60 ou 70 anos; e Salazar, em torno dos sucessos que evoca, traça os fundamentos da sua filosofia do Estado e do governo. Tudo parte de uma crise de autoridade: esta, sempre contestada, leva a mudanças constantes que são tomadas como sendo a própria vida política. Salazar relembra: em dezasseis anos da I República, o país conheceu nove chefes de Estado, dos quais apenas um pôde chegar ao fim do mandato; quarenta e cinco governos; e centenas de revoluções, pronunciamentos, atentados. E a crise de autoridade leva à crise de liberdade visto que esta, se ilimitada, se destrói a si própria. Muitos julgam que, por não haver partidos em Portugal, não há liberdade, nem expressão de correntes diversas de opinião; mas «*os partidos não podem arrogar-se o exclusivo do patriotismo, nem da devoção ao serviço público, nem da representação da vontade popular, nem sequer da eficiência como instrumentos da vida política*». Além de tudo, o carácter do povo português, e após mil experiências, parece não se afeiçoar a um tipo de partidarismo político: «*o povo português, a menos que reconheça a presença do ideal nacional, colabora com dificuldade*». E muitas críticas são dirigidas à existência de polícia política e de censura à imprensa. Compreendem-se essas críticas, mas existem fundamentos sérios de defesa de uma sociedade; tudo tem de ser considerado numa nova lei de imprensa, em preparação; e as alegações sobre a crueldade das masmorras portuguesas e dos métodos policiais não têm «*seriedade nem verdades*». Há muitos e muitos anos foi extinta a colónia penal do Tarrafal, em Cabo Verde. «*Ora eu continuo a receber dos partidos comunistas e organismos afins instalados nos mais diversos países numerosos telegramas de pro-*

testo contra o campo do Tarrafal». E num derradeiro capítulo, o chefe do governo ocupa-se do ultramar português e do contexto internacional que o rodeia: reitera então as teses que tem exposto em mil ocasiões anteriores (1).

Acima de tudo, porém, Salazar está obcecado com a situação em Angola. Como a encara o chefe do governo? Que diferença existe entre a sua visão e a do relatório secreto norte-americano? Acredita nos sinais exteriores de melhoria, que parecem evidentes ao observador desatento? Não. Para o chefe do governo, maior confiança oferecem os relatórios-cartas, pessimistas e minuciosos, que assiduamente lhe envia Jorge Jardim (2). E em carta particular

---

(1) O texto básico deste artigo foi também preparado no Ministério dos Estrangeiros pelo director dos Negócios Políticos, José Manuel Fragoso, depois embaixador na OCDE e no Brasil. Salazar introduziu numerosas alterações e aditamentos, e deu-lhe o seu jeito próprio.

(2) Como contribuição para o quadro de Angola nesta altura, vale a pena transcrever passagens de uma das muitas cartas de Jorge Jardim para Salazar nesta época. Da carta de 12-III-63: «*Vive-se na mais completa desorientação e na mais total falta de confiança na futuro da Província, em resultado da descrença na acção do Governo. Angola está à mercê do primeiro aventureiro que possa surgir das mais estranhas e díspares origens e sem ânimo para enfrentar qualquer embate que possa vir a sofrer. Se o terrorismo de 1961 surgisse hoje, ainda que com características atenuadas, Angola seria vencida, por mais milhares de homens que aqui se lançassem e mais milhões de escudos que aqui se investissem. Enquanto que em 1961 havia decisão nos espíritos para vencer uma guerra que segundo certos padrões era tecnicamente insustentável, acontece que em 1963, perante uma situação tecnicamente muito mais favorável, a desorientação pode encaminhar-nos para um desastre de fundo acentuadamente psicológico. Em resumo afirmo, com a certeza de não errar, que em Angola tudo pode acontecer*». Mais adiante: «*Mesmo sendo certo que parte do distrito de Luanda e boa parte do distrito de S. Salvador sofrem a acção de núcleos rebeldes activos, a verdade é que o terrorismo sofreu apreciável redução, realizou-se a reocupação de zonas apreciáveis e até se conseguiu (como verifiquei vencendo uma incredulidade de que me penitencio) a recuperação de populações nativas em zonas que conheci sob firme domínio da rebelião. O dispositivo militar da Província assegura a protecção contra surpresas perturbadoras da ordem, consente a possibilidade de se enfrentarem eventuais infiltrações de reforço ou apoio substancial à revolta, e permite a realização do trabalho normal em termos de tranquilidade anteriormente desconhecidos*». Adiante: «*Pois apesar disso o espírito de desorientação não cede e antes parece exacerbar-se progressivamente*». Jardim sublinha os efeitos desfavoráveis, na Província, da demissão

a Silvino Silvério Marques, que não pode «*ser referida em qualquer circunstância*», Salazar escreve com absoluta franqueza. Tem seguido a actuação do governador, diz o chefe do governo, e notado a simpatia e apreço com que em geral é considerado na Província. «*Apesar disso porém não se está aqui optimista acerca do estado da opinião pública em Angola, como aliás em Moçambique. O Senhor Ministro do Ultramar tem-me transmitido o parecer de V. Ex.ª, que é mais confiante: cartas particulares e informações que se recebem apresentam a situação com cores mais negras*». Enfrentam-se dois grandes problemas — o militar e o político. Quanto ao primeiro, «*não parece que as coisas tenham corrido mal*». Não dominam os terroristas qualquer parcela do território, nem impedem actividade vital; e as emboscadas e outros incidentes não alteram esta situação. Teria decerto sido preferível haver liquidado o terrorismo: «*mas não seria nem será possível*

---

de Deslandes e do afastamento de Adriano Moreira. Depois refere o problema e ter sido desdobrado o comando administrativo e político e o comando mili-, e adverte Salazar: «*Ninguém percebe que se tenha entendido necessário ncentrar os poderes em 1961 para em 1963 isso ser julgado dispensável numa tura em que o próprio governo denuncia a existência de ameaças externas graves e em que se alarga a zona de fronteira a vigiar, com a queda de Katanga*». E quanto às Forças Armadas? Jardim faz-se eco das críticas locais: fazerem a guerra com espírito de *comissão de serviço*, cujos dias se contam e cujos proventos se arrecadam, correndo o mínimo de riscos possíveis; unidades congeladas atrás do seu arame farpado; guerra *fechada ao domingo*, etc. E diz: «*e seriam sobretudo dispensáveis os desabafos de altas patentes quanto à ânsia de se verem livres «disto» como se de fardo incómodo se tratasse o desempenho de tal missão de soberania. Pelo menos isto contagia e desmoraliza os subordinados*». (Noutras cartas Jorge Jardim faz o elogio rasgado de muitos oficiais do quadro, sobretudo tenentes, capitães e majores, e do comportamento dos soldados). E quanto à população civil branca? Neste particular, Jardim aponta o aspecto crucial da desorientação: «*E quando se argumenta com o esforço que se está a realizar para a defesa militar de Angola, há quem responda que a metrópole está a defender, mais do que Angola, os seus interesses aqui. E quando se aventa a retirada das tropas, como consequência da concretização das tendências separatistas, há quem responda (dentro da lógica referida) que são elas a dificultar o entendimento que ainda seja possível, além de que a sua retirada brusca (e não em termos negociados) sacrificaria interesses metropolitanos que então sofreriam rude golpe*». Estas correntes não serão sequer uma minoria significativa, pensa Jardim, mas constituem «*elemento perturbador que prepara e encontra terreno favorável à realização dos seus desígnios*».

enquanto representar um acto de hostilidade política internacional». Se fosse viável liquidar as bases que do Congo alimentam o terrorismo, ter-se-ia liquidado este. Portugal tem na mão alguns trunfos fortes em relação ao Congo — abastecimentos, transportes — e haverá um momento em que, ao tratar-se do conjunto das relações com aquele país, esses trunfos são de usar; mas não antes. Por outras razões acrescerão também as dificuldades: a conquista do Catanga, o desmoronamento da Federação das Rodésias e da Niassalândia. Apenas não se agravará a situação pelo primeiro motivo se Tschombé regressar ao poder, quer num Catanga autónomo dentro de um Estado Federal, quer à frente do governo central em Léopoldville; quanto aos países que compõem a antiga Federação, estão enquadrados a um lado e outro por territórios portugueses, e destes dependem para o seu melhor acesso ao mar, e «*as realidades geográficas têm grande peso*». Mas no conjunto a situação militar só atingiria «*um alto grau de gravidade*» se se constituísse um exército internacioinal da ONU, ou um exército unificado africano; mas um e outro, por razões políticas e práticas, não parecem possíveis. E «*chego assim à conclusão de que não teremos em Angola nos tempos que podemos enxergar senão o terrorismo na sua forma e no seu terreno actual, ainda que mais bem adestrado, mais bem armado, municiado e abastecido, e infiltrações possíveis por outras fronteiras. E com isto estamos certos de que podem as nossas forças*». Deste modo, é político o grande problema, interno e externo. Quanto ao último, é factor desfavorável «*ter-se esvaziado de conteúdo a aliança luso-britânica*»; quanto aos Estados Unidos, há a «*carta dos Açores que temos jogado o melhor possível*»; em relação a tudo o mais, há «*a habilidade da nossa diplomacia*» que «*tem sido inexcedível*»; não se podem sustar as votações da ONU, mas tem-se-lhe «*aparado habilmente os golpes*» que se cingem «*às moções de censura e à condenação da nossa política*». Esta «*longa batalha continuará, está a cargo do governo e esperamos levá-la a bom fim*». E quanto à política interna? «*Começo por citar alguns casos. O Sr. Manuel Vinhas, regressado de Angola, foi chamado ao Ministério do Ultramar onde lhe foi comunicada a inconveniência de regressar ao Ultramar*». Vinhas entrega depois um *Esclarecimento* em que admite contactos com o MPLA, que não pros-

segue por verificar que o movimento é veículo do comunismo para Angola (1). «*Se não fora isto, a posição tomada parece que seria diferente*». E por isso «*fui rever o folheto do mesmo autor* — Para um diálogo sobre Angola. *Aí encontrei, de envolta com a imprecisão das ideias, teses bastante semelhantes às definidas pelo Dr. Homem de Melo em* Portugal, o Ultramar e o Futuro, *que me dizem andar nas mãos de toda a gente em Angola e constituir por assim dizer o guia da inteligência política da Província*». Há assim uma deformação da opinião pública, surgida quando é mais evidente que para sobreviver Angola tem de ser Portugal. E há outros casos. Reclamações das associações económicas contra a proposta de lei orgânica do Ultramar enviada à Assembleia Nacional, e que são destituídas de fundamento, além de impertinentes, por pretenderem influir nas deliberações de órgãos de soberania; na mesma ordem de ideias, o governador-geral de Moçambique, almirante Sarmento Rodrigues, telegrafa aos deputados da província «*lembrando-lhes (ou impondo-lhes) a obrigação de votar*», quanto à lei orgânica, a doutrina que tinha merecido acordo do Conselho Legislativo; mas «*isto só teria sentido*» se os eputados fossem representantes de um círculo e não da Nação e se os Conselhos Legislativos das Províncias fossem superiores à Assembleia Nacional; e por último há o caso de um «*Colóquio*» sobre problemas económicos, que se pretende efectuar em Angola, e em que surgem teses contrárias à unidade nacional, já defendidas pelas associações económicas de Moçambique com o apoio de Sarmento Rodrigues. «*A única conclusão que posso tirar destes actos e afirmações é que é o inimigo quem comanda ou pretende comandar a actividade governativa aqui e aí. Porque, reflectindo uns momentos, logo se percebe que, sendo obrigados a sustentar uma guerra, para já em Angola e na Guiné, amanhã em Moçambique e não sei mais onde, o esforço militar só pode ser feito pela metrópole e o maior esforço financeiro só por ela pode ser suportado como tem sido. Se nós deixarmos enfraquecer a economia da parte europeia de Portugal, que é quem sustenta os encargos,*

(1) Dias mais tarde, Vinhas faz publicar na imprensa uma extensa carta em que nega tudo, em termos que aliás não parecem convincentes.

ela não poderá fazer-lhes face e a guerra acabará por exaustão». E *«segundo me dizem, o MPLA faz actualmente a sua campanha em Angola a afirmar que o terrorismo só existe porque a tropa está presente, mas, se esta for retirada, o terrorismo acabará. E há quem acredite».* Em suma: o período é de grandes dificuldades, as situações complexas multiplicam-se, o inimigo dispõe de enorme capacidade de propaganda e aliciamento. *«Fui demasiado longo e fico pesaroso pelo tempo que roubei às ocupações do governador. Mas pareceu-me que havia algum interesse em chamar a atenção de V. Ex.ª para certo número de questões que estão na base da crise actual dos espíritos e que precisamos curar para que as forças militares, ao sacrificarem-se, tenham a consciência de que se sacrificam por alguma coisa que vale a sua vida. Os interesses que nos estão confiados são os da Nação, são a própria Nação; e esta não pode duvidar de si mesma, isto é, da causa por que os militares se batem. Se assim não fosse, não podíamos sacrificá-los»* (1).

---

(1) Esta carta de Salazar para Silvino Silvério Marques é muito extensa: é um autêntico estudo. Mas há algumas outras páginas que, pela sua lucidez e análise política, parecem de transcrever na íntegra: *«Devo porém referir-me a alguns erros principais que estão na base dessa deformada opinião:* a) *Angola e Moçambique fazem-se eco de uma campanha que pode dizer-se universal acerca do desenvolvimento económico e suas possibilidades. Os territórios dispõem de algumas grandes riquezas em potência; nada mais natural que pretenderem explorá-las em benefício da colectividade. Essa exploração exige porém capitais abundantes e técnica e ainda tempo. No livro que citei acima do Sr. M. Vinhas dá-se a entender que Angola obterá por si só os capitais que precisa, se a Metrópole não lhe tolher os movimentos. Esta uma grande ilusão. Até ao presente, a maior soma de capitais destinados ao Ultramar tem exigido a garantia da Metrópole e sem o aval desta não se obteriam. Só numa hipótese os capitais estrangeiros tomariam esse caminho — é na hipótese de Angola se vender aos bocados ao capitalismo internacional. Mas então já estamos numa fase política que não é actual nem a que desejamos para a comunidade portuguesa. A experiência dos países africanos independentes indica que nem obtêm o dinheiro que pretendem, nem se desenvolvem como supunham. Um pouco de bom senso devia levar-nos a ambicionar o desenvolvimento progressivo e harmónico do todo português, trabalhar afincada e confiadamente nele, mas não exagerando os nossos programas, ajudarmo-nos uns aos outros e esperar que o bom tempo naturalmente nos traga maiores possibilidades.* b) *Na actual conjuntura nenhum Estado branco ou mesmo multirracial é possível*

Revela Oliveira Salazar uma consciência realista da situação angolana, e traça um retrato fotográfico dos seus males e dificuldades. Parecem-lhe muito mais graves e complexos os problemas políticos, e da sua carta ao governador, muito mais do que severidade ou zanga, sobressai tristeza, amargura, quase angústia, perante a incompreensão dos homens, o erro, a frouxidão dos espíritos, a ligeireza dos juízos, a inconsciência dos perigos, a irresponsabilidade dos actos. Por esta altura, o ministro do Ultramar comunica ao chefe do governo que, na opinião unânime dos técnicos portugueses e estrangeiros, não subsistem dúvidas sobre a existência de vastos jazigos de petróleo ao Norte de Angola e, sobretudo, no território de Cabinda: era uma grande riqueza, uma poderosa arma económica e política: e as quantidades já averiguadas são mais do que suficientes ao abastecimento do todo nacional e acaso ainda para alguma exportação. Reage Salazar: «*Só nos faltava mais essa desgraça*» (1).

---

m África, se não for parte ou não for apoiado por outro Estado branco extra-africano. Já está passada parte do drama da Federação, nossa vizinha; a restante, relativa à Rodésia do Sul, vai desenrolar-se diante dos nossos olhos. Impedido o caminho do apartheid, só lhe ficará livre o caminho da Rodésia do Norte — maioria negra no Parlamento e governo inteiramente negro. Se os brancos serão ou não expulsos ou admitidos a trabalhar, é cedo para prevê-lo. No começo há promessas de contemporização e convivência; mais adiante pode ser diferente. Ora na nossa África há já brancos — e penso que mais brancos que pretos — que pensam poder Angola ser independente com eles próprios no governo, ou entender-se com o MPLA, ou com outros movimentos, salvaguardando liberdade, bens e condições de progresso. Falam num novo Brasil e não se lembram que no Brasil se tornaram independentes os colonizadores e aí querem que sejam os colonizados, no estado de atraso em que sabemos que estão. Tudo destemperos mas perigosos pela atracção que exercem em muitos espíritos. Ora, fora do caminho que levamos, não há senão: Estado branco impossível ou Estado negro inseguro, fora da unidade nacional portuguesa. c) *Mas se a única hipótese que respeita os interesses da civilização é a constituição da sociedade plurirracial em que sempre Portugal trabalhou, então é preciso não deixar cavar um fosso entre as duas principais etnias que aí coexistem. O inimigo sabe que esse é o caminho que o estorvará definitivamente, enquanto a irredutibilidade de brancos e negros levará mais tarde ou mais cedo ao domínio exclusivo destes últimos*». Carta datada de 16-IV-1963.

(1) Na sua forma sarcástica e sibilina, queria Salazar dizer que não tendo Portugal uma política de petróleo, nem a alta tecnologia requerida, nem expe-

17

Contra Portugal não cessa o tumulto além-fronteiras. De novo, o Senegal levanta um clamor de vítima: quatro aviões militares portugueses teriam violado o espaço aéreo senegalês e bombardeado uma aldeia. Léopold Senghor, confrontado por dificuldades internas, quer mostrar com a sua demagogia antiportuguesa que é imaculado o seu africanismo; lança palavras violentas sobre ameaça e agressão; e queixa-se em Nova Iorque ao Conselho de Segurança. Juntam-se na queixa o Gabão e a República do Congo-Brazzaville. No debate em Conselho, são exaltados nas acusações a União Soviética, o Gana, Marrocos. Portugal nega as acusações, propõe uma comissão mista luso-senegalesa para inquérito, está aberto a uma investigação pericial; mas a condenação afro-asiática segue o seu curso, sejam quais forem os argumentos, ou os factos; e todas as propostas portuguesas são rejeitadas pelo Senegal. De outro lado, chegam notícias de que a Tanzânia prepara um incidente na fronteira com Moçambique, como pretexto para outra reunião do Conselho de Segurança contra a política portuguesa. Na Assembleia Nacional, é recebido o parecer da Câmara Corporativa, elaborado por Afonso Queiró, acerca da proposta de lei orgânica do Ultramar: segue as linhas gerais assentes em Conselho de Ministros: mas vinca a tendência para restringir a descentralização e a autonomia locais. Abre-se na Assembleia o debate, e Soares da Fonseca faz o elogio do projecto e da política africana do governo. Aprova-o a câmara. E o embaixador de Espanha informa que o caudilho propõe os dias 22 ou 25 de Abril de 1963 para a reunião com Salazar, em Mérida ou Cidade Rodrigo.

---

riência na matéria, teria de recorrer a estrangeiros e de defrontar grandes interesses internacionais em luta para dominar Cabinda e controlar a produção, ou para impedir a sua exploração, se esta viesse prejudicar algum ou alguns grandes competidores mundiais.

De novo, na sua oscilação pendular, a massa dos portugueses revela inquietação, descontentamento. Não são nítidos os motivos. De repente, surge um clamor por reforma agrária. Acusam-se de exploração os grandes latifundiários do Alentejo, reclama-se uma repartição de terras. Salazar responde que uma reforma agrária apenas tem sentido em função de um aumento de produtividade, e esta é baixa mais por excessivo parcelamento da propriedade rústica em certas zonas do que por excessiva concentração em outras; e em qualquer caso pretende-se ignorar que o menor rendimento da lavoura provém mais da permanência de culturas tradicionais pobres do que de outro factor. E é ressuscitado o debate antigo sobre as relações entre capital e trabalho e o não reconhecimento, em Portugal, do direito à greve. Mas Oliveira Salazar reafirma a sua fidelidade aos princípios do regime: eliminar da relação capital-trabalho o espírito da luta de classes. Foram banidos os partidos políticos, como foram proibidas as organizações operárias de servir de elementos de pressão ao sabor de interesses de facções; têm carácter nacional e apolítico os sindicatos de trabalhadores e os grémios de patrões; e uns e outros discutem salários e demais problemas. Neste contexto, o regime continua a rejeitar a greve: *«somos demasiado pobres para nos permitirmos esse luxo»*. Mas é na política de África, e nas lutas em Angola e na Guiné, que as oposições buscam os motivos de crítica. Para a extrema-esquerda, impõe-se cessar a luta, e abandonar a África. Não tem esse parecer a oposição democrática tradicional: esta continua a advogar somente um largo debate público em torno do problema e a defender a necessidade, *para conservar as províncias de África*, de abrir negociações com a ONU. No fundo, é um repisar de argumentos e atitudes; e quer-se acima de tudo, por via da questão ultramarina, demonstrar os limites à liberdade de imprensa, ou forçar esta para além da lei. Por outro lado, em alguns círculos oposicionistas católicos, ou noutros mais tíbios, começa a circular o texto da enciclica *Pacem in Terris* que João XXIII acaba de lançar no mundo (1). Logo o documento

(1) *Pacem in Terris* tem a data de 11-IV-63, e está difundida em Portugal na segunda quinzena de Abril.

é interpretado como condenatório de qualquer luta, mesmo defensiva; com mais ênfase ainda, o pacifismo é apresentado como sinónimo de paz, e a um conceito e outro é dada prioridade sobre o direito, a justiça e a verdade; e a esta luz a luta para defesa do Norte de Angola ou da Guiné é havida como delito contra as leis de Deus e dos homens. Estas conclusões excedem a doutrina e as intenções da encíclica; mas muitos deixam-se impressionar; e pelos oposicionistas, em particular os de extrema-esquerda, são tomadas como dogma, e assim disseminadas e exploradas. Sem o pretender, a *Pacem in Terris* agrava o desarmamento moral do Ocidente, e enfraquece-o no plano ideológico e dialéctico. Do facto sofre reflexos a posição portuguesa.

Nesta altura, o embaixador de Espanha em Lisboa transmite uma mensagem urgente do seu governo: o general Franco propõe o adiamento do encontro previsto. Com efeito, de momento, abate-se sobre a Espanha uma tempestade politica. Fora preso um chefe comunista, Grimau, acusado de crimes graves pela justiça espanhola; e depois julgado e condenado à morte. Para sustar a execução da sentença ergue-se no mundo um clamor de mil vozes: há apelos do presidente Kennedy, dos cardeais franceses, de sociedades humanitárias, de Kruschev. No interior dos círculos políticos espanhóis exprimem-se opiniões contraditórias, e o embaixador de Espanha revela que no Conselho de Ministros foi violento o debate; e Fernando Castiella teria pedido a demissão, que o caudilho rejeitara. Tudo ponderado, Franco recusa os apelos, confirma a sentença, Grimau é executado. Renovam-se e inundam a Espanha as acusações de totalitarismo, de fascismo, de repressão sanguinária. E o generalíssimo, para não embaraçar o chefe do governo português e ciente de que tudo esquece, sugere que o encontro seja transferido por algumas semanas, para quando for mais tranquilo o ambiente que cerca a Espanha. Galhardamente, Salazar declara que se não sente constrangido pelo furor contra a Espanha, habituado como está a furor idêntico contra Portugal; mas agradece a atenção deste, e aguarda nova data. E parte para o Vimieiro e Santa Comba.

Neste clima, os democratas da velha guarda, e da estirpe doutrinária de há décadas, enviam a Oliveira Salazar, em 27 de Abril de 1963, uma carta sobre a actualidade política portuguesa.

Subscrevem-na Mendes Cabeçadas, Cunha Leal, Hélder Ribeiro, Azevedo Gomes, Santiago Prezado. São homens bem antigos, pela idade, pelo passado político, pelo ideário que tem raízes no século XIX. «*Estes jovens de oitenta anos acham que eu estou velho e ultrapassado*», comenta Salazar. Que pretendem? Desejam em suma fazer um «*estudo crítico*» do artigo de Salazar na *International Affairs*, e isso dentro «*da objectividade, do senso, do equilíbrio, e do espírito de verdade e de justiça*». Solicitam ainda que esse estudo seja depois divulgado no país e além fronteiras, «*com garantia prévia de publicidade*», numa atitude genérica de «*franco diálogo*». Salazar não responde desde logo. Precisamente naquele dia 27 vai de Santa Comba a Coimbra, para visitar com Bissaia Barreto o conjunto assistencial da Quinta da Rainha, e depois ainda dá um salto ao Caramulo, para estar com os Lacerdas. Em Lisboa, e em terras de província, celebram-se os trinta e cinco anos de Salazar no governo; Pinto Barbosa dá ao facto grande relevo no ministério das Finanças; mas o presidente do Conselho em nada participa; e mantém-se mais uns dias na sua Beira.

Em 1 de Maio, chega para visita oficial o ministro das Finanças de Espanha, Navarro Rubio, que é acolhido por Pinto Barbosa. Salazar, já em Lisboa, recebe-o longamente, e porque continua aprazado o encontro com Franco, e ainda que Rubio de nada pareça suspeitar, o chefe do governo formula numerosas perguntas sobre a política espanhola, a situação económica, a atmosfera social. Na noite daquele dia, e enquanto se realiza um banquete na embaixada de Espanha, há perturbações em Lisboa: a polícia interrompe o trânsito no Largo do Rato, nas Amoreiras, em Campo de Ourique, em algumas zonas da baixa: em correrias na Avenida da Liberdade é morto um homem: mas não há incidentes pelo país. Depois, nestes primeiros dias de Maio de 1963, o chefe do governo tem de receber outros visitantes de marca. É Eric Louw, ministro dos Estrangeiros da África do Sul, que tem conversas exaustivas nas Necessidades. Ocupa-se de dois problemas de tomo: o desenvolvimento do aeroporto do Sal, em Cabo Verde, para dimensões e uso internacionais, e o aproveitamento de toda a bacia e curso do Cunene, em que a África do Sul está pronta a participar financeiramente porque deseja também

alguns dos benefícios (1). Mas a colaboração e o investimento que a África do Sul se propõe fazer parecem escassos, sobretudo atendendo à situação que Angola atravessa; e Louw encontra dificuldades nos Estrangeiros. Apela para Salazar, e tem com este duas extensas audiências. Mas o chefe do governo, se atenua a forma da sua apresentação, não altera as exigências portuguesas. Depois, é o general Lyman Lemnitzer, alta figura militar dos Estados Unidos e comandante-chefe da NATO. Lemnitzer considera como correcta a política africana de Portugal; e, exactamente como o almirante Dennison, solicita de Salazar que a não modifique. Decerto, decerto, comenta Salazar; mas não pode o general produzir a mesma afirmação perante o seu governo? Lemnitzer assegura que o tem feito, e que o fará. E no dia em que recebe o chefe militar norte-americano, Salazar está preocupado com dois outros assuntos: a espectacular conferência dos países africanos em Adis Abeba, em que Portugal é vergastado e ameaçado com violência inusitada, e a preparação das cerimónias de inauguração da ponte da Arrábida sobre o Douro (2). Ao mesmo tempo, o chefe do governo acompanha com minúcia a reunião, que se está efectuando em Lisboa, na *Associação Europeia de Comércio Livre,* de que

---

(1) Recorde-se que o Cunene é um grande rio ao Sul de Angola, e que constitui fronteira com o Sudoeste Africano (depois Namíbia) sob administração da África do Sul.

(2) Como curiosidade documental transcrevo a carta que Salazar dirige a Arantes e Oliveira: «*Ao Senhor M.° das Obras Públicas — Como no princípio está a verba, era necessário saber se de outras dotações do Ministério, da dotação para inauguração da Ponte e ida do Chefe do Estado ao Porto, do SNI, ou do Minist. dos Negs. Estrangeiros, se obtém a soma necessária. Liquidado este ponto, a mim parecia-me da maior utilidade que fossem feitos os convites às personalidades de relevo estrangeiras que se interessam por estas construções. Simplesmente me parece, salvo havendo razões especiais, que se devia convidar uma só pessoa por país. Poderá aceitar-se, porque toda a gente a compreende, uma excepção para a Espanha. Havendo possibilidades de verba, podia estender-se o convite a dois engenheiros brasileiros ou professores da especialidade. O Brasil pode ressentir-se de, havendo convidados, não serem escolhidos também brasileiros. E é tudo quanto posso dizer acerca do assunto. Com respeitosos cumprimentos. Ol. Salazar. 7-V-963. P. S. — Quanto ao M.° das Obras Públicas de Espanha, seria conveniente consultar o M.° dos Negs. Ext. Sendo convidado, seria um ou dois?*»

Portugal é membro. No interior do governo português, há divergências graves: Correia de Oliveira, encarregado das relações de Portugal com a *Associação,* é partidário da transigência, do desarmamento aduaneiro, do europeísmo; e Pinto Barbosa e Teixeira Pinto, nas Finanças e na Economia, querem um desarmamento aduaneiro lento, e exigem garantias de compensações quanto à agricultura portuguesa e ao acesso livre aos mercados financeiros. Edward Heath (1), delegado britânico, escreve a Correia de Oliveira uma carta de promessas, que Pinto Barbosa e Teixeira Pinto não consideram suficiente. Oliveira Salazar não define uma atitude de raiz. São trocados telegramas com Londres, e o problema passa a ser discutido num plano bilateral com o governo britânico. E o embaixador de Espanha comunica que o generalíssimo propõe agora, para o encontro com Salazar, os dias 14 e 15 de Maio, na pousada de Mérida. Salazar aceita.

Responde Salazar agora à carta dos oposicionistas. Em ofício de 9 de Maio, dirige-se a Cabeçadas, como primeiro signatário, mas aos demais «*se destina a resposta endereçada a V. Ex.ª*». «*Não me suscitam dúvidas a importância e o interesse*» do estudo que pretendem elaborar, diz Salazar; e «*é natural que V. Ex.as lesejem que esse trabalho*» seja conhecido aquém e além fronteiras, «*ainda que se corra o risco de chamar aos debates da nossa política a opinião pública internacional, morta por intervir neles, como de outras vezes tem acontecido*». Mas «*o único ponto verdadeiramente difícil*» é outro. «*Se bem entendo*», continua Oliveira

(1) Então ministro de Estado britânico, e depois chefe do Partido Conservador e primeiro-ministro. Sobre a carta de Heath, Salazar escreveu um breve apontamento: «*A carta junta de Lord Heath foi endereçada ao Dr. C. de Oliveira, no final das discussões da EFTA em Lisboa, e em seguimento e para materialização dos compromissos tomados. Parte desses compromissos foi executada ou vai sê-lo em breve segundo se vê no teleg. 180 de Londres, de 9 de Maio. As dúvidas postas a seguir procurou Lord Heath removê-las no último período da carta que vai sublinhado. Da carta foi enviada cópia ao Ministro das Finanças a quem sobretudo interessa: mas, como se trata de um documento político de certo valor, pareceu-me que era bem ficasse arquivado no Ministério dos Neg. Estrangeiros, para o que o envio. 13-V-963*». Houve erro de Salazar em atribuir a Heath a qualidade de Lord, que a não tinha. EFTA são as iniciais da designação inglesa *(European Free Trade Association)* da Associação.

Salazar, deseja-se que não só seja «*assegurada a divulgação na parte que do governo porventura dependa, mas também a irresponsabilidade completa em relação a tudo o que no escrito se afirme. É certo que este se deve considerar elaborado nos termos que se deduzem das intenções e da categoria política de V. Ex.as. Mas o chefe do governo é que não pode ir além das garantias que a lei concede e a ele próprio se impõe*». Depois Salazar toca o nó do problema: «*Não pretendo de modo algum diminuir o interesse de V. Ex.as na execução do seu propósito; permito-me apenas considerar que quando se trata de problemas nacionais de excepcional delicadeza, o franco diálogo proposto pode bem converter-se numa forma de corrosão da consciência nacional. Se esta se encontra empenhada numa tarefa de que depende sobreviver ou não sobreviver a Nação, todos os cuidados são poucos para não abalar-lhe coesão e firmeza*». E conclui: «*Quanto a mim pessoalmente e à parte ver comprometidos interesses como o da integridade nacional, creio que alguns de V. Ex.as podem dar testemunho de que tenho nestes casos o espírito largamente aberto às reflexões alheias e aprecio bem tirar delas a maior utilidade*». É um convite para que os signatários comuniquem a título privado as suas críticas, reflexões e sugestões sobre a conjuntura política portuguesa. Mas o convite não é assim entendido, ou não é aceite.

Nestes meados de Maio de 1963, entre as acusações ao regime e ao governo, avultam os ataques à Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Meios de extrema-esquerda, círculos liberais, democratas conservadores, organizações culturais ou políticas que vivem para o culto dos direitos humanos e sua defesa, intelectuais de muitos matizes, socialistas moderados, todos em grau maior ou menor se fazem eco da mesma crítica: a polícia portuguesa submete os presos políticos a tratos de crueldade, as prisões portuguesas são instalações sub-humanas (1). Conselheiros de

(1) Corre nesta altura uma história pitoresca. Quando ministro do Interior, Trigo de Negreiros fez reconstruir a prisão de Peniche, e depois de pronta convida Salazar a visitá-la. Salazar julga que se fez excessiva despesa, e que a prisão tem excessivos cómodos, mesmo luxo, e faz a Negreiros as observações apropriadas. Justifica-se o ministro: «*é que eu penso no futuro e lembrei-me de V. Ex.a e de mim*». Salazar ri a bom rir. Eu próprio referi a história a Salazar. Riu com gosto, mas não confirmou ou desmentiu.

Salazar insistem em que é indispensável uma acção de esclarecimento, cumprindo por outro lado fazer cessar quaisquer práticas abusivas, se existirem. Salazar concorda. Resolve então o governo convidar um eminente jurista britânico, Lord Russel de Liverpool, homem independente, que fora promotor de justiça, por parte da Inglaterra, nos julgamentos dos criminosos de guerra em Nuremberga, e solicitar-lhe um inquérito minucioso à situação dos presos e condições de detenção. Russel exige absoluta liberdade de investigação, de iniciativa de visitas, de entrevistas a sós e ao ar livre com os presos que escolher, de exame a todas as cadeias, de interrogatório aos agentes que indicar ao acaso; e reserva-se a faculdade discricionária de redigir em Inglaterra, e de publicar sem conhecimento prévio do governo português, o relatório do que houver observado e das conclusões a que chegar. Pelo Interior e pela Polícia, é aceite o quadro em que Russel se dispõe a trabalhar. Russel vem a Lisboa, e procede durante semanas ao seu inquérito. Russel não quer ver Salazar. Salazar não quer ver Russel.

Oliveira Salazar completara havia pouco setenta e quatro anos.

18

Na manhã de 14 de Maio de 1963, uma terça-feira, pelas dez horas, Oliveira Salazar deixa a residência da Rua da Imprensa, e acompanhado pelo ministro dos Estrangeiros segue de automóvel através de Lisboa no caminho de Elvas. Vai ao encontro aprazado com o caudilho de Espanha. Atrás do carro de Salazar, um outro, com dois agentes da polícia. Não há escolta, nem mais comitiva. Está um claro dia de Maio, e quente, e o chefe do governo dir-se-ia de ânimo jovial. «*Este automóvel atrás, com os polícias, só serve para nos levar para o hospital, ou logo para o necrotério, consoante as circunstâncias, e para mais nada*», diz Salazar. Fatiga-o viajar de automóvel; cansa-se mais do que em comboio; e os cálculos da vesícula fazem-se sentir mais vivamente. Mas em todo o trajecto não parece afectado. Fala de algumas preocupações. Dão-lhe

cuidados a formação e a renovação de elites para desenvolvimento técnico e científico do país; e receia a falta de espírito comercial dos portugueses perante a competição económica mundial. E tudo é entrecortado de comentários à paisagem, aos melhoramentos e obras em curso. Pouco antes da uma da tarde Salazar chega à pousada de Elvas. Aguarda-o o embaixador de Espanha, José Ibañez Martin. Todos almoçam na parte reservada: Salazar mostra apetite no caldo verde, no bacalhau, na carne de porco. Depois, num quarto de interior, o chefe do governo entrega-se à sua sesta. Pela meia-tarde, é a partida em direcção à fronteira. A uns quilómetros antes do Caia, bate de súbito com as mãos nos joelhos, e exclama como aturdido: «*Esqueci-me do passaporte! Como vamos passar a fronteira?*» Mas no posto fronteiriço, do lado de Espanha, estão Fernando Castiella, que saúda Salazar em nome de Franco, e o embaixador de Portugal, Luís Pinto Coelho. Castiella passa para o carro de Salazar; os automóveis seguem depois em grande velocidade, atravessam Badajoz sem se deter; e pelas seis horas da tarde param à porta da pousada de Mérida. Na soleira, está o generalíssimo Franco. Abraçam-se efusivamente os dois homens.

Quinze minutos mais tarde, Salazar e Franco estão fechados, a sós, numa sala da pousada. Está um calor de estio, e as janelas gradeadas estão abertas. Não há para as conversações uma agenda previamente combinada. Franco é mais curioso, e interessado, e aborda desde logo os problemas de África. Salazar expõe com largueza a política de África que Portugal pratica; e Franco declara que a compreende, e a apoia na ONU, e no plano bilateral, em ajuda de que o governo português necessite. Depois são examinados os grandes temas da actualidade: as relações com os Estados Unidos, que Franco considera difíceis; a problemática da NATO, a cujo tratado o governo espanhol continua a não querer pertencer; as estruturas económicas do *Mercado Comum* e da *Associação Europeia de Comércio Livre*, que suscitam reservas a Franco; e através de tudo o generalíssimo repisa os perigos do comunismo e da maçonaria, a que atribui as críticas e os dissabores de que é vítima a Espanha. São abordados por Salazar pontos específicos. Há bases russas na Argélia? Franco já ouviu o caso referido; mas não tem confirmação. Há um acordo confidencial hispano-marroquino sobre os enclaves espanhóis em Marrocos?

Não há. Será renovado o acordo sobre as bases americanas em Espanha? Sim, se os Estados Unidos satisfizerem os pedidos espanhóis em matéria de auxílio económico e de armamento moderno para as Forças Armadas espanholas. E a Igreja Católica em Espanha? É difícil a sua orientação, e alguns sectores estão a ser ganhos pelo progressismo que se pretende identificar com o Concílio Vaticano II. Passadas que são as 11 horas da noite, aparecem Franco e Salazar. Convivem uns momentos com os outros elementos políticos e oficiais na pousada. E é o jantar, sóbrio, austero. Salazar e Franco sentam-se frente a frente. E é quase uma hora da manhã quando recolhem aos seus quartos.

Ao outro dia, de novo se reúnem os dois homens às 10 horas da manhã. Na véspera, fora tudo dito. Trata-se somente de retocar um traço, ou outro. Mas há aspectos não abordados: existem problemas bilaterais entre Portugal e a Espanha? Nenhum de vulto, concordam os dois homens. Quanto ao *Pacto Peninsular*, assinado vai para um quarto de século? É ainda instrumento válido de uma política, e há que reafirmá-lo de ambas as partes. Depois, Salazar e Franco suspendem a conversa. Passam ao pátio árabe da pousada, rodeiam-nos os seus colaboradores, paira um calor tórrido. Entram fotógrafos, jornalistas, operadores de televisão e cinema. Há espanhóis, franceses, ingleses, e portugueses acabados de chegar. De bom grado, os dois homens deixam-se fotografar. Retomam a seguir a entrevista; mas agora participam as suas comitivas. Generaliza-se a conversa. Um tema é suscitado do lado português: que procedimento adopta a Espanha para com os seus territórios na África negra, a Guiné espanhola, Fernando Pó? Submete-se às injunções da ONU? Concede-lhes independência? Em que bases? Há negociações? Parecem embaraçados os espanhóis, e nem Franco nem Castiella dão respostas claras. Decerto consideram as resoluções da ONU intoleráveis, e não se propõem executá-las; mas trata-se de pequenos territórios sem interesse particular para a Espanha; há que pensar, convém não hostilizar os árabes, talvez se consultem os habitantes locais; nada está decidido. Salazar conclui que os espanhóis, na primeira oportunidade, estão prontos a abandonar tudo na África negra, para evitar embaraços com a ONU; e que, na sua ideia de uma *grande política* no mundo árabe, vão sacrificar alguma coisa a essa miragem.

Todos voltam ao pátio árabe, e pela uma hora é o almoço. Aos jornalistas é lido o comunicado, entretanto transmitido a Lisboa e a Madrid pelo telefone. É um texto sóbrio, e muito conciso: recorda os vinte e quatro anos do Pacto Peninsular, «*em que se tem fundamentado a paz tão fecunda em realizações para Espanha e Portugal*», e depois afirma o «*perfeito entendimento*» e a «*vigorosa solidariedade dos dois povos peninsulares*» no exame da situação internacional e na análise de problemas de interesse para ambos os países. Para muitos, este teor constitui desilusão, e alguns concluem mesmo que nem tudo correu bem entre Salazar e Franco. Mas o chefe do governo português prefere aquela síntese, de quase nudez verbal. «*Franco fala pouco, a política espanhola é difícil, não podemos confiar demasiado, e um comunicado muito extenso teria de dizer mais o que eu disse do que aquilo que Franco disse*», comenta Salazar para os seus colaboradores (1).

Despedem-se os dois homens, com a efusividade da chegada, e por Badajoz e Elvas segue Salazar, sem paragem, directamente para Lisboa. Ao cair da tarde, está na residência da Rua da Imprensa. Diz, como se houvesse escapado a uma catástrofe: «*Vá lá, quase não senti a minha vesícula, e parece que consigo sobreviver à comida espanhola*».

19

Na imprensa mundial, é dedicado espaço largo ao encontro de Mérida. Muitos comentadores concluem que Lisboa e Madrid decidiram tomar uma atitude comum em face dos Estados Unidos. Mas logo outros acontecimentos prendem as atenções. Washington retiraria Elbrick de Portugal, e consta que para o substituir seria nomeado o almirante George Anderson, que em 1960 comandara a esquadra dos Estados Unidos no desfile naval henriquino; mas, como membro da Junta dos Chefes do Estado-Maior ame-

(1) Foi o sétimo encontro entre Salazar e Franco. Foi também o último.

ricano, teria entrado em conflito com o presidente Kennedy, que para o afastar honrosamente desejaria atribuir-lhe a embaixada de Lisboa. No mundo católico, há grande emoção: anuncia-se que está doente o papa, e de tão grave moléstia que são nenhumas as esperanças de cura. No plano político, dias depois de Salazar regressar de Espanha, é elaborada na conferência de Adis Abeba, em 25 de Maio de 1963, a *Carta da Unidade Africana* que estabelece a *Organização da Unidade Africana.* Antes de mais, essa unidade aparece feita quase somente contra Portugal, que desempenha o papel de denominador comum, e no seu simbolismo procura traduzir o empenhamento de todo o continente em frustrar a política portuguesa em África. Por detrás dessa unidade que se proclama, todavia, estão os factores reais de desunião, de rivalidade, mesmo de conflito entre os países de África. Nem por isso, no entanto, deixa o novo organismo de representar para o governo de Lisboa um factor de perturbação. Mas é no plano interno que, embora surdamente, se pressente um acréscimo de desassossego. Morre Aquilino Ribeiro, e o seu enterro, ainda que nele participem muitos homens do regime, constitui manifestação oposicionista. Estão sobretudo activos os membros da Acção Católica, à sombra do progressismo na Igreja. Em alguns meios, o governo é condenado abertamente pela sua política de África e pela sua atitude de negação dos direitos humanos. Em fins de Maio, numa reunião da Acção Católica no Porto, são debatidos os «*direitos e deveres da pessoa humana*» à luz da encíclica *Pacem in Terris.* É relator o advogado José da Silva, e este invoca a carta do bispo do Porto a Salazar para defender a justeza daquele documento com o texto papal; e destes pressupostos conclui que não se encontram salvaguardados os direitos humanos em Portugal, institucionalizada como estava a ilegalidade. Surgem na reunião algumas vozes discordantes. Mas justamente os progressistas sentem fundos receios. Agrava-se o estado do pontífice, e a 3 de Junho de 1963 morre João XXIII. Há consternação mesmo para além do mundo católico: verdadeiro pastor, o papa conquistara o coração dos homens. Em Portugal há luto oficial por três dias, Salazar comparece na nunciatura para condolências, e participa com Américo Thomaz nas exéquias solenes em S. Vicente. E com a morte de João XXIII perguntam-se os progressistas: será sustada a evolução aberta pelo

Concílio Vaticano II? como serão orientadas as sessões seguintes? haverá um retorno ao estádio anterior? Oliveira Salazar, por outros motivos, tem iguais dúvidas, ou cuidados. Em carta ao advogado Carlos Costa, que estivera na reunião da Acção Católica no Porto, o chefe do governo diz: «*É preciso ter presente que salvo uma reviravolta proveniente da eleição do novo Papa mas imprevisível e improvável, nós vamos ter um período de invasão progressista na Igreja em Portugal, como em muitos outros países. O Concílio e as encíclicas papais abriram largas perspectivas ao progressismo, ainda que não fosse essa de modo algum a intenção. Os Bispos terão dificuldade em manter a disciplina no clero que por muitas partes se revelará ousado e impertinente. É preciso que em toda a parte onde se sinta esse deslize? desatino? alguém tenha a coragem de rebater as acusações infundamentadas e injustas. Não pode prever-se que tempo durará esta crise que assolará a Igreja. É nosso dever auxiliar os próprios servidores dela a libertarem-se da confusão em que estão lançados*». E a reviravolta a que Salazar alude, e que tem aliás por improvável, não se produz. De 20 para 21 de Junho de 1963, na altura em que Salazar está em rápida digressão pelo Norte e visita a nova ponte da Arrábida no Porto, é eleito papa o cardeal Giovanni Montini, que toma o nome de Paulo VI. São conhecidas as suas opiniões progressistas, as suas atitudes ousadas; e a ala esquerda da Igreja não oculta o seu júbilo, nem os meios conservadores escondem o seu desgosto e a sua preocupação. No regresso do conclave, Gonçalves Cerejeira confidencia a Salazar os seus cuidados quanto à orientação futura da Santa Sé; e José Nosolini, que ao tempo da sua embaixada no Vaticano privara assiduamente com Montini, diz ao chefe do governo que o novo papa tem o horror das tradições e a obsessão das reformas e que vê com pessimismo o futuro. «*Vamos ter tempos difíceis com a Igreja*», remata Salazar.

20

Não perdem tempo os países reunidos em Adis-Abeba, e a *Organização da Unidade Africana* logo decreta o corte de relações diplomáticas dos Estados africanos com Portugal, a proibição de

comerciar, a expulsão de Portugal de alguns organismos internacionais, a recusa de autorizar o sobrevoo do continente e o uso por aviões e navios portugueses de aeroportos e portos de África. Do mesmo passo alguns chefes africanos repetem os seus ataques verbais violentos contra Portugal, e as suas ameaças, e entre todos de novo se salienta Ben Bella. E depois sucedem-se os anúncios de cortes de relações diplomáticas: pela Argélia, pelos Camarões, pelo Egipto, pelo Senegal. Mas Lisboa não se deixa enervar. Para dividir os políticos africanos, são lançadas novas ofertas de colaboração, e em público são convidados a deslocar-se ao Ultramar português, ou a enviar representantes de sua confiança: o presidente Fulbert Youlou, do Congo (Brazzaville); o primeiro-ministro Adula, do Congo (Léopoldville); e o primeiro-ministro Banda, do Malawi. E quanto às decisões de Adis Abeba? Comenta-se oficialmente em Lisboa: não são essenciais a Portugal as relações diplomáticas com países africanos; o comércio com aqueles representa pouco mais de um por cento do comércio externo português; Portugal lamenta a ilegalidade das tentativas de expulsão, que apenas enfraquecem os organismos em causa, mas considera que os mais prejudicados são os Estados africanos; e os próprios aeroportos e portos portugueses em África proporcionarão rotas alternativas aos aviões e navios portugueses, que não deixam, pela decisão de Adis-Abeba, de voar e de navegar. Por outro lado, à Argélia e à República dos Camarões foi fácil anunciar o corte de relações diplomáticas — porque não existiam. E o Egipto? Revela Lisboa que o Cairo não se havia acanhado de solicitar o não reconhecimento de Israel por Portugal, comprometendo-se em troca a abster-se de critiar a política portuguesa; mas agora o presidente Nasser sucumbe ao medo de ser ultrapassado pela demagogia de Ben Bella (1). E semelhante é o comentário de Lisboa quanto ao Senegal: como é possível que o seu presidente, Léopold Senghor, um intelectual de consequência e homem de Estado, não veja os perigos da demagogia em que se deixa envolver?

Maior formalidade empresta ao assunto o imperador da Etiópia,

(1) A Espanha concorda em se encarregar da protecção dos interesses portugueses no Egipto.

Hailé Selassié. Este sentia-se preso de recordações portuguesas: viajara numa esquadra portuguesa, visitara Lisboa, impressionara-se com Oliveira Salazar, é general do Exército português. E então o imperador resolve enviar a Lisboa um ministro da sua corte, que chega em 26 de Junho e é portador de uma mensagem para o chefe do governo. Tem tamanha consideração por Portugal o imperador, e é tão amigo, que quisera vir pessoalmente; mas não lho permitiram os negócios do seu Imperio. E que escreve Hailé Selassié a Salazar? Séculos atrás, foi o auxilio português que habilitou os etíopes, ameaçados por vizinhos e prestes a sucumbir, a não «*desaparecer da terra*»; e a Etiópia «*sempre permanecerá grata*». Mas dando tão elevado valor à liberdade, «*não podemos consentir em que outros africanos continuem sob opressão em troca da liberdade de que nós desfrutamos*». Na ONU, já foi solicitado que Portugal conceda independência aos povos de Angola e Moçambique; e agora, na «*histórica Conferência Africana em alto nível realizada na nossa capital*», os chefes dos Estados e dos governos africanos «*concordaram unanimemente em que Portugal deve conceder independência às suas colónias*». E recordando os «*velhos laços históricos*», e convencido de que Portugal o escutará, o imperador resolveu «*dirigir um apelo final ao Governo de V. Ex.ª, endereçar-lhe esta carta e enviar-lhe um representante especial*». E o imperador conclui esperançado de que «*V. Ex.ª e o seu governo tomarão em devida conta este nosso pedido*».

No constante fluir de problemas internos e externos, outros se interpõem antes que o chefe do governo possa responder a Hailé Selassié. No âmbito internacional, causa preocupação aguda o estado das relações russo-americanas. Kennedy vem à Europa, e perante a pressão soviética em Berlim resolve ir à antiga capital alemã e, afrontando o bloqueio, declara: «*eu também sou um berlinense*». Estremece o mundo com esta atitude; e nas suas conversas com os demais chefes ocidentais, Kennedy confirma a sua firmeza. Depois, o presidente americano, no regresso ao seu pais, sobrevoa território português e desce nas Lajes para reabastecimento: e de bordo do seu avião expede uma mensagem saudando Américo Thomaz e Portugal. Lisboa não se alheia dos problemas de África. Como o governo de Léopoldville anuncie a sua decisão de reconhecer o «*governo da república de Angola no exílio*»,

Lisboa protesta: considera aquele *governo* como um *«grupo residente em Léopoldville, conduzido por estrangeiros e pago por estrangeiros»;* o encarregado de negócios de Portugal é mandado abandonar a capital congolesa: e em ameaça o governo português declara que vai *«proceder à revisão geral da sua atitude quanto aos problemas que interessam aos dois países»*. E perante preocupações económicas que de momento os portugueses sentem, o ministro da Economia, Teixeira Pinto, aponta uma politica de desenvolvimento global de um espaço português unificado, de correcção de desequilíbrios sectoriais, e de melhoria do nível de vida. Corre o boato, por outro lado, de que fora invadida e ocupada a província da Guiné. Sai a terreiro o departamento da Defesa, em nota oficiosa: nem houve invasão, nem os terroristas ocupam a mínima parcela de território.

Antes de responder à carta do imperador etíope, Salazar concede ao jornalista inglês Hugh Kay uma entrevista extensa, e que *The Catholic Herald* publica (1). Não é a problemática do Ultramar que mais preocupa o jornalista, mas questões de estrutura política do Estado português. Não há em Portugal, diz Kay, uma democracia ao modo parlamentar britânico, que aliás parece não possuir atractivos para muitos portugueses: mas não será possível uma nova e mais ampla constituição, que se situe algures entre o autoritário e o democrático? Foi aprovada por plebiscito a Constituição de 1933, que está em vigor há mais tempo do que a maioria das constituições escritas que Portugal tem tido, e isto é virtude, estabilidade. Nos períodos em que a Assembleia Nacional tem tido poderes constituintes, algumas modificações profundas têm sido feitas, e nada há que impeça aquele órgão de votar outras, no uso dos seus poderes soberanos e que o próprio quadro constitucional faculta. Mas a pergunta do jornalista vai mais longe, e visa os sistemas políticos. Ora bem: o sistema português não é idêntico ao britânico; a Inglaterra não pode dizer, todavia, que tem o exclusivo da democracia mas somente de um determinado tipo, aliás inadaptável a muitos outros povos, mesmo europeus.

(1) A entrevista a Kay foi concedida nesta altura, embora só em finais de Julho o *Catholic Herald* viesse a publicá-la.

Por isso muitos caíram no totalitarismo, contrário aos princípios cristãos; e houve que tentar uma fórmula autoritária, moderadamente autoritária. Nos novos Estados africanos e asiáticos, todos se apresentam como democráticos; mas sabe-se que na realidade executam a parte de democracia que lhes é possível, e que por vezes é muito pequena. «*Os russos e satélites pretenderam resolver o problema fazendo totalitarismo e chamando-lhe democracia popular*». Portugal, como outros, enfrenta um problema difícil: «*os comunistas servem-se do liberalismo alheio para se ir infiltrando e instalar o seu totalitarismo*». Por isso, e contra isso, há que lutar com as armas afeiçoadas a cada país, embora se afigurem a alguns menos boas. E quanto à criação de grupos culturais, e o desenvolvimento de movimentos sindicais, e um eventual estatuto consultivo para as várias classes sociais? Está aberta a todos a participação na vida nacional, afirma Salazar, e seria absurdo pensar-se que instituições políticas vigentes há mais de trinta anos têm sido servidas sempre pelos mesmos homens. Um pormenor a salientar: num regime político que há trinta e cinco anos assume as responsabilidades do governo, é de 42 anos a média da idade dos que compõem o actual gabinete. A todos se exigem somente duas qualidades: patriotismo e competência. «*Eu julgo que a vida nacional não se tem processado nem se processa à revelia dos homens de boa vontade, mas com eles e através deles*»; e «*exceptuo evidentemente aqueles para quem participação na vida nacional significa domínio desta em favor de interesses alheios*». Quanto ao mais, «*direi que na Assembleia Nacional estão representados muitos, se não todos, os sectores de opinião que podem considerar-se afins da democracia cristã*». E a Câmara Corporativa representa o peso dos interesses de ordem administrativa, moral, cultural e económica, na vida da Nação. Interroga depois o jornalista: encara Salazar uma comunidade portuguesa de nações? Não: os pequenos territórios seriam anexados por outros; Angola e Moçambique não seriam capazes de sustentar uma unidade soberana, e seriam presa de interesses contraditórios. E a acção social do Exército em Angola? Notável, nos campos da saúde e do ensino; grande número de soldados, finda a sua comissão de dois anos, ficou em Angola, ou deseja para ali voltar. Mas daqui não se pode inferir uma colonização à maneira romana «*porque não*

pretendemos nunca, nem desejamos agora, impor uma presença pela força». Uma pergunta delicada do jornalista: quais as relações entre a Igreja e o Estado? Diz-se que o clero mais jovem e alguns bispos defendem alterações na política interna: é verdade? Desde 1910, há separação entre o Estado e a Igreja, e esta foi mantida pela Concordata de 1940; mas sem hostilidade, e num clima de liberdade da Igreja e de satisfação das suas reivindicações. Há no clero quem tenha pontos de vista próprios, como é natural, sobre problemas sociais e sua melhor solução; mas o que importa é que, no fundamental, não há divergências de princípios e de objectivos. Aliás, o Episcopado designa a sua própria representação na Câmara Corporativa, e *«a minha convicção é que a melhor política que o clero pode fazer é e será sempre o seu próprio apostolado».* E quanto a prisões políticas em Portugal? Muito foi dito já no artigo da *International Affairs. «Apenas acrescento que, recentemente, demos todas as facilidades a um ilustre jurisconsulto do seu país, cujas dúvidas eram tão genuínas quanto a sua seriedade e boa-fé, para fazer uma investigação particular das condições das prisões portuguesas e junto dos presos nelas internados».* Todas as portas foram franqueadas a Lord Russel de Liverpool, o que poucos países democráticos estariam dispostos a fazer, e bastará conhecer a opinião daquele observador imparcial e altamente qualificado (1).

Responde agora o chefe do governo ao imperador da Etiópia, em carta de 29 de Junho de 1963. Salazar agradece a mensagem, que constituiu *«grande honra»*, e recorda também os tempos antigos das relações luso-etíopes: ajuda para repelir o invasor e para defesa da Fé Cristã. Mas o que o imperador invoca na actualidade como razão de uma política contra Portugal em África não tem fundamento: nem são justas as resoluções da ONU, nem Portugal suprime a liberdade em África, e nem às Nações Unidas é lícito fazer críticas ou formular acusações depois de haverem

(1) Lord Russel publicou artigos na imprensa britânica, designadamente no *Daily Telegraph*, e elaborou um relatório sobre a sua visita. Apontando pormenores a corrigir, considera todavia sem fundamento as críticas feitas ao governo na matéria, quer quanto ao tratamento dos presos, quer quanto às condições prisionais, salvo no que respeita à prisão do Aljube, que condena fortemente. Pouco após, esta foi fechada.

rejeitado a proposta de *relatores internacionais* que, discricionariamente, teriam investigado a situação em Angola e Moçambique. E de novo fez Portugal, há pouco, um convite aos Estados africanos, com laços especiais de vizinhança, para enviarem àqueles dois territórios representantes qualificados que possam informar-se das condições reais em que os mesmos se desenvolvem e em que as populações de todas as raças vivem e progridem. «*Na mesma orientação muito desejaria que, antes de tomar qualquer decisão, Vossa Majestade pudesse enviar a Angola e Moçambique um seu representante qualificado, para investigar localmente aquelas condições, e para o efeito aqui dirijo a Vossa Majestade o respectivo convite*». No mais, o governo português tem acompanhado a evolução económica, social e política do continente africano; tem visto como as estruturas sociológicas revelam inadaptação às exigências dos Estados modernos; tem observado como é perigosa e precária a atribuição de um estatuto político que se não apoie em realidades económico-sociais; e tem lamentado como tudo está impelindo as populações para o caos em África e para o neocolonialismo. Segue Portugal outra orientação. Não é a separação geográfica nem as diferenças rácicas que por si justificam independências, e a integração numa unidade nacional vem de séculos no caso português. Neste contexto, a participação dos habitantes é cada vez mais ampla, e recentemente foi aumentada através de novos municípios, juntas locais, freguesias, e de um crescente número de autoridades eleitas. Pela nova Lei Orgânica ultramarina, houve mais um grande passo no caminho da autonomia territorial, e as províncias enviarão à Câmara Corporativa e ao Conselho Ultramarino os seus representantes, como de há muito o fazem para a Assembleia Nacional. Em fins de 1963 ou no princípio de 1964 novas eleições actualizarão a estrutura política e administrativa, e a sua representatividade. E as conclusões a que chegaram os estudos, solicitados aliás por Portugal, da Organização Internacional do Trabalho, da Organização da Saúde e, em pouco, da Organização para a Alimentação e Agricultura, comprovam os esforços e a abertura da política portuguesa em África. Pelo que toca às decisões de Adis Abeba, espera Portugal que muitos países não as executem; muito o lamentaria se o fizerem, mas não serão os portugueses os mais prejudicados. Sim: são velhas

as relações luso-etíopes: e não só em tempos longínquos: porque mais recentemente foi só Portugal que apadrinhou, com a França, a admissão da Etiópia na Sociedade das Nações. E *«eu pergunto-me, e respeitosamente submeto a questão, se nas considerações precedentes não se dignaria Vossa Majestade de encontrar razões de força suficiente para poderem continuar, como de há séculos, as relações de amizade entre a Etiópia e Portugal»*.

Para esta resposta, fora preparado nos Estrangeiros (1) um projecto, que Salazar aproveitou, mas em que fez alterações e a que emprestou o seu estilo pessoal. Era duro o texto elaborado, e o chefe do governo atenuou arestas, limou frases mais ásperas, introduziu alguns termos de deferência. Estranharam-no os seus colaboradores, dada a impertinência da carta de Hailé Selassié. Justifica-se com sardonismo Salazar: *«Bem, ele é um grande Imperador. O que está é a desencadear no seu país tais forças revolucionárias e a colaborar com elas no plano internacional, que há-de ter um fim bem triste e miserável»* (2).

21

Aproveitando o seu ímpeto inicial, a *Organização de Unidade Africana* multiplica-se na sua campanha contra Portugal, e em pouco apossam-se da nova estrutura os extremistas de África. A Lisboa, chegam algumas informações, colhidas por um agente que o governador-geral de Moçambique enviara a Adis Abeba e conseguira ser aceite como um *combatente da liberdade;* e segundo esses relatos, a *Organização* está de momento dominada por Nyerere, da Tanzânia, e Ben Bella, da Argélia. Sabe o governo de Lisboa, pela mesma via, que à reunião assistiram, como observadores ou simples *combatentes da liberdade,* homens represen-

(1) Pelo Director-Geral dos Negócios Políticos José Fragoso.

(2) Como se sabe, Hailé Selassié foi destituído, a República foi proclamada, e ele morreu na prisão em condições humilhantes.

tando os movimentos angolanos, em especial a *União das Populações de Angola* e o *Movimento para a Libertação de Angola;* e reconhecido como chefe da *Frente de Libertação de Moçambique* estava Eduardo Mondlane. Este mostra intimidade particular com os delegados da Tanzânia; e não se acanhava de afirmar que as *suas tropas* em breve iniciariam o seu treino naquele país, esperando em 1964 abrir outra frente contra o Norte de Moçambique. Entretanto, a OUA continua a provocar, da parte de governos africanos, os seus gestos espectaculares, sem virtualidade económica ou militar, mas com eficácia política e como arma de propaganda. Tem larga publicidade a iniciativa da República do Congo (Léopoldville) de reconhecer o *Governo da República Angolana no Exílio* (GRAE). Por outro lado, depois de lhe ser entregue a resposta de Salazar, Hailé Selassié convoca o embaixador de Portugal, Faria e Maia, e anuncia-lhe o corte de relações diplomáticas; e horas mais tarde o imperador dá publicidade à sua decisão. Tem somente significado moral e político esta atitude de Adis Abeba. Mas a posição assumida pelo governo congolês, devidamente ponderada, aparece com outras implicações, e mais fundas.

Na verdade, o governo dos Estados Unidos exerce influência decisiva em Léopoldville; e o subsecretário Williams visitara aquela cidade, travara conversações com os dirigentes congoleses, e proferira declarações hostis para Portugal. De outras fontes, Lisboa sabe que os países africanos extremistas pensam em reconhecer o MPLA como único legítimo; e assim os Estados Unidos, jogando na recém-proclamada unidade africana, desejariam precipitar o reconhecimento de um grupo que influenciam para impedir ou pelo menos atrasar o de um grupo rival, e que se apresenta como encostado aos países comunistas. De tudo, Lisboa conclui que o governo congolês actuou por instância norte-americana; e ao embaixador dos Estados Unidos é significado o protesto português. Mas não é somente o governo de Lisboa que exprime a sua zanga. Em Dar-es-Salam, o *Comité de Libertação* não esconde a sua cólera anti-americana; Ben Bella tem o gesto congolês por perigoso, e o mesmo declara Nyerere, da Tanzânia; dentro do Congo, os partidos políticos de oposição atacam o governo; pequenas facções angolanas, hostis à UPA e que também

estão fixadas no Congo, sentem-se desesperadas (1); de súbito, a confusão é completa nos círculos africanos, e nos meios afro-asiáticos da ONU a animosidade entre facções chega a ser violenta; e os governos europeus e latino-americanos, firmando-se em premissas semelhantes às de Lisboa, reprovam a manobra de Léopoldville, que interpretam como um episódio do imperialismo americano na África Austral. Em Washington, no entanto, os responsáveis do Departamento de Estado sentem-se também perplexos com o gesto congolês, e perturbados, e ficam conscientes das implicações; e à generalidade das embaixadas americanas na Europa e em África é expedida uma extensa circular. Que se diz no documento? Começa precisamente por reflectir as premissas de que partira Lisboa. Muitos em África e na Europa *«estão provavelmente formulando as seguintes presunções:* a) *os Estados Unidos apoiam a UPA e estão procurando para Holden Roberto um papel dominante na política angolana;* b) *o governo de Adula é fortemente influenciado pelos Estados Unidos e submisso às sugestões americanas. A coincidência da visita do governador Williams ao Congo dois dias antes do anúncio do reconhecimento do GRAE pelo governo congolês será tomado como prova do papel dos Estados Unidos neste assunto».* E continua: *«Na base das presunções anteriores, é provável que algumas potências europeias tenham fortes suspeitas do que lhes aparece como uma iniciativa americana que, se bem sucedida, fortalecerá o prestígio dos Estados Unidos na África Austral».* Mas o Departamento de Estado confessa-se tão desagradado como os demais: são-lhe neste caso atribuídas culpas que não tem. Mais: tanto a embaixada americana em Léopoldville como Williams *«procuram dissuadir o governo congolês de adoptar aquela orientação».* Por outro lado, a decisão congolesa vem tornar mais difíceis quaisquer conversas úteis entre portugueses e africanos e que *«na nossa opinião condu-*

(1) É o caso de pequenos *partidos* angolanos — como o MDIA (Movimento Democrático para a Independência de Angola) ou NGWIZACO, de origem tribal, e outros — que embora sem expressão nem representatividade são no entanto elementos de perturbação contra a UPA. De forma geral, esses pequenos partidos são pró-portuguesess.

ziriam inevitavelmente ao debate do problema da autodeterminação». Mas então por que motivo teria actuado o governo de Adula? No pensamento americano a razão foi esta: «*o objectivo é o de obter a chefia da África e o desejo é o de evitar o envolvimento da Argélia, em larga escala, no movimento nacionalista angolano*». De todos os modos, o governo de Washington agora pretende: esclarecer que se encontra isento de responsabilidades; prevenir uma retaliação brutal do lado português; conseguir que se não produza uma ruptura completa entre Léopoldville e Lisboa. Por sua parte, o governo de Adula, no decurso dos dias, vê-se envolto numa crise que não anteviu. Além do clamor geral dos extremistas, o governo congolês verifica que sofreu, no mundo que lhe é próprio, uma derrota diplomática: nenhum outro governo africano o acompanha no reconhecimento do GRAE. Faltam-lhe os apoios esperados: nem a Nigéria, que o prometera durante a visita do seu ministro dos Estrangeiros, Watchuku, a Léopoldville; nem a República da Guiné (Conakry), que fizera igual promessa pelo próprio presidente Sekou Turé; nem Argel, ou Brazzaville; nem qualquer pais do Magreb. Defronta a hostilidade de meios financeiros e económicos belgas e franceses que, convictos de um acto de imperialismo americano, retraem as ajudas que estavam proporcionando. Entre a população congolesa da fronteira cresce o ódio ao governo central e ao GRAE: vêem no reconhecimento um passo que agrava a dificuldade de obter em Angola bens de consumo. Sem se avisar destas consequências, o primeiro-ministro Adula sente-se possuido de pânico, e procura multiplicar para com Portugal as boas palavras e os gestos conciliadores. E neste particular, sem conhecer a circular do Departamento de Estado, o governo português encara o problema em linhas paralelas, e ao nervosismo de Léopoldville antepõe uma atitude de serenidade, e de lucidez: bloquear o acesso do Congo ao mar, que seria fácil (1), ou interromper as ligações ferroviárias, que estão em mãos portuguesas, prejudicaria gravemente o Congo, mas poderia resta-

(1) Bastaria provocar um *acidente*, de que o governo português não seria evidentemente *culpado*, fazendo afundar dois velhos navios na embocadura do Zaire, o que fecharia a barra deste por muito tempo.

belecer contra Portugal uma unidade africana fundamente abalada; proibir o comércio e embargar os abastecimentos poderia fazer grassar a fome no Baixo Congo, mas causaria dano a Angola; cortar por completo as relações diplomáticas seria privar Portugal de um posto onde colhia valiosas informações e podia influir em alguns meios congoleses (1); e perante o gesto ilegal e irresponsável do Congo, ao governo português cumpria mostrar a calma e a visão superior dos que conduzem os negócios como homens de Estado e não ao sabor de um transe emocional. E assim o governo de Lisboa, além de verberar duramente a atitude do governo de Adula, cinge-se a formular um protesto e a retirar com grande publicidade o seu encarregado de Negócios, que parte para Luanda; faz a ameaça velada de revisão de relações com o Congo; mas não é encerrada a embaixada de Portugal, que fica entregue a um secretário.

Está na ciência de tudo a opinião pública portuguesa. Impressionável e frágil, sente-se perturbada: os cortes de relações, as ameaças verbais, as proibições ao comércio e à navegação, apa-ecem-lhe como calamidades que prenunciam desastre. Para mais, a *Organização da Unidade Africana* solicita em Nova Iorque, em carta de 11 de Julho de 1963, uma reunião urgente do Conselho de Segurança para apreciar a política portuguesa e votar a sua liquidação. Há perplexidade em Portugal, e não são de pequena monta os rumores: vai ser constituído um exército internacional para ocupar Angola e Moçambique; os Estados Unidos e a União Soviética chegaram a acordo para destruir a África portuguesa e derrubar o governo de Lisboa; as forças portuguesas foram esmagadas pelos terroristas em vastas áreas. De novo, Cunha Leal publica um volume — *Cântaro que vai à fonte...* — que representa já um ritual de cada ano. É um livro de memórias sobre a I República; é uma síntese da sua filosofia política sobre a estrutura do Estado, a democracia , o totalitarismo; é uma visão do Estado autoritário e um perfil do governante; e é em síntese um ataque às instituições políticas e ao regime vigente em Portugal. Para Cunha Leal, o pre-

(1) A venalidade e a corrupção dominavam os políticos congoleses, e eram armas que Portugal, como outros países, não se eximia de usar.

sente é «*negregado*» e cumpre-lhe «*gritar a sua dor*»; e cabe ao chefe do Estado «*remover os obstáculos de que possa resultar a ruína da nossa pobre Nação, com passante de oito séculos de vivência, demonstrativos de que não procede de mero acaso histórico*». Mas é breve o espaço que no volume Cunha Leal dedica ao problema de África. Nesse ponto, não está longe da tese oficial, e vê com nitidez a realidade africana: «*Ao provocarem a rápida, quase instantânea independentização dos povos africanos ainda passivos de uma situação de selvajaria ou de semi-selvajaria*», escreve Leal, «*o capitalismo norte-americano e o capitalismo estatal soviético sabiam e sabem, perfeitamente, que a onda nacionalista por eles suscitada iria improvisar Estados inviáveis sem o auxílio técnico, cultural e financeiro. Originar-se-ia assim para o colonialismo económico um novo surto de expansão, que expulsaria os mais fracos dentre os antigos tutores europeus para dar lugar a uma rivalidade, que não visaria tão-somente a exploração de riquezas naturais, algumas delas, como o urânio, o manganês, o crómio e o cobre, de inegável valor militar, mas outrossim a posse de posições-chaves na hipótese pejorativa de futura grande guerra.*» Para Cunha Leal, a autodeterminação da África é um disfarce de uma corrida às matérias-primas e às posições estratégicas. Por isso, quando advoga a aplicação do conceito às «*colónias portuguesas*» preconiza qualquer coisa de diferente: uma «*gestão de sistemas de autonomia*», um «*treino de plausíveis independências futuras*», a passagem de anos suficientes para preparar os «*nativos*», uma tentativa de «*fazer dos núcleos de bons portugueses enraizados nessas paragens*» os «*naturais conselheiros e coadjuvantes dos primórdios dessa independência*». Se não for assim, então Cunha Leal ergue-se com veemência: «*Expulsar esses portugueses ou assassiná-los vilmente, para entregar a terra e as suas gentes às tricas e manobras das grandes potências mundiais — não, deliberadamente não, visto que tal procedimento constituiria um crime de lesa-humanidade*». Cunha Leal reafirma assim a atitude que defende desde o inicio do problema de África: convicção de que é possível realizar uma experiência que mantenha português o Ultramar, e que os grandes interesses mundiais permitiriam o seu êxito; convicção de que, lançada a experiência, seria viável recuar, se a mesma não desse bom resultado, e tornar ao ponto de par-

tida; convicção de que, neste caso, se imporá então a defesa militar da África Portuguesa, por qualquer preço.

Mas da obra de Cunha Leal têm mais influência na opinião pública as críticas, os presságios de desgraça; e muitos espíritos, invertendo os dados do problema, concluem que apenas por métodos rigorosamente contrários — negociação, diálogo, obediência à ONU, retirada de forças militares — se alcançariam os objectivos desejados. Por outro lado, os meios oposicionistas tradicionais, os progressistas, os homens de extrema-esquerda, avolumam os incidentes internacionais, e exploram-nos contra o governo: Portugal está desprestigiado, Portugal está isolado, o governo caiu num imobilismo de morte inevitável. E também sentem o ânimo ansioso da opinião pública os partidários do regime. Nos altos círculos da *União Nacional* afirma-se a necessidade de o chefe do governo sair do seu silêncio. Artigos e entrevistas para a imprensa estrangeira não são bastantes: é indispensável que intervenha, que fale aos portugueses. Assim pensam os colaboradores próximos de Salazar; e empenham-se em que este pronuncie um discurso clarificador. Resiste Salazar: não tem tempo, não tem disposição, não quer mexer na lama da política interna: são os seus argumentos de hábito. Instado, no entanto, concorda, e reconhece que se impõe uma operação espectacular de relações públicas.

Entretanto, em Nova Iorque, na segunda quinzena de Julho de 1963 efectua-se a reunião do Conselho de Segurança, imposta pela *Organização da Unidade Africana*. Esta escolhe quatro países para a representar: Tunísia, Libéria, Serra Leoa, Madagáscar. Por sua vez, os governos destes quatro Estados fazem-se representar nos debates em Conselho pelos seus ministros dos Estrangeiros; e Portugal também. Pelos afro-asiáticos, é criada, em torno da sessão do Conselho, uma atmosfera de expectativa, de gravidade, de nervosismo, de drama: afluem jornalistas e operadores de cinema africanos e do bloco comunista, transborda a sala do Conselho de delegações afro-asiáticas e latino-americanas, e estão repletas as galerias do público: e todos se diriam preparados para assistir a um acontecimento que marque o desabar de uma época. Pelo secretariado da ONU, foram poderosamente reforçadas as medidas de segurança, e os seus guardas privativos patrulham

os corredores. Oferece o Conselho o espectáculo dos dias memoráveis (1). Abrem os debates com violência maior que a de uso. Cabe a presidência, por rotação, ao delegado marroquino, e o delegado do Ghana dirige-se-lhe, marcando o tom moral e político em que os africanos querem manter a reunião: «*V. Ex.ª está a presidir à liquidação do Império Português. A África espera que cumpra o seu dever*». Depois, durante uma semana, são trocados entre os ministros africanos e o de Portugal os mais ásperos argumentos. Para os delegados de África, a política portuguesa é de agressão, de genocídio, de afronta à Carta da ONU, de ameaça à paz do mundo, e constitui já um estado de agressão e de guerra. Portugal tem de conceder de pronto a independência aos seus territórios ultramarinos. Replica com extrema aspereza de linguagem o delegado português: não existem as condições que se alegam; todos os factos citados são falsos; tudo quanto se tem passado é preparado, instigado, sustentado e apoiado de fora; é absurdo falar de ameaça à paz do mundo, ou de um estado de guerra; e quem viola a Carta são os países africanos. De um lado e outro, são lançados ao debate todos os pormenores: como foi bombardeada uma aldeia senegalesa; como data de 1613 a designação de *províncias ultramarinas* dada aos territórios portugueses; quem vota nas eleições portuguesas; quantos representantes tem o Ultramar nos órgãos centrais de administração e de governo. Em final de debate, e como acto espectacular de política, Portugal convida os quatro ministros dos Estrangeiros africanos para visitarem imediatamente Angola e Moçambique, com liberdade total de movimentos. De permeio, intervêm também os membros efectivos do

(1) São nesta altura membros do Conselho, além dos cinco permanentes (Estados Unidos, França, Inglaterra, China e Rússia), os seguintes países: Marrocos, Ghana, Filipinas, Venezuela, Noruega e Brasil. A *Organização da Unidade Africana* também solicitara, para data ulterior, uma reunião do Conselho contra a África do Sul, por causa da política de *apartheid*. O governo sul-africano declinou participar. O facto de o governo de Lisboa se ter antecipado a aceitar a participação nos debates causou boa impressão nos africanos moderados e desarmou os extremistas. Tunisia, Libéria, Serra Leoa, Madagáscar e Portugal, não sendo membros do Conselho, participavam como *convidados*. Tinham liberdade absoluta de debate e intervenção, mas sem direito a voto, como é óbvio.

Conselho. Por parte da União Soviética, os ataques incidem na NATO e no Mercado Comum; a França, a Inglaterra, os Estados Unidos pronunciam-se em favor da autodeterminação, mas contra quaisquer medidas radicais ou precipitadas. É particularmente favorável o delegado francês: declara que Portugal não constitui ameaça à paz. Condenam a política portuguesa os demais membros do Conselho: é arrogante a Noruega, que dá conselhos e promete subsídios se Portugal abandonar África; é branda a Venezuela; é corajosa a China, que aplaude a política multirracial portuguesa; são agressivas as Filipinas, que acusam de racismo a política portuguesa; é de extrema violência o Ghana, que usa palavras de guerra; e o Brasil pratica uma demagogia fácil contra Portugal. Mas através de tudo sabe-se que em causa está um ponto, e um ponto só: vota o Conselho sanções contra Portugal, ou não? Neste particular, os três membros permanentes ocidentais — Estados Unidos, França e Inglaterra — são categóricos e não ocultam que oporiam o seu *veto* a qualquer resolução que tentasse aplicar a Portugal sanções políticas, económicas, ou outras. Está assim bem marcado o limite da política consentida aos afro-asiáticos. E em 31 de Julho de 1963 é posto à votação um projecto de resolução apresentado pelo Ghana: confirma resoluções anteriores contra Portugal; deplora a atitude do governo de Lisboa; verifica que a situação nos territórios portugueses constitui ameaça à paz e à segurança em África; convida Portugal a reconhecer o direito à independência, a retirar as forças militares, a promulgar uma amnistia política e permitir em África o funcionamento de partidos políticos, a empreender negociações com os representantes desses partidos tanto no interior como no exterior, e a conceder imediatamente a independência; e pede a todos os Estados membros da ONU que cessem qualquer ajuda ao governo português, designadamente de natureza militar. Estados Unidos, Inglaterra e França abstêm-se na votação, e os demais países votam afirmativamente: o texto transforma-se em resolução do Conselho de Segurança (1). Declara o delegado português: «*Pura e simplesmente, rejeito esta resolução: é um texto*

(1) Esta resolução recebeu o n.º S/5380.

moralmente errado: e o que está moralmente errado não pode estar politicamente certo».

Na grande imprensa do mundo foi havida por sensacional esta reunião do Conselho de Segurança. *The New York Times* é imparcial, e critica acerbamente a União Soviética; *Le Monde, La Nation, L'Information, Le Figaro* dedicam aos debates minuciosa atenção; e *L'Humanité* (1) diz que o *«delegado português tentou fazer a apologia do colonialismo»*. Na imprensa espanhola, italiana, sul-americana, a reunião é descrita como matéria que atrai leitores. Para a imprensa portuguesa, durante dias, constitui assunto de primeira página. E a opinião pública segue o desenrolar dos debates interessadamente, e no Ultramar tudo é acompanhado com particular avidez. Em Lisboa, no Conselho de Ministros de 6 de Agosto de 1963, é examinada a situação à luz do debate em Nova Iorque. Salazar conclui que a reunião tivera aspectos positivos: não privara Portugal da iniciativa; mostrara aos afro-asiáticos a fronteira que constituía limite da sua acção; tornara impossível aplicar a Portugal sanções; e a abstenção dos Estados Unidos, Inglaterra e França representava um ganho político de monta. *«E batemo-nos bem»*, comenta o chefe do governo.

Para além dos debates públicos, porém, há contactos bilaterais dos delegados portugueses com os de governos africanos, por iniciativa destes. É então inteiramente diferente a atmosfera: os africanos revelam compreensão, nalguns casos mesmo concordância com a atitude portuguesa: e alguns, como os da Serra Leoa ou do Madagáscar, não se tolhem de solicitar que Portugal não mude de política em África: e isto porque a política de Lisboa constituía um obstáculo à penetração no continente de mais imperialismos, além daqueles que já o retalham. Mas é sobretudo com o governo dos Estados Unidos que se desenvolvem neste momento contactos estreitos. Pelo Departamento de Estado, os debates no Conselho de Segurança são seguidos com minúcia, e é patente para os delegados portugueses que está manietado o anticolonialismo habitual do representante dos Estados Unidos, Stevenson, tendo-lhe sido imposta uma atitude muito branda. Para mais, o

(1) Como se sabe, órgão do Partido Comunista Francês.

presidente Kennedy manda dizer aos delegados portugueses que tomou um interesse pessoal pelo assunto; e em conversas com o ministro português, que para o efeito se desloca a Washington, deixa entrever com nitidez uma mudança importante na posição dos Estados Unidos para com Portugal. Kennedy admite que tenha sido precipitada a decisão tomada pelos Estados Unidos em 1961. Repete Kennedy uma frase anterior: «*Mas não me peça que, depois de haver subido ao cimo da montanha, eu desça ao fundo do vale num curto espaço de tempo. Preciso de pelo menos mais dois anos*» (1). E o secretário de Estado Dean Rusk confidencia que o presidente Kennedy decidira enviar a Lisboa, em pouco, um representante pessoal de alto nível para conversas aprofundadas com o governo português.

Neste quadro político, Oliveira Salazar prepara, amarrado à sua escrivaninha do Forte do Estoril, um discurso político sobre o problema de África. Condensa o pensamento a que obedece uma frase: *vamos a ver se nos entendemos.* E em 12 de Agosto de 1963, ela rádio e televisão, o chefe do governo dirige-se aos portugueses.

Essa necessidade de esclarecimento refere-se, em primeiro lugar, aos que formam a Nação Portuguesa: «*o que somos ou pretendemos ser como agregado nacional*». Define-se a Nação Portuguesa, como Estado unitário, na lei constitucional, que é mera declaração de um estado de consciência secular; mas esta consciência da Nação «*pode obnubilar-se em momentos críticos e mesmo subverter-se*»; e a Constituição é um texto que formalmente a vontade nacional pode também revogar. E isso tem sido sugerido de muitos lados. Mas o problema é outro: podem os dirigentes «*propor e aconselhar à Nação mudar a sua mesma estrutura pela pressão de razões estranhas ao seu próprio ser*» e serão essas modificações estruturais «*para seu bem?*» Em cada momento, os governantes hão-de actuar «*à luz do sentimento nacional e do interesse da grei; de modo algum por sujeição a desígnios que a um e outro se opõem*». No caso português, nação é inseparável do conceito de civilização, não de exploração; o objectivo sempre foi o de fazer despertar

(1) O leitor curioso poderá encontrar pormenores das conversas com Kennedy num livro do autor, *Diálogos Interditos*, I e II vols., 1979.

uma consciência nacional; e aonde foi dado fixar-se, o Português estendeu Portugal. E é *«assim que também somos, além do mais e a melhor título que outros, uma nação africana»*. Independência de Angola? de Moçambique? Mas um e outro território são *«criação portuguesa»*. E ao invés da aceitação destes factos, e de outros semelhantes em outras áreas, os dirigentes do mundo têm lançado o continente num caos e num movimento retrógrado que durará séculos. Quanto a Portugal, e sem embargo de existirem ainda alguns estádios anteriores de evolução, a inserção do *«elemento nacionalizador»* na construção política *«faz que todos e em toda a parte sejam portugueses»;* e a esse título, e não obstante forças centrífugas que possam surgir, a todos estão abertas as vias de acesso aos mais altos postos. E aqui se situa o multirracialismo, que agora começa a ser citado e admitido, e que é uma outra criação portuguesa. Aquele opõe-se ao racismo negro, que as novas independências africanas pretendem implantar; mas já começa a ver-se o perigo a que conduz esses novos Estados. No caso português, a unidade nacional — uma capital, um governo, uma política — é compatível com a máxima descentralização administrativa, dentro do círculo da política nacional, e que a Constituição permite consoante o estado social dos territórios. De acordo com estas premissas, e conforme as tendências ou aspirações reveladas pelas províncias, a nova Lei Orgânica do Ultramar vem consagrar maior representatividade dos órgãos locais, mais lata competência destes no âmbito da administração, e maior intervenção das províncias nas decisões da política nacional. Reparar-se-á *«como é rasgada e vasta a autonomia»* das províncias que, em alguns casos, excede a de estados federativos.

Passa o chefe do governo ao seu segundo capítulo: Portugal em face dos Estados africanos e os Estados africanos em face de Portugal. Investidos da missão providencial de *«libertar»* a África, os Estados africanos congregaram-se em Adis Abeba, e tomaram contra Portugal decisões já conhecidas, mas que não o atingem de forma significativa. Não teriam os países africanos força para *«impor-nos as suas excomunhões»* se não fossem apoiados pelo *«voto dos Governos comunistas que pretendem destruir o Ocidente e pela atitude de alguns países ocidentais que deveria ser considerada como deserção, se não significasse o desejo de captar a simpatia afri-*

cana para servirem o que julgam ser o seu interesse». Dentro da sua lógica, aos países africanos não importa o estado de adiantamento dos territórios portugueses, nem a vontade das suas populações: a libertação dos povos de África é reivindicada como *um direito contra a vontade dos próprios.* Mas as deliberações de Adis Abeba, aprovadas unanimemente, não traduzem uma unanimidade. Há um interesse revolucionário que subverte a África, e Portugal, que representa uma barreira, é um alvo bem escolhido; considera-se, por outro lado, que a independência é um valor e um objectivo em si, a conceder ainda que nenhuma das condições necessárias exista; e, ao contrário da Carta da ONU, faz-se equivaler autodeterminação a independência e autodeterminação a plebiscito. São duas graves confusões, que começam a ser notadas e que a história desmente. E qual o comportamento a adoptar em face dos povos africanos? Responde Salazar: *«a mais estreita e amigável colaboração, se a julgarem útil; a maior correcção, se formos dispensados de colaborar; a defesa dos territórios que constituem Portugal até ao limite dos nossos elementos humanos e dos nossos recursos, se entenderem por bem converter as suas ameaças em actos de guerra e trazê-la aos nossos territórios».*

E falta um capítulo: a posição perante a ONU ou a tentativa de governo mundial em que alguns a querem transformar para fins da sua política nacional. Portugal entrou nas Nações Unidas por pressão americana e inglesa, e confiado nas disposições da Carta e na interpretação que na altura lhe era dada. Mas a admissão de numerosos membros, a ambição de universalismo, e a deslocação do poder do Conselho de Segurança, paralisado pelo veto russo, para a Assembleia Geral, alteraram a instituição e o seu espírito. Nos últimos tempos, as províncias ultramarinas têm constituído para a ONU matéria prioritária, e isso para repudiar o facto de fazerem parte da Nação portuguesa. Não é de estranhar, visto o endeusamento da instituição e o desrespeito pela Carta; mas *«é talvez de estranhar que perfilhem a mesma doutrina nações que se tinham obrigado a defender os nossos territórios do Ultramar ou declararam em tempos serem eles, em mãos portuguesas, necessários à defesa do Ocidente».* E Salazar recorda, quanto aos ingleses, a declaração de Windsor, de 14 de Outubro de 1899; e quanto aos americanos lembra a carta de Roosevelt,

de 8 de Julho de 1941 (1). Mas além das aparências, que outras razões estarão na base da campanha da ONU contra Portugal? Em respeito à África, Lenine dividiu a evolução em três fases: anticolonialismo, nacionalismo, comunismo. Encontra-se quase inteiramente cumprida a primeira fase; seria pueril pensar que o «*regime mais colonialista do nosso tempo*» deseja libertar a África; e a ingenuidade com que de «*alguns sectores nos afirmam não serem em África constituídas sociedades comunistas, o que demonstraria a incapacidade de Moscovo de aí se estabelecer, faz-nos sorrir, porque o que Moscovo desejava fazer está sendo feito pelo Ocidente e o resto do programa será a seu tempo executado*». E assim se podem considerar paralelas, sob este aspecto, as políticas americana e russa. Mas há aqui um problema: a política russa é lógica e coerente, a política americana contém um grave princípio de contradição. «*Este consiste em que, sendo princípio fundamental da política dos Estados Unidos auxiliar a defesa da Europa, à qual se sacrificaram já em duas grandes guerras, começam eles por provocar a diminuição do potencial europeu, com o qual estão aliados, em favor do potencial inimigo, que é o comunista*». Por isso, as nações africanas permitem-se no Conselho de Segurança desafiar os Estados Unidos a fazerem uma escolha, que sabem impossível para estes, sob pena de sacrificarem irremediavelmente a defesa da Europa e do Ocidente. Deste modo, «*é mesmo duvidoso que a Europa esteja em certo momento disposta a bater-se por interesses que já não seriam seus*». E nesta altura há um certo número de coincidências: relações especiais entre o Congo e os Estados Unidos e o reconhecimento por aquele de «*uma espécie de associação de terroristas*» constituída em Léopoldville; e na outra costa apresenta-se como chefe da libertação de Moçambique um professor de uma universidade norte-americana (2). «*São talvez simples coincidências, em todo o caso coincidências infelizes, que os responsáveis nada têm feito para esclarecer*».

Oliveira Salazar conclui a sua exaustiva exposição. Confessa «*que é preciso um pouco de coragem para ouvir imperturbável*

(1) Ver vol. III, pág. 328 da 1.ª ed., e pág. 328-329 da 2.ª ed.

(2) Refere-se Salazar evidentemente a Eduardo Mondlane.

o alarido que se levanta contra Portugal e os estranhos juízos dos homens, alguns eminentes e com grandes responsabilidades no governo dos povos». Uns cuidam que os focos de terrorismo resultam da opressão portuguesa. Conhece-se a toada, que ora pretende atingir as províncias, ora quer resolver expeditamente os problemas mediante a subversão da política portuguesa. Outros cuidam que Portugal vive sobretudo do Ultramar, e por isso no último Conselho de Segurança o embaixador da Noruega sugeriu mesmo uma contribuição para indemnizar Portugal dos prejuízos que sofreria pela perda daquele. *«Simplesmente, o Ultramar Português pode ser vítima de assaltos mas não está em venda».* E o futuro? Não parecem lícitas dúvidas sobre o sentimento do povo português, na Metrópole e no Ultramar, acerca da defesa da integridade da Nação. *«Mas eu só vejo vantagem em que se pronuncie em acto solene e público sobre o que pensa da política ultramarina que o Governo tem prosseguido».* E a maneira como o país tem correspondido é uma lição para todos. *«Diante desta lição eu entendo mesmo que não se devem chorar os mortos. Melhor: nós havemos de chorar os mortos se os vivos os não merecerem».*

Foi longo e repetitivo o discurso de Oliveira Salazar: uma condensação de teses e conceitos expostos ao longo de anos. Mas contém aspectos novos, ou sublinhados com novo relevo: a tese da resistência até ao extremo limite das forças portuguesas; a rejeição de ameaças; a colaboração com os Estados africanos, se desejada por estes; o desafio à Organização da Unidade Africana; embora motivado por razões diversas, o paralelismo da política americana e da russa; a continuação, em suma, de uma política firmada nas tradições portuguesas, nos interesses permanentes de Portugal, nos princípios ideológicos, nas conveniências estratégicas do Ocidente. Segundo Elbrick, o governo americano está *«aborrecido»* e *«ofendido»*. Mas por reiterar argumentos que na sua fugaz memória muitos haviam esquecido, por reafirmar com nitidez uma política, pelo vigor do pensamento, pela coragem e altura com que se dirige à ONU e às grandes potências, pela condensação numa só peça de quanto há a dizer sobre a matéria, o discurso concentra as atenções, restabelece o ânimo dos mais tíbios ou hesitantes, impressiona a generalidade da opinião pública. Causa um choque psicológico a afirmação de que se não devem chorar os mortos,

salvo se os não merecerem os vivos. Há um ponto, todavia, que não é compreendido com nitidez: que acto solene e público (1) tem Salazar em mente? Correm versões — um referendum, um plebiscito, uma manifestação, uma sessão especial do parlamento, ainda outras suposições — mas de fonte oficial nenhum esclarecimento é feito. Por todo o país, na Metrópole e no Ultramar, há um renovar de mística nacional.

Logo a seguir, em 14 de Agosto, é celebrado em forma bem vincada e sem acanhamento perante a Espanha mais um aniversário da batalha de Aljubarrota. Nos campos históricos e junto ao mosteiro de Santa Maria da Vitória, há cerimónias militares, e acompanhado de membros do governo comparece o presidente da República. Personalidades independentes e isentas não fogem ao ambiente geral, e não se eximem a exprimir o seu patriotismo. Guilherme Braga da Cruz, mestre destacado de Coimbra, e agora lugar-tenente do pretendente ao trono português, telegrafa a Salazar em nome do duque de Bragança para testemunhar o apoio deste à política ultramarina. Azeredo Perdigão, sempre fiel aos seus princípios democráticos e sem se afastar por um instante da sua independência, acaba de percorrer Angola e Moçambique, e no regresso a Lisboa não hesita em afirmar aos jornais: «...*pode*

(1) Eu havia pessoalmente sugerido a Salazar, com empenho, o anúncio da realização de um plebiscito ou referendo que, abrangendo coerentemente toda a Nação, não punha em causa a sua unidade, nem podia ser invocado contra esta: seria como se se plebiscitasse uma constituição. Não havia dúvidas quanto aos seus resultados, tanto mais que o peso eleitoral da metrópole teria de ser decisivo pela natureza das coisas. E seria difícil aos outros países, sobretudo aos ocidentais, negar o valor político e legal de um plebiscito. Poderia mesmo, embora rejeitando toda e qualquer interferência da ONU (que aliás nunca aceitaria fazê-lo senão nos seus próprios termos), solicitar-se de governos e jornalistas amigos e independentes que enviassem observadores a título meramente oficioso. Salazar acolheu a ideia na primeira versão do seu discurso. Mas sentiu receio no último minuto, e substituiu a palavra plebiscito por acto solene e público, sem o definir. Desenvolvimentos ulteriores, na ONU e meios afro-asiáticos, vieram demonstrar que teria sido por estes considerado irrelevante qualquer plebiscito, por mais genuino que fosse, desde que o resultado não fosse favorável às teses das Nações Unidas e dos governos africanos.

dizer, com a mais profunda e independente convicção, que a nossa política ultramarina para o momento actual está absolutamente certa e que outra não poderá ser adoptada por um governo responsável nem compreendida e aceite por um povo viril, consciente da sua missão histórica e da essencialidade dos seus deveres morais e dos seus interesses materiais». E outros homens, como Hernâni Cidade, Armando Cortezão, Nuno Simões, não deixam de exprimir sentimentos análogos.

Não está ainda concluída, todavia, toda a *operação política* que se destina a impressionar a opinião pública interna, sem dúvida, mas o mundo exterior também. E então, nos Passos Perdidos da Assembleia Nacional, dez dias mais tarde, a 23 de Agosto de 1963, os três ramos das Forças Armadas, através dos seus representantes qualificados, exprimem o seu apoio ao governo na política de África. Estão os ministros militares, as grandes patentes da hierarquia em serviço na Metrópole, numerosos oficiais; e o general Câmara Pina, chefe do Estado-Maior do Exército, saúda Salazar em nome de todos, faz o seu elogio, e reafirma a lealdade dos homens que conduzem a guerra em África. É breve na resposta o chefe do governo: não há méritos de ninguém pois ninguém põe no acto qualquer intenção pessoal; todos se limitam a interpretar o sentimento comum e a defendê-lo; todos se batem pela verdade, pela sinceridade, pela autenticidade da política seguida; e os «*duros esforços*» das Forças Armadas são testemunho de que «*estamos senhores da razão*». E neste espírito «*chamo por todos aqueles que, trabalhando, lutando em qualquer recanto de Portugal para defendê-lo, têm o direito de estar aqui, vivos ou mortos, para que os saudemos como os melhores de todos nós*» (1).

Quatro dias depois, conclui-se o grande acto político lançado pelo governo: realiza-se em todo o território português, a 27 de Agosto de 1963, uma manifestação nacional. Torna-se imponente a de Lisboa. Naquele dia, pela meia tarde, converge para o Terreiro

(1) Todos os comandos insulares e ultramarinos telegrafaram a afirmar a sua lealdade e apoio ao governo.

do Paço grande multidão. Não fica na praça vasta um vazio, e o poder de gente transborda pelas ruas que vêm do Rossio, e para a Ribeira das Naus, o Arsenal, a Rua da Alfândega, enquanto barcos de carreira atravessam o Tejo e continuamente depositam milhares de pessoas no Cais das Colunas. Estão duzentos e cinquenta a trezentos mil manifestantes. Rodeado de Mário de Figueiredo, Luís Supico, alguns ministros, Salazar está a uma das janelas da ala ocidental da praça. Em baixo, empunhados pelo povo, agitam-se cartazes, bandeiras, disticos; há vozearia, vibração, espírito de cruzada que mobiliza os que sentem identidade de propósitos; e sucedem-se, pronunciados da janela onde se encontra o chefe do governo, os discursos de exaltação patriótica, de fé no Ultramar, de adesão pessoal a Oliveira Salazar. Este pronuncia no fim uma curta alocução, toda emocional. Não agradece aos que ali vieram, porque isso seria diminuir o sacrifício; não há que mencionar nomes porque o acto em muito e muito transcende qualquer; não há que lembrar agressividade ou incompreensão de outros, porque importa ter a mente absorta nas decisões próprias. Uma palavra acode e se impõe: Portugal. E um só sentimento: o da firme determinação de defender a integridade nacional: e esta é *«a vontade de viver do nosso povo»*. Salazar recorda o papel de todos no esforço colectivo: os pais e as mães dos portugueses, *«que estão aqui em júbilo ou em lágrimas»;* os trabalhadores dos campos, das lojas e das fábricas; os homens da inteligência, os dirigentes das actividades de todo o género. E conclui com frases destinadas a aliciar homens: *«Dei há dias a entender a obrigação de merecermos os nossos mortos. Mas diante do espectáculo a que mercê de Deus me é dado assistir, de todo um povo que, unido e fraterno, se comprime, por suas mil representações, junto dos Paços do Poder; diante deste empolgante movimento de mobilização de almas que se oferecem em devotamento total; ao ouvir o eco das mesmas ansiedades das terras ultramarinas que a esta hora também clamam pelo seu direito a gozar de paz e pela legitimidade da sua participação nacional; diante de tudo isto que é belo, e grande, e único, não temos só o dever de merecer os mortos; temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos»*. Da praça e por toda a área em torno sobe um troar de aplauso, de ovação, de triunfo. E à mesma hora, em todo o Ultramar, por cidades e por vilas, manifestações paralelas

proclamam os mesmos objectivos, afirmam a mesma resolução (1).

Pelo fim da tarde, Salazar regressa ao Forte do Estoril. Que lhe pareceu a manifestação? «*Fiquei tão emocionado que não consegui trabalhar no resto da tarde*».

(1) Na manifestação alguma parte será devida à organização das autoridades, da União Nacional, etc. Mas é indisputável que a esmagadora maioria dos manifestantes se apresentou por iniciativa própria.

CAPÍTULO V

A Resistência

1

Enquanto se desenrolam estes actos de política interna, não cessa o debate internacional em torno do Ultramar. Ao secretário-geral da ONU, Portugal envia um convite para que se desloque a Lisboa, a conferenciar com o governo sobre problemas suscitados na última reunião do Conselho de Segurança. Com reflexos na posição portuguesa, é tornada pública uma nova atitude espanhola: Madrid anuncia a autodeterminação para a Guiné Espanhola e para Fernando Pó: e assim contraria, sem prevenir Lisboa, a política que fora afirmada em Mérida pelo general Franco. Logo muitos pretendem traçar paralelos, ou concluir pela existência de atritos com a Espanha; e Lisboa não se acanha de deixar entrever que é verdadeira a segunda alternativa. Em Nova Iorque é pedida a suspensão ou a expulsão de Portugal de conferências promovidas pela ONU, ou das suas agências especializadas. Noutro plano, entram em nova fase as relações bilaterais de Portugal com a União da África do Sul. Na sequência da visita do ministro dos Estrangeiros Eric Louw e para enfrentar os embargos dos países africanos, Lisboa amplia consideravelmente o aeroporto do Sal, em Cabo Verde, que assim poderá ser usado pelos aviões dos Transportes Aéreos Sul-Africanos, além

dos da companhia portuguesa. Mas Lisboa entende que, em compensação deste serviço, Pretória tem de prestar maior auxílio no esforço comum de defesa em África. E nos últimos dias de Agosto de 1963, Salazar escreve ao primeiro-ministro da África do Sul, Hendrik Verwoerd, uma longa carta secreta em que expõe franca e claramente o problema, em termos quase cominatórios para o governo sul-africano: ou o bastião português resiste ou a guerra atinge a África do Sul (1). Na altura, porém, mais importante do que tudo é a chegada a Lisboa do enviado especial do presidente Kennedy, como fora revelado em Julho por Dean Rusk. Trata-se de George Ball, secretário de Estado adjunto, e que na hierarquia do Departamento de Estado ocupa portanto o lugar imediatamente abaixo de Rusk.

George Ball é assim uma alta figura do governo dos Estados Unidos. Vem a Lisboa por incumbência pessoal de Kennedy, com o apoio de Dean Rusk; mas no interior do Departamento um fervilhar de intriga rodeia a sua vinda. Chester Bowles, que ocupa também um posto importante no Departamento, lança a ideia de os Estados Unidos comprarem os Açores por um bilião de dólares, sob condição de Salazar abandonar Angola e Moçambique; Mennen Williams, perante a possibilidade de conversas

---

(1) É extensa a carta de Salazar, mas importa transcrever os seguintes passos: *«Nós estamos quase sós em África, Senhor Primeiro-Ministro, e se a Rodésia do Sul for compelida a aceitar as condições que tenho visto expostas na imprensa no sentido do domínio absoluto da raça negra, penso que não ficarão então no continente africano mais que os territórios portugueses e a União Sul-Africana a representar e a defender a civilização do Ocidente. Nesta hipótese, desvanece-se a esperança que por muito tempo mantive de conservar-se em paz e em progresso, para benefício do Ocidente, a parte de África ao sul do Congo e do Tanganica. Felizmente a guerra no seu aspecto de luta subversiva empreendida por terroristas ou no de luta clássica travada por exércitos dos países independentes, está muito longe das vossas fronteiras, mas rapidamente estará às vossas portas, se Portugal não puder resistir. Quer dizer que há interesse ocidental e claramente sul-africano em que tal hipótese se não verifique; e por esse motivo todas as formas de cooperação que possam ser dadas a Portugal nos seus territórios de Angola e Moçambique são muito úteis à nossa resistência e à vossa defesa própria».* Estava evidentemente excluído qualquer auxílio sul-africano em tropas regulares, ou voluntárias, etc., mas apenas se encaravam facilidades para compra de armas ligeiras, munições, abastecimentos, etc.

directas entre portugueses e africanos, opõe-se a que os Estados Unidos recomendem aos terroristas qualquer trégua por aquele motivo, dado que por isso poderiam não aproveitar a estação das chuvas, a melhor época para luta de guerrilha, e assim «*perder todo um ano de operações planeadas*»; mas Kennedy e Rusk vão por diante com a missão especial de George Ball. Que instruções recebe este de Kennedy? É minuciosa a *carta de missão* entregue a Ball. Deve «*explorar com o Dr. Salazar as relações entre os nossos dois governos, com referência particular para os problemas suscitados pelos territórios portugueses*». Encaram os Estados Unidos as suas relações com Portugal no contexto de responsabilidades americanas mundiais, e impõe-se reconhecer que «*os nossos interesses e os de Portugal podem não ser sempre idênticos em todos os respeitos*». Ball deve reafirmar a atitude americana no problema da descolonização e quanto ao princípio de autodeterminação que lhe é subjacente; mas, dentro desse quadro, os Estados Unidos não advogam qualquer fórmula especifica para o ajuste de relações entre Portugal e os seus territórios, nem apoiam qualquer movimento nacionalista ou chefes nacionalistas. «*Nós não temos ambições económicas ou políticas nos territórios; mas ao mesmo tempo as nossas atitudes não são ditadas principalmente por considerações idealísticas ou evangélicas*». Para os interesses dos Estados Unidos e para os do mundo livre, é fundamental que as aspirações politicas dos povos sejam satisfeitas de forma ordeira; e as alternativas serão o desespero e o conflito de que resultará a exclusão de Portugal da África e, em pior perspectiva, o caos e o dominio comunista. Ball deve «*encorajar os portugueses a conversar directamente com chefes africanos moderados, para discutir aquele programa*»; e a cooperar com o secretário-geral das Nações Unidas, incluindo um convite para este visitar Portugal e possivelmente os territórios africanos (1). Em suma, Ball deveria instar por que, dentro da aceitação do princípio da autodeterminação e de um período de tempo indicado, Portugal executasse um

(1) O convite português a U Thant precedeu a chegada de G. Ball, e em qualquer caso Lisboa ignorava as instruções de que este era portador. É notável a coincidência, no entanto. Elbrick é que já se referira a essa possibilidade.

plano que: *a*) entregasse poderes efectivos às assembleias locais; *b*) ampliasse progressivamente as oportunidades de voto; *c*) colocasse um número crescente de africanos no governo; *d*) alargasse e expandisse a educação; *e*) e previsse a discussão de todo o programa com chefes africanos (do governo ou, se viável, nacionalistas). Para a execução desta política, e para qualquer plano de educação, os Estados Unidos estariam dispostos a colaborar. Por último, Ball deveria salientar que para Washington é importante que Portugal se abstenha de usar em África material militar que haja sido cedido pelos Estados Unidos, e se «*o Dr. Salazar levantar a questão da base dos Açores*» deverá ser-lhe expressa a disposição americana do concluir negociações no contexto de uma forte aliança da NATO e de uma defesa efectiva do mundo livre (1).

Oliveira Salazar, obviamente, não tem conhecimento das instruções de Kennedy a Ball. Depois de longas, minuciosas conversas nos Estrangeiros, Ball é recebido pelo chefe do governo. Salazar agrada-se de Ball: julga-o sério, digno, compreensivo, consciente das particularidades e subtilezas da política portuguesa. Ball acha Salazar «*um homem com encanto e urbanidade, muito rápido mentalmente e lúcido, extremamente conservador, profundamente absorvido por uma dimensão do tempo muito diversa da nossa, transmitindo uma forte impresssão de que ele e todo o seu país estão vivendo em mais de um século, como se o Príncipe*

(1) A *carta de missão* entregue por Kennedy a Ball é obviamente redigida em inglês. A tradução para português das citações directas que faço e o resumo do texto são portanto da minha responsabilidade. No momento em que Salazar está preocupado com a política interna e com a vinda de George Ball, a directora da *Caritas Portuguesa*, Fernanda Jardim, escreve-lhe uma carta a dizer que a comissão diocesana de Luanda está aflita de dinheiro. Salazar responde com uma carta que transcrevo como curiosidade: «*Ex.ma Senhora D. Fernanda Jardim — Fui ver se tinha ainda algum dinheiro que pudesse aliviar as aflições imediatas de Sor. Maria de S. Luís. Achei 50 contos que V. Ex.ª fará o favor de mandar levantar e de mandar transferir para Luanda. Não sei quanto custa a transferência mas V. Ex.ª manda depois a conta para não ficar a pesar na Caritas. Com respeitosos cumprimentos. Que a Guilhermina continue a melhorar. Ol. Salazar*». A importância de 50 contos, muito avultada para a época, foi remetida por cheque de Salazar sobre a sua conta particular na Caixa Geral de Depósitos — Caixa Económica Portuguesa.

Henrique o Navegador, Vasco da Gama e Magalhães fossem ainda agentes activos na formulação da política portuguesa». Ball mostra-se muito flexível, e entendedor das realidades mundiais, e portuguesas. Como resultado da guerra, houvera uma contracção da Europa, e o aparecimento de *espaços vazios* que os Estados Unidos se viram obrigados a preencher, criando-lhes responsabilidades pesadas. Não desejam ampliar estas, mas reduzi-las; têm alguns interesses na América Latina, no Oriente, mas não em África, que do ponto de vista americano poderia mesmo não existir; o nacionalismo africano, no entanto, é um facto; e não se querem mais Congos, nem a penetração comunista. E é neste contexto que é importante o problema de Portugal em África: os Estados Unidos quereriam assegurar a presença, a influência, a manutenção dos interesses portugueses em África: como fazer? Portugal estava muito próximo de *praticar* uma política de autodeterminação, diferente da exigida pela ONU, mas não afastada do que basicamente era a concepção americana: não deveria ser impossível encontrar um conceito ou plataforma que os dois países pudessem aceitar. E em que tempo? Ball apresenta e propõe o prazo de dez anos para a completa efectivação do princípio em que se acordasse. Salazar, por seu lado, salienta os esforços feitos em matéria de educação e a ausência de discriminação racial na política portuguesa. E diz quanto aos pontos concretos: o poder europeu retraiu-se no mundo, e em África especialmente, por pressão dos Estados Unidos com o seu anticolonialismo, que assim criou os *vazios* e as responsabilidades que agora lamentam; e o prazo de dez anos, ou a marcação de qualquer prazo, seriam inaceitáveis, pois decerto Ball e o governo de Wasington não pensavam que durante dez anos não haveria mais terrorismo, a ONU não se ocuparia mais de Portugal, e deixaria este em paz sem debater *todos os anos* o *caso português*. Ball concorda quanto a este ponto. Continuava apesar de tudo a dar a máxima importância ao *factor tempo*. Mas compreendia o *perigo* de se falar em *prazos*. Sugeria por isso que se considerassem *fases*, ou *estádios*, ou *sequências políticas*. Salazar admite que esta ideia tem muito mais validade. E dos dois lados se afirma o desejo de reduzir a escrito uma troca de pontos de vista que poderia acaso ser a base de um acordo luso-americano.

Depois de duas longas conversas com Salazar, Ball informa que tem outra tarefa a desempenhar no Paquistão, e para ali parte, ficando aprazada no regresso nova visita a Lisboa dentro de uma semana. Entretanto, Salazar reflecte. Considera que os americanos evoluíram alguma coisa, mesmo muito. Há ano e meio, há dois anos, julgaram que uma pressão, uma ameaça, fariam cair o governo em Lisboa ou ao menos alterar a política. Mas desistiram. E têm agora os seus problemas, os seus interesses estão afectados em muitas áreas. Por isso mandam um emissário de alta categoria, sem solicitação do lado português. E Salazar pergunta: que vem propor? Querem garantir, segundo dizem, a presença, a influência, os interesses de Portugal em África. Muito bem, admite Salazar; mas quebrados os vínculos políticos, em pouco tempo nada haverá de português; e quem tem dinheiro é quem empresta e dita a política, e é quem depois expulsa os interesses económicos e as influências dos mais fracos. E que pretende Ball dizer com os *prazos?* Querem um *prazo:* para quê? Esta insistência no *prazo* ou em *estádios* sucessivos significa que Washington continua a pensar que «*com jeito, docemente, conseguem anestesiar-nos e impelir-nos por um plano inclinado*». Está claro, reconhece Salazar, que a aceitação incondicional do *caminho americano* faria chover, em troca do Ultramar, os dólares na Metrópole, às centenas de milhões; estes durariam dois ou três anos, construir-se-iam umas fábricas, umas pontes; e depois seria a miséria. Mas Salazar vê outro aspecto: há o futuro, a História, o julgamento da História. E Salazar diz: «*não podemos recusar este passo que os americanos deram, há que esgotar todas as possibilidades, e é preciso que fique bem documentado que fomos até ao extremo limite da flexibilidade e das concessões, salvaguardando a unidade e a integridade da Nação. E se conseguíssemos que os americanos fizessem mais uma pequena evolução, dessem mais um pequeno salto, então tiraríamos o carro do atoleiro*». E George Ball torna a Lisboa, de volta do Paquistão, em 6 de Setembro de 1963. Então, tudo ponderado, e após nova troca de impressões com Ball, é preparado um longo memorial. Este consagra os princípios básicos da política portuguesa, num quadro de flexibilidade nova: existência de um país geograficamente separado mas unitário nacionalmente; existência no plano ético, político e jurídico

de uma sociedade multirracial e paritária; igualdade de todos perante a lei; igualdade de oportunidades; participação de todos na vida colectiva, ao mesmo título, consoante os méritos e capacidades individuais; educação como fomentadora dessa participação; autodeterminação como conceito pluriforme, expressa através de um processo sociológico e político contínuo, e pela prática de actos sucessivos que implicassem e comprovassem a adesão e o consentimento dos governados à estrutura do Estado e do governo; eventual utilização dos referendos constitucionais como meio de auscultar a vontade colectiva. Ao mesmo tempo, através de actos políticos sucessivos — eleições e participação em órgãos da soberania — seria expressa uma autodeterminação que traduziria ou corresponderia à concepção americana do princípio: o consentimento dos governados à estrutura da Nação, à forma de administração, à política geral. Por si, o enviado americano chega em Lisboa a três conclusões: nada há de comum entre a política portuguesa em África e o caso da África do Sul; levar Portugal a satisfazer as exigências dos afro-asiáticos é um erro que poderia custar caro aos próprios Estados Unidos; e a atitude portuguesa constitui uma actualização do *sonho lusitano,* possuído de uma mística da história, da missão civilizadora, de apostolado cristão.

No dia em que Ball torna a Lisboa, parte o presidente da República, no *Infante D. Henrique,* para uma viagem a Angola e a São Tomé. Salazar vai despedir-se de Américo Thomaz. E depois dirige-se ao Ministério dos Estrangeiros e com o ministro, no gabinete deste, revê cuidadosamente o memorial. Ao outro dia, o documento é entregue a Ball. Este regressa aos Estados Unidos. E revolvendo todos os aspectos do *sonho lusitano,* pergunta a si próprio: «*e por que não?*» (1)

(1) Quando à distância no tempo se comparam as instruções de Kennedy a Ball e a maneira como este as cumpriu em Lisboa, tem de concluir-se que o enviado americano agiu com absoluta integridade, boa-fé, e com um pendor de espírito que o levava a aderir mental e psicologicamente a muitos aspectos da política portuguesa.

2

E o convite ao secretário-geral das Nações Unidas? Em termos corteses, U Thant responde por uma recusa: não pode deslocar-se a Lisboa, amarrado como está por trabalhos prementes: mas enviará para conversas com o governo português um seu representante categorizado. E designa Godfrey Amachree: é um negro nigeriano, destacado da alta administração do seu país e ocupando na ONU, como funcionário internacional, o cargo de assistente do secretário-geral para assuntos africanos, especializado em problemas de territórios não-autónomos. Amachree chega a Lisboa três dias depois da partida de George Ball, e a opinião pública portuguesa compreende que está em curso uma negociação política de tomo. Amachree tem prolongada entrevista com Oliveira Salazar, e repetidas conversas nos Estrangeiros, a que estão presentes delegados da Defesa Nacional e do Ultramar. Lisboa reitera a sua posição de sempre: não aceita a legalidade das resoluções antiportuguesas, não se propõe obedecer ao Conselho de Segurança, repudia as acusações de que Portugal ameaça a paz e a segurança internacionais. Mas por outro lado Lisboa mantém a sua iniciativa e retoma a sua *ofensiva política* contra os governos africanos: a Amachree são fornecidos elementos minuciosos sobre o progresso e a amplitude da participação de *todos* os habitantes na vida pública; são entregues dados concretos sobre o desenvolvimento material dos territórios; são prestadas informações, pormenorizadas e documentadas, sobre a existência e o funcionamento de bases em território estrangeiro, de onde partem os ataques contra Angola e a Guiné, e se preparam contra Moçambique; e por último, com grande ênfase, Lisboa sublinha e reitera as propostas de *pactos de não-agressão* com os países africanos limítrofes, os convites aos quatro ministros africanos que representam a OUA, as propostas de conversações com quaisquer governos de África, sem agenda ou outro condicionalismo prévio. Amachree tudo escuta e anota. Por seu comportamento, e pelas suas perguntas, não se mostra demagogo, nem radical. E antes de regressar a Nova Iorque, diz: «*não estarei de*

acordo com a vossa posição, e nada posso dizer salvo que tudo narrarei fielmente ao secretário-geral. Mas, pessoalmente, considero que a vossa atitude é séria, e responsável».

Entram os meados de Setembro, e na rotina regulamentar a Assembleia Geral das Nações Unidas inicia a sua sessão anual. Logo na abertura, ainda na fase do debate geral, são lançadas contra Portugal as acusações de sempre, já rituais e de estilo. Acresce um ângulo novo de ataque: a *doutrina da incompatibilidade.* Segundo os afro-asiáticos, as suas delegações são *incompatíveis* com a de Portugal: não podem coexistir na mesma sala, não podem usar a mesma tribuna: e impõe-se portanto a *suspensão* dos delegados portugueses, a sua *exclusão* dos recintos privativos das delegações e suas bancadas: e oportunamente deverá ser votada a expulsão de Portugal. Mas em pouco se apercebem os afro-asiáticos de quanto é absurdo o que pretendem: se hoje a incompatibilidade é com Portugal, amanhã pode ser entre árabes e israelistas, ou entre monarquias e repúblicas, ou entre capitalistas e socialistas, e assim por diante: e para mais a expulsão teria de ser votada pelo Conselho de Segurança e depararia nesse órgão com o *veto* dos membros ocidentais permanentes. Alguns afro-asiáticos encaram o problema com realismo, e sustentam o contrário: a delegação portuguesa deve estar presente justamente para que oiça as acusações. É abandonada a *doutrina da incompatibilidade.* E os ataques prosseguem com a violência de uso, e repisando a rotina. Todavia, no debate geral em plenário da Assembleia, sobressai um elemento que destoa: o discurso do ministro dos Estrangeiros de Espanha, Castiella. Afirma este que Portugal é o grande acusado, quando se fala de África, mas é significativo que também seja a última potência europeia que ainda governa vastas províncias no continente africano; é significativo porque Portugal foi também a primeira potência europeia a estar presente em África há mais de cinco séculos, quando aquela presença era em última análise o nascimento para a civilização de novos territórios; ninguém deve, pois, estranhar que Portugal permaneça firme na sua posição africana sem querer abandoná-la com a indiferença e a precipitação com que se abandona um negócio que vai mal ou a participação numa sociedade prestes a falir; há que recordar a secular atitude portuguesa de construir uma sociedade

multirracial de ideal cristão; e não se pode acusar Portugal de exploração económica, pois ainda há pouco a *«palavra galharda»* de Salazar afirmou que o Ultramar português pode ser vítima de assaltos mas não estava à venda. Castiella pergunta: talvez se lhe possa apontar, unicamente, não praticar a autodeterminação? mas como pode fazê-lo se a agressão montada além-fronteiras o inibe? E então diz o ministro espanhol: *«efectivamente, entendemos que a autodeterminação, para que tenha sido e seja um facto respeitável, não pode nunca ser imposta de fora»* e *«imaginemos, em todo o caso, o que poderia ter avançado Portugal nesse caminho se não tivesse sido agredido, se não houvesse tido que acudir com urgência a esse dever primordial de todo o Estado civilizado que é o de restaurar a ordem e a paz»*. Por outras palavras, o ministro espanhol exprime à Assembleia a opinião de que o passado histórico de Portugal em África é digno de respeito e aconselha os países africanos a cessarem os seus ataques terroristas para depois exigirem, tal como a entendem e na paz, a autodeterminação dos territórios portugueses. Para confirmar perante os delegados afro-asiáticos que aquele era o espírito do discurso de Castiella, o representante permanente de Espanha afirma que o seu país aceita o *«espírito da descolonização»* e que colaborará com a ONU na descolonização dos seus territórios africanos; e em Madrid o ministro da Informação, Fraga Iribarne, declara que o governo espanhol vai consultar os habitantes de Fernando Pó e Guiné espanhola para apurar o destino dos territórios. Está assim contrariado o que Franco dera a perceber a Salazar na entrevista de Mérida. Por outro lado, Kennedy lança uma ideia que, se levada avante, poderia ser grave para Portugal: a criação de uma força militar da ONU. Ao mesmo tempo, o presidente americano sustenta que a construção de uma *sociedade multirracial* representa um ideal da Carta; e faz idêntica afirmação o primeiro-ministro britânico, MacMillan, também perante o plenário da Assembleia. Estas duas atitudes são tomadas como de apoio indirecto aos objectivos portugueses. E entretanto, com o correr dos dias, parece produzir-se no debate como que uma acalmia, ou pelo menos atenuação, nos ataques à política portuguesa. Perguntam-se a razão muitos observadores. E alguns estabelecem uma ligação entre o facto e o regresso de Amachree a Nova Iorque: o represen-

tante de U Thant teria solicitado dos delegados afro-asiáticos moderação no debate geral (1).

A este tempo, em Lisboa, avolumam-se as interrogações em torno da política de África: que vai o governo fazer? a que conduziram as conversas ou negociações com George Ball e Amachree? que pensamento recôndito tinha Salazar ao proferir o seu longo discurso de Agosto? Mil hipóteses são formuladas, e aparece mais disseminada a de um plebiscito: não poderia ser outro o significado do *acto público e solene* referido por Salazar: e essa interpretação quase se transforma em certeza política. Assim o toma a oposição tradicional, que logo vê no facto um ensejo para intervir: em carta dirigida ao chefe do governo, e assinada por Cunha Leal, Hélder Ribeiro, Santiago Prezado e outros, afirma-se o desejo de fundar um grupo ou partido de *acção democrática social* e, aludindo ao discurso de Salazar de 12 de Agosto, advoga-se um referendum urgente que dê ao povo português a faculdade de se pronunciar, em bloco, sobre a política ultramarina «*como um povo livre*». Em muitos meios, ligados ao governo ou havidos como de extrema-direita, suscita a hipótese de um referendum ou de um plebiscito vigorosa reacção; e o director do *Diário de Notícias*, Augusto de Castro, elabora um artigo que justamente intitula *Um plebiscito?* Diz Castro que «*um plebiscito seria indispensável para ceder, revogando direitos inalienáveis. Nunca para manter direitos incontestáveis*». «*Podem plebiscitar-se dúvidas para as transformarmos em certezas. Mas não se plebiscitam certezas — para as transformar em dúvidas. Deus não se plebiscita. A honra não se plebiscita. A Pátria não se plebiscita*». Mas os serviços de censura consideram grave a matéria do artigo, e não autorizam a sua publicação; e enviam a Salazar as provas tipográficas do texto. Augusto de Castro aguarda; mas ao cabo de alguns dias

(1) Convirá esclarecer o leitor acaso menos informado de que, no funcionamento da ONU, se designa por *debate geral* o conjunto de discursos pronunciados perante o plenário da Assembleia, no início dos seus trabalhos, e em que os chefes das diferentes delegações fazem declarações de política geral dos seus governos, ou comentam os problemas mundiais, ou se ocupam de assuntos de particular interesse para os seus países. Não há limitações no debate geral e *tudo* pode ser ventilado.

escreve ao chefe do governo, a solicitar uma decisão. Responde Salazar: «*nada está assente nem definido, mas apenas que, a fazer-se alguma coisa, esta se deveria realizar depois da visita do Chefe do Estado a Angola*» (1). Mais ainda do que Augusto de Castro, sente o José Nosolini, o velho companheiro dos combates de Coimbra, dos velhos tempos do *Imparcial*, do *CADC*, do *Centro Católico* (2). Da sua Casa de S. Lourenço, em Sinde, junto a Tábua, Nosolini escreve a Salazar uma longa carta: considera dúbio o discurso de Castiella (3), e pergunta-se se o mesmo assentou em conversas prévias com Portugal, como abertura para uma autodeterminação, ou se é resultado de conversas de Castiella com Rusk, tendo o ministro espanhol prometido ao secretário de Estado facilitar-lhe o caminho quanto a Portugal. E Nosolini quer saber: «*foi favor ao Rusk, com rebuçado envenenado para nós, ou foi galhardia de*

---

(1) Tem muito interesse documental esta carta. Segue na íntegra: «*Ao Dr. Augusto de Castro — Recebi a carta de V. Ex.ª de ontem e as provas do artigo* — — Um plebiscito. *Li o artigo com a maior atenção e não tenho observação alguma a fazer à doutrina nele defendida e que me parece certa. O momento para publicá-lo, se vier a publicá-lo, não será porém este. Nós estamos em posição de deixar cair a ideia ou de aproveitá-la, sem atentar contra coisas essenciais. Se se perguntasse* — aprova a política ultramarina do Governo? — *a pergunta pode ser interpretada como referindo-se não à defesa do Ultramar ou à afirmação dos direitos de Portugal, mas como aludindo apenas à forma como o Governo tem orientado essa defesa. Sob o aspecto interno a resposta teria a vantagem de pôr de lado o sector que na oposição tem contestado os termos segundo os quais temos agido (porque no fundo querem outra coisa, ou seja a entrega). Nos meios internacionais não se tirava resultado, porque se dirá que os brancos votam exactamente a continuação do seu domínio sobre os pretos, embora estas consultas plebiscitárias causem sempre algum abalo, sobretudo, como devia ser, se o Ultramar fosse também consultado. As críticas que os chamados nacionalistas têm feito mesmo a eleições que precederam a sua entronização, dão a ideia de que temem, apesar de tudo, alguma repercussão internacional desfavorável ao seu ponto de vista. Por tudo isto, nada está assente nem definido, mas apenas que, a fazer-se alguma coisa, esta deveria realizar-se depois da visita do Chefe do Estado a Angola. Aqui tem quanto posso dizer-lhe neste momento. Qualquer dia, em conversa, podemos ser mais claros, confrontando os nossos modos de ver. Com respeitosos cumprimentos e os melhores agradecimentos por todas as atenções de V. Ex.ª, Ol. Salazar. 24-IX-963*».

(2) Ver vol. I, págs. 79, 81, 150, entre muitas outras.

(3) Entretanto, Castiella remete pessoalmente a Oliveira Salazar um exemplar impresso do seu discurso, que o chefe do governo agradece em carta amável.

amizade ibérica, depois do golpe tentado para a solução de Gibraltar? (1). Não responde o chefe do governo a esta carta. No seu íntimo, firma-se a ideia de que um plebiscito pode envolver riscos graves: e pode sempre dizer que a grande manifestação nacional de 27 de Agosto, efectuada em todo o território nacional metropolitano e ultramarino, constituiu o acto público e solene que tinha em mente.

Em fins de Setembro de 1963, continua preocupada a opinião política e curiosa a opinião pública. Mas outros sucessos vêm distrair uma e outra. Há em Lisboa receios por Macau, dada a reacção chinesa contra actividades da espionagem americana que aproveita a cidade para infiltração na China; mas Lisboa inicia uma fiscalização apertada aos agentes dos Estados Unidos e apazigua Pequim prometendo a extradição dos que actuarem contra interesses chineses. Passa nos últimos dias do mês em Lisboa Sir Roy Wellensky, ainda primeiro-ministro da Federação das Rodésias e da Niassalândia, e velho amigo de Oliveira Salazar. Este recebe Sir Roy, que tem por igual longas entrevistas nas Necessidades. Wellensky vem sobretudo informar-se, mas transmite também elementos úteis: a dissolução da Federação ficará terminada e completa em 31 de Dezembro; todas as forças militares existentes serão entregues à Rodésia do Sul; o primeiro-ministro desta última, Winston Field, está hesitante e não decidiu ainda se proclamará unilateralmente a independência daquele território; e no caso de resolver fazê-lo, terá de actuar antes de Maio de 1964, pois se prevê que nessa data suba ao poder em Londres um governo trabalhista, que decerto não aceitaria proclamação semelhante. Na sua visita, Sir Roy *despede-se* de Salazar, do governo português: é um homem frustrado e sem esperança. E parte para os Estados

(1) Nesta altura, a Espanha apresentara a sua reivindicação a Gibraltar, que alega representar uma *situação colonial*, e para obter neste ponto o apoio da ONU julga de bom expediente satisfazer o anticolonialismo desta. Madrid não compreendeu que poderia bem entregar os seus territórios em África, e obter por esse preço o apoio da ONU; mas nem por isso obteria Gibraltar sem anuência da Inglaterra, pois contra a vontade desta eram impotentes as Nações Unidas. Salazar sorri-se da *ingenuidade* de Madrid, e comenta: *«estou à espera de ver o que isto dá, para depois, se a Espanha alcançar Gibraltar, levantar o problema de Olivença»*.

Unidos: diz que vai tentar um último apelo à razão dos americanos, e ao interesse que devem sentir em salvar para o mundo livre uma vasta área que constitui chave da África Central e Austral, e é da mais alta importância económica e estratégica. Por esta altura, confirma-se que Elbrick é transferido para o Rio de Janeiro, e é de facto substituído pelo almirante George Anderson. Este é no seu país figura militar de primeiro relevo, e presidente da Junta dos Chefes do Estado-Maior. Fora o comandante da divisão naval americana que ao largo de Sagres, integrada na esquadra internacional, homenageou em 1960 o infante D. Henrique. E tinha sido levado a demitir-se por grave desacordo, no exercício das suas funções, com o presidente Kennedy; e este oferece-lhe a embaixada em Lisboa, que Anderson aceita. Depois, suscita comentários a inauguração de uma estátua do rei D. Carlos, em frente ao Palácio da Ajuda. Preside Salazar à cerimónia solene, e assiste o governo, estão presentes forças armadas; em lugar de destaque, participa o duque de Bragança, D. Duarte, e os infantes seus filhos; e o elogio do monarca é feito por Rui de Andrade, e também por França Borges, presidente da Câmara de Lisboa, ao aceitar o monumento em nome da cidade. Rejubilam os monárquicos; mas há críticas dos republicanos históricos e mais radicais. Salazar comenta para os seus colaboradores: «*D. Carlos foi um grande português e um grande Rei. E além disso foi ou não foi Chefe de Estado de Portugal?*». Mas são os meios católicos que se mostram particularmente agitados, por outro motivo: o papa Paulo VI acaba de abrir, já sob directrizes suas, a segunda sessão do Concílio Vaticano II. Novos receios fazem tremer os católicos conservadores; e perante as atitudes do novo pontífice, que retoma um progressismo ainda mais vincado, vibram de júbilo os sectores radicais e a ala esquerda da Igreja. José Nosolini está convencido de que o papa se orientará num sentido reformista. Como Paulo VI se pronunciasse contra o racismo, e porque é multirracial a política portuguesa, e ainda porque o presidente dos Estados Unidos é católico, Nosolini pensa assim que Salazar deveria solicitar do Santo Padre uma intervenção pessoal junto de Kennedy em favor da posição assumida em África pelo governo de Lisboa. Oliveira Salazar não dá, contudo, qualquer seguimento à sugestão. Mas na opinião pública, por detrás de tudo, permanece a pergunta: de tanta activi-

dade internacional, de tão numerosas conversas — que resultará? Nos últimos dias de Setembro, Salazar vai numa fuga a Santa Comba e ao Vimieiro, e à sua vindima.

3

No âmbito da ONU, na grande imprensa internacional, na opinião pública dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, os países africanos sentem que, quanto a Portugal, estão sob uma luz desfavorável. No plano político, estão empurrados para uma posição defensiva; e o seu repúdio sistemático de todas as iniciativas e aberturas portuguesas desacredita as suas acusações e reforça o gabinete de Lisboa. Recusam os *relatores internacionais,* os *pactos de não-agressão,* as *conversas não políticas* para exame e solução de problemas comuns com o objectivo de melhorar as condições de vida de populações vizinhas, os *convites aos ministros africanos* que representam a OUA, os *convites aos representantes dos chefes de Estado* dos países adjacentes dos territórios portugueses: ao invés da acusação de imobilismo com que vergastam Portugal, são os governos africanos que dão provas de imobilismo: é de mais. E todos os convites e ofertas são publicamente reiterados por Portugal, mais uma vez, em 30 de Setembro de 1963, pelo ministro dos Estrangeiros no decurso de uma reunião com a imprensa. Então, influenciados pelo próprio secretariado das Nações Unidas, que no caso actua sob o peso da pressão de Washington, os Estados africanos concordam em travar conversações directas com Portugal. Não impõem condicionalismo prévio, salvo num aspecto: desejam os encontros no quadro da ONU e sob a presidência do secretário-geral ou seu representante. Não sente Lisboa a menor dificuldade em anuir. U Thant assume oficialmente o encargo de convocar os encontros luso-africanos. E os contactos são aprazados para meados de Outubro de 1963, em Nova Iorque.

Neste meio tempo, parece acentuar-se a compreensão americana para com a política africana de Portugal. Não se notam ataques directos, e há sinais exteriores de apoio. Lisboa sabe no

entanto que no seio da alta administração em Washington há, neste particular, divergências graves. Kennedy, Dean Rusk, George Ball, elementos do Conselho Nacional de Segurança, os grandes chefes militares, o ministério da Defesa, têm uma disposição favorável; mas o poderoso grupo dos intelectuais de Harvard que rodeia Kennedy, Adlai Stevenson (1), a secção africana do Departamento de Estado, membros do Congresso que por representarem interesses de vulto são acatados por Kennedy e por Rusk, os chefes da Igreja Metodista, algumas associações de natureza política ou obedecendo a forças ideológicas anticolonialistas, os pacifistas, mantêm-se actuantes na sua hostilidade a Portugal. E todos procuram influir nas instruções a representantes americanos, e assediam os políticos estrangeiros que visitam Washington. Na primeira quinzena daquele mês de Outubro de 1963, é o primeiro-ministro congolês Ciril Adula, que se desloca àquela cidade; enquanto no seu país e durante a sua estadia em Nova Iorque, nos corredores da ONU, é moderada e conciliatória a atitude de Adula; mas agora, no regresso de Washington, lança-se em violentos ataques e ameaças a Angola e ao governo de Lisboa. Depois, é Paul Spaak, ministro dos Estrangeiros da Bélgica, que de há muito é amigo e admirador pessoal de Salazar: mas há objectivos que o seu país prossegue no Congo e que se cruzam com interesses americanos: há toda uma política americana na NATO e na Europa de que a Bélgica pode fruir benefícios materiais se prestar contrapartidas: Spaak sucumbe às pressões que sofre numa visita a Washington: e profere declarações que criticam a política portuguesa por não respeitar o princípio da autodeterminação. A Eduardo Leitão, em Bruxelas, Spaak diz que procede assim para ganhar a confiança dos delegados afro-asiáticos e, através desta, atenuar a violência das moções antiportuguesas. Mas na opinião pública em Portugal passam quase despercebidas as atitudes de Adula e de Spaak. Decorre com sucesso a visita do presidente da República a Angola e a São Tomé: nas aclamações das massas negras há muito de espontâneo: é mínimo o ser-

(1) Recorde-se que Stevenson, figura eminente do Partido Democrático, fora candidato à Casa Branca, e continua representante permanente dos Estados Unidos na ONU.

viço de segurança e máximo o contacto com multidões, e o chefe do Estado percorre as zonas atravessadas por terroristas: mas não se verifica um incidente. Além fronteiras, admite-se em surdina, e com extrema relutância, que constituía um êxito político a viagem presidencial. E reconhecem-no os círculos americanos mais hostis, e os das Nações Unidas também (1).

(1) Esta viagem, as atitudes de Adula e Spaak, e outros pontos são comentados numa muito longa carta de Salazar a Eduardo Leitão, embaixador português em Bruxelas. Dessa carta extraio somente os passos mais significativos. Depois de se referir a artigos da imprensa belga, aliás favoráveis, Salazar escreve: «*A política ultramarina sentida e apoiada pelo nosso povo é a expressa na minha declaração de 12 de Agosto, e desde então as manifestações de todas as Províncias e a triunfal visita do Chefe do Estado a Angola (que terminou em apoteose na recepção que teve em Lisboa) não permitem concluir diferentemente. A imprensa mundial fez sobre esta visita uma barragem de silêncio, o que mais nos convence do valor político que sabia ter se o Chefe do Estado fosse carinhosamente recebido pelas populações de todas as etnias. A viagem foi de facto um desafio àqueles que teimavam e teimam em afirmar que há um movimento nacioinalista para a independência de Angola. Vamos a ver se conseguimos fazer passar pequenos documentários expressivos e nas televisões fitas das recepções (a maior parte das quais foram de facto impressionantes) por esses cinemas e televisões dos grandes países. Só assim podemos compensar-nos do silêncio da grande imprensa do mundo. Foi no decorrer destes acontecimentos que tivemos o desprazer de conhecer as declarações do Senhor Spaak na ONU. As razões que lhe apresentou não puderam convencer-nos: ficámos aliás confirmados na opinião que tínhamos de ser nesta parte o seu discurso encomenda americana*». Mais adiante: «*Há uns tempos que os americanos nos não combatem directamente e se servem dos seus amigos e associados para nos atacarem. A sessão da ONU tem sido frouxa neste capítulo. Os representantes dos países africanos já não sabem que dizer de novo e limitam-se a repetir os discursos dos anos anteriores. Os excessos cometidos tanto ali como em reuniões das agências internacionais estão a enjoar os países ocidentais. De modo que é possível que o nacionalismo africano esteja cada vez mais exacerbado, mas cada vez está a contar menos com apoios fora do seu meio. A ideia de que é grande serviço prestado a Portugal evitar as moções violentas é errada, e isso o temos dito muitas vezes a ingleses e americanos. Só lucram com o adoçamento das moções da Assembleia Geral os que por essa forma ficam isentos de votar contra os destrambelhamentos africanos ou se comprometeriam gravemente aderindo a eles. Uma pessoa da capacidade de Spaak deve ter a noção exacta disto mesmo. Bem sabemos que trabalha mãos nas mãos com os americanos para salvar interesses económicos no Congo: ao Dr. Correia de Oliveira confessou tentar distribuí-los em proporções iguais* — fifty, fifty. *Está bem e nada temos com isso. A questão é saber quanto podem valer esses* fifty *se Angola cair no*

Em 14 de Outubro, uma segunda-feira, abrem-se em Nova Iorque, na sede da ONU, as conversações luso-africanas,. É no gabinete de U Thant, e este assume a presidência das reuniões. Escolhidos pela *Organização da Unidade Africana,* nove países representam o continente: Gana, Guiné, Libéria, Madagáscar, Marrocos, Nigéria, Serra Leoa, Tanganica e Tunísia. Em frente

---

caos como caiu o Congo. Depois da experiência feita neste imenso território e apesar de os americanos se esforçarem por influir na sua administração e a irrigarem com os seus dólares, parece não ser lícito a ninguém ter ilusões sobre o que pretendem os africanos e sobre as consequências de se lhes entregar a administração de Angola. A intervenção da ONU no Congo agravou as coisas a ponto de que a prorrogação da permanência das forças onusinas naquele território traz aterrados os naturais e os colonos. Penso que esta decisão pode apenas constituir uma ameaça para nós em Angola, dado que as nações africanas, desprovidas de forças próprias, podem impelir a ONU para que lhes empreste as suas. Mas é ilusório confiar na presença dessas forças para manter a regularidade e a eficiência da administração, se esta tem de ser confiada aos naturais. A anarquia alargar-se-ia em África, e assim é-me difícil admitir que homens da categoria de Spaak o não vejam. Nenhuma modificação da política portuguesa, no sentido em que ela vai prosseguindo, contenta os africanos ou evita os seus ataques. Não são os africanos que vão modificar as suas atitudes; são os ocidentais que têm de modificar as suas ambições e, quando isto acontecer, não há mais problemas com as nações que se julgam independentes em África. É natural que o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros leve ao conhecimento ou mande comunicar em Paris aos países da NATO o que se passar nas conversações de Nova Iorque com os países africanos. Faz-se isso em nome de um princípio de colaboração aceite por todos; mas as comunicações são inúteis, porque mesmo quando se referem a Portugal com palavras amáveis, a tese dos países ali representados é a de que se deve dar a independência a todos os bocados de território sob a nossa soberania. Nós portanto estamos numa posição irregular e falsa. A verdade é que para perder os territórios ultramarinos nós não precisamos para nada do apoio da NATO». E quanto a uma ajuda da NATO? *«A NATO nunca nos ajudou nem poderá ajudar, nem nós sabemos que fazer para que seja possível ajudarem-nos os nossos associados, nas questões africanas, enquanto a política americana for a que se sabe ser e eu referi na minha exposição».* E há interesses belgas na África portuguesa? *«Nós temos precisamente em mãos a actividade da Petrofina em Angola e os numerosos problemas que suscitam os contratos anteriores, terminado o prazo para novas prospecções. Também o Sr. Adula fez, no seu regresso de Washington a Nova Iorque, acusações a Portugal que Spaak parece ter levado a sério. O que se queria era que respondêssemos às acusações; entendemos porém que é muito melhor deixá-los a todos na dúvida do que faremos ou não*

destes, representam Portugal o ministro dos Estrangeiros, o embaixador Vasco Garin, alguns membros da delegação portuguesa. Conservando sempre a iniciativa, do lado português sugerem-se os grandes capítulos de matérias para exame e debate: investigação das condições existentes nas províncias portuguesas, para se averiguar o seu grau de progresso, a eficiência da administração, a participação política e administrativa de todos os habitantes nas estruturas do Estado; questões relativas à paz e à segurança para se identificar qualquer ameaça que Portugal possa constituir para uma e para outra; e problemas políticos gerais, particularmente a busca de uma definição comum do princípio de autodeterminação dos povos. Neste enunciado do lado português continha-se desde logo toda uma táctica e toda uma política. Se se concluísse pelo progresso dos territórios e pela larga participação dos seus naturais na vida política e administrativa, como teria de se concluir, e se se verificasse que não havia ameaça à paz e à segurança vinda de Portugal, como teria de se verificar, ficavam desprovidas de sentido e anuladas as acusações africanas; e como nestas se baseava a exigência de aplicação do princípio de autodeterminação, que era havida como sinónimo de independência, o caminho ficaria aberto à adopção de um conceito mais amplo e diversificado daquele princípio, que poderia acaso ser então aceite por Portugal, embora pudesse levar este a alguns retoques de pormenor que não atingissem o essencial; e também poderia ser enquadrado nas negociações com os americanos, que por seu lado ficariam livres de perfilhar sem críticas dos africanos a doutrina reconhecida por estes. Claramente viram os delegados africanos o alcance da sugestão portuguesa. Mas também desde logo se sentem presos de um dilema: ou acolhem a proposta, e estão por esse facto a admitir uma legitimidade de Portugal como nação africana e da sua política em África, ou rejeitam-na, e ficam numa posição política difícil perante os seus princípios

faremos. Aconselho a todos e a cada momento paciência e coragem». De uma carta de 21-10-963. Adula referia-se à eventualidade de Portugal bloquear a foz do Zaire e portanto todo o acesso do Congo ao mar. Era uma possibilidade, como se recorda o leitor, fácil de executar, e a que a propaganda portuguesa de facto aludia de tempos a tempos, por indicação do MNE.

e a opinião mundial. E é cavado um abismo entre as delegações africanas: de um lado, numa atitude extremista que repudia quanto Portugal adiante, situam-se Tanganica, Gana e sobretudo a Guiné e a Tunísia; assumem posição moderada, e dispõem-se a percorrer os capítulos marcados por Portugal, os restantes delegados africanos, e são particularmente compreensivos os da Nigéria, Madagáscar e Marrocos. Produzem-se então, mesmo na presença dos delegados portugueses, discussões acerbas entre os representantes africanos, e são os portugueses que por vezes interpõem os seus bons ofícios de concórdia e reconciliação. Decorrem os dias e as reuniões. Em torno das conversas, agitam-se e tomam partido delegados de outros países: os escandinavos, obcecados com o comércio e as matérias-primas dos territórios portugueses, aguilhoam os africanos extremistas, e incitam-nos ao rompimento com Portúgal; muitos latino-americanos, temerosos de perderem o que julgam ser a sua influência junto do *terceiro mundo*, e embora de forma mais atenuada, assediam os delegados africanos, apavorando-os com o risco de ser destruído o anticolonialismo se houver acordo com os portugueses; os franceses apoiam os africanos moderados; e americanos e ingleses mantêm uma atitude de expectativa, e de surpresa pela duração das conversas. U Thant continua a presidir, sereno, cortês, isento, e pede sempre que todos guardem o segredo do que se diz de um lado e outro. Na segunda semana, e perante uma ONU estupefacta, continuam os encontros. Há agora uma resposta oficial dos representantes africanos: desejam pôr de parte os dois primeiros capítulos, e estão prontos a admitir que podem ser magníficas e não constituir ameaça à paz as condições existentes nas províncias portuguesas: e querem somente discutir o princípio de autodeterminação. Reagem os portugueses: consideram que a resposta dos africanos significa que doravante os Estados de África têm de se considerar inibidos de atacar e acusar Portugal sobre as matérias dos dois primeiros capítulos: e estão prontos a discutir a *«questão candente»* que é a do conceito de autodeterminação. Por outras palavras: a posição portuguesa sobre os dois primeiros capítulos tem de ser havida como integralmente aceite; e resta agora apurar o que é ou pode ser a autodeterminação. Portugal então toma a iniciativa de propor: é o consentimento dos governados à estrutura do Estado e à forma

de governo (1). Têm os delegados africanos objecções a opor? Não têm. Nesse caso, prosseguem os portugueses, deveria passar-se ao exame das modalidades de aplicação do princípio. Ora, para este efeito, é indispensável investigar as condições existentes nos territórios, para determinar o grau de adesão e participação dos habitantes nas estruturas político-administrativas do Estado; e assim afigura-se inevitável retomar as matérias dos dois primeiros capítulos propostos por Portugal e rejeitados pelos delegados africanos; e isso porque apenas por essa via se pode ajuizar das *modalidades* da autodeterminação aplicada por Portugal. De novo se sentem os delegados africanos cingidos numa tenaz de que não podem soltar-se sem confessar os seus objectivos reais. Rompem-se as conversas? Portugal declara que está pronto a continuá-las indefinidamente, e que deixa aos governos africanos a responsabilidade da ruptura. Há reuniões ansiosas de todo o grupo africano na ONU; são solicitadas instruções urgentes à *Organização de Unidade Africana;* e os representantes dos grupos terroristas que circulam nos corredores da ONU, fazem pressão para que se fechem as conversas sem resultados concretos. U Thant resolve fazer um intervalo: deseja conferenciar separadamente com africanos e portugueses. Diz a estes o secretário-geral que tem por úteis os contactos; deseja um documento português escrito que sintetize a política portuguesa e seus princípios e desenvolvimentos; e tem intenção de declarar, em novo encontro, que considera as conversações apenas suspensas. Aos africanos recomenda moderação, e sublinha mesmo as contradições que não tem conseguido vencer. E efectivamente, nesse novo encontro, U Thant pede às delegações uma última definição de atitudes, e declara simplesmente suspensas as conversas.

Entretanto, regressado de África, é acolhido em Lisboa o presidente da República. Oliveira Salazar comparece a abraçar o

(1) Esta definição era muito próxima da proposta por Thomas Jefferson, e tinha por objectivo ir ao encontro da doutrina americana, ao mesmo tempo que poderia ser aceite por Portugal — e nada tinha a ver com as resoluções da ONU. Como se sabe, Jefferson (1743-1826) foi o principal autor da *Declaração de Independência* dos Estados Unidos, presidente, filósofo, político, e havido como um dos fundadores da América.

chefe do Estado. E as autoridades calculam em cem mil as pessoas que saem a vitoriar o almirante Thomaz. Em Nova Iorque, Portugal dá larga publicidade ao facto de não lhe pertencer a culpa da suspensão das conversas.

4

Preparam então os delegados portugueses, e entregam-no imediatamente a U Thant, um documento fundamental: o memorial definindo com rigor a posição portuguesa descrita nos encontros luso-africanos. Que diz esse texto? Aprovada a nova Lei Orgânica do Ultramar português, são agora estas as consequências: maior número de órgãos locais do governo; maior número de membros eleitos nos conselhos legislativos; uma nova lei eleitoral sob que serão eleitas as regedorias, as vereações municipais, os conselhos legislativos e económicos e sociais, e os representantes nos órgãos de soberania. Por outro lado, será consideravelmente alargado o número de eleitores; e as eleições previstas para Março de 1964 decorrerão segundo as novas leis. Pode o governo português, acrescenta o memorial, encarar a realização de um plebiscito, formulando uma consulta a *toda a nação portuguesa,* sobre a política ultramarina; mas os resultados têm de ser havidos como politicamente definitivos e não passíveis de mais debate (1). Por último, o governo português continuará a acelerar o seu programa de educação e de desenvolvimento económico, *«do que resultará ser apressada a crescente participação das populações na administração e na vida política dos territórios».*

Em quarenta e oito horas, o secretário-geral das Nações Unidas apresenta publicamente o seu relatório sobre os contactos luso-africanos. Faz o historial: reunião do Conselho de Segurança de Julho de 1963, resolução aprovada, mandato que esta lhe

(1) Em Lisboa, Oliveira Salazar resolvia finalmente recuar sobre este ponto, e do texto do memorial publicado na imprensa portuguesa foi omitida qualquer alusão a *plebiscito.*

impõe, convite do governo português e sua recusa, visita de Amachree a Lisboa. E das conversas que diz? Cita e descreve as declarações portuguesas, em particular sobre a definição de autodeterminação, e transcreve na íntegra o memorial português. Depois, acrescenta U Thant: «*Do que precede, afigura-se que o governo português não se opõe ao princípio de autodeterminação em conformidade com o conceito português e dentro do seu contexto*». Entende o secretário-geral que os encontros, embora seja prematuro qualquer optimismo, constituíram um «*acontecimento animador*»; além da autodeterminação, outros «*assuntos vitais*» há ainda a discutir; e estes poderiam bem ser debatidos em futuras conversações. E conclui U Thant: «*Durante as conversações, as duas partes afirmaram a necessidade de uma solução pacífica das suas divergências, e o secretário-geral espera que continue a verificar-se o espírito de compreensão e de moderação evidenciado nas recentes reuniões*».

Para os países africanos, e para a OUA, cifram-se em desaire as conversas de Nova Iorque. Portugal demonstra que está pronto a discutir todos os problemas. Suscita divisões profundas entre os países africanos; e enfraquece assim o seu ataque à política portuguesa. Torna patente que os Estados africanos cultivam a hipocrisia nas acusações contra Portugal, e não sentem convicção ao formulá-las; e todos se apercebem, na opinião pública das potências, de que as condições materiais de vida e de desenvolvimento das províncias portuguesas são indiferentes aos governos africanos, sem embargo de clamarem o contrário. Nem mesmo lhes interessa um plebiscito? Diz o embaixador Diallo Telli, da República da Guiné, secretário-geral da *Organização da Unidade Africana*: «*Se Portugal realizasse um plebiscito em Angola e Moçambique, os seus resultados apenas seriam aceites se fossem favoráveis à África, e isso porque os africanos não aceitam que haja um milímetro quadrado de território africano que tenha ligações políticas com um país não africano*». E a OUA sente-se embaraçada: que fazer agora? Efectuam-se sucessivas reuniões do grupo africano na ONU, e são acalorados os debates. Extremam-se dois campos: o dos que advogam novas conversas, o dos que têm estas por inúteis, e mesmo nefastas, devendo tornar-se à posição de ataque. Concluem os delegados africanos por concor-

dar em submeter o assunto ao plenário da OUA. Publicam um comunicado, todavia, lamentando que Portugal não houvesse mudado de atitude e sugerindo que na ONU os debates deveriam retomar o seu curso normal. Mas não insistem, sem instruções da OUA, por uma sessão imediata do Conselho de Segurança. Com que fundamento poderia esta ser convocada, se não se quis examinar com Portugal os problemas de paz e segurança?

Têm repercussão internacional as reuniões de Nova Iorque. Nos países africanos, e na medida em que existe, a opinião pública fica indiferente. Mas a imprensa mundial segue tudo com minúcia. Acompanham as reuniões os governos das potências. Em Inglaterra, o gabinete está sobretudo ocupado, de momento, com política interna: o primeiro-ministro McMillan demite-se, por motivos de saúde: e a rainha convida Lord Home para formar governo, que este constitui, com Butler nos Estrangeiros. Na Casa Branca, Kennedy segue com interesse pessoal o desenrolar dos contactos luso-africanos, e julga que será possível, num seu segundo mandato em que pensa desde já, chegar a um acordo com o governo de Lisboa, e que mantenha o essencial da política portuguesa em África: para o presidente americano, há uma clara evolução da atitude africana e sobretudo dos interesses americanos: e um relatório secreto que recebe da Agência Central de Informações (1) assegura-o de que a tomada pelos Estados Unidos de uma posição mais favorável a Portugal não prejudicou a imagem americana nos países do continente negro. E Kennedy decide insistir por novas conversas entre Portugal e a África e de sublinhar perante os africanos que, para os Estados Unidos, *«a independência não é a única alternativa a ser considerada no processo de autodeterminação»*. E em Portugal, tanto na Metrópole como no Ultramar, mostra-se emocionada a opinião pública, e sobretudo apreensiva. Salazar informa-se dos encontros luso-africanos de cada dia, com atenção e cuidado. Diz: *«Se percebessem aqui alguma transigência nossa, pegavam-nos fogo»*. Com alguma surpresa, é exonerado o ministro da Saúde, Soares Martins, que a título interino é substituído pelo do Interior.

(1) Documento OCI N.º 2375/63, de 23-X-63.

5

Ao tempo em que se efectuam os debates e os encontros de Nova Iorque, Oliveira Salazar recebe mensagens escritas de Sir Robert Menzies a agradecer a sua longa exposição sobre a política portuguesa no Ultramar; e de Sir Roy Wellensky, sensibilizado pelo acolhimento recebido na sua última visita; e de Winston Field, exprimindo preocupações pelo futuro da Rodésia do Sul e desejos de cooperação com Portugal. Escreve uma carta pessoal a Konrad Adenauer, no momento em que este abandona a chancelaria da Alemanha, e do mesmo passo é entregue a este, em Bona, a Grã-Cruz da Torre e Espada; e a Adenauer sucede Ludwig Ehrard, que estivera em Lisboa em 1961. Mais importância assumem as comunicações com o primeiro-ministro da África do Sul, Hendrik Verwoerd: este, respondendo à carta de Salazar, faz anunciar a vinda a Portugal de um emissário secreto para estudar toda a colaboração possível, em vista da reciprocidade de interesses, ou de interesses comuns no plano da segurança. E Portugal, por insistência de Washington e de Londres, subscreve o texto do Tratado de Proibição de Experiências Nucleares, negociado e assinado entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética.

Mas nestes meados do Outono de 1963 vem a Lisboa um visitante inusitado: Moise Tschombé. Tendo abandonado o Catanga, viaja pela Europa, e por sua iniciativa toma contacto com a polícia portuguesa. Esta organiza a sua deslocação a Portugal, com o auxílio da polícia espanhola, e Tschombé passa de noite a fronteira do Caia (1). É recebido por Salazar ainda no Forte do Estoril. Tschombé faz um relato da situação interna congolesa: acusa de corrupção o governo Adula, que estaria inteiramente dominado pelos Estados Unidos; atribui a acção da ONU a poderosos interesses económicos internacionais, em particular ocidentais; afirma ser um mito a unidade africana, e são os extremistas que de momento dão consistência a essa ficção; ele, Tschombé,

(1) Ao que parece, as duas polícias conseguiram manter completo segredo, e só muito mais tarde os governos estrangeiros suspeitaram da estadia do político congolês em Lisboa.

tem no Congo muito mais popularidade e apoio do que se admite no estrangeiro, mesmo para além do Catanga e entre outras tribos que não a sua; e o interesse geral de África, e decerto do seu país, impõe uma estreita cooperação com o mundo livre ocidental. Tschombé mostra minucioso conhecimento das bases logísticas anti-portuguesas existentes no Congo, e do auxílio político concedido aos grupos que operam contra o Norte de Angola. E poderá vir a assumir o poder em Léopoldville, como chefe do governo central? Sim, afirma Tschombé: é inevitável a queda do governo Adula: e nenhum outro homem pode exercer uma acção pacificadora que abranja todo o Congo. Nesse caso, pergunta Salazar, como encara as relações com Portugal? Responde Tschombé: não poderá, por motivos de política interna e externa, suprimir de súbito as bases, prender os cabecilhas do terrorismo, fechar a fronteira: fá-lo-á gradualmente, mas com a rapidez viável: conta entretanto com a compreensão do gabinete de Lisboa, a ajuda material que Angola possa fornecer, e sobretudo com os avisados e experimentados conselhos do chefe do governo português: e, se deseja a independência da África, quer sobretudo a paz porque sem esta é ilusório qualquer progresso e fictícia qualquer independência. Quanto à política portuguesa em particular? Tschombé diz aprová-la: é entusiasta do seu multirracialismo, que ele próprio experimentou quando se sentava num café no Norte de Angola e era servido por brancos; acredita no progresso e no desenvolvimento da província; julga que a prazo longo, suavemente, sem solavancos, Angola se tornará numa sociedade multirracial autêntica, independente, ainda que em estreita união com Portugal, e será um bem para a África Austral; e isso lhe basta, como africano que é, não demagogo, e responsável como procura ser. Por seu turno, Salazar cinge-se a exprimir a sua compreensão, o seu desejo de que se cumpram os votos de Tschombé, o seu propósito de colaborar com o seu governo, se e quando este for formado.

Dir-se-ia que das conversas de Nova Iorque se esperava em Portugal qualquer coisa de importante, que não era caracterizado, mas de que se fiavam consequências espectaculares, e benéficas; e muitos tinham visto nos encontros luso-africanos, como num milagre, o desanuviar do horizonte. Com a passagem das semanas cresce na opinião pública portuguesa algum desapontamento. Mas

em pouco se esclarecem os ânimos. Compreende-se que se tratou de uma operação política destinada, por um lado, a pôr a descoberto a má-fé, a hipocrisia, os objectivos puramente políticos dos afro-asiáticos e dos meios anticolonialistas da ONU e, por outro lado, a impressionar as opiniões públicas do Ocidente. E justamente porque não são isentos os seus fins, os afro-asiáticos acusam U Thant e Amachree de haver assumido uma atitude pró-portuguesa em excesso, e nos círculos da Organização da Unidade Africana não é ocultada a zanga contra aqueles dois altos funcionários. Em todo o caso estão divididos os conselhos da OUA: uns pretendem marcar desde já novas conversas; outros opõem-se, e desejam pelo contrário uma nova sessão do Conselho de Segurança; e a esta sugestão objectam outros, que acham preferível nada fazer de momento. De permeio, outros pontos prendem a atenção. Realizam-se eleições para juntas de freguesia, e decorrem sem incidente; altas individualidades alemãs vêm a Portugal, numa política de aproximação que convém ao governo de Lisboa; está activa uma missão comercial japonesa, que Salazar recebe e a quem encoraja a fazer investimentos no Ultramar; e o ministro das Finanças, Pinto Barbosa, firma com o Banco Mundial importantes acordos financeiros. E Salazar concede uma rápida entrevista à *Deutsche National Zeitung:* em súmula, diz que a descolonização, tão impulsionada por Washington, acabará por ter resultados desagradáveis para os próprios Estados Unidos; e importa acima de tudo salvaguardar a interdependência da Europa e da África. E por toda a metrópole, temporais e cheias atormentam as populações e preocupam o governo.

Emociona os católicos portugueses um outro acontecimento: em 17 de Novembro de 1963, o papa Paulo VI desloca-se à Igreja de *Santo António dos Portugueses* em Roma. Tem significado a visita: o pontífice retoma uma tradição que é velha já; mas desde os tempos de Pio IX, no decurso do Concílio Vaticano I, não houvera uma visita papal àquela igreja; e por isso a ida do novo pontífice a *Santo António,* praticamente no início do seu reinado, com o Concílio Vaticano II em sessão, e quando se encontram em Roma todos os padres conciliares e Portugal está sob ataque mundial, tem vasto realce espiritual, e até político. Em Roma estão também, naturalmente, os dois cardeais portu-

gueses, Gonçalves Cerejeira e Costa Nunes, e os bispos, tanto metropolitanos como ultramarinos. E com o embaixador de Portugal, António de Faria, todos saem *à Via dei Portoghesi,* em frente do templo, para acolher o papa. Num preito tanto a Paulo VI como aos seus colegas portugueses, a todos se juntam, com o embaixador do Brasil, os cardeais e bispos brasileiros. De Lisboa, o presidente da República envia uma mensagem a Paulo VI. Diz: constituem os Portugueses uma nacionalidade que *«a dispersão territorial»* não desune mas mantém, sem distinção de raça ou cor; e *«neste momento solene em que Vossa Santidade desce até nós e se encontra na nossa Igreja, é gratíssimo ao meu coração dirigir a Vossa Santidade esta mensagem de saudação e agradecimento».* Dentro do templo, e depois de recordar que se celebra o sétimo centenário da trasladação dos restos mortais de Santo António para a Basílica de Pádua, saúda o papa o cardeal patriarca de Lisboa: *«Esta Igreja é como que uma parcela de Portugal em Roma. Para o coração português, comovido e agradecido, a visita de Vossa Santidade tem o significado de uma visita ao nosso país. Caia sobre ele, como penhor de paz, de concórdia e de prosperidade, a bênção de Vossa Santidade».* E Cerejeira proclama a fidelidade do episcopado português ao papa e a sua união à Cadeira de S. Pedro. Responde em português o pontífice: *«A circunstância da vossa presença aqui leva-nos a recordar alguns passos da gloriosa história lusitana. O espírito de fé ardente embebeu os portugueses desde o seu berço. Após a criação da Escola Náutica de Sagres — onde os discípulos do Infante D. Henrique se prepararam para dar novos mundos ao mundo, encorajando-os na sua vocação missionária — dos vários portos daquela pequena nação partiram as naus em demanda de novas terras, contornando a África, aportando à Índia com Vasco da Gama, atravessando o Atlântico, aportando ao Brasil com Pedro Álvares Cabral. Nestas mesmas naus partiram os missionários com a cruz e o Evangelho, expandindo a Igreja entre os nossos povos. Ardentes de conquistar almas para Cristo, vemos surgir um S. Francisco Xavier e um São João de Brito — os grandes apóstolos das Índias — um padre Anchieta e um padre Manuel da Nóbrega, grandes apóstolos do Brasil. E a Terra de Santa Cruz foi gerada, sob os auspícios da Virgem, à imagem e semelhança da Terra de*

Santa Maria. Desta mesma herdará a religião católica» (1). E o papa concede a todos, e aos seus países, a bênção apostólica, e escreve depois ao presidente português uma carta em que faz referência ao chefe do governo. E por seu lado Salazar telegrafa ao cardeal Cerejeira (2).

De Moise Tschombé recebe o chefe do governo uma carta agradecendo o acolhimento em Lisboa. E do político congolês que impressões colheu Salazar? Responde: *«Achei-o muito realista, muito bem informado, muito lúcido. No meu espírito, promovi-o a estadista branco»*.

6

Em 22 de Novembro de 1963, na cidade de Dallas, o presidente John Kennedy é alvejado a tiro de carabina, e morre vinte minutos depois num hospital. De chofre, o mundo sente-se estupefacto, e fica suspenso, paralisado. É genuína a emoção: a mocidade de Kennedy, a ideia que soubera gerar sobre o seu idealismo e cuidado pelo bem dos homens, a sua imagem a um tempo de intelectual e de popular, tudo isso faz estremecer os povos perante

(1) O papa lembra ainda que a Igreja de *Santo António dos Portugueses* fora fundada sobre um hospício português que existia no mesmo local desde 1367 e que fora de início um pequeno templo, já dedicado a Santo António; que o Padre António Vieira pregara nesse mesmo templo; e que Santo António, o *«grande taumaturgo»* de *«extremas virtudes»*, se tinha o seu túmulo em Pádua, era português de nascimento.

(2) O cardeal Cerejeira fora de peregrinação a Pádua, ao túmulo de Santo António, e na véspera da visita do papa à Igreja de *Santo António dos Portugueses*, escreve a Salazar: *«Vai tardiamente este bilhete. Não me esqueci em Pádua de ti, sobre quem pesa todo o Portugal. E não só em Pádua, mas onde quer que esteja. Mas ali, porque era o santuário e a festiva comemoração do Santo de que tens o nome e é padroeiro de Portugal, mais viva foi a lembrança e a súplica. E foi-me gratíssimo ouvir a todo o momento o louvor de Portugal, juntamente com o do Santo. Do Concílio exigiria muito espaço falar. Não te oculto as preocupações causadas por certas intervenções e sobretudo pela exploração feita por certa imprensa. É preciso invocar e contar com o Espírito Santo. O Santo Padre irá amanhã, como sabes, a St.º António. Foi muito amável para com Portugal quando lhe falei»*.

a notícia do seu assassínio (1). E é autêntico o pesar também sentido em Portugal, sem embargo das atitudes anteriores de Washington. Decreta o governo português luto nacional por três dias; multiplicam-se pelo país actos espontâneos de solidariedade humana; e à embaixada dos Estados Unidos acorrem centenas com as suas condolências. Dentro da normalidade que Salazar prega, toma posse o novo ministro da Saúde, Francisco Neto de Carvalho, homem ainda novo, de viva inteligência, com um passado nos ministérios dos Estrangeiros e nas Corporações. Dois dias mais tarde, em Santa Maria de Belém, pela memória de Kennedy, é dita missa solene, celebrada pelo núncio apostólico, Monsenhor Furstenberg; e Salazar, de rigoroso luto, desloca-se ao templo e está presente durante toda a cerimónia. Em Washington, assume o governo, como presidente, o vice-presidente Lyndon Johnson. No enterro, o governo português faz-se representar por uma delegação especial, chefiada por Luís Supico Pinto.

Oliveira Salazar não oculta as suas preocupações pela morte de Kennedy. Depois de um longo e difícil caminhar, o presidente começara a mostrar entendimento das implicações da política portuguesa em África, e a perspectiva de um acordo luso-americano era real, e promissora. E agora? Pergunta Salazar: *«Este crime brutal, que consequências terá para o mundo? E para nós?»* (2).

7

Ao tempo em que o mundo é sacudido pelo atentado de Dallas, o enclave de Cabinda é vítima de ataque lançado da República

---

(1) Eu havia sido recebido por Kennedy em 7-XI-63, e verificou-se depois que fora o último ministro dos Negócios Estrangeiros a avistar-se com o presidente.

(2) Neste período Salazar sente-se assoberbado de trabalho. Arantes e Oliveira convida-o a visitar as obras de construção da ponte sobre o Tejo. Salazar diz: *«Tem-me sido impossível dispor das duas horas necessárias à visita. Tenho seguido com interesse o relato dos trabalhos pelos jornais e as visitas das individualidades eminentes. Algumas me falaram com a maior admiração pelos trabalhos. Vou ver se consigo visitar a obra. Se for possível, avisarei».*

do Congo-Brazzaville. Contra a região de Massabi, é concentrado fogo de granadas, de metralhadoras, de bazucas. São extensos os prejuízos nos postos de polícia. De território português, por acto deliberado, não há reacção. E na manhã de 22 de Novembro, convidado a vir examinar as destruições, o chefe da gendarmaria congolesa reconhece que o ataque proviera do lado congolês. Apresenta o seu protesto o governo de Lisboa, e dirige-se a U Thant, pedindo que este envie com a maior urgência um representante seu a verificar a agressão e os danos. É óbvia a razão portuguesa, e U Thant designa o coronel Lauris Skern, seu conselheiro militar, e de nacionalidade dinamarquesa, para se deslocar a Cabinda. Do mesmo passo, os países africanos agitam de novo a possibilidade de uma reunião do Conselho de Segurança. Na velha *Quarta Comissão,* pelo oitavo ano consecutivo, repete-se o mesmo debate contra Portugal, a que todavia ninguém atribui interesse ou importância; e nos inícios de Dezembro de 1963 a Assembleia Geral aprova o texto votado pela Comissão (1). Durante estes dias Salazar entrega-se à leitura do volume de Augusto de Castro, *Cinco Figuras,* que aquele acaba de publicar (2). E o gabinete de Lisboa declara que Portugal continua pronto a *«retomar o diálogo»* com os africanos, mas agora sob condição de que não sejam feitas ameaças nem desafios.

Mas está a atingir seu termo a XVIII Assembleia Geral, e a *Organização da Unidade Africana* sente necessidade de um *gesto* político contra Portugal. E em 7 de Dezembro de 1963, por empenho dos delegados africanos e a pedido dos representantes da OUA, está de novo reunido o Conselho de Segurança; e aquela organização mais uma vez se faz representar pela Libéria, Tunísia, Serra Leoa e Madagáscar. Simultaneamente, convidado como

(1) É a resolução 1913 (XVIII), de 5-XII-63.

(2) Carta de Salazar a Castro: *«Fico muito reconhecido a V. Ex.ª pelo seu livro* — Cinco Figuras — *e pelas palavras amáveis com que mo oferece. Pude ontem reler os trabalhos que havia já lido em tempos na imprensa e passar uma tarde de domingo como não passava há muito tempo já e deliciar-me com a sua prosa. Muito e muito obrigado pelas suas constantes amabilidades».* As figuras de que Castro se ocupa são: Almeida Garrett, José Estêvão, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, Gregório Marañon.

peticionário contra a política portuguesa, Henrique Galvão (1) comparece perante a *Quarta Comissão,* e é interrogado pelos delegados afro-asiáticos; no seu depoimento, Galvão trata os africanos de *irresponsáveis formigas* que não representavam ninguém e declara que o conceito de independência, como imposto pela ONU, não se aplica a Angola e a Moçambique; e os representantes africanos, que esperavam de Galvão um libelo veemente a brandir contra Lisboa, sentem-se frustrados e votam que seja eliminado da acta o seu depoimento. No Conselho de Segurança, por sua vez, os delegados africanos produzem um decalque dos debates de Outubro. São idênticas as acusações contra Portugal: repressão em África, ameaça à paz mundial, denegação do principio de autodeterminação, e responsabilidade e culpa do governo português no rompimento das conversações luso-africanas por não perfilhar a doutrina da ONU naquela matéria. Tudo repudia o delegado português, e declina qualquer responsabilidade na ruptura dos encontros; acusa o Conselho de se não preocupar com aqueles problemas do mundo que verdadeiramente põem em causa a paz; elabora e lê ao Conselho uma longa lista de propostas e sugestões, sempre repudiadas pelos africanos; e então, em nome do governo de Lisboa, convida publicamente o secretário-geral da ONU a visitar Angola e Moçambique, quando e como o entender. No debate participam os membros efectivos do Conselho: Noruega e Brasil são agora extremamente moderados quanto a Portugal, sem embargo de manterem a sua posição de princípio; são correctos os demais ocidentais, e entre estes sobressai a França por um quase apoio a Portugal; é hostil Marrocos e é violento o Ghana; e estes dois, com as Filipinas, propõem um recomeço de conversas luso-africanas. Ao cabo do debate, é aprovada uma resolução: em termos muito suaves, que fogem ao estilo habitual da ONU, o texto lamenta a ruptura das conversas, cuja continuação advoga;

(1) Estando em vigor o tratado de *extradição entre* Portugal e os Estados Unidos, Lisboa pede que seja extraditado Galvão pela parte tomada no episódio do *Santa Maria* em 1961; mas por combinação informal com Washington, foi salvaguardada a obrigação americana de não interferir com os peticionários convocados pela ONU e o pedido português foi deliberadamente apresentado com um atraso que impediu a sua satisfação.

reitera o conceito de autodeterminação como aprovado em resoluções anteriores, e encarrega o secretário-geral de prosseguir os seus esforços e de elaborar mais um relatório, para Junho de 1964.

Na opinião pública portuguesa já não suscita cuidado o debate na ONU, e alguns meios manifestam somente curiosidade. Nos círculos internacionais considera-se que os países africanos se desprestigiam, e à organização, e corroem a sua causa. Em Lisboa, Oliveira Salazar acompanha tudo com minúcia, e escreve para Nova Iorque ao ministro português: «*Tem-se a impressão, em face desta reunião do Conselho, duma peça gasta e que a maioria dos membros deseja que saia do palco. Isto não quer dizer que não votem todos pressurosamente o que os africanos desejam, no que também não há grande mal*».

8

No fecho de 1963, há sucessos de consequência para o mundo: Washington decide que uma esquadra norte-americana cruzará o oceano Índico, e o facto traduz uma alteração profunda no equilíbrio estratégico daqueles mares; o primeiro-ministro chinês Chu-En-Lai desloca-se oficialmente a alguns países da África, e a visita não tem precedentes na história; e o papa Paulo VI anuncia a sua decisão de empreender uma viagem aos Lugares Santos, e a atitude pontifícia é na crónica da Igreja inteiramente nova, audaciosa, e mesmo revolucionária. Para Portugal, contam os dois últimos pontos: pelo agravamento que pode trazer à instabilidade africana a visita do dirigente chinês, pela repercussão que terá no mundo católico uma viagem em que muitos julgarão ver, no sulco aberto pelo Concílio Vaticano II, mais um prenúncio de uma nova Igreja. Neste particular, a ideia é avivada pela mensagem de Paulo VI naquele Natal de 1963: dirige-se em especial às «*novas nações da Ásia e da África*» e exprime compreensão pelo seu desejo de liberdade. Noutro plano, contudo, encerra-se para Portugal um ciclo, e outro se inicia. Externamente, o ímpeto das Nações Unidas e dos países afro-asiáticos fora quebrado, e estava esgotado: as conversas luso-africanas haviam posto a nu os objectivos

verdadeiros, os interesses ocultos e a impostura das atitudes e dos princípios: e o Conselho de Segurança, recusando aos africanos a aplicação de sanções militares ou económicas a Portugal, havia demarcado limites políticos que a ONU não excederia (1). Mais importante ainda: os Estados Unidos tinham, fora de toda a dúvida, abandonado a ideia de conseguir um rápido colapso da política portuguesa em África: e, persuadidas deste mesmo facto, as outras potências ocidentais haviam diminuído os seus ataques ou ampliado os seus apoios. Este quadro era no entanto, na aurora do ano de 1964, ensombrado pela extensão da *frente* militar: é agora claro que a *guerrilha* já está instalada e se prepara para a luta também em Moçambique. Ao longo da fronteira norte, entestando com a República da Tanzânia, está organizada a infiltração terrorista; todas as cautelas viáveis foram decerto tomadas; mas está afectado por desassossego e mesmo por alguns actos de violência todo um vasto quadrilátero delimitado a oeste pelo lago Niassa e ao sul por uma linha Montepuez-Marrupa-Vila Cabral que se prolonga até à costa do Índico. Deste modo, o ano de 1964 abre-se para o gabinete de Lisboa sob um duplo sinal: considerável melhoria e estabilização da frente política externa, agravamento da frente militar (2). Passa a ser realidade a terceira frente de guerra.

Sem embargo, processa-se com *habitualidade*, no clima sempre tão querido de Oliveira Salazar, a vida colectiva. Decorre sem sobressalto a sessão parlamentar; e Henrique Veiga de Macedo faz na Assembleia uma defesa vibrante da política de África. É depois aprovada uma moção de apoio à política ultramarina: manifesta gratidão ao chefe do Estado, aplauso ao presidente do Conselho; assegura que o governo está a interpretar o sentimento da Nação; e exprime reconhecimento às Forças Armadas. Ao convite português, responde U Thant dizendo que, além da

---

(1) A recusa consistia, evidentemente, em os africanos saberem que teria o *veto* dos Estados Unidos, França e Inglaterra qualquer resolução que pretendesse aplicar a Portugal sanções económicas ou militares: era este o limite do poder africano de ataque.

(2) São evidentemente enviados reforços militares para Moçambique: neste momento ascendem os efectivos a quase 20000 homens. Em Angola encontram-se cerca de 45000 e cerca de 12000 na Guiné.

pressão de trabalho, não lhe parece útil, por haver grande disparidade entre a ONU e o governo português sobre o entendimento de autodeterminação, uma ida a Lisboa, ou a Angola e Moçambique; e Lisboa replica que a atitude do secretário-geral, a quem incumbe zelar pela paz do mundo, significa decerto que aquele não considera haver da parte de Portugal qualquer ameaça à segurança das nações; mas não é retirado o convite. Negrão de Lima, embaixador do Brasil em Lisboa há mais de quatro anos, regressa ao seu país; e é nomeado Vasco Leitão da Cunha para o substituir. E outros acontecimentos prendem as atenções gerais. Paulo VI percorre a Terra Santa, desde os primeiros dias de Janeiro de 1964, em peregrinações sem precedentes. A título particular, o ministro português dos Estrangeiros desloca-se a Madrid; avista-se, no entanto, com o general Franco e Castiella; e, em resposta a uma pergunta que faz, recebe de ambos a garantia de que não está prevista a independência dos territórios espanhóis de África para 1964, nem mesmo para 1965. Depois, o chefe do Estado espanhol convida para uma partida de caça em Espanha o presidente da República. Skern, o coronel dinamarquês que U Thant enviara a Cabinda, apresenta o seu relatório, que confirma a versão portuguesa do ataque. Celebram-se os cinquenta anos de vida da Faculdade de Direito. Para uma intervenção cirúrgica, é internado no Hospital de Jesus o cardeal Cerejeira, que já havia sido tratado na clínica romana de *Salvator Mundi;* e Thomaz e Salazar visitam-no. E Cunha Leal, recolhendo textos escritos ainda em 1963 e juntando-lhes outros novos, lança no mesmo mês de Janeiro de 1964 mais um volume: *Ilusões Macabras.*

Que diz Cunha Leal neste seu novo comentário, já quase de rotina, às *coisas do tempo presente?* Antes de tudo, ataca com vigor o discurso de Salazar, de 12 de Agosto de 1963. «*Toda a argumentação do ditador português*», escreve o democrata de velha cepa, se reduz a um silogismo, que o autor de *Ilusões Macabras* formula assim: a colonização pode acabar por independência ou integração; Portugal conseguiu assimilar os povos que colonizou e obteve o seu tácito assentimento à integração; e assim ultrapassou há muito a fase de colonização e é hoje um complexo aglutinado, plurirracial e multicontinental. Depois Cunha Leal recorda as suas quezílias antigas com Oliveira Salazar, ao tempo em

que este fora ministro interino das Colónias, e rejeita o silogismo que atribui ao chefe do governo. Leal defende de novo a autodeterminação, mas sustenta que, não havendo acordo sobre o conceito, «*os povos colonizadores têm o direito e o dever de se defender pela força das armas*», ao mesmo tempo que lhes incumbe o desenvolvimento político dos territórios, que devem ser dotados «*de uma autonomia quase perfeita*». Salazar, ao contrário, com o objectivo de servir o interesse nacional, está «*prejudicando-o por desobediência absoluta às leis fatais da história*». E afirma: «*Por isso se não torna possível entendermo-nos*». Depois, Cunha Leal deplora o apoio das Forças Armadas expresso ao governo, ataca a manifestação de 27 de Agosto de 1963, e verbera a atitude de Azeredo Perdigão com as suas declarações à imprensa no seu regresso de África. E por último Cunha Leal descreve longamente o que seria, se fosse possível, um seu «*diálogo imaginário*» e um «*simpósio utópico*» com Oliveira Salazar, e traça um paralelo entre fidelismo e salazarismo para assinalar semelhanças e diferenças, e condena o que classifica de «*augusto imobilismo salazarista*». No fundo, o chefe do governo vive de ilusões: esperança numa evolução, ganhar tempo, aguentar. Tudo são *Ilusões Macabras*.

Não impressionam a opinião pública estas exposições de Cunha Leal. Para além dos círculos de oposição, que aplaudem a obra, quase é despercebido o volume. Mais curiosidade suscitam os golpes de Estado na Tanzânia, no Uganda; os massacres no Gana e no Mali; a guerra entre a Etiópia e a Somália, a guerra que continua na Indochina; e o conflito entre os Estados Unidos e o Panamá. Através de tudo, Salazar nem por um momento deixa os negócios de África, e não lhe escapam minúcias. Dedica agora particular atenção à política portuguesa na África Central, e segue a actuação de Sarmento Rodrigues e Jorge Jardim na zona: está em causa *cativar* desde já a Niassalândia e o seu primeiro-ministro, Dr. Banda, para quando o território se tornar independente (1). No plano interno português, é

(1) Em 1 de Janeiro de 1964, Jardim escreve a Salazar dando conta de mais uma viagem à Niassalândia, da conversa com Banda, do convite pessoal que fizera a este para visitar Moçambique, do interesse que Sarmento Rodrigues

acompanhado com interesse o julgamento, que abre no plenário da Boa Hora, dos implicados no assalto ao quartel de Beja, em 1962, e em que aparecem como advogados de defesa oposicionistas de sempre, desde Abranches Ferrão e Acácio de Gouveia a Mário Soares e Salgado Zenha, desde Eduardo Figueiredo a Sousa Tavares. No entanto, o ambiente parece ser de uma acalmia que a extensão da *guerrilha* a Moçambique não perturba seriamente.

---

põe no assunto. Sarmento escreve também ao chefe do governo. Responde Salazar a Jardim numa carta de que destaco as passagens pertinentes: «*Relativamente à visita particular do Dr. Banda, vejo que o Governador deseja que as autoridades locais compareçam ou o cumprimentem, pois é esse o costume da Província. Se puderem fazê-lo sem publicidade na Província ou nos jornais, não importa. Esta publicidade era preciso evitá-la, senão podiam duvidar sobre o objectivo da viagem. Se tais autoridades puderem ir a sua casa apresentar os cumprimentos, será o melhor, e a coisa dilui-se. Isto é o essencial. Como sabe, nada há a opor a que o Dr. B., depois de ser feito primeiro-ministro de um país independente, visite oficialmente Moçambique. Creio que o ministro das Comunicações da Niassalândia quer ir brevemente a L. Marques tratar de questões comerciais e de tráfego. É viagem de trabalho ou de estudo. O primeiro-ministro será outra coisa, mas a viagem nestes termos exige a categoria oficial. Com as inspecções particulares a territórios ambicionados temos de proceder com cautela. Temos informações de que um dos ministros irá brevemente a Londres pedir dinheiro para o caminho-de-ferro que ligue com o nosso para Nacala*». (Os *territórios ambicionados* referidos por Salazar constituiam uma larga faixa territorial que tradicionalmente a Niassalândia reivindica para o acesso ao mar através de Moçambique.) Jardim volta a escrever em 13 de Janeiro de 1964: trata-se agora de procurar negociar um acordo comercial com a Niassalândia, de iniciar uma penetração das gasolineiras portuguesas, de uma exposição moçambicana naquele território, etc. Responde Salazar em 21: «*Quanto ao acordo comercial: como não pode haver interrupção no comércio, temos dois caminhos possíveis: um seria uma troca de notas ou de cartas em que os territórios se obrigam a aplicar as normas em vigor até ser assinado novo acordo comercial; outro caminho seria fazer negociações, elaborar um novo acordo que entraria em vigor no primeiro dia da independência, por simples troca de notas já previstas nesse mesmo acordo. Como o governo da Niassalândia é governo autónomo e o acordo é para vigorar quando já é governo de Estado independente, não vejo inconveniente em qualquer das soluções. Vejo por algumas alusões suas que um novo acordo será para nós mais vantajoso. Quanto ao convite para participarmos na Feira, a solução sugerida é sem dúvida a melhor. É bom não perder tempo quanto aos vários aspectos da intervenção das gasolineiras — depósitos em Nacala, distribuição na Niassalândia*».

9

Continua em digressão política por alguns países de África o primeiro-ministro chinês Chu-En-Lai. Nesta altura, o governo de Paris decide reconhecer o governo de Pequim; o gesto tem larga repercussão a Ocidente; e nos Estados Unidos são fundos o desagrado e o despeito. Em Lisboa, é imaginada uma atitude paralela. É muito diferente a situação da França, mas Portugal dispõe também de alguns motivos sérios e cartas de valor: a existência de Macau; as tradicionais relações de amizade com a China; a vitória que representa para Pequim, que Washington pretende isolar, estabelecer relações com mais um país da NATO; o comércio que à China será lícito abrir com Moçambique, de que poderá importar matérias-primas e produtos alimentícios que lhe são muito necessários; e o rompimento de Lisboa com o governo da Formosa, decerto inevitável, se firmadas relações com Pequim. Para mais, do ponto de vista de política externa, há também vantagens para Portugal: vincar a independência das decisões portuguesas, exercer pressão sobre os Estados Unidos, moderar ataques contra Portugal daqueles países que Pequim possa acaso influenciar. Da parte do governo de Pequim, apenas se vê uma objecção, e essa muito forte: a política africana de Portugal, que suscita a hostilidade do *terceiro mundo,* cuja boa vontade Pequim quer conciliar. Deverá Lisboa, contudo, tentar a manobra de envergadura, reconhecendo o governo de Pequim? Salazar pondera, e concorda: Importa somente prevenir um desaire: ser o reconhecimento português repudiado pelo gabinete chinês. Há assim que desbravar terreno. E justamente a visita de Chu-En-Lai à África permite fazê-lo com segurança. Acontece que o primeiro-ministro é acompanhado, na sua viagem, pelo velho jornalista americano Edgar Snow, da confiança pessoal dos dirigentes chineses há longos anos; e essa via parece apropriada. Mas o governo de Lisboa julga prudente disseminar previamente alguns *rumores de ensaio.* Estes *surgem* de Madrid: funcionários portugueses deixam cair junto de corres-

pondentes estrangeiros, como por acaso, um comentário que supõe o reconhecimento de Pequim por Lisboa; e o comentário, avolumado e já transformado em notícia, encontra eco na imprensa mundial, desde os Estados Unidos a Hong-Kong e Tóquio. Reage Washington, e o embaixador Anderson é encarregado de apresentar em Lisboa as objecções e a mágoa dos Estados Unidos, se Portugal desse um passo naquele sentido; mas Lisboa, embora indique que de momento nada há de concreto, rejeita as objecções, e sublinha as mágoas maiores que têm sido infligidas a Portugal. Da parte de Pequim, não se conhece reacção alguma.

Nesta altura, sustentando que o faz a título pessoal e sem conhecimento do seu governo, o embaixador dos Estados Unidos apresenta o texto do que, em seu entender, deveria constituir uma *declaração política* decisiva a fazer pelo governo português. No seu projecto, que propõe Anderson? Partindo da recusa de U Thant ao convite português, Anderson sugere que essa recusa seja deplorada porque assim o secretário-geral ficou privado de observar os progressos feitos na construção de uma sociedade multirracial e no desenvolvimento dos territórios; recomenda que seja aceite em princípio o conceito de autodeterminação tal como reiterado na última reunião do Conselho de Segurança, entendendo-se, porém, que aquele não poderia se limitativo nas opções possíveis, nem imposto por forças exteriores, ou pela violência; insiste em que se sublinhem os esforços portugueses em matéria de educação e de desenvolvimento económico, que estão precisamente sendo prejudicados pelas despesas feitas com a defesa da ordem, a protecção de vidas e de bens; e tudo isto deveria ser apresentado, segundo Anderson, como «*demonstrando um esclarecido e positivo entendimento de autodeterminação, nem contrária nem oposta à das Nações Unidas*». Mas Lisboa toma estas sugestões de Anderson pelo seu mérito real: ingénuas e equívocas: se adoptadas, suscitariam dúvidas cujo esclarecimento seria exigido pela ONU: e no processo haveria de se aceitar a doutrina afro-asiática, e estava-se então perante o naufrágio da política portuguesa, ou repetia-se o conceito português já expresso, e tornava-se simplesmente ao ponto de partida. Salazar rejeita o projecto de Anderson, que é deixado cair. Mas Lisboa fica numa hesitação: trata-se na realidade de uma iniciativa pessoal do

embaixador, ou de um novo método iniciado por encargo do presidente Johnson?

Nos últimos dias de Janeiro de 1964, julga-se em Lisboa que é possível abordar a segunda fase do plano de reconhecimento de Pequim. Por intermédio de um jornalista francês de Nova Iorque, da confiança das Necessidades, é estabelecido contacto com Edgar Snow, e a este é feita uma sondagem: quereria perguntar a Chu-En-Lai, numa conferência de imprensa pública, se Pequim estaria disposta a estabelecer relações diplomáticas com Lisboa? Snow prontifica-se. E efectivamente, nos inícios de Fevereiro de 1964, e no decurso de uma entrevista para publicação, Snow inquire de Chou-En-Lai: «*Aceita o governo chinês a abertura de relações diplomáticas com Portugal?*». Responde o primeiro-ministro: «*O governo chinês aceita relações diplomáticas com todos os países ocidentais*». Insiste o jornalista americano: «*Essa resposta inclui Portugal?*» Remata o dirigente chinês: «*Eu disse* todos *os países ocidentais*». Era assim clara a receptividade do governo de Pequim. Por seu turno, em Lisboa, também numa conferência de imprensa e em resposta a uma pergunta, o ministro dos Estrangeiros declara que a China é «*uma realidade poderosa*» que se não pode ignorar e que se impõe o seu reconhecimento, havendo que ponderar todas as implicações desse acto. Do lado português, no entanto, há mais um avanço. De acordo com o Ministério do Ultramar, um elemento destacado da comunidade chinesa de Macau, e também membro categorizado do partido comunista chinês, parte secretamente para Pequim, e põe a questão do reconhecimento por Portugal. Logo regressa a Macau, e diz que o gabinete chinês de bom grado acolherá um emissário do governo português para examinar e negociar a abertura de relações diplomáticas. Oliveira Salazar acompanha com um interesse fascinado o desenvolvimento do assunto, e aprova os passos dados. E trata-se agora, para Lisboa, de escolher o homem a enviar a Pequim.

Esse homem é encontrado em Jorge Jardim (1). Residente na

(1) Recorde-se que Jorge Jardim já havia participado confidencialmente nos episódios do *Santa Maria*, do deflagrar do terrorismo no Norte de Angola, de Goa, etc.

cidade da Beira, em Moçambique, onde se fixou e tem os seus negócios, Jardim é chamado com urgência a Lisboa; e aceita a missão secreta a Pequim. Começa a preparar-se: tem conversas nas Necessidades sobre os argumentos a desenvolver em Pequim, prepara através do Ultramar os seus contactos em Macau, avista-se longamente com Salazar: e de Pequim, através de Macau, é recebido acordo à ida de Jardim. De permeio, entretanto, o problema do reconhecimento da China é debatido em alguma imprensa portuguesa. Órgãos como o *Jornal do Comércio*, estribados em razões económicas, advogam a abertura de relações; mas alguns artigos de Dutra Faria, obviamente inspirados por forças políticas de extrema-direita, exprimem dúvidas; e em alguns sectores da *União Nacional* e outros muito perto do presidente do Conselho há clara oposição, fundada em motivos ideológicos. E então; quase de súbito, quando Jardim está em vésperas de partir, Oliveira Salazar modifica a sua atitude, e anula a missão. Para os seus colaboradores mais chegados, invoca um motivo de bem fundada prudência: *«a perspectiva ou receio, por parte dos Estados Unidos, de um nosso entendimento com a China pode levar a diligenciarem ser-nos menos desagradáveis do que presentemente. Mas a concretização desse eventual reconhecimento desencadeará a má-vontade mais expressa dos Estados Unidos»*.

À acalmia das Nações Unidas contra Portugal, esgotado que foi no momento o ímpeto dos seus ataques (1), sucede-se um retomar de problemas, miúdos ou complexos, que se diriam suspensos. Oliveira Salazar parece tranquilo, e despreocupado: recebe António de Faria e informa-se com toda a minúcia dos negócios da Santa Sé e da evolução do Concílio: e numa noite vai a S. Carlos assistir ao ensaio geral da ópera *Joana d'Arc* de Honnegger. Justamente, nessa noite, um forte sismo abala os Açores, em especial a ilha de S. Jorge; e pouco após é o Ribatejo que aparece assolado por temporal e inundações. Em fins de Fevereiro de 1964, Oliveira Salazar responde finalmente ao convite do governador de Guana-

(1) Entre fins de Janeiro e princípios de Fevereiro de 1964, o *Comité dos Vinte e Quatro* e a *Quarta Comissão* ainda aprovaram, sem ressonância nem interesse, simples resoluções de rotina, repetitivas, destinadas somente a significar que se não considerava encerrada a questão.

bara, Carlos Lacerda, para que Portugal participe nas celebrações, a fazer em 1965, no IV centenário do Rio de Janeiro. Diz o chefe do governo: «*Tudo o que irmana brasileiros e portugueses, e o que liga estes ao Rio de Janeiro, justificam essa presença, e posso desde já assegurar que envidaremos todos os esforços para que a contribuição e a participação portuguesas tenham o relevo adequado à importância do acontecimento e à categoria da nobre cidade do Rio de Janeiro*». Mais importante, e delicada, é a resposta a uma carta recebida de George Ball. Oliveira Salazar volta a uma reserva fria para com os Estados Unidos: não sabe ainda qual a orientação do presidente Johnson: e além disso, no Departamento de Estado, ainda que em nível subalterno, acaba de ser dito à embaixada de Portugal que «*havia chegado a altura*» de o governo português negociar com os grupos terroristas. E por isso, na réplica a Ball, Oliveira Salazar, depois de muito ponderar, decide-se por um texto sóbrio, em que nada cede, e reitera a política portuguesa. Anderson não está em Lisboa, e encontra-se em visita extensa a Angola e a Moçambique; em Washington, Pedro Theotónio Pereira abandona o cargo, por graves motivos de saúde, e é substituído por Vasco Garin; e há assim uma suspensão breve nos contactos luso-americanos de alto nível. Abrem-se, por outro lado, negociações de alguma dificuldade: a França pretende, nos Açores, uma estação para fins científicos e de experiências balísticas: e Portugal pretende renovar uma parte da sua esquadra e, para o fazer, deseja crédito em boas condições. É negociado em Lisboa o primeiro ponto; correm separadamente em Paris as conversas sobre o segundo problema; mas no espírito de franceses e portugueses as duas questões estão ligadas. De um lado e outro há vontade política de acordo. É na ilha das Flores que o governo do presidente De Gaulle solicita as facilidades científicas e militares; e Portugal precisa de quatro novos submarinos e quatro novas fragatas, equipados com a mais moderna técnica militar naval. Entre Fevereiro e Março, chegam a acordo os dois governos: Portugal permite à França a construção, na ilha das Flores, das instalações necessárias e o seu uso, com direito de escala aérea e marítima para aeronaves e barcos franceses, num conjunto a servir as experiências francesas no domínio da balística; a França vai construir para a Armada portuguesa os navios requeridos, sendo o paga-

mento destes efectuado mediante a prestação de 10% no acto da encomenda, de 15% no acto da entrega dos navios, de 75% cinco anos mais tarde, aplicando-se a estes um juro de 5% a liquidar semestralmente. Por motivos burocráticos de ordem interna francesa, todavia, não é na altura tornado público o acordo. E nas Nações Unidas, em Nova Iorque, a política africana de Portugal não está de momento em debate.

A Lisboa afluem observadores estrangeiros, e visitantes de marca. Raymond Cartier, de nome mundial, passa em Lisboa a caminho da África Portuguesa para uma reportagem destinada ao *Match,* de Paris. Numeroso grupo de jornalistas norte-americanos dirige-se a Angola e a Moçambique. Jornalistas e deputados brasileiros passam e repassam para a Europa, ou a caminho da África Portuguesa. Corre um boato de que o Brasil se oferecera para mediador entre Portugal e a África; mas Brasília logo declara desconhecer de que se trata. E em visita oficial, a convite do subsecretário da Presidência do Conselho, Paulo Rodrigues, está em Lisboa o ministro espanhol da Informação e Turismo, Manuel Fraga Iribarne, homem novo, havido como de largo futuro político. Fraga Iribarne elogia o «*bloco ibérico, grande criação histórica de Franco e Salazar*». É recebido longamente pelo chefe do governo; a conversa é genérica; mas Salazar faz minuciosas perguntas sobre o generalíssimo, o pensamento de Madrid quanto à segurança do Mediterrâneo e do Norte de África, os planos relativos aos territórios africanos, e fala sempre de *bloco peninsular.* E o ministro espanhol declara à saída: «*Foi uma grande emoção a que vivi agora*».

10

Na segunda semana de Março de 1964, Salazar adoece: voz embargada, constipação, febre, um foco de pneumonia. Eduardo Coelho é rigoroso: não pode abandonar o quarto e tem de estar de cama. E ministra os modernos antibióticos. Salazar não pode escrever, nem mesmo ler. Não são autorizadas visitas. Mas não

vem a público a notícia da doença. Procura evitar-se especulação política; e nos jornais surge a informação de que Paulo Rodrigues ou Correia de Oliveira *trabalharam* com o chefe do governo. Durante dias, Eduardo Coelho tem prognóstico reservado: Salazar reage ao medicamento, ou não? Há um estado geral de depauperamento, um organismo frágil e extenuado, e está à beira dos setenta e cinco anos de idade. Mas Salazar melhora, a pneumonia é debelada, e na segunda quinzena de Março já se levanta. Em 20 daquele mês, escreve a Arantes e Oliveira: «*Tenho estado de cama impossibilitado de escrever. Não pude por isso responder imediatamente ao cartão de V. Ex.ª, para dizer-lhe que não há o menor inconveniente nas pequenas férias que desejaria tomar agora pela Páscoa. Faço os melhores votos por que lhe permitam retemperar-se*». E já cuida de alguns negócios do Estado, e recebe alguns ministros. Diz-lhes Salazar: «*Há vinte ou mesmo há dez anos, eu ter-me-ia curado em três dias. Agora estive quinze dias estirado na cama*». Sim: os medicamentos fizeram-lhe bem, e estes, que Eduardo Coelho agora receitou, são muito melhores porque «*não me tiram tanto o paladar*». Mas «*estou ainda muito fraquito. Tremo a andar pela casa. Paciência! É assim mesmo*».

Não vem a público a notícia da doença, mas conhecem-na os amigos mais chegados ao chefe do governo. Em muitas zonas, entre o povo, corre que Salazar está gravemente enfermo, e não são escassos os boatos de que morrera. Estão preocupados o cardeal-patriarca, Bissaia Barreto, os Lacerdas. Acima de todos está particularmente aflito José Nosolini. Escreve a Salazar: «*Você devia ir passar um mês a um clima de altitude, não sei se aqui ou lá fora*». Talvez o Caramulo, como dantes. E insiste: Salazar deve ir, deve obedecer, pelo que deve ao bom exercício da sua função, e ao país. Nosolini recorda uma velha carta, que Salazar lhe escrevera em 1915, em que dizia: «*o dever é que é de hoje, como d'ontem, como de sempre*» (1). E agora Nosolini diz que «*estou velho mas tenho patriotismo jovem, a vida não durará muito, posso e devo dedicá-la a serviço útil*». E Nosolini oferece-se para ajudar Salazar, estar sempre ao seu lado, como um simples

(1) Ver volume I, pág. 150.

chefe de gabinete gratuito, se necessário. Salazar não aceita, nem sai de Lisboa. Mas depois é conhecido por outros o facto de Salazar haver estado doente, e há alguma apreensão mesmo entre estrangeiros, e em círculos políticos noutros países. Ficam preocupados alguns homens da *direita europeia.* Henri Massis pede notícias, D'Estailleur-Chanteraine vem a Lisboa para se informar pessoalmente. Ficam inquietos os homens que, com a ajuda portuguesa, haviam tomado iniciativas de defesa do Ocidente. Fora lançada a revista *Découvertes,* sob a direcção de Jean Haupt, que vive em Portugal e mantém as suas ligações com a França; todas as noites, em francês, inglês, italiano, espanhol e alemão, e em onda autónoma, é emitida pela rádio a *Voz do Ocidente,* em que é activo colaborador Ploncard d'Assac, elemento da extrema-direita francesa refugiado em Lisboa; e estas actividades, decerto em prol da política portuguesa, são sobretudo conduzidas em nome de valores e princípios ocidentais, e apenas fazem sentido em Portugal com Oliveira Salazar à frente dos negócios públicos. E é com alívio que todos sabem do restabelecimento do chefe do governo.

E ele próprio, Oliveira Salazar, como se sente? «*Já vivi muito*», repete para os seus colaboradores. E há que pensar em distribuir as prendas que tem recebido no exercício das suas funções. Não tem apego a nada, não o atraem mais os homens ou as coisas. Exclama, como num lamento: «*Ah! se eu tivesse menos vinte anos!*» Que faria? «*Havia de pôr os brancos contra os brancos em África, e os pretos contra os pretos, e brancos e pretos uns contra os outros, e nós haveríamos de sair incólumes no meio de tudo*». Sim, faria como durante a guerra de Espanha e a guerra de 1939-45: baralhava as cartas, confundia todos. E fechando as mãos em punhos cerrados, rola um punho sobre o outro como quem quer exprimir uma bulha entre vários grupos. «*Ah! se eu tivesse menos vinte anos!*» E a ideia da morte? Ocorreu-lhe durante a doença? Teve receios? Salazar encolhe os ombros, repete: «*Bem, só morre quem quer*» (1).

(1) As atitudes e os gestos descritos e as frases transcritas são rigorosamente autênticos. Mais de uma vez as teve e as pronunciou Salazar em conversa comigo, tendo eu tomado nota fiel.

11

Em fins de Março de 1964, Oliveira Salazar está restabelecido; mas o médico ainda não lhe consente que se aventure fora de casa, ao ar livre. Na noite de 31 daquele mês para 1 de Abril, é surpreendido por uma notícia de tomo: no Brasil, o Estado de Minas Gerais, com o governador Magalhães Pinto à frente, proclama-se em situação de revolta; depois, segue-se o Estado de S. Paulo; e o da Guanabara, com Carlos Lacerda; e todo o Exército apoia, emergindo, como vulto militar, o marechal Humberto Castelo Branco. É uma revolução, que triunfa; e o presidente João Goulart é compelido a abandonar o país. Que matiz político têm os novos responsáveis? Das primeiras declarações e atitudes, depreende-se moderação responsabilidade; e o facto de o novo ministro das Relações Exteriores ser Vasco Leitão da Cunha, que assim já não vem ocupar o seu posto de Lisboa, é havido como indício favorável (1). Na opinião pública há curiosidade, e preocupação nos círculos políticos; mas informações sucessivas recebidas em Lisboa são tranquilizadoras; passados poucos dias o governo português reconhece o novo regime brasileiro; em telegrama, o presidente Thomaz felicita e cumprimenta o marechal Castelo Branco, que acaba de ser investido no cargo de chefe de Estado brasileiro; e este, na sua resposta, declara que «*legatários de uma mesma tradição, interligados por vivos sentimentos de fraternal amizade, os povos do Brasil e de Portugal se compreendem e se aproximam de modo especial*». Entretanto, é anunciada a concessão de facilidades aos franceses, na ilha das Flo-

(1) Oliveira Salazar, neste momento, já está atento a pormenores. Como Arantes e Oliveira completasse em 2 de Abril de 1964 dez anos de gerência da pasta das Obras Públicas, Salazar dirige-lhe naquele dia uma carta: «*Dez anos nas Obras Públicas, caracterizados por um trabalho intenso e fecundo, altamente proveitoso para o País, merecem bem ser lembrados e agradecidos. É o que faço nestas simples palavras, desejando muito que a saúde o ajude a continuar a sua obra. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar*».

res; e o facto tem na opinião pública ressonância generalizada (1). Ao outro dia, é assinado um acordo luso-britânico para a construção de uma linha férrea que ligue a Suazilândia, ainda sob responsabilidade britânica mas a ser independente em pouco, a Moçambique e ao porto de Lourenço Marques. E compreende o povo português que, no termo de tudo, o seu governo está apto a negociar com terceiros países, que parece confiarem em Portugal, e sem que os Norte-Americanos interfiram nas decisões portuguesas. Torna-se conhecido, para mais, que a França se prontifica a renovar largamente a esquadra portuguesa, e em óptimas condições financeiras; e o facto, visto contra a recusa americana e britânica de fornecer armamento a Portugal, levanta o ânimo da opinião pública.

De súbito, uma nova fogueira é ateada na República do Congo (Léopoldville). Agravam-se os conflitos tribais, digladiam-se interesses estrangeiros; e o governo central, de Ciril Adula, é incapaz de fazer frente aos acontecimentos. Buscam-se pretextos exteriores para justificar dificuldades internas. No Secretariado da ONU culpam-se os gendarmes catangueses internados em Angola, e algumas perguntas são feitas a Portugal; mas Lisboa responde que ignora o assunto, acentuando que concorda com o secretariado sobre a gravidade que assume a existência de bases estrangeiras de onde partam ataques contra territórios alheios. Paul Spaak está preocupado com a situação e, na defesa de interesses belgas e americanos, desloca-se a Léopoldville para conferenciar com Adula; no plano bilaterial obtém resultados úteis à Bélgica; mas não modifica a situação interna. Spaak está também obcecado pelos gendarmes catangueses, e o seu embaixador em Lisboa pratica uma diligência para solicitar que seja posto cobro à actividade daqueles; mas Lisboa rejeita a intervenção belga. Em Washington, na secção africana do Departamento de Estado, Harriman (2) assume papel de relevo, e logo declara que as dificuldades do Congo provêm de Angola, sendo de recear que parta de território português um ataque. Lisboa repudia a insinuação, e protesta; e sublinha sobretudo a falência da politica americana naquele país. Declina a posição de

(1) A nota final do acordo tem a data de 6 de Abril de 1964, mas só em 9 foi anunciado simultaneamente em Lisboa e Paris.

(2) Averell Harriman, politico americano, influente no Partido Democrático.

Adula, vítima como é, além do mais, de intriga do próprio presidente da República do Congo, Kasavubu; e aumenta a popularidade de Moise Tschombé. Então belgas e americanos desviam os seus apoios, e começam a transferi-los para o chefe catanguês. Este viaja pela Europa, passa de novo em Lisboa no maior segredo; mas está principalmente fixado em Bruxelas. Do lado português, procura-se com Tschombé mais um contacto, e o major Pedro Cardoso avista-se com aquele político na primeira quinzena de Abril de 1964. Tschombé diz concordar em que os gendarmes catangueses sejam mantidos em Angola com estatuto de verdadeiros refugiados (1); considera catastrófica a situação interna do Catanga e do Congo em geral; e a Bélgica, à parte os seus objectivos materiais, parece desinteressada. E quanto ao seu futuro político pessoal? Está pessimista: enquanto se não realizarem novas eleições e não se modificar a estrutura política do país, não vê grande possibilidade, nos tempos mais próximos, de regressar ao Catanga nem desempenhar um papel no governo central. Mas através de tudo, quanto à situação no Congo, redobram os ataques a Portugal: este é responsabilizado pelo tormentoso caos. Em defesa, e entre outros, sai a terreiro Dean Acheson: o antigo secretário de Estado norte-americano afirma que o sacrifício dos interesses portugueses, em deferência às exigências da ONU, apenas pode conduzir ao desastre.

Noutras fronteiras de Angola, a sueste e leste, acrescem os motivos de preocupação, e nas de Moçambique também. Há agitação na Zâmbia, e há notícia de que no território se procuram instalar bases terroristas. No Malawi, o governo presidido por Kamuzu Banda parece desejar relações de boa vizinhança. Aquele político africano, antigo médico em Londres e antigo prisioneiro dos ingleses, escreve a Oliveira Salazar no prosseguimento das suas conversas com Jardim e por influência deste, sugerindo o aumento de intercâmbio comercial com Moçambique e a construção de novas ligações ferroviárias com aquela província portuguesa: Banda sabe que o Malawi, quase completamente cercado por Moçambique e

(1) Por esta altura, haviam-se apresentado na fronteira de Angola mais 400 gendarmes catangueses que, como os restantes, foram desarmados e internados.

dependendo deste nas suas saídas para o mar, não pode permitir-se uma atitude agressiva: mas há sempre o risco de um golpe que destrua aquele chefe africano e o substitua por elementos radicais. Neste particular, é combinada uma troca regular de informações, para frustrar elementos hostis, e que é organizada de forma a fugir ao circuito dos serviços britânicos, ainda activos no Malawi: apenas Banda e Jardim têm conhecimento das informações colhidas de um lado e transmitidas ao outro. E na Rodésia do Sul, ainda directamente subordinada à Coroa britânica, o primeiro-ministro Winston Field demite-se, e é sucedido no cargo por Ian Smith, chefe de um novo partido rodesiano que se afirma disposto a discutir com o gabinete de Londres a questão de uma independência branca: mas entretanto há instabilidade no território e instalam-se muitos grupos extremistas, antiportugueses e antibrancos. Por entre estas preocupações do governo português a visita a Portugal do príncipe Rainier e da princesa Grace do Mónaco fere uma nota de normalidade sadia, de elegância patrícia: há um banquete em Queluz: e Oliveira Salazar, que sai pela primeira vez após a sua doença, conversa jovialmente com a princesa e deixa-se fotografar até à saciedade dos fotógrafos: não morreu: e está de saúde excelente.

12

Mais e mais, Oliveira Salazar selecciona os problemas de que se ocupa. Ultramar, Defesa e Estrangeiros continuam decerto a ser os departamentos em que se concentra; mas os dois últimos recebem agora a sua marcada preferência. Constitui sua obsessão a defesa política e militar das terras de além-mar; mas a administração destas aparece-lhe simbolizada nalguns grandes problemas ou projectos de desenvolvimento — comunicações ou barragens — e pouco mais. Oliveira Salazar reocupara nos inícios de 1961, com o seu grito *para Angola, rapidamente e em força,* o lugar de figura central da vida pública portuguesa: mas, decorridos mais de três anos, o seu poder parece sofrer linhas de fractura e não constituir o centro único e último de decisão. Dir-se-ia que se repete um quadro

político semelhante ao que resultara das eleições presidenciais de 1958 (1). Outras são as causas: algumas dificuldades gerais — uma ligeira subida de preços, início de uma pressão inflacionista — que se atribuem aos encargos com a defesa do Ultramar (2); um cansaço psicológico entre os círculos políticos, sem embargo de o fervor popular se manter alto; e os setenta e cinco anos do chefe do governo. Este último aspecto constitui sombra que ganha terreno. Pela ordem natural das coisas, o problema da sucessão não pode estar distante. Nos oposicionistas, aviva-se o empenho no derrube das instituições. Entre os homens do regime, muitos actuam como se Oliveira Salazar fosse fisicamente imortal, e não parece ocorrer-lhes que um dia desaparecerá, *seguramente, inevitavelmente.* Mas para muitos outros, em silêncio, em surdina, está aberta uma luta pelo poder. Por detrás de todos, sem dúvida, paira ainda o vulto de Salazar, a que afirmam o seu preito. Mas como o chefe do governo se alheia de uma intervenção directa nos negócios de muitos departamentos de Estado, porque a sua capacidade física não pode já abrangê-los, criou-se um ambiente em que muitos esquecem o centro coordenador e definidor de política, ou se sentem livres de o esquecer. Em Conselho de Ministros, a autoridade pessoal ou política de Salazar não é posta em causa; o chefe do governo não deixa dúvidas de que estão intactas as suas faculdades de julgamento, de lucidez, de exposição, de quase instantâneo entendimento dos problemas; mostra que, nas grandes linhas, acompanha os assuntos de maior envergadura; mas nos intervalos dos Conselhos torna às suas prioridades seleccionadas e, à parte os da Defesa, Ultramar e Estrangeiros, os ministros sentem crescente dificuldade de acesso ao presidente do Conselho. Há uma sensação de *roda livre,* de *decisão autónoma,* com quebra da unidade da administração e da coerência ou compatibilidade das políticas sectoriais do Estado. E é essa roda livre, esse sentido de decisão autónoma que reflectem a luta pela

(1) Ver vol. IV, págs. 527 e 528.

(2) Os preços têm-se mantido estáveis, com uma subida anual de 1%, mas em 1964 a tendência é para uma subida mais pronunciada, de cerca de 3%. No entanto, em 1964, os salários sobem entre 6% e 7%. A circulação fiduciária subira de 19 milhões e trezentos mil contos em 1963 para 21 milhões e duzentos mil contos em 1964 (números redondos).

sucessão e pelo poder: cada um procura assentar as suas pedras, rodear-se dos seus homens de confiança, adoptar as soluções que julga firmarem a sua influência política, a sua força pessoal, a sua popularidade.

Para mais, e porque nas decisões do dia-a-dia ou mesmo na formulação de políticas departamentais não se interpõe o chefe do governo, entre os ministros surgem atritos, cavam-se divergências que afectam a conduta dos negócios públicos. Correia de Oliveira, ministro de Estado adjunto do presidente do Conselho, está encarregado da representação portuguesa junto de alguns organismos económicos internacionais, de que Portugal é membro (1); disfruta da benevolência de Salazar; e considera que o ministro das Finanças, Pinto Barbosa, não lhe proporciona os meios financeiros adequados e que o ministro da Economia, Teixeira Pinto, segue deliberadamente uma política que é hostil à sua actuação. Na Defesa Nacional, Gomes de Araújo entende que Luz Cunha, no Exército, não actua da melhor forma, nem se subordina à política global de defesa; e julga, por outro lado, que Pinto Barbosa não compreende as necessidades financeiras do esforço militar. «*Não poderei fazer a guerra se não me derem dinheiro*», diz Gomes de Araújo. Pinto Barbosa sente-se sujeito a pressões de todos os sectores, mas procura manter o controle das finanças, refrear gastos que poderiam ser evitados com melhor administração ou mais austeridade, travar em suma a embriaguez de despesas a que alguns ministros, na conquista de popularidade, se desejariam entregar; e não esconde a sua irritação. Salazar critica por vezes, em privado, alguns critérios de Pinto Barbosa; mas apoia-o firmemente. Gonçalves de Proença, nas Corporações e Previdência Social, segue uma política de captação de grandes massas. Antunes Varela, nas inaugurações sucessivas de novos edifícios de tribunais na província, ocupa-se de temas que ficam para além do seu departamento e que são de regime, de Estado e de governo; e procura formular doutrina sobre justiça social, «*o problema que no momento actual mais prende a atenção dos governantes*», e problemas da habitação e da produção, questões agrícolas, distri-

(1) A EFTA, a OCDE, entre outros.

buição da riqueza, outros ainda. E para lá dos homens no governo actuam outros que utilizam instituições ou cargos para criar, no plano político, uma imagem de estadistas e de possíveis sucessores de Oliveira Salazar; e outros ainda aproximam-se do presidente Thomaz, procurando formar em torno deste, a quem cabe a escolha de um novo chefe do governo, um circulo de apoio, de influência ou de pressão. Através de tudo, parece mortiça a *União Nacional.* Da sua *Comissão Executiva,* Henrique Veiga de Macedo está activo; mas apenas no plano pessoal e como deputado; e é nulo o papel doutrinário e político do movimento. E em jogo, e acaso em confronto, estão poderes que os homens de ambição política desejam conciliar-se: a Igreja Católica, as Forças Armadas, os meios económicos e financeiros, as forças sociais. Pelo estrangeiro, agitam-se e actuam grupos de portugueses: há o *grupo de Argel,* apoiado e pago pelo governo argelino, que em panfletos e emissões radiofónicas ataca com virulência o governo de Lisboa; há o *grupo de Genebra,* mais moderado, composto de dissidentes democráticos, socialistas, desertores das Forças Armadas; há alguns isolados em Paris ou em Londres, que usam meios locais para ataques a Lisboa; e através de tudo continua Humberto Delgado as incessantes deslocações que o levam do Brasil à Itália, do Norte de África à Checoslováquia. Mas na superfície a influência daqueles grupos na opinião pública portuguesa não parece relevante.

Por si, Oliveira Salazar discute abertamente o problema da sua sucessão com alguns colaboradores de mais confiança. «*É altura de me afastar*», diz, «*e o interesse do país exige que esse meu afastamento se dê enquanto eu estou ainda válido. Se houvesse uma crise grave, o país saberia que o meu conselho e a minha experiência ainda poderiam ser aproveitados*». Além disso, acrescenta o chefe do governo, «*ainda quero ter pelo menos ano e meio de vida normal em Santa Comba*». Mas que solução propõe? Não há soluções além das da Constituição: «*O Chefe do Estado escolhe em plena liberdade um homem, combina-se a data da minha exoneração, é nomeado esse homem para me substituir*». Mas não pode Salazar indicar, sugerir um nome? Não: «*eu tenho os meus inimigos, quem eu escolher terá também os seus inimigos, e se eu o indicasse, esse homem, porque indicado por mim, começaria as suas funções com os meus inimigos e com os dele. Era*

de mais!» Não: o chefe do Estado escolhe um homem: «*se esse homem depois se fará obedecer, é outro problema*»: e em caso negativo, é ao presidente da República que cabe achar outra solução. E se fosse criado e preenchido um lugar de vice-presidente do Conselho? Também não: seria inútil ou perigoso. «*Ou não se tem em vista a sucessão, e então o cargo é desnecessário; ou há o propósito de designar por esse meio um sucessor, e então são inevitáveis os atritos com outros ministros e com o próprio presidente do Conselho; e além disso o cargo não está nas nossas tradições*». E Salazar torna à sua ideia: escolha de um nome pelo presidente da República. E remata: «*mas o Chefe do Estado, pelo menos em conversa comigo, recusa-se mesmo a abordar o assunto*».

Entre os portugueses, ao aproximarem-se os meados de 1964, pairam somente interrogações: até quando viverá Salazar? e quem lhe sucederá? e sobretudo que *sucederá* depois do seu desaparecimento? Entretanto, em 27 de Abril de 1964, Salazar completa trinta e seis anos de governo: e *está* e, como desde 1928, *vai estando*.

13

Nestes começos do Verão de 1964, e no plano militar, não se apresentam cuidados especiais: tanto em Angola como na Guiné, as forças portuguesas são senhoras da situação, que aparece estabilizada; e em Moçambique, embora esperem o agravamento da *guerrilha*, as autoridades não sentem receios particulares. Para Moçambique e Guiné acabam de ser nomeados novos governadores: os generais Costa e Almeida e Arnaldo Schultz. Mas há o plano logístico de luta: armamento, munições. Neste particular, intensifica-se a cooperação com a Alemanha e a França. Negociada pelas autoridades militares portuguesas e alemãs, a concessão de facilidades na base de Beja à República Federal encontra agora uma larga contrapartida na atitude do governo de Bona: das suas próprias existências de armamento, ou em condições de crédito extremamente favoráveis, o gabinete alemão fornece às forças portuguesas quanto estas solicitam. Von Hassel,

ministro alemão da Defesa, está nas melhores relações com Gomes de Araújo, e tem pelos pedidos deste compreensão total. Idêntica é a atitude assumida pelo governo do general De Gaulle. Após o acordo dos Açores, Paris sente-se na obrigação de satisfazer prontamente as encomendas portuguesas de material de guerra e munições (1): e tudo é tornado mais expedito pelo bom entendimento pessoal também existente entre Gomes de Araújo e o ministro francês da Defesa, Pierre Messmer. No fundo, porém, a boa colaboração luso-francesa e luso-alemã neste domínio é resultado da visão que os militares de Paris e de Bona possuem da política do governo português em África: consideram esta essencial para a defesa dos interesses ocidentais e europeus. Não se limitam a estes ângulos, no entanto, os desenvolvimentos favoráveis à orientação portuguesa. De novo, escuta-se a voz autorizada de Dean Acheson: este, em carta à *Fortune,* mais uma vez defende Portugal. Está de regresso a Lisboa o embaixador Anderson: em declarações públicas não oculta, embora numa linguagem ponderada, a sua admiração pelo que observou em Angola e em Moçambique: nas conversas privadas não esconde, como militar que é, a sua preocupação pela defesa do mundo livre em África: e não se acanha de dizer que tudo sublinhará em próxima viagem a Wasington. Com a República da África do Sul concluem-se os acordos que, se não são espectaculares, têm grande amplitude: sobre a regularização e aproveitamento do rio Cunene, o fornecimento de energia da barragem da Matola, a construção de outras barragens: e de tudo deverá sobrevir para uma vasta área um progresso de momento incalculável. E o primeiro-ministro do Malawi, Banda, nas vésperas de independência formal do país, visita Moçambique e proclama a sua intenção de boa vizinhança e colaboração com Portugal. Oliveira Salazar, restabelecido dentro do que lhe permite a sua grande idade, está activo de novo. Não evita mesmo receber jornalistas estrangeiros; a Von Studnitz, representante da imprensa alemã, fala das relações luso-germânicas; a Michel Littlejohns, da *Reuter,* exprime críticas à política americana, sublinha as suas reservas quanto à estrutura e objectivos da NATO, que consi-

(1) Inteiramente à parte e além da esquadra em construção para Portugal, objecto do acordo aludido atrás.

dera desactualizada, e declara que deseja retirar-se da vida pública e que somente a sua preocupação pelas coisas de África o inibe de o fazer; mas nem a um nem a outro fornece Salazar um texto ou autoriza uma citação directa das suas palavras.

Suscita cuidado habitual o quadro do continente africano. Sir Roy Wellensky, mais uma vez em passagem por Lisboa a título particular, faz-se eco de notícias sombrias: Jules Nyerere, presidente do Tanganica, será derrubado até ao fim do ano; a Federação da Nigéria pode estar à beira de uma guerra civil; na República do Congo agravar-se-á o caos; e é provável que em pouco a União Soviética se instale no Tanganica e em Zanzibar. E Sir Roy diz mais: os Trabalhistas ganharão as próximas eleições inglesas, é possível que Tschombé assuma o poder em Léopoldville. E quanto à Rodésia do Sul? É grave o momento: oitocentos a novecentos brancos abandonam o território em cada mês; a incerteza aumenta a agitação dos elementos negros; ele, Sir Roy, apenas aceitaria funções de governo se fosse decretado o acesso dos negros à função pública; e em qualquer caso há que tomar decisões urgentes, antes de uma vitória trabalhista em Inglaterra, que tornaria mais difícil qualquer negociação. Num ponto, estão sendo confirmadas as informações de Wellensky: degrada-se a situação no Congo. Há revolta declarada no Kivu, ao sul da cidade de Bukavu; a rebelião alastra pelo norte do Catanga, invade o Kasai, instala-se na província oriental; e os sediciosos estabelecem a sua capital em Stanleyville. De permeio com a insurreição militar, cometem-se atrocidades cruéis; e está em risco a vida de muitos milhares de negros e de brancos. Há emoção pelo mundo. Tornam-se agudas as preocupações de Washington: é a falência de toda a política da ONU e dos Estados Unidos. E Spaak, em Bruxelas, sente-se perplexo perante uma crise que classifica das mais difíceis da sua carreira de homem de Estado. Tschombé reside longos períodos em Espanha, mas desloca-se à Bélgica, e está em ligação com Spaak, que o encoraja a contactos com governos africanos moderados; é recebido por alguns governos europeus; e em mensagens oficiosas, Lisboa promete o seu auxílio, na medida do possível e para o caso de assumir o poder no governo central do Congo. Em Léopoldville, parece insustentável a posição do governo de Adula. E por todo o Norte de Angola cresce a ansiedade: será o poder assumido, no Congo, pelos rebeldes extre-

mistas? passarão estes a controlar a fronteira? Lisboa entretanto convida mais uma vez U Thant a visitar a África portuguesa; mas escusa-se o secretário-geral.

De 26 para 27 de Maio de 1964, morre na União Indiana o primeiro-ministro Nehru, o homem que Salazar defrontara durante quinze anos e que, batido nos terrenos político e legal, recorrera à agressão militar para tomar Goa. A meio da manhã de 27, a notícia é telefonada ao chefe do governo. Este diz: «*Ah! politicamente já estava morto há muito tempo*».

14

Aos observadores interessados ocorre, de vez em quando, repetir a pergunta: Lisboa reconhece o governo de Pequim, ou não? Do lado português, todo o processo foi abandonado. Mas por parte chinesa ainda não há consciência do facto: e o cônsul de Portugal em Hong-Kong é convidado pelas autoridades chinesas a visitar Cantão, com pretexto numa feira desta cidade. É aceite o convite, por instruções de Lisboa, e o cônsul aproveita a visita para inspeccionar o edifício do antigo consulado português. Logo revivem as notícias de um próximo estabelecimento de relações entre Portugal e a China: assim o escrevem órgãos como *The New York Times* ou *Le Monde*. Salazar não se dispõe, todavia, a recomeçar o processo: inibem-no as mesmas forças que o paralisaram antes, ou os mesmos receios. Mas no plano interno a opinião pública prende a sua atenção a outros pontos. Já em princípios de Junho de 1964, deflagra em Argel, na Grande Kabilia, uma revolta contra o chefe argelino Ben Bella. Levanta-se alguma confusão internacional: jornais franceses responsáveis, como o *Aurore, Le Monde, Figaro,* afirmam que na origem da revolta estão os *serviços especiais* portugueses, como vingança das ameaças argelinas: e estariam também implicados os marroquinos. Ben Bella pensaria, segundo o embaixador de Marrocos em Paris (1),

(1) Na altura, Cherkaoui, genro do rei Hassan de Marrocos.

em atacar este país e em *declarar guerra* a Portugal. Mas as potências não acreditam nas palavras violentas de Ben Bella, nem Lisboa tão-pouco; e o assunto morre. E por entre esta celeuma, na primeira quinzena de Junho de 1964, chega a Lisboa o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. É vulto grado no Brasil, depois da revolução de Março, para cujo sucesso contribuiu; e vem agora ocupar-se da participação portuguesa nas celebrações do IV Centenário da fundação do Rio de Janeiro. Salazar recebe longamente o governador, e este é também acolhido nas Necessidades. Fica assente que Portugal fará uma exposição sobre a história e a vida portuguesa, em edifício a construir, e oferecerá à cidade do Rio de Janeiro uma estátua equestre de D. João VI, esculpida em bronze. Mas Carlos Lacerda está sobretudo empenhado em problemas políticos. Dá pormenores sobre os aspectos ocultos da revolução brasileira: as hesitações de Magalhães Pinto em Minas Gerais; os erros de Kubitschek, em não denunciar os comunistas; as dúvidas sobre as capacidades de Castelo Branco. Lacerda sente-se fascinado pelas questões da África portuguesa. Fala de *composição* com os africanos, de *reconciliação* com os nacionalistas, do *génio político lusitano* para encontrar compromissos, da *nunca desmentida inteligência política* dos portugueses; e aborda algumas destas ideias em discurso público, com a oferta de uma *presença mediadora* do Brasil. Mostra-se preocupado, todavia, com a segurança do Atlântico Sul: «*somos responsáveis por que, em África, não se implante o inimigo de nós dois*» e «*por que permaneça na comunidade da língua uma obra civilizadora que Portugal não fez aos arremessos do imperialismo do século XIX*». E quando são documentadas perante Lacerda as interferências de terceiros países, e as suas ambições e objectivos políticos, o governador indigna-se, e promete defender no Brasil a política portuguesa. Numa curta ausência, Salazar passa uns dias no Vimieiro e Santa Comba; mas logo regressa a Lisboa para se despedir do presidente Thomaz. Este, em 6 de Julho de 1964, parte no *Príncipe Perfeito* para Moçambique, em mais uma viagem africana de soberania e projecção política. Numa visita de cumprimentos ao abandonar funções, vem a Lisboa Dirk Stikker, secretário-geral da NATO; e avista-se longamente com o chefe do governo. Depois de se concertarem, os governos da NATO

escolhem o italiano Manlio Brosio para novo secretário-geral. Mas é para a República do Congo que se volta o sentido de todos, em Portugal e mesmo pelo mundo além.

Com efeito, o governo de Adula mostra-se impotente no plano político e o Exército Nacional do Congo, conduzido pelo coronel Mobutu, parece incapaz de dominar a revolta. Mas é outra a notícia que na mesma altura causa surpresa: Moisé Tschombé anuncia o regresso ao seu país. Antes de partir da Bélgica, envia a Salazar uma mensagem pessoal: não esquece as palavras que ouviu do chefe do governo português, nunca trairá Portugal, não é um ingrato, e espera construir com Portugal a África Central e Meridional. No mesmo mês de Julho, Adula apresenta a sua demissão ao presidente Kasavubu. Tschombé é encarregado de formar governo, e no dia 9 está constituído o novo gabinete, presidido pelo homem que fora um secessionista e fugira escorraçado pelas forças internacionais da ONU. É uma viragem de consequência, e inesperada: aquela região de África apresenta de súbito um rosto político diverso. De Léopoldville, o novo primeiro-ministro do Congo envia outra mensagem ao chefe do governo português: promete cooperação, pede indulgência perante a delicadeza da sua posição, solicita o regresso dos «*seus*» gendarmes fiéis. Na fronteira norte de Angola há menor agressividade, e nas bases congolesas dos grupos terroristas lavra a desorientação. Oliveira Salazar entende bem a importância que para Portugal pode ter, sem embargo de todas as limitações, a manutenção de Tschombé em Léopoldville. E então envia a este uma mensagem com directivas de governo e conselhos de homem de Estado, encarando os problemas do ponto de vista dos interesses e das possibilidades do novo gabinete congolês: é todo um comportamento político que Salazar traça para Tschombé (1). Ao mesmo tempo, o coronel Mobutu, coman-

(1) Esta mensagem de Salazar para Tschombé tem alto valor documental por revelar a visão que na altura aquele tinha do quadro africano e da posição portuguesa. Por isso a transcrevo na íntegra, acrescentando apenas à linguagem telegráfica em que foi transmitida os artigos e pronomes que a tornam mais clara. A transmissão foi feita por intermédio da embaixada de Portugal em Léopoldville. Anote-se que, na mensagem, por via altamente secreta, Tschombé é designado por W. Segue texto: «*1. Presidente do Conselho envia as mais sinceras*

dante do Exército Nacional congolês, faz saber que apoia Tschombé na sua aproximação com Portugal. E desde logo apresenta um largo pedido de auxílio: fornecimento de armas ligeiras, munições, fardamentos, outro apoio logístico. Em quase tudo, são satisfeitos os pedidos. Por seu lado, Tschombé vibra um golpe profundo na *Organização da União Africana:* não participa nos trabalhos da reunião do Cairo, que se efectua entre 19 e 21 de Julho de 1964: e esta atitude por parte de um país com a importância política, económica e estratégica do Congo, divide e enfraquece a organização.

Enquanto no Congo se desenrolam estes sucessos, de repercussão em Angola, e o governo de Madagáscar resolve cortar relações com Portugal, noutra área da África Central processam-se acontecimentos políticos que, nem por serem esperados, são menos vitais. Decidido pelo gabinete de Londres o desmantelamento da *Federa-*

---

felicitações pelo cargo confiado a W. e faz os melhores votos por que seja feliz na sua missão. 2. O Governo português agradece reconhecidamente a mensagem. Compreende bem extrema delicadeza da tarefa e do seu lado fará o possível por que não se suscitem quaisquer dificuldades, antes se preste o maior apoio. Agirá com a máxima prudência e discrição para não comprometer acção de W., nem insistirá em atitudes externas que só possam ser empreendidas com riscos graves. 3. Parece ao governo português que maiores e mais urgentes tarefas são tentar a pacificação das diversas regiões, estabilizar as populações para recomeço do trabalho normal, prover ao seu sustento se necessário, e a reactivação económica do país. Tudo o mais depende disto. Mas se para tarefas económicas a OUA não interessa grandemente, é necessário boa vontade e confiança dos países africanos para que a atmosfera de paz se restabeleça na região pelo que outras coisas devem ser sacrificadas a esse objectivo. Seja qual for a posição tomada por W. quanto a nós, países africanos revolucionários e socialistas tipo RAU, Argélia, etc., hão-de promover e manter hostilidade ao governo congolês que queira trabalhar em ambiente confiante com europeus. Mas há outros países africanos que podem contrabalançar aqueles (na acção senão nos votos) se a atitude tomada for prudente. 4. Maneira porventura mais eficaz de pôr estes problemas em reuniões, como a próxima reunião do Cairo, é levar a reconhecer que a) *não se dispõe de força para resolver os problemas políticos nos termos defendidos por alguns e* b) *há entretanto vantagem, para estabilizar independências adquiridas, na cooperação com certos países. Estes, por seu desenvolvimento e relevância da sua posição geográfica (Angola, Moçambique) podem prestar a outros, como Congo, Malawi, Rodésia do Norte, grandes serviços. E não sendo viável obtê-los dos governos destes territórios sem os tratar com Portugal, deveria ser*

ção das Rodésias e da Niassalândia, são agora proclamados independentes os territórios que a compõem, salvo a Rodésia do Sul. Tomam os outros dois, oficialmente, os nomes de Zâmbia e de Malawi. Envereda o primeiro na falange dos países hostis, e o seu presidente, Kenneth Kaunda, não esconde os seus propósitos de contribuir para a destruição de Portugal em África. Mas no Malawi o presidente Banda cada vez mais tem consciência de que o seu país não pode ter outra política além da de cooperação e boa vizinhança; e nas festas de independência, para que convida o governo português (1), não deixa de o reafirmar. E pelo que respeita à Rodésia do Sul? Debate-se o novo chefe do governo local, Ian Smith, num dilema difícil: manter o poder local branco, mas subordinado a Londres, ou proclamar unilateralmente uma *independência branca,* mas correr todos os riscos às mãos dos negros e do anticolonialismo mundial. Mas como encara Oliveira Salazar o aparecimento, nas

---

reconhecido, ou não posto de lado, o obter deste uma cooperação vantajosa para todos nas actuais circunstâncias de África. 5. Apesar da discrição que será por nós compreendida até que W. consiga consolidar a sua posição através da realização dos objectivos acima indicados, o governo português confia na sua máxima intransigência quanto ao estabelecimento de mercenários não angolanos no Congo e quanto à possível infiltração de terroristas angolanos através de Katanga e, por esta, através da Rodésia do Norte. Primeiro ponto é mais grave para o Congo do que para Angola visto que formações militares estrangeiras (suponhamos argelinas) representam grande perigo para a estabilidade política congolesa por obedecerem em primeiro lugar às directrizes políticas das autoridades dos países de origem, e isso antes de servirem o terrorismo em Angola. Tomamos a este respeito boa nota e agradecemos promessa feita. Esperaremos melhor oportunidade para outras atitudes mais em harmonia com as relações de boa vizinhança. 6. Quanto aos gendarmes catangueses vamos dar às autoridades competentes instruções para na fronteira Teixeira de Sousa-Dilolo entrarem em contacto com as entidades indicadas por W. a fim de combinarem com estas a maneira prática de encaminhar para as localidades referidas aqueles gendarmes, aos quais serão transmitidas as indicações solicitadas. 7. Relativamente ao material que se conserva à disposição de W., aguardaremos as conversações em que se definam os termos em que a devolução se há-de fazer».

(1) O governo português aceitou o convite e faz-se representar por uma delegação chefiada pelo almirante Lopes Alves, antigo ministro do Ultramar. O presidente Thomaz e Oliveira Salazar telegrafaram os seus cumprimentos e felicitações.

fronteiras de Angola e Moçambique, destes dois novos estados africanos independentes? Antes de mais, e quanto ao Malawi, Portugal é discreto, como o tem sido para Tschombé, de modo a evitar situações de melindre. «*Creio que temos procedido*», diz Salazar em carta a Jorge Jardim, «*de forma a permitir ao Dr. Banda uma atitude correcta e até amigável para connosco, sem se comprometer*». E desenvolve o seu pensamento: «*penso que ele não pode fazer outra política diferente da de boa vizinhança, e alguns recortes de imprensa não só do* Times *do Malawi mas de outros países africanos dão-me a impressão de ser compreendida essa política, pela impossibilidade material de fazer outra e pelas vantagens imediatas e certas que esta trará à antiga Niassalândia. É natural que o Dr. Banda tenha dificuldades a vencer junto dos outros países africanos que verão com muito mau modo a sua aproximação com Portugal. Talvez eles se contentem com algumas afirmações demagógicas e anticolonialistas. Esta política tem pois as suas dificuldades, mesmo para nós que temos de deixar passar muita coisa; é porém a que deve fazer-se de um e outro lado*». E neste quadro, se o Dr. Banda, no seu caminho para os Estados Unidos, quiser passar por Lisboa, como sugere, será naturalmente bem-vindo, e havido por hóspede do governo português. E o caso da Zâmbia? Nas mãos do Dr. Kaunda, continua Salazar para Jardim, «*tem mostrado uma hostilidade muito viva*», e quererá porventura manter-se nessa atitude. Mas «*a nossa maneira de ver a questão é igual àquela com que temos visto o caso do Malawi. Passadas as festas da independência, as pessoas responsáveis, e à frente destas o Dr. Kaunda, têm de saber como se resolvem os problemas e entre estes especialmente o das ligações com o mar. Através da África do Sul, que detestam mais do que a nós? Através do Tanganica, com as dificuldades e extensão de percurso que essa via comporta? Servir-se da Rodésia do Sul como intermediária, enquanto se mantiver na actual situação hesitante? Mas a Rodésia do Sul não pode por si própria e sozinha resolver o problema*». De modo que, prevê Salazar, pelo andar do tempo, a Zâmbia «*terá de aproximar-se de nós e fazer a sua vida pela forma mais fácil que é a indicada pela nossa vizinhança e boa vontade. Haverá um momento em que entenderá ser do seu interesse ligar-se aos caminhos-de-ferro do Malawi e por aí aos C. F. de Moçambique*». E Salazar pergunta: «*Até lá, porém,*

o que fará ou o que pensará fazer? E responde: «*O exemplo do Congo, que fez a política hostil que quis fazer e ao mesmo tempo se serviu dos C. de F. de Angola e Moçambique (Benguela e Beira) pode ser um exemplo de mau conselho. Nós não chegámos a tomar em relação ao Congo as providências de estrangulamento que estava na nossa mão tomar. As condições têm-se modificado em África e não são comparáveis às de há três anos*». E assim «*o Dr. Kaunda não pode jogar sem riscos a mesma carta*». E por isso é indispensável começar a trabalhar no sentido de levar Kaunda por outros caminhos. Tudo tem de ser feito, no entanto, por vias pessoais e particulares: Kaunda não deseja com Portugal relações diplomáticas ou mesmo consulares: e a Inglaterra, que o tem por criatura sua, «*nada fará para o reconduzir à razão*». Daqui haverá de concluir-se, comenta Salazar, «*que se o Dr. Banda foi por outro caminho, este não foi sugerido nem apoiado por Londres*». Mas sem relações diplomáticas ou consulares, como tratar os assuntos que têm de ser tratados? Continua idêntica a política geral: «*como soberanos nos territórios costeiros, sentimo-nos obrigados a dar as facilidades possíveis aos territórios do interior*». E para ajudar na execução daquela política, Salazar dá um encargo a Jorge Jardim: «*Ponha em jogo a sua imaginação e relações pessoais a ver o que consegue fazer*». Decerto Portugal terá dificuldades muito grandes, «*mas não subestimemos os nossos trunfos*». E Salazar sintetiza para Jardim, em dois traços, o quadro do momento: «*Muita coisa dependerá da sorte da Rodésia do Sul, da política do Dr. Banda e da consolidação do prestígio de Tschombé no Congo. Se estes três factores jogarem a nosso favor, a evolução da política da Rodésia do Norte (Zâmbia) far-se-á também a nosso favor mais cedo ou mais tarde*» (1).

Debruçado sobre mapas da África Central e Austral, Oliveira Salazar considera as posições geográficas dos vários territórios: Angola *domina* todo o Sul do Congo, Moçambique *domina* o Sul do Tanganica: no interior, entre os dois territórios portugueses, e à sua mercê, estão a Zâmbia, o Malawi, a Rodésia do Sul, e qual-

(1) Depois de se ocupar destes graves problemas, Salazar fecha a carta para Jardim escrevendo: «*Faça-me o favor de me lembrar a sua mulher*». Carta de 26-VII-64.

quer destes *depende* fundamentalmente, nas suas comunicações com o mar, da vontade portuguesa: e para o sul, a Suazilândia e o *hinterland* da África do Sul *dependem* de Moçambique, como o Sudoeste Africano *depende* muito de Angola. Salazar vê na carta, *quase fisicamente,* os caminhos-de-ferro, as estradas, os portos em mãos portuguesas: e sabe que essa posse condiciona e determina a política dos países interiores: é um poder imenso de que dispõe Portugal, é um trunfo real para uma grande política em vasta escala (1). E esses países, se Portugal mantiver o domínio daqueles meios, e pode fazê-lo se tiver vontade firme, *tem de ter* uma política de paz e boa vizinhança com Portugal em África, desejem-no, ou não. Assim o compreende também o primeiro-ministro da África do Sul, Verwoerd, que mais uma vez entra em contacto com o chefe do governo português para lhe anunciar o envio de um emissário secreto; mas este tarda; e Salazar escreve a Verwoerd uma longa carta sobre o momento africano (2). E o presidente do Conse-

(1) Residia precisamente nestes factores e nesta situação, e numa visão paralela, o fundamento do *mapa cor-de-rosa* reivindicado pelos portugueses no séc. XIX; e justamente por isso, dada a grande importância do que estava em jogo, a Inglaterra se opôs aos desejos portugueses, querendo para si aquela posição essencial. Com o esboroamento da África Central britânica, Portugal voltava a reganhar, em parte, uma posição eminente na área imensa. Foi tudo isso perdido com a revolução portuguesa de Abril de 1974. E é ainda tudo isso que explica o envolvimento de Angola, na década de oitenta, com as questões da Rodésia e da África do Sul.

(2) Julgo de interesse transcrever na íntegra esta carta de Salazar para Verwoerd: «*Senhor primeiro-ministro, espero que me desculpe tomar-lhe com esta carta alguns minutos do seu tempo. Há algumas semanas fui informado no sentido de que Vossa Excelência tinha a intenção de enviar a Lisboa um representante da sua máxima confiança para examinar com o Governo Português alguns assuntos de grande interesse para os dois países. Entendemos que esses assuntos se relacionam com a situação política nos países vizinhos da República da África do Sul e de Portugal em África. Também julgamos compreender que essas conversas se realizariam com o máximo segredo, assim se evitando a intervenção de intérpretes. Penso que por nossa parte já fizemos saber que o representante de Vossa Excelência seria recebido sem demora. Com esta carta desejo confirmar que continuamos nessa disposição, e que estamos interessados em ouvir o seu representante e trocar com ele os nossos pontos de vista. A feliz evolução que o Congo (Léopoldville) está tendo precisa de ser protegida, de forma que possa ser mantida a estabilidade da sua situação política e*

lho, entretanto, fala de assentar novas vias férreas de penetração, de rasgar novas estradas, de ampliar os portos: quer combinar o desenvolvimento e o progresso dos países sem acesso ao mar com o poderio de Portugal. E depois repete para alguns colaboradores, em exclamação amarga: «*Ah! se eu tivesse menos vinte anos!*»

15

Misturam-se na atenção dos portugueses assuntos dispares. Sob a presidência do juiz Almeida Moura, e após trinta e oito audiências com cinquenta e sete sessões, conclui-se o julgamento dos implicados no assalto ao Quartel de Beja em 1 de Janeiro de 1962. São decretadas as sentenças: muitos são condenados a pena maior ou correccional, muitos outros são absolvidos ou saem

---

onsolidadas as suas relações com o Ocidente. Malawi encontra-se numa situação idêntica. A Rodésia do Sul enfrenta o muito mais difícil problema da sua própria constituição interna, e não sabemos ainda como o problema político da evolução do território ou a sua independência se vão processar, sendo verdade que a situação naquele país é de interesse fundamental para a República da África do Sul e para Moçambique, como vizinhos contíguos que são. A Rodésia do Norte tem a sua independência já definida, mas o seu comportamento para com os territórios portugueses vizinhos ainda é desconhecido, se bem que o país dependa daqueles para a sua economia. A tendência que os países africanos têm demonstrado para se envolverem e à sua vida económica na teia de ideologias políticas um pouco obscuras tem complicado a situação desses povos, e pode ser que com uma política paciente e benevolente, mas ao mesmo tempo clara e firme, os possamos ajudar. Todos estes problemas, e outros deles resultantes, deveriam ser considerados com urgência se não queremos perder as oportunidades possíveis. Ficaria muito grato se, aproveitando o portador desta carta, Vossa Excelência pudesse informar-me de quando virá a Lisboa o representante acima mencionado, ficando entendido que estou pronto a recebê-lo quando for conveniente a Vossa Excelência. Peço a Vossa Excelência para aceitar a expressão da minha mais alta consideração. Oliveira Salazar, Primeiro-Ministro de Portugal». Este texto constitui a tradução para português da versão inglesa que acompanhava o original português. Não tenho à mão este último, e é possível que aqui ou ali haja uma diferença de expressões em relação à *minha versão portuguesa da versão inglesa*. Não está em causa evidentemente o rigor do conteúdo.

em liberdade. E não deixa o episódio de ser explorado naturalmente pelos oposicionistas. Suscita curiosidade o desenrolar da Conferência Mundial da Instrução Pública: os afro-asiáticos e o bloco de Leste procuram expulsar Portugal: reagem os Ocidentais em força: e dá-se o colapso da conferência que encerra os seus trabalhos antes de os haver iniciado. E nesta altura há uma funda emoção em Portugal: num desastre ferroviário, a cinco quilómetros de Matosinhos, morrem noventa pessoas, há mais de cem feridos: e muitos governos estrangeiros apresentam o seu pesar. Mas mais grave do que tudo, noutro plano, se afigura a situação no Congo: os rebeldes ganham terreno, têm milhares de brancos por reféns, o governo de Tschombé parece a ponto de soçobrar. Novo apelo do primeiro-ministro congolês é recebido por Salazar, e o coronel Mobutu dirige-se também ao chefe do governo português, endossando os pedidos do primeiro-ministro e apresentando dois oficiais congoleses, enviados para conversas com o governo de Lisboa. Depois de consultar Gomes de Araújo, Salazar concorda em que sejam fornecidas cerca de cinco mil espingardas automáticas, doze pequenos aviões de ataque, outras armas e munições; e é escolhido o coronel Rocha Simões para, junto de Tschombé e Mobutu, actuar como conselheiro militar. Mas é evidente para Salazar que nem de longe pode Portugal, além do seu esforço próprio, prestar auxílio militar decisivo ao governo de Léopoldville. Em princípios de Agosto de 1964, o secretário de Estado norte-americano Dean Rusk declara publicamente que os Estados Unidos haviam resolvido apoiar Tschombé porque não estava em causa a pessoa mas a política seguida. Na efectividade das coisas, porém, não era substancial a ajuda norte-americana; e tanto em Lisboa como em Léopoldville, os agentes norte-americanos mostram a maior curiosidade em saber que auxílio está Portugal a prestar. Depois da carta de Oliveira Salazar, o primeiro-ministro Verwoerd envia a Lisboa um mensageiro de sua confiança, e a este é então exposto o ponto de vista português em toda a sua minúcia. Promete a África do Sul intensificar o seu auxílio ao governo congolês; mas em Salazar fica a ideia de que Pretória, concordando com a política de ajuda, não está no entanto pronta a sacrifícios de monta; e esta visão parece ao chefe do governo ser estreita, e perigosa para o futuro da própria África do Sul.

De momento, nas preocupações de Oliveira Salazar vem enxertar-se um outro assunto: a ida, que se noticia com verosimilhança, de Paulo VI a Bombaim, para presidir a um Congresso Eucarístico. Sem embargo de gestos cordiais do pontífice — visita a *Santo António dos Portugueses,* mensagens por ocasião de celebrações religiosas em Portugal — não são isentas de atritos as relações com a Santa Sé: para o facto contribuem as atitudes anticolonialistas do papa e a não solução do *caso* do bispo do Porto, que continua titular da diocese. Mas a viagem do Santo Padre à União Indiana é encarada por Salazar como insulto directo a Portugal: interpreta-a como reconhecimento da conquista de Goa pela Santa Sé. Para o chefe do governo, há uma distinção fundamental entre uma visita pontifícia ao Médio Oriente e a que agora se anuncia. «*A visita do Santo Padre aos Lugares Santos pode não dar resultado no que se refere à efectiva reunião das Igrejas sob o primado de Roma; mas foi sem dúvida um acontecimento internacional da maior relevância*», escreve Salazar a António de Faria. É todo um novo estilo de acção do Sumo Pontífice, que deu azo a especulação e suscitou convites para visitas a países diversos. «*A mim parece-me que o Santo Padre poderá visitar, dentro do espírito religioso*» da viagem aos Lugares Santos, «*centros autênticos de vida religiosa, como Lurdes e Fátima*». «*Mas a visita a stados ou Chefes de Estado já a não poderá fazer o Papa senão om prejuízo da sua categoria religiosa, e como chefe temporal de um minúsculo Estado — o Vaticano*»; e perder-se-á para as almas crentes o seu quê de mistério que deve cercar o Sumo Pontífice. Este é o primeiro ponto, diz Salazar, e o segundo ponto respeita à notícia da eventual presença do Pontífice no Congresso Eucarístico de Bombaim. Quanto a este, «*não me parece muito bem escolhida a cidade de Bombaim para o Congresso Eucarístico Mundial, e são óbvias as razões disso*». Porque «*a presença do Santo Padre nesse Congresso, nessa cidade, nesse Estado é inconcebível*». E Salazar formula perguntas: «*Estando em Bombaim, iria o Santo Padre a Goa visitar o túmulo e o corpo incorrupto de S. Francisco Xavier? em que termos? com que propósito? com reconhecimento de que autoridades ou soberania em Goa?*» E o chefe do governo conclui neste particular: «*Ainda que tenhamos visto coisas que nos espantaram no passado da parte da Santa Sé no tocante a Goa e a*

Portugal na Índia, a eventual visita a Bombaim excederia aquilo que poderia supor-se» (1). E tanto no plano particular como no oficial, Faria recebe instruções para apresentar à Santa Sé, em palavras inequívocas, o desagrado, a mágoa portuguesa, a esperança ansiosa de que o papa não se desloque a Bombaim.

Mas os cuidados de África constituem para Salazar um pano de fundo sempre presente. Da reunião da *Organização da Unidade Africana,* acabada de realizar no Cairo, algumas informações são filtradas até Lisboa. Decerto haviam sido violentas as críticas a Portugal, e ameaçadoras; mas nada saíra da rotina a que o governo português já está afeito. Para além do alheamento de Tschombé, outros pontos oferecem interesse: as divisões internas da OUA, os conflitos entre os seus membros. Por outro lado, o Dr. Banda, do Malawi, conseguira fazer aceitar, não obstante algumas dificuldades internas que venceu com discreta ajuda de Portugal, a sua política de boa-vizinhança com Portugal em Moçambique; e o presidente Tsiranana, do Madagáscar, recomendara que se não interviesse nos negócios alheios, até porque «*na próxima conferência alguns de nós podem não estar aqui*». De permeio Jorge Jardim continua actuando na África Central: além das excelentes relações pessoais com o Dr. Banda, que o designara cônsul do Malawi em Moçambique, aproximara-se também de amigos de Kaunda, e para o efeito está sendo utilizado Harry Oppenheimer, o imperador dos diamantes africanos. Paulo VI publica a sua primeira enciclica: *Eclesiam Suam.* Logo constitui o texto da renovação, da

(1) Esta carta de Salazar para António de Faria contém mais um passo significativo. Como o patriarca das Índias Orientais, que ainda é o prelado português D. José Alvernaz, tivesse passado por Lisboa, Salazar escreve: «*Não* pude *avistar-me na sua passagem por Lisboa com o Patriarca das Índias. Sei que tem já um bispo auxiliar, e notei que este não veio a Roma para ser sagrado pelo seu Patriarca e outros bispos portugueses. A sagração verificou-se pois em Goa com a intervenção de bispos indianos. O bispo auxiliar, então cónego, recebeu e fotografou-se com Nehru na Igreja do Bom Jesus, junto ao túmulo de S. Francisco Xavier.*» A fotografia foi publicada no *Osservatore Romano.* Como se sabe, o O. R. é o jornal oficioso da Santa Sé. Salazar sabia evidentemente que Nehru fora a Goa e visitara a Igreja do Bom Jesus, mas só agora, tempo decorrido sobre a morte do primeiro-ministro, chegara à sua posse a documentação fotográfica.

abertura aos irmãos separados, da condenação de um «*comunismo ateu que se condena a si próprio*», e de um diálogo com o mundo. E o almirante Thomaz regressa da sua viagem a Moçambique, e é recebido em Lisboa por grande multidão: declara que os ventos da era de quinhentos é que são os verdadeiros ventos da história (1).

---

(1) Muitos destes pontos são comentados por Salazar noutra longa carta a Jorge Jardim. Destaco os seguintes passos: «*Quanto ao consulado do Malawi na Beira e à designação da pessoa que devia encarregar-se do mesmo, tudo se fez para que não se perdesse tempo. A ausência do Dr. Banda, primeiro em Londres, na Conferência da Comunidade Britânica, e depois no Cairo, pareceu-me contraindicar uma carta que levaria bastante tempo a ser-lhe entregue. Por isso se telegrafou sem demora, na suposição de que os serviços pretendessem dar andamento ao caso. Por outro lado o assunto devia passar exclusivamente pelas Necessidades. Em todo o caso posso responder agora ao Dr. Banda e dar-lhe conta do que se fez e de como se fez. Se espera uma resposta, esta dar-lhe-á algum prazer. Os jornais noticiaram a nomeação do cônsul e é bem que, de mistura com as suas muitas ocupações, sobre um pouco de tempo para estes assuntos do Malawi e do nosso Moçambique*». Mais adiante: «*O Dr. Banda conseguiu com felicidade vencer a reunião do Cairo e defender a tese da necessidade de se servir dos territórios portugueses para a vida do seu povo. Não creio que possa dirigir uma terceira força; mas, se Tschombé conseguir estabilizar o Congo e manter ali a ordem, e ao mesmo tempo a Rodésia do Norte seguir o caminho do Malawi, os três países representarão já uma força poderosa a agir em certo sentido naquela região de África. Vi que o dr. Kaunda não reagiu às observações do Dr. Banda e que aos dois se aplicavam, mas informaram-nos de que teve de comprometer-se a ceder campos de treino para terroristas angolanos que estão passando do Congo para a Rodésia do Norte, com o fim de abrir nova frente em Angola. É preciso ter presente que não seguiremos nem temos agora razão para seguir a política adoptada em relação ao Congo — de deixá-lo gozar de facilidades de que necessitava sem embargo das actividades terroristas ali exercidas contra Angola*». Mais adiante: «*Tenho mais esperança na eventual ida* (de Jardim) *a Madagáscar. O comportamento do Presidente no Cairo, com bom senso e humor, deu-me a impressão de que voltou ou pretende voltar ao caminho que a princípio trilhava. O Presidente tinha-nos declarado da forma mais categórica que, enquanto houvesse um país africano — um só — com relações com Portugal, ele não quebraria as relações diplomáticas e económicas connosco. Dois dias depois, havendo vários Estados africanos que não alteraram as suas relações, Madagáscar cortava as que tinha. Porquê? nunca se soube; mas não há que esperar grande firmeza nem coerência da parte daqueles povos. Certo é que Madagáscar treme com a ideia da* congolização *de Moçambique, pela proximidade dos territórios e pelas condições que no seu próprio também podem permitir a* congolização *malgache*». Carta de 17-VIII-64.

Entretanto, o embaixador dos Estados Unidos, que fora a Washington, está de regresso ao seu posto em Lisboa. Durante a permanência no seu país, Anderson avista-se com numerosas personalidades na Casa Branca e no Departamento de Estado: McGeorge Bundy, Dean Rusk, George Ball, Harriman, outros ainda. Da sua visita à África portuguesa, Anderson sublinha os aspectos militares nas suas conversas de Washington: e, contra a opinião da secção africana do Departamento de Estado, Anderson consegue impressionar os responsáveis americanos sobre os perigos para o mundo livre em África e sobre o valor das posições portuguesas para os evitar. Anderson sugere que o presidente Johnson envie um emissário, secreto e qualificado, para investigar na África portuguesa aqueles aspectos; e é aceite a sua sugestão. E é então escolhido Rosswell Gilpatric, que durante três anos fora vice-ministro da Defesa na Administração Kennedy, e é agora, regressado à vida privada, um famoso advogado de Nova Iorque. Gilpatric chega a Lisboa nos últimos dias de Agosto de 1964: tem conversas nas Necessidades, é longamente recebido por Salazar: e o emissário americano revela-se homem de alta categoria, rápido e lúcido, e é de extremo agrado a impressão que causa: e demonstra pelas virtualidades da política portuguesa, para os interesses e defesa dos Estados Unidos, uma compreensão que excede a de Anderson. Durante os seus dias em Lisboa, e sem a presença de Anderson, a Gilpatric são fornecidos todos os dados e argumentos sobre a acção de Portugal em África e a situação geral no continente. E Gilpatric parte para Angola e Moçambique, em visita que é pública mas em missão que é secretíssima; e é anunciado e recomendado por Salazar aos governadores-gerais numa carta da mais alta confidência (1). E fica aprazado que o enviado

(1) Tem alto interesse esta carta de Salazar. Segue na íntegra: «*Secreto — Ao Governador-Geral de Angola — Esta carta é absolutamente confidencial e peço a V. Ex.ª o favor de a destruir depois de tomar conhecimento do seu conteúdo. Em 27 do corrente* (mês de Agosto), *chegará a Lisboa o senhor Gilpatric, advogado americano, que, depois de dois dias para repouso e para conversas oficiais, deve partir para Angola e depois para Moçambique. Aparentemente, a pessoa referida viaja como qualquer outra convidada pelo Governo para visitar as províncias ultramarinas, como se tem feito nos últimos anos; mas vai incumbida de uma missão especial para o Conselho de Defesa*

do presidente Johnson torne a Lisboa para novas conversas e análise das suas conclusões.

Enquanto Gilpatric percorre a África portuguesa, morre em Lisboa o marechal Craveiro Lopes, antigo presidente da República; o governo decreta funerais oficiais; e Salazar comparece nas cerimónias fúnebres. Depois, chega a Lisboa outra visita de marca: Ian Smith, primeiro-ministro da Rodésia do Sul. Suscita-se atrito grave com a Inglaterra: não deseja o gabinete de Londres que Smith venha a Portugal e, para intimidar o governo português, o embaixador britânico, Sir Archibald Ross, multiplica as suas diligências, acentuando o desagrado que aquela visita causará na Zâmbia e no Malawi, Estados de base negra e, portanto, necessariamente opostos a uma Rodésia do Sul que se pretende de supremacia branca. Mas o gabinete português rejeita essas objecções, e

---

dos Estados Unidos. A missão é secreta e desconhecida — a missão, não a viagem — dos representantes oficiais daquele país. Parece que o Conselho de Defesa desejaria ter um relatório sobre a nossa África, elaborado por pessoa da sua confiança, não dependente nem sugestionada pelo Departamento de Estado ou outro organismo governamental. Perguntou-se o que desejava o enviado ovservar, o que mais lhe interessava ver ou saber. Sobre a sua resposta, o Ministério dos Negócios Estrangeiros organizou o projecto de programa que lhe foi submetido, mas que o interessado pode alterar ou aditar como entender. Deve ser aí acompanhado pela pessoa para cada caso mais competente a fim de o elucidar, mas deve ser-se discreto para não dar-se a impressão de tolher ou de guiar os seus passos. Sobretudo deve agir-se de forma a que não se dê a entender tratar-se de coisa excepcional na presente visita. Responde-se a tudo com a maior honestidade e verdade para que o relatório do visitante tenha valor e eficácia. Não creio que seja necessário haver amabilidades especiais, convindo aliás que a impressão resultante seja a melhor possível. Se pedir para ser recebido pelo Governador e este o receber, o Governador ignorará da visita tudo o que o visitante lhe não revelar na sua conversa. O senhor Gilpatric vai acompanhado pela Esposa e por um secretário-intérprete que não sei se fala só francês ou também o português. A atenção discreta que V. Ex.ª dispense a esta missão pode ser um serviço importante prestado ao País. Só o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os dois Governadores a conhecem. Aproveito a oportunidade para agradecer a V. Ex.ª o relatório sobre a Actividade dos serviços em 1963, *que me chegou às mãos por intermédio do senhor Ministro do Ultramar. Achei o trabalho muito bem elaborado e de fácil leitura e compreensão. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar*». Para o Governador-Geral de Moçambique, general Costa e Almeida, é idêntico o texto, salvo o agradecimento final, apenas dirigido a Silvério Marques.

nos primeiros dias de Setembro de 1964 está em Lisboa Ian Smith, vindo de Luanda. Após minuciosas conversas nas Necessidades, Smith é recebido no sábado, dia 5, por Oliveira Salazar, em duas longas entrevistas, de manhã e à tarde, no Forte do Estoril. Smith não oculta o seu desagrado para com a política britânica, e deseja sobretudo «*aprender*» política internacional, escutar «*lições*» de política externa. São infindáveis as suas perguntas: qual a técnica de lidar com as Nações Unidas? que perigo real constituem os afro-asiáticos? até onde é provável que vão os Estados Unidos? que riscos efectivos comportam as ameaças do Conselho de Segurança? se este decretar sanções, qual a probabilidade de êxito da sua aplicação? Em resposta, a experiência portuguesa na matéria, exaustiva e rica como era, é transmitida a Ian Smith; a sua atenção é sobretudo chamada para o ludíbrio da sociedade internacional que mascara interesses com ideais, disfarça ambições económicas com princípios humanitários, oculta propósitos imperiais por detrás de *auxílios* e *sacrifícios* altruístas; e Salazar não deixa dúvidas em Ian Smith de que, perante uma atitude firme e de quem esteja disposto a tudo, as potências e as instâncias mundiais não têm a coragem de medidas de extremo limite, até porque, a partir de certo momento, já não há acordo entre si. Smith mostra-se estupefacto, e confessa que todo um mundo novo acaba de se abrir perante os seus olhos deslumbrados. E quanto à atitude portuguesa? Pode a Rodésia do Sul contar com o auxílio de Lisboa? Decerto, em qualquer caso e dentro das possibilidades será sempre prosseguida uma política de cooperação e boa vizinhança. No termo da sua visita, e sem o afirmar, Ian Smith deixa compreender que o governo rodesiano, constitucionalmente subordinado a Londres, poderá tomar a decisão de proclamar a independência de forma unilateral. Salazar não o encoraja, nem o desencoraja (1). A par de tudo isto, não deixa Oliveira Salazar de se preocupar com outro problema. Tem feito queixas de saúde o ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, e o chefe do governo escreve-lhe um longo bilhete. Diz: «*Desculpe-me*

(1) Nesta altura, os meios africanos, em especial o Dr. Kaunda, retomam a alegação de que existe um *acordo secreto* entre Portugal e a Rodésia do Sul. Smith nega-o. A alegação não é tomada a sério pelos meios internacionais que contam.

interferir neste caso pessoal, mas, se se alimenta regularmente, não há razão para perder peso. Se perde, há alguma coisa no organismo que tem de ser bem examinada e estudada, aqui pelos nossos mestres ou no estrangeiro, onde exames completos e profundos se fazem habitualmente. Era necessário pensar nisto e agir sem demora. Depois, fazer o tratamento que se julgue indicado». Verifica-se que não padece de moléstia grave o ministro.

De retorno de Angola e de Moçambique, concluída a sua visita, Gilpatric está em Lisboa em meados de Setembro de 1964. Confessa-se altamente impressionado. Afirma Gilpatric: há sociedades civilizadas em Angola e Moçambique; é elevado o nível da administração e grande a competência dos técnicos; é forte o moral das tropas; é excelente o sistema de educação; há um sentimento geral de contentamento, sem embargo de críticas ao governo; teve o sentimento de que se trata de sociedades abertas, apesar de cercadas de perigo; há uma boa rede de aeroportos; é tremendo o potencial económico de Angola, enquanto Moçambique é mais território de trânsito e de serviços; e os cônsules americanos em Angola e Moçambique apenas relatavam para Washington o que sabiam *agradar* ao Departamento de Estado, como comprovou pela leitura dos seus despachos. Quanto a aspectos de segurança? Gilpatric não tem dúvidas de que é preciso traçar e defender um *cordão sanitário* que passa pelas fronteiras norte de Angola e de Moçambique e que, se não conseguir abranger a República do Congo, tem de incluir pelo menos a Zâmbia, o Malawi, a Rodésia do Sul e toda a demais África Austral. É nesta base que se propõe redigir o seu relatório e elaborar as suas recomendações ao presidente Johnson. Mas antes de tornar a Washington, Gilpatric tem mais um desejo: falar com alguns portugueses eminentes que sejam expressão de opinião ou construtores de opinião: e isso porque pretende documentar perante o seu governo o sentimento, que o possui, de que a política africana do gabinete de Lisboa é efectivamente apoiada pela generalidade dos portugueses, ainda que possam ser diferentes os seus matizes ideológicos noutros domínios. Tudo é facilitado ao enviado especial americano. A seu pedido, são-lhe preparadas as entrevistas que indica. Gilpatric é recebido pelo cardeal Cerejeira: este não deixa dúvidas sobre a posição favorável da Igreja portuguesa, embora quanto ao fundo

do problema deixe cair algumas palavras ambíguas. Depois, tem longa conversa com o cardeal Costa Nunes (1): este sublinha sobretudo as virtualidades missionárias e apostólicas da política ultramarina portuguesa. E em seguida Gilpatric pretende encontrar-se, conjuntamente, com os directores de quatro grandes jornais portugueses: Augusto de Castro, do *Diário de Notícias;* Guilherme Pereira da Rosa, de *O Século;* Norberto Lopes, do *Diário de Lisboa;* e Martinho Nobre de Melo, de o *Diário Popular.* Quando abordados, todos compreendem o que está em causa, e prontificam-se à reunião com o maior espírito cívico; e de parte do governo são-lhe garantidas a mais absoluta independência de opinião e mais completa liberdade de expressão. Gilpatric pergunta: apoiam a política ultramarina do governo? parece-lhes que, no caso de morte ou retirada do presidente do Conselho, aquela seria imediatamente modificada por outro governo? Augusto de Castro e Nobre de Melo declaram o seu incondicional apoio ao governo e afirmam-se convictos de que, na política de África, esse é o sentimento permanente da esmagadora maioria da opinião pública, que nenhum governo poderia contrariar; Pereira da Rosa acentua as tradições republicanas e democráticas do seu jornal e vinca que estas tradições são precisamente ultramarinas também, pelo que a política de defesa de África tem o seu endosso, e não deve ser alterada; e Norberto Lopes diz que a política seguida em África não é separatista e tem de facto uma base nacional, aliás numa linha com fortes raízes históricas que não se têm modificado, mas entende que noutros planos não pode ser isento de críticas o governo, sendo particularmente condenável a existência de censura à imprensa, que continua a suscitar o seu protesto. Gilpatric regista as respostas: não abre debate nem faz comentários ou perguntas suplementares.

Regressa a Washington o enviado confidencial do presidente Johnson. Em Lisboa, há a convicção de que, pelas suas ideias e pela sua visão dos acontecimentos e dos interesses dos próprios Estados Unidos, Gilpatric ficou em condições de entender a política afri-

(1) Este reside em Roma, na Cúria papal, mas o governo português solicitou-lhe a vinda a Lisboa para o efeito de se avistar com Gilpatric, e o prelado prontamente acedeu.

cana de Portugal ou, pelo menos, de a justificar perante o seu governo. E efectivamente o relatório que Gilpatric entrega em Washington é favorável em extremo: não o ocultam altos funcionários da Casa Branca e do Departamento de Estado. Para Gilpatric, aparecem claras as conclusões: do ponto de vista da segurança dos Estados Unidos, a continuação de Angola e Moçambique como parte da Nação portuguesa é preferível a qualquer outra alternativa previsível; o abandono por parte de Portugal criará um vazio perigoso que pode levar a uma confrontação séria entre potências africanas, e não africanas; não há motivo para pensar que a política africana de Portugal se modificará nos tempos mais próximos, nem que tenham qualquer efeito nesse sentido os esforços ou pressões exteriores, ainda que provenientes dos Estados Unidos; a situação económica e social de Angola e Moçambique, no contexto africano, é de franco progresso, e só por si constitui base para uma ulterior autonomia ou independência a longo prazo; e aos Estados Unidos, em face de tudo, cumpre reorientar a sua política e, sem negar os seus princípios, deixar de seguir cegamente a hostilidade afro-asiática contra Portugal. No plano prático, e como sinal de boa-vontade dos dois lados, algumas atitudes poderiam e deveriam ser modificadas: Portugal renovaria as facilidades concedidas nos Açores e encararia outras suplementares (1); os Estados Unidos levantariam as restrições ao fornecimento a Portugal do material de guerra que este desejasse, ficando Lisboa livre de o usar onde quisesse. No plano interno norte-americano, o *relatório Gilpatric* provoca a cólera da secção africana do Departamento de Estado, em especial de Mennen Williams e Harriman. Mas tem a receptividade de Rusk, de Ball e, sobretudo, do Conselho de Defesa da Casa Branca. Simplesmente, o presidente Johnson não encontra oportunidade, com os seus conselheiros, de se debruçar sobre o *documento Gilpatric:* o seu interesse pelas questões de África, se comparado ao de Kennedy, é mínimo: para mais, como candidato que é, está

(1) O governo de Washington estava sobretudo muito interessado na instalação de um novo sistema, conhecido por *Loran-C*, que através de uma triangulação de sinais recebidos permitia a rápida localização e identificação de submarinos, mesmo em águas profundas.

embrenhado na campanha para a eleição presidencial norte-americana, a realizar dentro de semanas. E não são palpáveis as consequências imediatas da viagem de Gilpatric.

16

Por um momento, nestes começos do Outono de 1964, Salazar debruça-se sobre problemas de obras públicas e de fomento. Está fascinado com a próxima conclusão das obras de Santa Engrácia (1), preocupa-o o prosseguimento da construção da nova Biblioteca Nacional junto à Cidade Universitária de Lisboa, segue o progresso da ponte sobre o Tejo, cuida da primeira fase do vasto plano de rega do Alentejo, e quer apurar com minúcia o programa da inauguração, com os espanhóis, dos grandes aproveitamentos do Douro internacional. Como enquadrar e utilizar *politicamente* tudo isto? Neste particular, Arantes e Oliveira escreve ao chefe do governo, e recebe deste indicações interessadas: decerto, há que valorizar aquelas grandes obras: e não haverá melhor quadro do que o das celebrações do quadragésimo aniversário do *28 de Maio*, a ocorrer em 1966 (2). E Correia de Oliveira anuncia ao país um *Plano Intercalar de Fomento* para 1965-1967.

---

(1) Como se sabe, a tradição oral era a de que estas obras nunca teriam fim, e que uma maldição se abateria sobre quem as concluísse.

(2) Tem particular interesse documental a carta que, sobre estes problemas, Salazar escreve a Arantes e Oliveira. Na íntegra: «*Ao Senhor M.º das Obras Públicas — Recebi os cartões de V. Ex.ª de 24. Vi pela imprensa que correu bem a visita às obras da Ponte* (visita de Américo Thomaz) *e a referência feita por V. Ex.ª à inauguração da mesma em 66, com o pedido de sugestões para essa parte. A integração da inauguração deste extraordinário empreendimento nas comemorações do 40.º aniversário do 28 de Maio parece-me feliz, e esse enquadramento dar-lhe-á e aos outros melhoramentos a que V. Ex.ª se refere uma maior projecção. Destaco a 1.ª fase da rega do Alentejo, a conclusão das obras de Santa Engrácia — esta teria um sabor especial — e da Biblioteca Nacional. Vi por uma exposição recente do Director que as obras desta se encontram atrasadas e faltam trabalhos no valor de dezenas de milhares de contos. É pena se não arranjarem dotações necessárias para o acabamento,*

Mas logo Oliveira Salazar torna ao plano internacional, e outros pontos concitam a atenção da opinião pública. Acaba de ser assinado um acordo comercial entre o governo português e o governo cubano de Fidel de Castro: o facto, provando uma normalidade de relações entre os dois países (1), causa espanto geral; e, sem que o diga oficialmente, Washington mal consegue esconder a sua irritação. Em extensa conversa com o enviado do jornal francês *L'Aurore,* Roland Faure, o chefe do governo repisa os seus assuntos preferidos: o caos em que a África fora mergulhada, o regresso à vida tribal primitiva, a impossibilidade de os negros substituírem os brancos por toda a parte, uma instabilidade política que frisa com a fome e a doença que de novo esmagam o continente: exprime preocupação pela segurança do Mediterrâneo e aplaude a reacção das «*forças sãs*» do Brasil: e no contexto mundial aponta mais uma vez os erros, as contradições, as violências do comunismo (2). Por outro lado, a opinião pública volta a indignar-se com as notícias que emanam de Goa: explosões de bombas em diversas localidades; perseguições religiosas e aos que querem manter a cidadania portuguesa; e medidas de repressão brutal tomadas pelas autoridades indianas. Apresenta o governo de Lisboa o seu protesto em Nova Deli, por intermédio do governo brasileiro, e também em Nova Iorque, na ONU, solicitando além disso, por cima das veementes objecções de indianos e russos, que seja circulada pelos membros do Conselho de Segurança a nota portuguesa descrevendo a situação interna em Goa. De maior importância, todavia, reveste-se a visita oficial do novo ministro dos Estrangeiros da República da África do Sul, Hilgard Muller. Tem objectivos políticos, para

---

mesmo desviando-as de outras obras. Não é economizar não concluir estas obras no prazo em que teoricamente o podem ser. Acresce que à volta de qualquer das grandes obras citadas por V. Ex.ª — e muito especialmente desta no plano cultural — se podiam preparar actos de grande projecção. Não sei neste momento com que podem contribuir outros ministérios; ver-se-á a seguir. Lembro que Braga se habituou a ter qualquer coisa importante no decénio do 28 de Maio. Aparecerá — ou já apareceu? — com pedidos? Nada me consta ainda: apenas indicação de que já se fala no assunto. Lembra-se V. Ex.ª de alguma coisa? Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 26-9-964».

(1) Havana e Lisboa jamais romperam relações diplomáticas.

(2) Apenas publicada em Portugal nos jornais de 10 de Outubro de 1964.

sublinhar o espírito de resistência à agressividade da África negra, e quando ao fim da tarde de 12 de Outubro de 1964 Oliveira Salazar recebe Muller, este assegura, em nome do seu governo, todo o possível apoio logístico às necessidades portuguesas; e em jantar oficial nas Necessidades, o ministro sul-africano afirma uma «*inquebrantável determinação*» de permanecer em África «*para bem das populações locais e em defesa do Ocidente*», «*ainda que nem sempre isso se perceba mesmo adentro do Ocidente*». Para dar conteúdo à visita de Muller, quatro acordos são assinados, e tornados públicos, e prevêem: nova regulamentação do uso de águas de rios comuns, em particular o Cunene; nova estrutura de relações económicas entre a República da África do Sul e Angola e Moçambique; e ainda dois acordos sobre a armazenagem de alguns produtos em Lourenço Marques e sobre as comunicações ferroviárias com Moçambique. A este tempo, a República da Guiné (Conakry) apresenta em Nova Iorque repetidas queixas contra Portugal. Este é acusado de violar o espaço aéreo guineense e de realizar, com as suas forças armadas, incursões em território daquele país. Também entrega uma queixa idêntica, ainda que mais moderada, a República do Senegal. Portugal nega as acusações, e rejeita-as, e por seu turno entrega em Nova Iorque, e torna pública, uma lista de dezoito violações praticadas contra a província portuguesa da Guiné (1).

No vizinho Tanganica, ou Tanzânia, é cada vez mais agressiva

(1) Em Maio de 1963, após um acidente com o seu avião T6, desaparecera na Guiné o sargento-piloto António Lourenço de Sousa Lobato. Aprisionado por elementos terroristas, é levado para Conakry, onde é enclausurado; e apura-se agora que tem estado preso desde então. Passado tempo, a Lobato é oferecida, pelas autoridades guineenses, a liberdade, se se confessar desertor: recusa. Depois, é-lhe prometido que será liberto se assinar uma declaração repudiando a política do governo de Lisboa. Recusa. Passam anos. Continua sempre preso nas masmorras da República da Guiné, em condições físicas deploráveis. Impressionados com a firmeza do sargento português, as autoridades de Conakry oferecem a Lobato a liberdade apenas com a condição de este se comprometer a não combater mais. Lobato responde que, uma vez livre, a primeira coisa que fará será realistar-se na sua Força Aérea. Lobato fica preso durante anos até que, já na década de setenta, é liberto por um golpe de mão português. Manteve sempre a mesma firmeza, o mesmo patriotismo, a mesma coragem.

a atitude do presidente Nyerere: este advoga a entrega de Angola e Moçambique à administração da ONU: e defende uma *guerra santa* contra Portugal em África. Não é tomada com seriedade, no plano mundial, a sua sugestão; mas não ficam dúvidas de que Nyerere se propõe emprestar o seu país para uma larga base terrorista de ataque a Moçambique. Não é este apenas, contudo, o objectivo do governo de Dar-es-Salam: tem também o propósito de auxiliar a subversão na África Central e os rebeldes congoleses: e nas águas territoriais tanzanianas são numerosos os navios russos, chineses, argelinos, e outros, transportando material de guerra e instrutores militares para luta de guerrilhas. Mas é sobre Moçambique que, nesta primeira quinzena de Outubro de 1964, se concentra a propaganda emanada de Dar-es-Salam: milhares de homens estariam em fuga para territórios vizinhos; um «*exército*» teria penetrado centenas de quilómetros para o interior da província; algumas cidades, como Nampula, haveriam sido atacadas; destruições maciças teriam sido efectuadas; e Moçambique estaria, em suma, num pé de guerra generalizada. Não têm fundamento estes rumores de alarme, e o governo de Lisboa desmente-os; e lança sobre o Tanganica suspeitas de ataques ao Malawi e à Zâmbia. Salazar reúne-se com Gomes de Araújo e Peixoto Correia; e estes, sobre relatórios das autoridades militares e administrativas, não têm dúvidas de qual é a situação real da provincia; mas não sentem dúvidas tão-pouco quanto ao que se avizinha. Efectivamente, apura-se que vindos da Tanzânia atravessaram a fronteira do Rovuma numerosos terroristas, separados em grupos, e logo se diluíram pelos matos e entre populações locais. Conseguem as autoridades aprisionar muitos; mas há a certeza de que outros tantos alcançaram zonas de onde vão operar sem embaraço, pelo menos de início. Gomes de Araújo determina o reforço de todas as medidas militares e de vigilância policial já tomadas, e estuda um novo aumento de efectivos na província. Mas para o governo central torna-se inequívoco um facto de monta: se a frente militar de Moçambique está aberta há muito, contra algum desassossego tribal, e actos de sabotagem ao Norte, neste Outono de 1964 fica também instalada em força a *guerrilha*

De outro sector se avolumam notícias que lançam Oliveira Salazar em grande indignação, e perturbam todo o seu ser moral:

parece seguro que o papa Paulo VI se deslocará a Bombaim. Para o chefe do governo, esta visita pontifícia significa: o endosso, pela Santa Sé, da conquista de Goa pela União Indiana; a aprovação espiritual dada a uma atitude de guerra assumida pelo governo de Deli; e, não sendo a Índia um país católico nem Bombaim um local de peregrinação, tem de entender-se que é politicamente motivada a viagem. Para mais, por intermédio do cardeal Cerejeira, Salazar sabe que Paulo VI acalenta a intenção de ir a Goa, para orar junto do túmulo de São Francisco Xavier. Salazar sente-se possesso de revolta. Decorre a terceira sessão do Concílio Vaticano II, e Cerejeira encontra-se em Roma; mas num salto a Lisboa avista-se com Salazar; e este diz ao prelado que se o Santo Padre for a Goa será denunciada a Concordata de 1940 e toda a política religiosa do país será radicalmente modificada. Cerejeira sente-se aterrado. De novo em Roma, em 13 de Outubro avista-se com Paulo VI; mas este conduz a conversa de modo a não permitir que o patriarca de Lisboa toque no assunto. Para conseguir a ida do pontífice a Bombaim e Goa, manobra e intriga na Cúria o cardeal Gracias, indiano, que tem a ambição suprema de ser patriarca das Índias Orientais. Resolve o governo de Lisboa, por seu turno, actuar junto de terceiros. Em Brasília, Paris, Madrid, Quito, Buenos Aires, Santiago do Chile, são empreendidas diligências: pede-se aos governos daqueles países católicos que tentem dissuadir Paulo VI de uma viagem que tem de aparecer aos olhos da Cristandade como simplesmente política. Ao mesmo tempo, na Cúria, está activa a embaixada de Portugal, e ao núncio em Lisboa não são deixadas dúvidas sobre a seriedade, mesmo a gravidade que o governo português atribui ao assunto. Muito naturalmente, defende o núncio, Monsenhor de Furstenberg, a liberdade de o papa se deslocar aonde lhe aprouver; e cinge-se a dizer que transmitirá fielmente ao Vaticano o pensamento e o empenho do gabinete de Lisboa. Em Roma, na Cúria, Monsenhor Dell'Acqua, pró-secretário de Estado, é posto em face da mesma prevenção, e diz sempre a António de Faria: o Santo Padre ainda não tomou qualquer decisão, tudo é prematuro. E os governos junto dos quais Lisboa praticou diligências não se mostram ansiosos de intervir na Santa Sé.

Mas enquanto se processa todo este problema de alta polí-

tica, Salazar fica de súbito a braços com uma crise interna do gabinete. Com efeito, em carta também de 13 de Outubro de 1964, Pinto Barbosa apresenta o seu pedido de exoneração de ministro das Finanças. Alega as suas condições de saúde: estas não lhe «*permitem continuar a dar nem o esforço, nem a assiduidade que até agora dei na orientação e execução das densas tarefas confiadas ao ministério*» e por isso vem solicitar a «*exoneração das funções em que, por muito honrosa confiança de Vossa Excelência, fui investido há mais de nove anos*». Só em 15 de Outubro recebe Salazar a carta, e fica surpreendido «*ao máximo*» com o pedido, e sobretudo com o seu fundamento, «*pois nas últimas reuniões me pareceu ter recuperado saúde e peso e que neste aspecto tudo seguia bem*». É muito «*sério*» o problema posto por Pinto Barbosa e «*eu não posso tomar posição sobre ele sem falar com o Senhor Presidente da República*». E Oliveira Salazar define o contexto conjuntural: «*Estamos no meio de Outubro, há que apresentar em princípio de Novembro a proposta de lei de meios e há que preparar o orçamento em cuja revisão é de supor que se trabalhe já no Ministério. Acresce que o orçamento para 1965 é o primeiro a sofrer as repercussões do Plano Intercalar de Fomento em que V. Ex.ª trabalhou e que outra pessoa não conhece em tão grande minúcia e profundidade*». Substituir agora o ministro das Finanças é da maior gravidade: «*o que convém à administração e ao interesse geral é que os trabalhos indicados acima sejam levados até final, o que equivaleria a continuar V. Ex.ª à frente da pasta até ao fim do ano*»; e «*isto exigiria que a resistência disponível bastasse para concluir aqueles trabalhos, do que estou convencido*». Pinto Barbosa concorda em permanecer à frente das Finanças por mais algum tempo, «*a despeito das insistentes recomendações que o médico assistente me vem fazendo*». E Oliveira Salazar acusa a recepção da carta: «*Agradeço-lha muito reconhecido e creio que convém ao interesse público a experiência*». De resto, «*os médicos ainda sabem pouco, mas como sabem muito mais do que nós é prudente ir sendo acompanhado dos seus conselhos e assistência permanente*» (1).

(1) De cartas de 15-X-64, de 17-X-64 e de 18-X-64.

E o papa irá a Bombaim? Não irá? Está suspenso o mundo, e ansiosos os meios católicos. Oliveira Salazar diz: «*Vai, acaba por ir. Oh! este Papa é sobretudo um político*».

17

De 14 para 15 de Outubro de 1964, uma notícia abala os governos: Nikita Krushev é demitido de todas as suas funções e passa a cidadão soviético privado. Há uma perplexidade geral: o homem que dera um novo rosto exterior à União Soviética, e adoçara as durezas estalinistas, e levara a humanidade à beira da guerra por via de Cuba, cai de súbito, sem explicação ou motivo conhecido. Sucede-lhe Leonid Brejnev, como secretário-geral do Partido Comunista Russo, enquanto o governo soviético é confiado à chefia de Alexsei Kosygin. Que significam estas alterações? Que deve o mundo esperar dos novos responsáveis soviéticos?

De outros quadrantes surgem também razões de nova inquietação. Corre tumultuosa mais uma reunião da *Organização da Unidade Africana* no Cairo. Multiplicam-se como de estilo os ataques verbais a Portugal, e as ameaças. Mas as sessões atingem o tumulto quando debatem o que divide os países africanos. Ao participar agora o primeiro ministro Tschombé, a conferência nega-lhe legitimidade, substituindo-se assim à nomeação feita pelo presidente da República congolesa, e contrariando-a; e por seu mandato, o governo egípcio praticamente confina em detenção o primeiro-ministro, durante o tempo da reunião. Paralelamente, a realidade na República do Congo avilta-se em todos os planos: social, económico e sobretudo militar: e os rebeldes, além de parecerem ganhar terreno nas províncias, agravam as suas ameaças aos milhares de brancos que mantêm sob reféns. Em Inglaterra, sob Lord Home, o Partido Conservador perde as eleições, e o Partido Trabalhista, sob Harold Wilson, forma a nova administração. E a China faz explodir a sua primeira bomba atómica: o acesso de Pequim à posse e uso de armas nucleares repercute-se por todo o Sudeste Asiático e Extremo Oriente: e o equilíbrio de forças

políticas e militares naquelas paragens é modificado. No regresso de uma extensa viagem à América do Sul, De Gaulle sobrevoa Portugal, e do avião saúda Portugal «*cujo génio marcou profundamente homens e terras que acabo de percorrer*».

E em Roma, perante a sessão do Concílio, na Basílica de S. Pedro, discursa Paulo VI. Profere o papa um hino encomiástico ao *terceiro mundo*: invoca as «*maravilhas antigas*» de África; enaltece «*os africanos pela raça e pela cor*»; afirma que o cristianismo desenvolve o génio da África, enquanto o colonialismo o atabafa, e sufoca a sua cultura e a sua arte; e alude aos grandes trabalhos apostólicos e missionários dos que seguiam São Francisco Xavier à Índia. Diz ainda Paulo VI que a África é uma terra de Evangelho, uma nova pátria de Cristo, uma glória espiritual que anuncia a civilização cristã de África; cita Stanley, Levingstone, os missionários franceses e ingleses; mas o pontífice, comenta Salazar, não encontrou «*uma palavra para lembrar cinco séculos de missionação portuguesa em África*». E é tornada pública, como assente, a decisão de Paulo VI se deslocar a Bombaim para presidir ao Congressso Eucarístico. Pergunta a imprensa portuguesa: então o papa vai à Índia enquanto continua cativa a Roma do Oriente?

Dentro da *habitualidade* da vida portuguesa, o presidente Américo Thomaz parte em 17 de Outubro de 1964 para a fronteira luso-espanhola no Douro. Aí se encontra com o generalíssimo Franco. E os dois chefes de Estado inauguram, no Douro internacional, os grandes empreendimentos hidroeléctricos que são as barragens da *Bemposta* e de *Aldeiadavila*.

18

Ao anúncio de ida do sumo pontífice a Bombaim, abre-se em Portugal uma crise grave. Cerejeira ainda quisera acalentar dúvidas em Roma, e se escrevera a Salazar prevendo a notícia, deixava pairar uma interrogação última. Mas agora não subsistem equívocos: o papa empreende aquela viagem. Para mais, sabe-se

na Cúria que na realidade Paulo VI não desiste de uma visita a Goa. Cerejeira, que conhece bem o seu amigo Oliveira Salazar, sabe que este não faz ameaças vãs, e que não cumpra; e tem presente a frase de Salazar sobre o que faria no caso de ir a Goa o papa. Pede o patriarca de Lisboa uma nova audiência ao pontífice, e então diz-lhe sem ambages: «*O Santo Padre não pode ir a Goa, o Santo Padre não pode permitir que, para ser venerado pelos membros do Congresso, saia de Goa o corpo de São Francisco Xavier*» (1). Não se compromete o papa; mas pouco após faz chegar ao cardeal Cerejeira uma palavra no sentido por este desejado. E o patriarca apressa-se a transmitir o facto a Oliveira Salazar (2). Mas subsiste a crise: a visita do papa à União Indiana é, em si mesma, inaceitável para Oliveira Salazar (3).

Em 20 de Outubro de 1964 reúne-se o Conselho de Ministros. Numa atmosfera tensa, Oliveira Salazar põe o problema: perante a anunciada ida do papa a Bombaim, que atitude tomar? Não esconde o chefe do governo o seu juízo: trata-se de uma injúria feita a Portugal. E explica: não sendo o Congresso Eucarístico um acto religioso que por si justifique a presença pontifícia, e não sendo a Índia um país católico, nem sendo Bombaim um local de peregrinação cristã, a deslocação do Santo Padre só pode ter objec-

(1) Declaração feita e repetida textualmente ao autor pelo próprio prelado.

(2) Tem particular interesse documental esta carta de Cerejeira para Salazar. Na íntegra: «*18-X-64. António: Esta carta é como que um complemento da anterior. Confirma-se a notícia da ida do Santo Padre ao Congresso de Bombaim. Este facto contrista-nos a todos nós portugueses. E o nosso pensamento vai para ti, que mais que nenhum o sentes. Posso dizer-te que nem só a portugueses ele desagradou, mas também a altas personalidades que desde o princípio se mostraram contrárias. Ainda hoje um mo manifestou. Consola-nos ao menos, porém, que o Papa não vá a Goa, como fora seu piedoso pensamento primeiro, pois Goa, com o Corpo de São Francisco Xavier, é o Santuário de todo o Oriente. E isto, que seria para nós dolorosíssimo (podes gloriar-te de o ter conseguido), deve-se à diligência portuguesa junto da Santa Sé, e até junto do Santo Padre. Mais palavras diminuiriam o valor das que deixo escritas. Continuo rogando a Deus, à maneira antiga, que te guarde na Sua graça. Velho amigo ex-C. Manuel*».

(3) Esta preocupação absorvente não obstou a que, precisamente na mesma altura, se debruçasse sobre o «*aproveitamento da bacia do Mondego*» e escrevesse acerca do assunto uma longa carta a Arantes e Oliveira.

tivos políticos e, como tal, é passível de livre julgamento, e de crítica. Ora aqueles objectivos apenas podem consistir em pretender agradar à União Indiana; mas porque esta agravou e agrediu Portugal, um acto de cordialidade para com Nova Deli tem necessariamente de implicar um acto hostil para com Lisboa. Que pensa o Conselho? Pronunciam-se desde logo Gomes de Araújo, da Defesa, e Quintanilha Dias, da Marinha: ambos entendem que o procedimento de Paulo VI deve ser condenado com palavras duras, e firmes: as Forças Armadas portuguesas não podem aprovar que o papa legitime uma agressão. São muito mais brandos os demais ministros: há que ponderar a força da Igreja; perante um ataque severo, esta pode reagir perigosamente; na ideia comum, não se sabe fazer distinção entre o papa como chefe da Igreja e o papa como chefe de um Estado, e uma crítica a um acto deste é havido como crítica àquele, suscitando assim angústias de espírito; mas não cabe dúvida de que Paulo VI agravou a Nação portuguesa; e esse agravo deve ser salientado, em termos sóbrios, e mais nada. Salazar propõe uma fórmula: o acto do papa é um agravo gratuito, no duplo sentido de que é inútil e de que é injusto, praticado pelo chefe do Catolicismo em relação a uma Nação católica (1). Aprova o Conselho o teor geral das palavras, e a declaração é confiada ao ministro dos Estrangeiros. Em comunicado oficial, de 22 de Outubro, o Conselho de Ministros diz: «*O Ministro dos Negócios Estrangeiros ficou encarregado de exprimir a reacção do Governo e do povo português quanto à deliberação pontifícia relacionada com o Congresso Eucarístico de Bombaim*». E com efeito, a 22 de Outubro de 1964, e como resposta à pergunta de um jornalista em conferência de imprensa, o ministro dos Estrangeiros torna pública a atitude assente pelo governo, usando a fórmula proposta por Salazar.

Nos meios da Cúria, no Vaticano, é viva a impressão causada. Deseja reagir o *Osservatore Romano;* mas segundo Monsenhor Dell'Acqua, o papa em pessoa telefonou ao jornal a sustar qualquer artigo violento. Aos seus colaboradores, e para que o façam

(1) Rigorosamente, o que se passou foi o seguinte: o Conselho aprovou o *teor geral* da atitude; e no dia seguinte, a 21, ainda no Forte do Estoril, a sós comigo, Salazar escreveu as palavras acima indicadas. Tenho em meu poder o manuscrito.

constar aos meios portugueses, Paulo VI não esconde a sua mágoa; e declara, em privado, que não teve propósito de molestar Portugal. Entre os bispos portugueses, presentes em Roma para o Concílio, é profunda a consternação; mas não assumem os prelados uma atitude pública. Pelo mundo além é tratada como sensacional a posição de Lisboa; a imprensa italiana dá-lhe particular relevo; e os jornais comunistas apoiam o papa. E em Portugal é alta a celeuma que se levanta. Dividem-se os juizos: para uns, a decisão do Santo Padre é de facto política, e porque prestigia a Índia faz injúria a Portugal, e estes aprovam a reacção do governo português, que lhes parece fundamentada; para outros, e ainda que fosse havida como política a decisão, tem de ser considerada sacrossanta a figura do pontífice, e insusceptível de crítica, mesmo que o papa se pronuncie ou actue em domínios alheios à fé e ao dogma. Estes últimos tornam-se particularmente activos. Nos círculos da *Acção Católica,* sobretudo nas secções femininas, há amargura e perplexidade, e a reacção governamental não é compreendida; entre os oposicionistas, a ocasião é aproveitada para ásperos ataques ao governo; em algumas camadas do escol português, e nos sectores progressistas, torna-se de bom tom declarar fidelidade e obediência ao papa; e em algumas freguesias, em especial de Lisboa, de Campo Maior e de Évora, os párocos não se eximem, durante os ofícios religiosos, a entrar no terreno político e a condenar severamente o governo. Recorda-se agora a atitude de Salazar contra a inserção da palavra *Deus* no texto constitucional; e alguns têm o chefe do governo por hipócrita, mesmo por ateu. Junto da Nunciatura em Lisboa são feitos protestos; e na Cúria romana são tensas as relações com a embaixada de Portugal. Pelo país, na metrópole e no ultramar, mantém-se acre o debate, e o ambiente é de agitação, nervosismo, crise aguda (1). De Roma, por intermédio de elementos chegados à *Acção Católica,* chega o rumor de que a Hierarquia portuguesa está possuída de um profundo mal-estar quanto à política do governo, e sentia dúvidas cruciais. Além do cardeal Cerejeira, está preocupado o arcebispo de Évora,

(1) O leitor curioso, que queira ver alguns pormenores deste episódio, pode encontrá-los numa obra do autor, *Diálogos Interditos,* II vol., págs. 63-74.

D. Manuel Trindade Salgueiro, um dos mais prestigiosos prelados portugueses; Trindade Salgueiro tenta apaziguar o ânimo de Oliveira Salazar, e deseja avistar-se com este; o chefe do governo faz saber que «*nada tem a dizer ao Sr. Arcebispo*», mas está disposto a recebê-lo se lho solicitar expressamente; e o encontro não se realiza. Por outro lado, e enquanto alguns sectores da *Acção Católica* exprimem receios de que o acto do papa venha desmoronar toda a política religiosa do regime, alguns colaboradores do chefe do governo mostram-se apreensivos pelas reacções possíveis da Igreja. Responde Salazar: «*Veremos. Estou sem medo nenhum*» (1).

---

(1) Entre os numerosos documentos do punho de Salazar acerca deste episódio, tem particular interesse uma carta a Fernanda Ivens Ferraz Jardim. Esta, que é elemento influente nos meios católicos, sente-se vivamente alarmada, vai a Roma, fala com Dell'Acqua, e escreve depois a este, ao arcebispo de Évora e até ao papa. Segue na íntegra a carta de Oliveira Salazar para Fernanda Jardim: «*Ex.ma Senhora D. Fernanda: Recebi a carta que V. Ex.ª deseja enviar a Mgr. Dell'Acqua. Li-a com a maior atenção e não ousei fazer nem indicar qualquer correcção. É como se não tivesse conhecimento dela. Apenas para esclarecimento de V. Ex.ª acrescento alguns factos do meu conhecimento. Primeiro. O Senhor Núncio deve ter chamado a atenção dos Vigários Gerais ou Administradores das Dioceses, na ausência dos Prelados em Roma, para a necessidade de os Párocos evitarem referências políticas nas suas homílias, e é isto que está acontecendo. Segundo. Um certo número de pessoas escreve a S. Ex. Rev.ma o Núncio Apostólico apresentando os seus protestos contra a atitude do governo. O Senhor Núncio responde e as respostas são exibidas nos cafés. Isto significa que há elementos porventura estranhos à Igreja que aproveitaram a ocasião de mostrar agora a sua fidelidade ao Santo Padre. Espero que o Senhor Núncio tenha na devida conta estes apoios suspeitos. Terceiro. A campanha ainda existente parte dos padres progressistas e dos elementos dirigentes da Acção Católica, especialmente senhoras. Fazem a propaganda, incitam-se umas às outras, para que se dirijam à Nunciatura e a Roma, pelo que penso o Santo Padre deve também ter recebido alguns protestos. Não faço ideia do volume de uns e outros mas talvez não seja grande. Quarto. Noto com pasmo como alguns padres se consideram estranhos à comunidade nacional que consideram estranha ou hostil ao universalismo da Igreja. Este sintoma é o pior de todos mas Roma tem a sua parte de responsabilidade em tais atitudes. É de escandalizar o último número de uma pequena revista* Além-mar, *duns padres (italianos?) de Carcavelos, membros de uma ordem missionária. A estes não pode ser permitido irem para África e é duvidoso que possam continuar aqui. A revista foi apreendida. O pior é que eles não inventaram a doutrina: ela é ensinada na Universidade Pontifícia. Aqui há uma incompatibilidade absoluta entre os católicos*

19

Nas suas oscilações pendulares, em pouco é a opinião pública portuguesa desviada para outros sucessos de monta. Em fins de Outubro de 1964, a 24, é proclamada oficialmente na Rodésia do Norte a independência, e o território toma o nome de República da Zâmbia. Entre Angola e Moçambique fica assim aberto aos terroristas o uso de mais uma vasta área, de onde podem atacar Angola; e de momento nada há a esperar da moderação e do pacifismo que se atribuem ao chefe zambiano Kenneth Kaunda. Na Rodésia do Sul, último território da antiga Federação ainda sujeito por lei à soberania britânica, manifesta-se agitação, e o governo de Ian Smith sente dificuldades, sobretudo suscitadas por altos funcionários brancos leais ao gabinete de Londres. Em Lisboa, Salazar

---

portugueses ou portugueses católicos e os católicos sem pátria. Penso que o problema tem de ser visto com cuidado pelo Episcopado que aliás julgo confessar-se todo português, como tenho visto nalgumas pastorais. Quinto. Espero que a solução do Porto não seja considerada em Roma como uma compensação. Não negociamos compensações para este caso de Bombaim. Creio que o Santo Padre vai ser recebido sem actos desagradáveis da parte da população ou das autoridades. O que já se tem publicado nos jornais indianos deve contudo amargurar o coração do Santo Padre, pela irreverência e até grosseria com que é visto o seu acto de presença no Congresso. Sexto. Não me parece haver vantagem em apressar a retirada de alguns Bispos portugueses para as suas dioceses. Eles têm todos *de rever o problema do seu clero e assentar no que hão-de fazer para remediar não este incidente de agora, mas a formação geral dos sacerdotes e a orientação da Acção Católica, já base de partido político e infiltrada de elementos estranhos, a dizer a verdade visceralmente hostis. Desculpe-me estas explicações, inúteis aliás para a sua formação religiosa. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar».* A «*solução do Porto*», mencionada por Salazar, refere-se evidentemente ao caso do bispo do Porto, ainda pendente, e cuja solução Dell'Acqua deixara entrever como apaziguamento. Quanto ao que já estava sendo publicado na imprensa indiana, Salazar queria aludir aos protestos contra a visita papal feitos pelos meios hinduistas e budistas, que dominam evidentemente a sociedade indiana, e que tinham por intolerável e afrontosa a próxima ida de Paulo VI a Bombaim.

procede a um pequeno ajustamento no gabinete: Esteves da Fonseca passa a secretário de Estado da Indústria, função que era cumulativamente exercida por Teixeira Pinto; e o subsecretariado da Educação Nacional é desdobrado no da Administração Escolar, onde fica Alberto de Brito, e no da Juventude e Desportos, para que é escolhido Fernando Pinto Serrão. Mais momentoso do que estes assuntos, contudo, é o resultado das eleições presidenciais norte-americanas: em 4 de Novembro de 1964, Lyndon Johnson, o vice-presidente que sucedera a Kennedy e candidato do Partido Democrático, alcança a vitória para a Casa Branca, tendo derrotado o seu rival republicano Barry Goldwater. Tudo indica que Johnson acentuará o empenhamento dos Estados Unidos na guerra do Sudeste Asiático, no Vietname, e que tratará como secundários os problemas de África, que assim continuarão entregues ao Departamento de Estado e a forças ideológicas partidárias.

De interesse mais directo e imediato para Portugal, no entanto, são novos acontecimentos dramáticos no Congo: este é verdadeiro pesadelo. Com efeito, e sem embargo do auxilio prestado a Tschombé e ao exército de Mobutu por belgas, norte-americanos, portugueses, sul-africanos e outros, os rebeldes não só mantêm as suas posições como as consolidam, graças ao auxilio muito mais poderoso dos países de Leste e encaminhado através do Tanganica. Nestes meados de Novembro de 1964, a situação é de desespero: em Stanleyville, de que fizeram sua capital, os rebeldes conservam como reféns milhares de brancos, e o chefe sedicioso, Gbenye, declara com simplicidade que se propõe massacrar os seus prisioneiros, fuzilando-os ou queimando-os, e que os seus homens se vestirão depois com a pele de belgas e americanos. É viva a emoção nos meios internacionais. E na madrugada de 24 daquele mês, uma notícia deixa o mundo estupefacto: com apoio logístico britânico e norte-americano, e transportada em aviões dos Estados Unidos, uma força de pára-quedistas belgas desce em Stanleyville, ocupa a cidade, varre os revoltosos, liberta os reféns e outros europeus que se acolhem à protecção dos soldados belgas, e reúne todos na base de Kamina, de onde são conduzidos a destinos de segurança. Cinco dias mais tarde, os pára-quedistas abandonam o Congo: embora não tivessem evitado o assassinato de cerca de 30 reféns, haviam no entanto salvo a vida a mais de dois mil, con-

tando-se entre estes alguns portugueses brancos (1). Tschombé, por seu lado, declara depois em nota ao embaixador belga, com alguma ambiguidade, que é necessário empreender a operação e que consente no envio dos pára-quedistas; e o exército congolês apresta-se também para entrar em Stanleyville (2). Em Bruxelas, Spaak afirma que a operação não é militar, nem se destina a combater qualquer facção congolesa: trata-se somente de salvar vidas humanas. E em Nova Iorque reagem os meios afro-asiáticos da ONU: vinte e um países daquele bloco e a Jugoslávia solicitam uma reunião urgente do Conselho de Segurança. Sobre a Bélgica, no debate, são lançadas acusações desapiedadas: de crime contra a humanidade, de imperialismo, de racismo, de agressão à paz do mundo, outras ainda. Spaak comparece, denuncia a hipocrisia dos acusadores, e declara que se esgotou a sua paciência perante quarenta e oito horas de uma eloquência afro-asiática, desabrida e louca, de «*injúria, violência e mentira*». Graças aos esforços conjugados dos Estados Unidos e da Inglaterra, o Conselho não condena a Bélgica, e aprova uma resolução inócua.

20

Ao tempo em que se desenrolam estes acontecimentos dramáticos, Paulo VI encerra em Roma a terceira sessão do Concílio Ecuménico Vaticano II. E interpõe no discurso que pronuncia: «*decidimos enviar proximamente, por meio de uma missão especial, a Rosa de Ouro ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima, cada vez mais querido não só do povo da nobre Nação Portuguesa — sempre nosso dilecto, mas hoje particularmente — mas*

(1) Os embaixadores dos Estados Unidos e da Bélgica em Lisboa, Anderson e Goffin, preveniram o governo português de que ia ser montada a operação, e informaram com 24 horas de antecedência do seu desencadeamento.

(2) Para ajudar o exército congolês a tomar Stanleyville, e a pedido de Tschombé e Mobutu, Portugal fornece com urgência cerca de mil uniformes de campanha, algumas armas ligeiras e munições.

igualmente conhecido e venerado pelos fiéis de todo o mundo católico». Por parte do gabinete de Lisboa, é expresso «*muito apreço e reconhecimento*» pelo gesto do Santo Padre; mas mantém-se a visita deste a Bombaim, dentro de poucos dias, e Oliveira Salazar considera que o agravo não foi atenuado. Entretanto, regressam definitivamente a Portugal o cardeal-patriarca e o arcebispo de Évora, e a ambos Salazar recebe, sobre pedido dos prelados. D. Manuel Trindade Salgueiro é particularmente expressivo nas suas afirmações: em Roma, perante a viagem do papa a Bombaim, todo o episcopado português se sentira «*triste e ferido*», de forma bem portuguesa, mesmo «*os três ou quatro bispos que não são muito a favor do governo*»; um padre da sua diocese que não sentia a causa de Goa, era um «*traidor*»; e se o «*Santo Padre houvesse ido a Goa e a Nova Deli, teria sido muito pior, teria sido uma catástrofe*». E o arcebispo de Évora sublinha um pormenor: no fecho da sessão do Concilio, «*quando Paulo VI invocou o nome da Virgem Maria e se referiu a Fátima, houve palmas; mas quando aludiu à Nação Portuguesa, cessaram as palmas*». Mas entra Dezembro de 1964, e a 2 chega Paulo VI a Bombaim. É recebido pelo vice-presidente indiano, apresenta cumprimentos ao presidente, que lhos retribui, e a quem entrega a mais alta condecoração vaticana para não-cristãos, a *Espora de Oiro;* invoca a memória de Ghandi, de Nehru; e saúda o povo indiano, «*tão incansável nos seus esforços pela paz mundial, tão industrioso na procura da prosperidade, em harmonia e concórdia com outros países do mundo*». E a imprensa portuguesa é autorizada a noticiar em linhas muito breves a partida do papa para Bombaim, e a sua chegada (1).

---

(1) Dilacerada entre o seu patriotismo e o seu salazarismo, por um lado, e o seu catolicismo, por outro, uma senhora portuguesa, Leonor de Mello Breyner, escreve a Salazar, e recebe deste uma resposta que segue na íntegra: «*Ex.mo Senhora: Recebi a carta de V. Ex.ª de 26 do mês findo e peço me desculpe não ter logo respondido nem dito sequer quando seria possível ter a honra de receber a sua visita. Um dia será. Neste momento queria apenas esclarecer um ponto da visita do Santo Padre a Bombaim. A imprensa deu hoje um pequeno telegrama de Roma com o que era essencial — a partida e a chegada do Pontífice à União Indiana. As notícias tiveram e terão de reduzir-se ao mínimo, para evitar a reabertura de um debate penoso. Mando junto a V. Ex.ª telegramas*

Para além do episódio da ida do papa a Bombaim, no entanto, a vida continua, e continuam agudos, nestes fins de 1964, os problemas que Portugal enfrenta. Entre estes avoluma-se agora o da Rodésia do Sul. Há instabilidade interior, e sobretudo agrava-se a tensão entre Londres e o governo branco de Salisbúria: este último quer ganhar rapidamente uma autonomia que conduza a uma *independência branca,* o gabinete inglês deseja impelir a Rodésia do Sul por um plano inclinado que, gradualmente mas a curto prazo, leve à *independência negra.* Para Moçambique é crucial o dilema: uma independência branca significa a segurança num largo tracto de fronteira a oeste, mas também a hostilidade do mundo afro-asiático e anticolonialista, e poderá implicar entre a Rodésia do Sul e a Inglaterra um conflito que não deixará de afectar Portugal; uma independência negra será aceite e louvada por todos, mas a fronteira de Moçambique, já exposta a ataques do Norte e da Zâmbia, ficará aberta ao terrorismo implantado na Rodésia; e assim a província estará cercada de inimigos, salvo no extremo-sul e na raia com o Malawi que no entanto, por

---

das agências — só dois — que dizem mais alguma coisa que os nossos jornais. Vê-se desses telegramas que o Chefe do Estado local foi condecorado pelo Santo Padre — e não podia deixar de sê-lo, desde que o Pontífice não foi reconhecido na União Indiana como Chefe da Igreja Católica mas como Chefe de Estado do Vaticano. Todas as combinações feitas com Roma antes da viagem tiveram por fim despojar o Papa ante as populações indianas daquela dignidade que nós, como cristãos, lhe reconhecemos. Sua Santidade revelou a sua admiração pelo grande povo da Índia, tão incansável nos seus esforços pela paz mundial. *É duvidoso que possamos esquecer e que Sua Santidade possa esquecer que por actos de agressão a Dadrá e Nagar Aveli, a União Indiana foi condenada no Tribunal de Haia, a mais alta instância jurisdicional do mundo; que ainda não há três anos organizou um exército que por terra, mar e ar invadiu Goa, Damão e Diu, terras portuguesas que ainda hoje ocupa, e por tal acto foi condenada no Conselho de Segurança das Nações Unidas; que, pretendendo apoderar-se de Cachemira, não aceita as recomendações da ONU, continuando praticamente em guerra com o Paquistão; que a guerra contra os Nagas continua, etc. Quer dizer, a mentira do pacifismo da União Indiana que deixou de receber encómios do mundo nos últimos anos revive nas saudações do Pontífice. De modo que, se deixássemos publicar estas referências, teríamos de anotá-las devidamente e em harmonia com a verdade. Apresento a V. Ex.ª a expressão do meu maior reconhecimento pelas suas palavras e da minha maior consideração. Ol. Salazar. 3-XII-964».*

pressão e influência daqueles, poderá ser arrastado a uma atitude também hostil. E justamente as notícias do Quartel-General de Lourenço Marques dão conta de uma situação que, embora muito mais dominada do que a de Angola em 1961, é praticamente a de *guerrilha* no Norte de Moçambique. São assinalados grupos armados; muitas aldeias, cujos chefes colaboram com as autoridades, têm sido destruídas e incendiadas; pequenas pontes têm sido derrubadas e depósitos de armas descobertos; postos administrativos estão sendo atacados sistematicamente; e as Forças Armadas portuguesas estão empenhadas em patrulhamento constante. Tornam-se intensos os treinos de elementos da *Frelimo* e da etnia Maconde em bases da Tanzânia. Uma nova frente de terrorismo na Rodésia do Sul ameaçaria desde logo toda a zona central de Moçambique, e sobretudo a cidade da Beira e seu porto e caminho-de-ferro, afectando um conjunto vital para a economia da província e para o eixo de comunicões norte-sul. Deste modo, as preocupações de defesa antepõem-se a outras; e, neste particular, há que prevenir acima de tudo a instalação do caos e da anarquia na Rodésia do Sul. De momento, ao gabinete de Lisboa não parece possível, do ponto de vista dos interesses portugueses, *abandonar* Ian Smith, e deixá-lo destruir às mãos das forças hostis que imediatamente penetrariam no coração de África. E então Oliveira Salazar aprova o envio a Ian Smith, por intermédio da representação consular portuguesa em Salisbúria, de uma mensagem verbal de compreensão: o gabinete português tem-se por solidário com a causa do Ocidente, defendida por aquele chefe rodesiano. Não se julga que haja motivos para receios sérios, ainda que sejam tomadas atitudes firmes; e uma situação indecisa e equívoca, a prolongar-se, apenas enfraquecerá a Rodésia, além de permitir que se multipliquem pressões e ameaças para entrega do país à maioria negra ou, como acontece na África, a uma minoria negra, violenta e arrebatada, que se afirma, sem o ser, representante da maioria. Smith acolhe com gravidade a mensagem: conjugada com a sua visita a Lisboa, que peso terá nas suas decisões?

E as Nações Unidas? Em verdade, e à parte algumas resoluções inócuas e de rotina aprovadas pelo *Comité dos 24* ou pela *Quarta Comissão*, a ONU está silenciosa: há meses que Portugal não é atacado, e muito menos constitui tema exclusivo de debate.

E para mais, nestes primeiros dias de Dezembro de 1964, é adiada a reabertura da XIX sessão da Assembleia: impõem-no as eleições norte-americanas: e apenas para os fins do ano serão iniciados os trabalhos. Entretanto, Jorge Jardim continua as suas diligências pela África Central. Está sendo particularmente bem sucedido junto do Dr. Banda, do Malawi: há acordo sobre um auxílio militar português, e assenta-se em que a guarda pretoriana do presidente malawiano seja organizada e treinada por Portugal; alguns importantes meios financeiros portugueses são postos à disposição do governo do Malawi; a cooperação com Moçambique é reforçada, de modo a garantir a segurança da fronteira; e fica combinado que o Dr. Banda, em resposta a doestos e críticas que lhe dirigem os meios africanos por virtude da sua atitude para com Portugal, atacará a política portuguesa quando discursar nas Nações Unidas, apresentando depois o governo de Lisboa um protesto, que se tornará público. Mas do lado da Zâmbia não é paralelo o êxito de Jardim: ainda não conseguiu um contacto, pessoal e directo, com o presidente Kaunda.

E a este tempo dois acontecimentos atraem as atenções em Lisboa, e pelo país. Arde o Teatro Nacional D. Maria II, de grande tradição e papel cultural desde Almeida Garrett: todo o recheio se consome numa ruína: e subsistem as paredes. Para Amélia Rey Colaço, directora da companhia concessionária do teatro, e para os seus colaboradores, são momentos de dor, e de angústia. E na Sala Portugal da Sociedade de Geografia, sob a presidência de Américo Thomaz, é aberto o *I Congresso das Comunidades Portuguesas* disseminadas pelo mundo. É iniciativa de Adriano Moreira que organiza a reunião, e lança as ideias de uma *União das Comunidades de Cultura Portuguesa* e de uma *Academia Internacional de Cultura Portuguesa,* ambas aprovadas pelos congressistas e acolhidas pelo governo. E à inauguração é dado relevo, e solenidade: participam o cardeal-patriarca, o núncio apostólico, membros do governo, portugueses e estrangeiros ligados à cultura portuguesa, e que acorreram a Lisboa vindos das sete-partidas. Moreira aponta os objectivos últimos do congresso: reforçar o portuguesismo dos portugueses por amor do passado e por amor do futuro. E uma semana mais tarde, Gonçalves Cerejeira preside ao encerramento. Diz: «*eu sou o sucessor*

dos bispos que abençoaram os navegadores e os missionários»: e Portugal e os portugueses são um tesouro de oito séculos. E no castelo de Guimarães finda o I Congresso.

Está no seu termo o ano de 1964. Para o governo de Lisboa, não cessam nem se alteram os grandes problemas. Na República do Congo tudo volta a agravar-se, e é difícil ver claro no inferno que se mantém; sem que seja nítida a situação, Tschombé parece abandonar o poder e surge em Paris; e tem longa conversa com Marcello Mathias, e deixa entrever um regime militar em Léopoldville. Na Índia, o jornal *Blitz* publica uma notícia sensacional: o papa João XXIII teria dado a sua aprovação a Nehru para que este ocupasse Goa: seria a maneira de evitar que, perante o «*colapso da administração portuguesa*», fossem assaltados e profanados os templos católicos. Desmente a notícia a Cúria Patriarcal de Lisboa; mas o governo português insiste em que a refutação deve ser feita pelo Vaticano; este recusa-se; e mais um espinho é cravado nas relações entre Roma e Lisboa. Oliveira Salazar não dá crédito à local do *Blitz:* mas atribui importância e significado ao facto de a Santa Sé, para evitar melindrar a União Indiana, não desejar responder-lhe. Apesar de tudo, o chefe do governo não deixa de acompanhar os pormenores da vida portuguesa. Pela primeira vez, há pouco, Arantes e Oliveira utiliza o *esqueleto* do que será a futura ponte e *atravessa* o *rio Tejo.* E escreve a Salazar, recordando que este tornou possível a realização do empreendimento. Responde o presidente do Conselho: «*Vi que fez a travessia da ponte sem risco, o que para mim foi o mais importante. Agradeço-lhe muito as suas palavras, mas todas são descabidas porque de facto a ponte nada me deve*». E em 29 de Dezembro de 1964 cumpre um século de existência o *Diário de Notícias.* A Augusto de Castro, seu director, envia Oliveira Salazar uma carta de cumprimentos e felicitações. E acrescenta com bom humor: «*Esperemos agora que o próximo centenário seja o de V. Ex.ª e que nessa altura goze da saúde e vivacidade que tem hoje. Custa-me um pouco não assistir a essa celebração, mas posso deixar aqui já as minhas felicitações*» (1). E neste final de ano, numa rotina que é tradição,

(1) A título de curiosidade, segue na íntegra esta carta de Salazar: «*Ao Dr. Agusto de Castro — Como faz hoje um século* o Diário de Notícias — *e não*

o corpo diplomático apresenta em Queluz os seus cumprimentos ao presidente da República. Como decano, adianta-se o núncio, para falar em nome de todos. Que dirá Monsenhor de Furstenberg? É cordato, mesmo afectuoso. E não se exime a sublinhar: «*numerosos estrangeiros visitaram as províncias do Ultramar e aí verificaram o seu desenvolvimento, ocorrido nestes últimos anos de evolução social, hospitalar, cultural, bem como o seu surto económico*». Responde em tom cordial o almirante Thomaz, e agradece ao núncio. Será a *paz* entre Lisboa e a Cúria de Roma?

E a ruína do Teatro Nacional? Vai ser reconstruído, decerto. Mas entretanto Oliveira Salazar diz a Amélia Rey Colaço: «*Não tive ontem coragem para lhe escrever uma palavra de mágoa pelo que sucedeu ao seu e nosso teatro*»; «*a verdade é que estamos todos de pêsames*»; «*creia que estou junto de si e dos seus colaboradores nestes tristíssimos momentos*». É em choro que a actriz eminente lê a carta de Salazar aos seus artistas.

21

São quase quatro os anos de luta em que Portugal está empenhado. Moralmente, a batalha vem de mais longe: desde a admissão na ONU, em 1956, quando se iniciou o ataque à política de África. E agora? Neste findar de 1964, estão delimitadas as frentes, foi sustido o golpe inicial, a nação está em armas preparada para a resistência; e há uma acalmia no assalto externo, uma sorte de

---

sei se em Portugal muitos jornais completarão o centenário — venho apresentar a V. Ex.ª, o mais ilustre de todos os seus directores, os meus melhores cumprimentos. Acho que fez bem em dar relevo ao facto, porque traduz uma continuidade de esforços e de orientação jornalística que pode servir de exemplo e merece bem as homenagens prestadas. Congratulo-me com que o pessoal e instituições públicas e privadas tenham apreciado a acção desenvolvida. Esperemos agora que o próximo centenário seja o de V. Ex.ª e que nessa altura goze da saúde e vivacidade que tem hoje. Custa-me um pouco não assistir a essa celebração, mas posso deixar aqui já as minhas felicitações. Com respeitosos cumprimentos, Ol. Salazar. 29-XII-964».

armisticio, talvez uma nova tomada de fôlego por parte dos adversários, em qualquer caso uma viragem. No centro de tudo, está Oliveira Salazar: na sua figura têm postos os olhos os homens do regime, os ultramarinistas, os nacionalistas, quantos defendem uma certa ideia da Nação portuguesas aquém e além-mar; e na sua figura tem postos os olhos todos os oposicionistas, os democratas convencionais, os homens de esquerda, os novos progressistas, os que querem correr ao sabor dos novos tempos, mesmo aqueles que julgam poder salvar valores antigos e essenciais colocando-se no terreno do inimigo e adoptando-lhe os métodos e a linguagem. Mas Salazar passou os setenta e cinco anos: é uma grande idade já: que vai acontecer? Mentalmente, a sua lucidez continua sem uma ruga; moralmente, a sua força de vontade não revela a menor fractura; fisicamente, não sofre de moléstia grave, segundo os seus clinicos, e mostra-se apto a trabalhar todos os dias, ainda que não vá além das cinco ou seis horas. Todo o seu vulto, a sua pessoa, o seu corpo, no entanto, irradiam a fragilidade, a quase imponderabilidade, a lassitude dos músculos pelo sedentarismo, a necessidade cada vez maior de uma rotina física que não pode ser alterada sem risco, ou pelo menos desconforto. Pela ordem natural, a questão é posta por todos, partidários devotados e opositores acérrimos: quanto tempo vai durar este estado de coisas? Apontam os salazaristas os exemplos clássicos: Churchill passava dos oitenta quando foi primeiro-ministro pela segunda vez, como já antes dele o fora Gladestone; Adenauer estava à beira dos noventa quando deixou a chancelaria da Alemanha; mesmo De Gaulle está perto dos oitenta anos. Para esses, Salazar pode bem viver mais cinco, ou mesmo dez. Para outros, a todo o momento pode sobrevir o fim: está aberto o problema da sucessão dentro do regime: quem são os *delfins?* E aqueles que o julgam ser, ou poder vir a ser, intensificam as suas manobras, agitam-se em intriga. Mas esbarram com um dilema: na sua campanha têm de ser leais a Salazar, e fiéis ao seu ideário, sob pena de concitar o desprazer do chefe do governo; mas essa mesma campanha apenas se justifica se partir da morte de Salazar, ou pelo menos do seu abandono de funções, e se mostrar desde já o que deverá ser o post-salazarismo; e isto não é viável ainda fazê-lo. Para os oposicionistas, a grande idade de Salazar implica, como um

dado de facto, que está ultrapassado, mesmo incapacitado, e que a sua permanência à frente dos negócios públicos constitui entrave ao desenvolvimento do país e à actualização das suas estruturas. E no homem comum, na arraia-miúda da nação, tanto na metrópole como no ultramar? Criou-se uma rotina, um hábito moral, um sentimento de eternidade como perante um monumento, ou uma instituição. Há a consciência, vaga e remota, de que Salazar desaparecerá um dia, fatalmente, inevitavelmente: mas *está, vai estando,* e *ameaça* nunca deixar de estar. Para além-fronteiras, os governos perguntam-se: depois de Salazar, o quê? Será alterada a política de África, e convirá ir desde já preparando uma tomada de posição junto dos possíveis sucessores, tanto em Portugal como na África; ou os portugueses, apegados à sua linha tradicional e aos seus interesses permanentes, não se desviarão no fundamental da política seguida, e nesse caso importará manter o apoio, e até reforçá-lo? Entretanto, o conjunto da nação, aquém e além-mar, funciona e resiste: há uma visão de interesses a longo prazo, um sistema de certezas interiores, um sentimento de cruzada, um brio no orgulho nacional, uma percepção da importância de Portugal no mundo. Mas o observador lúcido poderá perscrutar um indício de dúvida em algumas elites do regime, um traço de fadiga em alguns sectores mesmo não oposicionistas; e esses, nos hábitos portugueses, querem ao *mesmo tempo* que tudo seja mantido e que cessem todos os sacrifícios para manter esse *tudo.* Do quadro patenteia Salazar uma consciência clara. Mas que fazer? Pergunta: há por acaso uma outra política que defenda os interesses nacionais? Qual? Quem toma a responsabilidade? E como? Para adoptar a política dos adversários, nenhuma dificuldade se apresenta; mas isso não o pode Salazar recomendar à nação, nem o quer, por estar convicto de que aquele *tudo* seria deitado a perder. Então? Continuar, lutar. Por quanto tempo? Está-se perante uma questão de força de vontade: quem a tem mais forte? Os adversários de Portugal em África? Ou é mais vigorosa e tenaz a vontade dos portugueses?

Londres, 1981
Lisboa, 1983

COMPOSTO E IMPRESSO
NA COMPANHIA EDITORA DO MINHO
BARCELOS
ABRIL DE 1984